



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1450

Quinta-feira - 20 de Março de 2014

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	2
Água Doce .....	3
Alto Bela Vista .....	8
Antônio Carlos .....	9
Arroio Trinta .....	10
Biguaçu .....	12
Bom Jesus do Oeste .....	22
Braço do Trombudo .....	23
Brusque .....	55
Caçador .....	55
Camboriú .....	56
Campo Alegre .....	58
Campos Novos .....	63
Canoinhas .....	74
Capinzal .....	79
Catanduvas .....	84
Cocal do Sul .....	85
Concórdia .....	87
Cordilheira Alta .....	89
Coronel Freitas .....	91
Coronel Martins .....	134
Correia Pinto .....	137
Curitibanos .....	139
Dionísio Cerqueira .....	161
Ermo .....	162
Faxinal dos Guedes .....	162
Forquilha .....	165
Fraiburgo .....	223
Garopaba .....	237
Garuva .....	238
Gaspar .....	239
Governador Celso Ramos .....	240
Guarujá do Sul .....	241
Herval d'Oeste .....	243
Ibiam .....	244
Ilhota .....	249
Imbituba .....	250
Ipumirim .....	255
Irineópolis .....	258
Itaiópolis .....	265
Itapiranga .....	266
Jacinto Machado .....	267
Joaçaba .....	267
Lages .....	274
Leoberto Leal .....	275
Lindóia do Sul .....	279
Luzerna .....	299
Macieira .....	389
Maracajá .....	389

Maravilha .....	390
Marema .....	390
Massaranduba .....	391
Meleiro .....	393
Navegantes .....	395
Nova Trento .....	396
Novo Horizonte .....	397
Orleans .....	487
Ouro Verde .....	487
Palhoça .....	489
Palmitos .....	501
Papanduva .....	501
Paulo Lopes .....	503
Pinheiro Preto .....	504
Pomerode .....	511
Porto Belo .....	512
Porto União .....	512
Presidente Castello Branco .....	513
Rio do Sul .....	516
Salto Veloso .....	525
Santa Rosa do Sul .....	526
Santa Terezinha do Progresso .....	527
São Bento do Sul .....	527
São Domingos .....	529
São João do Sul .....	532
São Lourenço do Oeste .....	532
São Pedro de Alcântara .....	534
Schroeder .....	540
Serra Alta .....	551
Timbé do Sul .....	552
Timbó .....	555
Três Barras .....	584
Treze Tílias .....	594
Tunápolis .....	595
Vargeão .....	596
Vargem Bonita .....	597
Vidal Ramos .....	606
Videira .....	609
Vitor Meireles .....	610
Xavantina .....	612
Xaxim .....	613

### Associações

AMMVI .....	613
-------------	-----

### Consórcios

AGIR .....	614
CIGA .....	617
CINCO .....	617

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores  
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800  
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



# Abdon Batista

## PREFEITURA

### Processo Administrativo 07/2014 PP 06/2014 Fundo Municipal da Saúde

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 07/2014  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 06/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDER A DEMANDA DE PACIENTES DA UNIDADE SANITARIA JOSE MOCELIN.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 03/04/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 28 de fevereiro de 2014.

Elmar Marino Mecabo                      Luciano Hermes  
Prefeito Municipal em Exercício      Pregoeiro

### Processo Administrativo 47/2014 PP 39/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 47/2014  
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL(REGISTRO DE PREÇOS)  
39/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE CONCERTO E MONTAGEM DE PNEUS PARA A FROTA DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA DURANTE O ANO DE 2014.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 04/04/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 28 de fevereiro de 2014.

Elmar Marino Mecabo  
Prefeito Municipal em Exercício

Luciano Hermes  
Pregoeiro

### Processo Administrativo 48/2014 PP 40/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 48/2014  
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL(REGISTRO DE PREÇOS)  
40/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS E VIAS.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 04/04/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 28 de fevereiro de 2014.

Elmar Marino Mecabo  
Prefeito Municipal em Exercício

Luciano Hermes  
Pregoeiro



# Água Doce

## PREFEITURA

### Aviso de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE  
PROCESSO LICITATÓRIO 18/2014  
PREGÃO PRESENCIAL 16/2014

O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, com sede administrativa na Praça João Macagnan, 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO N. 18/2014, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL N. 16/2014, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, destinado a selecionar proposta mais vantajosa para aquisição de trator agrícola – execução do contrato de repasse 1004676-36/2013/MAPA/CAIXA, com recursos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o qual será processado e julgado no dia 02 de abril de 2014 às 13h30, em consonância com as Leis Federais n. 8.666/93 e demais normas legais aplicáveis à espécie

Água Doce, SC, 18 de março de 2014  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### Aviso de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE  
PROCESSO LICITATÓRIO 19/2014  
PREGÃO PRESENCIAL 17/2014

O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, com sede administrativa na Praça João Macagnan, 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO N. 19/2014, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL N. 17/2014, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, destinado a selecionar proposta mais vantajosa para aquisição de equipamentos agrícolas – execução do contrato de repasse 1.000.100-83/2012/MAPA/CAIXA, com recursos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o qual será processado e julgado no dia 02 de abril de 2014 às 15h30, em consonância com as Leis Federais n. 8.666/93 e demais normas legais aplicáveis à espécie

Água Doce, SC, 18 de março de 2014  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### Lei Nº 2.275/2014

LEI Nº 2.275/2014 - DE 18 DE MARÇO DE 2014  
"AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER EM DOAÇÃO BENS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, através do Ministério da Educação - MEC, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetizada, Diversidade e Inclusão – SECADI, que desenvolve o Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais que visa apoiar os sistemas de ensino na organização e oferta de Atendimento Educacional Especializado - AEE, um Kit de Informática contendo:

02 (DOIS) - NOTEBOOKS POSITIVO MASTER N190I (ROHS) ACOMPANHA WIN 7 PROFESSIONAL E 02 (DOIS) MOUSE USB 3BT+SCR RD-M778 PR OEM

01 (UMA) - IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL EPSON L555

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce-SC, 18 de março de 2014.  
NOVELLI SGANZERLA  
PREFEITO

### Lei Nº 2.276/2014

LEI Nº 2.276/2014 – DE 18 DE MARÇO DE 2014  
"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CONCEDER AUXÍLIO- MORADIA E AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS MÉDICOS INTEGRANTES DO PROGRAMA "MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fornecer auxílio-moradia e auxílio-alimentação aos médicos participantes do programa "Mais Médicos para o Brasil", instituído pela Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.

§1º. O valor a ser pago a título de auxílio-alimentação será de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais.

§2º. O valor a título de auxílio-moradia será de até R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensais.

Art. 2º. O valor a título de auxílio-moradia e auxílio-alimentação será repassado mensalmente ao profissional diretamente em sua conta corrente bancária, e será pago desde a data de sua chegada ao Município e até que o mesmo mantenha-se vinculado ao programa "Mais Médicos para o Brasil" e atuando no Município de Água Doce.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 18 de março de 2014.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### Lei Nº 2.277/2014

LEI Nº 2.277/2014 – DE 18 DE MARÇO DE 2014.  
"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EXTINGUIR ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CONFORME MENCIONA"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Orgânica Municipal, submete a Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a extinguir as



seguintes escolas:

Escola Isolada Municipal Hercilópolis  
Escola Municipal Luiz Bedin

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Água Doce, 18 de março de 2014.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito

### **Lei Nº 2.278/2014**

LEI Nº 2.278/2014 – DE 18 DE MARÇO DE 2014

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIAR ELEMENTO DE DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 44.823,01 (quarenta e quatro mil e oitocentos e vinte e três reais e um centavo) para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para a manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social a aplicação de recursos vinculados.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE

01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE

08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL – IGD/PETI E OUTROS

4.4.90.00.0.30063.0/19 Aplicações Diretas R\$ 6.400,00

3.3.90.00.0.30063.0/20 Aplicações Diretas R\$ 3.157,63

3.3.90.00.0.30043.0/21 Aplicações Diretas R\$ 5.265,38

3.3.90.00.0.30052.0/22 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00  
TOTAL R\$ 44.823,01

Art. 3º. Para atender as despesas decorrentes do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autoriza a utilizar o superávit financeiro do exercício de 2013 verificado na rubricas: 0.10063 Recursos IGD/ Bolsa Família, 0.1.0043 Recursos IGD/SUAS e 0.1.0052 – Recursos Cras.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 18 de março 2014  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito

### **Decreto Nº 013/2014**

DECRETO Nº 013/2014 - DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246 de 03 de dezembro 2013, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para aplicação do superávit exercício 2013.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.1.91.00.00.03.0000/186 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

04.122.0003.2.006 MANUTENÇÃO SECRETARIA ADM. FAZENDA E DEPTOS.

3.1.91.00.00.03.0000/186 Aplicações Diretas R\$ 23.000,00  
TOTAL R\$ 23.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o excesso de arrecadação verificado nas rubricas de recursos próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 25 de fevereiro de 2014.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 014/2014**

DECRETO Nº 014/2014 – DE 18 DE MARÇO DE 2014

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIA ELEMENTO DE DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.278, de 18 de março de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 44.823,01 (quarenta e quatro mil e oitocentos e vinte e três reais e um centavo) para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para a manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social a aplicação de recursos vinculados.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:



10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE

01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE

08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E  
FEDERAL – IGD/PETI E OUTROS

4.4.90.00.0.30063.0/19 Aplicações Diretas R\$ 6.400,00

3.3.90.00.0.30063.0/20 Aplicações Diretas R\$ 3.157,63

3.3.90.00.0.30043.0/21 Aplicações Diretas R\$ 5.265,38

3.3.90.00.0.30052.0/22 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 44.823,01

Art. 3º. Para atender as despesas decorrentes do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o superávit financeiro do exercício de 2013 verificado na rubricas: 0.10063 Recursos IGD/Bolsa Família, 0.1.0043 Recursos IGD/SUAS e 0.1.0052 – Recursos Cras.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 18 de março 2014

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito



**Balancete Financeiro Fev14 - FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Fevereiro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	140.855,40	Despesa Orçamentária	389.882,65
RECEITA TRIBUTÁRIA	18.525,91	Despesas exceto Intra-orçamentárias	388.992,28
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	122.329,49	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	163.387,67
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	225.604,61
		Despesas Intra-orçamentárias	890,37
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	890,37
Receita Extra - Orçamentária	681.927,78	Despesa Extra - Orçamentária	322.072,90
DEPÓSITOS	34.688,71	DEPÓSITOS	34.688,71
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	34.688,71	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	34.688,71
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	34.688,71	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	34.688,71
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	393.195,01	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	287.384,19
OBRIGAÇÕES A PAGAR	393.195,01	OBRIGAÇÕES A PAGAR	287.384,19
FORNECEDORES	229.137,34	FORNECEDORES	120.384,95
PESSOAL A PAGAR	131.049,14	PESSOAL A PAGAR	131.049,14
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	32.338,53	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	32.350,06
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	670,00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	655,00
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	252.439,02	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	2.945,04
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	252.439,02		
REPASSE RECEBIDO	252.439,02		
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	1.605,04		
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	1.605,04		
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	1.605,04		
Saldos anteriores	1.188.780,65	Saldos atuais	1.299.608,28
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	708.687,17	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	663.687,17
BANCO C/ MOVIMENTO	480.093,48	BANCO C/ MOVIMENTO	635.921,11
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	2.011.563,83	Total	2.011.563,83

AGUA DOCE , 18/03/2014

\_\_\_\_\_  
 ORLANDO FÁVERO  
 Titular da Unidade

\_\_\_\_\_  
 NEUSA M. C. S. BISSANI  
 CONTADORA CRC/SC 020388/O-0



**Resumo Exec. Orçam.1ºbim14 - FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

1 º bimestre

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até /2014	Bimestre Jan/Fev/2014	Total até Fev/2014
<b>RECEITAS</b>				
RECEITA TRIBUTÁRIA	34.690,00	0,00	25.326,98	25.326,98
RECEITA PATRIMONIAL	3.136,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.653.928,00	0,00	249.528,07	249.528,07
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.869,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	21.200,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	556.400,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DA RECEITA :</b>	<b>2.272.223,00</b>	<b>0,00</b>	<b>274.855,05</b>	<b>274.855,05</b>
<b>DESPESAS</b>				
Entidade: FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE				
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGUA DOCE	4.797.002,43	0,00	1.165.193,66	1.165.193,66
Total da Entidade:	4.797.002,43	0,00	1.165.193,66	1.165.193,66
<b>TOTAL DA DESPESA :</b>	<b>4.797.002,43</b>	<b>0,00</b>	<b>1.165.193,66</b>	<b>1.165.193,66</b>

AGUA DOCE , 18/03/2014

---

 ORLANDO FÁVERO  
 Titular da Unidade

---

 NEUSA M. C. S. BISSANI  
 CONTADORA CRC/SC 020388/O-0



# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### Nomeia Servidor Público Municipal Em Carater Temporário.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005;

#### DECRETA

Art. 1º. Nomeação da Sra. LIDIANA POLHMANANN, para exercer o Cargo de PROFESSOR II 20 HORAS para atuar na rede Pública Municipal de Ensino nos ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL em caráter temporário, classificada em 8º lugar no Processo Seletivo 1/2014 homologado pelo Decreto 1805 de 07 de fevereiro de 2014.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 17 de março de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

### Nomeia Agente Público Para Cargo de Provimento Em Comissão, E Dá Outras Providências.

NOMEIA AGENTE PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

#### DECRETA

Art. 1º Nomeação da Sra. CLEIDE MARIA NILSON BOURCKHARDT, inscrita no CPF sob nº 026.078.779-54, portadora da cédula de Identidade nº 3.186.501 SSP/SC, para o cargo de COORDENADOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; com as atribuições estabelecidas no art. 22, da Lei Complementar nº 054, de 01 de novembro de 2013.

Parágrafo único A posição hierárquica e o vencimento estão estabelecidos no anexo III, da mesma Lei Complementar.

Art. 2 Afastamento da servidora CLEIDE MARIA NILSON BOURCKHARDT dos cargos de PROFESSOR I e PROFESSOR II, respectivas matrículas 121 e 660 das atividades do magistério público

municipal para assumir cargo em comissão. Fica suspensa a contagem de tempo para conclusão do estágio probatório da matrícula 660, conforme prevê o art. 22, §3 da LC 11 de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 17 de março de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

### Nomeia Servidor Público Municipal Em Carater Temporário

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005;

#### DECRETA

Art. 1º. Nomeação da Sra. KEITH IANE PROVIN ABEL, para exercer o Cargo de PROFESSOR DE BASE DIVERSIFICADA – 20 HORAS para atuar na rede Pública Municipal de Ensino na EDUCAÇÃO INFANTIL em caráter temporário, classificada em 19º lugar no Processo Seletivo 1/2014 homologado pelo Decreto 1805 de 07 de fevereiro de 2014.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 17 de março de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

### Nomeia Servidor Público Municipal Em Carater Temporário.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei



Complementar nº 014, de janeiro de 2005;

**DECRETA**

Art. 1º. Nomeação da Sra. CLAUDIA SCHNEIDER, para exercer o Cargo de PROFESSOR DE BASE DIVERSIFICADA – 20 HORAS para atuar na rede Pública Municipal de Ensino na EDUCAÇÃO INFANTIL em caráter temporário, classificada em 16º lugar no Processo Seletivo 1/2014 homologado pelo Decreto 1805 de 07 de fevereiro de 2014.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 17 de março de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas Publicações

**Nomeia Servidor Público Municipal Em Carater Temporário**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005;

**DECRETA**

Art. 1º. Nomeação da Sra. ELIANE MARISA HENN FISCHER, para exercer o Cargo de PROFESSOR DE BASE DIVERSIFICADA – 20 HORAS para atuar na rede Pública Municipal de Ensino na EDUCAÇÃO INFANTIL em caráter temporário, classificada em 15º lugar no Processo Seletivo 1/2014 homologado pelo Decreto 1805 de 07 de fevereiro de 2014.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 17 de março de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas Publicações

## Antônio Carlos

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 036/2014

DECRETO Nº 036/2014

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 4.350,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.13.392.0005.2.011-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 3.000,00

06 -SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 -SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.15.452.0006.2.019-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 1.350,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.13.392.0005.2.011-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 3.000,00

06 -SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 -SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.15.452.0006.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 1.350,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 18 de Março de 2014.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

#### Portaria Nº 180\_2014

PORTARIA Nº 180/2014.

Admiti ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 002/2014,



**RESOLVE:**

Artigo 1º - Admitir em caráter temporário, ANGELO ALVES DA SILVA, para o cargo de MOTORISTA, para atuar no Transporte Escolar Municipal, a partir de 20 de março de 2014 a 19 de dezembro de 2014, e/ou até a realização de Concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de março de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 20 de março de 2014.

**Decreto Nº37/2014**

DECRETO Nº37/2014

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 022/2014, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, bem como em conformidade com o disposto no artigo 49 da Lei (federal) 8.666/93, e,

CONSIDERANDO, que a Secretaria de Administração e Finanças, deflagrou Processo Licitatório nº 033/2014 – Pregão Presencial nº. 022/2014, ao objetivo “aquisição parcelada de materiais elétricos destinados à manutenção e melhoria das instalações elétricas internas, das secretarias municipais, do prédio da Administração Municipal e da Iluminação Pública do Município de Antônio Carlos/SC, de acordo com as especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Anexo I e nas condições previstas neste edital.”;

CONSIDERANDO, que em tempo e modo foi protocolado nesta repartição pública impugnação do edital licitatório acima enumerado, sendo esse acatado pela douta pregoeira, conforme parecer que se encontra anexo;

CONSIDERANDO, que a impugnação mencionada versou basicamente no critério adotado pela administração para analisar as propostas (POR LOTE), método este que a priori restringe a competitividade das empresas interessadas em participar do certame;

CONSIDERANDO assim, que os princípios norteadores da Administração Pública, previstos no art. 37, da CF, devem sempre prevalecer.

CONSIDERANDO por derradeiro, que a administração pública tem o poder/dever de rever seus atos a qualquer momento, devendo saná-los em caso de irregularidade.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica anulado, nos termos do artigo 49, da Lei (federal) nº 8.666/93, o Processo Licitatório nº 033/2014, na modalidade Pregão Presencial nº. 022/2014, cujo aviso foi publicado no DOM no dia 11/03/2014 para abertura no dia 20/03/2014, pelas razões acima expostas, bem como, as constantes no parecer que é parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 18 de março de 2014.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

**Portaria Nº 093**

PORTARIA Nº 093, de 17/03/2014.

Autoriza Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei nº 1043 de 02/07/2004 e por excepcional interesse público,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Autorizar a Contratação Temporária por Prazo Determinado, nos termos da Lei nº 1043 de 02/07/2004 e por excepcional interesse público, a Senhora ANA SIPP, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 949.657.659-15 e Identidade nº 3.484.632, residente e domiciliado no Município de Iomerê – SC, para exercer a função de PROFESSOR I – (MAGISTÉRIO - INGLÊS), por 10:00 (dez) horas semanais, no horário compreendido entre 08:00 as 10:00 horas de 2.ª à 6.ª feira, com vencimentos em Lei, pelo período de 05/03/2014 à 19/12/2014.

Parágrafo único – A contratação se faz necessária, pois não houve inscrição para o processo seletivo simplificado, Edital nº 001/2014, na função acima.

Artigo 2.º - O servidor contratado de acordo com o art. 1º desta Portaria será vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05/03/2014.

Artigo 5.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 17 de março de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

**Contrato Administrativo Nº 003/2014**

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 003/2014.

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Prestação de serviço por Prazo Determinado, que entre si celebram, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, nº 26, no Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, Comarca de Videira, neste Ato representada por seu representante legal, o Prefeito Municipal em Exercício, senhor ALCIDIR FELCHILCHER, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1.518.805-1 e CPF nº 518.040.009-06, residente e domiciliado à Rua do Comércio, no Município de Arroio Trinta, de ora em diante simplesmente denominado CONTRATANTE e, de outro lado a Senhora ANA SIPP, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 949.657.659-15 e Identidade nº 3.484.632, residente e domiciliado no Município de Iomerê – SC, de ora em diante simplesmente denominada CONTRATADA,



celebram entre si o presente Contrato de Prestação de Serviço por Prazo Determinado, nos Termos da Lei nº 1043 de 02/07/2004 e por excepcional interesse público que, reger-se-á pelas seguintes cláusulas e condições:

#### DO OBJETO DO CONTRATO

CLÁUSULA PRIMEIRA – A CONTRATADA prestará para a CONTRATANTE, o serviço de PROFESSOR I - (MAGISTÉRIO - INGLÊS), comprometendo-se a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade, e executar todas as tarefas e atividades afetas e pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE, que vierem a ser objetos de cartas, determinações verbais, pedidos e solicitações da CONTRATANTE.

Parágrafo único - A contratação se faz necessária, pois não houve inscrição para esta função no processo seletivo simplificado, Edital nº 001/2014.

#### DA LOTAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA SEGUNDA – A CONTRATADA prestará os seus serviços, desempenhando as atividades ou atribuições, junto à Secretaria Municipal de Educação, órgão integrante da Estrutura Administrativa da CONTRATANTE, podendo a CONTRATADA ser designada ou remanejada para outro setor de trabalho ou órgão da CONTRATANTE desde que para desempenhar funções e atividades afins.

#### DO HORÁRIO DE TRABALHO

CLÁUSULA TERCEIRA – A CONTRATADA prestará seus serviços para a CONTRATANTE 10:00 (dez) horas semanais no horário compreendido entre 08:00 as 10:00 horas de 2.ª a 6.ª feira.

#### DA FORMA DE PAGAMENTO

CLÁUSULA QUARTA – A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços prestados, a quantia mensal de R\$ 462,24 (quatrocentos e sessenta e dois reais e vinte quatro centavos), com vencimentos em Lei.

#### DA DURAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA QUINTA – O prazo de vigência do presente Contrato de Prestação de Serviços por Prazo Determinado iniciar-se-á em 05/03/2014, com término previsto para 19/12/2014, sem haver necessidade de aviso por qualquer das partes signatárias, quando o seu término ocorrer, na data prevista nesta Cláusula.

#### DA RESCISÃO

CLÁUSULA SEXTA – Fica assegurado à CONTRATANTE o direito de rescindir o presente Contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a CONTRATADA não cumprir com suas obrigações fixadas nas Cláusulas primeira, Segunda e terceira deste instrumento, bastando apenas a notificação com 30 (trinta) dias de antecedência por parte da CONTRATANTE, que fica desde já desobrigada de qualquer pagamento ou indenização à CONTRATADA pelo tempo que ainda resta para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quinta, para o término do contrato.

#### DOS DESCONTOS

CLÁUSULA SÉTIMA – A CONTRATADA será vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS. A CONTRATANTE fica autorizada a descontar da CONTRATADA, todos os descontos previstos em Lei, bem como aqueles resultantes de danos, estragos e prejuízos, que, por negligência e imprudência funcional, venha a ser causado ao patrimônio da CONTRATANTE, pela CONTRATADA.

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA OITAVA – A CONTRATADA fica ciente e compromete-se a obedecer às normas e regulamentos de segurança no trabalho pela CONTRATANTE, bem como utilizar os equipamentos de segurança, sob pena de ser rescindido o presente Contrato.

#### DO FORO

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir quaisquer dúvidas bem como apurar as responsabilidades Cíveis e Criminais que por ventura venham ocorrer na vigência do presente Contrato.

E, por assim estarem as partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, de pleno acordo com as Cláusulas e Condições estabelecidas neste instrumento contratual, assinam o mesmo em duas vias de igual conteúdo, na presença de duas testemunhas para que dele possa surtir e gerar os jurídicos e legais efeitos.

Arroio Trinta – SC, 17 de março de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

ANA SIPP  
Contratada

Testemunhas:

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI  
CPF: 000.077.349-21

ROSE MARI ROTTA  
CPF: 400.693.549-87



# Biguaçu

## PREFEITURA

### Portaria Nº 821/2014

PORTARIA nº 821 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) LARA KRISTIAN SCHERER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EJA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LARA KRISTIAN SCHERER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EJA), com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/03/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/03/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

### Portaria Nº 820/2014

PORTARIA nº 820 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) FERNANDO CARREIRÃO NETO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (GEOGRAFIA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FERNANDO CARREIRÃO NETO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (GEOGRAFIA), com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

### Portaria Nº 819/2014

PORTARIA nº 819 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) MARITZA TRINIDAD ODREMANN MENDES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (ESPANHOL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições,

que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARITZA TRINIDAD ODREMANN MENDES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (ESPANHOL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 25/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

### Portaria Nº 818/2014

PORTARIA nº 818 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ANA LUCIA MEDEIROS JACQUES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (ARTES), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANA LUCIA MEDEIROS JACQUES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (ARTES), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/03/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/03/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

### Portaria Nº 817/2014

PORTARIA nº 817 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) NADIR ISIDORO FEIBER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (ARTES), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) NADIR ISIDORO FEIBER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (ARTES), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/02/2014.



Biguaçu, 18 de março de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 816/2014**

PORTARIA nº 816 de 18 de março de 2014  
Admitir o (a) Servidor (a) KENIA SCHIESTL KUMM, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (ARTES), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ISAIL BATISTA ALVES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (ARTES), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 815/2014**

PORTARIA nº 815 de 18 de março de 2014  
Admitir o (a) Servidor (a) ISAIL BATISTA ALVES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (ARTES), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ISAIL BATISTA ALVES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (ARTES), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 814/2014**

PORTARIA nº 814 de 18 de março de 2014  
Admitir o (a) Servidor (a) LUCELIA RODRIGUES DA VEIGA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (ARTES), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições,

que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUCELIA RODRIGUES DA VEIGA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (ARTES), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 813/2014**

PORTARIA nº 813 de 18 de março de 2014  
Admitir o (a) Servidor (a) SIDNEI SUTIL DOS REIS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (HISTÓRIA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SIDNEI SUTIL DOS REIS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (HISTÓRIA), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/02/2014 a 31/07/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 812/2014**

PORTARIA nº 812 de 18 de março de 2014  
Admitir o (a) Servidor (a) ANDERSON FERREIRA ROSA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (CIÊNCIAS), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANDERSON FERREIRA ROSA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (CIÊNCIAS), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/02/2014.



Biguaçu, 18 de março de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 811/2014**

PORTARIA nº 811 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) VANESSA DORONEI SILVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VANESSA DORONEI SILVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 810/2014**

PORTARIA nº 810 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) FÁBIO ARAÚJO MARTINS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FÁBIO ARAÚJO MARTINS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, a partir de 12/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 809/2014**

PORTARIA nº 809 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) MARCOS ROBERTO SCHVARTZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições,

que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARCOS ROBERTO SCHVARTZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, a partir de 01/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 808/2014**

PORTARIA nº 808 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) MARLI MABONI SILVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (FILOSOFIA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARLI MABONI SILVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (FILOSOFIA), com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 806/2014**

PORTARIA nº 806 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ELIANE MARGARETH SCHAEFFER QUINT, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (INGLÊS), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELIANE MARGARETH SCHAEFFER QUINT, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (INGLÊS), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/03/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2014.



Biguaçu, 18 de março de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 805/2014**

PORTARIA nº 805 de 18 de março de 2014  
Admitir o (a) Servidor (a) KARINA CRISTINE PETRI SCHUBERT, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (INGLÊS), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KARINA CRISTINE PETRI SCHUBERT, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (INGLÊS), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/02/2014 a 31/07/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 804/2014**

PORTARIA nº 804 de 18 de março de 2014  
Admitir o (a) Servidor (a) MARIA JOSE KUSTER CORREIA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (INGLÊS), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA JOSE KUSTER CORREIA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (INGLÊS), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 803/2014**

PORTARIA nº 803 de 18 de março de 2014  
Admitir o (a) Servidor (a) ELIANE MARGARETH SCHAEFFER QUINT, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (INGLÊS), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições,

que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELIANE MARGARETH SCHAEFFER QUINT, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (INGLÊS), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/02/2014 a 28/02/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 802/2014**

PORTARIA nº 802 de 18 de março de 2014  
Admitir o (a) Servidor (a) REGINA PAULA SAUTNER MAZINE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (MATEMÁTICA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) REGINA PAULA SAUTNER MAZINE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (MATEMÁTICA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 801/2014**

PORTARIA nº 801 de 18 de março de 2014  
Admitir o (a) Servidor (a) MARIA ANDREIA ROMANCINI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (MATEMÁTICA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA ANDREIA ROMANCINI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (MATEMÁTICA), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 24/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/02/2014.



Biguaçu, 18 de março de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 800/2014**

PORTARIA nº 800 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) JARDEL ANTONIO DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (MATEMÁTICA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JARDEL ANTONIO DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (MATEMÁTICA), com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 822/2014**

PORTARIA nº 822 de 19 de março de 2014

Nomeia Fernando Duarte, para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, Fernando Duarte, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a contar de 20/03/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de março de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 823/2014**

PORTARIA nº 823 de 19 de março de 2014

Nomeia Gabriela Oliveira de Abreu, para exercer o cargo em comissão de Assistente de Ensino Fundamental, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, Gabriela Oliveira de Abreu, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Secretário Assistente de Ensino Fundamental, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 17/03/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/03/2014.

Biguaçu, 19 de março de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 824/2014**

PORTARIA nº 824 de 19 de março de 2014

AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A DIRIGIR VEÍCULOS DAS SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

CONSIDERANDO que os motoristas do Município devem atender prioritariamente as atividades de maior urgência ou aquelas que envolvam alguma particularidade de transporte;

CONSIDERANDO os expedientes anexos, encaminhados acerca de autorização para conduzir veículos por servidor de cargo diverso;

CONSIDERANDO que a administração municipal dispõe em seu quadro de funcionários de motoristas de todas as categorias;

CONSIDERANDO o que dispõe o prejulgado do TCE/SC nº 0984: "Compete à legislação local fixar as regras para a condução dos veículos do Município, disciplinando as condições e responsabilidades pelos atos cometidos no exercício dessa atividade, podendo prever a condução por servidores habilitados não ocupantes de cargos específicos de motoristas, se assim entender o interesse público".

**RESOLVE:**

Art. 1º. Autorizar os servidores:

ACLICI JOÃO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Atendimento ao Cidadão;

ADAILTON AMARO LINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Administrativo Regional de Três Riachos;

AIRTON VENTURA DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;

ALENARRI PIZZATTO, ocupante do Cargo Temporário de Professor III;

ALEXANDRE DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente Operacional;

ANESIO EGIDIO RICHARTZ, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Agricultura;

ANDERSON OPUSZKA SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal da Fazenda;

ANDERSON RODRIGUES DE FARIA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão Operacional;



ANNAMARIA BACH TREVISAN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;

ANTONIO RAFAEL CORREA VALENÇA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Esportes;

ASSIS RAMIRO DO AMARAL, Agente de Saúde Pública à disposição;

BRUNO ANDERSON, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Cultura;

BRUNO CELIO DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente da Saúde Bucal;

CARLOS ENRIQUE FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;

CARLOS HENRIQUE RECH, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Transito da Secretaria de Transportes;

CARLOS ZULMAR ALBINO, ocupante do Cargo Temporário de Operário Braçal;

CESAR AUGUSTO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;

CESAR JOVELINO CORREA, ocupante do Cargo Efetivo de Escrivão, da Secretaria Municipal de Obras e Infra-estrutura;

CHARLES CORREIA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras Públicas;

CHARLES EDGARD HOFFMANN, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar;

DANIEL BARBI DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Endemias;

DANIEL FRANCISCO GASPAS FILHO, ocupante do Cargo Temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);

DAVI JONATTAS DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Roçadeira Costal;

DAVID DIAS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias;

DÉCIO PELEGRINI, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos 2;

DILMAR FRANCHINI, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar;

DIOGO DEMARCHI SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escrivão;

DIONEY AVANCINI DE FARIA, ocupante do Cargo Eletivo de Conselheiro Tutelar;

DIVO PRAZERES, ocupante do Cargo Efetivo de Escrivão, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

DOUGLAS FERNANDES DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Pesca e Maricultura;

DULCIMAR ANTONIO GRANDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;

EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;

EDUARDO DELLANGELO SILVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Agrícola;

EDUARDO LOPES JONKER, ocupante do Cargo Efetivo de Escrivão, da Secretaria Municipal de Administração;  
ELIAS ZACARIAS ROMÃO; ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Saúde II;

ELISIANE APARECIDA FERREIRA; ocupante do Cargo Comissionado de Gerente do Centro de Convivência de Idosos;

ELOISA AMARAL DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Professor III;

FABIANO TIAGO JOSÉ, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais - Servente;

FABIO SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;

FABIO LEANDRO MAFIOLETE, ocupante do Cargo Efetivo de Topógrafo;

FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo efetivo de Jardineiro,

FELIPE FARIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Topógrafo;

FRANCISCO DE SOUZA PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Jardineiro;

FULVIO HENRIQUE, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;

GABRIEL ARTHUR LOEFF, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral do Orçamento Participativo;

GABRIEL ANSELMO CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;

GLEYSON NERES FURTADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);

HERON FELÍCIO PEREIRA, ocupante do Cargo de Superintendente de Saúde;

IRINEU DAVI KUHNEN, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Integração Regional;

ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;

JAQUELINE SANTOS DE AVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Escrivão;

JEAN CARLO SANTANA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;

JEDILSON CELSO FERNANDES, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;

JOÃO PEREIRA FILHO, ocupante do cargo Efetivo de Operário Braçal;

JOILSON ANTONIO DA CRUZ, ocupante do Cargo Efetivo de Calceiro;

JORGE LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;

JOSÉ ANTONIO CUNHA, ocupante do Cargo Comissionado de



Diretor de Manutenção da Secretaria Municipal de Obras;  
JOSÉ VALDEMAR DA SILVEIRA, ocupante do Cargo em Comissão de Secretário Municipal,

JUCÉLIA SONIA GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Abrigo Institucional;

KLEBER GENTIL KUHN, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Orçamentos e Projetos;

LAUDEMIR CLOVIS PASTORELLO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras e Manutenção Escolar;

LEANDRO ADRIANO DE BARROS, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Saúde;

LEANDRO MARCILIO RODRIGUES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Exatoria;

LÉO INACIO LOHN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
LEO RICARDO MARTINS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias, da Secretaria Municipal de Saúde;

LIDIANE PERGHER MACHADO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Transporte Escolar;

LUIZ AUGUSTO VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Eletricista;

LUIZ FERNANDO BELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;

LUIZ GONZAGA DE AQUINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Planejamento Urbano;

LUIZ JOSÉ MARTINS JUNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;

MANOEL CUSTÓDIO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;

MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário;

MARCELO LUIZ GALVÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;

MÁRCIA RODRIGUES DE AZEVEDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professora;

MARCIO ROBERTO DIAS DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Saúde II;

MARCO ANTONIO PARO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer;

MARLENE DE OLIVEIRA ÁVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário I;

MAYCON DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;

MOISES DE ANDRADE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;

NATHAN LUZ BELRAND, ocupante do Cargo Temporário de Psicólogo;

NELSON ANTONIO DE LIMA, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;

NELSON CESAR OLIVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral;

OSEIAS MORAES INÁCIO, ocupante do cargo temporário de Calceiteiro;

OSLI ROBERTO DA CUNHA, ocupante do cargo não provido de Operador de Máquina;

OSMAR JOSÉ MARTHENDAL, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;

PAULO PRIM, ocupante do Cargo Temporário de Carpinteiro;

PAULO ROBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Endemias;

PAULO RODRIGO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura;

PEDRO JOÃO DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Calceiteiro;

PATRICK MACHRY, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;

PRISCILA HOFFMANN, ocupante do Cargo Temporário de Enfermeira da Família;

RAFAEL RUDIGER, ocupante do Cargo Comissionado Chefe de Gabinete do Vice-Prefeito;

RAFAEL EMILIO POLLMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Mecânico;

ROBERTO FABRICIO ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal,

ROBSON TRAGIBO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;

SILVANA CESCNETO DA SILVA GARCIA, ocupante do Cargo Efetivo de Assistente Social;

SAUL FREITAS DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão da Vigilância em Saúde;

SAULO CESAR GALLIANI, ocupante do Cargo Efetivo de Carpinteiro;

SINCLER BILCK, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;

SOFIA HARTMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;

SUENY SELL, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;

THIAGO ALEXANDRE PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;

THIAGO FERREIRA, ocupante do Cargo efetivo de Operário Braçal;

THIAGO VINÍCIUS NAHAS, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos I;

TIAGO STEPHANI, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;

UÉLITON ROMEU DOS SANTOS, ocupante do Cargo Comissionado



de Gerente Operacional de Cachoeiras;

VALDIR MANOEL DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Manutenção de Equipamentos Urbanos;

VALDIR VALDEMIRO BITTENCOURT, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Administração Regional de Santa Catarina;

VANESSA CARELLO GALLIANI, ocupante do Cargo Temporário de Atendente da Criança e do Adolescente;

VILMAR DE ASSUNÇÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquina;

WANDERLEY DELLA GUSTINA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;

ZELI ZILDA MANES, ocupante do Cargo Efetivo de Telefonista.

Art. 2º. A presente autorização restringe-se aos veículos da citada Secretaria e em situações considerações especiais, tais como a urgência do serviço e a indisponibilidade de motoristas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 19 de março de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 825/2014**

PORTARIA nº 825/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 1990, de acordo com a Lei N º 53 de 04 de julho de 2012.

##### **RESOLVE:**

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, JOSIANE TEIXEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 18/03/2014 a 14/09/2014.

Biguaçu, 19 de março de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 826/2014**

PORTARIA nº 826 de 19 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) CLAUDIA REGINA ESTACIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), na Secretaria Municipal de Administração, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CLAUDIA REGINA ESTACIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO

BRAÇAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 19/03/2014 a 19/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/03/2014.

Biguaçu, 19 de março de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 827/2014**

PORTARIA nº 827 de 19 de março de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Diego Danton Carlos de Carvalho, ocupante do cargo temporário de Enfermeiro I, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Diego Danton Carlos de Carvalho, detentor do cargo de provimento temporário de Enfermeiro I, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 10/03/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/03/2014.

Biguaçu, 19 de março de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 828/2014**

PORTARIA nº 828 de 19 de março de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Kamila Del Canale Pereira, ocupante do cargo temporário de Técnico em Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Kamila Del Canale Pereira, detentor do cargo de provimento temporário de Técnico em Enfermagem, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 16/03/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/03/2014.

Biguaçu, 19 de março de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 829/2014**

PORTARIA nº 829 de 19 de março de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Sarita Mendes da Silva, ocupante do cargo temporário de Técnico em Enfermagem da Família, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.



O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Sarita Mendes da Silva, detentor do cargo de provimento temporário de Técnico em Enfermagem da Família, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 17/03/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/03/2014.

Biguaçu, 19 de março de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 830/2014**

PORTARIA nº 830 de 19 de março de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Guilhermino Xavier de Jesus, ocupante do cargo temporário de Vigia, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Guilhermino Xavier de Jesus, detentor do cargo de provimento temporário de Vigia, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 31/03/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 31/03/2014.

Biguaçu, 19 de março de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 831/2014**

PORTARIA nº 831 de 19 de março de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Pamella Valquiria Ferreira, ocupante do cargo temporário de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Pamella Valquiria Ferreira, detentor do cargo de provimento temporário de Agente Comunitário de Saúde, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 14/03/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/03/2014.

Biguaçu, 19 de março de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 832/2014**

PORTARIA nº 832 de 19 de março de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Elisiane Aparecida Ferreira, ocupante do cargo temporário de Professor II – Ensino Fundamental, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Elisiane Aparecida Ferreira, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II – Ensino Fundamental, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/03/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/03/2014.

Biguaçu, 19 de março de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 833/2014**

PORTARIA nº 833 de 19 de março de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Marínes Jaqueline Schnorrenberger, ocupante do cargo temporário de Professor III (Artes), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Marínes Jaqueline Schnorrenberger, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Artes), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 25/02/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/02/2014.

Biguaçu, 19 de março de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 834/2014**

PORTARIA nº 834 de 19 de março de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Dulce Erica Kloch Flores, ocupante do cargo temporário de Professor III (Educação Especial), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Dulce Erica Kloch Flores, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Educação Especial), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/03/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/03/2014.



Biguaçu, 19 de março de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 835/2014**

PORTARIA nº 835 de 19 de março de 2014  
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Josué Antonio da Silva, ocupante do cargo temporário de Professor III (Matemática), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Josué Antonio da Silva, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Matemática), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/02/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/02/2014.

Biguaçu, 19 de março de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 836/2014**

PORTARIA nº 836 de 19 de março de 2014  
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Regina Paula Sautner Mazine, ocupante do cargo temporário de Professor III (Matemática), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Regina Paula Sautner Mazine, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Matemática), com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/02/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/02/2014.

Biguaçu, 19 de março de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 837/2014**

PORTARIA nº 837 de 19 de março de 2014  
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Jucieli Moriel de Oliveira, ocupante do cargo temporário de Professor II – Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Jucieli Moriel de

Oliveira, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II – Educação Infantil, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 28/02/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/02/2014.

Biguaçu, 19 de março de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 838/2014**

PORTARIA nº 838 de 19 de março de 2014  
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Marcelo dos Santos, ocupante do cargo temporário de Professor II – Ensino Fundamental, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Marcelo dos Santos, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II – Ensino Fundamental, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 28/02/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/02/2014.

Biguaçu, 19 de março de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 839/2014**

PORTARIA nº 839 de 19 de março de 2014  
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Edson Faria de Andrade, ocupante do cargo temporário de Motorista III, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Edson Faria de Andrade, detentor do cargo de provimento temporário de Motorista III, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/03/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/03/2014.

Biguaçu, 19 de março de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 840/2014**

PORTARIA nº 840 de 19 de março de 2014  
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Gisele Martins de Souza, ocupante do cargo temporário de Técnico em Educação, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.



O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Gisele Martins de Souza, detentor do cargo de provimento temporário de Técnico em Educação, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/03/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/03/2014.

Biguaçu, 19 de março de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 841/2014**

PORTARIA nº 841 de 19 de março de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Gabriela Dalwitt, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Gabriela Dalwitt, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/03/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/03/2014.

Biguaçu, 19 de março de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 842/2014**

PORTARIA nº 842 de 19 de março de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Orlindo Arcangelo Teodoro Junior, ocupante do cargo temporário de Carpinteiro, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Orlindo Arcangelo Teodoro Junior, detentor do cargo de provimento temporário de Carpinteiro, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 28/02/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/02/2014.

Biguaçu, 19 de março de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

## Bom Jesus do Oeste

### PREFEITURA

**Pregão Presencial Nº.698/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 0698/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0028/2014

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 01 de Abril de 2014, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a aquisição de veículos novos para manutenção das atividades das secretarias de Administração, Educação e Agricultura para o exercício de 2014.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: [compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br](mailto:compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br) ou no site [www.bomjesusdoeste.sc.gov.br](http://www.bomjesusdoeste.sc.gov.br)

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 20 de Março de 2014.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal



# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### Edital de Lic. Pregão Presencial 11/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO 12/2014  
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 11/2014

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que às 08h30min do dia 02.04.2014, estará selecionando a melhor proposta para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria a piscicultores do município de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br). Braço do Trombudo, em 19 de março de 2014.

Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato 26/2014

EXTRATO DE CONTRATO 26/2014  
Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,  
Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Paulo Cesar Martins-MEI  
CNPJ 19.690.706/0001-50, Sito a Rua Cecílio de Silva, 25  
Cidade de Braço do Trombudo - SC

Objeto: Contratação de empresa especializada em Ensino de Esporte na modalidade Futsal, Voleibol e atividade com os idosos no município de Braço do Trombudo, sendo que o Profissional da empresa eventualmente contratada deverá ser Formado em Educação Física e possuir CREF/SC.

Valor: R\$ 5.495,00 (Cinco mil quatrocentos e noventa e cinco reais).

Vigência até 31.12.2014.

Data da assinatura: 12.03.2014  
Romildo Teske  
Prefeito em Exercício

### Extrato de Contrato 27/2014

EXTRATO DE CONTRATO 27/2014  
Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,  
Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada:WD COM WalendowskiDist. De Comb. Ltda  
CNPJ 01.602.498/0001-25, Sito a Rua Alberto Muller ,5000  
Cidade de Brusque - SC

Objeto: aquisição de óleo diesel e diesel S10

Valor: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Vigência até 31.12.2014.

Data da assinatura: 18.03.2014  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

### Cancela Edital N. 03/2014

Cancela Edital N. 03/2014  
Cancela Edital n. 03/2014  
Município de Braço do Trombudo Cancela o Processo Administrativo n. 03/2013 Edital de licitação, modalidade Pregão Presencial n. 03/2014.

Justificativa: O Processo Administrativo será cancelado, pois dia 12.03.2014 data designada para abertura do Pregão 3/2014, não compareceu ao Departamento de Licitações para participar do certame, nenhuma empresa.

Braço do Trombudo, em 12 de março de 2014.  
ROMILDO TESKE  
Prefeito em Exercício



Registro de Preço Que Objetiva A Contratação de Serviços de Mão de Obra Mecânica Para Os Caminhões da Secretaria Municipal de Obras,

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2013

Página: 1/2

Número do Registro de Preços: 16/2013		Data do Registro: 20/06/2013		Válido até: 20/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preço que objetiva a contratação de serviços de mão de obra mecânica para os caminhões da Secretaria Municipal de Obras, visando a manutenção, conserto e desmontagem dos mesmos para posteriores orçamentos de peças.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviço de mão de obra mecânica (6176)	01	VERNER KRENZLIN (6065)		0	35,0000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2013

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 16/2013		Data do Registro: 20/06/2013		Válido até: 20/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preço que objetiva a contratação de serviços de mão de obra mecânica para os caminhões da Secretaria Municipal de Obras, visando a manutenção, conserto e desmontagem dos mesmos para posteriores orçamentos de peças.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2013  
PROCESSO Nº 31/2013

(6065) - VERNER KRENZLIN

Braço do Trombudo, 20 de Junho de 2013.



Aquisição de Material de Limpeza Para Higienização das Escolas E Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Braço do

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 48/2013

Página: 1/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	Água Sanitária, composição química hidróxido de sódio e carbonato de sódio, princípio ativo hipoclorito de sódio, teor de cloro ativo de 2,0% a 2,5%ppp, aplicação lavável e alvejante de roupas, banheiros, pisos, tipo comum, frasco de 2 litros, acondicionadas em embalagem de papelão identificadas. (12542)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SEQUINEL	0	2,8972	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LIMPINHA	0	2,8930	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ECOVILLE	0	2,8986	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando sol	0	2,9227	4
2	Álcool etílico hidratado, aplicação limpeza em geral, teor alcoólico 46° INPM, 54° GL, unidade contendo 1 litro cada. (12543)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FLOPS	0	3,1775	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	FLOPS	0	3,1748	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	FLOPS	0	3,1792	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Araucaria	0	3,2054	4
3	Álcool em gel, bactericida 70° INPM, frasco de 500 gramas, aprovado pelo INMETRO (12544)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FLOPS	0	4,4672	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	FLOPS	0	4,4616	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DA ILHA	0	4,4696	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	cocamar	0	4,5065	4



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 2/21

Número do Registro de Preços: 48/2013      Data do Registro: 20/12/2013      Válido até: 20/12/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.		
4	Papel higiênico, cor branca, não reciclado, folha dupla, picotado, neutro, rolos com 60 metros de comprimento e 10 centímetros de largura, pacote com 8 rolos. (12545)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DALMATA	0	7,2615	1		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	FOFINHO	0	7,2654	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	FOFINHO	0	7,2795	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Bob	0	7,3254	4		
5	Papel toalha para cozinha, branco, macio, absorvente, folha dupla, picotado - pacote com 2 rolos de 60 toalhas de 22x20 cm cada uma. (12546)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DALMATA	0	2,7382	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	DALMATA	0	2,7239	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SORELLA	0	2,7397	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Log	0	2,7623	4		
6	Cera Líquida auto brilho, incolor, frasco com 750 ml. (12547)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GIRANDO SO	0	6,1120	1		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	GIRANDO SO	0	6,1153	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	GIRANDO SO	0	6,1241	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Brilho Facil	0	6,1657	4		



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 3/21

Número do Registro de Preços: 48/2013      Data do Registro: 20/12/2013      Válido até: 20/12/2014						
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
7	Saponáceo em líquido cremoso concentrado 300 ml. - especificação: limpador concentrado em líquido cremoso. Campo de aplicação: utilizado para limpeza de superfícies esmaltadas, cromado, aço inox, porcelanas, e louças, sem causar riscos. Composição química: tensoativos, abrasivos, conservantes, perfume e água. Embalagem: frasco com 300 ml, rótulo contendo identificação com procedência, data de fabricação, validade, lote, precauções de uso, composição química e técnico responsável. (12548)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	3.7008
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	PRATIK	0	3.7008
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	POLWAX	0	3.7028
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Font	0	3.7334
8	Escova dental infantil com cerdas de nylon macia com cabo reto de polietileno de 1º qualidade. (12549)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DENTIL	0	4.2429
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DENTALK	0	4.2451
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	TEK JUNIOR	0	4.2550
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Jadefrog	0	4.2802
9	Creme dental infantil com flúor ativo, peso liq. 50 gramas a unidade. (12550)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DENTIL	0	2.1775
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	TANDY	0	2.1698
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ALEGRINHO	0	2.1787
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Action	0	2.1967



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 4/21

Número do Registro de Preços: 48/2013      Data do Registro: 20/12/2013      Válido até: 20/12/2014							
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	Embalagem para alimentos, contendo 50 sacos de 05 kg, de 1º qualidade. (12551)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MEGA MIL	0	3,1775	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	BOMPACK	0	3,1466	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PAMPLASTIC	0	3,1792	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Multifort	0	3,2054	4
11	Lustra Móveis em frasco de 200 ml, com fragrância agradável. Composição química mínima: cera de canaúba, ceras naturais, silicone, solvente e perfume, aplicação móveis e superfícies. (12552)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	4,1027	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	PRATIK	0	4,0859	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	POLWAX	0	4,1049	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Poliflor	0	4,1388	4
12	Óleo de Peroba, frasco de 200ml. (12553)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEROBA	0	7,9811	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	KING	0	7,9839	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	POLWAX	0	7,9854	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Peroba	0	8,0513	4
13	Pano Multifuso, pacote com 05 unidades. (12554)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	2,7476	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 5/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Espanja de limpeza, multiuso, dupla face, pacote contendo 1und. 110mmx75mmx20mm, pacote da embalagem fechada, produto que garante alta durabilidade e limpeza. (12555)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	SANI MIX	0	2,7427	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ALKIN	0	2,7491	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Fort	0	2,7718	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	BETANIN	0	1,4953	1
16	Espanja de limpeza, material lá aço fina, abrasividade mínima, aplicação utensílio de alumínio, pacote com 08 unidades (12556)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	BETTANIM	0	1,4559	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ESFREBOM	0	1,4961	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Trindo	0	1,5084	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	INOVE	0	1,8878	1
15	Limpa vidros, tubos com 500 ml, acondicionados em caixas de papelão devidamente identificadas. (12557)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	INOVE	0	1,8598	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	INOVE	0	1,8888	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Bombrit	0	1,9044	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	4,8784	1
16	Limpadores de vidro, 500 ml, acondicionados em caixas de papelão devidamente identificadas. (12557)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DA ILHA	0	4,8810	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 6/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 100 litros, pacote com 25 unidades, 75x105cm. De 1º qualidade. (12558)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	PRATIK	0	4,8843	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	uau	0	4,9213	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEGA LIXO	0	7,2895	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	PEGA LIXO	0	7,2795	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PEGA LIXO	0	7,2934	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BioStar	0	7,3536	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEGA LIXO	0	7,2895	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	PEGA LIXO	0	7,2795	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PEGA LIXO	0	7,2934	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BioStar	0	7,3536	4
18	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 50 litros, pacote com 50 unidades, 63x80cm. De 1º qualidade. (12559)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	PRATIK	0	4,8843	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	uau	0	4,9213	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEGA LIXO	0	7,2895	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	PEGA LIXO	0	7,2795	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PEGA LIXO	0	7,2934	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BioStar	0	7,3536	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEGA LIXO	0	7,2895	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	PEGA LIXO	0	7,2795	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PEGA LIXO	0	7,2934	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BioStar	0	7,3536	4
19	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 30 litros, pacote com 50 unidades, 59x62cm. Composição: Material sintético e reciclável, pigmentos e aditivos biodegradável. De 1º qualidade. (12560)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	PRATIK	0	4,8843	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	uau	0	4,9213	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEGA LIXO	0	7,2895	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	PEGA LIXO	0	7,2795	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PEGA LIXO	0	7,2934	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BioStar	0	7,3536	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEGA LIXO	0	7,2895	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	PEGA LIXO	0	7,2795	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PEGA LIXO	0	7,2934	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BioStar	0	7,3536	4



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 7/21

Número do Registro de Preços: 48/2013      Data do Registro: 20/12/2013      Válido até: 20/12/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.		
20	Sabão em pó, caixa de 1kg, para roupas brancas e coloridas, de primeira linha. (12561)	CX	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PEGA LIXO	0	7,2934	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	biostar	0	7,3536	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GIRANDO SO	0	5,7382	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ULTRA CLASSE	0	5,7296	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	POLWAX	0	5,7412	3		
21	Desodorante sanitário tipo pedra sanitária, perfumado - odores variados, embalados em celofane a prova de vazamento, com no mínimo 30g, com ação bactericida e aromatizante e suporte plástico. Prazo de validade de no mínimo 06 meses, e data de fabricação não superior a 60 dias, contados retroativamente da data de entrega do produto. (12562)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ono	0	5,7886	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SANY BRIL	0	1,2710	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SANI MIX	0	1,2493	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SANY	0	1,2717	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sanibox	0	1,2822	4		
22	Detergente líquido, antibacteriano, testado dermatologicamente, que contém tensoativo biodegradável, 500 ml. (12563)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	1,2803	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LIMPINHA	0	1,2586	2		



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 8/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	Rodode borracha, borracha com EVA duplo de 1,5mm, com acabamento de metal resistente, comprimento do rodo de 30 cm, com cabo. De 1ª qualidade. (12564)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	GIRANDO SO	0	1,2810	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ype	0	1,2916	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	5,9905	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CANADA	0	5,9937	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	HARACEM	0	6,0020	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Forta	0	6,0432	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	8,6166	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CANADA	0	8,6212	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	HARACEM	0	8,6414	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Forta	0	8,6924	4
24	Rodo de borracha, borracha com EVA duplo de 1,5mm, com acabamento de metal resistente, comprimento do rodo de 45 cm, com cabo. De 1ª qualidade. (12565)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	5,6727	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CANADA	0	5,6758	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	HARACEM	0	5,6827	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Forta	0	5,6827	4
25	Rodo de espuma. (12566)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	5,6727	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CANADA	0	5,6758	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	HARACEM	0	5,6827	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Forta	0	5,6827	4



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 9/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

26	Fósforo mapo com 10 unidades. (12567)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FIAT LUX	0	2,0560	1
			COOP. REG.AGROP ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Forta	0	5,7226	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	QUE LUZ	0	2,0383	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	GABOARDY	0	2,0571	3
			COOP. REG.AGROP ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Parana	0	2,0741	4
27	Vassoura de palha, material de cerdas palha avermelhadas, cabo madeira, comprimento das cerdas de 40 a 50 cm, vassoura bem firme e forte, na palha amarrada 3 vezes com arame a cada 3cm e na parte superior e amarrado com barbante com 3 camadas, para uso de limpeza em geral. (12568)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	14,6351	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	COLONIAL	0	14,6429	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	14,6810	3
			COOP. REG.AGROP ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Colonial	0	14,7639	4
28	Limpador desengordurante concentrado spray 500 ml. (12569)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	9,4110	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CIF	0	9,4160	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PRATIK	0	9,4398	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 10/21

Número do Registro de Preços: 48/2013      Data do Registro: 20/12/2013      Válido até: 20/12/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
29	Desinfetante, aspecto físico líquido, aplicação bactericida, aroma lavanda, franco de 2lt. (12570)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Cif	0	9,4937	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SEQUINEL	0	3,4579	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LIMPINHA	0	3,4472	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	QUALY	0	3,4597	3		
30	Amaciante de roupa, aspecto físico líquido viscoso, fragrância lavanda, aplicação amaciante de artigos têxteis, solúvel em água, de tudo com 2 litros. (12571)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando sol	0	3,4883	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SEQUINEL	0	3,8877	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	GOTA LIMPA	0	3,8886	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	BABY PLUS	0	3,8898	3		
31	Sabão em barra glicerinado, pacote de 1kg com 5 unidades de 200g cada. (12572)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando sol	0	3,9219	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GIRANDO SO	0	4,1681	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ZAVASKI	0	4,1516	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	GIRANDO SO	0	4,1703	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando sol	0	4,2048	4		



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 11/21

Número do Registro de Preços: 48/2013			Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
32	Filtro coador de papel, para café, de 1º qualidade, tamanho nº103, em caixas com 30 unidades, Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses, e data de fabricação não superior 60 ( sessenta) dias, contatos retroativamente da data de entrega do produto. (12573)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	3 CORAÇÕES	0	3,0934	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	3 CORAÇÕES	0	3,0903	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	BRIGITA	0	3,0950	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Brigitta	0	3,1206	4
33	Toalhas de papel interfolhadas, pacote com 1000 folhas nos tamanhos 22,5 x 20,5 cm com 02 dobras, branco, extra luxo. De 1º qualidade. (12574)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	TUBARÃO	0	6,2802	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DAMASPEL	0	6,2836	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	TUBARÃO	0	6,2932	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Embrast	0	6,3354	4
34	Sabonete líquido bactericida, cremoso anti-séptico neutro e sem aroma. Embalagem de 5 litros. (12575)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAX	0	80,3343	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MAX	0	80,3772	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PROTECT	0	80,6847	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sony	0	81,0409	4



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 12/21

Número do Registro de Preços: 48/2013			Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
35	Desodorizador ambiental em aerosol, sem CFC, essências suaves, efeito neutralizante, fresco de 400ml. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses, e data de fabricação não a superior 60 ( sessenta) dias, contatos retroativamente da data de entrega do produto. (12576)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GLADE	0	7,2054	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	BOWAR	0	7,1999	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ULTRA FRESH	0	7,2137	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Bom Ar	0	7,2688	4
36	Copo descartável, estriado, branco, com borda redobrada, em polipropileno ou poliestireno atóxico, forte, de 1º qualidade, com capacidade para 180 ml, que atende a Norma ABNT NBR 14.865/2002, embalado em pacotes de 100 unidades e acondicionados em caixas de papelão com 2.500 unidades. (12577)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	COPOSUL	0	343,4489	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	TOTALPLAST	0	343,6323	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	CRISTAL COP	0	344,9998	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Copobras	0	346,4698	4
37	Esfregão de aço. (9707)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SANY BRIL	0	1,3271	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	GAUCHO	0	1,3150	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	INOVE	0	1,3278	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Romar	0	1,3387	4



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 13/21

Número do Registro de Preços: 48/2013      Data do Registro: 20/12/2013      Válido até: 20/12/2014						
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
38	Lenço umedecido, refil, testado dermatologicamente, pacote com 400 unidades. (12578)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PIKTUCHO	0	7,9250
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ANJINHO	0	7,9283
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	FERINHA	0	7,9370
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Baby Piss	0	7,9947
39	Pano para limpeza para limpeza tipo saco, duplo, lavado e alvejado, forte, grosso, com alta absorção, 100% algodão, de 1º qualidade. Medidas mínima de 42cmx65cm. (12579)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARTINS	0	3,8504
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MARTINS	0	3,8511
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MARTINS	0	3,8524
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Martim	0	3,8842
40	Sabonete sólido, branco, infantil, 60 gramas. (12580)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	1 2 3 BABY	0	1,6635
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	POM POM	0	1,6438
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ANJINHO	0	1,6644
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Pom pom	0	1,6781
41	Vassourade nylon com cerdas macias, cepo plástico de 22 cm, cerdas de 11,5 cm cor plumagem nas pontas, com cabo rosqueado de madeira plastificada, para limpeza em geral, tipo domestica. (12581)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	7,2054



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 14/21

Número do Registro de Preços: 48/2013      Data do Registro: 20/12/2013      Válido até: 20/12/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
42	Prendedor de roupa de plástico, pacote com 12 unidades. (12582)	PCT	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CANADA	0	7,2093	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	7,2137	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Betannim	0	7,2688	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	1,7289	1		
43	Luva de borrachade borracha tamanho médio para limpeza, resistente, colorida, anti derrapante na face externa, moldada automaticamente, com forração antialérgica. De 1ª qualidade. (12583)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ZAVASKI	0	1,7189	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	GABOARDY	0	1,7298	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Parana	0	1,7441	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	5,7288	1		
44	Pá de lixo uso domestica em plástico se prende ao cabo de vassoura, com acabamento de perfil em borracha recolhendo melhor a sujeira, 25x30cm. (12584)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	NOBRE	0	5,7296	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DANNY	0	5,7319	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ideatex	0	5,7792	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	9,7100	1		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CANADA	0	9,7152	2		



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
45	Limpa forno,frasco c/ aproximadamente 225 ml. (12585)		JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	HARACEM	0	9,7310	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Condor	0	9,7954	4
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	8,5044	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EASY OFF	0	9,2664	2
46	Lixa ferro, material óxido de alumínio, tipo lixa papel ferro, apresentação folha, tipo grão n°.100, comprimento 280 mm, largura 215 mm, para fogão. (12566)		JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	PRATIK	0	9,2708	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Easy off	0	9,3429	4
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FIAT	0	1,2616	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	3M	0	1,2493	2
47	Pano de prato, 100% algodão. Medidas 45x70cm. Com bainha, de 1º qualidade. (12587)		DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	3M	0	1,2623	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Norton	0	1,2727	4
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARTINS	0	2,9158	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	MARTINS	0	2,9118	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MARTINS	0	2,9174	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 16/21

Número do Registro de Preços: 48/2013			Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
48	Balde plástico/polipropileno 20 litros com alça de metal. (12588)		COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	TEka	0	2,9415	4
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	ARQUIPLAST	0	6,7194	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ARQPLAST	0	6,7230	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MARTINS	0	6,7253	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CDK	0	6,7786	4
49	Luva de procedimentos, descartável, não estéril - tamanho médio; em látex natural. Caixa com 100 unidades.Complemento: textura uniforme, espessura média de 0,16 milímetros e comprimento mínimo de 25 centímetros, ambidestra,boa elasticidade, resistente ao calçar, lubrificada com pó bio-absorvível, confortável e anatômica com empunhadura justa. Na embalagem deverá constar data de fabricação, validade, número de lote e registro no MS. (12589)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	TALGE	0	4,2803	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	DESCARPA	0	4,2738	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	TALGE	0	4,2825	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sony	0	4,3179	4
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SETE LEGUA	0	34,3355	1
50	Bota de borracha branca Nº 37, cano longo, especificações técnica, calçado de segurança, tipo bota, cano longo, cabedal em pvc, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, solado em poliuretano mono densidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana; sem cadarço; sem gravação. (12590)		DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	VULCABRAS	0	34,3165	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013**

Página: 17/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
51	Bota de borracha branca Nº 38, cano longo, especificações técnica, calçado de segurança, tipo bota, cano longo, cabedal em pvc, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, solado em poliuretano mono densidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana, sem cadarço, sem gravação. (12591)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	SETE LÉGUA	0	34,4718	3			
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Robusta	0	34,6375	4			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8815)	SETE LEGUA	0	34,3355	1			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	VUSCABRAS	0	34,3539	2			
52	Bota de borracha branca Nº 39, cano longo, especificações técnica, calçado de segurança, tipo bota, cano longo, cabedal em pvc, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, solado em poliuretano mono densidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana, sem cadarço, sem gravação. (12592)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	SETE LÉGUA	0	34,4718	3			
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Robusta	0	34,6375	4			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8815)	SETE LEGUA	0	34,3355	1			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	VULCABRAS	0	34,3539	2			
53	Bota de borracha branca Nº 40, cano longo, especificações técnica, calçado de segurança, tipo bota, cano longo, cabedal em pvc, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, solado em poliuretano mono densidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana, sem cadarço, sem gravação. (12593)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	SETE LÉGUA	0	34,4718	3			
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Robusta	0	34,6375	4			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8815)	SETE LEGUA	0	34,3355	1			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	VULCABRAS	0	34,3539	2			



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 18/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

54	Bola de borracha branca Nº 42, cano longo, especificações técnica, calçado de segurança, tipo bota, cano longo, cabedal em pvc, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, solado em poliuretano mono densidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana, sem cadarço, sem gravação. (12594)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	VULCABRAS	0	34,3539	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	SETE LÉGUA	0	34,4718	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Robusta	0	34,6375	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SETE LEGUA	0	34,3355	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	VULCABRAS	0	34,3539	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	SETE LÉGUA	0	34,4718	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Robusta	0	34,6375	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARCOTEX	0	14,0837	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	KARSTEN	0	14,0913	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	REISTEN	0	14,1363	3
55	Toalha de banho em cor escura no mínimo 70x130cm. (12595)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Karsten	0	14,2076	4



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 19/21

Número do Registro de Preços: 48/2013      Data do Registro: 20/12/2013      Válido até: 20/12/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
56	Super rodo absorvente, com alavanca de plástico altamente resistente de formato anatômico. Duplo rolete de torção para espremer o refil. Base de plástico altamente resistente. Cabo inteiro em aço inox e encaixe com 2 pinos. Espuma do refil feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa micra com 28cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água. (12596)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8815)	NOBRE	0	25,3919	1		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	KM	0	25,4054	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	BETTANIM	0	25,5016	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sony	0	25,6152	4		
57	Refil para Super rodo absorvente em espuma feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa micra com 28 cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água. (12597)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8815)	NOBRE	0	7,3176	1		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	KM	0	7,3215	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	BETTANIM	0	7,3284	3		



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 20/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	sony	0	7.3819	4



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 21/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014	
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2013

PROCESSO Nº 87/2013

- (6152) - COOP. REG.AGROPALTO VALE ITAJAI LTDA.
- (8615) - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME
- (8738) - DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME
- (8903) - JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME

Braço do Trombudo, 20 de Dezembro de 2013.



Registro de Preços Para Aquisição de Leite Zero Lactose Para O Ensino Infantil, Creche E Fundamental da Rede de Ensino do Município de

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 49/2013

Página: 1/2

Número do Registro de Preços: 49/2013

Data do Registro: 20/12/2013

Válido até: 20/12/2014

Objeto da Compra:

Registro de preços para aquisição de Leite Zero Lactose para o ensino infantil, creche e fundamental da rede de ensino do Município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Leite Zero Lactose, embalagem Tetra Pack de 1 litro com identificação do produto, rótulo com ingredientes, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 2 meses a contar da data da entrega. (12607)	L	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Tirol	0	4,1800	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 49/2013

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 49/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014	
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de Leite Zero Lactose para o ensino infantil, creche e fundamental da rede de ensino do Município de Braço do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS N° 49/2013  
PROCESSO N° 90/2013

(6152) - COOP. REG.AGROPALTO VALE ITAJAI LTDA.

Braço do Trombudo, 20 de Dezembro de 2013.



Serviço de Transporte Escolar da Rede Municipal E Estadual do Ensino Fundamental, Infantil E Médio do Município de Braço do Trombudo.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 50/2013

Página: 1/6

Número do Registro de Preços: 50/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Serviço de transporte escolar da rede municipal e estadual do ensino fundamental, infantil e médio do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	Saída 6h: Rua Tiradentes - Braço Novo - Ribeirão Ernesto - ENBT Km 20 - Rua Duque de Caxias - Rua Dom Pedro - EEB Adolfo Boving - Rua Leopoldo Joenck - Rua 26 de Setembro - Rua Amadeu Hercílio da Silva - Rua Dom Pedro - Tamandaré - Rua Alfredo Kufis - Rua Tiradentes - ENBT Km 20. Retorno aproximado: 7h e 20 min.  Saída 11h e 20min: ENBT Km 20 - Rua Duque de Caxias - Amadeu Hercílio da Silva - Rua 26 de Setembro - Rua Leopoldo Joenck - EEB Adolfo Boving - Rua Dom Pedro I - Rua Tiradentes - Braço Novo - Ribeirão Ernesto - ENBT Km 20 - Rua Duque de Caxias - EEB Adolfo Boving - Rua Amadeu Hercílio da Silva - Rua 26 de Setembro - Rua Leopoldo Joenck - EEB Adolfo Boving - Rua Dom Pedro - Rua Tamandaré - Rua Alfredo Kufis - Tiradentes - ENBT Km 20 - Rua Duque de Caxias - SC 426 - Rua dos Pioneiros - ENBT Km 15 - SC 426 - Rua Tiradentes - ENBR Km 20. Retorno aproximado: 13h.  Saída 16h e 50min: ENBT Km 15 - SC 426 - EEB Adolfo Boving - Rua Leopoldo Joenck - Rua Amadeu Hercílio da Silva - Rua Tamandaré - Rua Alfredo Kufis - Tiradentes - Tamandaré - EEB Adolfo Boving - Rua Leopoldo Joenck - Rua Amadeu Hercílio da Silva - Braço Novo - Ribeirão Ernesto - ENBT Km 20 - Rua Duque de Caxias - EEB Adolfo Boving. Retorno aproximado: 18h e 30min.  Capacidade de 40 lugares. (12464)	KM	G.G. TURISMO LTDA ME (8766)		0	2.7400	1
---	--	----	-----------------------------	--	---	--------	---

Styllus Transportes Coletivo Ltda (9222)	0	2.7500	2
Laudemir Falkiewicz - ME (9223)	0	2.9200	3
COMPANY TUR - CLONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)	0	3.3600	4
BRAULIO REIF (6729)	0	3.3700	5



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 50/2013

Número do Registro de Preços: 50/2013      Data do Registro: 20/12/2013      Válido até: 20/12/2014

Objeto da Compra: Serviço de transporte escolar da rede municipal e estadual do ensino fundamental, infantil e médio do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Saída 5h e 50min: Rod.BRT 205 - Estrada Geral Ribeirão Vitória até a divisa com o Corruichel (Pouso Redondo) - Cascalheira - Celso Verdi - Tifa Wespahl - Baixa Vitória - entrada ao lado da casa do Sr. Eron Franz - Tifa dos Baade - Transfaller - SC 426 - ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - SC 426 - EEB Adolfo Boving - Rua 26 de Setembro - Rua Amadeu Hercílio da Silva - Rua Duque de Caxias - ENBT Km 20 - Rua Tiradentes - EEB Adolfo Boving - SC 426 - ENBT Km 15. Retorno aproximado: 7h e 20min.  Saída 11h e 20min: ENBT Km 15 - Rod SC 426 - EEB Adolfo Boving - Morro Silva - Rod. SC 426 - ENBT Km 15 - Transfaller - Travessa Transfaller/Rib. Vitória - Saída ao lado da casa do Sr. Eron Franz - Entrada propriedade Osni Rode - Estrada Geral Vitória até a divisa Corruichel (Pouso Redondo) - Celso Verdi - desce até a casa do Sr. Amadeu de Liz - Tifa Wespahl retornando a Estrada Geral - Travessa Transfaller/Rib. Vitória - Transfaller - Rod SC 426 - ENBT Km 15 - Rod SC 426 - EEB Adolfo Boving. Retorno aproximado: 13h.  Saída 16h e 50min - ENBT Km 15 - Rod SC 426 - EEB Adolfo Boving - Rod SC 426 - Transfaller - Rod BRT 205 - Tifa Baade - Saída ao lado da casa do Sr. Eron Franz - Baixa Vitória - Estrada Geral Vitória até a divisa Corruichel (Pouso Redondo) - Celso Verdi - desce até a casa do Sr. Amadeu de Liz - Tifa Wespahl retornando a Estrada Geral - Baixa Vitória - entrada ao lado da casa do Sr. Eron Franz - Tifa dos Baade - Transfaller - SC 426 - ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - SC 426 - EEB Adolfo Boving. Retorno Aproximado: 18h e 20 min. Capacidade mínima para 25 lugares. (12465)	KM	G. G. TURISMO LTDA ME (8766)		0	2,5900	1
			Styllus Transportes Coletivo Ltda (9222)		0	2,6000	2
			COMPANY TUR - CLONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	2,6300	3
			Laudemir Falkevecz - ME (9223)		0	2,6600	4
			BRAULIO REIF (6729)		0	3,0700	5



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 50/2013

Página: 3/6

Número do Registro de Preços: 50/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Serviço de transporte escolar da rede municipal e estadual do ensino fundamental, infantil e médio do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	Saída 6h e 30min: EB Adriano Mosimann - Furnas - Águas Sulfurosas - Rua Duque de Caxias - EEB Adolfo Boving - Rua Tiradentes - ENBT Km 20 - Furnas - Serril. Retorno aproximado: 7h e 20min.  Saída 11h e 30min: EB Adriano Mosimann - Furnas - Águas Sulfurosas - ENBT Km 20 - Rua Tiradentes - Morro Silva - EEB Adolfo Boving - Duque de Caxias - Águas Sulfurosas - Furnas - Final das Furnas - Morro do Santo Antônio - EB Adriano Mosimann. Retorno aproximado: 12h e 50min.  Saída 17h - EB Adriano Mosimann - Santo Antônio - Furnas - Águas Sulfurosas - Rua Duque de Caxias - EEB Adolfo Boving - Rua Tiradentes - ENBT Km 20 - Furnas - Serril. Retorno aproximado: 18h 20min.  Saída as 22h e 10min: Saída Adolfo Boeving - Águas Sulfurosas - Serril. Retorno aproximado 23h e 45 min. Capacidade mínima de 40 lugares. (12466)	KM	G.G. TURISMO LTDA ME (8766)		0	2,7400	1
			Styllus Transportes Coletivo Ltda (9222)		0	2,7500	2
			Laudemir Falkievicz - ME (9223)		0	2,9200	3
			BRAULIO REIF (6729)		0	3,3700	4
			COMPANY TUR - CLONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	3,3700	5



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 50/2013

Número do Registro de Preços: 50/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Serviço de transporte escolar da rede municipal e estadual do ensino fundamental, infantil e médio do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

4	Saída 6h e 10min: ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - Rod SC 426 - EEB Adolfo Boving - Rua dos Pioneiros - Ribeirão Concórdia - Estrada Geral (Residência Marcolino) - Serri - EB Adriano Mosimann - CEI Edson Arndt - Estrada Geral - Residência Egon Becker - Serri - Ribeirão Concórdia - ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - Rod SC 426 - EEB Adolfo Boving. Retorno aproximando: 7h e 20min. Saída 11h e 20min: ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - Rod SC 426 - Duque de Caxias - ENBT Km 20 - CEI Emilia Rinnert - EEB Adolfo Boving - Rua dos Pioneiros - Ribeirão Concórdia - Estrada Geral (Valdeir Lemos) - EB Adriano Mosimann - CEI Edson Arndt - Estrada Geral (Altamiro dos Santos) - Ribeirão Concórdia - ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - ROD SC 426 - Avenida Erica Hansen Joenck - EEB Adolfo Boving - Dom Pedro - Tamandaré - Dom Pedro - SC 426 - ENBT - Km 15 - CEI Tecla Georg. Retorno aproximando: 12h e 45min. Saída 17h: ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - Rod SC 426 - Duque de Caxias - ENBT Km 20 - CEI Emilia Rinnert - EEB Adolfo Boving - Rua dos Pioneiros - Ribeirão Concórdia - Estrada Geral (Valdeir Lemos) - EB Adriano Mosimann - CEI Edson Arndt - Estrada Geral (Altamiro dos Santos) - Ribeirão Concórdia - ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - ROD SC 426 - Avenida Erica Hansen Joenck - EEB Adolfo Boving - Dom Pedro - Tamandaré - Dom Pedro - SC 426 - ENBT - Km 15 - CEI Tecla Georg. Retorno aproximando: 18h e 20min. Saída 22h e 10min: Colégio - Varandão - Lar Beneficente João 3:16 - ENBT Km 15 - Transfalter - Baixa Vitória - Final da Vitória. Retorno aproximado: 23h e 30min.  Capacidade mínima de 40 lugares. (12467)	KM	Syllus Transportes Coletivo Ltda (9222)	0	2,5000	1
			G.G. TURISMO LTDA ME (8766)	0	2,9000	2
			Laudemir Falkiewicz - ME (9223)	0	2,9200	3
			BRAULIO REIF (6729)	0	3,3700	4



Página: 5/6

**Número do Registro de Preços:** 50/2013      **Data do Registro:** 20/12/2013      **Válido até:** 20/12/2014

**Objeto da Compra:** Serviço de transporte escolar da rede municipal e estadual do ensino fundamental, infantil e médio do município de Braço do Trombudo.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 50/2013

Página: 6/6

Número do Registro de Preços: 50/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014	
Objeto da Compra: Serviço de transporte escolar da rede municipal e estadual do ensino fundamental, infantil e médio do município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2013  
PROCESSO Nº 88/2013

- (6729) - BRAULIO REIF
- (8291) - COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD
- (8766) - G.G. TURISMO LTDA ME
- (9222) - Stylus Transportes Coletivo Ltda
- (9223) - Laudemir Falkievicz - ME

Braço do Trombudo, 20 de Dezembro de 2013.



**Brusque****PREFEITURA****Extrato Processo Licitatorio Nº 001/2014 SAMAE**

PROCESSO LICITATORIO Nº 001/2014

MODALIDADE DE INEXIGIBILIDADE

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA RECEBIMENTO DAS FATURAS DE AGUA

Face ao constante dos autos, referente ao Processo Licitatório 001/2014, referente à modalidade de Inexigibilidade, homologo o procedimento licitatório, com fundamento no inciso VI do artigo 43 da Lei nº 8.666/93.

Adjudicando a empresa Banco Santander (Brasil) S/A. Publique-se nos termos do artigo 26 da Lei 8666/93.

19/03/2014

Rogério Ristow

Diretor Presidente

**Caçador****PREFEITURA****Resolução 21/2014 Substitui Membros CMAS**

Resolução 21/2014 de 11 de março de 2014.

Dispõe sobre a substituição de membros das Comissões Permanentes do CMAS, Gestão 2013/2015 nomeados pela Resolução 13/2013 de 13 de agosto de 2013.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, reunido em Assembléia Ordinária no dia 11 de março de 2014, no uso de suas competências e atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 2.869, de 22 de dezembro de 2011.

CONSIDERANDO a substituição de alguns membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária do dia 11 de março de 2014, ata nº 223.

Resolve:

Art. 1º Substituir alguns membros das Comissões Permanentes do CMAS, Gestão 2013/2015, conforme segue:

I. COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO:

Governamental: ...

Governamental: ...

Não-Governamental: ...

Não Governamental: Odilamar Bertazzi.

II. COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:

Governamental: Luciana Marques

Governamental: ...

Não-Governamental: ...

Não Governamental: Genéia Lucas dos Santos.

III. COMISSÃO DE CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E FINANÇAS:

Governamental: ...

Governamental: ...

Não-Governamental: ...

Não-Governamental: ...

IV. COMISSÃO DE INSCRIÇÃO:

Governamental: Clayton Luiz Zanella

Governamental: ...

Não-Governamental: ...

Não-Governamental: ...

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 11 de março de 2014.

Andréia Teresinha de Almeida

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

**Resolução 22/2014**

Resolução 22/2014 de 19 de março de 2014.

Dispõe sobre o Termo de Aceite 2014 dos Serviços de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens até 21 anos.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, reunido em Assembléia Extraordinária no dia 19 de março de 2014, no uso de suas competências e atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 2.869, de 22 de dezembro de 2011.



CONSIDERANDO a Resolução nº 15, de 05 de setembro de 2013, e nº 17 de 03 de outubro de 2013, aprovadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, por meio das Resoluções nº 23, de 27 de setembro de 2013 e nº 31 de outubro de 2013. CONSIDERANDO o Termo de Aceite 2014 Serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens até 21 anos apresentado pela Secretaria Municipal de Assistência Social. CONSIDERANDO a Reunião Extraordinária do dia 19 de março de 2014, ata nº 224.

Resolve:

Art. 1º Aprovar por unanimidade o Termo de Aceite 2014 dos Serviços de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens até 21 anos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 19 de março de 2014.

Andréia Teresinha de Almeida

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

### **Editais de Convocação Nº 004**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004, de 19 de Março de 2014.

Convoca aprovada em Concurso Público do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador - IPPUC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 37 e 41, da Constituição Federal, combinado com o art. 17, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto no art. 15, inciso I e art. 16, inciso VIII, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONVOCA:

A cidadã, a seguir relacionada, classificada em Concurso Público do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador - IPPUC, conforme Edital nº 01, de 31/05/2010, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO, de acordo com o Decreto nº 4.625, de 24 de setembro de 2010, que homologou o resultado final do Concurso, prorrogado pelo Decreto nº 5.318, de 09 de agosto de 2012, conforme sequência de classificação:

ARQUITETO

Maria Karla Faoro Graeff

a) A candidata deverá se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Concurso de Ingresso.

b) A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de Março de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

## **Camboriú**

### **PREFEITURA**

#### **PR 05/14 - FMAS**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2014-FMAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO NO LOCAL DE CADA EVENTO COM CARRO DE SOM PELAS RUAS DA CIDADE DE CAMBORIÚ, TOTALIZANDO DEZ EVENTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO - ACESSUAS TRABALHO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 02 (Dois) de Abril de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 19 de Março de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

#### **Resultado PR 1/2014 - FUMREBOM**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2014-FUMREBOM

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:

ITEM 01 – VENCEDOR: CAMVEL CAMBORIÚ VEÍCULOS LTDA

ITEM 02 - FRACASSADA

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 19 de Março de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

#### **PR 2/14 - FUNREBOM**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2014-FUNREBOM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO CAMINHONETE, ZERO QUILOMETRO, FABRICAÇÃO NACIONAL, ANO/MODELO 2014, NA COR VERMELHA CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA DESTINADO AO CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.



ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 14:00 horas do dia 8 (Oito) de Abril de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 19 de Março de 2014.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

#### **DI 5/14 - FMS**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 005/2014 – FMS  
Data: 19/03/2014

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, SALA COMERCIAL DE 110M2, PELO PERÍODO DE 12 MESES, PARA AS INSTALAÇÕES DO ALMOXARIFADO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM, ODONTOLÓGICO, EXPEDIENTE, LIMPEZA E IMPRESSOS, NA RUA JOAQUIM AGOSTINHO VIEIRA, Nº 225, SALA Nº01, CENTRO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Valor total: 26.400,00 (Vinte e Seis Mil e Quatrocentos Reais)  
Secretaria: Secretaria Municipal de Saúde.  
Contratada: VALDELEIS CANDIDO DA SILVA  
Embasamento legal: artigo 24, inciso "X", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 19 de Março de 2014.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
PREFEITA MUNICIPAL

#### **Decreto 1.824/2014**

DECRETO N.º 1.824/2014  
Regulamenta a Lei Municipal n.º 2.447 de 13 de abril de 2012.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 79, VII, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO a permissão de uso do Estádio Roberto Santos Garcia à Associação Camboriú Futebol Clube, decorrente da Lei Municipal n.º 2.447/2012;

CONSIDERANDO que a permissão de uso pode ser renovada caso exista interesse público, conforme previsto no artigo 6º da Lei Municipal n.º 2.447/2012;

CONSIDERANDO a existência de interesse público na prorrogação da referida permissão de uso, em razão das competições disputadas pelo Camboriú Futebol Clube, o qual representa o Município, contribuindo com a divulgação deste no Estado de Santa Catarina e, até mesmo, no cenário nacional;

CONSIDERANDO que não existe no Município de Camboriú outro estádio com capacidade para receber os jogos oficiais do Campeonato Catarinense;

CONSIDERANDO que a disputa de jogos oficiais no mencionado estádio é uma opção de entretenimento para a comunidade camboriuense, bem como um incentivo à prática de esportes;

DECRETA:  
Art. 1º Fica prorrogada, até a data de 31 de dezembro de 2016,

a permissão de uso concedida por meio da Lei Municipal n.º 2.447/2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC, Em, 14 de março de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa  
Secretário M. de Administração



# Campo Alegre

## PREFEITURA

### Ata Pregão 18/2014

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 18/2014)

Aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak, Pregoeira Municipal e Irineu Woitskovski Junior, membro da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 18/2014, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a aquisição de utensílios de cozinha para as escolas da rede municipal de ensino e para as creches municipais. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: Comercial Vitória Ltda, Satélite Comercial Ltda, Papelaria São Bento Ltda, Expressão Com.de Mat. De Informática e Serviços Ltda, 3A Comércio de Móveis e Refrigeração Ltda. Passou-se ao credenciamento dos licitantes, sendo Sra. Veronica Solange Rigo Scherer, representante da empresa Comercial Vitória Ltda, Sr Thiago Castro Vilha, representante da empresa Satélite Comercial Ltda, Sr.Charles Gilson Ritzmann representante da empresa Papelaria São Bento Ltda, sendo Sr.Eduardo Rafael Pereira representante da empresa Expressão Com.de Mat. De Informática e Serviços Ltda, e Sr. José Leocádio Cordeiro, representante da empresa 3A Comércio de Móveis e Refrigeração Ltda. As empresas licitantes apresentaram a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e todas comprovaram o enquadramento como empresa de pequeno porte e microempresa. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito menor preço UNITÁRIO.

#### ITEM 01

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Papelaria São Bento	6,88	6,75	1ª	HABILITADA
Satélite	6,80	6,77	2ª	-----
Vitória	6,80	6,80	3ª	-----
Expressão	6,90	6,90	4ª	
3A	6,90	6,90	5ª	

#### ITEM 02

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Papelaria São Bento	4,98	4,80	1ª	HABILITADA
Vitória	4,90	4,90	2ª	-----
Satélite	4,92	4,92	3ª	-----
Expressão	5,00	5,00	4ª	

#### ITEM 03

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Papelaria São Bento	19,40	19,00	1ª	HABILITADA
Vitória	19,20	19,20	2ª	-----
Expressão	20,00	20,00	3ª	-----
3A	20,00	20,00	4ª	

#### ITEM 04

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
NÃO HOUVE PROPOSTA VÁLIDA PARA ESTE ITEM				

#### ITEM 05

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Papelaria São Bento	74,98	74,50	1ª	HABILITADA
Satélite	74,90	74,55	2ª	-----
Vitória	74,60	74,60	3ª	-----
Expressão	75,00	75,00	4ª	

#### ITEM 06

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Papelaria São Bento	3,49	3,30	1ª	HABILITADA
Satélite	3,38	3,31	2ª	-----
Vitória	3,45	3,45	3ª	-----
Expressão	3,50	3,50	4ª	
3A	3,50	3,50	5ª	

#### ITEM 07

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Papelaria São Bento	42,00	41,50	1ª	HABILITADA
Vitória	41,59	41,52	2ª	-----
Satélite	41,88	41,53	3ª	-----
Expressão	42,00	42,00	4ª	
3A	42,00	42,00	5ª	

#### ITEM 08

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Papelaria São Bento	34,98	34,40	1ª	HABILITADA



Satélite	34,85	34,44	2ª	-----
Expressão	35,00	34,50	3ª	-----
Vitória	34,60	34,60	4ª	
3A	35,00	35,00	5ª	

## ITEM 09

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Papelaria São Bento	19,95	19,00	1ª	HABILITADA
Satélite	19,91	19,12	2ª	-----
Vitória	19,25	19,15	3ª	-----
Expressão	20,00	20,00	4ª	

## ITEM 10

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Papelaria São Bento	13,95	13,40	1ª	HABILITADA
Satélite	13,94	13,43	2ª	-----
Expressão	14,00	13,50	3ª	-----
Vitória	13,60	13,60	4ª	

## ITEM 11

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Papelaria São Bento	284,50	276,80	1ª	HABILITADA
Satélite	282,00	277,00	2ª	-----
Vitória	284,40	279,50	3ª	-----
Expressão	285,00	281,00	4ª	
3A	285,00	285,00	5ª	

## ITEM 012

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Papelaria São Bento	6,95	6,45	1ª	HABILITADA
Satélite	6,80	6,49	2ª	-----
Vitória	6,60	6,60	3ª	-----
Expressão	7,00	7,00	4ª	

Considerando a classificação e habilitação das empresas primeiras classificadas em cada item a Pregoeira as declara vencedoras desta licitação conforme especificado na tabela acima. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

**Decreto Nº 8.267 de 14 de Março de 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.267 DE 14 DE MARÇO DE 2014

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 a 312 e suas alterações;

## DECRETA:

Art.1º) Fica prorrogado a partir de 14 de março de 2013 até a data de 15 de setembro de 2014, o Contrato Temporário Regime Jurídico: Especial Administrativo previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, da Srª. CHRISTINA DE MEDEIROS, Registro no Sistema Sob nº 955280, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de Caráter Temporário – Regime Jurídico: Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com carga horária de 12 (doze) horas semanais, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 039 de 12 de dezembro de 2006.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006/2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 039 de 12 de Dezembro de 2006, é o de Nível 6 Sub-Nível 61 referência A, no valor de R\$ 36,65 (trinta e seis reais e sessenta e cinco centavos) por hora, além de 40% (quarenta por cento) do valor da hora à título de Gratificação Especial Médica, pelo período de 14 de março de 2013 a 15 de setembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 14 de março de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/03/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 8.268 de 14 de Março de 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.268 DE 14 DE MARÇO DE 2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, a Servidora ocupante do cargo público e exercendo a função de Enfermeira – ALEXANDRA DA ROCHA, matrícula



funcional nº 000606, registro no sistema sob o nº 954867, declarando vacância no Cargo Público de Enfermeira, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 14 de março de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 14 de março de 2014.

RUBENS BLASKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 14/03/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 8.269 de 19 de Março de 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.269 DE 19 DE MARÇO DE 2014

DISPÕE SOBRE RESCISÃO A PEDIDO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir a pedido o Contrato o Temporário firmado com a Srª. KARINA MAGALHÃES CASTRO SAMPAIO, no cargo público e exercendo a função de Enfermeira, Registro no Sistema nº 955335, a partir de 19 de março de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de março de 2014.

RUBENS BLASKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/03/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 8.270 de 19 de Março de 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.270 DE 19 DE MARÇO DE 2014

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 20; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. NEUSA DO CARMO CALISTRO, Matrícula Funcional nº 000762, Registro no Sistema sob nº 955363, ao cargo público e na função de Agente Administrativo II, Categoria Funcional: Atividades de Nível Médio, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 4 Sub-Nível 41, Referência A, no valor de R\$ 1.128,21 (um mil, cento e vinte e oito reais, vinte e um centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. NEUSA DO CARMO CALISTRO, aprovada em 14º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2012, homologado pelo Decreto 7.026 em data de 16 de maio de 2012.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de março de 2014.

RUBENS BLASKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/03/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 8.271 de 19 de Março de 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.271 DE 20 DE MARÇO DE 2014

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300, Inciso VII e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar o Sr. SIDNEI TELMA, Registro no Sistema sob nº 955364, para exercer o cargo público de Motorista, na função de Motorista – Ônibus Escolar, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível 3, Sub-Nível 31, Referência A, no valor de R\$ 981,05 (novecentos e oitenta e um reais, cinco centavos) mensais, pelo período de 20 de março de 2014 à 20 de março de 2015.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude do contratado ter sido aprovado no Processo Seletivo nº 011/2013, em 4º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de março de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 20/03/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 10.861 de 14 de Março de 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 10.861 DE 14 DE MARÇO DE 2014

ALTERA DISPOSIÇÕES DO ART. 1º DA PORTARIA Nº 10.422 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art.1º) Alterar as disposições do Art. 1º da Portaria nº 10.422 de 09 de dezembro de 2013, o qual passa a ter a seguinte redação:

"Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Atendente de Sala, LECIANE KARINE DE ANDRADE TORRES, Matrícula Funcional nº 000730, Registro no Sistema sob nº 955247, referente ao período aquisitivo 02 de maio de 2013 à 31 de dezembro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de dezembro de 2013.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 14 de março de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 14/03/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 10.862 de 14 de Março de 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 10.862 DE 14 DE MARÇO DE 2014

Concede LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio a Servidora Pública, ocupante do

cargo de público de Agente Operacional I, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, SOLANGE GARCIA, Matrícula Funcional nº 343, Registro no Sistema sob nº 352700, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 08 de junho de 2008 a 08 de junho de 2011.,

Art.2º) A servidora gozará sua Licença Prêmio no período de 05 de março de 2014 à 03 de março de 2014.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 14 de março de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 14/03/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 10.863 de 14 de Março de 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 10.863 DE 14 DE MARÇO DE 2014

Concede LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio a Servidora Pública, ocupante do cargo de público e na função de Agente Comunitário de Saúde, SIRLEI APARECIDA DERENIEVICZ, Matrícula Funcional nº 000530, Registro no Sistema sob nº 954633, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 03 de março de 2008 a 03 de junho de 2011.

Art.2º) A servidora gozará sua Licença Prêmio no período de 19 de março de 2014 à 17 de março de 2014.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 14 de março de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 14/03/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito



**Portaria Nº 10.864 de 14 de Março de 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 10.864 DE 19 DE MARÇO De 2014

Concede FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

**RESOLVE:**

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional III, exercendo a função de Operador de Máquinas e Veículos Pesados, CLODOALDO DA ROSA, Matrícula Funcional nº 000104, Registro no Sistema sob nº 183000, referente aos períodos aquisitivos: 12 de março de 2012 à 11 de março de 2013 = 03 (zero três) dias; 12 de março de 2013 à 11 de março de 2014 = 17 (dezesete) dias, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo 12 de março de 2013 a 11 de março de 2014.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 19 de março de 2014 à 04 de abril de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de março de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/03/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 10.865 de 19 de Março de 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 10.865 DE 19 DE MARÇO De 2014

Concede FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO A SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 19 (dezenove) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Auxiliar de Enfermagem, exercendo a função gratificada de Chefe do Serviço de Apoio Administrativo a Saúde, ANA MARIA DOS SANTOS HERBST, Matrícula Funcional nº 330, Registro no Sistema sob nº 129040, referente ao período aquisitivo 11 de novembro de 2012 à 10 de novembro de 2013

Art.2º) A Chefe do Serviço de Apoio Administrativo a Saúde gozará as férias no período de 19 de março de 2014 à 06 de abril de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de março de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/03/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito



# Campos Novos

## PREFEITURA

### Aviso de Licitação CC 01/2014

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Concorrência Nº 01/2014

O Município de Campos Novos, através do Prefeito Municipal Nelson Cruz, torna público que fará realizar no dia 23 de abril de 2014 às 16 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Permissão de uso de sala comercial - guarda volumes- do prédio do terminal rodoviário municipal, Pedro Ivo Campos, localizada na Rua Agenor Trucollo, Bairro São Sebastião, neste município, em conformidade com as especificações descritas no anexo I.

O Edital que está amparado na Lei de Licitações 8666/93, e suas alterações posteriores, encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br), ou na sede da Prefeitura, localizada à Rua Expedicionário J. B. de Almeida, 323, Centro, Campos Novos S.C. no horário das 08:30 horas as 11:00 horas e das 13.30 às 17:00 horas diariamente.

Campos Novos, 20 de março de 2014.

Nelson Cruz

Prefeito Municipal

### Aviso de Licitação TP 07/2014

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

TOMADA DE PREÇO Nº 07/2014

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 04 de abril de 2014 às 14h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, TOMADA DE PREÇO DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONCLUSÃO DA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES OSNI JACOMEL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO BÁSICO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30min às 11horas e das 13h30min às 17 horas, diariamente.

Campos Novos, 20 de março de 2014.

Nelson Cruz

Prefeito Municipal

### Aviso de Licitação TP 08/2014

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

TOMADA DE PREÇO Nº 08/2014

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 04 de abril de 2014 às 16 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, TOMADA DE PREÇO DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONCLUSÃO DA OBRA DE REFORMA, AMPLIAÇÃO E COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO BÁSICO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida

nº 323, no horário das 8h30min às 11horas e das 13h30min às 17 horas, diariamente.

Campos Novos, 20 de março de 2014.

Nelson Cruz

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 6.970/14 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município

DECRETO Nº 6.970/14 DE 18/03/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 352.000,00 (trezentos e cinquenta e dois mil reais) no projeto e atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 01 – GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 – Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

Elementos de despesa: 4 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 02 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.001 – Manutenção do Departamento de Planejamento, Organização e Coordenação Geral

Elementos de despesa: 7 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 12.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.002 – Manutenção da Secretaria de Administração

Elementos de despesa: 28 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 15.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.008 – Manutenção do Departamento de Finanças

Elementos de despesa: 30 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 10 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 2.011 – Manutenção do Departamento de Educação do Ensino Infantil – Pré- Escolar

Elementos de despesa: 52 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 163.000,00



ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIDADE: 12 – DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.013 – Manutenção do Departamento do Ensino Fundamental  
Elementos de despesa: 66 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 141.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes dos seguintes projetos e atividades:

ÓRGÃO: 01 – GABINETE DO PREFEITO  
UNIDADE: 01 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 – Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal  
Elementos de despesa: 2 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 02 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL  
UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.001 – Manutenção do Departamento de Planejamento, Organização e Coordenação Geral  
Elementos de despesa: 6 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 12.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO  
UNIDADE: 08 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.002 – Manutenção da Secretaria de Administração  
Elementos de despesa: 27 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 15.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO  
UNIDADE: 08 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.008 – Manutenção do Departamento de Finanças  
Elementos de despesa: 29 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIDADE: 10 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLAR  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.011 – Manutenção do Departamento de Educação do Ensino Infantil – Pré- Escolar  
Elementos de despesa: 50 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 163.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIDADE: 12 – DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.013 – Manutenção do Departamento do Ensino Fundamental  
Elementos de despesa: 64 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 141.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 18 de março de 2014.  
Nelson Cruz  
Prefeito Municipal

## **Decreto Nº 6.971/14 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município**

DECRETO Nº 6.971/14 DE 18/03/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 481.700,00 (quatrocentos e oitenta e um mil e setecentos reais) no projeto e atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO  
UNIDADE: 25 – DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 1.010 – Pavimentação e Asfaltamento de Ruas  
Elementos de despesa: 114 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 481.700,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos do Excesso de Arrecadação proveniente de Convênios da União Contrato de Repasse nº 789736 e Contrato de Repasse nº 785465 do Ministério das Cidades.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 18 de março de 2014.  
Nelson Cruz  
Prefeito Municipal

## **Decreto Nº 6.972/14 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município**

DECRETO Nº 6.972/14 DE 18/03/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) no projeto e atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIDADE: 09 – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 1.019 – Reequipamento do Ensino Fundamental  
Elementos de despesa: 160 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0062.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 150.000,00



Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos do Excesso de Arrecadação proveniente de Outras Transferências do FNDE no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 18 de março de 2014.

Nelson Cruz

Prefeito Municipal



**Extratos Contratos Janeiro 2014 Fundo Social****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 1/2

CNPJ: 01.850.671/0001-04  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Janeiro/2014.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** MARI LURDES PASQUALI**C.P.F.:** 560.011.939-91**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 1/2014**Número do Processo:** 1/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 01/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** PELO PRESENTE INSTRUMENTO A DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DO PREDIO PARA FUNCIONAMENTO DO CRAS DE ACORDO COM O ARTIGO 24, INCISO X DA LEI 8.666/93.**Data da Assinatura:** 14/01/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 14/01/2014**Vigência:** 14/01/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 20.752,80**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** ZILMA PEREIRA MENEGAZZO**C.P.F.:** 944.884.449-20**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 2/2014**Número do Processo:** 2/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 02/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** PELO PRESENTE INSTRUMENTO DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DO PREDIO PARA FUNCIONAMENTO DO CREAS, NA AVENIDA BELLINCANTA NETTO, S/N, BAIRRO JARDIM BELA VISTA, DE ACORDO COM O ARTIGO 24, INCISO X DA LEI 8.666/93.**Data da Assinatura:** 14/01/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 14/01/2014**Vigência:** 14/01/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 17.808,00**Forma de Pagamento:** MENSAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 2/2

CNPJ: 01.850.671/0001-04  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Janeiro/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** SINTIA MARIA WAGNER**C.P.F.:** 739.292.639-04**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 3/2014**Número do Processo:** 3/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 03/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** PELO PRESENTE A DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DO PRÉDIO PARA FUNCIONAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, Á RUA DANÚZIA BESS, S/N, ESCRITO NA MATRICULA 11.010 COM ÁREA 160 M², NO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, DE ACORDO COM O ARTIGO 24, INCISO X DA LEI 8.666/93

**Data da Assinatura:** 15/01/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 15/01/2014**Vigência:** 15/01/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 27.984,00**Forma de Pagamento:** MENSAL



**Extratos Contratos Fevereiro 2014 Fundo Social****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 1/1

CNPJ: 01.850.671/0001-04  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Fevereiro/2014.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CAPINZAL CENTER LTDA**CNPJ:** 07.383.088/0001-17**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2014**Número do Processo:** 6/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 4/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAL DE LIMPEZA E UTENSILIOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS).**Data da Assinatura:** 18/02/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 28/02/2014**Vigência:** 18/02/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 4.622,75**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF**Contratado:** SUPERMERCADO SERVELAR LTDA EPP**CNPJ:** 95.836.748/0002-16**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2014**Número do Processo:** 6/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 05/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAL DE LIMPEZA E UTENSILIOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS).**Data da Assinatura:** 28/02/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 28/02/2014**Vigência:** 28/02/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.852,77**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF



**Extratos dos Contratos Janeiro 2014 Fundação Cultural****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 1/5

CNPJ: 74.097.114/0001-38  
PC. LAURO MULLER, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Janeiro/2014.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ANDRE LUIS DE SOUZA MARTINEZ**CNPJ:** 19.412.669/0001-19**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 1/2014**Número do Processo:** 1/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 01/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS COM PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM MINISTRAR AULAS DE MÚSICA, DANÇA E INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES**Data da Assinatura:** 31/01/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/01/2014**Vigência:** 31/01/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 20.108,00**Forma de Pagamento:** MENSAL MEDIANTE NF**Contratado:** HEITOR GEMAIEL ELIAS ROSA**CNPJ:** 09.431.224/0001-22**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 1/2014**Número do Processo:** 1/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 02/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS COM PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM MINISTRAR AULAS DE MÚSICA, DANÇA E INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES.**Data da Assinatura:** 31/01/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/01/2014**Vigência:** 31/01/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 17.776,00**Forma de Pagamento:** MENSAL MEDIANTE NF



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 2/5

CNPJ: 74.097.114/0001-38  
PC. LAURO MULLER, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Janeiro/2014.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

**Contratado:** ISMAEL PACHECO GOMES - IPG BATERIA E PERCUSSÃO

**CNPJ:** 19.539.019/0001-39

**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL

**Número da Licitação:** 1/2014

**Número do Processo:** 1/2014

**Outra Entidade:** Não

**Número do Contrato ou Aditivo:** 03/2014

**Fundamento Legal:**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS COM PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM MINISTRAR AULAS DE MÚSICA, DANÇA E INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES.

**Data da Assinatura:** 31/01/2014

**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/01/2014

**Vigência:** 31/01/2014 a 31/12/2014

**Programa de Trabalho:**

**Unidade Gestora / Número:**

**Gestão / Número:**

**Número do Empenho:**

**Valor:** 11.847,00

**Forma de Pagamento:** MENSAL MEDIANTE NF

**Contratado:** JORIEL RIBEIRO MEI

**CNPJ:** 17.678.388/0001-87

**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL

**Número da Licitação:** 1/2014

**Número do Processo:** 1/2014

**Outra Entidade:** Não

**Número do Contrato ou Aditivo:** 4/2014

**Fundamento Legal:**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS COM PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM MINISTRAR AULAS DE MÚSICA, DANÇA E INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES.

**Data da Assinatura:** 31/01/2014

**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/01/2014

**Vigência:** 31/01/2014 a 31/12/2014

**Programa de Trabalho:**

**Unidade Gestora / Número:**

**Gestão / Número:**

**Número do Empenho:**

**Valor:** 8.690,00

**Forma de Pagamento:** MENSAL MEDIANTE NF



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 3/5

CNPJ: 74.097.114/0001-38  
PC. LAURO MULLER, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Janeiro/2014.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** JOSIANE PEDROZO**CNPJ:** 11.705.841/0001-10**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 1/2014**Número do Processo:** 1/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 05/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS COM PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM MINISTRAR AULAS DE MÚSICA, DANÇA E INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES.**Data da Assinatura:** 31/01/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/01/2014**Vigência:** 31/01/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 9.372,00**Forma de Pagamento:** MENSAL MEDIANTE NF**Contratado:** MUSICAL ART CENTER**CNPJ:** 09.660.634/0001-45**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 1/2014**Número do Processo:** 1/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 06/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS COM PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM MINISTRAR AULAS DE MÚSICA, DANÇA E INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES.**Data da Assinatura:** 31/01/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/01/2014**Vigência:** 31/01/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 36.113,00**Forma de Pagamento:** MENSAL MEDIANTE NF



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 4/5

CNPJ: 74.097.114/0001-38  
PC. LAURO MULLER, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Janeiro/2014.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** RAFAEL ANDERSON FACHIN**CNPJ:** 11.560.856/0001-38**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 1/2014**Número do Processo:** 1/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 07/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS COM PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM MINISTRAR AULAS DE MÚSICA, DANÇA E INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES.**Data da Assinatura:** 31/01/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/01/2014**Vigência:** 31/01/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 16.236,00**Forma de Pagamento:** MENSAL MEDIANTE NF**Contratado:** SANDRA EMILIA DE SOUZA**CNPJ:** 11.693.478/0001-60**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 1/2014**Número do Processo:** 1/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 08/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS COM PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM MINISTRAR AULAS DE MÚSICA, DANÇA E INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES.**Data da Assinatura:** 31/01/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/01/2014**Vigência:** 31/01/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 12.628,00**Forma de Pagamento:** MENSAL MEDIANTE NF



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 5/5

CNPJ: 74.097.114/0001-38

PC. LAURO MULLER, 323

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Janeiro/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** SIMÃO ELIAS WOLF ME**CNPJ:** 09.356.573/0001-27**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 1/2014**Número do Processo:** 1/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 9/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS COM PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM MINISTRAR AULAS DE MÚSICA, DANÇA E INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES.**Data da Assinatura:** 31/01/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/01/2014**Vigência:** 31/01/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 16.786,00**Forma de Pagamento:** MENSAL MEDIANTE NF



**CÂMARA MUNICIPAL****Extrato Contrato Nº 05/2014**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2014-ADITIVO

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: MAI COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS LTDA.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA MONITORADA

VALOR MENSAL: R\$ 120,79

DATA: 18/03/2014

VIGENCIA: 17/03/2015

**Moção Nº 10/2014**

MOÇÃO Nº 10/2014

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

O Vereador que a presente subscreve, componente da bancada do PMDB, com assento nesta Casa, membro titular da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparado no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

**"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"**

A pedido do vereador Maurilio Castro Campagnoni (Cássio) o Poder Legislativo de Campos Novos/SC, vem por meio de um dos seus representantes legais manifestar integral e irrestrita Parabenização a ...

**"LOTÉRICA CAMPOS NOVOS"**

Pelo excelente atendimento prestado a nossa comunidade campouense.

Toda equipe merece o respeito e gratidão pois são profissionais dignos de admiração pela forma incansável, com a qual dedicam-se ao seu objetivo e profissão com determinação.

Parabéns Lotérica Campos Novos! Pois compromisso, trabalho em equipe e melhoria contínua, são chaves para conquistar excelência em qualidade e satisfação da população.!

Desejo sorte e pleno sucesso a toda a direção e funcionários.

Sala das Sessões, em 13/03/2014.

Maurílio Castro Campagnoni (Cássio)

Vice-Presidente

**Canoinhas****PREFEITURA****Edital de Pregão Presencial N. FME 01/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FME 04/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FME 01/2014

A Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 03.914.543/0001-02, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 03/04/2014, às 09h05mim, Pregão Presencial para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS (BOLAS E OUTROS) DESTINADOS A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 09h00mim do dia 03/04/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

RICARDO PEREIRA MARTIN

Presidente

**Portaria Nº. 129/2014**

PORTARIA Nº. 129/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº5.060/2013; resolve:

**NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º – Fica nomeado para exercer o cargo de Contador, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, o profissional JOSÉ CARLOS HERBST, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2013, inscrito sob nº. 890, e convocado através do edital nº. 001/2014 de 03 de janeiro de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 27/02/2014.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de fevereiro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/02/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Portaria Nº. 170/2014**

PORTARIA Nº. 170/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais



e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

#### RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Fica retificado o Artigo 2º da Portaria nº. 061/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 2º – Fica nomeado para exercer o cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família, o profissional MARCOS RODRIGO QUADROS, PNE, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrito sob nº. 2341, e convocado através do edital nº. 058/2013 de 12 de dezembro de 2013, iniciando as suas atividades a partir de 03/02/2014."

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de março de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/03/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### Portaria Nº. 178/2014

PORTARIA Nº. 178/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº5.241/2013;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em tratamento de saúde;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em licença prêmio;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em processo de readaptação;

CONSIDERANDO: a existência de vagas excedentes;

CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve;

#### CONTRATAR

Art. 1º Ficam contratados os profissionais a seguir relacionados para atuarem na Rede Municipal de Ensino junto à Secretaria Municipal de Educação:

1.1 - MARILZA STEIN BORGES, Ensino Médio, para exercer a função de Monitor de Educação Especial, 20 horas semanais, para atuar no CEI Fernando Pessoa no período de 17/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória para atuar na Rede Municipal de Ensino, onde está incluído um aluno com deficiência, que requer cuidados especiais, sendo proporcionadas atividades diferenciadas. De acordo com a LDB em seu artigo 58 prevê esse atendimento educacional especializado.

1.2 - ROSELI SCHMITBERGER DOS SANTOS, Ensino Médio, para exercer a função de Monitor de Educação Especial, 20 horas semanais, para atuar no CEI Jacob Bernard Fuck Júnior no período

de 17/03/2014 a 17/08/2014. Considerando vaga Viviane Teresa Müller, a qual está em licença maternidade.

1.3 - ROSELAINE MARIA DIEFENTHELER, Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Vinicius de Moraes no período de 17/03/2014 a 25/04/2014. Considerando vaga vinculada da professora Marilise Vieira de Lima Krauss, a qual está em licença prêmio.

1.4 - JUCINEIA APARECIDA UNICKI POPADIUK, servente feminino, 40 horas semanais, para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho no período de 17/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória para atuar junto ao Programa Mais Educação do Governo Federal.

1.5 - ANDRÉIA KAUTZ, Ensino Médio, para exercer a função de Monitor de Educação Especial, 20 horas semanais, para atuar na EBM Evaldo Dranka no período de 17/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória para atuar na Rede Municipal de Ensino, onde está incluído um aluno com deficiência, que requer cuidados especiais, sendo proporcionadas atividades diferenciadas. De acordo com a LDB em seu artigo 58 prevê esse atendimento educacional especializado.

1.6 - MARI ELI CORDEIRO, Ensino Médio, para exercer a função de Monitor de Educação Especial, 20 horas semanais, para atuar na EBM Presidente Castelo Branco no período de 17/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória para atuar na Rede Municipal de Ensino, onde está incluído um aluno com deficiência, que requer cuidados especiais, sendo proporcionadas atividades diferenciadas. De acordo com a LDB em seu artigo 58 prevê esse atendimento educacional especializado.

1.7 - ANA CARLA FERREIRA DE SOUZA, Ensino Médio, para exercer a função de Monitor de Educação Especial, 20 horas semanais, para atuar na EBM Presidente Castelo Branco no período de 17/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória para atuar na Rede Municipal de Ensino, onde está incluído um aluno com deficiência, que requer cuidados especiais, sendo proporcionadas atividades diferenciadas. De acordo com a LDB em seu artigo 58 prevê esse atendimento educacional especializado.

1.8 - ELISÂNGELA ANTUNES E SILVA FERREIRA, Ensino Médio, para exercer a função de Monitor de Educação Especial, 20 horas semanais, para atuar na EBM Presidente Castelo Branco no período de 17/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória para atuar na Rede Municipal de Ensino, onde está incluído um aluno com deficiência, que requer cuidados especiais, sendo proporcionadas atividades diferenciadas. De acordo com a LDB em seu artigo 58 prevê esse atendimento educacional especializado.

1.9 - ROSELI SCHMITBERGER DOS SANTOS, Ensino Médio, para exercer a função de Monitor de Educação Especial, 20 horas semanais, para atuar no GEM Reinaldo Krüger no período de 18/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória para atuar na Rede Municipal de Ensino, onde está incluído um aluno com deficiência, que requer cuidados especiais, sendo proporcionadas atividades diferenciadas. De acordo com a LDB em seu artigo 58 prevê esse atendimento educacional especializado.

1.10 - JAQUELINE BONETES CARVALHO DO PRADO, Professor de Arte, MAG II, 10 horas semanais, 15% de regência para atuar na ERM Professora Edemita da Conceição Rosa no período de 17/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga excedente pelo reduzido número de alunos sendo assim, será disponibilizada a vaga para efetivação em virtude da turma não ter histórico de permanência.

1.11 - CLEONICE DE FÁTIMA GLEVINSKI ALVES DE LIMA,



Pedagoga, MAG II, 40 horas semanais, 15% de regência para atuar na EBM Alberto Wardski no período de 17/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada da pedagoga Thalita Daiane Pereira Bosse, a qual ocupa o cargo de diretora do CEI Carlos Drummond de Andrade.

1.12 - MARCO RAFAEL REVA, Ensino Médio, para exercer a função de Técnico Agrícola, com carga horária de 40 horas semanais, sem regência, para atuar na EBM Benedito Therezio de Carvalho da Rede Municipal de Ensino, no período de 17/03/2014 a 19/12/2014. Em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado

para Contratação Temporária de Técnicos Agrícolas – Edital 005/2013/SME de 19/11/2013, para exercer suas funções junto ao Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo, que tem como objetivo viabilizar um programa de ensino voltado às necessidades específicas, de cada comunidade, através da inserção de novas práticas pedagógicas no currículo escolar básico, faz-se necessário à contratação.

1.13 - JOCIANE MARIA GONÇALVES DE LIMA, professora de Anos Iniciais, MAG II, 20 horas semanais, 30% de regência para atuar na EBM Evaldo Dranka no período de 17/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada ao Concurso Público, contrato que poderá ser encerrado a qualquer momento. Anteriormente estava na referida vaga Rita de Cássia Hofmann Santa Clara, a qual pediu demissão.

1.14 - LUCIANA APARECIDA MACIEL, servente feminino, 40 horas semanais, para atuar na EBM Maria Izabel de Lima Cubas no período de 17/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória para atuar junto ao Programa Mais Educação do Governo Federal.

1.15 - ELIZETE ALVES CORRÊA, professora de Arte, MAG II, 40 horas semanais, 15% de regência, para atuar na EBM Maria Izabel de Lima Cubas no período de 17/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória, professora de Arte a disposição do Programa PETI.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de março de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/03/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **Portaria Nº. 179/2014** PORTARIA Nº. 179/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990 e da Lei Municipal nº 5.139/2013; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL  
Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Agente Comunitário

- ESF, para atuar na Unidade Básica de Saúde Cristo Rei, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a profissional EMANUELE FERREIRA MELO, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2013, inscrita sob nº. 959, e convocada através do edital nº. 007/2014 de 03 de fevereiro de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 18/03/2014.

Art. 2º – Fica nomeada para exercer o cargo de Agente Comunitário - ESF, para atuar na Unidade Básica de Saúde Cristo Rei, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a profissional ANDRESSA SOARES, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2013, inscrita sob nº. 028, e convocada através do edital nº. 007/2014 de 03 de fevereiro de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 18/03/2014.

Art. 3º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de março de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

TELMA REGINA BLEY  
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/03/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **Portaria Nº. 182/2014** PORTARIA Nº. 182/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 2.830/1997;

CONSIDERANDO; a necessidade das alterações; resolve:

#### **ALTERAR**

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho da profissional GILVANE DE LIMA, comissionada no cargo de Diretor Escolar da EBM Evaldo Dranka para atuar no CEI Monteiro Lobato, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/03/2014, conforme comunicação interna nº 040/RH/SME/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de março de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/03/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento



**Portaria Nº. 188/2014**

PORTARIA Nº. 188/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº5.241/2013;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em tratamento de saúde;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em processo de readaptação;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em processo de lotação temporária;

CONSIDERANDO: a existência de vagas excedentes;

CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve;

**CONTRATAR**

Art. 1º Ficam contratados os profissionais a seguir relacionados para atuarem na Rede Municipal de Ensino junto à Secretaria Municipal de Educação:

1.1 - TAINARA WYPYCK PADILHA DA SILVA, professora de Língua Portuguesa, MAG I, 20 horas semanais, 14 aulas ministradas, sem regência para atuar na EBM José Grosskopf, no período de 19/03/2014 a 30/05/2014. Considerando vaga vinculada da professora Angela Maria Leão Iurkiv, a qual está em Licença Tratamento de Saúde.

1.2 - PATRICIA GONÇALVES PADILHA CUBAS MULLER, professora de Língua Portuguesa, MAG I, 20 horas semanais, 20 aulas ministradas, 04 aulas excedentes e 15% regência, para atuar na EBM Maria Izabel de Lima Cubas no período de 19/03/2014 a 30/05/2014. Considerando vaga vinculada da professora Angela Maria Leão Iurkiv, a qual está em Licença Tratamento de Saúde.

1.3 - ELIANE COLAÇO, professora de Geografia, MAG I, 10 horas semanais, 09 aulas ministradas, 01 aulas excedentes e 15% regência para atuar na EBM Evaldo Dranka, no período de 19/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada da professora Simone Calixto Stafin, a qual está em lotação temporária.

1.4 - GISLAINE GARRETT PAZDA, professora de Educação Física, MAG II, 20 horas semanais e 15% de regência, para atuar na EBM Rio do Pinho no período de 19/03/2014 a 19/12/2014. Considerando 20 horas vaga vinculada do Gilberto de Paula Rosa, o qual está à disposição na EBM Severo de Andrade. Anteriormente estava na referida vaga Marcos Gonçalves de Souza, o qual pediu demissão.

1.5 - ADRIANA ALVES GODOY, professora de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Pedro Bandeira no período de 19/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada da professora Simone Aparecida Brey Kuchnir a qual está em processo de readaptação.

1.6 - JOCILDA CLARICE DA SILVA, Ensino Médio, para exercer a função de Monitor de Educação Especial, 20 horas semanais, para atuar no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima no período de 19/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória para atuar na Rede Municipal de Ensino, onde está incluído um aluno com deficiência, que requer cuidados especiais, sendo proporcionadas atividades diferenciadas. De acordo com a LDB em seu artigo 58 prevê esse atendimento educacional especializado.

1.7 - ELISÂNGELA ANTUNES SILVA FERREIRA, Ensino Médio, para exercer a função de Monitor de Educação Especial, 20 horas semanais, para atuar no CEI Nathan Zugmam, no período de 24/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória para atuar na Rede Municipal de Ensino, onde está incluído um aluno com deficiência, que requer cuidados especiais, sendo proporcionadas atividades diferenciadas. De acordo com a LDB em seu artigo 58 prevê esse atendimento educacional especializado.

1.8 - MARCIO MARTINS DE CARVALHO, Ensino Médio, para exercer a função de Técnico Agrícola, com carga horária de 40 horas, sem regência, para atuar no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima e ERM Professora Edemita da Conceição Rosa da Rede Municipal de Ensino, no período de 19/03/2014 a 19/12/2014. Em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado para Contratação Temporária de Técnicos Agrícolas – Edital 005/2013/SME de 19/11/2013, para exercer suas funções junto ao Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo, que tem como objetivo viabilizar um programa de ensino voltado às necessidades específicas, de cada comunidade, através da inserção de novas práticas pedagógicas no currículo escolar básico, faz-se necessário à contratação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de março de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/03/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Decreto Nº. 055/2014**

DECRETO Nº. 055/2014

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PREVISTO NO EDITAL Nº 01/SMS/2014 APÓS ANÁLISE DE RECURSO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**HOMOLOGAR**

Art. 1º - Fica homologado o resultado do processo seletivo simplificado após análise de recurso para Contratação Temporária de Profissionais, para atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde, no Edital nº 01/SMS/2014, conforme relação dos candidatos em "anexo".

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de março de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 17/03/2014.



**ARGOS JOSÉ BURGARDT**  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**MÉDICO CLÍNICO GERAL – REGIÃO INTERIORANA – 01 VAGA – 20 HORAS**

Nº Inscrição	Candidato	Nota Prova Objetiva	Classificação
12	Ana Julia Dela Bruna Brand – CPF: 065.118.669-20	8,0	1º
21	Marcelo Caetano Garcia Lufiego – CPF: 036.010.529-70	-	ausente

**MÉDICO AUDITOR – 01 VAGA – 10 HORAS**

Nº Inscrição	Candidato	Nota Prova Objetiva	Classificação
10	Marcos Vinicius de Moraes Okada – CPF: 035.606.829-32	7,0	1º
16	Erasto de Maio Netto – CPF: 067.675.069-90	6,5	2º

**MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA – 01 VAGA – 10 HORAS**

Nº Inscrição	Candidato	Nota Prova Objetiva	Classificação
14	Celize Maria Weinert – CPF: 044.051.979-97	5,5	1º

**ODONTÓLOGO CIRURGIÃO – CEO – 01 VAGA – 40 HORAS**

Nº Inscrição	Candidato	Nota Prova Objetiva	Classificação
05	Carlos Guilherme Silva do Amaral – CPF: 005.349.200-55	6,5	1º
11	Caio Antunes Nunes de Souza – CPF: 049.746.429-28	6,5	2º
02	Zeno Amaral Neto – CPF: 035.493.419-89	5,5	3º
04	Marcelo Freitas Bastos – CPF: 586.576.659-72	5,0	4º

**TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SAMU – 01 VAGA – 40 HORAS**

Nº Inscrição	Candidato	Nota Prova Objetiva	Classificação
26	Evanir Kondras – CPF: 044.362.479-88	1º	6,5
19	Franciane de Fátima Ostroski – CPF: 089.483.779-65	2º	5,5
32	Elen Giane Vieira de Moraes – CPF: 096.196.259-35	3º	5,0
24	Hemerson Henrique Corso da Rosa – CPF: 097.377.919-59	4º	5,0
31	Adriane Aparecida dos Santos Desen – CPF: 799.714.409-97	5º	4,5

08	Daniele Cristina Goeste-meier – CPF: 003.833.839-43	6º	4,5
03	Edleuda de Almeida Barbosa da Silva – CPF: 038.104.129-88	7º	4,5
27	Regiane Ap. Gonçalves de Carvalho – CPF: 060.746.129-27	8º	4,5
34	Lucimara Kornitz Henke – CPF: 041.750.179-09	9º	4,5
33	Jessika Aparecida de O. Queiroz – CPF: 050.967.209-42	10º	4,5
25	Fernanda Wojciechowski – CPF: 087.186.299-97	11º	4,5
01	Margarete Ferreira dos Santos – CPF: 551.793.049-20	12º	4,0
20	Angela Maria Kluska – CPF: 895.039.299-20	13º	4,0
23	Rosangela Maria Padilha Ris-sardi – CPF: 004.470.029-61	14º	4,0
15	Silmara Schumovski Konkol – CPF: 021.714.469-19	15º	4,0
30	Lilian Gisleine de Oliveira – CPF: 067.085.029-25	16º	4,0
07	Marina de Fátima de Oliveira – CPF: 034.845.959-90	17º	4,0
09	Dyuliane Mayara Andrade Tonial – CPF: 052.677.369-37	18º	4,0
28	Claudia Borges Mathias – CPF: 050.783.419-43	Desclassifi-cada	3,5
13	Claudete Aparecida Bonetes – CPF: 031.416.939-35	Desclassifi-cada	3,5
18	Alexandre Vaz – CPF: 033.257.009-69	Desclassifi-cado	3,0
29	Marina de Fátima Soares – CPF: 009.884.039-86	Desclassifi-cada	3,0
06	Goreti Leme Maciel – CPF: 042.021.919-60	Desclassifi-cada	3,0
17	Marcelo da Silva Castro Radol – CPF: 067.541.179-31	Desclassifi-cado	3,0
22	Anderson Gomes Ferreira – CPF: 990.504.129-04	Desclassifi-cado	2,5



# Capinzal

## PREFEITURA

### Resultado Final Chamada Pública

RESULTADO FINAL DA CHAMADA PÚBLICA  
EDITAL Nº 006/2014

OPERADOR DE MÁQUINA PESADA		
SEECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	CH	CLASSIFICADO
Operador de Máquina Pesada	40	Francisco Victor Belotto

### Termo de Homologação Chamada Pública

CHAMADA PÚBLICA  
EDITAL Nº 006/2014  
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Capinzal Sr. Andevir Isgazella homologa o resultado final da Chamada Pública originada pelo Edital nº 006, de 17 de março de 2014, para preenchimento de vagas para o cargo de Operador de Máquina Pesada, cuja lista dos aprovados encontra-se afixada no Mural Público do Centro Administrativo Municipal de Capinzal.

Para que surtam todos os efeitos legais e de direito, faz publicar o presente.

Capinzal – SC, em 19 de março de 2014  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

### FMS Processo Nº 0018/2014 - Inexigibilidade de Licitação Nº 004/2014

PROCESSO Nº 0018/2014  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2014

KELVIS BORGES, Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Inexigibilidade de Licitação conforme segue:

#### OBJETO

Contratação da empresa Laboratório de Análises Clínicas Santa Fé Ltda, via inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 25 da Lei 8.666/93, com alterações posteriores, bem como no Edital de Credenciamento nº 002/2014, itens 1, 2 e 2.1 do objeto.  
FORNECEDOR(ES)

#### LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS SANTA FÉ LTDA EPP

1 - Credenciamento de Laboratório de Análises Clínicas para a realização de exames aos pacientes da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO EXAME	VALOR MÁX
1	ANÁLISE DE CARACTERES FÍSICOS E SEDIMENTARES NA URINA	R\$ 3,70
2	ANTIBIOGRAMA	R\$ 4,98
3	BACIOSCOPIA DIRETA PARA BAAR	R\$ 21,55
4	BACIOSCOPIA DIRETA PARA BAAR (TUBERCULOSE)	R\$ 21,55
5	BACTERIOSCOPIA (GRAMO)	R\$ 2,80
6	CLEARANCE DE CREATININA	R\$ 27,32
7	CONTAGEM DE PLAQUETAS	R\$ 2,73
8	CONTAGEM DE RETICULÓCITOS	R\$ 2,78
9	CULTURA DE BACTÉRIAS PARA IDENTIFICAÇÃO	R\$ 5,62
10	CULTURA PARA BAAR	R\$ 29,34
11	DETERMINAÇÃO DA CAPACIDADE DE FIXAÇÃO DE FERRO	R\$ 8,60
12	DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA (2DOSAGENS)	R\$ 3,63
13	DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA CLÁSSICA (5 DOSAGENS)	R\$ 10,00
14	DETERMINAÇÃO DE FATOR REUMATÓIDE	R\$ 2,83
15	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE COAGULAÇÃO	R\$ 2,73
16	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO - DUKE	R\$ 2,73
17	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SOBREVIVÊNCIA DAS HEMÁCIAS	R\$ 5,79
18	DETERMINAÇÃO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PRO-TROMBINA (TAP)	R\$ 2,73
19	DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTAÇÃO (VHS)	R\$ 2,73
20	DETERMINAÇÃO DIRETA E REVERSA DE GRUPOS ABO	R\$ 1,37
21	DETERMINAÇÃO DO TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIALATIVA (KPTT)	R\$ 5,77
22	DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE PROTEÍNA CREATININA	R\$ 9,25
23	DOSAGEM DE ÁCIDO ÚRICO	R\$ 1,85
24	DOSAGEM DE ÁCIDO VALPRÓICO	R\$ 15,65
25	DOSAGEM DE ALDOLASE	R\$ 11,76
26	DOSAGEM DE ALFA – 1 – GLICOPROTEÍNA ÁCIDA	R\$ 15,71
27	DOSAGEM DE ALFA - FETOPROTEÍNA	R\$ 15,06
28	DOSAGEM DE AMILASE	R\$ 2,25
29	DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA	R\$ 21,86
30	DOSAGEM DE ANTIDEPRESSIVOS TRICÍCLICOS	R\$ 49,74
31	DOSAGEM DE ANTÍGENO PROSTÁTICO ESPECÍFICO (PSA)	R\$ 16,42
32	DOSAGEM DE BARBITURATOS	R\$ 49,74
33	DOSAGEM DE BETA -2 - MICROGLOBULINA	R\$ 28,39
34	DOSAGEM DE BILIRRUBINA E FRAÇÕES	R\$ 2,01
35	DOSAGEM DE CÁLCIO	R\$ 1,85
36	DOSAGEM DE CÁLCIO IONIZÁVEL	R\$ 15,59
37	DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	R\$ 26,29
38	DOSAGEM DE CITRATO	R\$ 20,30
39	DOSAGEM DE CLORETO	R\$ 6,56
40	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	R\$ 3,51
41	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	R\$ 3,51
42	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	R\$ 1,85
43	DOSAGEM DE COLIPNEURASE	R\$ 8,40
44	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	R\$ 17,16
45	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	R\$ 17,16
46	DOSAGEM DE CORTISOL	R\$ 9,86
47	DOSAGEM DE CREATININA	R\$ 1,85
48	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	R\$ 25,36
49	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE – FRAÇÃO MB	R\$ 29,74



50	DOSAGEM DE DESIDROGENASA LÁTICA	R\$ 3,68
51	DOSAGEM DE ESTRADIOL	R\$ 10,15
52	DOSAGEM DE FENITOÍNA	R\$ 35,22
53	DOSAGEM DE FERRITINA	R\$ 15,59
54	DOSAGEM DE FERRO SÉRICO	R\$ 3,51
55	DOSAGEM DE FOLATO	R\$ 15,65
56	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	R\$ 2,01
57	DOSAGEM DE FÓSFORO	R\$ 2,01
58	DOSAGEM DE GLICOSE	R\$ 1,85
59	DOSAGEM DE GLICOSE – 6 – FOSFATO DESIDROGE- NASE	R\$ 18,27
60	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIÔNICA HUMA- NA (HCG, BETA HCG)	R\$ 28,08
61	DOSAGEM DE HAPTOGLIBINA	R\$ 16,43
62	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	R\$ 7,86
63	DOSAGEM FOLICULO – ESTIMULANTE (FSH)	R\$ 7,89
64	DOSAGEM DE HORMÔNIO LUTEINIZANTE (LH)	R\$ 8,97
65	DOSAGEM DE HORMÔNIO TIREOESTILANTE (TSH)	R\$ 8,96
66	DOSAGEM DE IMUNOGLOBINA E (IgE)	R\$ 9,25
67	DOSAGEM DE INSULINA	R\$ 24,19
68	DOSAGEM DE LIPASE	R\$ 12,74
69	DOSAGEM DE MAGNÉSIO	R\$ 2,01
70	DOSAGEM DE MICROALBUMINÚRIA NA URINA	R\$ 17,39
71	DOSAGEM DE OXALATO	R\$ 17,92
72	DOSAGEM DE PARATORMÔNIO	R\$ 43,13
73	DOSAGEM DE POTÁSSIO	R\$ 1,85
74	DOSAGEM DE PROGESTERONA	R\$ 10,32
75	DOSAGEM DE PROLACTINA	R\$ 10,15
76	DOSAGEM DE CREATIVA	R\$ 2,83
77	DOSAGEM DE PROTEÍNAS (URINA DE 24 HORAS)	R\$ 8,78
78	DOSAGEM DE PROTEÍNAS TOTAIS	R\$ 1,40
79	DOSAGEM DE PROTEÍNAS TOTAIS E FRAÇÕES	R\$ 1,85
80	DOSAGEM DE SÓDIO	R\$ 1,85
81	DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1)	R\$ 46,25
82	DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERO- NA (DHEAS)	R\$ 13,11
83	DOSAGEM DE TESTOSTERONA	R\$ 10,43
84	DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	R\$ 13,11
85	DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	R\$ 8,76
86	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	R\$ 11,60
87	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTÂMICO PIRÚVI- CA (TGO)	R\$ 2,01
88	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTÂMICO OXALO- ACÉTICA (TGP)	R\$ 2,01
89	DOSAGEM DE TRANSFERRINA	R\$ 14,72
90	DOSAGEM DE TRIGLICERÍDEOS	R\$ 3,51
91	DOSAGEM DE TRIIODOTIROMINA (T3)	R\$ 8,71
92	DOSAGEM DE UREIA	R\$ 1,85
93	DOSAGEM DE VITAMINA B12	R\$ 25,49
94	DOSAGEM DE ZINCO	R\$ 15,65
95	DOSAGEM DE GAMA GLUTAMIL TRANSFERASE (GAMA GT)	R\$ 3,51
96	ELETROFORESE DE PROTEÍNAS	R\$ 16,24
97	ERITROGRAMA (ERITRÓCITOS , HEMOGLOBINA, HEMATÓCRITO)	R\$ 2,73
98	HEMOGRAMA COMPLETO	R\$ 4,11
99	INTRADERMORREAÇÃO COM DERIVADO PROTÉICO PURIFICADO (PPD)	R\$ 28,74
100	LEUCOGRAMA	R\$ 2,73
101	PESQUISA DE ANTICORPOS IgG ANTICARDIOLIPINA	R\$ 37,18
102	PESQUISA DE ANTICORPOS IgM ANTICARDIOLIPINA	R\$ 37,18
103	PESQUISA DE ANTICORPO S ANTI-DNA	R\$ 19,52
104	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESCLERODERMA (SCL 70)	R\$ 25,48

105	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTISTREPTOLISINA (ASLO)	R\$ 2,83
106	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI – HELICOBACTER PYLORI	R\$ 103,46
107	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI – HIV (WESTERN- BLOT)	R\$ 216,75
108	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI – HIV (ELISA)	R\$ 10,00
109	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI – HTLV 1 + HTLV 2	R\$ 41,51
110	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG – ANTÍGENO CEN- TRAL DA HEPATITE B (ANT IBHC IGG)	R\$ 18,55
111	PESQUISA DE ANTICORPOS MICROSSOMAIS	R\$ 17,16
112	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI – RIBONUCLEO- PROTEÍNAS (RNP)	R\$ 20,45
113	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI - SM	R\$ 17,16
114	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI – SS-A (RO)	R\$ 18,55
115	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI – SS-B (LA)	R\$ 18,55
116	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA	R\$ 17,16
117	PESQUISA DE ANTICORPOS – ANTÍGENO DE SUPER- FÍCIE DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	R\$ 18,55
118	PESQUISA DE ANTICORPOS HETERÓFILOS CONTRA O VÍRUS EPSTEIN-BAAR	R\$ 36,24
119	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALO- VÍRUS	R\$ 18,54
120	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	R\$ 16,97
121	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ARBIVÍRUS (DENGUE E FEBRE AMARELA)	R\$ 30,00
122	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	R\$ 18,55
123	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA VÍRUS DA RUBÉOLA	R\$ 17,16
124	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTI-CITOMEGA- LOVÍRUS	R\$ 27,47
125	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTILEISHMANIAS	R\$ 22,18
126	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	R\$ 18,55
127	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM - ANTÍGENO CEN- TRAL DA HEPATITE B (ANTI HBC IGM)	R\$ 18,55
128	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE A (HAV - IGM)	R\$ 18,55
129	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA VÍRUS DA RUBÉOLA	R\$ 17,16
130	PESQUISA DE ANTÍGENO CARCINOEMBRIONÁRIO (CEA)	R\$ 13,35
131	PESQUISA DE ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DO VÍRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	R\$ 18,55
132	PESQUISA DE ANTÍGENO E DO VÍRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	R\$ 18,55
133	PESQUISA DE ESPERMATOZÓIDES (APÓS VASECTO- MIA)	R\$ 17,52
134	PESQUISA DE FATOR REUMATÓIDE (WALKER – ROSE)	R\$ 11,10
135	PESQUISA DE GONADOTROFINA CORIÔNICA (TESTE DE GRAVIDEZ)	R\$ 17,59
136	PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRANCO)	R\$ 1,37
137	PESQUISA DE HEMOGLOBINA S	R\$ 29,48
138	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	R\$ 1,65
139	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	R\$ 1,65
140	PESQUISA DE TROFOZOÍTAS NAS FEZES	R\$ 1,65
141	PESQUISA PARA DOSAGEM DE AMINOÁCIDOS (POR CROMATOGRAFIA)	R\$ 29,48
142	PROVA DO LATEX PARA PESQUISA DE FATOR REU- MATÓIDE	R\$ 1,89
143	TESTE DE VDRL PARA DETECÇÃO DE SÍFILIS	R\$ 2,83
144	TESTE DIRETO ANTIGLOBULINA HUMANA	R\$ 2,73
145	TESTE DE FTA – ABS IGM PARA DIAGNÓSTICO DE SÍFILIS	R\$ 17,54



146	TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA)	R\$ 2,73
147	VDRL PARA DETECÇÃO DE SÍFILIS EM GESTANTE	R\$ 2,83
148	COLESTEROL VLDL	R\$ 3,51
149	ALBUMINA	R\$ 1,85
150	PESQUISA DE CELULA LE	R\$ 4,11
151	MONUCLEOSE	R\$ 2,83
152	ANTI HBE	R\$ 18,55
153	PESQUISA DE OXIURUS (SWAB ANAL)	R\$ 1,65
154	PESQUISA DE LEUCÓCITOS FECAIS	R\$ 1,65
155	PESQUISA DE LEVEDURAS	R\$ 1,65
156	EXAMES DE FRAGMENTOS HELMITOS	R\$ 1,65
157	PESQUISA DE SUBSTÂNCIAS REDUTORAS	R\$ 1,65
158	COPROLÓGICO FUNCIONAL	R\$ 3,04
159	GORDURA FECAL	R\$ 1,65
160	COPROCULTURA	R\$ 5,62
161	DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	R\$ 11,25
162	FATOR ANTI-NÚCLEO (FAN)	R\$ 17,16
163	HORMÔNIO DO CRESCIMENTO (HGH)	R\$ 10,21
164	IMUNOGLOBULINA A (IGA)	R\$ 17,16
165	IMUNOGLOBULINA M (IGM)	R\$ 17,16
166	TIREOGLOBULINA	R\$ 15,35
167	EXAME À FRESCO	R\$ 2,80
168	HEPATITE C - HCV	R\$ 18,55
169	PROVA DO LAÇO	R\$ 2,73
170	RETRAÇÃO DO COÁGULO	R\$ 2,73

2 - Credenciamentos de Laboratório de Análises Clínicas para a realização de exames no pronto atendimento das 07:00 às 12:00 e das 13:30 às 18:00 com acréscimo de 200 % (duzentos por cento) sobre os valores da Tabela SUS; e após o horário comercial e em finais de semana e feriados com acréscimo de 200% (duzentos por cento) sobre os valores da Tabela SUS mais R\$ 40,00 (quarenta reais) por deslocamento.

ITEM	DESCRIÇÃO DO EXAME	VALOR DA TABELA SUS
1	ANÁLISE DE CARACTERES FÍSICOS E SEDIMENTARES NA UNRINA	R\$ 3,70
2	ANTIBIOGRAMA	R\$ 4,98
3	BACTERIOSCOPIA (GRAM)	R\$ 2,80
4	CONTAGEM DE PLAQUETAS	R\$ 2,73
5	CONTAGEM DE RETICULÓCITOS	R\$ 2,78
6	CULTURA DE BACTÉRIAS PARA IDENTIFICAÇÃO	R\$ 5,62
7	DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA (2 DOSAGENS)	R\$ 3,63
8	DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA CLÁSSICA (5 DOSAGENS)	R\$ 10,00
9	DETERMINAÇÃO DE FATOR REUMATÓIDE	R\$ 2,83
10	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE COAGULAÇÃO	R\$ 2,73
11	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO - DUKE	R\$ 2,73
12	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SOBREVIDA DAS HEMÁCIAS	R\$ 5,79
13	DETERMINAÇÃO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	R\$ 2,73
14	DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE HEMOSSIDIMENTAÇÃO (VHS)	R\$ 2,73
15	DETERMINAÇÃO DIRETA E REVERSA DE GRUPOS ABO	R\$ 1,37
16	DETERMINAÇÃO DO TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIALATIVA (KPTT)	R\$ 5,77
17	DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE PROTEÍNA C REATIVA	R\$ 9,25
18	DOSAGEM DE ÁCIDO ÚRICO	R\$ 1,85

19	DOSAGEM DE ÁCIDO VALPRÓICO	R\$ 15,65
20	DOSAGEM DE ALFA - FETOPROTEÍNA	R\$ 15,06
21	DOSAGEM DE AMILASE	R\$ 2,25
22	DOSAGEM DE ANTÍGENO PROSTÁTICO ESPECÍFICO (PSA)	R\$ 16,42
23	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES	R\$ 2,01
24	DOSAGEM DE CÁLCIO	R\$ 1,85
25	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	R\$ 3,51
26	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	R\$ 3,51
27	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	R\$ 1,85
28	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	R\$ 17,16
29	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	R\$ 17,16
30	DOSAGEM DE CORTISOL	R\$ 9,86
31	DOSAGEM DE CREATININA	R\$ 1,85
32	DOSAGEM DE DESIDROGENASA LÁTICA	R\$ 3,68
33	DOSAGEM DE ESTRADIOL	R\$ 10,15
34	DOSAGEM DE FENITOÍNA	R\$ 35,22
35	DOSAGEM DE FERRITINA	R\$ 15,59
36	DOSAGEM DE FERRO SÉRICO	R\$ 3,51
37	DOSAGEM DE FOLATO	R\$ 15,65
38	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	R\$ 2,01
39	DOSAGEM DE FÓSFORO	R\$ 2,01
40	DOSAGEM DE GLICOSE	R\$ 1,85
41	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	R\$ 7,86
42	DOSAGEM DE HORMÔNIO FOLICULO - ESTIMULANTE (FSH)	R\$ 7,89
43	DOSAGEM DE HORMÔNIO LUTEINIZANTE (LH)	R\$ 8,97
44	DOSAGEM DE HORMÔNIO TIREOESTILANTE (TSH)	R\$ 8,96
45	DOSAGEM DE IMUNOGLOBINA E (IgE)	R\$ 9,25
46	DOSAGEM DE MAGNÉSIO	R\$ 2,01
47	DOSAGEM DE PARATORMÔNIO	R\$ 43,13
48	DOSAGEM DE POTÁSSIO	R\$ 1,85
49	DOSAGEM DE PROGESTERONA	R\$ 10,32
50	DOSAGEM DE PROLACTINA	R\$ 10,15
51	DOSAGEM DE PROTEÍNA C REATIVA	R\$ 2,83
52	DOSAGEM DE PROTEÍNAS TOTAIS	R\$ 1,40
53	DOSAGEM DE PROTEÍNAS TOTAIS E FRAÇÕES	R\$ 1,85
54	DOSAGEM DE SÓDIO	R\$ 1,85
55	DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS)	R\$ 13,11
56	DOSAGEM DE TESTOSTERONA	R\$ 10,43
57	DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	R\$ 13,11
58	DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	R\$ 8,76
59	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	R\$ 11,60
60	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTÂMICO PIRÚVICA (TGO)	R\$ 2,01
61	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTÂMICO OXALACÉTICA (TGP)	R\$ 2,01
62	DOSAGEM DE TRIGLICERÍDEOS	R\$ 3,51
63	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	R\$ 8,71
64	DOSAGEM DE UREIA	R\$ 1,85
65	DOSAGEM DE ZINCO	R\$ 15,65
66	DOSAGEM DE GAMA GLUTAMIL TRANSFERASE (GAMA GT)	R\$ 3,51
67	ERITROGRAMA (ERITRÓCITOS, HEMOGLOBIN, HEMATÓCRITO)	R\$ 2,73
68	HEMOGRAMA COMPLETO	R\$ 4,11
69	LEUCOGRAMA	R\$ 2,73
70	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA (ASLO)	R\$ 2,83
71	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI - HIV (ELISA)	R\$ 10,00
72	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG - ANTÍGENO CENTRAL DA HEPATITE B (ANTI HBC IGG)	R\$ 18,55
73	PESQUISA DE ANTICORPOS MICROSSOMAIAS	R\$ 17,16



74	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI - SM	R\$ 17,16
75	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI – SS-A (RO)	R\$ 18,55
76	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI – SS-B (LA)	R\$ 18,55
77	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA	R\$ 17,16
	PESQUISA DE ANTICORPOS – ANTÍGENO DE SU-	
78	PERFÍCIE DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	R\$ 18,55
79	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	R\$ 16,97
	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ARBIVÍ-	
80	RUS (DENGUE E FEBRE AMARELA)	R\$ 30,00
	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VÍRUS	
81	DA HEPATITE A (HAV-IGG)	R\$ 18,55
	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA VÍRUS DA	
82	RUBÉOLA	R\$ 17,16
83	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	R\$ 18,55
	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM - ANTÍGENO CEN-	
84	TRAL DA HEPATITE B (ANTI HBC IGM)	R\$ 18,55
	PESQUISA DE ANTICORPO IGM CONTRA O VÍRUS	
85	DA HEPATITE A (HAV – IGM)	R\$ 18,55
	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA VÍRUS DA	
86	RUBÉOLA	R\$ 17,16
	PESQUISA DE ANTÍGENO CARCINOEMBRIONÁRIO	
87	(CEA)	R\$ 13,35
	PESQUISA DE ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DO VÍRUS	
88	DA HEPATITE B (HBSAG)	R\$ 18,55
	PESQUISA DE ANTÍGENO E DO VÍRUS DA HEPATITE	
89	B (HBEAG)	R\$ 18,55
90	PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	R\$ 1,37
91	PESQUISA DE OVOS E CISTOS PARASITAS	R\$ 1,65
92	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	R\$ 1,65
93	PESQUISA DE TROFOZOÍTAS NAS FEZES	R\$ 1,65
	PROVA DO LATEX PARA PESQUISA DE FATOR REU-	
94	MATÓIDE	R\$ 1,89
95	TESTE DE VDRL PARA DETECÇÃO DE SÍFILIS	R\$ 2,83
96	TESTE DIRETO ANTIGLOBULINA HUMANA	R\$ 2,73
	TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA	
97	(TIA)	R\$ 2,73
98	VDRL PARA DETECÇÃO DE SÍFILIS EM GESTANTE	R\$ 2,83
99	COLESTEROL VLDL	R\$ 3,51
100	ALBUMINA	R\$ 1,85
101	PESQUISA DE CELULA LE	R\$ 4,11
102	MONUCLEOSE	R\$ 2,83
103	ANTI HBE	R\$ 18,55
104	PESQUISA DE OXIURUS (SWAB ANAL)	R\$ 1,65
105	PESQUISA DE LEUCÓCITOS FECAIS	R\$ 1,65
106	PESQUISA DE LEVEDURAS	R\$ 1,65
107	EXAMES DE FRAGMENTOS/ HELMITOS	R\$ 1,65
108	COPROLÓGICO FUNCIONAL	R\$ 3,04
109	PESQUISA DE SUBSTÂNCIAS REDUTORAS	R\$ 1,65
110	GORDURA FECAL	R\$ 1,65
111	COPROCULTURA	R\$ 5,62
112	DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	R\$ 11,25
113	FATOR ANTI-NÚCLEO (FAN)	R\$ 17,16
114	HORMÔNIO DO CRESCIMENTO (HGH)	R\$ 10,21
115	IMUNOGLOBULINA A (IGA)	R\$ 17,16
116	IMUNOGLOBULINA M (IGM)	R\$ 17,16
117	TIREOGLOBULINA	R\$ 15,35
118	EXAME À FRESCO	R\$ 2,80

2.1 Credenciamentos de Laboratório de Análises Clínicas para a realização dos exames abaixo no pronto-atendimento pelos valores determinados e após o horário comercial e em finais de semana e feriados com acréscimo de R\$ 40,00 (quarenta reais) por deslocamento.

ITEM	DESCRIÇÃO DO EXAME	VALOR
1	BACILOSCOPIA DIRETA PARA BAAR	R\$ 21,55
	BACILOSCOPIA DIRETA PARA BAAR (TUBERCULO-	
2	SE)	R\$ 21,55
3	CLEARANCE DE CREATININA	R\$ 27,32
4	CULTURA PARA BAAR	R\$ 29,34
	DETERMINAÇÃO DA CAPACIDADE DE FIXAÇÃO DO	
5	FERRO	R\$ 8,60
6	DOSAGEM DE ALDOLASE	R\$ 11,76
7	DOSAGEM DE ALFA – 1 - GLICOPROTEÍNA ÁCIDA	R\$ 15,71
8	DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA	R\$ 21,86
9	DOSAGEM DE ANTIDEPRESSIVOS TRICÍCLICOS	R\$ 49,74
10	DOSAGEM DE BARBITURATOS	R\$ 49,74
11	DOSAGEM DE BETA- 2- MICROGLOBULINA	R\$ 28,39
12	DOSAGEM DE CÁLCIO IONIZÁVEL	R\$ 15,59
13	DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	R\$ 26,29
14	DOSAGEM DE CITRATO	R\$ 20,30
15	DOSAGEM DE CLORETO	R\$ 6,56
16	DOSAGEM DE COLINESTERASE	R\$ 8,40
17	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	R\$ 25,36
	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE – FRAÇÃO	
18	MB	R\$ 29,74
	DOSAGEM DE GLICOSE – 6 – FOSFATO DESIDRO-	
19	GENASE	R\$ 18,27
	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIÔNICA HU-	
20	MANA (HCG, BETA HCG)	R\$ 28,08
21	DOSAGEM DE HAPTOGLIBINA	R\$ 16,43
22	DOSAGEM DE INSULINA	R\$ 24,19
23	DOSAGEM DE LIPASE	R\$ 12,74
24	DOSAGEM DE MICROALBUMINÚRIA NA URINA	R\$ 17,39
25	DOSAGEM DE OXALATO	R\$ 17,92
26	DOSAGEM DE PROTEÍNAS (URINA DE 24 HORAS)	R\$ 8,78
27	DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1)	R\$ 46,25
28	DOSAGEM DE TRANSFERRINA	R\$ 14,72
29	DOSAGEM DE VITAMINA B12	R\$ 25,49
30	ELETROFORESE DE PROTEÍNAS	R\$ 16,24
	INTRADERMORREAÇÃO COM DERIVADO PROTEÍCO	
31	PURIFICADO (PPD)	R\$ 28,74
32	PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA	R\$ 37,18
33	PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA	R\$ 37,18
34	PESQUISA DE ANTICORPO ANTI-DNA	R\$ 19,52
	PESQUISA DE ANTICORPO ANTIESCLERODERMA	
35	(SCL 70)	R\$ 25,48
	PESQUISA DE ANTICORPO ANTI – HELICOBACTER	
36	PYLORI	R\$ 103,46
	PESQUISA DE ANTICORPO ANTI – HIV (WESTERN-	
37	BLOT)	R\$ 216,75
	PESQUISA DE ANTICORPO ANTI – HTLV 1 + HTLV	
38	2	R\$ 41,51
	PESQUISA DE ANTICORPO ANTI – RIBONUCLEO-	
39	PROTEÍNAS (RNP)	R\$ 20,45
	PESQUISA DE ANTICORPO HETERÓFILOS CONTRA O	
40	VÍRUS EPSTEIN-BAAR	R\$ 36,24
	PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTI-CITOMEGA-	
41	LOVÍRUS	R\$ 18,54
	PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTI- CITOMEGA-	
42	LOVÍRUS	R\$ 27,47
43	PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTILEISHMANIAS	R\$ 22,18
	PESQUISA DE ESPERMATOZÓIDES (APÓS VASEC-	
44	TOMIA)	R\$ 17,52
	PESQUISA DE FATOR REUMATÓIDE (WALLER-	
45	ROSE)	R\$ 11,10
46	PESQUISA DE GONADOTROFINA CORIÔNICA	R\$ 17,59



47	PESQUISA DE HEMOGLOBINA S	R\$ 29,48
48	PESQUISA PARA DOSAGEM DE AMINOÁCIDOS (POR CROMATOGRAFIA)	R\$ 29,48
49	TESTE DE FTA-ABS IGM PARA DIAGNÓSTICO DE SÍFILIS	R\$ 17,54

**PREVISÃO LEGAL**

Lei 8666/93, com alterações:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

**RAZÃO DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES**

A empresa apresentou regularmente documentos e proposta, nos termos do Edital de Credenciamento Nº 002/2014.

**JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

Os preços relacionados foram fixados no edital de Edital de Credenciamento Nº 002/2014.

**DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA**

As despesas decorrentes deste contrato enquadram-se, na seguinte dotação orçamentária:

12 - Manutenção da Saúde Pública  
8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL  
10 - Saúde  
301 - Atenção Básica  
150 - VIDA E SAÚDE  
2 - Manutenção da Saúde Pública  
33903999000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica  
2 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Sa

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 20 de março de 2014.

KELVIS BORGES

Gestor

**FMAS Ata/Contrato 0007/2014**

Ata/Contrato Nº.: 0007/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL

Contratada: POGERE COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA-ME

Valor: 1.304,00 (um mil trezentos e quatro reais)

Vigência: Início: 14/03/2014 Término: 14/03/2015

Processo Licitatório Nº 0006/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0004/2014

Recursos: Dotação:

Objeto: Aquisição fracionada de Pneus Novos destinados a manutenção do Veículo do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, para o ano de 2014.

**FMAS Ata/Contrato 0079/2014 M**

Ata/Contrato Nº.: 0079/2014 M

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL

Contratada: GILBERTO BAZZO EIRELI - ME

Valor: 44.100,00 (quarenta e quatro mil e cem reais)

Vigência: Início: 14/03/2014 Término: 14/03/2015

Processo Licitatório Nº 0027/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0020/2014

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Recursos: Dotação:

Objeto: Contratação de mão de obra especializada na área HIDRÁULICA, para execução de diversos serviços, conforme solicitação de todas as Secretarias, para o ano de 2014.



# Catanduvas

## PREFEITURA

### **Adendo ao Edital de Processo Licitatório Nº 0018/2014- Tomada de Preço Nº 0002/2014**

ADENDO AO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0018/2014

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 0002/2014

A Prefeita do Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, Exma. Senhora Gisa Aparecida Giacomini, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

Considerando a necessidade de alterar o conteúdo dos anexos disponibilizados no site <http://www.catanduvas.sc.gov.br>, referentes ao Edital de Tomada de Preço nº 0002/2014, uma vez que houve alteração do Projeto;

Considerando a necessidade de alterar o prazo de execução da obra;

Considerando a necessidade de alterar a data de abertura do Processo, do Edital de Tomada de Preço nº 0002/2014.

TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a retificação das disposições que constam do edital de Tomada de Preço nº 0002/2014 e alteração do conteúdo dos anexos disponibilizados no site <http://www.catanduvas.sc.gov.br>, conforme segue:

O conteúdo dos anexos disponibilizados no site <http://www.catanduvas.sc.gov.br>, referentes ao Edital de Tomada de Preço nº 0002/2014 serão alterados e reanexados, uma vez que houve alteração no projeto, e passam a ter a seguinte redação:

- f) Anexo VI - Composição do BDI;
- g) Anexo VII - DRE. 1-2\_PEDRO ASCOLI\_CTV;
- h) AnexoVIII - DRE. 2-2\_PEDRO ASCOLI\_CTV;
- i) Anexo IX - GEO\_PEDRO ASCOLI\_CTV;
- j) Anexo X - LOC\_PEDRO ASCOLI\_CTV;
- l) Anexo XI - MED\_Pedro Ascoli\_CTV\_R3;

m) Anexo XII - Memorial de Cálculo;

n) Anexo XIII - ORÇ\_Pedro Ascoli\_CTV\_R3;

o) Anexo XIV - PAS\_PEDRO ASCOLI\_CTV;

p) Anexo XV - SIN\_PEDRO ASCOLI\_CTV;

q) Anexo XVI – ART.

A descrição do preâmbulo do Edital passa a ter a seguinte redação:

Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: até as 09h00min do dia 10 de abril de 2014;

Limite para impugnação ao edital: até as 17h30min do dia 07 de abril de 2014;

Início da Sessão pública de Tomada de Preço: as 09h15min do dia 10 de abril de 2014.

O prazo de execução da obra previsto na alínea "f", do item 5.3, da PROPOSTA passa a ter a seguinte redação:

f) prazo para execução dos serviços, deverá ser de no máximo

180 (cento e oitenta dias) dias, a contar da data da emissão da Ordem de Serviço.

As demais disposições do Edital permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Catanduvas - SC, 19 de março de 2014.

Gisa Aparecida Giacomini

Prefeita Municipal



# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### Extrato de Contrato Nº. 33/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2014 DA PMCS/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DO SUL. Processo Administrativo nº. 04/FMS/2014. Pregão Presencial nº. 03/FMS/2014. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul – Fundo Municipal de Saúde. CONTRATADA: UNITÁ VEÍCULOS LTDA. ASSINATURA: 18/03/2014. VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 4.4.90.52.52(01) (52). OBJETO: aquisição de veículo zero KM, Tipo utilitário Mini-Van, no atendimento ao Município de Cocal do Sul. VALOR: R\$ 61.000,00(sessenta e um mil reais).

### Termo Aditivo Nº. 77/2013

TERMO ADITIVO Nº 77/2013, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 38/13-F.M.S., DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 01/2013, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2013, CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO CONFORME DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

Fundamento Legal: § 4º do art. 57 c/c §1º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Pelo Segundo Termo Aditivo do Contrato de aquisição de serviços, nós abaixo assinados, de um lado como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, estabelecido na Av. Dr. Polidoro Santiago, 519 – C.P. 01, inscrito no CNPJ sob o número 95.778.056/0001-88, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal ADEMIR MAGAGNIN, e de outro lado, como CONTRATADO, a empresa RAFAEL DE OLIVEIRA LOPES EPP, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Afonso Botelho, Campo Mourão/PR, inscrita no CNPJ sob o nº. 12.670.203/0001-74, temos justo e contratado o que a seguir se descreve.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica prorrogado para até 31 de dezembro de 2014, o prazo de vigência do Contrato nº. 38/13, de 15 de fevereiro de 2013, haja vista a necessidade de continuação dos serviços pretados.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do Contrato Nº. 38/2013, de 15 de fevereiro de 2013, permanecem inalteradas.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Contrato para que produza os efeitos do direito, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas idôneas.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 30 de dezembro de 2013.  
CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

\_\_\_\_\_ ;

\_\_\_\_\_ .

### Aviso Pregão Presencial Nº 17/Pmcs/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/PMCS/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 28/PMCS/2014 - AVISO. Torno público que, nesta data foi baixado o Edital de Pregão Presencial nº. 17/PMCS/2014, que objetiva a Aquisição de MATERIAIS ESPORTIVOS para o Projeto de Iniciação Esportiva – Oficina do Atleta, conforme Contrato de Apoio Financeiro nº 2013TR0003305 do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte e Recursos Próprios do Município e para o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), no atendimento a Secretaria de Assistência Social, através de Recursos Próprios. A abertura do Pregão será as 09:00 horas do dia 02 de abril de 2014. Cópia do Edital e maiores informações poderão ser obtidas através do site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), ou na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sito à Av. Dr. Polidoro Santiago, 519, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 12:00 e das 13:00 às 16:30 horas.

Cocal do Sul, 19 de março de 2014.

Ademir Magagnin

Prefeito Municipal

### Aviso Pregão Presencial Nº 18/Pmcs/2014 (Registro de Preços)

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/PMCS/2014 (REGISTRO DE PREÇOS) - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 29/PMCS/2014 - AVISO. Torno público que, nesta data foi baixado o Edital de Pregão Presencial nº. 18/PMCS/2014 (Registro de Preços), que objetiva o Registro de preços de mudas de flores, para revitalização e embelezamento das ruas e praças do Município de Cocal do Sul. A abertura do Pregão será as 14:00 horas do dia 02 de abril de 2014. Cópia do Edital e maiores informações poderão ser obtidas através do site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), ou na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sito à Av. Dr. Polidoro Santiago, 519, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 12:00 e das 13:00 às 16:30 horas.

Cocal do Sul, 19 de março de 2014.

Ademir Magagnin

Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### Decreto Legislativo Nº. 282/2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 282/2014, de 19 de março de 2014. APROVA TERMO DE CONVÊNIO Nº. 04/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA COCAL DO SUL E O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AGENOR BENATI PEDROSO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, promulga o seguinte:

Art. 1º. Fica aprovado o Termo de Convenio nº. 04/2014, que entre si celebram a Associação Atlética Cocal do Sul e o município de Cocal do Sul, objetivando o repasse de valores financeiros para a formação e manutenção da equipe de futebol, em todas as categorias, em virtude de sua participação em diversos campeonatos promovidos em toda região sul do estado, conforme Plano de Trabalho apresentado.

Art. 2º. Para que haja cumprimento das cláusulas previstas neste



Protocolo de intenções, este passa a ser parte integrante deste Decreto Legislativo.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 19 de março de 2014.  
AGENOR BENATI PEDROSO  
Presidente da Câmara

SIDNEY DUARTE DE OLIVEIRA  
1º Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo nesta Secretaria, no mural da Prefeitura, aos dezanove dias do mês de março de 2014.

CONVÊNIO Nº. 04/2014, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014.  
TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL E A ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA COCAL DO SUL, COMO ABAIXO SE DECLARA.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº. 519, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 95.778.056/0001-88, neste ato representado pelo Senhor ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, de outro lado a ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA COCAL DO SUL, associação privada sem fins lucrativos, com sede na Rua Dr. Polidoro Santiago, s/n, Centro, Cocal do Sul/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 95.778.676/0001-17, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor JOSÉ LÉDIO PIAN, portador do CPF nº. 289.329.439-15, doravante denominado simplesmente ENTIDADE, têm entre si, como justo e acertado, o presente CONVÊNIO, mediante as cláusulas e condições, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

Cláusula Primeira. O termo de repasse do recurso financeiro, aqui formalizado é autorizado pela Lei Municipal nº. 1.171, de 02 de outubro de 2013.

Cláusula Segunda. Este convênio tem por objeto proporcionar a ENTIDADE, o repasse de valores financeiros por parte do MUNICÍPIO, para a formação e manutenção da equipe de futebol, em todas as categorias, em virtude de sua participação em diversos campeonatos promovidos em toda região sul do estado, conforme Plano de Trabalho apresentado.

Cláusula Terceira. São obrigações do MUNICÍPIO:  
I - transferir o recurso financeiro consignado na cláusula quinta à ENTIDADE;

II - examinar e aprovar se regulares, as prestações de contas do recurso financeiro repassado à ENTIDADE;

III - fixar prazo para que a ENTIDADE adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes deste termo de repasse, sempre que verificada alguma irregularidade.

Cláusula Quarta. São obrigações da ENTIDADE:  
I - empregar os valores financeiros recebidos, exclusivamente para formação e manutenção da equipe de futebol;  
II - prestar contas dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data da assinatura deste convênio, mediante a apresentação de balancete de prestação de contas devidamente assinado pelo contador e/ou pelo representante legal da entidade composta de:

- Originais as Notas Fiscais de compras e serviços que comprovem as despesas realizadas. (Para compras e serviços não serão aceitos recibos – A Prefeitura dispõe de setor para emissão de Nota

Fiscal Avulsa de Serviço e a Superintendência da Fazenda Estadual fornece Nota Fiscal Avulsa para compras de produtos; Também não serão aceitas quaisquer cópias em papel fax.)

- Nas prestações de contas não serão aceitas notas fiscais de compras ou serviços ou qualquer outro documento de comprovação de despesa com data de emissão anterior à data de publicação da Lei que autorizou o repasse da verba. Para despesas com compras ou serviços com valor superior à três salários mínimos, será exigida a apresentação de, pelo menos, três orçamentos prévios.

- Guias de recolhimento de impostos retidos na fonte relativos aos serviços contratados: ISSQN, IR, INSS (apresentar originais e cópias xerox para autenticação ).

- Certidão de execução do objeto. (Os membros da Diretoria ou Conselho Fiscal atestarão em documento que a obra foi executada e a verba utilizada conforme previsto no projeto e no convênio).

- Comprovante bancário de devolução ao Município do saldo remanescente – valor do recurso não utilizado (As Prestações de Contas da Contribuição Financeira serão realizadas de acordo com o disposto na Lei específica que os conceder e/ou no convênio firmado).

III - manter a contabilidade, os procedimentos contábeis e os registros estatísticos atualizados e em boa ordem, colocando-os à disposição dos agentes públicos responsáveis pelo controle interno e externo, de forma a garantir o acesso às informações da correta aplicação e utilização do recurso financeiro recebido;

IV - assegurar ao MUNICÍPIO as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação do objeto deste termo de repasse.

Cláusula Quinta. O MUNICÍPIO repassará à ENTIDADE, o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a partir de fevereiro de 2014.

Parágrafo único. Este Convênio tem a vigência até 31 de dezembro de 2014.

Cláusula Sexta. As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da dotação: 2.018 – Apoio ao Esporte Amador Comunitário: 3.3.50.00.00.00.00.0100 – Transferência à Instituições privadas sem fins lucrativos.

Cláusula Sétima. O controle e a fiscalização da execução do presente convênio ficarão a cargo do MUNICÍPIO.

Cláusula Oitava. Este instrumento pode ser rescindido a qualquer tempo, desde que tal vontade seja manifestada por uma das partes com 30 (trinta) dias de antecedência

Cláusula Nona. As partes elegem o foro da Comarca de Urussanga como competente para dirimir eventuais dúvidas oriundas deste convênio, não resolvidas amigavelmente, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem as partes justas e acertadas, assinam o presente termo em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 27 de fevereiro de 2014.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

JOSÉ LÉDIO PIAN  
Presidente da Associação Atlética Cocal do Sul

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_;

2. \_\_\_\_\_.



# Concórdia

## PREFEITURA

### **Editais de Notificação - Convênio Alimentação Escolar - Pnae**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE – Pré Escola, no valor de R\$ 16.960,00 (dezesesseis mil novecentos e sessenta reais).

Concórdia SC, 18 de março de 2014.  
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo  
Secretário Municipal de Finanças

### **Editais de Notificação - Convênio Alimentação Escolar - Pnae - Atendimento Educacional Especializado**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Atendimento Educacional Especializado, no valor de R\$ 870,00 (oitocentos e setenta reais).

Concórdia SC, 18 de março de 2014.  
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo  
Secretário Municipal de Finanças

### **Editais de Notificação - Convênio Alimentação Escolar - Pnae – Eja**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE – EJA, no valor de R\$ 564,00 (quinhentos e sessenta e quatro reais).

Concórdia SC, 18 de março de 2014  
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo  
Secretário Municipal de Finanças

### **Editais de Notificação - Convênio Alimentação Escolar - Pnae - Ensino Fundamental**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de

trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 34.190,00 (trinta e quatro mil cento e noventa reais).

Concórdia SC, 18 de março de 2014.  
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo  
Secretário Municipal de Finanças

### **Editais de Notificação - Convênio Alimentação Escolar - Pnae – Creche**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE – Creche, no valor de R\$ 36.300,00 (trinta e seis mil e trezentos reais).

Concórdia SC, 18 de março de 2014.  
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo  
Secretário Municipal de Finanças

### **Extrato de Ratificação da Dispensa de Licitação Nº 2/2014 - Fmec**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2014

O Diretor/Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Concórdia torna público que ratificou o ato da senhora Neusa Te-rezinha Schmidt Gugel, Chefe de Departamento, que Dispensou a licitação, nos termos do artigo 24, Inciso X da Lei nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 18 de março de 2014, para locação de imóvel para o desenvolvimento das atividades da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, a favor da empresa: ASSOCIAÇÃO DOS MOTORISTAS DE CONCÓRDIA, no valor estimado de R\$ 20.000,00(vinte mil reais).

VILMAR ANTÔNIO BENTZ  
Superintendente - FMEC

### **Errata da Publicação do Pregão Eletrônico SRP Nº 6/2014 PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC  
ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 6/2014

Em virtude do equívoco na importação do arquivo de itens no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) e da necessidade de republicação do edital no mesmo, altera-se a abertura do certame conforme segue:

DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: ATÉ DIA 1º/04/2014  
HORÁRIO LIMITE: até 08h15min.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: DIA 1º/04/2014  
HORÁRIO: às 08h30min.



Concórdia, SC, 18 de março de 2014.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**Edital de Credenciamento Nº 1/2014 - FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2014 - FMS

Objeto: Credenciamento de empresa/farmácia de manipulação, para fornecimento de medicamentos e/ou outros produtos MANIPULADOS, QUE NÃO POSSUAM EQUIVALENTES NO MERCADO FARMACÊUTICO, regulamentados conforme as normas LEGAIS da ANVISA, para atendimento de determinações judiciais, Lar Anjo Gabriel, Conselho Tutelar, Recanto do Idoso, Presídio Regional e excepcionalidades, mediante necessidade do Fundo Municipal de Saúde.

Tipo: Credenciamento a todos os interessados  
Recebimento dos documentos: à partir do dia 21/03/2014.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na homepage [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Credenciamento Publico". Quaisquer informações poderão ser obtidas junto ao Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situado à Rua Atalípio Magarinos, nº 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 19 de março de 2014.  
Alessandro Vernize  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

**Adendo 01 ao Edital Pregão Presencial Nº 25/2014 PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC  
ADENDO 01 AO EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2014 PMC

O Município de Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Educação, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: Contratação de empresa para prestação de serviços de internet banda larga para o Telecentro Comunitário e em escolas do Campo da rede municipal de ensino, conforme descrições constantes dos anexos "A" e "B" deste edital, foi alterado.

Em observância ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/1993, o prazo para protocolo dos envelopes, contendo as propostas de preços e documentação para habilitação, fica alterado para dia 02 de abril de 2014, até as 16:00 horas, sendo que a sessão de abertura da licitação, fica para o dia 03 de abril de 2014 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 19 de março de 2014.  
SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

**Comunicação de Convocação Para Nova Sessão - Pregão Presencial Nº 22/2014 - PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria técnico-pedagógica por área de conhecimento, para incentivar a profissionalização docente para atuar com os alunos das Escolas da Rede Municipal, capacitar os professores de modo a fortalecer o trabalho nos anos/séries que trabalham, a partir de conteúdos específicos de Ensino conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

**COMUNICAÇÃO DE CONVOCAÇÃO PARA NOVA SESSÃO**

Ficam as licitantes ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELI – EPP e FUNDAÇÃO ADOLPHO BÓSIO DE EDUCAÇÃO NO TRANSPORTE, convocadas a comparecerem junto a Prefeitura Municipal de Concórdia, no próximo dia 21/03/2014 às 15:30 horas para nova sessão de negociação de preços referente ao processo licitatório em referência.

Concórdia, SC, 20 de março de 2014.  
ANGELO BENINI FANTIN  
Pregoeiro



# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### Edital 002/2014 - Divulgação do Gabarito Definitivo

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 002/2014

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO GABARITO DEFINITIVO, DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, OBJETO DO EDITAL Nº 002/2014.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 70 da Lei Orgânica do Municipal, CONSIDERANDO a não interposição de recurso RESOLVE divulgar o gabarito definitivo da prova escrita/objetiva do Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital nº 002/2014:

I – GABARITO DEFINITIVO:

Cargo: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL

01)D	14)D
02)B	15)A
03)B	16)C
04)C	17)B
05)C	18)D
06)C	19)C
07)A	20)D
08)A	
09)D	
10)D	
11)D	
12)C	
13)A	

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

01)A	14)D
02)D	15)A
03)B	16)B
04)C	17)B
05)D	18)D
06)C	19)A
07)A	20)B
08)D	
09)D	
10)B	
11)C	
12)B	
13)A	

Cordilheira Alta, SC, 19 de março de 2014.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

### Decreto N 156/2014

DECRETO Nº156 /2014, DE 18 DE MARÇO DE 2014  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora municipal Sra. CARLA GRACIANI, ocupante do cargo de professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 01/02/2013 a 31/01/2014, que serão gozadas no período de 08/03/2014 a 06/04/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de março de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 08/03/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de março de 2014.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CARLA GRACIANI

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

### Decreto N 157/2014

DECRETO Nº 157/2014, DE 18 DE MARÇO DE 2014

"INSTITUI HORÁRIO ESPECIAL À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Fica instituído horário especial, a Servidora Municipal Sra. LURDES MARIA GABRIEL MAGGIONI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, excepcionalmente, visando suprir necessidades da Secretaria, a partir de 19/03/2014.

Parágrafo único: O horário que se refere no Art. 1º será de segunda-feira à sexta-feira das 07:30 h às 13:30 h.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de março de 2014

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### Decreto N 158/2014

DECRETO Nº 158/2014, DE 18 DE MARÇO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".



ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1095/2014,

#### DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 40.700,00 (quarenta mil e setecentos reais), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2.003 – Aniversário do Município e Realização de Eventos e Feiras.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 50

Fonte de Recursos: 01.00 – Ordinários – R\$ 40.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte da seguinte dotação orçamentária.

Projeto/Atividade: 15.452.2511.1.016 – Construção, Reforma e Ampliação da Garagem de Máquinas.

Modalidade de Aplicação: 449000 – 84

Fonte de Recursos: 01.00 – Ordinários – R\$ 40.000,00

Art. 3º. Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) que serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.043 – Parcerias com entidades Municipalistas.

Modalidade de Aplicação: 447100 – 136

Fonte de Recursos: 01.00 – Ordinários – R\$ 700,00

Art. 4º. Para abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o art. 3º, será anulada parte da seguinte dotação orçamentária.

Projeto/Atividade: 15.452.2511.1.016 – Construção Reforma e Ampliação da Garagem de Máquinas.

Modalidade de Aplicação: 449000 – 84

Fonte de Recursos: 01.00 – Ordinários – R\$ 700,00

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 18 de março de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

#### **Lei Nº 1092/2014 - Repasse Auxílio Financeiro Apae Coronel Freitas**

Lei n. 1092/2014

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE MENCIONADA NESTA LEI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, em especial o disposto no art. 70 da Lei Orgânica do Município, Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros à entidade:

I – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, da Cidade de Coronel Freitas/SC, CNPJ nº 78.481.611/0001-96, no Valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais);

Parágrafo Único – Os recursos mencionados à manutenção da entidade elencada no inciso I, destinados ao atendimento dos portadores de necessidades especiais do Município de Cordilheira Alta que freqüentam a instituição, serão repassados em 05 parcelas no valor de R\$5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) nos meses de março, maio, julho, setembro e novembro do corrente ano.

Art. 2º – A entidade deverá prestar contas de cada parcela recebida de acordo com a legislação atual que regem as normas da contabilidade e auditoria.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária específica.

Art. 4º - Está Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 18 de março de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

#### **Lei Nº 1093/2014 - Repasse Auxílio Financeiro Apae Xaxim**

Lei n. 1093/2014

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE MENCIONADA NESTA LEI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, em especial o disposto no art. 70 da Lei Orgânica do Município, Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros à entidade:

I – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, da Cidade de Xaxim/SC, CNPJ nº 78.480.837/0001-72, no Valor de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais);

Parágrafo Único – Os recursos mencionados à manutenção da entidade elencada no inciso I, destinados ao atendimento dos portadores de necessidades especiais do Município de Cordilheira Alta que freqüentam a instituição, serão repassados em 10 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

Art. 2º – A entidade deverá prestar contas de cada parcela recebida de acordo com a legislação atual que regem as normas da contabilidade e auditoria.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária específica.

Art. 4º - Está Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 18 de março de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal



Registrada e publicada em data supra

### **Lei Nº 1094/2014 - Autoriza O Chefe do Poder Executivo Ausentar-Se do País**

Lei n. 1094/2014

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A AUSENTAR-SE DO PAÍS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, em especial o disposto no art. 70 da Lei Orgânica do Município, Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ausentar-se do país, no período de 16 a 30 de maio de 2014, em Missão Oficial a Europa com visitas técnicas aos países de Portugal, Espanha, Itália e Alemanha.

Art. 2º Para fazer frente as despesas é fixado o valor total de até R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais) para transporte aéreo e terrestre, hospedagem e alimentação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 18 de março de 2014.  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

## **Coronel Freitas**

### **PREFEITURA**

#### **Lei 1970**

LEI MUNICIPAL Nº. 1.970, 10 de dezembro de 2013.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado para abrir crédito adicional suplementar verbas por anulação de dotações no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 259.700,00 (duzentos e cinquenta e nove mil e setecentos reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 304 – Vigilância Sanitária

Programa: 0020 – Prevenção a doenças (Vigilância sanitária, epidemiológica)

Ação: 2.063 - Manutenção da vigilância em saúde

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 – Recursos Ordinários

R\$ 33.000,00

Órgão: 03.00 – Secretaria de Administração e Finanças

Unidade: 03.02 – Departamento de Administração e Finanças

Função: 04 - Administração

Sub-função: 123 – Administração Financeira

Programa: 0003 - Administração

Ação: 2.003 – Manutenção das atividades de administração do município

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.00 – Recursos Ordinários - R\$ 20.000,00

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 – Recursos Ordinários - R\$ 44.700,00

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 – Recursos Ordinários - R\$ 35.000,00

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.05 - Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo

Ação: 2.006 – Manutenção do ensino fundamental

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.01 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos R\$ 127.000,00.

Art. 2º. A fonte de recurso para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes de anulações de dotações orçamentárias, a seguir discriminadas:

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.05 - Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 122 – Administração Geral



Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo

Ação: 2.012 – Administrativo da Educação

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.01 - Receitas de Impostos e Transferências de Impostos R\$ 36.655,00.

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.05 - Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 365 – Educação Infantil

Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo

Ação: 2.005 – Manutenção do Ensino Infantil

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.01 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos R\$ 76.345,00.

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.06 - Departamento de Cultura

Função: 12 - Educação

Sub-função: 122 – Administração Geral

Programa: 0006 – Cultura, Arte Através da História, Emoção

Ação: 1.026 – Centro de Inclusão Digital

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 – Recursos Ordinários R\$ 79.700,00.

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.02 - Departamento de Transportes e Obras

Função: 26 – Transporte

Sub-função: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0013 – Obras, Serviços Urbanos e Estradas Vicinais

Ação: 1.055 – Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 – Recursos Ordinários R\$ 22.500,00.

Órgão: 09.00 – Fundo Municipal de Habitação

Unidade: 09.01 – Fundo Municipal de Habitação

Função: 16 - Habitação

Sub-função: 122 – Administração Geral

Programa: 0028 – Moradias Populares

Ação: 2.092 – Manutenção do Fundo Rotativo Habitacional

Elemento: 3.2.90.0000000000.01.00 – Recursos Ordinários R\$ 27.500,00.

Elemento: 4.6.90.0000000000.01.00 – Recursos Ordinários R\$ 17.000,00.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de dezembro de 2013.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

### Lei 1971

LEI MUNICIPAL Nº. 1.971, 12 de dezembro de 2013.

DISPÕE SOBRE A DESAFETAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA, E AUTORIZA DOAÇÃO PARA USO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas,

Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a desafetar os lotes 03, 04, 05, 06, 07 e 08 da quadra 02, os lotes 01, 02, 03 e 04 da quadra 03, os lotes 05, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da quadra 09 e os lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09 da quadra 11, do loteamento denominado Bairro Floresta II, conforme mapa que integra a presente lei em forma de anexo único.

Art. 2º. Fica autorizada a doação dos lotes 03, 04, 05, 06, 07 e 08 da quadra 02, os lotes 01, 02, 03 e 04 da quadra 03, os lotes 05, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da quadra 09 e os lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09 da quadra 11, do loteamento denominado Bairro Floresta II, àqueles que quitarem o financiamento habitacional contraído junto a COHAB/SC, mediante apresentação do termo de quitação da dívida, expedido pela COHAB/SC.

Art. 3º. As despesas decorrentes da escrituração dos imóveis correrão por conta do Município de Coronel Freitas.

Art. 4º. Os donatários ficam isentos do pagamento do Imposto de Transmissão Inter Vivos.

Art. 5º. O(s) donatário(s), após receber(em) o terreno em doação através de escritura pública, não poderá(ão) vendê-lo antes do período mínimo de 05 (cinco) anos, contados do dia da transmissão da escritura, sob condição do imóvel retornar à propriedade do município de Coronel Freitas.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de dezembro de 2013.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

### Lei 1972

LEI MUNICIPAL N. 1.972, 12 de dezembro de 2013.

DISPÕE SOBRE O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS NA EXECUÇÃO DO PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e especial, ente o disposto na Portaria N. 23, de 01/10/2013 do Ministério da Saúde;

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. O Município de Coronel Freitas deverá assegurar o fornecimento de moradia aos médicos participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil por alguma das seguintes modalidades:

I - imóvel físico;

II - recurso pecuniário; ou



**III - acomodação em hotel ou pousada.**

§ 1º. As modalidades de que tratam os incisos I e II deste artigo devem ser prioritárias nas situações em que o médico participante esteja acompanhado dos familiares.

§ 2º. Na modalidade prevista no inciso I deste artigo, o imóvel poderá ser do patrimônio do Município de Coronel Freitas, ou locado, e deverá ter padrão suficiente para acomodação do médico e seus familiares.

§ 3º. Nas modalidades de que tratam os incisos I, II e III deste artigo, o Município de Coronel Freitas pode dispender o valor mensal para acomodar o médico e seus familiares, de no máximo R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

§ 4º. Na modalidade prevista inciso II deste artigo, o Município de Coronel Freitas deverá solicitar ao médico participante, a comprovação de que o recurso pecuniário está sendo utilizado tão somente para a finalidade de despesa com moradia.

§ 5º. Na modalidade prevista no inciso III, o Município de Coronel Freitas deverá disponibilizar acomodação em hotel ou pousada para os médicos participantes, mediante anuência destes, por escrito, quanto a aceitação por esta opção de moradia em detrimento daquelas previstas nos incisos I e II deste artigo.

Art. 2º. A oferta de moradia pelo Município de Coronel Freitas aos médicos participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil deverá atender a condições mínimas de habitabilidade e segurança, bem como o perfil do município e padrão médio da localidade.

Art. 3º. São critérios para aferição de condições mínimas de habitabilidade:

I - infraestrutura física e sanitária do imóvel em boas condições;

II - disponibilidade de energia elétrica;

III - abastecimento de água.

§ 1º. Os critérios previstos neste artigo devem ser assegurados em qualquer das modalidades de oferta de moradia de que trata o art. 1º desta Portaria.

§ 2º. A moradia deve ser disponibilizada em plenas condições de uso para o médico participante quando da chegada deste ao Município de Coronel Freitas, para início das atividades.

Art. 4º. O Município de Coronel Freitas deve assegurar a recepção e deslocamento dos médicos participantes desde o aeroporto mais próximo até as respectivas moradias, quando da chegada destes para início das atividades.

Art. 5º. O Município de Coronel Freitas deverá assegurar o fornecimento de alimentação ao médico participante, mediante:

I - recurso pecuniário; ou

II - in natura.

III - Para alimentação em restaurante ou marmitex.

Art. 6º. Sendo assegurada a alimentação mediante recurso pecuniário, poderá o Município de Coronel Freitas dispender nos máximo R\$ 500,00 (quinhentos reais).

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.**

Art. 7º. O Município de Coronel Freitas deverá informar ao

Ministério da Saúde, por meio de sistema de gerenciamento de programa-SGP, no link <http://maismedicos.saude.gov.br>, qual a modalidade de moradia ofertada aos médicos participantes.

Art. 8º. Caso necessário modificar a moradia disponibilizada para o médico participante, o ente federativo terá um prazo de até 60 (sessenta) dias, a partir da data de chegada do médico ao Município de atuação, para efetivar a alteração, que deverá ser atualizada no sistema informatizado.

Art. 9º. Circunstâncias eventuais que ensejem a alteração da moradia deverão ser deliberadas em conjunto pelo gestor e pelo médico participante e informada no sistema de gerenciamento de programas - SGP.

Art. 10. Adotando a modalidade prevista no art. 1º, inciso II, o Município de Coronel Freitas deverá informar ao médico participante e ao Ministério da Saúde o valor do recurso pecuniário, bem como o prazo e forma em que o mesmo estará disponível ao médico participante.

Art. 11. O Município de Coronel Freitas deverá informar ao Ministério da Saúde, através do sistema de gerenciamento de programas-SGP, no link <http://maismedicos.saude.gov.br>, os locais e endereços disponíveis para acomodações na modalidade prevista no art. 1º, III.

Art. 12. Todas as informações pertinentes aos benefícios de que trata esta Lei devem ser atualizadas pelo ente federativo no sistema de gerenciamento de programas-SGP, no link <http://maismedicos.saude.gov.br>.

Art. 13. Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação desta Lei, serão utilizados recursos do orçamento vigente em 2014 do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de dezembro de 2013.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

**Lei 1969**

LEI MUNICIPAL Nº.1.969, 09 de dezembro de 2013.

Dispõe sobre a Revisão Geral de Vencimentos dos Servidores e Das Outras Providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por Lei;

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica concedida a revisão geral a todos os servidores públicos, a partir de 1º de janeiro de 2014, em 5,58 (cinco vírgula cinquenta e oito por cento), com base do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor da Fundação Getúlio Vargas, acumulado de novembro de 2012 a outubro de 2013.



Art. 2º. O menor piso salarial do município, referente à Lei Municipal nº. 1.965/2013, fica corrigido de acordo com o artigo 1º da presente lei, correspondendo à importância de R\$ 741,42 (setecentos e quarenta e um reais e quarenta e dois centavos), a partir de 01 de janeiro de 2014.

Art. 3º. Os vencimentos dos servidores contratados por prazo determinado regulados pela Lei 1.964/2013, ficam corrigidos de acordo com o artigo 1º da presente lei, a partir de 01 de janeiro de 2014.

Art. 4º. Os proventos dos servidores inativos e pensionistas ficam corrigidos de acordo com o artigo 1º da presente lei, a partir de 01 de janeiro de 2014.

Art. 5º. Os quadros de vencimentos deverão ser atualizados de acordo com os percentuais determinados no artigo 1º da presente lei.

Art. 6º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, serão utilizados recursos consignados no orçamento municipal vigente.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de dezembro de 2013.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### Lei 1973

LEI MUNICIPAL Nº. 1.973, 12 de dezembro de 2013.

Autoriza o Prefeito Municipal a conceder subvenção social a Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira, para fins que menciona.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Prefeito Municipal autorizado a realizar repasse financeiro, a título de subvenção social, a Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira, entidade sem fins lucrativos, CNPJ n. 01122913/0002-97, no valor de até R\$ 44.343,00 (quarenta e quatro mil, trezentos e quarenta e três reais), por mês, pelo período de 12 meses, de janeiro a Dezembro de 2014, conforme rege o art. 16 da lei 4.320/1964.

Art. 2º. A subvenção prevista no art. 1º deve ser utilizada para pagamento dos serviços essenciais de assistência médica na forma de plantões, sobreavisos de médicos, suturas e despesas de custeio e manutenção da instituição, objetivando que a população tenha acesso a médicos para atendimentos urgentes durante 24hrs por dia, no único hospital da cidade.

Art. 3º. A entidade subvencionada deve prestar contas ao Município na forma contábil, conforme exige o Tribunal de Contas

do Estado de Santa Catarina, obedecendo-se a Lei Federal n. 4.320/64.

Art. 4º. As despesas decorrentes do presente projeto de Lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2014.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de dezembro de 2013.  
Mauri José Zucco Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### Lei 1974

LEI MUNICIPAL N. 1.974, 17 de dezembro de 2013.

Dispõe sobre o tratamento diferenciado, simplificado, favorecido e de incentivo às microempresas, às empresas de pequeno porte e aos microempreendedores individuais de que trata a Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Mauri José Zucco, Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. A presente Lei Complementar, denominada Lei Geral Municipal da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e do Microempreendedor Individual, dispõe sobre a regulamentação e consolidação do tratamento jurídico diferenciado, simplificado, favorecido e de incentivo para as tais empreendimentos, em conformidade com o disposto no artigo 146, inciso III, alínea "d", artigo 170, inciso IX, e artigo 179 todos da Constituição Federal e as disposições contidas na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, consolidada.

§ 1º. Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), a sociedade empresarial ou empresários enquadrados pelo artigo 3º da Lei Complementar Federal 123/2006, no que couber, inclusive quanto às vedações e penalidades.

§ 2º. Considera-se Microempreendedor Individual (MEI), aquele enquadrado pelo artigo 18-A da Lei Complementar 123/2006, inclusive quanto às vedações e penalidades, cominado com a Resolução CGSN Nº. 58, de 27 de abril de 2009 e alterações posteriores.

Art. 2º. O tratamento diferenciado, simplificado, favorecido e de incentivo às microempresas, às empresas de pequeno porte e ao microempreendedor individual incluirá, entre outras ações dos órgãos e entes da administração municipal:

I – os incentivos fiscais;

II – a inovação tecnológica e a educação empreendedora;



III – o associativismo e as regras de inclusão;

IV – o incentivo à geração de empregos;

V – o incentivo à formalização de empreendimentos;

VI – a unicidade e a simplificação do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas;

VII – a criação de banco de dados com informações, orientações e instrumentos à disposição dos usuários;

VIII – a simplificação, racionalização e uniformização dos requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios, para os fins de registro, legalização e funcionamento de empresários e pessoas jurídicas, inclusive com a definição das atividades consideradas de alto risco;

IX – a regulamentação do parcelamento de débitos relativos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);

X – a preferência nas aquisições de bens e serviços pelos órgãos públicos municipais.

Art. 3º. Fica criado o Comitê Gestor Municipal das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Micro Empreendedor Individual – COGEMPE, ao qual caberá gerenciar o tratamento diferenciado e favorecido ao MEI, às ME e às EPP de que trata esta Lei Complementar, competindo a ele:

I – regulamentar, mediante resoluções, a aplicação e a observância desta Lei Complementar;

II – gerenciar os subcomitês técnicos que atenderão às demandas específicas que foram julgadas necessárias;

III – estabelecer o regimento interno do Comitê Gestor Municipal.

Art. 4º. O Comitê Gestor Municipal das Micro Empresas de Pequeno Porte e Micro empreendedor Individual – COGEMPE, de que trata a presente Lei Complementar, será constituído por 08 (oito) membros titulares, com direito a voto, cada qual com seu respectivo suplente, representantes dos seguintes órgãos e instituições, indicados pelos mesmos:

I – O(a) Secretário(a) Municipal de Administração e Finanças;

II – O Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico;

III – Um representante da Associação Empresarial do município;

IV – Um representante dos escritórios contábeis do município;

V – Um representante do Legislativo Municipal;

VI – Um representante das Empresas de Pequeno Porte;

VII – Um representante do Micro Empresas;

VIII – Um representante dos Microempreendedores Individuais.

§ 1º. O Comitê Gestor Municipal das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual – COGEMPE será presidido pelo Secretário Municipal da Administração e Finanças que é considerado membro-nato.

§ 2º. O COGEMPE promoverá pelo menos uma conferência anual, a ser realizada preferencialmente no mês de novembro, para a qual serão convocadas as entidades envolvidas no processo de geração de emprego e renda e qualificação profissional, incluídos

os outros Conselhos Municipais.

§ 3º. O COGEMPE terá uma secretaria executiva, à qual competem as ações de cunho operacional emanadas pelo conselho e o fornecimento das informações necessárias às suas deliberações.

§ 4º. A secretaria executiva mencionada no parágrafo anterior será constituída por dois membros indicados pelo Presidente do COGEMPE, denominados Primeiro Secretário Executivo e Segundo Secretário Executivo do COGEMPE.

§ 5º. O Município, com recursos próprios e/ou em parceria com outras entidades públicas ou privadas, assegurará recursos suficientes para garantir a estrutura física e a de pessoal necessária à implantação e ao funcionamento do COGEMPE e de sua secretaria executiva.

Art. 5º. Os membros do COGEMPE serão indicados pelos órgãos ou pelas entidades a que pertençam e nomeados por Portaria do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 1º. Cada representante efetivo terá um suplente e mandato por um período de 02 (dois) anos, sendo permitida recondução.

§ 2º. Os representantes das secretarias municipais, no caso de serem os próprios titulares das respectivas pastas, terão seus mandatos coincidentes com o período em que estiverem no exercício do cargo.

§ 3º. O suplente poderá participar das reuniões com direito a voto, devendo exercê-lo, quando representar a categoria na ausência do titular efetivo.

§ 4º. As decisões e as deliberações do COGEMPE serão tomadas sempre pela maioria absoluta de seus membros.

§ 5º. O mandato dos conselheiros não será remunerado a qualquer título, sendo seus serviços considerados relevantes ao Município.

## CAPÍTULO II

### DA INSCRIÇÃO, LEGALIZAÇÃO E BAIXA.

#### SEÇÃO I

##### DAS DIRETRIZES

Art. 6º. Os órgãos públicos municipais envolvidos no processo de abertura e fechamento de empresas observarão a unicidade do processo de registro e de legalização, devendo para tanto articular as competências próprias com aquelas dos demais órgãos das outras esferas envolvidas na formalização empresarial, buscando compatibilizar e integrar procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, da perspectiva do empresário.

Art. 7º. Deverão ser mantidas à disposição dos empresários, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, informações, orientações e instrumentos que permitam pesquisa prévia à etapa de inscrição, alteração e baixa de empresas, de modo a prover a certeza quanto à documentação exigível e quanto à viabilidade da inscrição.

Art. 8º. Os procedimentos relativos à consulta de viabilidade, inscrição, alteração e baixa de empresas serão realizados por meio de sistemas informatizados, integrados ao Projeto Registro Mercantil Integrado – REGIN.

Parágrafo único. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a tomar todas as providências necessárias para completa integração dos referidos sistemas.



Art. 9º. O Município adotará, para fins de cadastramento, a codificação prevista na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo regulamentará a forma de atualização cadastral das empresas já inscritas no Município e respectiva vinculação à Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

## SEÇÃO II DA CONSULTA DE VIABILIDADE E DA INSCRIÇÃO

Art. 10. É obrigatória à realização da consulta de viabilidade previamente ao pedido de inscrição da microempresa e da empresa de pequeno porte, a qual será efetivada por meio do sistema Registro Mercantil Integrado - REGIN, disponível na rede mundial de computadores, e requerida preferencialmente por contador ou técnico contábil devidamente registrado no respectivo conselho de classe.

§ 1º. A consulta de viabilidade deverá bastar a que o empresário seja informado pelos órgãos competentes:

I - da descrição oficial do endereço de seu interesse e da possibilidade de exercício da atividade econômica desejada no local escolhido;

II - de todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção de licenças de autorização de funcionamento, segundo a natureza da atividade econômica pretendida (CNAE), o porte, localização e o grau de risco devem estar de acordo com a legislação em vigor.

§ 2º. Os órgãos competentes disporão do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da realização da consulta no REGIN, para emitir o respectivo parecer, o qual poderá ser pelo:

I - Deferimento da consulta de viabilidade, nos casos de atendimento de todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente;

II - Indeferimento da consulta de viabilidade, nos casos em que não forem atendidas todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente.

§ 3º. Na hipótese do inciso II do § 2º deste artigo, o atendimento de todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente, deverá ser cumprido anteriormente ao pedido de inscrição da microempresa, da empresa de pequeno porte ou do micro empreendedor individual.

§ 4º. O contador ou escritório de contabilidade optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte - Simples Nacional deverá prestar orientações e efetuar o pedido de consulta de viabilidade gratuitamente ao microempreendedor individual, nos termos do artigo 18, § 22-B, inciso I, da Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 5º. O microempreendedor individual deverá realizar a consulta de viabilidade para o exercício de atividades econômicas constantes na regulamentação específica aprovada pelo Comitê Gestor do Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

§ 6º. A consulta de viabilidade de que trata este artigo será gratuita.

Art. 11. O processo de registro do microempreendedor individual deverá ter trâmite especial na forma disciplinada pelo Comitê para

Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.

§ 1º. A inscrição do microempreendedor individual deverá ser realizada no Portal do Empreendedor, disponível no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br), após a realização e deferimento da consulta de viabilidade previsto no artigo 6º desta Lei Complementar.

§ 2º. A realização de inscrição do microempreendedor individual diretamente no Portal do Empreendedor prescindida da realização e deferimento da consulta de viabilidade resultará no indeferimento da inscrição municipal e revogação de eventuais documentos emitidos anteriormente à análise do pedido de inscrição pelo Município, em especial dos registros provisórios do CNPJ e do NIRE.

§ 3º. O microempreendedor individual fica isento do pagamento de todas as taxas relativas à primeira inscrição.

§ 4º. A partir do segundo ano da inscrição municipal, aplicar-se-ão ao microempreendedor individual as disposições legais relativas às taxas aplicáveis às demais empresas.

## SEÇÃO III DA SALA DO EMPREENDEDOR

Art. 12. Com o objetivo de orientar os empreendedores, simplificando os procedimentos de registro de empresas no município, o Chefe do Poder Executivo, por meio de Decreto, poderá criar a Sala do Empreendedor, com as seguintes atribuições:

I – disponibilizar aos interessados as informações necessárias à emissão da inscrição municipal e do alvará de funcionamento, mantendo-as atualizadas nos meios eletrônicos de comunicação oficial;

II – emissão da certidão de zoneamento na área do empreendimento;

III – orientação a respeito dos procedimentos necessários para a regularização da situação fiscal e tributária dos contribuintes;

IV – emissão de certidões de regularidade fiscal e tributária.

§ 1º. Na hipótese de indeferimento de inscrição municipal, o interessado será informado a respeito dos fundamentos e será oferecida na Sala do Empreendedor orientação para adequação à exigência legal.

§ 2º. Para a consecução dos seus objetivos, na implantação da Sala do Empreendedor, a administração municipal poderá firmar parceria com outras instituições para oferecer orientação com relação à abertura, ao funcionamento e ao encerramento de empresas, incluindo apoio para elaboração de plano de negócios, pesquisa de mercado, orientação sobre crédito, associativismo e programas de apoio oferecidos no município.

## CAPÍTULO III DO REGIME TRIBUTÁRIO

Art. 13. As microempresas, as empresas de pequeno porte e os micro empreendedores individuais optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte - Simples Nacional, relativamente ao Imposto Sobre Serviços - ISS, cingir-se-ão às disposições fixadas pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, e pelas normas expedidas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

Art. 14. O valor devido mensalmente a título de ISS pelas microempresas optantes pelo Simples Nacional que auferirem receita bruta, no ano calendário anterior, igual ou inferior ao valor definido



no § 18, do art. 18, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, será por estimativa, no valor mensal de R\$ 60,00 (sessenta reais) e R\$ 100,00 (cem reais).

§ 1º. O valor estimado mensal, nos termos do caput, será aplicado a partir do exercício seguinte ao da publicação desta Lei Complementar.

§ 2º. As microempresas que possuam mais de um estabelecimento ou que estejam no ano-calendário de início de atividades ficam impedidas de utilizar o disposto neste artigo.

§ 3º. O valor estimado apurado na forma deste artigo será devido ainda que tenha ocorrido retenção ou substituição tributária.

§ 4º. O valor estimado apurado na forma deste artigo deverá ser incluído no valor devido pela microempresa relativamente ao Simples Nacional, quando da geração do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS).

Art. 15. A retenção na fonte de ISS devido pelas microempresas ou pelas empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional somente será permitida se observado o disposto no art. 3º da Lei Complementar nº. 116, de 31 de julho de 2003, e deverá observar as seguintes normas:

I - a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;

II - na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa ou da empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à menor alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar nº. 123/2006; III - na hipótese do inciso II deste artigo, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subsequente ao do início de atividade em guia própria do Município;

IV - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção a que se refere este artigo;

V - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II deste artigo no documento fiscal, aplicar-se-á a maior alíquota correspondente ao percentual de ISS prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006;

VI - não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município;

VII - o valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional.

Art. 16. Os escritórios de contabilidade, mesmo que optantes pelo Simples Nacional, recolherão o ISS de acordo com o Código Tributário Municipal, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM).

Art. 17. As obrigações acessórias das Microempresas, Empresas

de Pequeno Porte e Micro Empreendedor Individual ficam condicionadas a Resolução CGSN 94, de 29 de novembro de 2011 e suas alterações.

#### CAPÍTULO IV DO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO

Art. 18. O Chefe do Poder Executivo Municipal, por meio de Decreto, designará servidor e área responsável em sua estrutura funcional para a efetivação dos dispositivos previstos na presente Lei Complementar.

§ 1º. A função de Agente de desenvolvimento caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais ou comunitárias, individuais ou coletivas, que busquem o cumprimento das disposições e diretrizes contidas nesta Lei Complementar, sob a supervisão do COGEMPE.

§ 2º. O agente de desenvolvimento deverá preencher os seguintes requisitos:

I – Residir na área da comunidade em que atuar;  
II – Ter concluído, com aproveitamento, curso de qualificação básica para a formação de agente de desenvolvimento, ou equivalente;

III – Ter concluído, no mínimo, o segundo grau.

§ 3º. Caberá ao agente de desenvolvimento buscar junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, juntamente com as demais entidades municipalistas e de apoio e representação empresarial, o suporte para ações de capacitação, estudos, pesquisas, publicações, promoção de intercâmbio de informações e experiências.

#### CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA

Art. 19. A fiscalização municipal, nos aspectos de posturas, uso do solo, sanitário, ambiental e de segurança, relativos às microempresas, empresas de pequeno porte e demais contribuintes, deverá ter natureza orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

Art. 20. Nos moldes do artigo anterior, quando da fiscalização municipal, será observado o critério de dupla visita para lavratura de auto de infração, exceto na ocorrência de reincidência, fraude, resistência, descumprimento de orientações ou embaraço à fiscalização.

Parágrafo único. Considera-se reincidência, para fins deste artigo, a prática do mesmo ato no período de 12 (doze) meses, contados do ato anterior.

Art. 21. A dupla visita consiste em uma primeira ação, com a finalidade de verificar a regularidade do estabelecimento, e em ação posterior de caráter punitivo quando, verificada qualquer irregularidade na primeira visita, não for efetuada a respectiva regularização no prazo determinado.

Art. 22. Quando na visita for constatada qualquer irregularidade, será lavrado um termo de verificação e orientação para que o responsável possa efetuar a regularização no prazo de 30 (trinta) dias, sem aplicação de penalidade.

§ 1º. Quando o prazo referido neste artigo não for suficiente para a regularização necessária, o interessado deverá formalizar



junto ao órgão de fiscalização um termo de ajuste de conduta, no qual, justificadamente, assumirá o compromisso de efetuar a regularização dentro do cronograma que for fixado no termo.

§ 2º. Decorridos os prazos fixados no caput ou no Termo de Ajuste de Conduta (TAC), sem a regularização necessária, será lavrado auto de infração com aplicação de penalidade cabível.

Art. 23. Fica autorizado o Município de Coronel Freitas/SC a firmar convênio com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para realizar a inscrição em dívida ativa municipal e a cobrança judicial dos tributos municipais a que se refere a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

#### CAPÍTULO VI DOS BENEFÍCIOS FISCAIS

Art. 24. Os MEIs, MEs e EPPs terão os seguintes benefícios fiscais:

I – redução de 100% (cem por cento) no pagamento da taxa de licença e fiscalização para localização, instalação e funcionamento de microempresas e empresas de pequeno porte, no primeiro ano de constituição da empresa;

II – ficam reduzidos a 0 (zero) os valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao alvará, à licença e ao cadastro do microempreendedor individual, da data do registro até o dia 31 de dezembro do primeiro ano de constituição;

Art. 25. Os benefícios previstos nesta Lei Complementar, não constantes na Lei Complementar Federal nº 123/06, aplicam-se somente aos fatos geradores ocorridos após a sua vigência, desde que a empresa tenha ingressado no regime geral da ME, EPP e MEI nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/06.

Art. 26. As MEs e as EPPs cadastradas com previsão de prestação de serviços, e que não estejam efetivamente exercendo essa atividade, poderão solicitar dispensa de confecção de talões de notas fiscais de serviço.

#### CAPÍTULO VII DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

##### SEÇÃO I DO APOIO À INOVAÇÃO

Art. 27. O Poder Público Municipal, por meio de legislação específica e regulamentadora, manterá programas de incentivo à inovação tecnológica, visando o apoio à inovação e à gestão da inovação.

Parágrafo único. Para o desenvolvimento da inovação e sua gestão o Poder Público Municipal buscará apoio de instituições de pesquisa e ensino, ou outras que puderem dar suporte às ações de incentivo.

##### SEÇÃO II DO FOMENTO ÀS INCUBADORAS, CONDOMÍNIOS EMPRESARIAIS E EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA

Art. 28. O Poder Público municipal manterá programa de desenvolvimento empresarial, podendo instituir incubadoras de empresas com a finalidade de desenvolver microempresas e empresas de pequeno porte de vários setores de atividade.

§ 1º. A Prefeitura Municipal será responsável pela implementação do programa de desenvolvimento empresarial referido no caput deste artigo, por si ou em parceria com entidades de pesquisa e apoio a microempresas e a empresas de pequeno porte, órgãos

governamentais, agências de fomento, instituições científicas e tecnológicas, núcleos de inovação tecnológica e instituições de apoio.

§ 2º. As ações vinculadas à operação de incubadoras serão executadas em local especificamente destinado para tal fim, podendo a municipalidade auxiliar nas despesas com aluguel, manutenção predial, fornecimento de água e demais despesas de infraestrutura, a título de incentivo.

§ 3º. O prazo máximo de permanência no programa é de 5 (cinco) anos para que as empresas atinjam suficiente capacitação técnica, independência econômica e comercial, podendo ser prorrogado por igual prazo mediante avaliação técnica. Findo esse prazo, as empresas participantes se transferirão para área de seu domínio ou que venha a ser destinada pelo Poder Público Municipal, com ocupação preferencial por empresas egressas de incubadoras do Município.

Art. 29. O Poder Público Municipal poderá criar distritos ou minidistritos industriais em locais adequados, cujas condições para alienação dos lotes a serem ocupados será estabelecido em lei.

#### CAPÍTULO VIII DO ACESSO AOS MERCADOS

##### SEÇÃO I DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS

Art. 30. Nas contratações públicas de bens, serviços e obras do município, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e empreendedores individuais, nos termos do disposto na Lei Complementar Federal nº 123/06.

Parágrafo único. Subordinam-se ao disposto nesta Lei Complementar, além dos órgãos da administração pública municipal direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas e demais entes que compõem a administração pública indireta.

Art. 31. Para a ampliação da participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, a administração pública municipal deverá:

I – instituir cadastro próprio, de acesso livre, ou adequar os cadastros existentes para identificar as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente, com as respectivas linhas de fornecimento, de modo a possibilitar a notificação das licitações e facilitar a formação de parcerias e subcontratações;

II – divulgar as especificações de bens e serviços contratados de modo a orientar as microempresas e empresas de pequeno porte para que adéquem os seus processos produtivos;

III – na definição do objeto da contratação, não deverá utilizar especificações que restrinjam injustificadamente a participação das microempresas e empresas de pequeno porte.

Art. 32. As contratações diretas por dispensas de licitação com base nos incisos I e II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 deverão ser preferencialmente realizadas com microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no município ou na região.

Art. 33. Exigir-se-á da microempresa e da empresa de pequeno porte, para habilitação em quaisquer licitações do município para fornecimento de bens para pronta entrega ou serviços imediatos, apenas o seguinte:

I – ato constitutivo da empresa, devidamente registrado;



II – inscrição no CNPJ, para fins de qualificação;

III – certidão atualizada de inscrição na Junta Comercial do Estado, com a designação do porte (ME ou EPP).

IV - Todas as certidões negativas para a comprovação da regularidade fiscal da mesma.

Art. 34. A comprovação de regularidade fiscal das ME's e EPP's será exigida para efeitos de contratação e para participação na habilitação.

§ 1º. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, do pagamento ou do parcelamento do débito, e para a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º. Entende-se o termo "declarado vencedor" de que trata o parágrafo anterior o momento imediatamente posterior à fase de habilitação, no caso da modalidade de pregão, e, nos demais casos, o momento posterior ao julgamento das propostas, aguardando-se os prazos para regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

§ 3º. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º, implicará a preclusão do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

§ 4º. O disposto no parágrafo anterior deverá constar no instrumento convocatório da licitação.

Art. 35. Nas licitações para a aquisição de bens, produtos e serviços de natureza divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto da contratação, a administração pública municipal poderá reservar cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º. O disposto neste artigo não impede a contratação das microempresas ou empresas de pequeno porte na totalidade do objeto, sendo-lhes reservada exclusividade de participação na disputa de que trata o caput.

§ 2º. Aplica-se o disposto no caput sempre que houver, local ou regionalmente, o mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atendam às exigências constantes no instrumento convocatório.

§ 3º. Admite-se a divisão da cota reservada em múltiplas cotas, objetivando-se a ampliação da competitividade e observando-se o seguinte:

I – a soma dos percentuais de cada cota em relação ao total do objeto não poderá ultrapassar 25% (vinte e cinco por cento);

II – Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

Art. 36. Nas licitações, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º. Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Art. 37. Para efeito do disposto no artigo anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 32, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos parágrafos 1º e 2º do art. 32, será realizado sorteio entre elas para que se identifique a que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º. Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos incisos I, II e III, o contrato será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º. O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 3º. No caso de pregão, após o encerramento dos lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão, observado o disposto no inciso III deste artigo.

§ 4º. Nas demais modalidades de licitação, o prazo para os licitantes apresentarem nova proposta será de (02) dois dias úteis.

§ 5º. No caso de planilhas detalhadas, estas deverão ser readequadas pela EPP ou ME e entregues conjuntamente à nova proposta.

Art. 38. O Município poderá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor total do preço médio seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Art. 39. O Município poderá, por meio do instrumento convocatório, dar tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, das seguintes formas:

I – Exigindo dos licitantes a subcontratação de microempresa ou de empresa de pequeno porte, desde que o percentual máximo do objeto a ser subcontratado não exceda a 30% (trinta por cento) do total licitado;

II – Estabelecendo cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, em certames para a aquisição de bens e serviços de



natureza divisível.

Parágrafo único. O valor licitado por meio do disposto neste artigo não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do total licitado em cada ano civil.

Art. 40. O município proporcionará a capacitação dos pregoeiros, da equipe de apoio e dos membros das comissões de licitação da administração municipal sobre o que dispõe esta Lei Complementar.

Art. 41. Em licitações para aquisição de produtos para merenda escolar e para os programas sociais de segurança alimentar, destacadamente aqueles de origem local, a administração pública municipal deverá utilizar preferencialmente a modalidade de chamada pública ou pregão presencial.

## SEÇÃO II ESTÍMULO AO MERCADO LOCAL

Art. 42. A administração pública municipal incentivará a realização de feiras de produtores e artesãos, assim como apoiará missões técnicas para exposição e venda de produtos locais em outros municípios ou estados.

## CAPÍTULO IX DO ESTÍMULO AO CRÉDITO E À CAPITALIZAÇÃO

Art. 43. A administração municipal, para estímulo ao crédito e à capitalização dos empreendedores e das empresas de micro e pequeno portes, poderá reservar, em seu orçamento anual, percentual a ser utilizado para apoiar programas de crédito e/ou garantias, isolados ou suplementarmente aos programas instituídos pelo Estado ou pela União.

Art. 44. A administração pública municipal fomentará e apoiará a criação e o funcionamento de linhas de microcrédito operacionalizadas por meio de instituições, tais como cooperativas de crédito, sociedades de crédito ao empreendedor e organizações da sociedade civil dedicadas ao microcrédito com atuação no âmbito do Município ou da região.

Art. 45. A administração pública municipal fomentará e apoiará a instalação e a manutenção, no município, de cooperativas de crédito e outras instituições financeiras, públicas e privadas, que tenham como principal finalidade a realização de operações de crédito com microempresas e empresas de pequeno porte.

## CAPÍTULO X DA MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

Art. 46. O município poderá celebrar parcerias com entidades locais, inclusive com o Poder Judiciário, objetivando a estimulação e a utilização dos institutos de conciliação prévia, mediação e arbitragem para solução de conflitos de interesse das empresas de pequeno porte e microempresas localizadas em seu território.

§ 1º. O estímulo a que se refere o caput deste artigo compreende campanhas de divulgação, serviços de esclarecimento e tratamento diferenciado, simplificado e favorecido no tocante aos custos administrativos e aos honorários cobrados.

§ 2º. Com base no caput deste artigo, o município também poderá formar parceria com Poder Judiciário, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as universidades, com a finalidade de criar e implantar o setor de conciliação extrajudicial.

## CAPÍTULO XI DO ASSOCIATIVISMO

Art. 47. O Poder Executivo incentivará microempresas e empresas de pequeno porte a organizarem-se em cooperativas, na forma das sociedades previstas no artigo 56 da Lei Complementar Federal nº 123/06, ou outra forma de associação para os fins de desenvolvimento de suas atividades.

Art. 48. A administração pública municipal deverá identificar a vocação econômica do município e incentivar o fortalecimento das principais atividades empresariais relacionadas, por meio de associações e cooperativas.

Art. 49. O Poder Executivo adotará mecanismos de incentivo às cooperativas e associações para viabilizar a criação, a manutenção e o desenvolvimento do sistema associativo e cooperativo no município por meio de:

I – estímulo à inclusão do estudo do cooperativismo e associativismo nas escolas do município, tendo em vista o fortalecimento da cultura empreendedora como forma de organização de produção, do consumo e do trabalho;

II – estímulo à forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do associativismo e na legislação vigente;

III – estabelecimento de mecanismos de triagem e qualificação da informalidade para implementação de associações e sociedades cooperativas de trabalho, tendo em vista a inclusão da população do município no mercado produtivo, fomentando alternativas para a geração de trabalho e renda;

IV – criação de instrumentos específicos de estímulo à atividade associativa e cooperativa destinadas à exportação;

V – apoio aos empresários locais para organizarem-se em cooperativas de crédito e consumo;

VI – cessão de bens móveis e imóveis do Município.

## CAPÍTULO XII DO PARCELAMENTO DE DÉBITO DAS MEs, EPPs E MEIs

Art. 50. Será concedido parcelamento, em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, dos débitos relativos ao ISS, IPTU e aos demais tributos devidos ao Município, de responsabilidade das MEs, EPPs e MEIs, nos termos do Código Tributário Municipal.

§ 1º. Não se concederá parcelamento aos débitos referente ao imposto incidente sobre terrenos não edificados.

§ 2º. O valor mínimo da parcela mensal será de 30 (trinta) UFRMs vigentes.

§ 3º. Esse parcelamento abrange exclusivamente débitos inscritos em dívida ativa, ainda que ajuizada a sua cobrança.

§ 4º. O parcelamento será requerido ao Setor de Tributação do Município e obedecerá as regras do Código Tributário Municipal.

§ 5º. A inadimplência de 03 (três) parcelas consecutivas ou 05 (cinco) parcelas intercaladas será causa de rescisão dos efeitos do parcelamento, mediante notificação.

§ 6º. As parcelas serão atualizadas monetariamente, anualmente, com base na variação da Unidade Fiscal Municipal – UFM.



### CAPÍTULO XIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 51. O COGEMPE elaborará cartilha para ampla divulgação dos benefícios e das vantagens instituídos por esta Lei Complementar, especialmente buscando a formalização e legalização dos empreendimentos.

Art. 52. A administração pública municipal incentivará a criação de programas específicos de atração de novas empresas, de forma direta ou em parceria com outras entidades públicas ou privadas, da mesma forma que incentivará a legalização e formalização dos Microempreendedores Individuais.

Art. 53. As despesas decorrentes da presente Lei Complementar correrão por conta das dotações constantes do orçamento municipal em cada exercício financeiro.

Art. 54. Compete ao Chefe do Poder Executivo, através de decreto, regulamentar a presente Lei Complementar e promover ampla divulgação do tratamento diferenciado, simplificado, favorecido e de incentivo às microempresas, às empresas de pequeno porte e aos microempreendedores individuais.

Art. 55. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 56. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal n. 1.698/2009, de 18 de Dezembro de 2009.

Gabinete do Prefeito, 17 de dezembro de 2013.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

#### Lei 1975

LEI MUNICIPAL N. 1.975, 17 de dezembro de 2013.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Coronel Freitas, SC, para o Exercício de 2014.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

#### DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de Coronel Freitas para o exercício de 2014 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 22.721.644,00 (vinte e dois milhões setecentos e vinte e um mil, seiscentos e quarenta e quatro reais).

#### DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º. O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 22.721.644,00 (vinte e dois milhões setecentos e vinte e um mil, seiscentos e quarenta e quatro reais) e fixa a Despesa em R\$ 22.721.644,00 (vinte e dois milhões setecentos e vinte e um mil, seiscentos e quarenta e quatro reais), sendo R\$ 1.152.500,00 (um milhão, cento e cinquenta e dois mil

e quinhentos reais) para o Poder Legislativo e R\$ 21.569.144,00 (vinte e um milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, cento e quarenta e quatro reais) para o Poder Executivo.

O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 1.593.800,00 (um milhão, quinhentos e noventa e três mil, e oitocentos reais) fixa a Despesa em R\$ 4.413.136,40 (quatro milhões, quatrocentos e treze mil, cento e trinta e seis reais, e quarenta centavos).

O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Médica – FMA para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 389.000,00 (trezentos e oitenta e nove mil reais) e fixa a despesa em R\$ 389.000,00 (trezentos e oitenta e nove mil reais).

§ 1º. A Receita da Unidade Gestora Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

#### PREFEITURA MUNICIPAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	21.207.124,00
1.1. Receita Tributária	2.137.160,00
1.2. Receita de Contribuições	183.380,00
1.3. Receita Patrimonial	63.460,00
1.4. Receita agropecuária	300,00
1.4. Receita de Serviços	34.800,00
1.5. Transferências Correntes	18.526.612,00
1.6. Outras Receitas Correntes	260.812,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	2.531.000,00
2.1. Operações de Crédito	120.000,00
2.2. Alienação de Bens	60.000,00
2.3. Amortização de empréstimo	1.000,00
2.4. Transferências de Capital	2.350.000,00
Deduções da receita formação do FUNDEB	2.999.280,00
TOTAL	20.738.844,00

#### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	1.583.800,00
1.1. Receita Tributária	20.000,00
1.2. Receita Patrimonial	17.100,00
1.3. Receita de Serviços	100,00
1.4. Transferências Correntes	1.544.500,00
1.5. Outras Receitas Correntes	2.100,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	10.000,00
2.1. Transferências de Capital	10.000,00
TOTAL	1.593.800,00

#### FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - FMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	389.000,00
1.1. Receita de Contribuições	360.000,00
1.2. Receita Patrimonial	28.000,00
1.3. Outras receitas Correntes	1.000,00
TOTAL	389.000,00

§ 2º. As Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:



**I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Câmara Municipal	1.152.500,00
02. Secretaria Municipal de Administração e Finanças	2.871.464,81
03. Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito	315.000,00
04. Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes	5.691.112,80
05. Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	803.550,00
06. Secretaria Municipal de Transp. Obras e Serv. Urbanos	5.580.986,13
07. Secretaria Municipal de Saúde	4.413.136,40
08. Fundo Municipal de Assistência Médica – FMA	389.000,00
09. Fundo Rotativo Habitacional	56.250,00
10. Fundo Municipal de Assistência Social	1.212.060,00
11. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	103.000,00
12. Fundo Municipal da Infância e Adolescência	12.500,00
99. Reserva de Contingência	60.541,93
<b>TOTAL</b>	<b>22.721.644,00</b>

**II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	1.152.500,00
04. ADMINISTRAÇÃO	3.410.548,67
06. SEGURANÇA PÚBLICA	99.850,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.224.560,00
10. SAÚDE	4.802.136,40
12. EDUCAÇÃO	5.186.737,80
13. CULTURA	266.000,00
15. URBANISMO	1.396.970,00
16. HABITAÇÃO	56.250,00
17. SANEAMENTO	2.531.280,00
18. GESTÃO AMBIENTAL	1.550,00
20. AGRICULTURA	802.000,00
25. ENERGIA	264.630,00
26. TRANSPORTE	1.288.256,13
27. DESPORTO E LAZER	238.375,00
<b>TOTAL</b>	<b>22.721.644,00</b>

**III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA**

0000	Amortização de Dívidas, Precatórios e Sentenças Judiciais
1001	Conclusão Construção sede própria
1002	Aquisição de Móveis, Equipamentos e Mobiliário em Geral
1003	Aquisição de Veículo para Gabinete do Prefeito
1004	Aquisição de Móveis e Equipamentos
1005	Aquisição de Móveis e Equipamentos
1006	Construção do novo centro administrativo
1007	Construção de pontes e pontilhões
1008	Recuperação de bueiros e pontes
1009	Reforma das quadras esportivas nas escolas
1010	Cobertura de quadras desportivas
1011	Ampliação e Reformas da rede física do Ensino Infantil e Fundamental
1015	Aquisição de veículos
1017	Cidade Digital
1018	Conclusão da Construção do Centro de Eventos Culturais Adequando todos os Programas.
1019	Ampliar e adquirir equipamentos para repetidora de TV
1021	Aquisição de computadores e instalação de internet
1022	Eventos culturais
1024	Aquisição de Terrenos

1025	Construção de espaços esportivos
1026	Reforma e ampliação dos Vestiários, arquibancada e Copa do Estádio Municipal de Futebol
1030	Aquisição de móveis, equipamentos e implementos esportivos
1031	Construção de Creches
1032	Construção de Abrigo para estudantes
1033	Aquisição de máquina, veículos, equipamentos e mobiliário
1035	Aquisição de Máquinas e Equipamentos para a Patrulha Agrícola
1036	Implantação do Horto Florestal (Prog. semeando o futuro)
1037	Abertura e Instalação de Poços Artesianos
1038	Instalação de rede de distribuição de água potável
1039	Captação, Tratamento e Distribuição de Água do Rio Chapecó
1040	Construção e Manutenção de Cisternas nas Propriedades Rurais
1041	Aquisição de Máquinas, Veículos, Equipamentos e Mobiliário
1042	Elaboração de Projeto "Rodovia do Cairu"
1043	Pavimentação Asfáltica Rodovia da Integração
1044	Aquisição de Veículo
1046	Iluminação Pública no Interior
1047	Construção de Passeio Público Padronizado
1048	Construção de Passarelas e Pontes no Perímetro Urbano
1049	Construção de ciclovias, entre a Cidade e as Fabricas na Saída para Chapecó
1050	Instalação e troca de Lixeiras em todas as Vias Urbanas
1051	Aquisição de Terreno para Cemitério Municipal
1052	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário
1053	Aquisição de Tanque para caminhão para combate incendio e transporte de água potável
1054	Infraestrutura e Urbanização (Pavimentação com pedras irregulares em vias urbanas)
1055	Ampliação e Reforma da Garagem Municipal
1056	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos
1057	Asfaltamento de vias urbanas
1058	Cidade Florida (reformulação de canteiros, carborização e ajardinamento)
1059	Aquisição de Terreno para o Lixo Verde (Compostagem)
1060	Revitalização da Av. Santa Catarina
1061	Construir Rótula
1063	Instalação de Câmeras de Segurança em Parceria com os Departamentos da Polícia Civil e Militar
1064	Drenagem na encosta
1065	Ampliação e Manutenção do Parque de Exposições
1066	Drenagem e Retificação da Sanga que passa ao lado do Loteamento Cinquentenário
1067	Infraestrutura para área habitacional
1068	Construção de casas populares
1069	Aquisição de áreas de terra
1070	Realização de feiras
1071	Implantar o Corpo de Bombeiros
1072	Implantação de incubadora e condomínios empresariais
1073	Reformas e adaptações de salas para oficinas
1074	Aquisição de veículo
1077	Construção de prédio do CRAS



1078	Construção de um centro dia para idosos
1081	Construção do ESF IV
1082	Ampliar, reformar e manter as unidades de saúde
1085	Construção de garagem para veículos da saúde
2001	Manutenção da Câmara de Vereadores
2002	Manutenção da Estrutura do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito
2003	Manutenção das Atividades de Administração do Município
2004	Manutenção do programa ESF
2005	Manutenção Reforma e Ampliação do Centro Administrativo
2006	Reserva de contingência
2007	Manutenção do Transporte Escolar
2008	Merenda Escolar
2011	Promover a Capacitação e a Valorização dos Profissionais (Cursos, Palestras, Seminários etc.)
2012	Manutenção do Administrativo de Educação
2013	Atendimento Alunos do 2º
2015	Educação de Jovens e Adultos
2019	Manutenção da educação infantil
2020	Manutenção do ensino fundamental
2021	Manutenção e ampliação do acervo do museu
2022	Organizar os pontos turísticos do município
2023	Manutenção da Departamento da cultura
2026	Manutenção do departamento de esportes
2027	Manutenção das Creches
2028	Manutenção e Assistência ao Produtor Rural
2029	Apoio a agroindústria familiar "O melhor negócio"
2030	Apoio ao sistema de inspeção municipal
2031	Programa de Incentivo ao Jovem Agricultor
2032	Programa da fruticultura
2033	Implantação de Laboratório para análise de brucelose e tuberculose
2034	Apoio ao sociativismo e cooperativismo
2035	Programa de Capacitação aos Agricultores
2036	Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Pesca e Aquicultura
2037	Programa Colinas Verdejantes, Turimos Rural.
2038	Programa de Produção de Alimentos para Subsistência
2039	Lei de Incentivos
2040	Realização de eventos
2041	Implantação e Viabilização de Programas de Proteção ao Meio Ambiente
2042	Recuperação de Áreas Degradadas
2043	Recuperação de Mananciais
2044	Manutenção, abertura e conservação de estradas Vicinais
2045	Capacitação dos Servidores.
2046	Programa Espaço Verde (Conservação e Recuperação dos Ambientes Urbanos e Naturais).
2047	Rever, Atualizar e Readequar o Plano Diretor
2048	Manutenção do Convênio do Trânsito
2049	Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública
2050	Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos
2051	Manutenção da Coleta e Destino do Lixo Urbano

2052	Implantação e Manutenção do Programa de Catadores de Lixo Reciclável
2053	Rever, reorgan. e legalizar a ocupação urbana reprimindo a ocupação irregular, Programa meu Cantinho
2054	Manutenção do Fundo Rotativo Habitacional
2055	Manutenção do Fundo municipal de assistência médica as servidores municipais
2056	Manutenção da secretaria
2057	Elaborar e manter o plano estratégico do município de Coronel Freitas
2058	Apoiar e incentivar prioritariamente o associativismo e as pequenas cooperativas
2059	Programa menor aprendiz
2060	Incentivos econômicos, estruturais para empresas existentes e para atração de novas
2061	Manutenção dos programas e projetos previstos no Plano de Ação e Aplicação
2062	Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI)
2063	Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de PSC/LA
2064	Serviço de proteção social para pessoas deficientes, idosos e suas famílias
2065	Manutenção do programa PETI
2066	Família substituta
2067	Manutenção do serviço de acolhimento institucional casa lar
2068	Programa de proteção em situação de calamidades públicas e de emergência
2069	Programa de acolhimento de mulheres e idosos em situação de violência
2070	Gestão Cadiúnico – IGDM
2071	Implantar o prgrama de monitoramento e avaliação informatizado
2072	Gestão SUAS IGDE-SUAS
2073	Manutenção do CRAS/PAIF
2074	Implantação da cooperativa de reciclagem de lixo
2075	Programa de atenção a mulher
2076	Apoio as organizações comunitárias
2077	Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento à pobreza
2078	Programa de geração de trabalho a renda, segurança alimentar e inclusão produtiva
2079	Manutenção do conselho tutelar
2080	Dinamizar o CRAS
2081	Grupo de idosos
2082	Aquisição de Veículos, Equipamentos e Mobiliários em geral.
2083	Aquisição de Medicamentos
2084	Manutenção do Programa das ACS
2085	Aquisição de veículo
2086	Aquisição de móveis e equipamentos
2087	Indenizações e restituições
2088	Transferência a consórcios públicos, subvenções, contribuições e auxílios
2091	Manutenção do fundo municipal de saúde
2092	Manutenção da Vigilância em Saúde
2102	Manutenção do Programa saúde bucal
2103	Implantar o CAPS com parceria de outros municípios
2104	Manutenção do programa NASF



2105	Manutenção da Assistência Social
------	----------------------------------

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	18.489.120,33
3.1.00.00. – Pessoal e Encargos Sociais	9.558.338,33
3.2.00.00. – Juros e Encargos da Dívida	101.000,00
3.3.00.00. – Outras Despesas Correntes	8.819.240,07
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	4.171.981,74
4.4.00.00 – Investimentos	3.875.475,00
4.6.00.00 – Amortização da Dívida	307.048,67
9.9.99.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.541,93
TOTAL	22.721.644,00

Art. 3º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor conforme abaixo:

## UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. Intempéries	30.000,00
2. Outros passivos contingentes imprevisíveis	30.541,93
SOMA	60.541,93

§ 1º. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º. Não se efetivando até o dia 10/12/2014 os riscos fiscais relacionados aos eventos: Intempéries; Fatos não Previstos em Execução de Obras e Serviços e Campanhas de Saúde; ou se efetivando a cobrança da dívida ativa de acordo com o previsto no Orçamento da Receita, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2014 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

§ 3º. Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 4º- A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fonte de Recursos, para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal (Art. 167,VI da CF).

Parágrafo único. As fontes e destinações de recursos, bem como o detalhamento, poderá sofrer alterações, inclusões ou exclusões, através de ato do Poder Executivo, de acordo com as necessidades.

Art. 5º. O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, observado o disposto no art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

I - abrir créditos suplementares à conta do produto de operações de crédito até o limite dos valores autorizados em lei;

II - abrir créditos suplementares à conta dos recursos consignados sob a denominação de Reserva de Contingência, observado o

disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

III - adotar, durante a execução orçamentária, as medidas necessárias para ajustar a programação das despesas autorizadas ao efetivo ingresso das receitas, dentro dos limites constitucionais e legais; e

IV - abrir crédito especial durante a execução orçamentária quando as ações já estiverem programadas no Plano Plurianual 2014-2017.

Parágrafo primeiro – Para abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata este artigo, serão utilizados como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício, ou proveniente de cancelamento de restos a pagar;

II - o superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos e;

III – O remanejamento de dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Parágrafo segundo - Se exclui desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por leis municipais específicas aprovadas no exercício;

Art. 6º. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRº 219/2004F e Portaria STN.

§ 2º. O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42º e 50º, I da LRF e Portaria STN nº 219/2004.

Art. 7º. Os recursos oriundos de convênios e seus rendimentos, não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º. As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 9º. Durante o exercício de 2014, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art.10. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da federação.

Art. 11. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.



Art. 12º. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2014, a partir de 1º de janeiro.

Gabinete do Prefeito, 17 de dezembro de 2013.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### Lei 1976

LEI MUNICIPAL n. 1.976, 17 de dezembro de 2013.  
Autoriza o Executivo Municipal a aderir ao Programa Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Poder Executivo, autorizado a aderir ao Programa PAC-2 – Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, através de Convênio com o Ministério das Cidades.

Art. 2º. A adesão ao PAC-2 propicia o aporte de recursos para infra-estrutura urbana, pavimentação asfáltica, conforme portaria N. 0492 de outubro de 2013, e pela instrução normativa n. 41, de 24/10/2013

Parágrafo único – As ruas a serem asfaltadas são as a seguir relacionadas:

Amazonas, Tiradentes, Claudino De Cesaro, Silvério Migliavacca, Mero Ferreira, dr. Yunis Mussi Prieto, Sergipe-2, Sergipe, Goiás, Angelo Martelli, Vereador Henrique Rotava, Luiz Picolotto, Frei Elvico Meyer, Servidão, Bahia, Santa Catarina, Alagoas, João Pessoa, 24 de Maio, Mauá, 25 de maio, 7 de Setembro.

Art. 3º. Para atendimento das necessidades financeiras do Programa de Investimentos mencionados no art. 2º. Fica o poder executivo a realizar empréstimo dos recursos do programa PAC-2, até o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Art. 4º. Para dar continuidade ao Programa PAC-2 Pavimentação, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º. Por conta dos financiamentos estabelecidos no artigo 3º. Desta lei, o Município pagará encargos máximos de 6% (seis por cento) ao ano. Pagos mensalmente nas fases de carência e amortização. O prazo de carência será de até 48 (quarenta e oito) meses, e prazo máximo de amortização será de 20 (vinte) anos.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de dezembro de 2013.  
Mauri José Zucco Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### Lei 1977

LEI MUNICIPAL Nº. 1.977, 25 de fevereiro de 2014.  
ALTERA O ANEXO 05 DA LEI MUNICIPAL N. 1.390/2004 QUE DISPÕE SOBRE PARAMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO DA SEDE MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica alterado o ANEXO 05 – Parâmetros de ocupação do Solo Urbano, da Lei 1.390/2004, o qual passa a vigorar conforme prevê o Anexo i.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de fevereiro de 2014.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### Lei 1978

LEI MUNICIPAL Nº 1.978, 27 de fevereiro de 2014.  
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE DESPESAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – que a Colenda Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a reconhecer e empenhar na dotação própria do Orçamento atual do Município, o valor de R\$ 3.600,00 três mil e seiscentos reais), para pagamento de despesas relativas ao exercício financeiro de 2013, conforme a saber:

PROJETO ATIVIDADE	CREDOR	VALOR
Ação: 2088 Elemento: 3.3.71.0000000001.00	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL MEIO AMBIENTE - CIDEMA	3.600,00

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das ações acima discriminadas.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de fevereiro de 2014.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças

### Lei 1979

LEI MUNICIPAL Nº 1.979, 27 de fevereiro de 2014.  
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE DESPESAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Colenda Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a reconhecer e empenhar na dotação própria do Orçamento atual do Município, o valor de R\$ 14.900,00, para pagamento de despesas relativas ao exercício financeiro de 2013, conforme a saber:

PROJETO ATIVIDADE	CREDOR	VALOR
Ação: 2.091 Elemento: 3.3.90.0000000001.65	LABORATÓRIO DE PROTESES ODONTOLÓGICAS PRO13 LTDA – ME	14.900,00

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das ações acima discriminadas.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de fevereiro de 2014.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças

### Lei 1980

LEI MUNICIPAL Nº. 1.980, 27 de fevereiro de 2014.  
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE DESPESAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber - que a Colenda Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a

reconhecer e empenhar na dotação própria do Orçamento atual do Município, o valor de R\$ 1.086,29 (mil, oitenta e seis reais e vinte e nove centavos), para pagamento de despesas relativas ao exercício financeiro de 2013, conforme a saber:

PROJETO ATIVIDADE	CREDOR	VALOR
Ação: 2.002 Elemento: 3.3.90.0000000001.00	ANTONIO VITÓRIO PELIZZA ME	824,42

PROJETO ATIVIDADE	CREDOR	VALOR
Ação: 2.105 Elemento: 3.3.90.0000000001.00	ANTONIO VITÓRIO PELIZZA ME	261,87

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das ações acima discriminadas.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de fevereiro de 2014.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças

### Lei 1981

LEI MUNICIPAL Nº. 1.981, 27 de fevereiro de 2014.  
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE DESPESAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Colenda Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a reconhecer e empenhar na dotação própria do Orçamento atual do Município, o valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), para pagamento de despesas relativas ao exercício financeiro de 2013, conforme a saber:

PROJETO ATIVIDADE	CREDOR	VALOR
Ação: 2.003 Elemento: 3.3.90.0000000001.00	IGREJA MATRIZ SÃO JOSÉ	3.500,00

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das ações acima discriminadas.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de fevereiro de 2014.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.



Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças

### Lei 1982

LEI MUNICIPAL Nº. 1.982, 27 de fevereiro de 2014.  
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE DESPESAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Colenda Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a reconhecer e empenhar na dotação própria do Orçamento atual do Município, o valor de R\$ 440.69 (quatrocentos e quarenta reais e sessenta e nove centavos), para pagamento de despesas relativas ao exercício financeiro de 2013, conforme a saber:

PROJETO ATIVIDADE	CREDOR	VALOR
Ação: 2.091 Elemento: 3.3.90.0000000001.02	REUNIDAS TURISMO S.A	440,69

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das ações acima discriminadas.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de fevereiro de 2014.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças

### Lei 1983

LEI MUNICIPAL Nº. 1.983, 17 de março de 2014.  
Dispõe sobre a alteração a Lei Municipal Nº. 1.960, de 17/10/2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 e a Lei Municipal Nº. 1.963, DE 04/11/2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014, e alteração da Lei Municipal Nº.1.975, de 17/12/2013, Lei Orçamentária Anual e Suplementar Verbas no orçamento vigente e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º.Ficam alteradas as metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.018 – Conclusão da construção do centro de eventos culturais adequando todos os programas, fixadas na Lei Nº. 1.960 de 17/10/2013 que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 1.963/2013 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014,

e Lei 1.975 de 17/12/2013, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA	2014
1.018	Conclusão da construção do centro de eventos culturais adequando todos os programas	02	etapa	296.205,48

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$282.705,48(duzentos e oitenta e dois mil, setecentos e cinco reais e quarenta e oito centavos), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 04.00 – Secretaria de educação, cultura e esporte

Unidade: 04.06 - Departamento de cultura

Função: 13 – Cultura

Subfunção: 122– Administração Geral

Programa: 6 – Cultura – arte através da história, emoção e talento

Ação: 1.018 – Conclusão da construção do centro de eventos culturais adequando todos os programas

Classificação da Despesa:4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 03.24 – Superávit Exercício Anterior - R\$6.655,48

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 01.24 – Transferências de convênios outros - R\$ 228.000,00

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 03.00 – superávit do exercício anterior - R\$ 48.050,00

Art. 3º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do excesso de arrecadação na referida destinação de recurso conforme contratos de repasse nºs. 0305.207-49/2009 e 0305.394-17/2009 do Ministério do Turismo no valor de R\$ 228.000,00 (duzentos e vinte e oito mil reais) e do superávit do exercício anterior no valor de R\$ 54.705,48 (cinquenta e quatro mil, setecentos e cinco reais e quarenta e oito centavos) conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Convênio (excesso de arrecadação)	1.018	4.4.90.00.00.00.00.00	01.24	228.000,00
Superávit do exercício anterior	1.018	4.4.90.00.00.00.00.00	03.24	6.655,48
Superávit do exercício anterior	1.018	4.4.90.00.00.00.00.00	03.00	48.050,00

Art. 4º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.054 – Infraestrutura e urbanização (pavimentação com pedras irregulares em vias urbanas), fixadas na Lei Nº. 1.960 de 17/10/2013 que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 1.963/2013 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014 e Lei 1.975 de 17/12/2013, passam a vigorar conforme valores abaixo:



CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA	2014
1.054	Infraestrutura e urbanização (pavimentação com pedras irregulares em vias urbanas)	01	1	165.645,00

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$164.595,00 (cento e sessenta e quatro mil, quinhentos e noventa e cinco reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 06.00 – Secretaria de transportes, obras e serviços urbanos

Unidade: 06.01 - Departamento de serviços urbanos

Função: 15 – Urbanismo

Subfunção: 451- Infra-estrutura urbana

Programa: 15 – Urbanização da cidade

Ação: 1.054 – Infra-estrutura e urbanização (pavimentação com pedras irregulares em vias urbanas)

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 03.00 – Superávit do exercício anterior - R\$ 9.845,00

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 03.24 – Superávit do exercício anterior - R\$ 1.119,47

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 01.24 – Transferências de convênios outros - R\$ 153.630,53

Art. 5º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do excesso de arrecadação na referida destinação de recursos conforme contratos de repasses nºs.0322.084-11/2010, 0331.705-12/2010, 1002.525-27/2012, 1002.800-58/2012 e 0364.940-58/2011 Ministério do Turismo e Ministérios das Cidades no valor de R\$153.722,94 (cento e cinquenta e três mil, setecentos e vinte e dois reais e noventa e quatro centavos) e do superávit do exercício anterior no valor de R\$10.872,06 (dez mil, oitocentos e setenta e dois reais e seis centavos), conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Superávit do exercício anterior	1.054	4.4.90.00.00.00.00.00	03.00	9.845,00
Superávit do exercício anterior	1.054	4.4.90.00.00.00.00.00	03.24	1.119,47
Convênio (excesso de arrecadação)	1.054	4.4.90.00.00.00.00.00	01.24	153.630,53

Art. 6º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.043 – Pavimentação asfáltica "Rodovia da Integração", fixadas na Lei Nº. 1.960 de 17/10/2013 que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 1.963/2013 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014 e Lei 1.975 de 17/12/2013, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA	2014
1.043	Pavimentação asfáltica "Rodovia da Integração"	etapa	2	6.795.990,02

Art. 7º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$ 6.669.990,00 (seis milhões, seiscentos e sessenta e nove mil e novecentos e noventa reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada:

Órgão: 06.00 – Secretaria de transportes, obras e serviços urbanos

Unidade: 06.02 - Departamento de Transportes e Obras

Função: 26 – Transporte

Subfunção: 782- Transporte Rodoviário

Programa: 13 – Estradas Vicinais

Ação: 1.043 – Pavimentação asfáltica "Rodovia da Integração"

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 03.24 – Superávit do exercício anterior - R\$ 45.305,32

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 03.00 – Superávit do exercício anterior - R\$ 182.990,00

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 01.24 – Transferências de convênios outros - R\$ 6.441.694,70

Art. 8º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do excesso de arrecadação na referida destinação de recursos conforme contratos de repasse nºs. 1.008.825-47/2013, 1.013.253-61/2013 e 0337.412-03/2010 - Ministérios do Turismo no valor de R\$ 6.441.694,70 (seis milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, seiscentos e noventa e quatro reais e setenta centavos) e do superávit do exercício anterior no valor de R\$ 228.295,32 (duzentos e vinte e oito mil, duzentos e noventa e cinco reais e trinta e dois centavos) conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Convênio (excesso de arrecadação)	1.043	4.4.90.00.00.00.00.00	01.24	6.441.694,70
Superávit do exercício anterior	1.043	4.4.90.00.00.00.00.00	03.24	45.305,32
Superávit do exercício anterior	1.043	4.4.90.00.00.00.00.00	03.00	182.990,00

Art. 9º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.068 – Construção de Casas Populares fixadas na Lei Nº. 1.960 de 17/10/2013 que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 1.963 de 04/11/2013 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014 e Lei 1.975 de 17/12/2013, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA	2014
1.068	Construção de Casas Populares	obra	1	406.626,19

Art. 10º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$ 404.626,19,00 (quatrocentos e quatro mil, seiscentos e vinte e



seis reais e dezenove centavos), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 16.00 – Fundo Municipal de Habitação  
 Unidade: 16.01 - Fundo Municipal de Habitação  
 Função: 16 – Habitação  
 Subfunção: 482- Habitação Urbana  
 Programa: 28 – Habitação  
 Ação: 1.068 – Construção de casas populares  
 Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00  
 Destinação de Recurso: 01.24 – Transferências de convênios ou-  
 tros - R\$ 378.000,00  
 Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00  
 Destinação de Recurso: 03.24 –Superávit do exercício anterior -  
 R\$ 526,19  
 Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00  
 Destinação de Recurso: 03.00 –Superávit do exercício anterior -  
 R\$ 8.700,00  
 Classificação da Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00  
 Destinação de Recurso: 03.00 –Superávit do exercício anterior -  
 R\$ 17.400,00

Art. 11º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do excesso de arrecadação na referida destinação de recursos conforme contrato de repasse nº.0342.879-48/2010 - Ministério das Cidades no valor de R\$378.000,00 (trezentos e setenta e oito mil reais) e do superávit do exercício anterior no valor de R\$ 26.626,19 (vinte e seis mil, seiscentos e vinte e seis reais e dezenove centavos) conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/ Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Convênio (excesso de arrecadação)	1.068	4.4.90.00.00.00.00.00	01.24	378.000,00
Superávit do exercício anterior	1.068	4.4.90.00.00.00.00.00	03.24	526,19
Superávit do exercício anterior	1.068	4.4.90.00.00.00.00.00	03.00	17.400,00
Superávit do exercício anterior	1.068	3.3.90.00.00.00.00.00	03.00	8.700,00

Art. 12º. Fica criada a ação 1.086 – Pavimentação na Linha Cairu, com as metas físicas e financeiras fixadas na Lei Nº. 1.960 de 17/10/2013 que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 1.1.963 de 04/11/2013 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014 e na Lei 1.975 de 17/12/2013 que fixa a despesa e receita para o exercício de 2014, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA	2014
1.086	Pavimentação na Linha Cairu	Obra	02	175.477,23

Art. 13º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$175.477,23 (cento e setenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e sete reais e vinte e três centavos), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 06.00 – Secretaria de transportes, obras e serviços urbanos  
 Unidade: 06.02 - Departamento de Transportes e Obras

Função: 26 – Transporte  
 Subfunção: 782- Transporte Rodoviário  
 Programa: 13 – Estradas Vicinais  
 Ação: 1.086 – Pavimentação na Linha Cairu  
 Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00  
 Destinação de Recurso: 03.00 – Superávit do exercício anterior -  
 R\$ 41.120,00  
 Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00  
 Destinação de Recurso: 03.24 – Superávit do exercício anterior -  
 R\$ 134.357,23

Art. 14º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do superávit do exercício anterior contrato de repasse nº 0371.421-29/2011 MDA e convênio com o governo do estado SC nº 4388/2013, conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/ Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Superávit do exercício anterior	1.086	4.4.90.00.00.00.00.00	03.24	134.357,23
Superávit do exercício anterior	1.086	4.4.90.00.00.00.00.00	03.00	41.120,00

Art. 15º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.017 – Cidade Digital, fixadas na Lei Nº. 1.960 de 17/10/2013 que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 1.963 de 04/11/2013 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014 e Lei 1.975 de 17/12/2013, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA	2014
1.017	Cidade Digital	Obra	01	569.076,60

Art. 16º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$ 568.076,60 (quinhentos e sessenta e oito mil, setenta e seis reais e sessenta centavos), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 03.00 – Secretaria de Administração e Finanças  
 Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças  
 Função: 4 – Administração  
 Subfunção: 122- Administração Geral  
 Programa: 3 – Administração Geral  
 Ação: 1.017 – Cidade Digital  
 Classificação da Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00  
 Destinação de Recurso: 03.24 –Superávit do exercício anterior -  
 R\$ 463.500,00  
 Classificação da Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00  
 Destinação de Recurso: 03.00 –Superávit do exercício anterior -  
 R\$ 3.250,00  
 Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00  
 Destinação de Recurso: 03.00 –Superávit do exercício anterior -  
 R\$ 101.326,60

Art. 17º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do superávit do exercício anterior conforme contrato de repasse nº. 01.0034.00/2012– MCT no valor de R\$463.500,00 (quatrocentos e sessenta e três mil e quinhentos reais) e superávit do exercício anterior conforme a seguir discriminado:



Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Superávit do exercício anterior	1.017	3.3.90.00.00.00.00.00	03.24	463.500,00
Superávit do exercício anterior	1.017	3.3.90.00.00.00.00.00	03.00	3.250,00
Superávit do exercício anterior	1.017	4.4.90.00.00.00.00.00	03.00	101.326,60

Art. 18º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.057 – Asfaltamento de vias urbanas, fixadas na Lei Nº. 1.960 de 17/10/2013 que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 1.963 de 04/11/2013 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014 e Lei Nº 1.975 de 17/12/2013 que fixa receita e despesa para 2014, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA	2014
1.057	Asfaltamento de vias urbanas	obra	04	3.602.699,93

Art. 19º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$3.446.699,90 (três milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, seiscentos e noventa e nove reais e noventa centavos), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 06.00 – Secretaria de transportes, obras e serviços urbanos  
 Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos  
 Função: 15 – Urbanismo  
 Subfunção: 451- infra-estrutura urbana  
 Programa: 15 – Urbanização da Cidade  
 Ação: 1.057 – Asfaltamento de vias urbanas  
 Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00  
 Destinação de Recurso: 03.24 – Superávit do exercício anterior - R\$ 172.688,43  
 Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00  
 Destinação de Recurso: 01.24 – Transferências de convênios outros - R\$ 3.179.411,50  
 Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00  
 Destinação de Recurso: 03.00 – Superávit do exercício anterior - R\$ 94.600,00

Art. 20º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do excesso de arrecadação da referida destinação de recurso conforme contratos de repasse nºs. 1002.525-27/2012 – Turismo, 1002.800-58/2012 – Turismo, 5912/2013 – Fundam – estado, 1.010.022-40/2013 – Ministério das Cidades no valor de R\$3.179.411,50 (três milhões, cento e setenta e nove mil, quatrocentos e onze reais e cinquenta centavos) e do superávit do exercício anterior conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Convênio (excesso de arrecadação)	1.057	4.4.90.00.00.00.00.00	01.24	3.179.411,50
Superávit do exercício anterior	1.057	4.4.90.00.00.00.00.00	03.24	172.688,43

Superávit do exercício anterior				
1.057	4.4.90.00.00.00.00.00	03.00	94.600,00	

Art. 21º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.052 – Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário, fixadas na Lei Nº. 1.960 de 17/10/2013 que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 1.963 de 04/11/2013 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014 e Lei Nº 1.975 de 17/12/2013 que fixa receita e despesa para 2014, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA	2014
1.052	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário	Obra	1	9.327.480,08

Art. 22º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$6.796.200,00 (seis milhões, setecentos e noventa e seis mil e duzentos reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 06.00 – Secretaria de transportes, obras e serviços urbanos  
 Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos  
 Função: 17 – Saneamento  
 Subfunção: 512- Saneamento Básico Urbano  
 Programa: 15 – Urbanização da Cidade  
 Ação: 1.052 – Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário  
 Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00  
 Destinação de Recurso: 03.24 – Superávit do exercício anterior - R\$ 3.691.488,38  
 Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00  
 Destinação de Recurso: 01.24 – Transferências de convênios outros - R\$ 3.104.711,70

Art. 23º. Os recursos para cobertura do crédito especial suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do excesso de arrecadação da referida destinação de recurso conforme Convênio FUNASA Nº SC1207114040 PAC 2 no valor de R\$3.104.711,70 (três milhões, cento e quatro mil, setecentos e onze reais e setenta centavos), do superávit do exercício anterior no valor de R\$ 3.691.488,38 (três milhões, seiscentos e noventa e um mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oito centavos) conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Convênio (excesso de arrecadação)	1.052	4.4.90.00.00.00.00.00	01.24	3.104.711,70
Superávit do exercício anterior	1.052	4.4.90.00.00.00.00.00	03.24	3.691.488,38

Art. 24º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.060 – Revitalização da AV Santa Catarina, fixadas na Lei Nº. 1.960 de 17/10/2013 que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 1.963 de 04/11/2013 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014 e Lei Nº 1.975 de 17/12/2013 que fixa receita e despesa para 2014, passam a vigorar conforme valores abaixo:



CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA	2014
1.060	Revitalização da AV Santa Catarina	obra	1	410.525,00

Art. 25º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$410.000,00 (quatrocentos e dez mil reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 06.00 – Secretaria de transportes, obras e serviços urbanos

Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos

Função: 15 – Urbanismo

Subfunção: 451- Infra-estrutura Urbana

Programa: 16 – Embelezamento da Cidade

Ação: 1.060 – Revitalização da Av. Santa Catarina

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 01.24 – Transferências de convênios ou outros - R\$ 410.000,00

Art. 26º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do excesso de arrecadação da referida destinação de recurso conforme Proposta de trabalho 8762 FUNDAM – SC no valor de R\$410.000,00 (quatrocentos e dez mil reais) conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Convênio (excesso de arrecadação)	1.060	4.4.90.00.00.00.00.00	01.24	410.000,00

Art. 27º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 2082 – Aquisição de Veículos, equipamentos e Mobiliários em geral, fixadas na Lei Nº. 1.960 de 17/10/2013 que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 1.963 de 04/11/2013 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014 e Lei Nº 1.975 de 17/12/2013 que fixa receita e despesa para 2014, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA	2014
2.082	Aquisição de Veículos, equipamentos e Mobiliários em geral	Equipamentos	30	187.438,72

Art. 28º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$37.438,72 (trinta e sete mil, quatrocentos e trinta e oito reais e setenta e dois centavos), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 122- Administração geral

Programa: 19 – Saúde para Todos

Ação: 2.082 – Aquisição de veículos, equipamentos e mobiliários em geral

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 03.64 – Superávit do exercício anterior - R\$ 31.438,72

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 01.464 – Atenção Básica - R\$ 6.000,00

Art. 29º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do Superávit do exercício anterior da referida destinação de recurso conforme Repasse Fundo a Fundo nº.83021.824000/1120-01– Ministério da Saúde no valor de R\$31.438,72 (trinta e um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e setenta e dois centavos) e do excesso de arrecadação também proveniente do repasse, conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Superávit do exercício anterior	2.082	4.4.90 .00.00.00.00.00	03.64	31.438,72
Convênio (excesso de arrecadação)	2.082	4.4.90 .00.00.00.00.00	01.464	6.000,00

Art. 30º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.082 – Ampliar, reformar e manter as unidades de saúde, fixadas na Lei Nº. 1.960 de 17/10/2013 que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 1.963 de 04/11/2013 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014 e Lei Nº 1.975 de 17/12/2013 que fixa receita e despesa para 2014, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA	2014
1.082	Ampliar, reformar e manter as unidades de saúde	Obra	1	113.319,96

Art. 31º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$97.319,96 (noventa e sete mil, trezentos e dezenove reais e noventa e seis centavos), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301- Atenção Básica

Programa: 22 – Programa Saúde da família

Ação: 1.082 – Ampliar, reformar e manter as unidades de saúde

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 03.64 – Superávit do exercício anterior - R\$ 2.319,96

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 01.464 – Atenção Básica - R\$ 95.000,00

Art. 32º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do Superávit do exercício anterior da referida destinação de recurso no valor de R\$2.319,96 (dois mil, trezentos e dezenove reais e noventa e seis centavos) e do excesso de arrecadação na destinação de recurso conforme Repasse Fundo a Fundo nº.2538512/11566– e 1130021000113002 -Ministério da Saúde no valor de R\$95.000,00 (noventa e cinco mil reais) conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Superávit do exercício anterior	1.082	4.4.90 .00.00.00.00.00	03.64	2.319,96
Convênio (excesso de arrecadação)	1.082	4.4.90 .00.00.00.00.00	01.464	95.000,00



Art. 33º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 34º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de março de 2014.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

### **Decreto 6633**

DECRETO Nº. 6.633, 03 de dezembro de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 95/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 95/2013 – Pregão Presencial N. 33/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: DLG Livraria e bazar Ltda-ME, com os itens 8, 12, 42, 59, 61, 77, 97, 125, 186, 187, 189, 191, 192, 194, 196, 198, 199, 201, no valor de R\$ 25.798,90 (vinte e cinco mil, setecentos e noventa e oito reais e noventa centavos); Global Net Comércio e Representações Ltda-ME, com os itens 171 a 180, 185, no valor de R\$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais); J.P. Equipamentos Ltda-ME, com os itens 11, 14 a 20, 24, 27, 35, 38, 39, 41, 48, 51 a 54, 58, 65, 70, 80, 85, 91 a 93, 96, 100, 101, 123, 124, 129, 133, 135, 137, 147, 153, 155, 156, 160, 161, 168, 170, 203, 204, no valor de R\$ 12.492,06 (doze mil, quatrocentos e noventa e dois reais e seis centavos); L.B.C. Livraria e Bazar Ltda, com os itens 1, 2, 102, 181 a 184, 190, 193, 195, 200, no valor de R\$ 39.192,70 (trinta e nove mil, cento e noventa e dois reais e setenta centavos); Pegasus Atacadista Ltda, com os itens 6, 9, 13, 25, 30,, 33, 34, 36, 46, 56,57, 60, 63, 67 a 69, 71 a 75, 78, 84, 87, 89, 90, 94, 95, 99, 103, 104, 106 a 108, 122, 126, 128, 130, 134, 143 a 146, 154, 164, 165, 169, no valor de R\$ 10.922,58 (dez mil, novecentos e vinte e dois reais cinquenta e oito centavos); RB Papelaria e bazar Ltda-ME, com os itens 4, 10, 31, 32, 37, 40, 45, 82, 83, 88, 109, 114, 121, 131, 139 a 142, 149, 150, 158, 159, 163, 167, no valor de R\$ 42.120,75 (quarenta e dois mil, cento e vinte reais e setenta e cinco centavos); SCS Comércio Ltda, com os itens 3, 55, 64, 118, 119, 151, no valor de R\$ 665,42 (seiscentos e sessenta e cinco reais e quarenta e dois centavos); Telecopy Equipamentos Ltda, com os itens 5, 7, 21, 22, 23, 26, 28, 43, 44,47, 49, 50, 66, 76, 81, 86, 98, 105, 110 a 113, 115 a 117, 120, 127, 132, 136, 138, 148, 152, 157, 162, 166, 188, 197, 202, no valor de R\$ 18.591,96 (dezoito mil, quinhentos e noventa e um reais e noventa e seis centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de dezembro de 2013.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6634**

DECRETO Nº. 6.634, 09 de dezembro de 2013.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado José Alves de Souza, para o cargo de Chefe do Setor de Serviços Urbanos, nível CC-1, conforme anexo da Lei Municipal Nº. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 09 de dezembro de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de dezembro de 2013.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6635**

DECRETO Nº. 6.635, 09 de dezembro de 2013.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PARA ISENÇÃO DE IPTU EM 2014.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados os servidores: Alan Fabio Favaretto, Bernardo Ibagy Pacheco, Joraci Pagnussat, para compor a comissão que irá avaliar os pedidos de solicitação de isenção do imposto predial territorial urbano – IPTU, baseado no que prevê o decreto n. 6.610/2013 e lei municipal n. 1.315/2002.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de dezembro de 2013.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.



Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto 6636**

DECRETO Nº. 6.636, 10 de dezembro de 2013.  
EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**DECRETA**

Art. 1º. Exonerar o servidor público municipal Alceu Antonio Carvalho, do cargo de Assessor de Relações Públicas e Imprensa, nomeado pelo decreto nº. 6.363/2013, a partir de 16 de dezembro de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de dezembro de 2013.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto 6637**

DECRETO Nº. 6.637, 10 de dezembro de 2013.  
EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**DECRETA**

Art. 1º. Exonerar o servidor público municipal Nelcir João Zardo, do cargo de Diretor do Departamento de Esportes, nomeado pelo decreto nº. 6.496/2013, a partir de 16 de dezembro de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de dezembro de 2013.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto 6638**

DECRETO Nº. 6.638, 10 de dezembro de 2013.  
EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**DECRETA**

Art. 1º. Exonerar a servidora pública municipal Sandra Andréa Veloso, do cargo de Diretora do Departamento de Cultura, nomeada pelo decreto nº. 6.502/2013, a partir de 16 de dezembro de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de dezembro de 2013.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto 6639**

DECRETO Nº. 6.639, 10 de dezembro de 2013.  
EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**DECRETA**

Art. 1º. Exonerar a servidora pública municipal Telma Claudia Vailatti, do cargo de Diretora do Departamento de Saúde, nomeada pelo decreto nº. 6.586/2013, a partir de 16 de dezembro de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de dezembro de 2013.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.



**Decreto 6640**

DECRETO Nº. 6.640, 10 de dezembro de 2013.  
EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**DECRETA**

Art. 1º. Exonerar o servidor público municipal Diego Luis Varnier, do cargo de Chefe do Setor de Agricultura, nomeado pelo decreto nº. 6.345/2013, a partir de 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de dezembro de 2013.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto 6641**

DECRETO Nº. 6.641, 10 de dezembro de 2013.  
ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando – As festividades de final de ano (Natal e Ano Novo);

**DECRETA**

Art. 1º. Fica estabelecido Ponto Facultativo em todas as repartições públicas municipais, nos dias: 24 de dezembro e 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de dezembro de 2013.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto 6642**

DECRETO Nº. 6.642, 10 de dezembro de 2013.  
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 1.970/2013;

**DECRETA**

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado para abrir crédito adicional suplementar verbas por anulação de dotações no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 259.700,00 (duzentos e cinquenta e nove mil e setecentos reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 304 – Vigilância Sanitária

Programa: 0020 – Prevenção a doenças (Vigilância sanitária, epidemiológica)

Ação: 2.063 - Manutenção da vigilância em saúde

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 – Recursos Ordinários  
R\$ 33.000,00

Órgão: 03.00 – Secretaria de Administração e Finanças

Unidade: 03.02 – Departamento de Administração e Finanças

Função: 04 - Administração

Sub-função: 123 – Administração Financeira

Programa: 0003 - Administração

Ação: 2.003 – Manutenção das atividades de administração do município

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.00 – Recursos Ordinários -  
R\$ 20.000,00

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 – Recursos Ordinários -  
R\$ 44.700,00

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 – Recursos Ordinários -  
R\$ 35.000,00

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.05 - Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo

Ação: 2.006 – Manutenção do ensino fundamental

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.01– Receitas de Impostos e Transferências de Impostos R\$ 127.000,00.



Art. 2º. A fonte de recurso para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes de anulações de dotações orçamentárias, a seguir discriminadas:

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.05 - Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 122 – Administração Geral

Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo

Ação: 2.012 – Administrativo da Educação

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.01 - Receitas de Impostos e Transferências de Impostos R\$ 36.655,00.

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.05 - Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 365 – Educação Infantil

Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo

Ação: 2.005 – Manutenção do Ensino Infantil

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.01 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos R\$ 76.345,00.

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.06 - Departamento de Cultura

Função: 12 - Educação

Sub-função: 122 – Administração Geral

Programa: 0006 – Cultura, Arte Através da História, Emoção

Ação: 1.026 – Centro de Inclusão Digital

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 – Recursos Ordinários R\$ 79.700,00.

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.02 - Departamento de Transportes e Obras

Função: 26 – Transporte

Sub-função: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0013 – Obras, Serviços Urbanos e Estradas Vicinais

Ação: 1.055 – Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 – Recursos Ordinários R\$ 22.500,00.

Órgão: 09.00 – Fundo Municipal de Habitação

Unidade: 09.01 – Fundo Municipal de Habitação

Função: 16 - Habitação

Sub-função: 122 – Administração Geral

Programa: 0028 – Moradias Populares

Ação: 2.092 – Manutenção do Fundo Rotativo Habitacional

Elemento: 3.2.90.0000000000.01.00 – Recursos Ordinários R\$ 27.500,00.

Elemento: 4.6.90.0000000000.01.00 – Recursos Ordinários R\$ 17.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de dezembro de 2013.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6643**

DECRETO Nº. 6.643, 12 de dezembro de 2013.

EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar a servidora pública municipal Claci de Fátima Glanert Mazetto, do cargo de Secretária de Educação, Cultura e Esportes, nomeada pelo decreto nº. 6.490/2013, a partir de 23 de dezembro de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de dezembro de 2013.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6644**

DECRETO Nº. 6.644, 12 de dezembro de 2013.

EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar a servidora pública municipal Danice Cheila Sirtuli, do cargo de Diretora do Departamento de Compras, nomeada pelo decreto nº. 6.317/2013, a partir de 26 de dezembro de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito, 12 de dezembro de 2013.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6645**

DECRETO Nº. 6.645, 12 de dezembro de 2013.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica – nomeada Simone Sonise Zuffon, para o cargo de Diretora do Departamento de Saúde, conforme anexo da Lei Municipal Nº. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 27 de dezembro de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N. 6.497/2013.

Gabinete do Prefeito, 12 de dezembro de 2013.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6646**

DECRETO Nº. 6.646, 12 de dezembro de 2013.  
EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### **DECRETA**

Art. 1º. Exonerar o servidor público municipal Nilvo José Bagio, do cargo de Secretário de Desenvolvimento Econômico, nomeado pelo decreto nº. 6.491/2013, a partir de 02 de janeiro de 2014.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de dezembro de 2013.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6647**

DECRETO Nº. 6.647, 12 de dezembro de 2013.  
EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### **DECRETA**

Art. 1º. Exonerar a servidora pública municipal Lucila Maria Ferrari Favaretto, do cargo de Secretária de Saúde, nomeada pelo decreto nº. 6.501/2013, a partir de 02 de janeiro de 2014.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de dezembro de 2013.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6648**

DECRETO Nº. 6.648, 12 de dezembro de 2013.  
EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### **DECRETA**

Art. 1º. Exonerar o servidor público municipal Junior Batisti, do cargo de Diretor do Departamento de Serviços Urbanos, nomeado pelo decreto nº. 6.344/2013, a partir de 02 de janeiro de 2014.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de dezembro de 2013.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal



Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6650**

DECRETO Nº. 6.650, 12 de dezembro de 2013.  
EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### **DECRETA**

Art. 1º. Exonerar o servidor público municipal Valdecir José Giachini, do cargo de Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, nomeado pelo decreto nº. 6.492/2013, a partir de 02 de janeiro de 2014.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de dezembro de 2013.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6651**

DECRETO Nº. 6.651, 12 de dezembro de 2013.  
EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### **DECRETA**

Art. 1º. Exonerar a servidora pública municipal Flavia Rolim de Moura, do cargo de Chefe de Gabinete, nomeada pelo decreto nº. 6.346/2013, a partir de 26 de dezembro de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de dezembro de 2013.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6652**

DECRETO Nº. 6.652, 12 de dezembro de 2013.  
EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### **DECRETA**

Art. 1º. Exonerar a servidora pública municipal Clarice Ana Tessaro Zucco, do cargo de Secretária de Administração e Finanças, nomeada pelo decreto nº. 6.489/2013, a partir de 02 de janeiro de 2014.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de dezembro de 2013.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6653**

DECRETO Nº. 6.653, 13 de dezembro de 2013.  
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBA, POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2013 E MOVIMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal Nº. 1.907/2012.

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar por anulação de dotação no orçamento vigente, o valor de R\$ 1.520,00 (mil, quinhentos e vinte reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 03.00 – Secretaria de Administração e Finanças  
Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças  
Função: 04 - Administração  
Sub-função: 123 - Administração Financeira  
Programa: 0003 - Administração  
Ação: 2.004 – Amortização de Dívidas, Precatórios e Sentenças Judiciais  
Do elemento: 3.2.90.0000000000.01.00 – Recursos Ordinários - R\$ 500,00.

Para Elemento: 4.6.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários



R\$ 500,00.

Órgão: 03.00 – Secretaria de Administração e Finanças

Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças

Função: 04 - Administração

Sub-função: 123 - Administração Financeira

Programa: 0003 - Administração

Ação: 2.003 – Manutenção das Atividades de Administração do Município

Do elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 – Recursos Ordinários - R\$ 500,00.

Para Elemento: 3.3.50.0000000000.01.00 – Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos R\$ 500,00.

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.04 - Departamento de Esportes

Função: 27 – Desporto e Lazer

Sub-função: 122 – Administração Geral

Programa: 0007 – Esporte e Lazer para Todos

Ação: 2.025 - Manutenção do Departamento de Esportes

Do elemento: 3.1.90.0000000000.01.00 – Recursos Ordinários - R\$ 520,00.

Para Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos ordinários R\$ 520,00.

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar verba no orçamento vigente do município, por excesso de arrecadação no exercício de 2013, no valor de R\$ 1.634,22 (mil, seiscentos e trinta e quatro reais e vinte e dois centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.05 - Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 306 – Alimentação e Nutrição

Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo

Ação: 2.008 - Manutenção da Merenda Escolar

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.60 – Programa Nacional de Alimentação Escolar R\$ 1.634,22.

Art. 3º. A fonte de recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior é proveniente do excesso de arrecadação do exercício financeiro de 2013 da fonte de recursos 01.60 – Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação  
Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 13 de dezembro de 2013.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6654**

DECRETO Nº. 6.654, 20 de dezembro de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 97/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 97/2013 – Tomada de Preço N. 09/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Bitwest Informática Ltda-Me, no valor de R\$ 146.816,37 (cento e quarenta e seis mil, oitocentos e dezesseis reais e trinta e sete centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de dezembro de 2013.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6655**

DECRETO Nº. 6.655, 23 de dezembro de 2013.

DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL DE 2014 PARA OS TRIBUTOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica aprovado o Calendário Fiscal para o exercício financeiro de 2014, definindo tributos, sua data de vencimento e parcelamento, para recolhimento, conforme segue:

I - Taxa de Licença para Localização e Permanência com vencimento em 31/03/2014, devendo o seu valor ser quitado em parcela única.

II - Imposto Sobre Serviços – ISS.

Trabalho pessoal até o último dia útil de cada mês;  
Contribuição por estimativa e arbitramento, pagamento no dia 20 do mês subsequente;  
Empresa – pagamento no dia 20 do mês subsequente.



III - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos – ITBI - O recolhimento deverá ser executado no ato da ocorrência do fato gerador do imposto, nos termos da Lei 1.315/2002.

IV - Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Taxa de Serviços Urbanos.

O pagamento poderá ser efetuado em parcela única ou em até 06(seis) parcelas iguais, nas datas a seguir enumeradas:

parcela única – o pagamento deverá ser efetuado até a data de 12/05/2014;

b) 06 (seis) parcelas – o pagamento deverá ser efetuado em 06 (seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com vencimento a partir do dia 12/05/2014.

V - Taxa de Vigilância Sanitária com vencimento em 31/03/2014, devendo o seu valor ser quitado em parcela única.

VI - Taxa de Serviços Diversos.

O recolhimento deverá ser executado no ato da ocorrência do fato gerador da taxa, nos termos da Lei 1.315/2002.

VII - Contribuição de Melhoria.

O recolhimento deverá ser executado no ato da ocorrência do fato gerador da contribuição, nos termos da Lei 1.351/2003, de 16/12/2003.

Art. 2º. Os tributos municipais serão recolhidos diretamente na rede bancária autorizada ou em entidades conveniadas com o Município para execução da cobrança.

Art. 3º. Após o prazo fixado para o recolhimento dos tributos, no calendário fiscal para o exercício de 2013, os tributos não liquidados ficam sujeitos às penalidades no Código Tributário Municipal, lei Nº. 1.315/2002 de 24/12/02, bem como a inscrição em Dívida Ativa.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de dezembro de 2013.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6656**

DECRETO Nº. 6.656, 23 de dezembro de 2013.  
REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL 1.972 de 12 DE DEZEMBRO DE 2013, NA EXECUÇÃO DO PROJETO MAIS MÉDICOS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

Considerando a chegada do médico Isvan Hernandez Lugo ao Município de Coronel Freitas através do projeto mais médicos para o Brasil.

Considerando a necessidade de regulamentar a forma de fornecimento de moradia e alimentação.

### **DECRETA**

Art. 1º. O Município de Coronel Freitas fornecerá moradia e alimentos ao médico Isvan Hernandez Lugo, através de recurso pecuniário.

Parágrafo único - o valor mensal repassado a título de moradia será de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), e a título de alimentação R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Art. 2º. Que o beneficiário deverá prestar contas do valor recebido através de documentos fiscais, até o limite previsto no artigo anterior.

Art. 3º. A não prestação de contas dos valores recebidos, implicará em sua devolução, suspendendo o repasse das parcelas posteriores.

Art. 4º. Cabe a secretária de saúde, indicar servidor responsável pelo acompanhamento da aplicação e prestação de contas dos recursos previstos em lei.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de dezembro de 2013.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6657**

DECRETO Nº. 6.657, 23 de dezembro de 2013.  
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 22/2013 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

### **DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 22/2013 – Pregão Presencial N. 09/2013 - FMS, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: A.G.Kienen & Cia Ltda, com os itens 8, 20, 40, 43, 52, 58, 70, 81, 97, 106, 116, 139, 154, 196, 208, 223, 242, 260, 261, no valor de R\$ 1.333.425,00 (um milhão, trezentos e trinta e três mil, quatrocentos e vinte e cinco reais); Aglon Comércio e Representações Ltda, com os itens 160, 254, no valor de R\$ 6.548,00 (seis mil, quinhentos e quarenta e oito reais); Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, com os itens 11, 13, 45, 48, 59, 60 a 62, 68, 74, 77, 98, 130, 131, 156, 193, 197, 218, 226, 230, 236 a 239, 249, 262, no valor de R\$ 123.548,00 (cento e vinte e três mil, quinhentos e quarenta e oito reais); Andromeda Distribuidora de Medicamentos Ltda, com os itens 31, 64, 129, 142, 143, 189, 245, 258, 263,



no valor de R\$ 19.317,50 Dezenove mil, trezentos e dezessete reais e cinquenta centavos); Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, com os itens 24, 25, 53, 55, 57, 76, 78, 80, 96, 134, 163, 167, 171, 187, 213, 215, 217, 231, no valor de R\$ 145.495,00 (cento e quarenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e cinco reais); Cirurgica Jaw Comércio de material Médico Hospitalar, com os itens 158, 257, 259, no valor de R\$ 15.360,00 (quinze mil, trezentos e sessenta reais); Cirúrgica Santa Cruz Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, com os itens 16, 50, 54, 88, 89, 109, 117, 141, 149, 159, 166, 175, 185, 269, no valor de R\$ 37.810,00 (trinta e sete mil, oitocentos e dez reais); Dalmed Distribuidora de Medicamentos Ltda, com os itens 35, 99, 103, no valor de R\$ 2.679,40 (dois mil, seiscentos e setenta e nove reais e quarenta centavos); Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda, com os itens 19, 22, 36, 67, 102, 119, 120, 125, 136, 148, 178, 202, 210, 233, 234, 241, 264, 265, no valor de R\$ 134.919,00 (cento e trinta e quatro mil, novecentos e dezenove reais); Idealmed Distribuidora de Medicamentos Ltda, com os itens 3, 12, 39, 190, 199, 216, 221, 228, 232, no valor de R\$ 19.820,00 (dezenove mil, oitocentos e vinte reais); La Dalla Porta Júnior, com os itens 2, 9, 10, 14, 15, 21, 26, 32, 38, 44, 49, 51, 63, 71, 84, 86, 94, 100, 101, 107, 111, 112, 118, 121, 122, 124, 127, 133, 135, 144, 162, 165, 172, 173, 176, 177, 180, 182, 183, 194, 195, 198, 200, 204, 209, 211, 214, 220, 227, 240, 243, 266, 270 a 272, 278, no valor de R\$ 370.435,80 (trezentos e setenta mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos); Licimed Distribuidor de Medicamentos Correlatos e Produtos Médicos, com os itens 66, 110, 115, 137, 212, no valor de R\$ 137.410,00 (cento e trinta e sete mil, quatrocentos e dez reais); Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda, com os itens 1, 7, 17, 23, 29, 65, 72, 85, 87, 105, 108, 114, 128, 138, 147, 155, 157, 170, 181, 192, 203, 206, 222, 224, 250 a 252, 255, 267, 279, no valor de R\$ 90.846,00 (noventa mil, oitocentos e quarenta e seis reais); Medicamentos e AZ Ltda, com os itens 34, 42, 56, 69, 75, 83, 104, 145, 164, 169, 174, 184, 186, 207, 219, 256, 277, no valor de R\$ 89.050,00 (oitenta e nove mil e cinquenta reais); Prosaúde Distribuidora de Medicamentos Ltda, com os itens 18, 30, 37, 47, 79, 91, 93, 95, 146, 153, 179, 201, 205, 235, 246, 248, 253, no valor de R\$ 58.025,00 (cinquenta e oito mil e vinte e cinco reais); S & R Distribuidora Ltda, com os itens 4 a 6, 27, 28, 33, 41, 46, 73, 82, 90, 92, 123, 126, 140, 150 a 152, 161, 168, 188, 191, 229, 247, 268, 274, 276, no valor de R\$ 84.786,50 (oitenta e quatro mil, setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos); Victória Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, com os itens 132, 244, no valor de R\$ 21.062,00 (vinte e um mil e sessenta e dois reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de dezembro de 2013.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6658**

DECRETO Nº. 6.658, 27 de dezembro de 2013.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de

Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 1.907/2012.

### **DECRETA**

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado para abrir crédito adicional por anulação de dotação no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0019 – Saúde para Todos

Ação: 2.055 - Manutenção da Fundo Municipal de Saúde

Do elemento: 3.3.90.0000000000.01.64 – Atenção Básica - R\$ 5.000,00

Para elemento: 4.4.90.0000000000.01.64 - Atenção Básica - R\$ 5.000,00

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de dezembro de 2013.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6659**

DECRETO Nº. 6.659, 02 de janeiro de 2014.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Cesar Luis Martinelli, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

### **DECRETA**

Art. 1º. Nomear – Flávia Rolim de Moura, para o cargo de Chefe de Gabinete, nível CC-2, conforme anexo da Lei Municipal Nº. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 02 de janeiro de 2014.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de janeiro de 2014.

Cesar Luis Martinelli  
Prefeito em Exercício

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.



Flavia Rolim de Moura  
Chefe de Gabinete

**Decreto 6660**

DECRETO Nº. 6.660, 02 de janeiro de 2014.  
DESIGNA SERVIDORA PARA ASSINAR ATOS OFICIAIS DO EXECUTIVO

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Cesar Luis Martinelli, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

**DECRETA**

Art. 1º. Designar - a servidora publica municipal Flavia Rolim de Moura, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete, para assinar atos oficiais do Poder Executivo Municipal quando da ausência do Secretario Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de janeiro de 2014.  
César Luis Martinelli  
Prefeito em Exercício

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Flavia Rolim de Moura  
Chefe de Gabinete.

**Decreto 6661**

DECRETO Nº. 6.661, 02 de janeiro de 2014.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Cesar Luis Martinelli, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**DECRETA**

Art. 1º. Fica – nomeado Nelcir João Zardo, para o cargo de Diretor do Departamento de Esportes, conforme anexo da Lei Municipal Nº. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 02 de janeiro de 2014.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de janeiro de 2014.  
Cesar Luis Martinelli  
Prefeito em Exercício

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Flavia Rolim de Moura  
Chefe de Gabinete

**Decreto 6662**

DECRETO Nº. 6.662, 02 de janeiro de 2014.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Cesar Luis Martinelli, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**DECRETA**

Art. 1º. Fica nomeado Diego Luis Varnier, para o cargo de Chefe do Setor de Agricultura, nível CC-1, conforme anexo da Lei Municipal Nº. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 02 de janeiro de 2014.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de janeiro de 2014.  
Cesar Luis Martinelli  
Prefeito em Exercício

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Flavia Rolim de Moura  
Chefe de Gabinete

**Decreto 6663**

DECRETO Nº. 6.663, 06 de janeiro de 2014.  
DESIGNA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELOS ADIANTAMENTOS DESTINADOS A CUSTEAR DESPESA MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Cesar Luis Martinelli, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente a Lei Municipal Nº. 807 de 15/07/1994, combinado com art. 4º e 5º Da Instrução Normativa Nº. TC-14/2012.

**DECRETA**

Art. 1º. Conceder adiantamento em nome do servidor público municipal Vanderlei Bourscheidt, ocupante do cargo de Tesoureiro, matrícula n. 830, para o exercício de 2014 nos termos do artigo 19 da Lei Municipal Nº. 807 de 15/07/1994, no valor de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais), destinado a custear a despesas miúdas e pronto pagamento da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º. A referida despesa devesa ser realizada, no programa administrativo, onde os recursos serão utilizados para manutenção das atividades de administração do município.

Art. 3º. Os recursos para suprir as despesas correrão através das seguintes dotações orçamentárias:

Projeto Atividade: 2.003

Elemento de Despesa: 3390000

Fonte de Recurso: 01.00



Art. 4º. O adiantamento devera ser aplicado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento dos recursos.

Art. 5º. O responsável pelo adiantamento devera apresentar prestação de contas a administração, em até 10 (dez) dias após o encerramento do prazo para a aplicação dos recursos.

Art. 6º. O responsável pela prestação de contas fica sujeito a atender todas as exigências da Instrução Normativa TC-14/2012.

Art. 7º. A prestação de contas dos recursos concedidos será organizada nas fases de concessão, aplicação, exame da legalidade do uso do recurso público pela concedente, e o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento.

Art. 8º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de janeiro de 2014.  
Cesar Luis Martinelli  
Prefeito em Exercício

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Flavia Rolim de Moura  
Chefe de Gabinete

#### **Decreto 6664**

DECRETO Nº. 6.664, 06 de janeiro de 2014.

DESIGNA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELOS ADIANTAMENTOS DESTINADOS A CUSTEAR DESPESA MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Cesar Luis Martinelli, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente a Lei Municipal Nº. 807 de 15/07/1994, combinado com art. 4º e 5º Da Instrução Normativa Nº. TC-14/2012.

#### **DECRETA**

Art. 1º. Conceder adiantamento em nome da servidora publica municipal Graciana Fonini Zuffo, ocupante do cargo de Agente administrativo, matrícula n. 1003, para o exercício de 2014 nos termos do artigo 19 da Lei Municipal Nº. 807 de 15/07/1994, no valor de até R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), destinado a custear a despesas miúdas e pronto pagamento da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. A referida despesa devera ser realizada, no programa administrativo, onde os recursos serão utilizados para serviço de terceiros e material de consumo.

Art. 3º. Os recursos para suprir as despesas correrão através das seguintes dotações orçamentárias:

Projeto Atividade: 2.055

Elemento de Despesa: 3390000

Fonte de Recurso: 01.02

Projeto Atividade: 2.055

Elemento de Despesa: 3390000

Fonte de Recurso: 01.02

Art. 4º. O adiantamento devera ser aplicado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento dos recursos.

Art. 5º. O responsável pelo adiantamento devera apresentar prestação de contas a administração, em até 10 (dez) dias após o encerramento do prazo para a aplicação dos recursos.

Art. 6º. O responsável pela prestação de contas fica sujeito a atender todas as exigências da Instrução Normativa TC-14/2012.

Art. 7º. A prestação de contas dos recursos concedidos será organizada nas fases de concessão, aplicação, exame da legalidade do uso do recurso público pela concedente, e o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento.

Art. 8º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de janeiro de 2014.  
Cesar Luis Martinelli  
Prefeito em Exercício

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Flavia Rolim de Moura  
Chefe de Gabinete

#### **Decreto 6665**

DECRETO Nº. 6.665, 06 de janeiro de 2014.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Cesar Luis Martinelli, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica – nomeada Claci de Fatima Glanert Mazetto, para o cargo de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, conforme anexo da Lei Municipal Nº. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 06 de janeiro de 2014.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de janeiro de 2014.  
Cesar Luis Martinelli  
Prefeito em Exercício

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Flavia Rolim de Moura  
Chefe de Gabinete



**Decreto 6666**

DECRETO Nº. 6.666, 10 de janeiro de 2014.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Cesar Luis Martinelli, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**DECRETA**

Art. 1º. Fica – nomeada Priscila Stanga, para o cargo de Diretora do Departamento de Cultura, conforme anexo da Lei Municipal Nº. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 10 de janeiro de 2014.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de janeiro de 2014.  
Cesar Luis Martinelli  
Prefeito em Exercício

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Flavia Rolim de Moura  
Chefe de Gabinete

**Decreto 6667**

DECRETO Nº. 6.667, 10 de janeiro de 2014.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Cesar Luis Martinelli, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**DECRETA**

Art. 1º. Fica – nomeada Sonize Meneguetti Crema, para o cargo de Diretora do Departamento de Educação, conforme anexo da Lei Municipal Nº. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 10 de janeiro de 2014.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de janeiro de 2014.  
Cesar Luis Martinelli  
Prefeito em Exercício

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Flavia Rolim de Moura  
Chefe de Gabinete

**Decreto 6668**

DECRETO Nº. 6.670, 13 de janeiro de 2014.  
DESIGNA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELOS ADIANTAMENTOS DESTINADOS A CUSTEAR DESPESA MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Cesar Luis Martinelli, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente a Lei Municipal Nº. 807 de 15/07/1994, combinado com art. 4º e 5º Da Instrução Normativa Nº. TC-14/2012.

**DECRETA**

Art. 1º. Conceder adiantamento em nome da servidora publica municipal Eliane Bee Bento Farias, ocupante do cargo de monitora, matrícula n. 0822-1, para o exercício de 2014, nos termos do artigo 19 da Lei Municipal Nº. 807 de 15/07/1994, no valor de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais), destinado a custear a despesas miúdas e pronto pagamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. A referida despesa devera ser realizada, no programa administrativo, onde os recursos serão utilizados para serviços de terceiros e material de consumo.

Art. 3º. Os recursos para suprir as despesas correrão através das seguintes dotações orçamentárias:

Projeto Atividade: 2.071

Elemento de Despesa: 3390000

Fonte de Recurso: 01.00

Projeto Atividade: 2.122

Elemento de Despesa: 3390000

Fonte de Recurso: 01.00

Art. 4º. O adiantamento devera ser aplicado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento dos recursos.

Art. 5º. O responsável pelo adiantamento devera apresentar prestação de contas a administração, em até 10 (dez) dias após o encerramento do prazo para a aplicação dos recursos.

Art. 6º. O responsável pela prestação de contas fica sujeito a atender todas as exigências da Instrução Normativa TC-14/2012.

Art. 7º. A prestação de contas dos recursos concedidos será organizada nas fases de concessão, aplicação, exame da legalidade do uso do recurso público pela concedente, e o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento.

Art. 8º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 13 de janeiro de 2014.  
Cesar Luis Martinelli  
Prefeito em Exercício

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças



**Decreto 6669**

DECRETO Nº. 6.669, 13 de janeiro de 2014.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Cesar Luis Martinelli, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**DECRETA**

Art. 1º. Fica – nomeada Clarice Ana Tessaro Zucco, para o cargo de Secretária de Administração e Finanças, conforme anexo da Lei Municipal Nº. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 13 de janeiro de 2014.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 13 de janeiro de 2014.  
Cesar Luis Martinelli  
Prefeito em Exercício

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Flavia Rolim de Moura  
Chefe de Gabinete

**Decreto 6670**

DECRETO Nº. 6.670, 13 de janeiro de 2014.  
DESIGNA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELOS ADIANTAMENTOS DESTINADOS A CUSTEAR DESPESA MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Cesar Luis Martinelli, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente a Lei Municipal Nº. 807 de 15/07/1994, combinado com art. 4º e 5º Da Instrução Normativa Nº. TC-14/2012.

**DECRETA**

Art. 1º. Conceder adiantamento em nome da servidora publica municipal Eliane Bee Bento Farias, ocupante do cargo de monitora, matrícula n. 0822-1, para o exercício de 2014, nos termos do artigo 19 da Lei Municipal Nº. 807 de 15/07/1994, no valor de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais), destinado a custear a despesas miúdas e pronto pagamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. A referida despesa devera ser realizada, no programa administrativo, onde os recursos serão utilizados para serviços de terceiros e material de consumo.

Art. 3º. Os recursos para suprir as despesas correrão através das seguintes dotações orçamentárias:

Projeto Atividade: 2.071

Elemento de Despesa: 3390000

Fonte de Recurso: 01.00

Projeto Atividade: 2.122

Elemento de Despesa: 3390000

Fonte de Recurso: 01.00

Art. 4º. O adiantamento devera ser aplicado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento dos recursos.

Art. 5º. O responsável pelo adiantamento devera apresentar prestação de contas a administração, em até 10 (dez) dias após o encerramento do prazo para a aplicação dos recursos.

Art. 6º. O responsável pela prestação de contas fica sujeito a atender todas as exigências da Instrução Normativa TC-14/2012.

Art. 7º. A prestação de contas dos recursos concedidos será organizada nas fases de concessão, aplicação, exame da legalidade do uso do recurso público pela concedente, e o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento.

Art. 8º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 13 de janeiro de 2014.  
Cesar Luis Martinelli  
Prefeito em Exercício

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças

**Decreto 6671**

DECRETO Nº. 6.671, 14 de janeiro de 2014.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Cesar Luis Martinelli, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**DECRETA**

Art. 1º. Fica – nomeada Danice Cheila Sirtuli, para o cargo de Diretora do Departamento de Compras, conforme anexo da Lei Municipal Nº. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 14 de janeiro de 2014.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de janeiro de 2014.  
Cesar Luis Martinelli  
Prefeito em Exercício

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças



**Decreto 6672**

DECRETO Nº. 6.672, 16 de janeiro de 2014.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Cesar Luis Martinelli, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

## DECRETA

Art. 1º. Fica – nomeada Lucila Maria Ferrari Favareto, para o cargo de Secretária de Saúde, conforme anexo da Lei Municipal Nº. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 16 de janeiro de 2014.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de janeiro de 2014.

Cesar Luis Martinelli

Prefeito em Exercício

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

**Decreto 6673**

DECRETO Nº. 6.673, 16 de janeiro de 2014.

INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO DE CONVITES, TOMADAS DE PREÇOS, CONCORRENCIAS E LEILÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Cesar Luis Martinelli, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e em conformidade com o estabelecido pela Lei Federal Nº. 8.666/93, de 21/06/93 e alterações posteriores;

## DECRETA

Art. 1º. Fica instituída a Comissão Permanente de Julgamento de Convites, Tomadas de Preços, Concorrências e Leilão, da Prefeitura Municipal, do Fundo Municipal de Saúde e da Câmara Municipal de Vereadores, para o exercício de 2014.

Art. 2º. A comissão criada por este Decreto será regida pelo disposto neste ato e pelas normas previstas na Lei Nº. 8.666/93.

Art. 3º. A referida Comissão é formada pelos seguintes membros: Flavia Rolim de Moura, Cassiane Ficagna Carvalho, Joraci Pagnousat, Luis Carlos Oss, Paulo Cesar Strada, que sob a presidência do primeiro, designados pelo Chefe do Executivo Municipal.

Parágrafo 1º. A designação de que trata o caput deste artigo será pelo prazo de 01 (um) ano, vedada à recondução da totalidade de seus membros para a mesma Comissão no período subsequente. Parágrafo 2º. As decisões da Comissão serão tomadas por maioria simples de votos.

Art. 4º. São atribuições da Comissão Permanente de Licitação:

I - Autuar o processo licitatório quando da sua instauração;

II - registrar os procedimentos nos livros próprios conforme prevê a Lei Federal Nº

8.666/93, de 21/06/93 e 8.883/94, de 08/06/94;

III - elaborar o ato convocatório e a minuta do contrato;

IV - enviar o ato convocatório e a minuta do contrato para apreciação pela assessoria jurídica do Município;

V - providenciar a publicação do ato convocatório;

VI - receber a documentação de habilitação;

VII - julgar a documentação de habilitação;

VIII - julgar as propostas;

IX - após a conclusão do processo licitatório, encaminhar ao Executivo Municipal para homologação.

Art. 5º. A autenticação dos documentos dos processos licitatórios ficam restritos aos membros: Flávia Rolim de Moura e Danice Cheila Sirtuli.

Art. 6º. As sessões da Comissão Permanente de Licitação serão realizadas na sala de reuniões no paço municipal, sito à Avenida Santa Catarina, 1022, nos dias e horários previstos no ato convocatório do processo licitatório, podendo a Comissão funcionar com somente 03 (três) membros permanentes.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de janeiro de 2014.

Cesar Luis Martinelli

Prefeito em Exercício

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

**Decreto 6674**

DECRETO Nº. 6.674, 16 de janeiro de 2014.

Designa Pregoeiro e equipe de apoio para atuarem no âmbito do Município de Coronel Freitas em 2014, e dá outras providências.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Cesar Luis Martinelli, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso IV, art. 3º da Lei 10.520/2002.

## DECRETA

Art. 1º. Designar a servidora Municipal Flavia Rolim de Moura, matrícula nº. 1173, CPF nº. 074.954.869-02, ocupante do cargo de chefe de gabinete, para atuar como Pregoeira Titular da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas/SC, para o exercício de 2014.

Art. 2º. Designar a servidora Danice Cheila Sirtuli, matrícula municipal sob o nº. 782, CPF nº. 868.921.939-00, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Compras para atuar como Pregoeira Substituto da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas/SC.

Art. 3º. Designar os servidores abaixo para comporem a Equipe de



**Apoio a Pregoeira:**

I – Clarice Ana Tessaro Zucco, matrícula municipal sob o nº. 1255, CPF nº. 753.138.809-00, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária. f

II – Cassiane Ficagna Carvalho, matrícula municipal sob o nº. 1231, CPF nº. 010.300.929-90, ocupante do cargo de Técnico em Administração.

III – Luis Carlos Oss – matrícula municipal sob o nº. 538, CPF nº. 674.359.989-15, ocupante do cargo de Engenheiro.

IV – Paulo Cesar Strda, matrícula municipal sob o nº. 337, CPF nº. 682.622.489-53, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade.

Art. 4º. O Pregoeiro titular será substituído em sua ausência e em seus impedimentos legais previstos no Código de Processo Civil e Código Penal, pelo Pregoeiro Substituto designado no art. 2º do presente decreto.

Art. 5º. Aplica-se ao presente decreto o disposto nas leis federais 10.520/2002 e 8.666/93.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de janeiro de 2014.

Cesar Luis Martinelli  
Prefeito em Exercício

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto 6675**

DECRETO Nº. 6.675, 21 de janeiro de 2014.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 02/2014, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Cesar Luis Martinelli, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

**DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 02/2014 - Dispensa de Licitação Nº. 02/2014, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Luiz Provensi Sobrinho, no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de janeiro de 2014.

Cesar Luis Martinelli  
Prefeito em Exercício

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do

centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto 6676**

DECRETO Nº. 6.676, 21 de janeiro de 2014.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 01/2014, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Cesar Luis Martinelli, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

**DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 01/2014 - Dispensa de Licitação Nº. 01/2014, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Mitra Diocesano de Chapecó, no valor de R\$ 7.572,00 (sete mil, quinhentos e setenta e dois reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de janeiro de 2014.

Cesar Luis Martinelli  
Prefeito em Exercício

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto 6677**

DECRETO Nº. 6.677, 22 de janeiro de 2014.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 03/2014, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Cesar Luis Martinelli, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

**DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 03/2014 - Dispensa de Licitação Nº. 03/2014, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Paulo Zottis, no valor de R\$ 12.792,00 (doze mil setecentos e noventa e dois reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficando revogadas as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito, 22 de janeiro de 2014.  
Cesar Luis Martinelli  
Prefeito em Exercício

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6678**

DECRETO Nº. 6.678, 23 de janeiro de 2014.  
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 04/2014, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Cesar Luis Martinelli, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 04/2014 - Dispensa de Licitação Nº. 04/2014, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Jurecy Golo GRand, no valor de R\$ 24.464,00 (vinte e quatro mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de janeiro de 2014.  
Cesar Luis Martinelli  
Prefeito em Exercício

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6679**

DECRETO Nº. 6.679, 23 de janeiro de 2014.  
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 01/2014 - FMS, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Cesar Luis Martinelli, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 01/2014 - Dispensa de Licitação Nº. 01/2014 - FMS, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina,

no valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de janeiro de 2014.  
Cesar Luis Martinelli  
Prefeito em Exercício

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6680**

DECRETO Nº. 6.680, 24 de janeiro de 2014.

#### **A PEDIDO EXONERA SERVIDOR.**

O Excelentíssimo Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Cesar Luis Martinelli, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### **DECRETA**

Art. 1º. Exonerar a pedido o servidor público municipal Alan Fabio Favareto, do cargo de fiscal de tributos, obras e vigilância sanitária, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nomeado pelo decreto nº. 5.983/2012, edital de concurso público N. 001/2007, a partir de 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de janeiro de 2014.  
Cesar Luis Martinelli  
Prefeito em Exercício

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6681**

DECRETO Nº. 6.681, 24 de janeiro de 2014.  
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 05/2014, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Cesar Luis Martinelli, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 05/2014 - Dispensa de Licitação Nº. 05/2014, na sua exata ordem de



classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Meio Ambiente – CIDEMA, no valor de R\$ 12.000,0 (doze mil reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de janeiro de 2014.

Cesar Luis Martinelli

Prefeito em Exercício

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6682**

DECRETO Nº. 6.682, 24 de janeiro de 2014.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DESCONTO DE, ATÉ 10% AOS CONTRIBUINTES QUE QUITAREM, NA PARCELA ÚNICA O VALOR DO IPTU DE 2014.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Cesar Luis Martinelli, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no art. 57, parágrafo 2º da Lei Municipal Nº 1.315/2002.

DECRETA

Art. 1º. Fica concedido ao munícipe devedor de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, que saldar o débito pertinente ao ano de 2014, até o dia 12 de maio de 2014, terá desconto de 10% (dez por cento).

Art. 2º. O desconto de que trata o art. 1º, será calculado somente sobre o valor específico do IPTU.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de janeiro de 2014.

Cesar Luis Martinelli

Prefeito em Exercício

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6683**

DECRETO Nº. 6.683, 24 de janeiro de 2014.

Fixa o Valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM para o ano de 2014, e da outras providências.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Cesar Luis Martinelli, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA

Art. 1º. Fica fixado o valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM, para 2014 em R\$ 2,79 (dois reais e sessenta e nove centavos), de acordo com o artigo 251 da Lei Municipal nº. 1.315/2002 - Código Tributário Municipal.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de janeiro de 2014.

Cesar Luis Martinelli

Prefeito em Exercício

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6684**

DECRETO Nº. 6.684, 27 de janeiro de 2014.

A PEDIDO EXONERA SERVIDOR.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Cesar Luis Martinelli, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar a pedido A servidora pública municipal Cleuza Teresinha Pagnussat Malfatti, do cargo de auxiliar de enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de saúde, nomeada pelo decreto nº. 2.339/1999, edital de concurso público N. 001/1999, a partir de 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de janeiro de 2014.

Cesar Luis Martinelli

Prefeito em Exercício

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

### **Decreto 6685**

DECRETO Nº. 6.685, 27 de janeiro de 2014.

REGULAMENTA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 4º DA LEI 1.318 DE 19/02/2003, CORRIGINDO O VALOR DO BENEFÍCIO AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA E/OU MENTAL CONGÊNITAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Cesar Luis Martinelli, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;



**DECRETA**

Art. 1º. O valor do benefício a ser pago para os portadores de deficiência física e/ou mental congênita, passa a ser R\$ 186,13 (cento e oitenta e seis reais e treze centavos), conforme prevê o art. 4º, parágrafo único da Lei Municipal Nº. 1.318 de 19/02/2003.

Parágrafo Único - A correção de 5.56% (cinco vírgula cinquenta e seis por cento) aplicada neste artigo refere-se ao percentual apurado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de janeiro de 2014.

Cesar Luis Martinelli  
Prefeito em Exercício

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto 6686**

DECRETO Nº. 6.686, 29 de janeiro de 2014.  
A PEDIDO EXONERA SERVIDORA.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Cesar Luis Martinelli, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**DECRETA**

Art. 1º. Exonerar a pedido a servidora pública municipal Andressa Rolim Mossate, do cargo de enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, nomeada pelo decreto nº. 4.601/2008, edital de concurso público N. 001/2007, a partir de 29 de janeiro de 2014.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2014.

Cesar Luis Martinelli  
Prefeito em Exercício

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto 6687**

DECRETO Nº. 6.687, 29 de janeiro de 2014.  
NOMEIA O CONSELHO DIRETOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA - FMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Cesar Luis Martinelli, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e em conformidade ao

Art. 4º da Lei Nº. 946/97;

**DECRETA**

Art. 1º. Fica nomeado o Conselho Diretor do Fundo Municipal de Assistência – FMA, para atuar até 30 de julho de 2015 com a composição a seguir:

I - Representantes do Poder Executivo:

Ivone Salete Zanatta

Silvana Fátima Gollo Favaretto.

II - Representantes dos Servidores:

Dulce Lucia Brisot

Ivani Maria Frozza

Vanerlei Ceccato.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições.

Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2014.

Cesar Luis Martinelli  
Prefeito em Exercício

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto 6688**

DECRETO Nº. 6.688, 03 de fevereiro de 2014.  
PRORROGA OS EFEITOS DO DECRETO N. 6.621/2013 ATÉ 14/02/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**DECRETA**

Art. 1º. Prorrogar até 14 de fevereiro de 2014, os efeitos do Decreto N. 6.621/2013, que estabelece turno único nas secretarias que estão mencionadas no decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições.

Gabinete do Prefeito, 03 de fevereiro de 2014.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.



**Decreto 6689**

DECRETO Nº. 6.689, 03 de fevereiro de 2014.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

## DECRETA

Art. 1º. Fica – nomeado Nilvo José Bagio, para o cargo de Secretário de Desenvolvimento Econômico, conforme anexo da Lei Municipal Nº. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 03 de fevereiro de 2014.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de fevereiro de 2014.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto 6690**

DECRETO Nº. 6.690, 03 de fevereiro de 2014.

Convoca a II Conferência Intermunicipal de Proteção e Defesa Civil e dá outras providências.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições legais, e considerando o disposto na Portaria nº 482, de 29 de outubro de 2013, do Ministério da Integração Nacional, convoca a 2ª Conferência Intermunicipal de Proteção e Defesa Civil – 2ª CIMPDC.

## DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a 2ª Conferência Intermunicipal de Proteção e Defesa Civil - 2ª CIMPDC, a se realizar no dia 14/02/2014, no Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo de Nês, na Rua Assis Brasil 20 D, Centro, na Cidade de Chapecó, a partir das 8:00 horas, com o tema: "Proteção e Defesa Civil: novos paradigmas para o Sistema Nacional", como etapa preparatória da 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Parágrafo único. A 2ª CIMPDC terá como objetivos:

avaliar e apresentar a implementação das diretrizes aprovadas na 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária – 1ª CNDC;

II . promover, incentivar e divulgar o debate sobre novos paradigmas para a proteção e a defesa civil;

avaliar a ação governamental, em especial quanto à implementação dos instrumentos jurídicos e demais dispositivos trazidos pela Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012.

propor princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil;

promover o fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC.

fortalecer e estabelecer formas de participação e controle social na formulação e implementação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, inclusive do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC.

Art. 2º. A 2ª CIMPDC encaminhará propostas e elegerá delegados (as) para a Conferência Estadual de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º. A 2ª CIMPDC terá a participação dos seguintes municípios ÁGUAS DE CHAPECÓ, ÁGUAS FRIAS, CAXAMBÚ DO SUL, CHAPECÓ, CORDILHEIRA ALTA, CORONEL FREITAS, FORMOSA DO SUL, GUATAMBÚ, IRATI, JARDINÓPOLIS, NOVA ERECHIM, NOVA ITABERABA, PINHALZINHO, PLANALTO ALEGRE, QUILOMBO, SANTIAGO DO SUL, SÃO CARLOS, SERRA ALTA, SUL BRASIL e UNIÃO DO OESTE, e será presidida pelo Município de Chapecó, pelo coordenador de DEFESA CIVIL DE CHAPECÓ na pessoa do Sr. Valmir José Vieira, em sua ausência, pela GERENTE da Secretaria de Defesa do Cidadão na pessoa da Sra. Ana Claudia da Silva Ribeiro.

Art. 4º. A coordenação da 2ª CIMPDC será de responsabilidade do CHEFE DE SETOR da Secretaria de Defesa do Cidadão de Chapecó na pessoa do Sr. Luan Felipe Pupioski Agne e o Município de Coronel Freitas, será representado pelo Secretário Municipal de desenvolvimento Econômico, na pessoa do Sr. Nilvo José Bagio.

Art. 5º. O Regulamento da 2ª CIMPDC será elaborado por comissão a ser indicada pelo Presidente, em observância ao Regimento Interno Nacional e disporá sobre:

I - a organização e o funcionamento da Conferência;

II - O processo democrático de escolha de seus (suas) delegados (as), representantes da Sociedade Civil, do Poder Público e de Agentes de Defesa Civil, dos Conselhos Profissionais e de Políticas Públicas e da Comunidade Científica.

Parágrafo único. O Regulamento a que se refere o caput deverá ser aprovado pelo Presidente da Conferência.

Art. 6º. As despesas com a organização e realização da 2ª CIMPDC correrão por conta dos recursos orçamentários da Prefeitura Municipal de Chapecó.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 03 de fevereiro de 2014.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

**Decreto 6649**

DECRETO Nº. 6.649, 12 de dezembro de 2013.

EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;



**DECRETA**

Art. 1º. Exonerar o servidor público municipal Jaime Antonio fava-reto, do cargo de Secretário de Assistência Social, nomeado pelo decreto nº. 6.495/2013, a partir de 02 de janeiro de 2014.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de dezembro de 2013.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

**Publicação Contratos**

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 20/2014

Contratado: Azevedo Projetos e Construção Ltda - ME.

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de mão de obra através de empreitada global (material e serviço) para construção de sala para depósito de materiais e reforma de estrutura de concreto e cobertura.

Valor: R\$ 50.223,05

Vigência: 31/12/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 21/2014

Contratado: Big Artes - ME

Objeto: Contratação de empresa para ministrar curso de formação na área da cultura.

Valor: R\$ 6.080,00 mensal durante 9 meses.

Vigência: 31/12/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 22/2014

Contratado: Cibele Stanga - ME

Objeto: Conserto da escavadeira hidráulica New Holland 135 E.

Valor: R\$ 7.722,50

Vigência: 31/12/2014

**Pregão Presencial Nº 04/2014**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P. Nº 04/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE ELETRICISTA.

Tipo: Menor Preço/Item

Entrega dos envelopes: até as 08:30 h do dia 02/04/2014

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 02/04/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas

ou pelo fone 3347.0322.

Coronel Freitas (SC) 20 de Março de 2014

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

**Convite Nº 10/2014**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Convite Nº 10/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E MEIO FIO

Tipo: Menor Preço/Item

Entrega dos envelope: até as 08:30 h do dia 28/03/2014

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 28/03/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.0322.

Coronel Freitas (SC) 20 de Março de 2014

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

**Ata de Registro de Preço Nº 02/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CORONEL FREITAS

Ata de Registro de Preço Nº 02/2014

Objeto: Registro de Preços de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza.

Validade: 12 meses

Empresas com preços registrados:

ITEM	QUANT	ESPECIFICAÇÃO	FORNECEDOR	VL.UNIT.	CLASSIFIC.
01	100 (un)	ACHOCOLATADO 400 GR	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	1,79	1º
02	70 (UN)	AÇÚCAR EMB. 5KG	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	7,88	1º
03	50 (UN)	AÇÚCAR MASCAVO 1 KG	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	6,39	1º
04	80 (UN)	ÁGUA SANITÁRIA 1 LT	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	1,12	1º
05	50 (UN)	ÁGUA SANITÁRIA 5 LT	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	5,20	1º
06	70 (UN)	ÁLCOOL 1 LT	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	3,39	1º
07	40 (UN)	ÁLCOOL EM GEL 500 GR	SCS Comércio Ltda	3,23	1º
08	100 (UN)	AMACIANTE DE ROUPA 1 LT	SCS Comércio Ltda	2,95	1º
09	200 (UN)	AMENDOIM 500 GR	Supermercado Mais Ltda EPP	2,76	1º
10	14 (UN)	AMIDO DE MILHO EMB. 1 KG	Nutri SC Com. de Alimentos	2,85	1º
11	35 (UN)	ARROZ TIPO 1 PACT. 5 KG PARBOLIZADO	Supermercado Mais Ltda EPP	8,81	1º
12	10 (UN)	BALDE PLÁSTICO 20 LT	SCS Comércio Ltda	6,40	1º



13	200 (KG)	BANANA	Supermercado Zucco e Zucco	2,14	1º
14	10 (KG)	BATATA DOCE	Supermercado Mais Ltda EPP	4,49	1º
15	25 (KG)	BATATA MONALISA	Supermercado Mais Ltda EPP	2,78	1º
16	30 (UN)	BISCOITO DE MAIZENA PACT. 800 GR	Nutri SC Com. de Alimentos	4,00	1º
17	300 (KG)	BOLACHA CASEIRA	Panificadora Avenida	9,30	1º
18	100 (UN)	BOLACHÃO DE MEL 1 KG	Nutri SC Com. de Alimentos	7,00	1º
19	300 (KG)	BOLO RECHEADO	Panificadora Avenida	19,00	1º
20	180 (UN)	BOLO SIMPLES FORMA DE 25 X 40	Panificadora Avenida	17,00	1º
21	30 (UN)	BOM AR 360 ML	SCS Comércio Ltda	4,72	1º
22	700 (CX)	BOMBOM SORTIDO CX DE 400 GR	Supermercado Zucco e Zucco	6,99	1º
23	70 (UN)	CAFÉ SOLÚVEL 200 GR	Supermercado Mais Ltda EPP	7,70	1º
24	40 (UN)	CALDO DE GALINHA CX COM 12 UN	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	1,80	1º
25	500 (KG)	CARNE DE GADO	SCS Comércio Ltda	11,00	1º
26	800 (KG)	CARNE DE GADO COSTELA E ALCA-TRA	SCS Comércio Ltda	15,00	1º
27	30 (KG)	CEBOLA	Supermercado Zucco e Zucco	2,40	1º
28	20 (KG)	CENOURA	Supermercado Mais Ltda EPP	2,88	1º
29	250 (UN)	CESTA BÁSICA CONTENDO OS SEGUINTE ALIMENTOS: 5kg farinha de trigo, 5 kg de arroz, 5 kg de açúcar, 5 kg farinha de milho, 2 kg de massa, 1 sabonete 120 gr, 1 creme dental 90gr, 1 sabão 500 gr, 1 kg de feijão, 1 lata de óleo de soja, 1 kg de sal.	Nutri SC Com. de Alimentos	51,00	1º
30	15 (UN)	CHÁ PACT. 100 GR	Supermercado Zucco e Zucco	3,00	1º
31	15 (UN)	CHOCOLATE EM PÓ 500 GR	Supermercado Mais Ltda EPP	3,30	1º
32	10 (UN)	CHOCOLATE GRANULADO 100 GR	SCS Comércio Ltda	1,20	1º
33	80 (UN)	CLORO ATIVO PARA LIMPEZA 1 LT	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	2,95	1º
34	100 (UN)	COCO RALADO 100 GR	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	1,55	1º
35	10 (UN)	COLORAU 100 GR	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	0,74	1º
36	250 (UN)	COPO DESCARTÁVEL PARA ÁGUA 180 ML PACT. COM 100 UN	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	2,44	1º
37	350 (KG)	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO	Supermercado Mais Ltda EPP	4,83	1º
38	40 (UN)	CREME DE LEITE 200 GR	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	1,30	1º

39	40 (UN)	CREME DENTAL 180 GR	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	2,85	1º
40	750 (UN)	CUCA SIMPLES	Panificadora Avenida	4,90	1º
41	120 (UN)	DESINFETANTE 1 LT	SCS Comércio Ltda	1,99	1º
42	200 (UN)	DETERGENTE LÍQUIDO 200 ML	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	0,98	1º
43	200 (UN)	DOCE DE FRUTAS EMB. 1 KG	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	3,74	1º
44	50 (UN)	DOCE DE LEITE EMB. 1 KG	SCS Comércio Ltda	4,89	1º
45	5 (UN)	EMUSTAB 200 GR	Supermercado Zucco e Zucco	4,40	1º
46	100 (UN)	ERVILHA EMB. DE 200 GR	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	1,49	1º
47	20 (UN)	ESCOVA SANITÁRIA COM SUPORTE	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	3,35	1º
48	60 (UN)	ESPAGUETE 1 KG	SCS Comércio Ltda	3,05	1º
49	50 (UN)	ESPONJA DE Lã DE AÇO	Nutri SC Com. de Alimentos	0,61	1º
50	100 (UN)	ESPONJA DUPLA FACE COM 3	SCS Comércio Ltda	0,98	1º
51	15 (UN)	EXTRATO DE TOMATE EMB. 1 KG	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	4,46	1º
52	10 (UN)	FARINHA DE MANDIOCA EMB. 1 KG	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	3,72	1º
53	5 (UN)	FARINHA DE MILHO PACT. 5 KG	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	6,24	1º
54	20 (UN)	FARINHA DE TRIGO PACT. 5 KG	Supermercado Mais Ltda EPP	8,48	1º
55	25 (UN)	FERMENTO EM PÓ 250 GR	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	3,95	1º
56	15 (UN)	FERMENTO BIOLÓGICO PARA PÃO 125 GR	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	2,74	1º
57	10 (UN)	FÓSFORO PACT. COM 10 CX DE 40 PALITOS	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	1,95	1º
58	50 (UN)	FRALDAS ADULTO COM 7 UN	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	8,90	1º
59	350 (UN)	GELATINA PACT. 45 GR	SCS Comércio Ltda	0,45	1º
60	200 (UN)	GUARDANAPO DE PAPEL PACT. COM 100 UND	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	1,56	1º
61	100 (UN)	IOGURTE 1 LT	Supermercado Mais Ltda EPP	2,84	1º
62	50 (UN)	LEITE CONDENSADO 395 GR	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	2,88	1º
63	300 (CX)	LEITE LONGO VIDA INTEGRAL EMB. 1 LT CX COM 12 UND	Supermercado Mais Ltda EPP	24,79	1º
64	50 (UN)	LIMPA VIDROS 500 ML	SCS Comércio Ltda	1,83	1º
65	300 (KG)	LINGUIÇA	Supermercado Zucco e Zucco	8,99	1º
66	4 (UN)	LIXEIRA 20 LTS	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	12,40	1º
67	15 (UN)	LUSTRA MÓVEIS 200 ML	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	2,59	1º
68	15 (PR)	LUVA DE BORRACHA TAM. M	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	2,46	1º
69	20 (CX)	LUVA DE PROCEDIMENTO 100 UN	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	16,50	1º
70	300 (KG)	MAÇÃ	Supermercado Zucco e Zucco	4,79	1º



71	30 (UN)	MACARRÃO PARA-FUSO COM OVOS 500 GR	SCS Comércio Ltda	1,60	1º
72	10 (UN)	MAIONESE 500 GR	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	2,48	1º
73	15 (UN)	MARGARINA COM SAL 1 KG	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	3,18	1º
74	15 (UN)	MARGARINA SEM SAL 1 KG	Nutri SC Com. de Alimentos	3,50	1º
75	70 (UN)	MASSA PARA PASTEL EMB. 1 KG	Supermercado Mais Ltda EPP	8,49	1º
76	100 (UN)	MILHO VERDE ENLATADO 200 GR	Supermercado Mais Ltda EPP	1,29	1º
77	300 (KG)	MINI ESFIHAS DE CARNE E FRANGO	Panificadora Avenida	19,50	1º
78	50 (UN)	MORTADELA 1 KG	SCS Comércio Ltda	4,20	1º
79	10 (UN)	NATA 200 GR	SCS Comércio Ltda	3,28	1º
80	20 (UN)	ODORIZADOR DE AMBIENTES 400 ML	SCS Comércio Ltda	4,90	1º
81	250 (UN)	ÓLEO DE SOJA 900 ML	Supermercado Mais Ltda EPP	2,79	1º
82	100 (DZ)	OVOS	Supermercado Zucco e Zucco	3,97	1º
83	200 (UN)	PACOTE DE BOMBOM COM 50 UN	SCS Comércio Ltda	23,59	1º
84	40 (UN)	PANO DE CHÃO GRANDE	SCS Comércio Ltda	2,49	1º
85	100 (UN)	PANO DE PRATO	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	1,69	1º
86	6500 (UN)	PÃO TIPO SOVADINHO 50 GR	Panificadora Avenida	0,43	1º
87	50 (UN)	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA FARDADO COM 26 PACT. COM 4 ROLOS BRANCO	SCS Comércio Ltda	44,90	1º
88	100 (PT)	PAPEL TOALHA BRANCO COM 1000	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	5,17	1º
89	20 (UN)	PAPEL TOALHA 2 ROLOS COM 55 TOALHAS CADA	Supermercado Mais Ltda EPP	2,45	1º
90	100 (UN)	PEDRA SANITÁRIA	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	0,69	1º
91	30 (KG)	PEITO DE FRANGO	Supermercado Zucco e Zucco	7,40	1º
92	60 (UN)	PIPOCA 500 GR	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	2,14	1º
93	30 (UN)	POLPA DE TOMATE 520 GR	SCS Comércio Ltda	2,35	1º
94	50 (UN)	POLVILHO DOCE 500 GR	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	2,67	1º
95	80 (PT)	PRATOS DESCARTÁVEIS GRANDES	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	1,52	1º
96	30 (DZ)	PRENDEDOR DE ROUPA	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	0,77	1º
97	30 (KG)	PRESUNTO	Supermercado Zucco e Zucco	11,40	1º
98	50 (KG)	QUEIJO MUSSARELA	SCS Comércio Ltda	16,80	1º
99	750 (UN)	REFRIGERANTE 2 LT	Supermercado Zucco e Zucco	2,98	1º
100	250 (KG)	RISOLIS DE FRANGO	Supermercado Zucco e Zucco	18,80	1º
101	5 (UN)	RODO COM ESPUMA	SCS Comércio Ltda	4,00	1º
102	5 (UN)	RODO PLÁSTICO GRANDE COM BORRACHA	SCS Comércio Ltda	4,25	1º

103	20 (UN)	RODO PLÁSTICO MÉDIO	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	3,79	1º
104	40 (UN)	SABÃO EM BARRA 400 GR	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	1,04	1º
105	200 (UN)	SABÃO EM PÓ 1 KG	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	3,57	1º
106	30 (UN)	SABONETE 90 GR	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	0,95	1º
107	30 (UN)	SABONETE LÍQUIDO REFIL 700 ML	SCS Comércio Ltda	7,80	1º
108	60 (UN)	SACO PARA LIXO 100 LITROS ROLO COM 25 UND	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	3,99	1º
109	50 (UN)	SACO PARA LIXO ROLO 15 LT	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	1,26	1º
110	60 (UN)	SACO PARA LIXO ROLO 30 LT	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	1,46	1º
111	60 (UN)	SACO PARA LIXO ROLO 50 LT	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	3,26	1º
112	10 (UN)	SAGU EMB. 500 GR	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	2,69	1º
113	10 (UN)	SAL IODADO 1 KG	Supermercado Mais Ltda EPP	0,84	1º
114	350 (KG)	SALGADINHOS DIVERSOS (COXINHA, PASTELZINHO, BOLINHA DE QUEIJO)	Panificadora Avenida	19,50	1º
116	62 (UN)	SAPÓLIO CREME 300 ML	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	2,45	1º
117	24 (UN)	SARDINHA LATAS 125 GR	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	2,93	1º
118	100 (UN)	SUCO CONCENTRADO 500 ML	SCS Comércio Ltda	5,15	1º
119	100 (UN)	SUCO EMB. 1 LT	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	3,24	1º
120	200 (UND)	TALHERES	SCS Comércio Ltda	1,20	1º
121	10 (UN)	TAPETES 0,40 X 0,80	SCS Comércio Ltda	22,30	1º
122	50 9UN)	TEMPERO VERDE	Supermercado Mais Ltda EPP	1,99	1º
123	20 (UN)	TOALHA DE MÃO	Nutri SC Com. de Alimentos	1,83	1º
124	50 (UN)	TOALHA DE ROSTO MACIA	SCS Comércio Ltda	5,00	1º
125	70 (KG)	TOMATE	Supermercado Zucco e Zucco	4,29	1º
126	5 (UN)	VASSOURA DE NYLON COM CABO	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	3,63	1º
127	30 (UN)	VASSOURA DE PALHA	SCS Comércio Ltda	10,50	1º
128	50 (UN)	VINAGRE TINTO EMB. 750 ML	AP Oeste Dist. de Alimentos Ltda	2,15	1º

Coronel Freitas (SC), 20 de Março de 2014

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal



# Coronel Martins

## PREFEITURA

### **Anexo TC-07/94 - Dados E Texto do Segundo Termo Aditivo Nº. 006/2014 de Contrato de 28 de Fevereiro de 2014.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 006/2014 DE CONTRATO DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014.  
MÊS/ANO: MARÇO/2013. NÚMERO CONTRATO: 008/2013  
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 27/03/2013

#### CLÁUSULA I.- DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato supracitado, cujo objeto é a prestação pelo CONTRATADO de serviços de atendimento medico hospitalar nas áreas de clinica medica, cirúrgica, obstétrica (consultas e observações hospitalares) até 24 horas e pronto atendimento, incluindo exames de raio x e patologia clinica, em pacientes internados, fica por este instrumento de Termo Aditivo, prorrogado para 31 de maio de 2014.

#### CLÁUSULA II.-

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato original, às quais se aplicam o presente Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 86.223.864/0001-98

CONTRATADO: FUNDACAO MED. ASSIST. AO TRAB. RURAL

### **Anexo TC-07/94 - Dados E Texto do Segundo Termo Aditivo Nº. 006/2014 de Contrato de 28 de Fevereiro de 2014.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 006/2014 DE CONTRATO DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014.  
MÊS/ANO: MARÇO/2013. NÚMERO CONTRATO: 008/2013  
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 27/03/2013

#### CLÁUSULA I.- DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato supracitado, cujo objeto é a prestação pelo CONTRATADO de serviços de atendimento medico hospitalar nas áreas de clinica medica, cirúrgica, obstétrica (consultas e observações hospitalares) até 24 horas e pronto atendimento, incluindo exames de raio x e patologia clinica, em pacientes internados, fica por este instrumento de Termo Aditivo, prorrogado para 31 de maio de 2014.

#### CLÁUSULA II.-

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato original, às quais se aplicam o presente Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 86.223.864/0001-98

CONTRATADO: FUNDACAO MED. ASSIST. AO TRAB. RURAL

### **Portaria Nº. 047, de 14 de Março de 2014.**

PORTARIA Nº. 047, DE 14 DE MARÇO DE 2014.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 82 da Lei Complementar Municipal Nº 005/2003 de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

#### CONCEDER:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, Senhora, Helena Gabriel Turmina, ocupante do Cargo de Servente, por um período de 15

(quinze) dias, a partir do dia 14 de março 27 de março de 2014, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC, em 14 de março de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

### **Portaria Nº. 048, de 14 de Março de 2014.**

PORTARIA Nº. 048, DE 14 DE MARÇO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE CESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº. 75, § 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº. 005/2003, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

#### CESSAR A PEDIDO:

Art. 1º Licença para Tratar de Assuntos Particulares da servidora publica Municipal Sra. Roseli Garbin, ocupante do Cargo efetivo de Servente, concedido pela Portaria nº 001 de 02/01/2014, e considerando o pedido de retorno através do protocolo nº. 496 de 02/01/2014, voltando às atividades normais a partir de 01 de abril de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC, em 14 de março de 2014.

Dirceu Favretto

Prefeito Municipal



Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

Geneci da Costa Pertussatti  
Secretária de Administração, Planejamentos e Finanças.

**Portaria Nº. 049 de 18 de Março de 2014.**

PORTARIA Nº. 049 DE 18 DE MARÇO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE CESSÃO DE BENEFÍCIO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº. 82 da Lei Complementar nº. 005/2003, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

**CESSAR:**

Art. 1º Auxílio-Doença do servidor público Municipal Sr. Ademar Belatto, ocupante do Cargo efetivo de Motorista, concedido pelo benefício nº. 5336447737, conforme comunicação de decisão em anexo, voltando às atividades normais a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC, em 18 de março de 2014.  
Dirceu Favretto  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

Geneci da Costa Pertussatti  
Secretária de Administração, Planejamentos e Finanças

**Portaria Nº. 050, de 18 de Março de 2014.**

PORTARIA Nº. 050, DE 18 DE MARÇO DE 2014.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 86 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade ao Servidor abaixo relacionado, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 60 (sessenta) dias, com gozo a partir do dia 18 de março a 16 de maio de 2014.

Nome	Cargo	Referências
Ademar Belatto	Motorista	04/1999 á 04/2003 04/2003 á 04/2006

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC, em 18 de março de 2014.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI  
Secretária de Administração, Planejamentos e Finanças

**Lei Nº. 621, de 18 de Março de 2014**

LEI Nº. 621, DE 18 DE MARÇO DE 2014  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL AO CTG - ESTÂNCIA NATIVA DE CORONEL MARTINS/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94 da Lei Orgânica do Município, e Lei Municipal Nº LS 014/ de 21 de Maio de 1993, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social à entidade CTG - Estância Nativa, inscrita no CNPJ Nº 80.629.843/0001-90, com sede na localidade da linha Biazin, interior do Município de Coronel Martins/SC, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Parágrafo Único - Os recursos repassados deverão ser aplicados em despesas voltadas ao interesse público sempre respeitados os princípios constitucionais.

Art. 2º Os recursos serão concedidos mediante ato do Poder Executivo.

Parágrafo único – A Entidade beneficiada deverá prestar contas dos recursos recebidos, apresentando os documentos exigidos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a liberação do recurso da subvenção, de conformidade com as normas e exigências do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (Resolução TCE nº 16/94).

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta do orçamento vigente para este exercício financeiro de 2014.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins, em 18 de março de 2014.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra

**Lei Nº. 622, de 18 de Março de 2014**

LEI Nº. 622, DE 18 DE MARÇO DE 2014  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO E REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE – DO MUNICÍPIO E



**DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94 da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio e repassar recursos financeiros à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE Ana Claudia de Oliveira Dias, inscrita no CNPJ nº 00.819.830/0001-45, no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a cada ano;

§ 1º O recurso repassado deverá ser aplicado em despesas voltadas ao interesse público sempre respeitados os princípios do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

§ 2º A qualquer tempo, verificado o desvio de destinação na aplicação dos recursos financeiros ou a critério do Poder Executivo Municipal, com a aprovação do Poder Legislativo Municipal, poderá ser revogado o convênio.

§ 3º Para o ano de 2015 e os anos subsequentes o valor previsto neste artigo será analisado com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou, no caso de extinção deste, por outro índice que reflita a Correção Monetária.

Art. 2º O benefício será concedido mediante solicitação anual formalizada pela entidade, após ato de despacho do Poder Executivo.

Parágrafo único – A Entidade beneficiada deve prestar conta da verba recebida, apresentando os documentos, exigidos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a liberação das parcelas.

Art. 3º Para suportar a despesa prevista no artigo 1º, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a empenhar dentro da função de governo que melhor se enquadre no orçamento do exercício de cada ano.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins, em 18 de março de 2014.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra

**Decreto Nº. 050, de 17 de Março de 2014.**

DECRETO Nº. 050, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

CONTRATA FUNCIONÁRIA POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº. 612, de 19/11/2013, e Lei Orgânica do Município de 28/10/1994,

Considerando o Aviso publico nº. 001, de 10/02/2014, que Dispõe sobre admissão de servidor público em caráter temporário - Estagiaria – com carga horária de 30 horas semanais e conforme edital de chamamento nº. 003 de 13/03/2014 resolve:

**CONTRATAR:**

Art. 1º A Pessoa abaixo relacionada para exercer o devido cargo conforme discriminação e carga horária abaixo descritos, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia 17 de março de 2014, até o final do ano letivo de 2014, com possibilidade de rescisão antecipada caso necessário ou até a realização do concurso Público.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Marcia Valardão	Estagiaria	30:00 horas semanais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC, em 17 de março de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

**Decreto Nº. 051, de 17 de Março de 2014.**

DECRETO Nº. 051, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

AUTORIZA SERVIDOR PUBLICO A CONDUZIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

**AUTORIZAR:**

Art. 1º O Conselheiro Tutelar do Município de Coronel Martins abaixo nominado, habilitado, e em Exercício de seu cargo, a conduzir os veículos da frota Municipal, para atendimento de ocorrências, quando solicitadas, que venham a acontecer no âmbito de suas responsabilidades.

NOME DO SERVIDOR	CARGO
Claudir de Souza	Conselheiro Tutelar

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, 17 de março de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças



**Prefeitura Municipal de Coronel Martins**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO PM N. 015/2014  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO PM N. 002/2014  
A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital Pregão Presencial PM n. 006/2014, até às 13:30 horas do dia de 21 de abril de 2014, e farão abertura das mesmas às 14:00 horas do mesmo dia. Constitui-se do objeto da presente licitação seleção de propostas para revitalização da praça municipal Otto May. tipo menor preço global, de acordo com as regras do Edital, conforme dispõe as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, e no que couber a legislação aplicável. A íntegra o Edital e de mais documentos poderão ser obtidos pessoalmente junto à sede do Município de Coronel Martins - SC, sito à Rua Porto Alegre n. 47, Telefone (49) 3459-0011.

Coronel Martins - SC, 20 de Março de 2014.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

## Correia Pinto

### PREFEITURA

#### **Dispensa de Licitação - Processo 13/2014 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DECORREIA PINTO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO N. 13/2014

O Município de Correia Pinto, através da Secretaria de Administração e da Comissão Permanente de Licitação, nos termos do artigo 24, IV da Lei 8.666/93, declara a DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL, PARA ABRIGAR O CEI MEU CANTINHO. O valor será de 1.358,88 (um mil e trezentos e cinquenta e oito reais e oitenta e oito centavos) mensais. O contratado é Olírio Alves da Silva, CPF 094.347.129-04. A presente declaração encontra-se justificada conforme parecer jurídico e processo de Dispensa de Licitação.

Correia Pinto, 20 de março de 2014.  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

#### **Dispensa de Licitação - Processo 01/2014 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO N. 01/2014

O Município de Correia Pinto, através da Secretaria de Administração e da Comissão Permanente de Licitação, nos termos do artigo 24, IV da Lei 8.666/93, declara a DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL, PARA ABRIGAR A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. O valor será de 3.361,68 (três mil, trezentos e sessenta e um reais e sessenta e oito centavos) mensais. O contratado é Antonio Senen, CPF 295.374.369-34. A presente declaração encontra-se justificada conforme parecer jurídico e processo de Dispensa de Licitação.

Correia Pinto, 20 de março de 2014.  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

#### **Dispensa de Licitação - Processo 16/2014 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DECORREIA PINTO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO N. 16/2014

O Município de Correia Pinto, através da Secretaria de Administração e da Comissão Permanente de Licitação, nos termos do artigo 24, IV da Lei 8.666/93, declara a DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL, PARA ABRIGAR A MALHARIA PEMATEXX. O valor será de 6.382,80 (seis mil, trezentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos) mensais. O contratado é Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, CNPJ 01.812.756/0001-06. A presente declaração encontra-se justificada conforme parecer jurídico e processo de Dispensa de Licitação.

Correia Pinto, 20 de março de 2014.  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal



**Errata - Pregão Presencial - Processo 15/2014 Pmcp**

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO Nº 15/2014

PREFEITURA

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 – Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA ao edital do Pregão Presencial - Processo n.º 15/2014 PMCP, REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO LEGAL, ATRAVÉS DE CENTIMETRO/COLUNA, PRETO E BRANCO, EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL, CONFORME ANEXO I DO EDITAL, alterando-se o número do processo, onde se lê: "PREGÃO PRESENCIAL – PROCESSO 15/2014 PMCP", passa a ser lido: "PREGÃO PRESENCIAL – PROCESSO 17/2014 PMCP", mantendo-se a mesma data e horário, dia 26/03/2014, às 14:00 horas.

Correia Pinto, 14 de março de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Presidente da Comissão de Licitação

**Pregão Presencial - Processo 01/2014 FUNREBOM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

PROCESSO LICITATÓRIO N. 01/2014

PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO PARA USO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CORREIA PINTO, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL. Tipo: Menor preço por ITEM. Abertura dos envelopes: 02/04/2014 às 14:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br)

Correia Pinto/SC, 20 de fevereiro de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. RODRIGUES ANTUNES

Presidente da Comissão de Licitação

Pregoeiro Municipal

**Pregão Presencial - Processo 18/2014 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PREGÃO PRESENCIAL 18/2014 – PREFEITURA

Objeto: AQUISIÇÃO DE CONTAINER-ESCOLA E CONTAINER COZINHA/REFEITÓRIO PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NAS ESCOLAS MUNICIPAIS. Tipo: Menor preço por ITEM. Entrega dos envelopes: 02/04/2014 às 17:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque

de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br)

Correia Pinto/SC, 20 de março de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Presidente da Comissão de Licitação

Pregoeiro Municipal



# Curitibanos

## PREFEITURA

### Justificativa de Inexigibilidade de Licitação Nº 70/2014

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 70/2014

Referente: Termo de Contrato Nº. 134/2014, firmado entre a Prefeitura Municipal de Curitibanos e A B Promoções e Produções Artísticas e Gravadora Ltda - EPP.

Objeto: Inexigibilidade de licitação para contratação de empresa detentora de Exclusividade do artista Amado Batista e banda, para realização de show no dia 17 de Julho de 2014, na Expocentro/2014, que se realizará durante os dias 17 a 20 de Julho de 2014, conforme parecer jurídico e Contrato, com o valor de R\$ 180.000,00, a ser pago de forma parcelada conforme contrato.

Fundamento da Justificativa:

I - A Expocentro Feira da Indústria, Comércio e do gado em Geral, destina-se a divulgação de produtos do município e proporciona diversão e entretenimento a população.

II - Com o objetivo de proporcionar aos munícipes e visitantes, entretenimento e diversão, o município contrata A B Promoções e Produções Artísticas e Gravadora Ltda - EPP, para apresentação de Amado Batista, no Parque de Exposições, durante a realização da EXPOCENTRO, edição 2014, por tratar-se de profissionais do setor artístico considerados pela crítica especializada, opinião pública e contratado através de empresário exclusivo.

III - A inexigibilidade de licitação prende-se ao fato de que esta administração, tem interesse, na contratação da prestação de serviços mencionada, e por tratar-se de Profissional do Setor Artístico, contratados, através de empresário exclusivo, conforme determina o Art. 25, inciso III da Lei No. 8.666/93, e suas alterações:

“Art. 25 - É Inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

III - Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.”

Pelo Exposto: Atendidos os preceitos do Art. 25 inciso III da Lei nº 8.666/93, e suas alterações, conforme contrato e documentação em anexo, encaminhamos ao Prefeito Municipal, para os devidos fins e decisão final.

Curitibanos, 18 de Março de 2014.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Diego Sebem Wordell

Presidente da Comissão

Cristina Mello Menegotto

Secretário/Membro

Márcia Dominski Penteado

Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 18 de Março de 2014.

Claudio Vieira França

Procurador Geral do Município

Autorização

Diante do que foi fundamentado, autorizo a contratação e recomendo a observância das demais providências legais e pertinentes.

Curitibanos, 18 de Março de 2014.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

### Edital de Leilão Nº 71/2014

EDITAL DE LEILÃO Nº 71/2014

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, devidamente inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, na forma do que dispõe a Lei No. 8.666 de 21.06.93 e suas alterações e Lei Municipal nº 5.152/2014, tornam público que a partir das 09:00 horas do dia 08/04/2014, no auditório da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de leilão, destinado a alienação dos bens móvel abaixo relacionados, de acordo com as condições previstas neste edital:

1: VEÍCULO FORD FUSION, ANO/MODELO 2009/2010, MOTOR 2.5 A GASOLINA, 173 CV, HIDRAMATICO, PLACA MHP 6611, COR PRETO, LEI Nº 5.152/2014. LOCAL PARA VISITA: SECRETARIA DE OBRAS, RUA BENJAMIN CONSTANTE, 459- CENTRO. LANCE INICIAL R\$ 40.000,00. (Quarenta mil reais);

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Correrão por conta do arrematante a regularização dos documentos junto ao Departamento de Trânsito respectivo, ficando isento o município de qualquer destas despesas;

Os bens serão vendidos na forma em que se encontram, não podendo o arrematante alegar desistência por qualquer motivo após a assinatura da ata e encerramento do lance respectivo ao item alienado;

Curitibanos, 18 de Março de 2014.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell

Presidente da CPL

### Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preço Nº 64/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 64/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS, PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DES. RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, DEPARTAMENTO DE CONSELHO TUTAL, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO



E URBANISMO E CORPO DE BOMBEIROS DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 08/04/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 08/04/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 17 de Março de 2014.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

### **Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº 67/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO PARA OS EVENTOS QUE SERÃO REALIZADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA E ADMINISTRAÇÃO NO ANO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 09/04/2014, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 09/04/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas classificadas no Setor de Licitações e Contratos, e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

Curitiba, 18 de Março de 2014.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

### **Edital de Pregão Presencial Nº 15/2014.**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014.

O Fundo Municipal de Educação Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais

vantajosa a esta administração, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA JORNALÍSTICA DE VEICULAÇÃO REGIONAL E SEMANAL PARA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA "JORNAL EDUCAÇÃO E CULTURA" - CONFORME PROJETO DA EDUCAÇÃO E CULTURA EM ANEXO DESTINADO AOS ALUNOS DO ENSINO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, NO PERÍODO DE ABRIL A DEZEMBRO DE 2014, CONFORME ANEXOS DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 08:30 horas do dia 03/04/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 09:00 horas do dia 03/04/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, localizado na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, sito na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 19 de Março de 2014.

Kleberson Luciano Lima  
Presidente do Fundo

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

### **Edital de Concorrência Nº 73/2014**

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 73/2014

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua: Coronel Vidal Ramos 860, devidamente inscrito sob n.ºCNPJ 83.754.044/0001-34 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que estabelece a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de Concorrência, para fornecimento com exclusividade de gás, durante a realização da Expocentro/2014, conforme Legislação Municipal, demais condições previstas neste Edital, minuta de contrato e anexos integrantes que ficam fazendo parte deste edital.

A Comissão Permanente de Licitação receberá a documentação de Habilitação e as propostas de preços dos interessados, devidamente protocoladas no protocolo central da Prefeitura Municipal, a partir da data da publicação do resumo deste edital, no horário de expediente, encerrando-se o prazo de entrega às 13:30 horas do dia 23 de Abril de 2014, na sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e os envelopes contendo as propostas de preços dos interessados serão abertos respectivamente pela Comissão Permanente de Licitação, a partir das 14:00hrs do dia 23 de Abril de 2014.

Curitiba, 19 de Março de 2014.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Presidente da CPL



**Edital de Concorrência Nº 75/2014**

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 75/2014

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua: Coronel Vidal Ramos 860, devidamente inscrito sob n.º CNPJ 83.754.044/0001-34 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que estabelece a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, artigo 105 e seguintes da Lei Orgânica Municipal, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de Concorrência, sob o regime de concessão com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para uso de espaço do Parque Pouso do Tropeiro com a finalidade de instalação de Parque de Diversão, durante a realização da Expocentro/2014, conforme Legislação Municipal, demais condições previstas neste Edital, minuta de contrato e anexos integrantes que ficam fazendo parte deste edital.

A Comissão Permanente de Licitação receberá a documentação de Habilitação e as propostas de preços dos interessados, devidamente protocoladas no protocolo central da Prefeitura Municipal, a partir da data da publicação do resumo deste edital, no horário de expediente, encerrando-se o prazo de entrega às 15:30 horas do dia 23 de Abril de 2014, na sede do Setor de Licitações e contratos da Prefeitura Municipal.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e os envelopes contendo as propostas de preços dos interessados serão abertos respectivamente pela Comissão Permanente de Licitação, a partir das 16:00 horas do dia 23 de Abril de 2014.

Curitibanos, 19 de Março de 2014.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Presidente da CPL

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**Licitação Pregão Presencial N. 2/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2014

O Poder Legislativo do Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a locação de sistemas integrados de gestão pública, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 08:30 horas do dia 01/04/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 09:00 horas do dia 01/04/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a Cel. Vidal Ramos, 860.

Curitibanos, 17 de Março de 2014.

João Flaris Camargo  
Presidente

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

**Contrato 5/2014**

TERMO DE CONTRATO nº 5/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBANOS E IRAN ANTONIO - MEI.

Contrato de prestação de serviços que fazem a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Archias Ganz, 288, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 78.493.632/0001-21, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. João Flaris Camargo, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e de outro lado IRAN ANTONIO - MEI, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 14.227.062/0001-45, neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, com sede na cidade Curitibanos SC, sito a rua Barão do Rio Branco, 259, bairro Centro, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93, têm entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

O presente Contrato tem por objeto: LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM PARA UTILIZAÇÃO EM REUNIÕES LEGISLATIVAS ITINERANTES NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS CONFORME ROL DE EQUIPAMENTOS EM ANEXO.

**CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO**

O prazo do presente contrato terá início na data da sua assinatura, com término previsto para o dia 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado, em acordo com o art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, e alterações.

**CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO E PAGAMENTOS**

I. A Câmara estima pagar a Contratada a importância total de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), valor a ser pago em parcelas de serviço (reuniões), conforme fatura de prestação de serviços, com uma previsão de prestação de serviços de 8 (oito) reuniões.

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos através de recursos constantes na LOA da Câmara do ano de 2014, previstos em projeto atividade e de acordo com as qualificações orçamentárias a seguir:

II. A despesa para pagamento do objeto licitado correrá por conta da Dotação Orçamentária:

Entidade 10 – Câmara Municipal de Curitibanos

Órgão 01.00 – Poder Legislativo

Unidade 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Projeto/Atividade 2.001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal

3.3.90.39.12.00.00.00 – Locação de Máquinas e Equipamentos

Serão realizados pagamentos, mediante apresentação das notas fiscais referentes ao serviço prestado. Esta documentação deverá ser entregue na Câmara Municipal até o dia cinco do mês seguinte.

**CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CÂMARA**

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da



**Câmara:**

- I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;
- II. notificar a CONTRATADA por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

**CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas nas Leis nº 8.666, de 21/06/93, 10.520, de 17/07/2002 e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

- I. Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União, e ainda quanto à regularidade de débitos trabalhistas.

**CLÁUSULA SEXTA - GARANTIAS À MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS**

- I. A contratada obriga-se a garantir que os equipamento instalados junto à Câmara, estejam em pleno funcionamento para o bom andamento das atividades.

**CLÁUSULA SÉTIMA - ÔNUS FISCAIS**

Constitui, também, obrigação da CONTRATADA o pagamento de todos os tributos, fretes, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre este CONTRATO.

**CLÁUSULA OITAVA - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO**

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único: É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula "Não a Ordem", tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

**CLÁUSULA NONA – PENALIDADES**

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo Fundo ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

- I - Advertência;
- II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;
- III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- Parágrafo Primeiro: As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.
- Parágrafo Segundo: Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica a Câmara desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos da CONTRATADA, o valor da multa devida.

**CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO**

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

- I. por ato unilateral e escrito pela Câmara, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

- II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;

- III. por via judicial, nos termos da legislação.

- IV – No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro: Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto na legislação pertinente.

Parágrafo Segundo: Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS**

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro: Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços.

Parágrafo Segundo: A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO**

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 13 de março de 2014.

João Flaris Camargo  
Presidente da Câmara de Vereadores

IRAN ANTONIO MEI  
Contratado

**PROCURADORIA JURÍDICA DA CÂMARA**

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com as Leis Federais Nº. 8.666/93 e 10.520, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da Lei 8.666/93 o dou como aprovado.

Curitiba, 13 de março de 2014.

Luiz Adolfo Tadeu Ceolla  
Procurador Jurídico da Câmara



**Licitação Pregão Presencial N. 2/2014****ERRATA****EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 2/2014**

No termos da Lei Federal nº 10.520/2002 e 8.666/93 e demais legislação aplicável, o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba, pessoa jurídica de direito público com sede na rua Archias Ganz, 288, centro, Curitiba/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 78.493.632/0001-21, faz saber a todos os interessados que estará promovendo certame licitatório, com observância das Leis Federais aplicáveis e das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1 OBJETO: A presente licitação tem por objeto a locação de sistemas integrados de gestão pública.

1.2 - MODALIDADE: - Pregão Presencial.

1.3 - TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL – EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

1.4 - PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS: conforme especificado no ANEXO I.

1.5 - LOCAL DE ENTREGA DOS SERVIÇOS: conforme especificado no ANEXO I.

1.6 - LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.6.1 – LOCAL: Rua Coronel Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS).

1.6.2 - DATA: 01/04/2014.

1.6.3 – ENTREGA E PROTOCOLO DOS ENVELOPES: 01/04/2014 ÀS 08h30min NO PROTOCOLO CENTRAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS.

16.4 - CREDENCIAMENTO: 01/04/2014 ÀS 09h00min.

16.5 - ABERTURA DOS ENVELOPES: 01/04/2014 ÀS 09h00min.

**1.7 - RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes da Aquisição do objeto deste edital correrão as expensas da(s) seguinte(s) dotação Orçamentária(s):

Entidade 10 – Câmara Municipal de Curitiba

Órgão 01.00 – Poder Legislativo

Unidade 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Projeto/Atividade 2.001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal

3.3.90.39.08.00.00.00 – Manutenção de Softwares

3.3.90.39.11.00.00.00 – Locação de Softwares

**1.9 - DOS ANEXOS:**

Anexo I – Termo de Referência e Condições gerais de execução dos serviços;

Anexo II – Orçamento Estimado dos Itens Licitados;

Anexo III – Minuta do Contrato.

**02. DO FORNECIMENTO DO EDITAL**

2.1 - O edital e demais documentos poderá ser consultado ou adquirido por qualquer interessado na rua Coronel Vidal Ramos, 860, centro, Curitiba/SC, Prefeitura Municipal de Curitiba, sala de contabilidade, ou através do site [https://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/camaras/curitiba-sc/ly\\_1/contem.pl](https://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/camaras/curitiba-sc/ly_1/contem.pl), link

Editais de Licitação.

2.2 - Caso haja interesse na obtenção do edital este será entregue a qualquer interessado até o dia da sessão, no horário e local especificado no item 1.6 do referido edital.

2.3 - Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido.

**03. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:**

3.1– Poderão participar do presente certame todas as empresas interessadas com atuação em ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste edital.

3.2 – É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) Pessoa física;

b) Empresa em regime de subcontratação, ou ainda, em consórcio;

c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

d) Empresa que estiver sob falência, concurso de credores, dissolução ou processo de liquidação;

e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com o órgão licitante, bem como empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal.

**04. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS****4.1 – DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO**

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem os seguintes documentos:

**4.1.1 - Quanto à habilitação jurídica:**

a) Registro comercial, no caso de firma individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes devidamente registradas, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, a ata registrada da assembléia de eleição da diretoria;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) Declaração de Idoneidade e de Inexistência de Fatos Impeditivos da Habilitação;

e) Declaração de cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

**4.1.2 Quanto à regularidade fiscal:**

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Dívida ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais) dentro do prazo de validade ou equivalente, na forma da lei;

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual dentro do prazo de validade ou equivalente, na forma da lei;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal dentro do prazo de validade ou equivalente, na forma da lei;

d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND do INSS);

e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS).

f) Prova de regularidade relativa aos Débitos Trabalhistas.

**4.1.3. Quanto à qualificação econômico-financeira:**

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis apresentados na forma da lei, que



comproven a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais (citar o índice de atualização, quando for o caso), quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta;

b) Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo distribuidor da Comarca, sede do licitante, com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias da abertura dos envelopes, quando não constar em seu corpo a validade.

#### 4.1.4. Quanto à qualificação técnica:

a) Comprovação de Aptidão para desempenho de Atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, mediante apresentação de atestado de aptidão técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente licenciou softwares similares aos requisitados no presente certame.

4.1.5 - As certidões que não apresentarem o prazo de validade em seu corpo serão consideradas válidas desde que emitidas com antecedência máxima de até 60 (sessenta) dias da data prevista para a apresentação dos envelopes "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO".

4.1.6 - Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, pelo Pregoeiro ou Membros da Equipe de Apoio.

4.1.7 - A autenticação dos documentos pelo Pregoeiro ou Membros da Equipe de Apoio, de que trata a parte final do item 4.1.7 poderá ser feita inclusive durante as sessões, desde que o proponente tenha enviado a cópia no envelope-documentação e apresente o original até o momento da análise dos respectivos documentos.

4.1.8 - Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do PREGOEIRO.

4.1.9 - O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será inabilitada.

4.1.12 - Não será aceito protocolo de entrega ou solicitação de substituição de documento àquele exigido no EDITAL e seus ANEXOS.

4.1.13 - Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

#### 4.2 - DOS PROCEDIMENTOS

4.2.1 - Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

4.2.2 - Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos que integram o dossiê apresentado.

4.2.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante

importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

4.2.4 - O acolhimento do recurso invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

4.2.5 - O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

#### 05. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

##### 5.1. DOS ENVELOPES:

5.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes fechados, com as seguintes especificações e endereçamento:

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA E ENDEREÇO  
EDITAL PREGÃO Nº 02/2014  
ENVELOPE Nº. 01 - PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA E ENDEREÇO  
EDITAL PREGÃO Nº 02/2014  
ENVELOPE Nº. 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1.3. O Envelope nº. 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 5.2 deste Edital.

5.1.2. O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 04 deste Edital.

##### 5.2. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.2.1. A Proposta de Preços deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, preferencialmente em papel timbrado da licitante ou impressa por processo eletrônico, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente, devidamente assinada pelo representante legal ou convencional da empresa.

5.2.2. Na proposta de preços deverão constar, sob pena de desclassificação:

a) cotação para os itens dispostos no Anexo II, não sendo aceita oferta de fornecimento de itens parciais do objeto licitado;

b) declaração, sob as penas da lei, que a solução técnica proposta atende as exigências mínimas contidas no Anexo I, bem como os módulos ofertados permitem abrir mais de uma opção do menu principal, simultaneamente, sem a necessidade de se fazer novo acesso ao sistema, possuindo help 'online', sensível ao contexto, sobre o modo de operação de cada uma das tarefas, contendo tópicos remissivos para detalhamento de um determinado assunto, permitindo o cadastro e o processamento de relatórios em lotes de um ou mais relatórios, agrupando todos em um único arquivo numerado, permitindo enviar as informações previamente processadas por e-mail, que podem ser no formato TXT ou HTML, notadamente para comunicar gestores e controladores acerca de situações que podem caracterizar fraudes ou atos de improbidade, bem como no sentido de que os sistemas rodam em ambiente desktop, sem o uso de links de internet, sendo hospedados no servidor interno do órgão licitante, ressalvados os módulos expressamente requisitados em outros ambientes/arquiteturas.

c) declaração de ciência da obrigação de contratual de manter os softwares licitados em acordo com as exigências de ordem legal federal e estadual, independentemente do consentimento de terceiros que possam deter direitos de propriedade intelectual sobre os softwares a serem ofertados.

5.2.3. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

5.2.4. Na formulação da proposta, a licitante deverá computar todos os custos relacionados com o fornecimento, ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.



5.2.5. As propostas apresentadas serão consideradas válidas por 60 (sessenta) dias contados da sua apresentação.

### 5.3. FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.3.1 O software deverá ser instalado pela contratada, na sede do órgão licitante num prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato, sendo certo que todas as despesas necessárias correrão exclusivamente por conta da Contratada.

5.3.2 Todas as despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto do termo de contrato correrão exclusivamente por conta da contratada, inclusive aquelas relacionadas com os programas em si, os serviços de instalação, funcionamento, conversão total de dados, apresentação, treinamento de pessoal, além dos deslocamentos, diárias, estadias, e, custo com pessoal para atendimentos técnicos in-loco, quando requisitado pela Câmara Municipal.

5.3.3 A Contratada poderá alterar os seus procedimentos, em função dos avanços tecnológicos e outros motivos, desde que venham a otimizá-los, devendo para isso, obter a autorização prévia da Administração Municipal.

5.3.4 A Contratada deverá obrigatoriamente fornecer, sem qualquer ônus para a Contratante, todos os itens de apoio à implantação do Sistema.

5.3.5 No caso de necessidade de atendimento in-loco, a Câmara Municipal notificará a contratada que terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias horas dê início ao atendimento requisitado.

5.3.10 Imediatamente após a assinatura do termo de contrato, a contratada deverá dar início aos trabalhos de implantação do sistema. O prazo máximo para que o sistema esteja totalmente implantado e plenamente operante em todas suas funções, não poderá ser superior a 30 dias, contados da data da assinatura do termo de contrato.

5.3.11 Depois de implantado o sistema a empresa contratada deverá realizar a apresentação oficial do sistema aos usuários e técnicos da Câmara Municipal, visando apurar o efetivo atendimento de todas as condições exigidas pelo edital, e, o funcionamento pleno do sistema.

5.3.12 Constatadas irregularidades no funcionamento do sistema, a Câmara Municipal poderá determinar à contratada a correção da falha, devendo o sistema ser adequado inteiramente ao exigido pelo edital, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

5.3.13 No caso de recusa da empresa em corrigir o problema, na reincidência, ou mesmo em caso de ultrapassado o prazo concedido, a Câmara Municipal poderá, com fundamento nos artigos 77, e 78 na Lei nº 8.666/93, determinar a rescisão unilateral do contrato, e aplicar à contratada as penalidades legais previstas

5.3.14 O software deve permitir a importação e consolidação dos dados com o banco geral de dados do Município de Curitiba, independentemente da empresa prestadora de serviços.

### 6 – DO CREDENCIAMENTO

6.1 - Aberta a sessão publica com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

6.2 – O credenciamento far-se-á por meio de documento publico de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, negociar a redução de preço desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos

pertinentes a certame.

6.2.1 – Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do ato constitutivo da proponente ou outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

6.3 – Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento publico de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

6.4 - Será admitido somente um representante por proponente.

6.5 - A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO, exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

6.6 - Desenvolvido o CREDENCIAMENTO das proponentes que comparecerem, o PREGOEIRO declarará encerrada esta etapa/fase, iniciando-se o procedimento seguinte consistente no recebimento/conferencia da declaração exigida neste edital.

### 7 - DO RECEBIMENTO DA DECLARACAO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITACAO, DA DECLARACAO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, SE FOR O CASO E DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITACAO

7.1 – A etapa/fase para recebimento da DECLARACAO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITACAO E DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITACAO será levada a efeito tão logo se encerre a fase de CREDENCIAMENTO.

7.1.1 – A DECLARACAO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITACAO não deve integrar os ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, constituindo-se em DOCUMENTO a ser fornecido separadamente; fica facultada a utilização do modelo constante do anexo VI. A DECLARACAO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS DO ANEXO VII, SE FOR O CASO, SERÁ RECEBIDO EXCLUSIVAMENTE NESTA OPORTUNIDADE.

7.2 – Iniciada esta etapa/fase, o PREGOEIRO receberá e examinará a DECLARACAO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITACAO

7.2.1 – A ausência da referida declaração ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente neste PREGÃO, impossibilitando, em consequência, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

7.2.2 – O atendimento desta exigência é condição para que a proponente continue participando do PREGÃO, devendo proceder, em seguida, à entrega dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO .

### 8 - DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

8.1 - Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da "Abertura das Propostas", selecionando as licitantes aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das licitantes e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

8.2 - Executada a fase de classificação e ordenação das propostas de que trata o subitem anterior, o Pregoeiro abrirá a fase competitiva de lances.

8.2.1 -A princípio, participarão da etapa competitiva a proponente



da proposta de menor valor e os titulares das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores ao do menor valor ofertado, oportunizando a renovação das mesmas com o oferecimento de valores inferiores aos propostos inicialmente.

8.2.2 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nestas condições, será permitido o proponente das 3 (três) melhores ofertas, independente de seus valores, a formulação de lances, até que se obtenha um valor mais vantajoso para a Administração.

8.2.3 A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da licitante da etapa e na manutenção do último preço apresentada pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

8.2.4 Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração, segundo o critério menor preço por item.

8.2.5 Os lances ofertados pelos participantes deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

8.2.6 Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

8.2.7 Caso não se realize lance, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

8.2.8 Nas situações previstas nos subitens 8.2.3. e 8.2.7., deste edital, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.

8.3 – Somente será(ão) aceito(s) LANCE(S) VERBAL(IS) que seja(m) inferior(es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido, observado(s) o(s) seguinte(s) limite(s) mínimo(s) de redução: R\$ 100,00 (cem reais).

8.4 - Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando a análise da aceitabilidade das melhores propostas.

8.5 - A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor valor global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste edital e em seus Anexos.

8.6 - Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

8.6.1 - Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

8.6.2 - Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

8.6.3 - Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

8.7 - Será admitida a apresentação pela licitante de somente um envelope de proposta de preços para cada um dos lotes/itens licitados.

8.8 – Será declarado vencedor do item a proponente que propor o menor preço pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital; A classificação se fará por item, pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

8.9 - Para efeito deste Edital e a critério do Pregoeiro serão

desclassificadas as propostas que:

a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;  
b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúvida interpretação, que dificultem o seu julgamento;

c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;  
d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

8.10 – Havendo propostas ou lances, conforme o caso, de microempresa ou empresa de pequeno porte, com intervalo de até 5% (cinco por cento) superiores à licitante melhor classificada no certame, serão essas consideradas empatadas, com direito de preferência pela ordem de classificação, nos termos do art. 44, da lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para oferecer proposta.

8.11 – O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.12 – Não sendo exercido o direito de preferência com apresentação de proposta/lance inferior pela microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme o caso, no prazo de 05 (cinco) minutos, após o encerramento de lances a contar da convocação do pregoeiro, ocorrerá a preclusão e a contratação da proposta originalmente mais bem classificada, ou revogação do certame.

8.13 – O intuito da preferência da contratação no exame das propostas previsto no presente edital, somente se aplicará na hipótese da proposta inicial não ter sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte. Havendo equivalência de valores no intervalo estabelecido no subitem 8.1 será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta.

8.13.1 – Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

8.14 – O órgão licitante reserva-se o direito de aceitar as propostas que lhe parecerem vantajosas no seu todo ou em parte, rejeitar as que entender omissas ou falhas, sugerir a revogação ou anulação da presente licitação, de acordo com a Lei, sem que por este motivo tenha que responder por qualquer indenização ou compensação.

8.15 - A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou mesmo anulá-la, de ofício ou por provocação de terceiros, sem que caibam às licitantes quaisquer indenizações.

## 9 - DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

9.1 - Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas.

9.2 – O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

9.3 – Aberto o invólucro “documentação” em havendo restrição quanto a regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 02 (dois) dias úteis à microempresa ou empresa de pequeno porte, para sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO.

9.4 – A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 9.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das sanções previstas no item 14 do edital, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

9.5 - Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a licitante que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.



9.6 - Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o pregoeiro fará a imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

## 10 - DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

10.1 - Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação com a adjudicação do objeto ao ofertante da melhor proposta, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

10.2 - Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, com imediata emissão da confirmação, que discriminará e documentará as condições específicas para a contratação.

## 11 - DOS RECURSOS

11.1 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessados poderão solicitar esclarecimentos, requerer providências ou formular impugnação escrita contra cláusulas ou condições do edital.

11.2 - Se o resultado da decisão não for aceito qualquer licitante na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, poderá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata.

11.2.1 - A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

11.2.2 - Presentes os pressupostos da admissibilidade, o pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3 (três) dias corridos para a apresentação das razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar impugnações ao recurso, em igual número de dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

10.2.3 - O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

11.3 - Os recursos deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que no prazo estabelecido no item 11.2.2 deste edital, proceda a sua entrega ao pregoeiro responsável pela licitação.

11.4 - Não serão aceitos recursos interpostos através de Fac-símile, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa licitante.

11.5 - O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

11.6 - Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões de seu improvimento, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

11.7 - A inocorrência de imediata manifestação da licitante quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

## 12 - DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 - Resolvido os recursos eventualmente formulados, o Pregoeiro encaminhará o processo da licitação à autoridade competente, para homologação do resultado e convocação da licitante vencedora para assinatura do contrato ou retirada de documento

equivalente, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

12.2 - A invalidação do procedimento licitatório induz à do respectivo contrato.

## 13 - CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

13.1 - O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias a contar da intimação para assinatura do contrato.

13.2 - No interesse da Administração, o valor do contrato decorrente desta licitação poderá ser acrescido ou reduzido em até 25% (vinte e cinco por cento), com o aumento ou supressão dos quantitativos correspondentes, sem que disso resulte para a licitante vencedora direito a qualquer reclamação ou indenização.

13.3 - Na hipótese da ocorrência de atrasos nas entregas decorrentes de motivo de força maior (fatores imponderáveis), os fatos deverão ser submetidos, por escrito, ao Órgão licitador, com as justificativas correspondentes, para análise e decisão, desde que dentro do prazo estabelecido para a sua entrega.

13.4 - A justificativa não é causa excludente de penalização, quando imotivada.

13.5 - Caso seja verificada a impropriedade do(s) serviço(s) no ato da entrega, o(s) mesmo(s) será (ão) imediatamente rejeitado(s), no todo ou em parte, a critério do setor responsável pelo seu recebimento, sendo o fornecedor notificado a proceder a sua substituição, no mesmo prazo fixado inicialmente para a entrega, concedendo-lhe, ainda, 05 (cinco) dias úteis para a retirada do(s) material (is) ou produto(s) rejeitado(s).

13.6 - Se a retirada não ocorrer no prazo referido no subitem acima, o fornecedor arcará com todos danos derivados.

13.7 - A recusa da adjudicatária em entregar o(s) serviços(s) no prazo fixado na convocação caracterizará inadimplência das obrigações contratuais, sujeitando-a as penalidades previstas neste Edital e na legislação vigente.

13.8 - Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, o processo licitatório retornará ao Pregoeiro para convocação das licitantes remanescentes na apresentação da documentação de habilitação para exame, respeitada a ordem de classificação das propostas, e assim sucessivamente, até apuração de uma que atenda aos requisitos do Edital.

13.9 - Transcorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega dos envelopes propostas, sem a convocação para a contratação, ficam as proponentes liberadas dos compromissos assumidos na licitação, salvo se ratificadas as condições da proposta até o vencimento desse prazo, por igual período.

13.10 - O fornecedor deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

## 14 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades;
- Multa administrativa no percentual de 0,1% do valor mensal do contrato, por dia de atraso na entrega do(s) material (is) ou produto(s) adjudicado(s), a contar do primeiro dia útil para ele fixada, limitada a 2% (dois por cento) do valor global contratado;
- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da



lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

14.2 - Estará também sujeito à penalidade prevista na alínea "c" do item anterior a licitante que fizer declaração falsa do atendimento aos requisitos de habilitação exigidos no edital;

14.3 - Pela inadequabilidade do(s) serviço(s) entregue(s) o fornecedor sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao quantitativo rejeitado;

14.4 - Pela recusa do adjudicatário em retirar e/ou assinar o instrumento formalizador da avença, este ficará sujeito ao pagamento de 2% (dois por cento) do valor total do fornecimento, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.

14.5 - As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às licitantes remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer destas empresas.

14.6 - Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas no Órgão Licitador, em até 5 (cinco) dias úteis contados de sua publicação oficial, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente em favor da empresa sancionada.

## 15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a licitante, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

15.2 - No caso de decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização da licitação na data fixada neste edital, fica a mesma prorrogada para o próximo dia útil, prevalecendo o horário estabelecido.

15.6 - O Órgão licitador poderá suspender, ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

15.7 - As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro da comarca de Curitiba, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

## 16 – FORMA DE PAGAMENTO

16.1 - Todos os pagamentos cumpriram todas as determinações da Lei nº 9.711/98 e O.S, e demais legislações aplicáveis a espécie sendo efetuados conforme descrito abaixo:

16.2 - A Câmara efetuará o pagamento dos serviços executados por meio de crédito em conta bancária documento de pagamento (somente via eletrônica), observadas as demais disposições em até 30 dias e conforme documento de pagamento.

16.3 - À Câmara reserva-se o direito de reter o pagamento até a atualização dos documentos de regularidade fiscal (cnd's) até a sua apresentação, durante toda a execução do contrato.

16.4 - A CONTRATADA entregará no protocolo da Câmara, a Nota Fiscal referente à prestação dos serviços relativos ao objeto deste CONTRATO.

16.5 - Caso a Câmara não efetue o pagamento da forma prevista, aos valores devidos poderão ser acrescidos de juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, "pro rata tempore", calculados desde o dia do vencimento até a data da efetiva liquidação.

## 17 – CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS, DA REVISÃO OU REAJUSTE DOS PREÇOS E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

17.1 – Os Preços apresentados serão apresentados em preços unitários e global.

17.2 - Os valores contratados serão corrigidos de acordo com o

IGP-M acumulado no período de 12 (doze) meses.

17.3 - O contrato terá vigência de até 48 meses, em acordo com o art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, e alterações.

Curitiba, 17 de Março de 2014.

Autorizo:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBANOS  
JOÃO FLARIS CAMARGO  
PRESIDENTE

## PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA

O presente Edital cumpre as exigências legais, estando em acordo com as Leis Federais nº. 8.666/93, 8.884/94 e 9.648/98, pelo que, de acordo com o art. 38 parágrafo único da referida Lei, o dou como aprovado.

Curitiba, 17/03/2014.

Luiz Adolfo Tadeu Ceolla

Procurador Geral da Câmara

## ANEXO I

### PROJETO BÁSICO

#### A – DETALHAMENTO DO OBJETO

1. Contratação de empresa especializada em sistemas de informática para Licenciamento de sistemas;
2. Serviços de conversão, instalação, implantação e treinamento;
3. Serviços de suporte técnico, quando solicitado;
4. Serviços de manutenção legal e corretiva dos sistemas implantados.

#### B - SERVIÇOS CORRELATOS E CONDIÇÕES DE SEU RECEBIMENTO.

Os serviços, objeto desta licitação, também compreendem:

##### 1. Migração das Informações em Uso.

1.1. A conversão/migração e o aproveitamento de todos os dados cadastrais e informações dos sistemas em uso são de responsabilidade da empresa proponente, com disponibilização dos mesmos pelo Município. A conversão dos dados contábeis, orçamentários, de compras, licitações e contratos limitar-se-á aos dados do exercício corrente.

1.2. Ao final dos serviços de conversão, comissão especialmente designada pelo Chefe do Poder Legislativo fará testes visando à validação dos dados convertidos como condição essencial à liquidação e pagamento de tais serviços, sem prejuízo da aplicação de penalidades em caso de identificação futura de erros e incorreções.

1.3. O recebimento dos serviços, tratado no item anterior, se dará individualmente para cada base convertida, devendo ser obrigatoriamente ultimado com o acompanhamento do Secretário ou chefe de setor interessado, sendo que tais procedimentos deverão ser formais e instrumentalizados.

##### 2. Implantação (Configuração e parametrização).

2.1. Para cada um dos sistemas/módulos licitados, quando couber, deverão ser cumpridas as atividades de: instalação, configuração e parametrização de tabelas e cadastros; adequação de relatórios e logotipos; estruturação dos níveis de acesso e habilitações dos usuários; adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos critérios adotados por esta municipalidade e ajuste nos cálculos, quando mais de uma fórmula de cálculo é aplicável simultaneamente.

2.2. Acompanhamento dos usuários no prédio sede da Câmara



Municipal do Município, em tempo integral na fase de implantação do objeto.

2.3. Na implantação dos sistemas acima discriminados, deverão ser cumpridas, quando couber, as seguintes etapas:

- Entrega, instalação e configuração dos sistemas licitados;
- Customização dos sistemas;
- Adequação de relatórios, telas, layouts e logotipos;
- Parametrização inicial de tabelas e cadastros;
- Estruturação de acesso e habilitações dos usuários;
- Adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos critérios adotados pelo Município;
- Ajuste de cálculo, quando mais de uma fórmula de cálculo é aplicável simultaneamente.

2.4. O recebimento dos serviços de implantação se dará mediante aceite formal e individual dos sistemas licitados, devendo ser obrigatoriamente antecedido de procedimentos de validação pelo secretário ou chefe de setor onde o sistema foi implantado, sendo que estes deverão ser formais e instrumentalizados em observância às exigências técnicas do edital.

2.5. Todas as decisões e entendimentos havidos entre as partes durante o andamento dos trabalhos e que impliquem em modificações ou implementações nos planos, cronogramas ou atividades pactuados, deverão ser previa e formalmente acordados e documentados entre as partes.

2.6. A empresa contratada responderá pelas perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que por ventura venham a ocorrer nas informações da CONTRATANTE, quando estas estiverem sob sua responsabilidade.

2.7. A empresa contratada e os membros da equipe guardarão sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham a ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas no contrato, respondendo contratual e legalmente pela inobservância desta alínea, inclusive após o término do contrato.

2.8. O prazo para conclusão dos serviços de implantação será de 90 (noventa) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço.

### 3. Treinamento e Capacitação.

A empresa contratada deverá apresentar o Plano de Treinamento ao Departamento de Informática, com no mínimo, 52 (Cinquenta e duas) horas, que deverá ser realizado dentro do prazo de implantação, compreendendo o uso das funções do sistema pertencente a sua área de responsabilidade, conhecimento sobre as parametrizações a serem usadas, uso das rotinas de segurança, de back-up e restores, rotinas de simulação e de processamento, conforme tabela abaixo:

SISTEMA	Nº DE USUÁRIOS	CARGA HORÁRIA
Contabilidade Pública	02	16
Compras e Licitação	01	16
Folha de Pagamento	01	16
Portal da Transparência	02	04

Os Planos de Treinamento - a serem entregues em até cinco dias contados da assinatura do contrato - ainda deverão conter os seguintes requisitos mínimos:

- Nome e objetivo de cada módulo de treinamento;
- Público alvo;
- Conteúdo programático;
- Conjunto de material a ser distribuído em cada treinamento, incluindo apostilas, documentação técnica, etc.;
- Carga horária de cada módulo do treinamento;

- Processo de avaliação de aprendizado;
- Recursos utilizados no processo de treinamento (equipamentos, softwares, filmes, slides, etc.).

3.1. O treinamento para o nível técnico compreendendo: suporte aos Sistemas ofertados, nos aspectos relacionados ao gerador de relatórios e linguagem em que estes foram desenvolvidos, permitindo que a equipe técnica da Câmara Municipal possa efetuar checklist de problemas ocorridos antes da abertura de chamado para suporte do proponente.

3.2. As turmas devem ser dimensionadas por módulo, sendo que cada turma não poderá ter mais de vinte (vinte) participantes.

3.3. Deverá ser fornecido Certificado de Participação aos servidores que tiverem comparecido a mais de 85% (oitenta e cinco por cento) das atividades de cada curso.

3.4. A contratante resguardar-se-á o direito de acompanhar, adequar e avaliar o treinamento contratado com instrumentos próprios, sendo que, se o treinamento for julgado insuficiente, caberá a contratada, sem ônus para o contratante, ministrar o devido reforço.

3.5. O recebimento dos serviços de treinamento se dará mediante aceite formal e individual dos sistemas licitados, devendo contemplar obrigatoriamente a ata dos treinamentos, assinadas pelos participantes, amostragem dos certificados emitidos e relatório de serviços emitido pela empresa contratada.

### 4. Suporte Técnico.

O atendimento a solicitação do suporte deverá ser realizado na sede da Câmara Municipal, por técnico apto a prover o devido suporte ao sistema, com o objetivo de:

4.1. Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos sistemas;

4.2. Auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos, desde que não exista backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança;

4.3. Treinamento dos usuários da Administração Municipal na operação ou utilização do sistema em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc.,

4.4. Elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos sistemas após a implantação e utilização dos mesmos, como: gerar/validar arquivos para Órgão Governamental, Instituição Bancária, Gráfica, Tribunal de Contas, auxílio na legislação, na contabilidade e na área de informática, entre outros.

4.5. Será aceito suporte aos sistemas licitados via acesso remoto mediante autorização previa, sendo de responsabilidade da contratada o sigilo e segurança das informações, devendo ser garantido atendimento para pedidos de suporte telefônico no horário das 8h00min às 18h00min, de segunda a sexta-feira.

4.6. O recebimento dos serviços de suporte técnico in loco se dará mediante liquidação, pelo setor competente, dos serviços indicados em documento próprio da proponente, que pormenorizadamente relate os serviços prestados e o tempo despendido para tanto.

### 5. Especificações gerais da solução pretendida.

- Objetivando um melhor dimensionamento do parque



computacional do ente licitante, no sentido de assegurar-se que todos os computadores da rede interna compartilharão a demanda de processamento de dados gerada pela execução dos aplicativos licitados, desonerando-se o servidor e otimizando o resultado do processamento global, serão obrigatoriamente exigidos aplicativos cujo processamento seja executado na própria estação cliente, mediante a instalação do executável e demais arquivos correlatos diretamente nesta, os quais deverão ser automaticamente atualizados a partir do servidor de banco de dados. Em caráter excepcional, os aplicativos que por sua natureza ou finalidade sejam editacionalmente requisitados em ambiente web ficam desobrigados do atendimento da presente regra.

2. A solução deverá ser multitarefa, permitindo ao usuário, com um único login, acesso a diversas rotinas simultaneamente em uma única janela do aplicativo, podendo minimizá-las e maximizá-las, executando várias consultas ou operações simultaneamente.

3. A solução deverá possuir consulta rápida aos dados cadastrais do sistema, generalizada através de tecla de função, possibilitando o acesso de qualquer local do sistema aos cadastros.

4. Os sistemas/módulos deverão permitir a sua total operabilidade com ou sem uso do mouse (habilitação das teclas "enter" e "tab").

5. Os sistemas/módulos desktop deverão permitir abrir mais de uma opção do menu principal, simultaneamente, sem a necessidade de se fazer novo acesso ao sistema. Por exemplo, manter aberto ao mesmo tempo cadastros e relatórios distintos na mesma janela da barra de ferramentas sem necessidade de novo login.

6. Os sistemas/módulos deverão possuir help 'online', sensível ao contexto, sobre o modo de operação de cada uma das tarefas. Esta documentação deverá conter tópicos remissivos para detalhamento de um determinado assunto. A consulta deverá ser feita por capítulos ou por palavras-chaves que remetam a um determinado trecho da documentação.

7. Deverá permitir o cadastro e o processamento de relatórios em lotes de um ou mais relatórios que terão como saída a impressora ou um arquivo no formato PDF. Deverá ter a característica de agrupar os relatórios em um único arquivo e numerar as páginas dos relatórios de forma que fique contínua.

8. Deverá permitir a personalização do menu dos sistemas desktop pelo usuário, possibilitando:

- Alterar as descrições e teclas de acessibilidade (ALT+);
- Adicionar/alterar a teclas de atalho (CTRL+, SHIFT+, ALT+ etc.);
- Inserir ícones na barra de ferramentas do sistema;
- Inserir menus de acesso rápido para relatórios do sistema ou específicos do usuário;
- Copiar o menu de outros usuários.

9. Possuir o acesso rápido aos relatórios do sistema, de acordo com o cadastro que está aberto, através de tecla de função, possibilitando o acesso de qualquer local do sistema.

Possuir auditoria automática nas tabelas de todos os sistemas:

- Registrar todas as operações de inclusão, exclusão e alteração efetuadas;
- Registrar a data, hora e usuário responsável pela alteração;
- Registrar as informações anteriores para possibilitar a consulta dos dados historicamente, antes da alteração efetuada;
- Dispor de ferramentas de consulta onde seja possível criar consultas através da escolha de campos e tabelas de forma visual, com a geração automática do script de consulta SQL;
- Possibilitar a criação de consulta aos dados das tabelas de auditoria em linguagem SQL com o uso de todos os comandos compatíveis com ela e com o banco de dados.

10. A solução deverá permitir a emissão de relatório ou gráfico referente aos acessos ao sistema, demonstrando os usuários que efetuaram login, data e hora de entrada e saída.

11. Permitir reconstrução do banco de dados, possibilitando minimizar o tamanho do banco de dados, em função das transações que já foram excluídas e continuam ocupando espaço.

12. Permitir realizar backup do banco de dados, com as seguintes funcionalidades:

- Permitir configurar a periodicidade e os usuários que receberão

avisos sobre a necessidade de backup do banco de dados;

- Permitir configurar os usuários que poderão executar o backup do banco de dados;
- Permitir agendamento do backup;
- Permitir efetuar a compactação e descompactação do backup realizado para fins de armazenamento, inclusive quando disparado pelo agendamento;
- Permitir efetuar o backup da base de dados enquanto os usuários estão trabalhando nos sistemas;
- Possibilitar o backup incremental (somente das alterações executadas);
- Possuir relatório de backups efetuados;

13. Permitir enviar as informações previamente processadas por e-mail, que podem ser no formato TXT ou HTML.

14. Permitir configurar hipóteses de "Auditoria", que deverão disparar um e-mail automaticamente, sem intervenção ou possibilidade de ingerência do usuário, ao gestor ou controlador responsável. Por exemplo: criar uma consulta para o sistema da contabilidade onde será enviado um e-mail ao Prefeito caso o limite de gastos com o pessoal seja ultrapassado.

15. Permitir que o usuário crie diversas consultas e agrupe todas em uma única lista de execução do próprio aplicativo, possibilitando ainda que a execução de um script seja agendada através do agendador de tarefas do Windows.

16. Por questões de conveniência, e à exceção dos aplicativos que, por sua finalidade ou natureza, devam funcionar em ambiente web, não serão admitidos aplicativos que rodem na rede interna/intranet a partir de navegadores de internet, de modo a evitar-se que o município fique refém do uso de navegadores de internet compatíveis com a aplicação, ou ainda, que fique refém do uso de versões obsoletas de determinados navegadores compatíveis com a aplicação. A presente especificação visa ainda evitar que os comuns erros dos navegadores (travamento) influenciem na usabilidade da ferramenta, paralisando o aplicativo e exigindo novos logins e perda de tempo operacional, bem como evitar que o processamento de dados seja prejudicado ou desotimizado em face do delay causado pelo processamento excessivo de dados ocasionado pelas comunicações entre usuário x navegador x servidor de aplicativo x servidor de banco de dados x servidor de aplicativo x navegador x usuário.

## C - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS SISTEMAS/MÓDULOS

### 1. SISTEMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA.

1. O Sistema de Contabilidade Pública deverá registrar todos os fatos contábeis ocorridos e possibilitar o atendimento à legislação vigente, à análise da situação da administração pública, e a obtenção de informações contábeis e gerenciais necessárias à tomada de decisões.

2. Efetuar a escrituração contábil nos sistemas Financeiro, Patrimonial e de Compensação em partidas dobradas e no Sistema Orçamentário em partidas simples, de conformidade com os artigos 83 a 106 da Lei 4.320/64, inclusive com registro em livro Diário.

3. Possibilitar a integração com o Sistema de Compras.

4. Gerar relatórios gerenciais de Receita, Despesa, Restos a Pagar, Depósitos de Diversas Origens, Bancos e outros, de acordo com o interesse do Tribunal de Contas, bem como Boletim Financeiro Diário.

5. Elaborar os anexos e demonstrativos do balancete mensal e do balanço anual, na forma da Lei 4.320/64, Lei Complementar 101/00 - LRF e Resolução do Tribunal de Contas.

6. Gerar os razões analíticos de todas as contas integrantes dos Sistemas Financeiro, Patrimonial e de Compensação.

7. Permitir informar documentos fiscais na Ordem de Pagamento.

8. Possibilitar a consulta ao sistema, sem alterar o cadastro original

9. Possibilitar o registro de empenhos por Estimativa, Global e Ordinário.

10. Possibilitar o registro de Sub-empenhos sobre o empenho



Global.

11. Possibilitar a anulação dos empenhos por estimativa no final do exercício, visando a não inscrição em Restos a Pagar.

12. Possibilitar a anulação total e parcial do empenho e o cancelamento da anulação.

13. Possibilitar o controle do pagamento de Empenho, Restos a Pagar e Despesas Extras, em contrapartida com várias Contas Pagadoras.

14. Possibilitar inscrever automaticamente no Sistema de Compensação dos empenhos de Adiantamentos, quando da sua concessão e o lançamento de baixa respectivo, quando da prestação de contas.

15. Controlar o prazo de vencimento dos pagamentos de empenhos, emitindo relatórios de parcelas a vencer e vencidas, visando o controle do pagamento dos compromissos em ordem cronológica.

16. Possibilitar o registro do pagamento total ou parcial da despesa e a anulação do registro de pagamento, fazendo os lançamentos necessários.

17. Possibilitar a inclusão de vários descontos, tanto no fluxo extra-orçamentário como no orçamento, com registros automáticos nos sistemas orçamento e financeiro.

18. Fazer os lançamentos de receita e despesa automaticamente nos Sistemas Financeiro, Orçamentário, Patrimonial e de compensação, conforme o caso.

19. Efetuar o lançamento do cancelamento de restos a pagar em contrapartida com a receita orçamentária, em rubrica definida pelo usuário.

20. Possibilitar o controle de Restos a Pagar em contas separadas por exercício, para fins de cancelamento, quando for o caso.

21. Executar o encerramento do exercício, com todos os lançamentos automáticos e com a apuração do resultado.

22. Emitir Notas de Pagamento, de Despesa extra, de Empenhos e de Sub-empenhos.

23. Emitir ordens de Pagamento de Restos a Pagar, Despesa Extra e de Empenho.

24. Possibilitar a consolidação dos balancetes financeiro das autarquias juntamente com o balancete financeiro da prefeitura.

25. Possibilitar que cada unidade orçamentária processe o respectivo empenho.

26. Possibilitar o controle de despesa por tipo relacionado ao elemento de despesa.

27. Cadastrar e controlar as dotações constantes do Orçamento do Município e das decorrentes de créditos adicionais especiais e extraordinários.

28. Cadastrar e controlar os Créditos Suplementares e as anulações de dotações.

29. Registrar empenho global, por estimativa, ordinário e sub-empenho.

30. Registrar anulação parcial ou total de empenho.

31. Registrar bloqueio e desbloqueio de dotações.

32. Elaborar demonstrativo do excesso de arrecadação e do excesso de arrecadação pela tendência do exercício.

33. Controlar as dotações orçamentárias, impossibilitando a utilização de dotações com saldo insuficiente para comportar a despesa.

34. Emitir as planilhas que formam o Quadro de Detalhamento da Despesa.

35. Possibilitar consultar ao sistema sem alterar o cadastro original.

36. Gerar relatórios gerenciais de execução da despesa, por credores, por classificação, por período de tempo e outros de interesse do Município.

37. Gerar relatórios de saldos disponíveis de dotações, de saldos de empenhos globais e outros de interesse do Município.

38. Possibilitar iniciar os movimentos contábeis no novo exercício mesmo que o anterior ainda não esteja encerrado, possibilitando a atualização automática dos saldos contábeis no exercício já iniciado.

39. Emitir Notas de Empenho, Sub-empenhos, Liquidação, Ordens de Pagamento, Restos a pagar, Despesa extra e suas respectivas notas de anulação, possibilitando sua emissão por intervalo e/ou aleatoriamente.

40. Permitir a anulação total e parcial do empenho, ordens de pagamento, nota de despesa extra-orçamentária e o cancelamento da anulação, possibilitando auditoria destas operações.

41. Emitir relatórios padrão TCE-SC para solicitação de Certidão Negativa.

42. Possibilitar que cada unidade orçamentária processe o respectivo empenho.

43. Possibilitar o controle de despesa por tipo relacionado ao elemento de despesa, permitindo a emissão de relatórios das despesas por tipo.

44. Permitir o cadastramento de fonte de recurso com identificador de uso, grupo, especificação e detalhamento, conforme Portaria da STN ou Tribunal de Contas do Estado.

45. Cadastrar e controlar as dotações constantes no Orçamento do Município e as decorrentes de Créditos Adicionais Especiais e Extraordinários.

46. Permitir que nas alterações orçamentárias possa se adicionar diversas dotações e subtrair de diversas fontes para um mesmo decreto.

47. Registrar bloqueio e desbloqueio de valores nas dotações, inclusive com indicação de tipo cotas mensais e limitação de empenhos.

48. Elaborar demonstrativo do excesso de arrecadação e do excesso de arrecadação pela tendência do exercício, e com possibilidade de emissão consolidada, e agrupando por recurso.

49. Controlar as dotações orçamentárias, impossibilitando a utilização de dotações com saldo insuficiente para comportar a despesa.

50. Emitir as planilhas que formam o Quadro de Detalhamento da Despesa.

51. Gerar relatórios gerenciais de execução da despesa, por credores, por classificação, por período de tempo e outros de interesse do Município.

52. Gerar relatórios de saldos disponíveis de dotações, de saldos de empenhos globais e outros de interesse do Município.

53. Efetuar o controle automático dos saldos das contas, apontando eventuais estourados de saldos ou lançamentos indevidos.

54. Efetuar o acompanhamento do cronograma de desembolso das despesas para limitação de empenho, conforme o artigo 9º da Lei 101/00 – LRF, de 04 de maio de 2000.

55. Possuir relatório para acompanhamento das metas de arrecadação, conforme o art. 13 da Lei 101/00 – LRF de 04 de maio de 2000.

56. Possuir processo de encerramento mensal, que verifique eventuais divergências de saldos, e que após o encerramento não possibilite alterações em lançamentos contábeis já efetuados.

57. Possuir cadastros de Convênios e Prestação de Contas de Convênio, Contratos e Caução.

58. Emitir relatórios demonstrativos dos gastos com Educação, Saúde e Pessoal, com base nas configurações efetuadas nas despesas e nos empenhos.

59. Emitir os relatórios da Contas Públicas para publicação, conforme IN 28/99 do TCU e Portaria 275/00;

60. Emitir relatórios: Pagamentos Efetuados, Razão da Receita, Pagamentos em Ordem Cronológica, Livro Diário, Extrato do Credor, Demonstrativo Mensal dos Restos a Pagar, Relação de Restos a Pagar e de Cheques Compensados e Não Compensados.

61. Possibilitar que os precatórios sejam relacionados com a despesa destinada ao seu pagamento.

62. Permitir gerar arquivos para o sistema do Tribunal de Contas do Estado referente aos atos administrativos, dados contabilizados, dados financeiros e dados do orçamento.

63. Gerar relatório para conferência de inconsistências a serem corrigidas no sistema antes de gerar os arquivos para os Tribunais de Contas.



64. Emitir relatórios com as informações para o SIOPS, no mesmo formato deste.
65. Emitir relatórios com as informações para o SIOPE, no mesmo formato deste.
66. Gerar os arquivos conforme o MANAD – Manual Normativo de Arquivos Digitais para a Secretaria da Receita da Previdência.
67. Permitir o cadastramento de devolução de receita utilizando rubricas redutoras conforme Manual de Procedimentos da Receita Pública da STN.
68. Permitir que seja feita a contabilização do regime próprio de previdência em conformidade com a Portaria 916 do ministério de previdência, com emissão dos respectivos demonstrativos.
69. Possibilitar a emissão de relatório com as deduções para o Imposto de Renda.
70. Possibilitar a emissão de gráficos comparativos entre a receita prevista e arrecadada e a despesa fixada e realizada.
71. Possuir rotina de emissão de cheques para pagamento das despesas, com a possibilidade de efetuar a baixa no momento do pagamento ao fornecedor.

## 2. SISTEMA DE COMPRAS.

1. Possibilitar o acompanhamento dos processos licitatórios desde a preparação até seu julgamento, registrando as etapas de:
  - a. Publicação do processo;
  - b. Emissão do mapa comparativo de preços;
  - c. Emissão das Atas referente Documentação e Julgamento das propostas;
  - d. Interposição de recurso;
  - e. Anulação e revogação;
  - f. Impugnação; Parecer da comissão julgadora;
  - g. Parecer jurídico;
  - h. Homologação e adjudicação;
  - i. Autorizações de fornecimento;
  - j. Contratos e aditivos;
  - k. Liquidação das autorizações de fornecimento;
  - l. Gerar empenhos para a contabilidade e liquidação dos empenhos
2. Possibilitar a separação dos itens do processo e suas respectivas quantidades por centro de custo e por despesa.
3. Permitir montar os itens do processo administrativo, processo licitatório e coleta de preços por lotes.
4. Permitir cadastrar fornecedores, informando: Ramos de atividade - Documentos e certidões negativas - Materiais fornecidos.
5. Emitir Certificado de Registro Cadastral com numeração seqüencial.
6. Permitir utilizar código de materiais por grupo e classe com definição da máscara ou de forma seqüencial, ou seqüencial com grupo e classe.
7. Possuir cadastro de materiais para informar: Material perecível; Material estocável; Material de consumo ou permanente; tipo do combustível; Descrição; Grupo e classe; Dados da última compra como: data, quantidade, preço e fornecedor.
8. Permitir agrupar várias solicitações de compras dos diversos setores para um novo processo licitatório, compra direta ou processo administrativo automaticamente.
9. Controlar as solicitações de compra, não permitindo que usuários de outros centros de custo acessem ou cadastrem solicitações não pertencentes ao seu centro de custo e que a quantidade de cada item possa ser dividida por uma ou mais despesas.
10. Controlar despesas realizadas e a realizar de uma mesma natureza, para que não ultrapasse os limites legais estabelecidos para cada modalidade de licitação.
11. Permitir o controle de gastos por unidade orçamentária através de limites mensais preestabelecidos pelo usuário.
12. Controlar a data de validade das certidões negativas e outros documentos dos fornecedores, com emissão de relatório por fornecedor contendo a relação das negativas vencidas/por vencer.
13. Permitir a integração com sistema de contabilidade, efetuando

os seguintes processos:

- a. Bloqueio do valor da licitação, da compra direta ou do termo aditivo;
- b. Gerar empenhos e liquidações;
- c. Atualizar dados cadastrais de fornecedores e da despesa.
14. Permitir o desbloqueio do saldo remanescente da despesa na geração do último empenho do processo.
15. Possibilitar integração com o sistema tributário para consultar os débitos dos participantes no processo licitatório ou na compra direta.
16. Permitir a gravação, em meio magnético, dos itens do processo licitatório para fornecedores digitar o preço de cada item com leitura dos preços informados e preenchimento automático no cadastro de itens do processo, exibindo os itens em lista ou separados por lotes.
17. Possibilitar consultas de preços, por materiais ou por fornecedores, praticados em licitações ou despesas anteriores.
18. Permitir a consulta dos fornecedores de determinado material ou ramo de atividade.
19. Permitir identificar em quais processos licitatórios determinado fornecedor participou, visualizando sua situação em cada item do processo.
20. Possibilitar a emissão da autorização de compra ou fornecimento por centro de custo, por dotação ou global.
21. Emitir todos os relatórios exigidos por Lei, como por exemplo: Termo de abertura e autorização do processo licitatório; Parecer jurídico e contábil; Publicação do edital; Atas do pregão; Emissão de contratos; Notas de autorização de fornecimento;
22. Emitir o Edital de Licitação.
23. Controlar as quantidades entregues parcialmente pelo fornecedor, possibilitando a emissão de relatório de forma resumida e detalhada, contendo as quantidades entregues, os valores e o saldo pendente.
24. Possibilitar a gravação, em meio magnético dos itens da coleta de preço para cotação pelos fornecedores com leitura dos preços informados e preenchimento automático dos preços dos itens.
25. Permitir o cadastro de compras diretas, informando: Data da Compra; Fornecedor; Centro de Custo; Objeto da Compra; Local de Entrega e Forma de Pagamento
26. Gerar Processos Administrativos ou compra direta pelo preço médio ou menor preço cotado do Registro de Preços.
27. Gerar entrada do material no almoxarifado a partir da liquidação visualizando a movimentação no estoque.
28. Permitir criar e editar modelos de editais, contratos, autorização de compras, atas e outros relatórios desejados a partir dos modelos existentes no sistema.
29. Permitir gerar arquivos para Tribunal de Contas de Santa Catarina relativos as licitações.
30. Permitir que os centros de custos requisitantes de cada item do processo licitatório, seja levado para o contrato de aditivo.
31. Manter histórico das alterações do contrato, informando o de tipo alteração (acréscimo, diminuição, equilíbrio econômico financeiro, prorrogação, rescisão) e se foi unilateral ou bilateral.
32. Registrar a rescisão do contrato ou aditivo, informando: motivo, data do termo e da publicação, valor da multa e indenização, fundamento legal e imprensa oficial.
33. Permitir registrar a suspensão ou rescisão de contrato, controlando a data limite da situação de inabilitado.
34. Possibilitar copiar os itens de um outro processo licitatório, já cadastrado.
35. Possibilitar copiar os itens de uma outra compra direta.
36. Permitir agrupar os itens do processo licitatório por centro de custos.
37. Permitir alterar a data de emissão das autorizações de fornecimento.
38. Possuir cronograma de pagamentos dos contratos, possibilitando controlar a situação (pago, vencido ou a vencer).
39. Possuir cronograma de entrega dos itens dos contratos, controlando a situação (entregue, vencido a vencer).



40. Controlar as solicitações de compra pendentes, liberadas e reprovadas.
41. Emitir relação das licitações informando: Data e hora de abertura, Número, Modalidade, Membros da comissão e Objeto a ser licitado.
42. Permitir o cadastro de comissões Permanente; Especial; Servidores; Pregoeiros; Leiloeiros, informando o ato que a designou, datas de designação e expiração, com membros e funções designadas.
43. Possuir rotina para classificação das propostas do pregão presencial conforme critérios de classificação determinados pela legislação (Lei 10.520/2002).
44. Permitir efetuar lances para a modalidade pregão presencial com opção de desistência e rotina de reabertura de itens e/ou lotes para nova etapa de lances.
45. Possibilitar a emissão da ata do pregão presencial e histórico dos lances.
46. Possibilitar a utilização de critérios de julgamento das propostas em relação à microempresa e empresa de pequeno porte, de acordo com lei complementar 123/2006.
47. Permitir parametrização para numerar a licitação de forma sequencial ou por modalidade, possibilitando alterar a numeração sugerida pelo sistema.
48. Relatórios para divulgação na internet, conforme lei 9.755/98 e Demonstrativo das compras efetuadas conforme art. 16 da Lei 8.666/93.
49. Possibilitar a configuração das assinaturas que serão exibidas nos relatórios.
50. Dispor as Leis 8.666/93 e 10.520/2002 para eventuais consultas diretamente no sistema.

### 3. SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO.

1. Permitir ao Administrador configurar permissões de acesso à menus e permissões referente a Inserção, Alteração e Exclusão diferenciada para grupos de usuários ou usuário individual.
2. Permitir limitar o acesso de usuários às informações de funcionários de determinados grupos funcionais, organogramas e/ou vínculos empregatícios.
3. Flexibilizar as configurações da folha de acordo com a necessidade e método utilizado pelo órgão público.
4. Permitir que se faça o cadastramento das contas bancárias da pessoa. No caso de pessoas físicas, essas contas poderão ser utilizadas no Cadastro de Funcionários para o depósito de salário.
5. Possuir validação do dígito verificador de inscrições do PIS/PASEP e CPF no cadastro de pessoas.
6. Possuir cadastro de bases vindas de outras entidades, possibilitando calcular o INSS e o IRRF do funcionário, já incluindo os valores que o funcionário percebe em outras empresas.
7. Permitir registrar casos de moléstias graves por meio do CID à pessoa, com data inicial e data final quando for o caso. Estas informações servem de base para isenção do I.R.R.F por moléstia grave.
8. Ter controle dos dependentes com datas de vencimento do salário-família, da relação de dependência para o IRRF.
9. Permitir mais de um vínculo empregatício para a pessoa e configurar estes contratos possibilitando informar um vínculo principal com data de admissão anterior ou posterior ao vínculo secundário.
10. Controlar a lotação e localização física dos servidores.
11. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente a admissão do funcionário, através da informação do ato.
12. Permitir indicar para cada funcionário substituto, quem este está substituindo.

13. Ter cadastro de servidores com todos os campos exigidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego e possibilitar, inclusive, a dispensa do livro de registro dos servidores, conforme Portaria nº 41, de 28 de março de 2007.
14. Permitir cadastrar Tipos de Documentos de Funcionários, informando o tipo dos documentos que irão ser gerados na admissão do funcionário. - Cadastro de Documentos de Funcionários, neste cadastro deve-se informar, os documentos solicitados para admissão do funcionário.
15. Permitir que o usuário controle até quatro tipos de previdência para um mesmo servidor automaticamente, sem a necessidade de manutenção todo mês;
16. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente a prorrogação de contrato de servidores com contratos de prazo determinado, através da informação do ato.
17. Permitir a inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para o funcionário, conforme a sua necessidade
18. Permitir o controle dos planos previdenciários ou assistenciais a que cada servidor esteve ou está vinculado, por período, podendo registrar o número da matrícula do servidor no plano.
19. Controlar informações referentes aos estagiários vinculados com a entidade, bem como sua escolaridade e outros aspectos para acompanhamento do andamento do estágio.
20. Possuir cadastro de autônomos que prestam serviços à entidade, permitindo registrar a data e o valor de cada serviço prestado
21. Possibilitar o cálculo diferenciado para transportadores autônomos conforme legislação e sua informação para SEFIP, inclusive com percentual diferenciado.
22. Ter o controle dos períodos aquisitivos de férias integrado com o RH, controle dos lançamentos e suspensões por funcionário.
23. Controlar os períodos aquisitivos de férias em relação a quantidade de dias disponíveis para o gozo de férias e informar a data prevista para o início do gozo de férias.
24. Permitir programar o gozo e pagamento das férias antecipadamente.
25. Permitir a criação de períodos aquisitivos configuráveis em relação ao período aquisitivo, período de gozo e cancelamentos ou suspensões dos períodos
26. Permite registrar os vínculos previdenciários dos funcionários, planos, matrículas e período de permanência. Entende-se por vínculo previdenciário: o plano previdencial ou assistencial ao qual o funcionário esta vinculado.
27. Possuir cadastro de processos judiciais que permita que sejam cadastrados os processos judiciais e as reclamações trabalhistas dos funcionários para posterior geração do arquivo SEFIP com código de recolhimento 650.
28. Permitir realizar validações que não permitam inserir na mesma configuração de férias, dois tipos de suspensão de férias que utilizem o mesmo tipo de afastamento.
29. Permitir calcular os dias úteis e afastamentos dos funcionários com 30 dias
30. Garantir que as alterações realizadas irão acompanhar os cálculos de provisão.



31. Ter o cadastro de classificação institucional de órgão, unidade e centro de custos integrado com o RH

32. Permitir a inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para a classificação institucional, conforme a sua necessidade

33. Registrar os dados dos locais de trabalho, onde efetivamente os funcionários desempenham suas atividades laborais.

34. Registrar os tipos de administração. Entende-se por tipo de administração as várias formas de gerenciamento das entidades.

35. Permite configurar de modo a cadastrar, consultar, alterar e excluir sindicatos que representam as diferentes classes de funcionários existentes na entidade.

36. Permitir registrar os possíveis tipos de cargos utilizados.

37. Ter o Cadastro de Cargos integrado com o RH

38. Permitir diferentes configurações de férias por cargo

39. Permitir configurar se o funcionários alocados nos cargos terão direito a 13º salário

40. Permitir o controle de vagas do cargo, por secretaria e relacionar com os níveis salariais e atribuições do cargo.

41. Permitir informar o nível de escolaridade mínimo exigido para o cargo, informando ao usuário se for cadastrar algum servidor que não tenha o nível mínimo exigido.

42. Permitir o controle de níveis salariais do cargo, como as variações de classes e referências, formando um plano de carreira do servidor com a finalidade de nivelar os salários de certos grupos funcionais.

43. Permitir para os níveis salariais no campo "Máscara da Classe" e para o campo "Máscara referência" setar várias configurações de máscaras.

44. Cadastrar níveis salariais, permitindo definir a ordem de progressão das classes e referências, informar uma classe ou referência com tamanho menor que a mascara definida no plano salarial.

45. Permitir "Controlar vagas do cargo por concurso" via parâmetro. Quando marcado, aceita que o sistema controle o número de vagas do cargo, no concurso pelo qual o funcionário foi nomeado. Quando desmarcado, o controle será feito exclusivamente pela quantidade de vagas do cargo.

46. Possuir processo de progressão salarial automatizado

47. Manter as respectivas informações de progressão salariais registradas no histórico salarial do servidor, com os atos publicados para cada servidor ao longo de sua carreira.

48. Permitir a inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para o cargo, conforme a sua necessidade.

49. Permitir a configuração de movimentações de pessoal, conforme a solicitação do Tribunal de Contas.

50. Registrar todas as movimentações de pessoal do servidor, tais como: alterações salariais, alterações de cargo, admissão, rescisão, aposentadoria, afastamentos.

51. Registrar os históricos dos processos de requerimentos de aposentadorias e pensões.

52. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente ao requerimento de aposentadorias e pensões, através da informação do ato.

53. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente concessão de benefícios de pensão, através da informação do ato.

54. Ter controle de pensionistas permitindo indicar se a pensão é por morte ou judicial, e neste caso, possibilita o encerramento da pensão.

55. Calcular automaticamente os valores referentes as pensões, cancelando automaticamente este cálculo ao ser informada a data de encerramento da pensão.

56. Permitir a inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para o Pensionista, conforme a sua necessidade.

57. Calcular o reajuste de valores dos eventos de pensão e aposentadoria informados no Cadastro de Processos de Pensões e Aposentadorias.

58. Permitir o controle da concessão e desconto de vales-transporte e mercado.

59. Permitir configurar operadoras e planos de assistência médica que a entidade possui para planos coletivos empresariais, controlar as despesas de mensalidades quanto despesas extraordinárias, estes recursos também serve de base para a DIRF.

60. Permitir integrar os valores de folha de pagamento com as contas, elementos, despesas e recursos do sistema de contabilidade pública.

61. Permite copiar despesas do ano do registro que estiver selecionado no Cadastro de despesas do para o ano que você desejar para que seja exportado para o sistema contábil.

62. Permitir especificar as classificações das origens dos recursos financeiros, sendo que cada instituição terá que implementar seus programas de trabalhos.

63. Permitir a configuração das tabelas mensais de cálculo, podendo o usuário incluir novas tabelas, definir a quantidade de faixas e ainda nomear essas tabelas de acordo com sua necessidade (INSS, IRRF, salário família, piso salarial, entre outras).

64. Permitir a configuração de quais proventos e descontos devem ser considerados como automáticos para cada tipo de cálculo (mensal, férias, complementar, etc.) e adicionar as restrições para o cálculo.

65. Permitir a configuração de todas as fórmulas de cálculo em conformidade com o estatuto dos servidores municipais.

66. Permitir o cadastro das informações "PNE" e "Consid invalidez parcial" no "Cadastro de Tipos de Salário-Família", onde deverá ser informado as regras para portadores de necessidades especiais conforme o tipo de salário-família.

67. Permitir a configuração dos tipos de bases de cálculo utilizados;

68. Possibilitar a configuração das formas de alteração salarial de modo que seja possível efetuá-las em conformidade com o estatuto do órgão;

69. Permitir a inclusão e configuração de motivos de rescisão e respectivas verbas rescisórias, assim como respectivos códigos a serem gerados para RAIS, CAGED, SEFIP e saque do FGTS.



70. Permitir a configuração dos proventos para cálculos de férias, rescisão, 13º salário, abono pecuniário e aviso prévio referentes às médias e vantagens percebidas pelos servidores.

71. Possibilitar a configuração de quais afastamentos, qual a quantidade de dias afastados e se esta quantidade de dias é contínua, para que o período de aquisição de funcionário seja cancelado

72. Possibilitar a configuração de quais afastamentos, qual a quantidade de dias afastados e se esta quantidade de dias é contínua, para que o período de aquisição de funcionário seja postergado

73. Permitir a configuração de Férias, informando para cada configuração quantidade de meses necessários para aquisição, quantidade de dias de direito a férias a cada vencimento de período aquisitivo, quantidade de dias que podem ser abonados, configuração de descontos de faltas, ou seja, informar para cada configuração de férias as faixas para descontos de faltas em relação aos dias de direito do período aquisitivo.

74. Permite cadastrar as informações configuradas para os proventos e descontos a serem utilizados na feração do "Arquivo Homolognet e TRCT – Portaria 1621/2010".

75. Permitir deixar gravado a seleção/filtragem de relatórios rotineiros.

76. Permitir configurar a máscara a ser utilizada na classificação institucional de órgão, unidade e centro de custos

77. Configurar os vínculos empregatícios que representam a ligação dos funcionários com a entidade.

78. Configurar os tipos de situações de afastamento do funcionário para base de cálculo, processos do sistema (férias, licenças, adicionais, etc), tempo de serviço para aposentadoria.

79. Possuir rotina para processamento de cálculo mensal e adiantamento.

80. Possuir rotina para processamento de cálculo complementar.

81. Possuir rotina para processamento de 13º salário adiantado e integral.

82. Possuir rotina de cálculo automático de rescisão para funcionários com vínculo de prazo determinado, na competência em que expira o contrato.

83. Emitir o cálculo no mês de Fevereiro proporcional a 28/29 dias, caso o mês de admissão ou demissão seja Fevereiro.

84. Possuir rotina para processamento de cálculos de férias individuais e férias coletivas.

85. Permitir o desconto de faltas no pagamento das férias.

86. Permitir o pagamento do 13º salário simultaneamente com as férias.

87. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente as férias dos servidores, através da informação do ato.

88. Permitir que o pagamento de 1/3 de férias seja integral em cálculo de férias fracionadas. Serve para os cadastros de férias individual, coletiva e programada, onde deve-se informar quando o sistema deve se comportar conforme essa situação. Os relatórios de férias foram alterados adicionando uma coluna onde será informado a forma de pagamento utilizada para o 1/3 de férias.

89. Permitir prever mensalmente o valor referente a férias e 13º Salário, correspondente ao avo que o funcionário tem direito. Os valores de Provisão também serão utilizados na integração com o sistema contábil.

90. Determinar a data inicial em que passou a utilizar a provisão.

91. Provisionar e baixar da provisão de férias e 13º salário, aos cálculos realizados na respectiva competência de cálculo.

92. Permitir visualizar os eventos que faltam ser provisionados e classificados.

93. Possuir rotina para processamento de cálculos de rescisões individuais, coletivas e complementares.

94. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente a demissão ou exoneração do funcionário, através da informação do ato.

95. Permitir a reintegração ou reversão de rescisões ou aposentadorias de funcionários, sob a mesma matrícula.

96. Permitir simulações parciais ou totais da folha de pagamento mensal, 13º salário integral, férias e rescisórias, para a competência atual ou para competência futura.

97. Não permitir a emissão de guias e geração de arquivos para órgãos federais quando o cálculo é simulado.

98. Controlar os afastamentos do funcionário.

99. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente aos afastamentos do funcionário, através da informação do ato.

100. Registrar todo o histórico de alterações no cadastro de funcionários.

101. Registrar as alterações cadastrais no histórico de beneficiários de pensões.

102. Registrar todo o histórico de alterações de Autônomos.

103. Registrar todo o histórico salarial do servidor.

104. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente as alterações salariais do servidor, através da informação do ato.

105. Calcular alterações salariais de modo coletivo ou para níveis salariais do plano de cargos.

106. Possibilitar a adição de classes e referências através do histórico de cargos, salários, informações e níveis salariais.

107. Registrar todo o histórico de alterações de cargo do servidor.

108. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente as alterações de cargo do servidor, através da informação do ato.

109. Registrar todo o histórico de alterações salariais do cargo.

110. Permitir a inclusão de proventos ou descontos lançados de modo fixo, em um período determinado, em qualquer tipo de folha de pagamento para determinado funcionário.

111. Permitir a inclusão de proventos ou descontos lançados de modo fixo, em um período determinado, em qualquer tipo de folha de pagamento, podendo selecionar vários funcionários em um único lançamento.

112. Permitir fechar processamentos (Mensal, Adiantamento, Complementar, 13º Adiantamento, 13º Salário, Férias) de cada competência com data, oferecendo segurança para que o usuário não altere calculo de folha com processo fechado.

113. Bloquear qualquer tentativa de alteração no histórico de funcionário quando o processamento da folha estiver com data informada.



114. Permitir consultar e se necessário alterar a data de pagamento de funcionário ou grupo de funcionários que já tenham sido calculados na folha.

115. Permitir que o cálculo mensal dos funcionários fiquem agrupados em lotes diferentes e possibilita fechar o processamento dos lotes em grupo.

116. Permitir lançar manualmente os eventos que compõe a folha de pagamento do funcionário para serem calculados, podem ser lançados em uma competência ou em várias parcelas do período.

117. Permitir lançar manualmente os eventos que compõe a folha de pagamento de vários funcionários em um único lançamento, selecionando os funcionários. Pode ser lançado o evento para uma ou mais competências.

118. Permitir selecionar os funcionários que utilizam vale transporte, selecionando pela empresa ou linha utilizada. Permite gerar por competência os números de dias que o funcionário utiliza o vale transporte.

119. Permitir importar o arquivo do SISOBÍ (Sistema de Controle de Óbitos). Serve para atender ao convênio firmado entre o Ministério da Previdência Social e os governos estaduais e municipais identificarem as pessoas falecidas para cessar o pagamento de aposentados e pensionistas.

120. Permitir a configuração de cabeçalho e rodapé para quaisquer relatórios emitidos pelo sistema, permitindo inclusive a inserção de comentários

121. Permite salvar qualquer relatório emitido no formato "xls" (excel), mantendo a mesma formatação visualizada no sistema.

122. Emitir relatórios da folha de pagamento, de acordo com a necessidade, extratos mensais, líquidos, movimento, férias, rescisões, média e vantagens, etc...

123. O relatório resumo mensal apresenta a geração dos dados das verbas gerais mensais e além disto, com o modelo normal-encargos apresenta o total dos valores dos encargos no final do relatório nas quebras.

124. Emitir os relatórios de forma resumidos, de acordo com a necessidade.

125. Emitir o Relatório de Integração Contábil para cálculos simulados. Os modelos deste relatório irão mostrar uma mensagem no cabeçalho identificando quando o relatório possui informações oriundas de cálculos simulados.

126. Emitir em relatório o resumo da integração com o sistema de contabilidade, possibilitando assim a conferência dos valores de empenhos da folha de pagamento e seus respectivos encargos patronais

127. Possuir relatório com todos os valores relativos ao servidor e à contribuição patronal referentes ao INSS e FGTS, discriminando as possíveis deduções

128. Possuir relatório com todos os valores relativos ao servidor e à contribuição patronal referentes a previdência municipal por competência ou acumulado anualmente

129. Possuir relatório com todos os valores relativos ao servidor, referente ao IRRF.

130. Gerar mensalmente a guia do INSS com o valor para o Instituto Nacional do Seguro Social. Permitir escolher o modelo e quebra para a geração da guia

131. Permitir a emissão de guias para pagamento de IRRF, GRFC e previdência municipal.

132. Gerar em arquivo as informações referentes a GRRF.

133. Gerar a GFIP em arquivo, permitindo inclusive a geração de arquivos retificadores (RDE, RDT, RRD).

134. Possuir vários modelos de Demonstrativo de Folha de Pagamento para impressão.

135. Emitir relatório de Aviso e Recibo de férias, também permitir escolher o modelo do recibo e a seleção.

136. Emitir relatório referente Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho.

137. Emitir o TRCT (Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho) conforme portaria 1621/2010 atualizada pela portaria 1057/2012 . A emissão deste termo passou a ser obrigatória à partir de 2011 para rescisões de funcionários regidos pela CLT.

138. Emitir relatórios cadastrais em geral.

139. Emitir relatórios cadastrais de: - Grupos Funcionais; - Organogramas; - Locais de trabalho; - Tipos de Administração – Sindicatos; - Tipos de Cargos; - Cargos; - Planos Salariais; - Níveis Salariais; - Horários; - Feriados; - Aposentadorias e Pensões; - Beneficiários; - Pensionistas; - Dados Adicionais.

140. Emitir relatórios cadastrais de: - Tipos de Movimentação de Pessoal; - Fontes de Divulgação; - Atos; - Movimentação de Pessoal; - Naturezas dos Textos Jurídicos.

141. Emitir relatórios referentes aos planos de assistência médica de: - Operadoras de planos de saúde; - Despesas com planos de saúde; - Despesas com planos de saúde com reflexo no cálculo.

142. Emitir relatórios cadastrais referente Administração de Vales: - Linhas de Ônibus; - Faixas; - Vales-Transporte; - Vales-Mercado.

143. Emitir relatórios cadastrais referente Integração Contábil: - Condições para Eventos; - Elementos de Despesa; - Despesas; - Despesas por Organograma; - Complementos das Despesas.

144. Emitir relatórios cadastrais de: - Cálculo – Tabelas; - Eventos; - Cálculo - Tipos de Bases; - Eventos a Calcular; - Eventos a Calcular de Rescisão; - Médias e Vantagens; - Cancelamentos de férias; - Suspensões de Férias; - Configurações de Férias; - Formas de Alteração Salarial; - Bancos; - Agências Bancárias; - Homolognet.

145. Emitir relatórios cadastrais referentes a parametrizações: - Vínculos Empregatícios; - Tipos de Afastamentos; - Tipos de Salário-Família; - Organograma; - Naturezas dos Tipo das Diárias; - Tipos de Diárias; - Previdência Federal; - Outras Previdências/Assistência; - Planos de Previdência; - Motivos de Alterações de Cargos; - Motivos de Alterações Salariais; - Motivos de Rescisões; - Motivos de Aposentadorias – Responsáveis.

146. Emitir relatório de programação de férias dos funcionários, exibindo todos os períodos de aquisição de férias, períodos de gozo, dias de abono e forma de pagamento.

147. Emitir relatório com o nome "Efetivo em cargo comissionado", no qual serão emitidos todos os funcionários que estão atualmente em cargo comissionado, e possuem cargo efetivo em aberto, seja, sem data de saída em Cadastro de Histórico de Cargos.

148. Gerar em arquivo magnético a relação de todos os servidores admitidos e demitidos no mês (CAGED).

149. Emitir relatórios relacionados a parte salarial dos servidores do tipo alterações salariais, Médias salariais, progressões salariais, inconsistências de cálculo.

150. Emitir relação dos salários de contribuição e discriminação destes. Possibilitar a emissão para previdência federal, estadual e/ ou municipal. Permitir a emissão de formulário para preenchimento, caso não haja informações de todas as competências necessárias.



151. Emitir relatório de atestado de tempo de serviço para o servidor público apresentando os cargos e o período que exerceu a função.

152. Emitir o relatório de datas de vencimentos. A data em que se extingue o prazo do exame médico periódico, do contrato de trabalho e da carteira de motorista do funcionário.

153. Emitir um relatório demonstrativo das variáveis lançadas manualmente para qual período foi feito o lançamento. Ainda são oferecidas opções de ordenação e seleção das informações.  
Emitir relatórios com informações de processamentos já calculados.

154. Possuir relatórios de provisões de 13º salário, médias e vantagens, férias; que permitam ao usuário ter uma previsão do valor e também da proporcionalidade por direito obtida pelos servidores ativos até o presente momento.

155. Verificar na integração contábil o que está sendo provisionado. Relatório de visualização da provisão, quando 13º salário e Férias.

156. Emitir comparativo de situações dos servidores entre duas competências, inclusive com anos diferentes.

157. Emitir comparativo de valores referentes a proventos e descontos dos servidores entre duas competências, inclusive com anos diferentes.

158. Emitir comparativo de líquidos entre duas ou mais competências, inclusive com anos diferentes.

159. Permitir a configuração dos proventos e descontos que devem compor os valores de cada um dos campos do comprovante de rendimentos.

160. Emitir informações dos relatórios anuais necessários, como comprovante de rendimentos e ficha financeira.

161. Gerar os arquivos da RAIS e da DIRF, assim como o informe do comprovante de rendimentos.

162. Permitir a visualização das bases de previdência federal, de previdência estadual e municipal, além de fundos de assistência.

163. Possuir gerador de relatórios e de arquivos que permita aos usuários criar novos relatórios ou layouts de arquivos ou ainda alterar os relatórios e layouts já existentes;

164. Gerar informações da folha de pagamento em arquivo para crédito em conta no banco de interesse da entidade.

165. Gerar para entidades que possuem contrato para emissão de holerite eletrônico pela Caixa Econômica Federal o arquivo para envio das informações pertinentes ao holerite do funcionário.

166. Permitir a consulta prévia das médias e vantagens que cada servidor tem direito a receber em férias, 13º salário ou rescisão de contrato.

167. Possibilitar a consulta dos proventos e descontos percebidos pelo servidor, em um período determinado pelo usuário.  
Permitir consultar apenas os proventos que fazem parte do comprovante de rendimentos.

168. Consultar do modo centralizado todo o histórico funcional de todos os contratos do servidor, detalhando as seguintes características:  
- Períodos aquisitivos, períodos de gozo de férias  
- Situações do funcionário, tais como: afastamentos, atestados, faltas, férias e períodos trabalhados.

169. Permitir a alteração de proventos ou descontos modo fixo, possibilitando as seguintes tarefas: - Alteração do período; - Adição de valor ao valor originalmente lançado; - Substituição do valor originalmente lançado por um novo valor; - Aplicação de um percentual sobre o valor originalmente lançado.

170. Permitir a reestruturação da classificação institucional de um exercício para outro.

171. Permitir a readmissão em massa através de "Copiar Funcionários Demitidos". Esta funcionalidade será possível cadastrar funcionários idênticos aos funcionários já demitidos, sem a necessidade redigitar todos os dados.

172. Permitir copiar funcionários demitidos para realizar a readmissão individual ou em lote (Ex. Professores ACTs demitidos no fim do ano letivo e readmitidos no ano seguinte.)

173. Possibilitar o cadastro de movimentos anteriores à implantação do sistema para que o usuário possa gerar os relatórios anuais.

174. Permitir a integração com o sistema de contabilidade para geração automática dos empenhos da folha de pagamento e respectivos encargos patronais.

175. Possibilitar o rateio de valores das parcelas pagas do parcelamento do FGTS para os servidores contratados à época, conforme instruções da CAIXA.

176. Permitir realizar cálculos de datas e de horas.

177. Possibilitar a classificação "SISPREV WEB 1.0".

178. Permitir a unificação de pessoas e de cadastros.

179. Permitir na consulta rápida nos cadastros. Ex: identificar os funcionários que estejam demitidos de forma que sejam demonstrados destacados em cinza. Além das consultas padrões, já existentes no sistema, poderão ser criados vários modelos de consultas de acordo com a necessidade do usuário.

180. Permitir conceder ajuda, suporte e fazer pesquisas referente a o aplicativo e suas funcionalidades. Existe sumário e índice para facilitar a pesquisa do usuário.

181. Permitir fazer consultas rápidas dos códigos ou nomes dos registros, dispensando memorização e procura.

182. Permitir "Cadastrar ou abrir os cadastros" de determinados cadastros da aplicação, agilizando o processo do sistema.

183. Permitir "Emitir alguns relatórios" do sistema. Exemplo: no cadastro do funcionário "F4" apresenta a tela para emitir relatório do funcionário.

184. Permitir fazer as consultas sobre as situações ocorridas com o funcionário desde sua admissão, considerando os dias de licenças, atestados, faltas, etc...

185. Permitir consultar os cálculos efetuados no sistema de acordo com a competência informada e o processamento para cada funcionário.

186. Permitir consultar os contratos, períodos e situações que a pessoa se encontra nos registros informados.

187. Permitir calcular datas possibilitando fazer conversões de datas, dias, meses e anos para lhe auxiliar a obter informações de forma rápida e prática.

188. Possibilitar realizar cálculos clicando nos botões da calculadora ou digitando os cálculos usando o teclado. Também tem a opção de escolher a opção de exibição de forma padrão ou científica.

#### 4 – PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

1	Permitir a utilização do sistema via internet.
2	Possuir filtros para seleção de entidades.



3	Conter funcionalidade para aumento da granularidade das informações exibidas, contendo a opção de efetuar consulta de todas as unidades de forma consolidada.
4	Possuir cadastro de IP autorizado para uploads, para impedir o envio de informações fora do IP cadastrado.
5	Possuir cadastro para exibição das consultas, permitindo que o cliente configure qual consulta deseja exibir por entidade que ele tem acesso.
6	Possibilitar o relacionamento de documentos com os processos de licitação.
7	Permitir realizar a atualização de dados de forma automática, com a utilização de agendas configuradas na periodicidade requisitada pelo usuário.
8	Permitir exportar em formato CSV as informações do Transparência, utilizando filtros disponibilizados para cada série de dados.
9	Permitir personalizar o nível de detalhamento das consultas apresentadas.
10	Permitir consulta de Receitas, Despesas, Frotas, Licitações e quadro de pessoal.
11	Permitir download em PDF do Cronograma de ações da Portaria STN Nº 828/2011.
12	Permitir download de anexos em PDF (Receita e Despesa por categoria de econômicos, Despesa por programa de trabalho, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Variações Patrimoniais).

## ANEXO II

ORÇAMENTO ESTIMADO DOS ITENS DA LICITAÇÃO  
(MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS)

## 1. Locação dos Sistemas:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	CUSTO UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
1.	48	Mês	Contabilidade Pública	2	490,00		
2.	48	Mês	Compras e Licitações	1	140,00		
3.	48	Mês	Folha de Pagamento	1	270,00		
4.	48	Mês	Portal da Transparência	-----	275,00		
VALOR TOTAL R\$							

## 2. Serviços Técnicos

5.	01	Serv.	Serviços de Implantação dos sistemas, conversão dos dados e treinamento para os usuários			19.500,00	
6.	100	Hora	Assistência Técnica, após implantação dos sistemas, quando solicitado.			97,00	
7.	5.000	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco			0,75	
8.	15	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco			115,00	
VALOR GLOBAL ESTIMADO R\$							91.075,00

Valor da proposta por extenso:

Validade da proposta: 60 dias  
(DATAR ASSINAR E CARIMBAR)

## ANEXO III

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ...../ .....

MODALIDADE LOCAÇÃO DE SOFTWARES

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

Com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e demais normas jurídicas aplicáveis à espécie, as partes contratantes resolvem deliberadamente pactuar o presente contrato de locação de softwares e prestação de serviços correlatos, no regime de execução direta, o que fazem mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas e vinculadas ao processo licitatório, origem deste contrato:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a locação, para uso temporário e não exclusivo, em favor do CONTRATANTE, dos seguintes softwares e sistemas:  
(descrever softwares).

1.2 O licenciamento compreende a manutenção legal, corretiva e evolutiva durante o período contratual, esta última definida de acordo com critérios de viabilidade técnica, conveniência e adequação mercadológica aferidos exclusivamente pela CONTRATADA.

1.3. De acordo com a proposta de preços vencedora, também farão parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:

- Configuração e parametrização conforme procedimentos do CONTRATANTE.
- Treinamento para os servidores responsáveis pela utilização dos sistemas contratados.
- Suporte técnico operacional, exclusivamente nos sistemas contratados, com possibilidade de estabelecimento de técnico residente onerosamente cedido.
- Serviços de alterações específicas do CONTRATANTE, quando solicitado.
- Conversão dos dados existentes para funcionamento nos novos sistemas a serem implantados.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 O presente instrumento terá duração de 48 meses, contados a partir da data de implantação do(s) sistema(s), nos termos do disposto no artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93 e normas complementares.

2.2. Fluído o prazo de vigência, os aplicativos licenciados poderão ser automaticamente bloqueados para alterações na base de dados, sendo garantido a este consultas irrestritas a telas, relatórios e documentos, bem como a obtenção gratuita de cópia da base de dados produzida, em formato ".txt".

## CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 Pela locação dos SISTEMAS, objeto deste contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores disposto no Anexo I do presente contrato.

3.2 Os serviços de implantação, a critério do CONTRATANTE, serão faturados em parcela única ou em até 03 parcelas mensais e sucessivas, a primeira de 40% do custo total dos serviços e as duas últimas com 30% do custo total dos serviços, vencendo-se a primeira em quinze dias após a emissão da nota fiscal e regular



liquidação dos serviços.

3.3 Em caso de atraso, incidirá sobre o valor das locações multa de 2% (dois por cento), mais juros de 0,030% ao dia.

3.4 Os valores contratados serão corrigidos de acordo com a menor periodicidade permitida em lei, de acordo com o IGP-M acumulado no período.

3.5 Em caso de atraso nos pagamentos, será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o IGP-M acumulado no período.

3.6 Os pagamentos obedecerão ao disposto no Edital de Licitação quanto a prazos e condições de pagamento, sendo que, em caso de eventuais omissões, fica estabelecido o pagamento de qualquer serviço contratado em até quinze dias após sua regular execução e liquidação, desde que emitida e recebida no órgão licitante a competente nota fiscal de prestação de serviços.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VINCULAÇÃO

4.1 As despesas decorrentes da locação do Sistema objeto do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: .....

4.2 O Presente contrato está vinculado ao Pregão Presencial nº XX/201X, cujos termos desde logo fazem parte integrante da presente avença.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

5.1 A contratada é a desenvolvedora e/ou licenciadora dos softwares licenciados, concedendo ao contratante as licenças de uso temporárias e não exclusivas estabelecidas no presente contrato.

5.2 Fica vedado ao CONTRATANTE realizar a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência dos softwares licenciados, assim como a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) sistema(s).

5.3 Quando em ambiente web, por exigência ou conveniência administrativa, os sistemas deverão permanecer on line por até 96% do tempo de cada mês civil.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Caberá ao CONTRATANTE:

6.1.1 Efetuar os pagamentos decorrentes da locação objeto deste contrato no primeiro dia útil do mês subsequente, e, nos demais casos, em até dez dias após a sua efetiva entrega.

6.1.2 Facultar o acesso irrestrito dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias à fiel execução do presente contrato.

6.1.3 Manter, na operacionalização dos sistemas, apenas pessoal devidamente treinado pela CONTRATADA.

6.1.4 Conceder à CONTRATADA acesso remoto às suas estruturas virtuais, ambiente de rede ou intranet.

6.1.5 Buscar manter alto padrão de clareza nas solicitações de alteração enviadas à CONTRATADA, indicando um responsável que acompanhará as tramitações desta pela internet, respondendo-as diariamente.

6.1.6 Assegurar a configuração adequada da máquina e instalação dos sistemas, manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina, dando prioridade aos técnicos da CONTRATADA na utilização de qualquer recurso necessário à fiel execução do presente contrato.

6.1.7 Responsabilizar-se pela completa e correta inserção de dados nos sistemas.

6.1.8 Parametrizar o sistema, em nível de usuário, inclusive no tocante às modificações de alíquotas de tributos, multas e contribuições, além de atualizar as fórmulas de cálculo dos sistema(s) quando necessário.

6.1.9 Manter as bases de dados atualizadas de acordo com a versão de banco de dados adotada pela CONTRATADA, e desde que esta tenha concedido aviso de alteração com prazo mínimo de noventa dias.

6.1.10 Promover o prévio cadastro de dúvidas ou erros constatados

na página da internet da CONTRATADA, para somente após decorridos 60 (sessenta) minutos sem resposta requisitar suporte telefônico.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Caberá a CONTRATADA:

7.1.1 Quando contratados, conforme valores disposto no Anexo I, converter dados para uso pelos softwares, instalar os sistemas objeto deste contrato, treinar os servidores indicados na sua utilização, prestar suporte apenas aos servidores devidamente certificados pela CONTRATADA no uso dos softwares e que tenham observado, em sua solicitação, a regra disposta na cláusula 6.1.10 do presente contrato.

7.1.2 Manter operacionais todas as funcionalidades descritas no Anexo II.

7.1.3 Tratar como confidenciais, informações e dados do CONTRATANTE, guardando total sigilo em face de terceiros.

7.1.4 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.1.5 Avaliar, em prazo razoável, a viabilidade técnica e jurídica das solicitações de alteração específicas encaminhadas eletronicamente pelo CONTRATANTE, e repassar orçamento acompanhado de cronograma para execução dos serviços.

7.1.6 Garantir o atendimento de técnico presencial, quando requisitado, em até quatro dias úteis contados da outorga de autorização expressa para execução de serviços de atendimento in loco.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO TREINAMENTO

8.1 O treinamento na operacionalização do sistema, quando contratado, poderá ser realizado nas dependências da CONTRATANTE, na sede CONTRATADA ou, ainda, via internet:

8.1.1 A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados mediante o pagamento da hora técnica respectiva, acrescida das despesas de deslocamento, alimentação e estadia do técnico palestrante quando o treinamento ocorrer das dependências da CONTRATANTE.

8.1.2 O treinamento na sede da CONTRATANTE poderá incluir ou não o fornecimento oneroso de material didático.

8.1.3 O treinamento via web será considerado prestado independentemente da ocorrência de problemas com o provedor de internet, com o fornecimento de energia ou com qualquer outro fator correlato de responsabilidade do CONTRATANTE, podendo ser novamente faturado quando refeito sem culpa da contratada.

#### CLÁUSULA NONA - DA EVOLUÇÃO, MANUTENÇÃO E ALTERAÇÃO NOS SISTEMAS

9.1 As melhorias/modificações nos sistemas poderão ser legais, corretivas ou evolutivas.

9.1.1 As melhorias/modificações evolutivas serão classificadas em específicas ou gerais, conforme sua iniciativa tenha partido da CONTRATANTE ou da CONTRATADA, respectivamente.

9.1.2 As modificações evolutivas de caráter geral serão periodicamente disponibilizadas pela CONTRATADA, com seu custo incluído no preço mensal da locação/licenciamento dos sistemas.

9.1.3 As modificações evolutivas específicas - incluindo aquelas necessárias à adequação dos sistemas à legislação municipal - serão objeto de análise por parte da CONTRATADA, que declarará a sua viabilidade técnica e formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE, desenvolvendo-as e disponibilizando no prazo que indicar.

9.1.4 As modificações de natureza legal para atendimento da legislação federal ou estadual serão introduzidas nos sistemas durante a vigência do contrato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, e, caso não haja tempo hábil para implementá-las até o início das respectivas vigências, a CONTRATADA procurará indicar soluções alternativas para atender as determinações legais até a atualização dos sistemas.

9.1.5 As atualizações de cunho corretivo, originadas a partir da



verificação de erros de processamento, serão fornecidas sem custo para a CONTRATANTE.

9.1.6 As modificações/melhorias evolutivas ou de natureza legal serão introduzidas nos sistemas originalmente licenciados e distribuídas toda vez que a CONTRATADA as concluir, cabendo à CONTRATANTE implantar cada nova versão no prazo de até 30 (trinta) dias de seu recebimento, findos os quais a CONTRATADA deixará de fornecer suporte a versão antiga.

9.2 A ausência de disponibilização das modificações evolutivas relacionadas à legislação municipal não implicará em qualquer responsabilidade para a CONTRATADA.

9.3 Eventuais conversões de dados decorrentes de mudanças de versões poderão ser cobradas pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO SUPORTE TÉCNICO

10.1. O suporte técnico pós-implantação deverá ser sempre efetuado por técnico habilitado em favor de usuário devidamente treinado, e compreenderá:

10.1.1 Esclarecimento de dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos sistemas.

10.1.2 Realização de quaisquer atividades técnicas relacionadas a erros derivados de falha dos usuários.

10.1.3 Auxiliar na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos caso não haja backup de segurança.

10.1.4 Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos sistemas.

10.1.5 Desenvolver relatórios específicos.

10.2. Este atendimento será realizado por qualquer meio de comunicação convencional ou eletrônico, e, em último caso, mediante visita in loco de técnico habilitado.

10.3 O suporte telefônico, embora disponibilizado pela CONTRATADA, somente será prestado caso o interlocutor do CONTRATANTE que tenha cumprido com a etapa descrita na cláusula 6.1.10 do presente contrato.

10.4 Em nenhuma hipótese a CONTRATADA se responsabilizará por qualquer alteração ou modificação dos softwares realizada por pessoas não credenciadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

11.1 A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

b) Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

c) Em caso de inadimplemento superior a noventa dias, a execução do presente contrato poderá ser suspensa.

d) Rescindido ou distratado o contrato, a empresa contratada deverá disponibilizar, em formato txt., cópia de toda a base de dados produzida e armazenada durante o período de vigência contratual.

e) A contratada reconhece os direitos da contratante, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DAS PENALIDADES

13.1 Em caso de inexecução, total ou parcial do presente contrato, serão aplicadas as penalidades dispostas no Edital, as quais se tornam parte integrante da presente minuta contratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DO FORO, DOS CASOS OMISSOS E DA REGULARIDADE

14.1 As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de ..... para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

14.2 Este contrato fica vinculado a legislações aplicáveis a execução de contratos, especialmente aos públicos nos casos omissos.

14.3 O contratado fica obrigado a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 2 (duas) testemunhas.



# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### Resultado de Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação PREGÃO nº 028/2014, Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para Secretaria de Obras. Vencedor: Olmiro Rosa dos Santos- ME Valor R\$ 19.139,90

Dionísio Cerqueira 18/03/2014.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação CV nº 032/2014, Objeto: Aquisição de sêmen bovino para os programas de inseminação artificial junto aos agricultores do Município. Vencedor: Embrasemen – Empresa Brasileira de sêmen Ltda- ME Valor R\$ 18.408,00

Dionísio Cerqueira 18/03/2014.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação Pregão nº 012/2014, Objeto: Aquisição de materiais de higiene e limpeza, materiais de expediente e gás de cozinha para o Fundo Municipal de Saúde. Vencedores: Rosa e Rosa Cia Ltda.- ME Valor R\$ 10.393,94 – Lótérica e Comercio SL Ltda. – R\$ 4.965,90 – Nilosul Ind. E Com. Ltda. – R\$ 270,00

Dionísio Cerqueira 18/03/2014.

João Stahl

Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação DL nº 031/2014, Objeto: Aquisição de 600 kg de bolo com recheio de creme e pêssego com cobertura de chantili, para as festividades da festa da integração em comemoração ao aniversário de emancipação política administrativo do município de Dionísio Cerqueira.. Vencedor: Vani Zamboni- ME Valor R\$ 7.800,00 Dionísio Cerqueira 06/03/2014.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação CV nº 015/2014, Objeto: Aquisição de camisetas personalizadas destinadas para a campanha Dst/Hiv/Aids.. Vencedor: Arte Digital Fotografias Ltda. Valor R\$ 8.295,00 Dionísio Cerqueira 19/03/2014.

João Stahl

Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação TP nº 025/2014, Objeto: Contratação de empresa para construção de quadra de esportes da Linha Campinho, interior de Dionísio Cerqueira SC.. Vencedor: JCV Construção e Incorporação Ltda. Valor R\$ 219.433,61

Dionísio Cerqueira 19/03/2014.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação TP nº 027/2014, Objeto: para construção de quadra de esportes da linha gaúcha, interior de Dionísio Cerqueira SC.. Vencedor: JCV Construção e Incorporação Ltda. Valor R\$ 304.116,19

Dionísio Cerqueira 19/03/2014.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

### Contratos

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 029/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal

Contratado: Embrasemen – Empresa Brasileira de sêmen Ltda.- ME

Objeto: Aquisição de sêmen bovino para os programas de inseminação artificial junto aos agricultores do Município. Origem: CV 032/2014 Valor R\$ 18.408,00 Vigência 18/03/2014 á 31/12/2014

Dionísio Cerqueira 18/03/2014.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 030/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal

Contratado: JCV Construção e Incorporação Ltda.

Objeto: Contratação de empresa para construção de quadra de esportes da Linha Campinho, interior de Dionísio Cerqueira SC. Origem: TP 025/2014 Valor Previsto R\$ R\$ 219.433,61 Vigência 19/03/2014 á 31/12/2014

Dionísio Cerqueira 19/03/2014.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 031/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal

Contratado: JCV Construção e Incorporação Ltda.

Objeto: construção de quadra de esportes da Linha Gaúcha, interior de Dionísio Cerqueira SC.. Origem: TP 027/2014 Valor Previsto R\$ 304.116,19 Vigência 19/03/2014 á 31/12/2014 –

Dionísio Cerqueira 19/03/2014.

Altair Rittes

Prefeito Municipal



**Ermo****PREFEITURA****Decreto N.º 019, de 19 de Março de 2014.**

DECRETO N.º 019, de 19 de março de 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 346, DE 19 DE MARÇO DE 2014 NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ERMO.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e autorizado conforme Lei nº 346, de 19 de março de 2014.

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Ermo, crédito adicional especial no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), para a inclusão do seguinte programa:

**04.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

22.661.0043.2024 – Aquisição, construção e manutenção de parque industrial e agroindustrial

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0027 (69)– Aplicações Diretas  
R\$ 1.000.000,00

Art. 2º De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito especial conforme Lei 346, de 19 de março de 2014 de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 338/2014, de 21/02/2014.

§ 1º. Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 19 de Março de 2014.  
ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES  
Secretária de Administração e Finanças Interina

**Faxinal dos Guedes****PREFEITURA****Extrato Contrato\_ Diversos - Alimentos Educação**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0042/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Adeval Bike Papelaria E Bazar Ltda Me

Objeto: Aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios para serem utilizados no complemento da alimentação escolar.

Valor: R\$ 2.370,00 (dois mil trezentos e setenta reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0019/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0009/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de março de 2014.

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0043/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Marcelo Canello Me.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios para serem utilizados no complemento da alimentação escolar.  
Valor: R\$ 2.438,00 (dois mil quatrocentos e trinta e oito reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0019/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0009/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de março de 2014.

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0044/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Mercado Kaeka Ltda Me.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios para serem utilizados no complemento da alimentação escolar.  
Valor: R\$ 5.110,50 (cinco mil cento e dez reais e cinquenta centavos)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0019/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0009/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de março de 2014.

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES  
EXTRATO DE CONTRATO  
Contrato n.º 0045/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Rosecler Justina Feo Me.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios para serem utilizados no complemento da alimentação escolar.  
Valor: R\$ 11.968,20 (onze mil novecentos e sessenta e oito reais e vinte centavos)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0019/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0009/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de março de 2014.  
EDEGAR GIORDANI  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **Extrato Contrato\_ Navajo Veículos - Veículos PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES  
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0041/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Navajo Veículos Ltda

Objeto: Aquisição de automóveis 0 Km para as diversas secretarias do município de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 68.100,00 (sessenta e oito mil e cem reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0018/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0008/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de março de 2014.  
EDEGAR GIORDANI  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **Extrato Contrato 00402014 - Gw Sul Peças - Escavadeira Samsung**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES  
EXTRATO DE CONTRATO  
Contrato nº 0040/2014

Contratante: O Município de Faxinal dos Guedes

Contratada: GW Sul Peças Com. de Peças Ltda Me

Objeto: Aquisição de peças e serviços de mão de obra para a recuperação da Escavadeira Hidráulica Samsung.

Valor: R\$ 18.587,00 (dezoito mil quinhentos e oitenta e sete reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0022/2014, na Modalidade Carta Convite nº 0005/2014

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de março de 2014  
EDEGAR GIORDANI  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **Extrato Contrato\_ Navajo Veículos - Veículos Saúde**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES  
EXTRATO DE CONTRATO  
Contrato n.º 0051/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Navajo Veículos Ltda

Objeto: Aquisição de automóveis 0 Km para a secretaria de saúde de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 119.600,00 (cento e dezenove mil e seiscentos reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0023/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0007/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de março de 2014.  
ANGELA CRISTINA TRINDADE  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

#### **Extrato Contrato\_ Diversos - Leites**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES  
EXTRATO DE CONTRATO  
Contrato nº. 0047/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Extra Dist. De Medic. E Prod. Hospitalares Ltda.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de leites que serão destinados ao fundo municipal de saúde.

Valor: R\$ 4.363,00 (quatro mil trezentos e sessenta e três reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0022/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0006/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de março de 2014.  
ANGELA CRISTINA TRINDADE  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES  
EXTRATO DE CONTRATO  
Contrato nº. 0048/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Medigram Distr. De Medicamentos Ltda.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de leites que serão destinados ao fundo municipal de saúde.

Valor: R\$ 14.862,00 (catorze mil oitocentos e sessenta e dois reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0022/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0006/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de março de 2014.  
ANGELA CRISTINA TRINDADE  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES  
EXTRATO DE CONTRATO  
Contrato nº. 0049/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes



Contratado: Nutriport Comercial Ltda.  
Objeto: Aquisição de forma parcelada de leites que serão destinados ao fundo municipal de saúde.  
Valor: R\$ 28.558,00 (vinte e oito mil quinhentos e cinquenta e oito reais)  
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0022/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0006/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de março de 2014.  
ANGELA CRISTINA TRINDADE  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES  
EXTRATO DE CONTRATO  
Contrato nº. 0050/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Rosecler Justina Feo.  
Objeto: Aquisição de forma parcelada de leites que serão destinados ao fundo municipal de saúde.  
Valor: R\$ 9.667,50 (nove mil seiscentos e sessenta e sete reais e cinquenta)  
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0022/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0006/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de março de 2014.  
ANGELA CRISTINA TRINDADE  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

#### **Extrato Contrato\_ Navajo Veículos - Veículos Social**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES  
EXTRATO DE CONTRATO  
Contrato n.º 0019/2014  
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Navajo Veículos Ltda  
Objeto: Aquisição de automóveis 0 Km para a secretaria De assistência social de Faxinal dos Guedes.  
Valor: R\$ 29.900,00 (vinte e nove mil e novecentos reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0008/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0006/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de março de 2014.  
EDEGAR GIORDANI  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **Extrato de Edital\_marmitas**

Estado de Santa Catarina  
Município de Faxinal dos Guedes  
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial  
Modalidade: Pregão Presencial nº: 0016/2014  
Processo licitatório nº: 0031/2014  
Objeto: Aquisição de marmitas (almoços) para os funcionários em trabalho no interior do município e distrito da Barra Grande.  
Data do Recebimento: 03/04/2014 as 09h00 min.

Data da abertura: 03/04/2014 às 09h15 min.  
Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e

Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida

Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.

Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 19 de março de 2014.  
EDEGAR GIORDANI  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **Extrato de Edital\_reg Preços Mat. Artesanato Social**

Estado de Santa Catarina  
Município de Faxinal dos Guedes  
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Registro de Preços  
Modalidade: Pregão Presencial nº: 0017/2014  
Processo licitatório nº: 0032/2014  
Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais de artesanato e tecidos para a secretaria de assistência social.  
Data do Recebimento: 07/04/2014 as 09h00 min.

Data da abertura: 07/04/2014 às 09h15 min.  
Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e

Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida

Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.

Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 19 de março de 2014.  
EDEGAR GIORDANI  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **Extrato de Edital\_reg Preços Mat.Artesanato Programas Ass.Social.**

Estado de Santa Catarina  
Município de Faxinal dos Guedes  
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Registro de Preços  
Modalidade: Pregão Presencial nº: 0007/2014  
Processo licitatório nº: 0009/2014  
Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais de artesanato e tecidos para suprir necessidades de cursos oferecidos pelos programas da assistência social.  
Data do Recebimento: 08/04/2014 as 09h00 min.

Data da abertura: 08/04/2014 às 09h15 min.  
Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e

Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida

Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.

Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.



Faxinal dos Guedes, SC, em 19 de março de 2014.  
EDEGAR GIORDANI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **Extrato de Distrato Hospital - Cirurgias Eletivass**

Estado de Santa Catarina  
Município de Faxinal dos Guedes

#### **EXTRATO DE DISTRATO CONTRATUAL**

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes  
Contratado: Sociedade Hospitalar Beneficente São Cristóvão.  
Objeto: Distrato o Instrumento Contratual nº 0066/2013, de forma amigável, celebrado entre as partes supra mencionadas, que visava à prestação de procedimentos cirúrgicos eletivos em diversas áreas pelo credenciado, através do regime Inexigibilidade de licitação, firmado em 13 de setembro de 2013.

Faxinal dos Guedes – SC, 06 de fevereiro de 2014.  
EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal

### **Extrato Adt 5º Relatec Vigencia Saúde**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

#### **EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO**

CONTRATANTE: Fundo municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes  
CONTRATADA: Relatec Organizações Ltda Me

Objeto: Prestação de serviço de agência de notícia  
Número do Contrato: 0004/2009

Quinto Termo Aditivo: Prorroga Prazo de Vigência  
Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0002/2009 na Modalidade Pregão Presencial nº 0001/2009 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, e 10.520/02 e suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de fevereiro de 2014.  
EDEGAR GIORDANI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **Extrato Adt 5º Relatec Vigencia PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

#### **EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO**

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes  
CONTRATADA: Relatec Organizações Ltda Me

Objeto: Prestação de serviço de agência de notícia  
Número do Contrato: 0018/2009

Quinto Termo Aditivo: Prorroga Prazo de Vigência  
Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0005/2009 na Modalidade Pregão Presencial nº 0001/2009 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, e 10.520/02 e suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de fevereiro de 2014.  
EDEGAR GIORDANI  
PREFEITO MUNICIPAL

## **Forquilha**

### **PREFEITURA**

### **Extrato de Contrato FMS Nº. 06/2014**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 06/2014  
CONTRATANTE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONTRATADO – DD LABORATÓRIO BIOQUÍMICO LTDA  
OBJETO – credenciamento de prestadores de serviços de assistência à saúde, na área ambulatorial básica (eletivo), por meio de exames laboratoriais, no conjunto de procedimentos dos grupos da Tabela unificada do SUS.  
VALOR – Até R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), distribuídos entre as empresas credenciadas, conforme produção.  
VIGÊNCIA – 31/12/2014.  
DOTAÇÃO – 1701.2050.3390 (15), 1701.2063.3390 (71);  
FUNDAMENTO LEGAL – Lei nº. 8.666/93, Credenciamento nº. 44/FMS/2014.  
DATA DA ASSINATURA – 10 de janeiro de 2014

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

### **Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 10/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 10/2014  
SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 186/2011  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRATADO – CONSTRUFASE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA  
DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato 186/PMF/2011 para mais 60 (sessenta dias), sendo que o prazo estipulado para execução anteriormente em 19/02/2014 passará para 20/04/2014 prorrogando automaticamente a vigência do contrato para 19/07/2014.  
DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.  
DATA DA ASSINATURA – 18 de fevereiro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

### **Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 95/2013**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 95/2013  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 197/2012  
LOCATÁRIO – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
LOCADOR – PARÓQUIA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS  
DO OBJETO – locação de imóvel com espaço adaptado próprio para instalação do Centro de Educação Infantil Ana Paulina, localizado na Comunidade de Sanga do Engenho, com área de 2.500 m² e edificação de 551,43 m², para atendimento a atividades da Secretaria de Educação do Município de Forquilha/SC;  
DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do contrato PMF 197/2012 de 31/12/2013 para 31/12/2014.  
DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.  
DATA DA ASSINATURA – 26/12/2013.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal



**Extrato de Contrato PMF Nº. 02/2014**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 02/2014

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO MUNICIPAL

OBJETO – Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Forquilha a CIGA para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 1461.

VALOR – R\$ 6.540,00 (seis mil quinhentos e quarenta reais).

VIGÊNCIA – 31/12/2014.

DOTAÇÃO – A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.70 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.70 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas correntes) e 4.4.71.70 (transferência a consórcio público para investimentos), previstas no orçamento do Município para o exercício de 2014.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação nº. 179/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA – 02 de janeiro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 034, de 27 de Fevereiro de 2014.**

DECRETO Nº 034, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE AS COMPETÊNCIAS, A COMPOSIÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE FORQUILHINHA DO ESTADO DE SANTA CATARINA NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL -SISAN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, combinado o disposto na Lei Municipal nº 1.920, de 19 de novembro de 2013,

DECRETA:

## CAPÍTULO I

## DA NATUREZA E COMPETÊNCIA

Art. 1º O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, órgão de assessoramento imediato ao Prefeito de Forquilha, integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, instituído pela Lei Nº 11.346, de 15 de setembro, de 2011.

Art. 2º Compete ao CONSEA Municipal:

I - organizar e coordenar, em articulação com a CAISAN do Município, a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, convocadas pelo Chefe do Poder Executivo, com periodicidade não superior a quatro anos;

II - definir os parâmetros de composição, organização e funcionamento da Conferência;

III - propor ao Poder Executivo, considerando as deliberações da Conferência Municipal de SAN, as diretrizes e as prioridades do Plano Municipal de SAN, incluindo-se os requisitos orçamentários para sua consecução;

IV - articular, acompanhar e monitorar, em regime de colaboração com os demais integrantes do Sistema, a implementação e a convergência de ações inerentes ao Plano Municipal de SAN;

V - mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil na discussão e na implementação de ações públicas de Segurança Alimentar e Nutricional;

VI - estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social nas ações integrantes da Política e do Plano municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

VII - zelar pela realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e pela sua efetividade;

VIII - manter articulação permanente com outros conselhos municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, com o conselho estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e com o conselho nacional de Segurança Alimentar e Nutricional relativos às ações associadas à Política e ao Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

IX - elaborar e aprovar o seu regimento interno.

§1º O CONSEA Municipal manterá diálogo permanente com a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, para proposição das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, inclusive quanto aos requisitos orçamentários para sua consecução.

§2º Na ausência de convocação por parte do Chefe do Poder Executivo no prazo regulamentar, a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será convocada pelo CONSEA Municipal.

CAPÍTULO II  
DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O CONSEA Municipal será composto por 12 membros, titulares e suplentes, dos quais dois terços de representantes da sociedade civil, cabendo a representante deste segmento exercer a presidência do conselho, e um terço de representantes governamentais, conforme disposto no art. da Lei nº 1.920, de 19 de novembro de 2013.

§ 1º A representação governamental no CONSEA Municipal será exercida pelos seguintes membros titulares:

I - os Secretários Municipais:

- a) Assistência Social
- b) Agricultura
- c) Saúde
- d) Educação

§ 2º Os representantes da sociedade civil serão escolhidos conforme critérios de indicação estabelecidos pelas Conferências Estadual e Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

§ 3º Poderão compor o CONSEA Municipal, na qualidade de observadores, representantes de conselhos afins, de organismos internacionais e do Ministério Público, indicados pelos titulares das respectivas instituições, mediante convite formulado pelo Presidente do CONSEA Municipal.

Art. 4º Os representantes da sociedade civil, titulares e suplentes, bem como os suplentes da representação governamental, serão designados pelo Prefeito.

Parágrafo único. Os representantes da sociedade civil terão mandato de dois anos, permitida a recondução.

Art. 5º O CONSEA Municipal, previamente ao término do mandato dos conselheiros representantes da sociedade civil, constituirá



comissão, composta por, pelo menos, 03 membros, dos quais 1/3 será representante da sociedade civil, incluído o Presidente do Conselho, e os demais serão representantes do Governo, incluído o Secretário-Geral.

§ 1º Cabe à comissão elaborar lista com proposta de representação da sociedade civil que comporá o CONSEA Municipal, a ser submetida ao Prefeito, observados os critérios de representação deliberados pela Conferência Estadual e Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

§ 2º A comissão terá prazo de quarenta e cinco dias, após a realização da Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional ou ao término do mandato dos conselheiros, para apresentar proposta de representação da sociedade civil no CONSEA Municipal ao Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º O CONSEA Municipal tem a seguinte organização:

I - Plenário;

II - Secretaria-Geral;

III - Secretaria-Executiva;

IV - Comissões Temáticas.

#### Seção I

Da Presidência e da Secretaria-Geral

Art. 7º O CONSEA Municipal será presidido por um representante da sociedade civil, indicado pelo Conselho, entre seus membros, e designado pelo Prefeito.

Parágrafo único. No prazo de trinta dias, após a designação dos conselheiros, o Secretário-Geral convocará reunião, durante a qual será indicado o novo Presidente do CONSEA Municipal.

Art. 8º Ao Presidente incumbe:

I - zelar pelo cumprimento das deliberações do CONSEA Municipal;

II - representar externamente o CONSEA Municipal;

III - convocar, presidir e coordenar as reuniões do CONSEA Municipal;

IV - manter interlocução permanente com a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional;

V - convocar reuniões extraordinárias, juntamente com o Secretário-Geral; e

VI - propor e instalar comissões temáticas e grupos de trabalho, designando o coordenador e os demais membros, bem como estabelecendo prazo para apresentação de resultados, conforme deliberado pelo CONSEA Municipal.

Art. 9º Compete à Secretaria-Geral assessorar o CONSEA Municipal.

Parágrafo único. O Secretário Municipal de Ação Social será o Secretário-Geral do CONSEA Municipal.

Art. 10. Ao Secretário-Geral incumbe:

I - submeter à análise da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional as propostas do CONSEA Municipal de

diretrizes e prioridades da Política e do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo-se os requisitos orçamentários para sua consecução;

II - manter o CONSEA Municipal informado sobre a apreciação, pela Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, das propostas encaminhadas por aquele Conselho;

III - acompanhar a análise e o encaminhamento das propostas e recomendações aprovadas pelo CONSEA Municipal nas instâncias responsáveis, apresentando relatório ao Conselho;

IV - promover a integração das ações municipais com as ações previstas nos Planos Nacional e Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;

V - instituir grupos de trabalho intersecretariais para estudar e propor ações governamentais integradas relacionadas ao Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

VI - substituir o Presidente em seus impedimentos;

VII - presidir a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional.

#### Seção II

Da Secretaria-Executiva

Art. 11. Para o cumprimento de suas funções, o CONSEA Municipal contará, em sua estrutura organizacional, com uma Secretaria-Executiva, que dará suporte técnico e administrativo ao seu funcionamento.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários e financeiros necessários à estruturação e funcionamento da Secretaria-Executiva serão consignados diretamente no orçamento Governo Municipal.

Art. 12. Compete à Secretaria-Executiva:

I - assistir o Presidente e o Secretário-Geral do CONSEA Municipal, no âmbito de suas atribuições;

II - estabelecer comunicação permanente com os conselhos municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e com o Conselho Nacional, mantendo-os informados e orientados acerca das atividades e propostas do CONSEA Municipal;

III - assessorar e assistir o Presidente do CONSEA Municipal em seu relacionamento com a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, órgãos da administração pública, organizações da sociedade civil; e

IV - subsidiar as comissões temáticas, grupos de trabalho e conselheiros com informações e estudos, visando auxiliar a formulação e análise das propostas apreciadas pelo CONSEA Municipal.

Art. 13. Incumbe ao Secretário-Executivo do CONSEA Municipal dirigir, coordenar e orientar o planejamento, a execução e avaliação das atividades da Secretaria-Executiva, sem prejuízo de outras atribuições que lhes forem cometidas pelo Presidente e pelo Secretário-Geral do Conselho.

Art. 14. Para o desempenho de suas atribuições, a Secretaria-Executiva contará com estrutura específica, nos termos estabelecidos em decreto, que disporá sobre os quantitativos de cargos em comissão e funções de confiança para essa finalidade.



### CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO

Art. 15. Poderão participar das reuniões do CONSEA Municipal, a convite de seu presidente, representantes de outros órgãos ou entidades públicas, municipais, estaduais, nacionais e internacionais, bem como pessoas que representem a sociedade civil, cuja participação, de acordo com a pauta da reunião, seja justificável.

Art. 16. O CONSEA Municipal contará com comissões temáticas de caráter permanente, que prepararão as propostas a serem por ele apreciadas, e grupos de trabalho, de caráter temporário, para estudar e propor medidas específicas no seu âmbito de atuação.

Art. 17. As requisições de pessoal para ter exercício na Secretaria-Executiva do CONSEA Municipal serão feitas por intermédio da Prefeitura.

Art. 18. O desempenho de função na Secretaria-Executiva do CONSEA Municipal constitui, para o militar, atividade de natureza militar e serviço relevante e, para o pessoal civil, serviço relevante e título de merecimento, para todos os efeitos da vida funcional.

Art. 19. Ficam revogados os decretos (caso existam decretos a revogar)

Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Forquilha/SC, 27 de fevereiro de 2014.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 27 de fevereiro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

#### **Decreto Nº 035, de 27 de Fevereiro de 2014.**

DECRETO Nº 035, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014.  
CRIA, NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, A CÂMARA MUNICIPAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, combinado o disposto na Lei Municipal nº 1.920, de 19 de novembro de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Câmara Intersectorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN do Município de Forquilha, Estado de Santa Catarina, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, com a finalidade de promover a articulação e a integração dos órgãos, entidades e ações da administração pública municipais afetos à área de Segurança Alimentar e Nutricional, com as seguintes competências:

I - elaborar, a partir das diretrizes emanadas do Consea Municipal, a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando diretrizes, metas e fontes de recursos, bem como instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

II - coordenar a execução da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, mediante interlocução permanente com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e com os órgãos executores de ações e programas de SAN;

III - apresentar relatórios e informações ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, necessários ao acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

IV - monitorar e avaliar os resultados e impactos da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

V - Participar do fórum bipartite, bem como do fórum tripartite, para interlocução e pactuação com a Câmara Estadual Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, sobre o Pacto de Gestão do DHAA (PGDHAA) e mecanismos de implementação dos planos de Segurança Alimentar e Nutricional;

VI - solicitar informações de quaisquer órgãos da administração direta ou indireta do Poder Executivo Municipal para o bom desempenho de suas atribuições;

VII - assegurar o acompanhamento da análise e encaminhamento das recomendações do CONSEA Municipal pelos órgãos de governo que compõem a CAISAN Municipal apresentando relatórios periódicos;

VIII - elaborar e aprovar o seu regimento interno em consonância com a Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006 e os Decretos nº 6272 e nº 6273, ambos de novembro de 2001 e o Decreto nº 7272 de 25 de agosto de 2010.

Art. 2º A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será implementada por meio do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser construído intersectorialmente pela Câmara Municipal Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional, com base nas prioridades estabelecidas pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a partir das deliberações das Conferências Nacional, Estadual e Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

#### § 1º o Plano Municipal de SAN deverá:

I - conter análise da situação nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

II - ser quadrienal e ter vigência correspondente ao plano plurianual;

III - dispor sobre os temas previstos no parágrafo único do Art. 22 do Decreto nº 7.272/2010, entre outros temas apontados pelo CONSEA e pela Conferência Municipal de SAN;

IV - explicitar as responsabilidades dos órgãos e entidades afetos à Segurança Alimentar e Nutricional;

V - incorporar estratégias territoriais e intersectoriais e visões articuladas das demandas das populações, com atenção para as especificidades dos diversos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade e de Insegurança Alimentar e Nutricional, respeitando a diversidade social, cultural, ambiental, étnico-racial e a equidade de gênero;

VI - definir seus mecanismos de monitoramento e avaliação;

VII - ser revisado a cada dois anos, com base nas orientações da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, nas propostas do CONSEA e no monitoramento da sua execução.

Art. 3º A programação e a execução orçamentária e financeira dos programas e ações que integram a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é de responsabilidade dos órgãos e entidades competentes conforme a natureza temática a que se referem, observadas as respectivas competências



exclusivas e as demais disposições da legislação aplicável.

Art. 4º A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional deverá ser integrada pelos mesmos representantes governamentais titulares e suplentes no CONSEA, de que trata o Decreto nº 034, de 27 de fevereiro de 2014, e presidida pelo titular da Secretaria de Ação Social.

Art. 5º A Secretaria-Executiva da câmara ou instância governamental de gestão intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional deve ser exercida pelo órgão governamental que a preside, sendo seu Secretário-Executivo indicado pelo titular da pasta, e designado por ato do chefe do executivo.

Art. 6º A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional poderá instituir comitês técnicos com a atribuição de proceder à prévia análise de ações específicas.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Forquilha/SC, 27 de fevereiro de 2014.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 27 de fevereiro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

#### **Decreto Nº. 038, de 12 de Março de 2014.**

DECRETO Nº. 038, DE 12 DE MARÇO DE 2014.  
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O DESASSOREAMENTO DE PARTE DO LEITO DO RIO MÃE LUZIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,  
CONSIDERANDO a ocorrência de fortes precipitações na microbacia do Rio Mãe Luzia;

CONSIDERANDO que o assoreamento impede a vazão das águas e ocasiona transbordamentos laterais atingindo estradas, residências e outras edificações no bairro São Gabriel;  
CONSIDERANDO que a situação atual tem ocasionado insegurança, gerando conflitos e desestímulo à população;  
CONSIDERANDO os prejuízos sociais e econômicos;

CONSIDERANDO que o desassoreamento do rio tem a finalidade de proporcionar o aumento da secção transversal desta parte do Rio Mãe Luzia;

CONSIDERANDO o desassoreamento do rio ocasionará a diminuição dos prejuízos econômicos e sociais, o aumento do nível de segurança da população;

CONSIDERANDO que o desassoreamento do rio reduzirá os riscos frequentes de alagamento e dará tranquilidade e a melhorará a qualidade de vida da população envolvida;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, como medida preventiva e contenção de cheias, o desassoreamento de parte do leito do Rio Mãe Luzia, trecho compreendido na localidade de São Gabriel, com aproximadamente 650,00 m (seiscentos e cinquenta metros).

Art. 2º O desassoreamento da área do leito do rio descrita no artigo anterior tem com o objetivo específico a limpeza, aprofundamento

e alargamento de parte do leito do Rio Mãe Luzia.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto estão amparadas pelas dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 12 de março de 2014.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 12 de março de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

#### **Aviso de Licitação: Pregão Presencial Nº. 54/PMF/2014.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 54/PMF/2014.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa prestadora de serviços de segurança para cobertura do campeonato municipal de futebol de campo e eventos diversos durante o exercício corrente, por meio da Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 02 de abril de 2014 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 19 de março de 2014.  
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

#### **Lei Nº 1.960, de 17 de Março de 2014.**

LEI Nº 1.960, DE 17 DE MARÇO DE 2014.  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER POR DOAÇÃO AS ÁREAS DE TERRA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a receber por doação área de terra de 5.984,70m² (cinco mil novecentos e oitenta e quatro metros e setenta centímetros quadrados), dentro de uma área maior, registrada no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, sob o nº. 94, de propriedade de Carlos Alberto Eyng e irmãos, que se destinará a regularização da área onde se encontra a Rua Josef Eyng, de acordo com a planta topográfica do anexo único desta lei.



Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 17 de março de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito

Publicado no mural e registrado em 17 de março de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 1.960, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

### **Lei Nº 1.962, de 19 de Março de 2014.**

LEI Nº 1.962, DE 19 DE MARÇO DE 2014.

CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL E AUMENTO REAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, ALTERA A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Aos servidores ocupantes do cargo de professor com os vencimentos, proventos e pensões previstos nos Anexos IX e X da Lei Municipal nº 875, de 06 de junho de 2002, é concedido o reajuste de 8,32% (oito virgula trinta dois por cento) a incidir a partir de 1º de fevereiro de 2014, referente à revisão geral anual e aumento real.

Art. 2º Aos servidores ocupantes dos cargos de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil e Auxiliar de Educação, com os vencimentos, proventos e pensões previstos no Anexo XI da Lei Municipal nº 875, de 06 de junho de 2002, é concedido o reajuste de 18,32% (dezoito virgula trinta dois por cento) a incidir a partir de 1º de março de 2014, referente à revisão geral anual e aumento real.

Parágrafo único. Com o aumento disposto no caput deste artigo, fica extinto o Abono Auxiliar Infantil, criado pela Lei Municipal nº 1.667, de 18 de maio de 2011.

Art. 3º Aos demais servidores não contemplados nos artigos 1º e 2º desta Lei é concedido o percentual de reajuste de 8,32% (oito virgula trinta e dois por cento), a incidir a partir de 1º de março de 2014, sobre os vencimentos, proventos e pensões dos servidores da administração direta, indireta e fundacional do Poder Executivo do Município, referente à revisão geral anual e aumento real.

Art. 4º É alterado, a partir do dia 1º de março de 2014, a Amplitude de Referência das categorias funcionais do anexo VII da Lei nº 751, de 20 de setembro de 2001, abaixo discriminadas:

I - A categoria funcional de Motorista passa para a Amplitude de Referência TSA - 9 a 13.

II - A categoria funcional de Operador de Equipamentos passa para a Amplitude de Referência TSA - 11 a 15.

Art. 5º Ficam extintos, a partir de 1º de abril de 2014, os cargos em comissão de Gerente Adjunto de Saúde, Chefe da Divisão de Transporte da Secretaria de Saúde e Chefe do Departamento de Saúde, da Lei Municipal nº 1.408/2008.

Art. 6º Fica criado mais 01 (um) cargos em comissão de Diretor de Escola de Educação Básica com mais de 300 alunos – Nível DAE-2 do Anexo V da Lei Municipal nº 1.408, de 08 de dezembro de 2008, com suas alterações posteriores.

Art. 7º É criado o cargo comissionado de Secretário Adjunto de Saúde, vinculado a Secretaria de Saúde, com atribuição de assessorar o Secretário Municipal de Saúde, chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços das políticas públicas de saúde do Município de Forquilha, substituir o titular da Secretaria Municipal de Saúde nos seus afastamentos e impedimentos, e a execução de outras atividades correlatas, com nível de vencimento DAS-8, do Anexo IV da Lei Municipal nº 1.408, de 08 de dezembro de 2008, com suas alterações posteriores.

Art. 8º É criado o cargo comissionado de Chefe da Divisão de Avaliação, Controle e Auditoria, vinculado à Secretaria de Saúde, com atribuição de chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Divisão de Avaliação, Controle e Auditoria, e a execução de outras atividades correlatas, com nível de vencimento DAS-3, do Anexo IV da Lei Municipal nº 1.408, de 08 de dezembro de 2008, com suas alterações posteriores.

Art. 9º É criado o cargo comissionado de Chefe do Departamento de Transporte da Secretaria de Saúde, vinculado à Secretaria de Saúde, com atribuição de chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços do Departamento de Transporte da Secretaria de Saúde, e a execução de outras atividades correlatas, com nível de vencimento DAS-2, do Anexo IV da Lei Municipal nº 1.408, de 08 de dezembro de 2008, com suas alterações posteriores.

Art. 10. É criado o cargo comissionado de Coordenador do Serviço de Iluminação Pública, vinculado à Secretaria de Governo, com atribuição de chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os Serviços de Iluminação Pública, e a execução de outras atividades correlatas, com nível de vencimento DAS-6, do Anexo IV da Lei Municipal nº 1.408, de 08 de dezembro de 2008, com suas alterações posteriores.

Art. 11. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 19 de março de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 19 de março de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

### **Lei Nº 1.963, de 19 de Março de 2014.**

LEI Nº 1.963, DE 19 DE MARÇO DE 2014.

CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL E AUMENTO REAL AO PREFEITO E VICE-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido ao Prefeito e Vice-Prefeito do Município de



Forquilha, o aumento de 8,32% (oito vírgula trinta e dois por cento), referente à revisão geral anual e aumento real.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos gerados a partir de 1º de março de 2014.

Art. 4º Revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 19 de março de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 19 de março de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

### Lei Nº 1.964, de 19 de Março de 2014.

LEI Nº 1.964, DE 19 DE MARÇO DE 2014.

CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL E AUMENTO REAL AOS SECRETÁRIOS DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido aos Secretários do Município de Forquilha, o aumento de 8,32% (oito vírgula trinta e dois por cento), a iniciar a partir de 1º de março de 2014, referente à revisão geral anual e aumento real.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos gerados a partir de 1º de março de 2014.

Art. 4º Revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 19 de março de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 19 de março de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

### Extrato de Contrato PMF Nº. 250/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 250/2013

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – CASAN

OBJETO – O objeto do presente contrato é a concessão da prestação de serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com exclusividade à COMPANHIA CATARIENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO "CASAN", em todo o território de Forquilha.

VIGÊNCIA – O presente contrato vigorará pelo prazo de 30 (trinta) anos, contados a partir da data de sua assinatura.

FUNDAMENTO LEGAL – com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e observadas às disposições dos artigos 175 e 241 da Constituição Federal; da Lei Estadual nº 4.547/1970; Lei Estadual nº 13.517/2005; Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005; Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007; Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, Decreto 7.217, de 21 de junho de 2010, e Lei Municipal nº 1.889.

DATA DA ASSINATURA – 29 de novembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

DALÍRIO JOSÉ BEBER

Diretor Presidente

OSNY SOUZA FILHO

Diretor de Planejamento e de Relações com o Poder Concedente

### Decreto Nº 01, de 02 de Janeiro de 2014.

DECRETO Nº 01, DE 02 DE JANEIRO DE 2014.

CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS PROPORCIONAIS A VALDIR ALISDINO RABELLO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, inciso I da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de acordo com o que consta do Processo Nº 037/2014 e de conformidade com art. 30 da Lei Municipal nº 1325/2007.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos proporcionais a VALDIR ALISDINO RABELLO, brasileiro, casado, nascida em 15 de agosto de 1950, portador do CPF nº 186.029.919-91, Carteira de Identidade nº 261.832-0/SSP/SC, CTPS nº 3967390/001-0/SC, PASEP 102.74423.11-9, ocupante do cargo de Carpinteiro, matrícula nº 966, lotado na Secretaria Municipal de Obras, de acordo com a seguinte memória de cálculo:

CÁLCULO DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA		
1-	RENDA MENSAL INICIAL	R\$ 1.177,86
2-	FATOR DE PROPORCIONALIDADE	80,00%
3-	VALOR LÍQUIDO DO BENEFÍCIO MENSAL	R\$ 1.177,86
4-	TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO DA SEGU-RADA (=) tempo total líquido até 23/12/2013	35 anos e dois dias
TIPO DE BENEFÍCIO: Aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos proporcionais, nos termos do art. 30 da Lei Municipal nº 1.325/2007.		

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 02 de janeiro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de janeiro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças



Ata 05 - Materiais de Construção

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 1/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ASSOALHO EUCALIPTO 1º	MT2	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	37,7515	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	43,5000	2
2	BARROTE EUCALIPTO 6 X 12 CM.	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	6,9545	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	4,3000	2
3	BARROTE EUCALIPTO 6CM X 6CM	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	5,4643	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	1,1000	2
4	CALHA CEDRINHO P/ REPARTIÇÃO	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	5,9610	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	5,8000	2
5	CALHA PINOS P/ REPARTIÇÃO	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	4,9675	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	3,9000	2
6	FORRO CEDRO VERMELHO	MT2	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	41,7273	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	44,2000	2
7	FORRO PINOS 1º	MT2	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	10,9286	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	12,1000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 2/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	MARCO CEDRINHO 12 C.	JOG	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	69,5455	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	85,3000	2
9	MARCO CEDRINHO 14 C.	JOG	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	84,4481	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	92,0000	2
10	MARCO CEDRINHO P/AR CONDICIONADO 44 X 33	JOG	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	74,5130	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	84,0000	2
11	MARCO ITAUBA 12 CM.	JOG	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	129,1559	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	167,0000	2
12	MARCO ITAUBA 14 CM.	JOG	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	149,0261	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	187,0000	2
13	MEIA CANA CEDRINHO	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	2,9805	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	2,3500	2
14	MEIA CANA PINOS	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	1,4903	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	1,1500	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 3/36

Número do Registro de Preços: 5/2014      Data do Registro: 13/03/2014      Válido até: 13/03/2015						
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
15	PORTA CEDRINHO 0,70 X 2,10	PC	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	197,7079
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	218,0000
16	PORTA CEDRINHO 0,80 X 2,10	PC	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	197,7079
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	242,0000
17	PORTA ITAUBA 80 X 2,10 SEMI OCA	PC	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	94,3832
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	84,5000
18	PORTA S. OCA 0,70 X 2,10	PC	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	51,6624
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	55,0000
19	PORTA S. OCA 0,80 X 2,10	PC	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	51,6624
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	55,0000
20	REPARTIÇÃO PINOS 2,50MT 1º	MT2	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	23,8442
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	28,9000
21	REPARTIÇÃO PINOS 3,00MT 1º	MT2	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	26,8247
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	27,5000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 4/36

Número do Registro de Preços: 5/2014      Data do Registro: 13/03/2014      Válido até: 13/03/2015						
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
22	RODAPE CEDRO 6CM X 2,5CM	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	3,4773
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	5,1000
23	RODAPE PINOS 6CM X 2,5CM	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	2,9805
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	2,9000
24	SARRAFO CEDRO PLANADO 6CM X 2CM	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	4,4708
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	5,3000
25	SARRAFO PINOS PLANADO 6 CM X 2 CM	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	2,8812
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	2,4000
26	TACAÇÃO CEDRO 5CM. PLANADO	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	3,4773
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	4,6000
27	TACAÇÃO PINOS 5 CM	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	1,3909
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	1,4000
28	TRAVESSA CEDRO 3,5 X 5 CM.	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	6,4578
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	5,8000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	TRAVESSA EUCALIPTO 3,5 X 5 CM.	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	4,4708	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	4,2000	2
30	TRAVESSA PINOS 3,5 X 5 CM.	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	3,9740	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	4,2000	2
31	VISTA CEDRO 6 X 1 CM.	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	2,9805	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	5,6000	2
32	VISTA ITAUBA 6 X 1CM.	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	5,9610	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	7,5000	2
33	ARMAÇÃO EUCALIPTO	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	3,4019	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	3,0000	2
34	BARDELA DE EUCALIPTO 3,5 X 5 CM X 3 MT	MT	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	1,2648	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	1,7000	2
35	TÁBUA EUCALIPTO BRUTA SECA	M3	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	689,9330	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	860,0000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desdto. (%)	Preço Unitário	Classif.
36	TÁBUA EUCALIPTO PLAINADA 1º	MT2	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	32,4675	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	36,0000	2
37	TÁBUA PINOS BRUTA SECA	M3	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	722,4028	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	490,0000	2
38	TÁBUA PINOS PLAINADA E LIXADA	MT2	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	22,7273	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	23,0000	2
39	TÁBUA PINOS PLAINADA E SECA	M3	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	892,8571	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	900,0000	2
40	LUMINARIA DE EMERGENCIA 1 X 9W	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	29,1600	1
			ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	glight	0	33,0000	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	36,0000	3
41	LUMINARIA DE EMERGENCIA 2 X 9w	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	36,6200	1
			ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	glight	0	33,0000	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	42,0000	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 736

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
42	LAMPADA FLUO COMP 26W	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	9,2000	1
			ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	glight	0	9,5500	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	29,0000	3
43	LAMPADA FLUO KIT 11W	UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	g light	0	7,1000	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	9,0000	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	9,0000	3
44	LAMPADA FLUO KIT 27 W	UNI	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	10,4000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	11,0000	2
			ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	glight	0	12,5000	3
45	LAMPADA FLUO KIT 46 W	UNI	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	glight	0	28,9000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	34,0000	2
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	34,9000	3
46	LAMPADA FLUORESCENTE 20 W	UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	blumenau	0	4,9000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	6,0000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 8/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
47	LAMPADA FLUORESCENTE 32W		COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	8,8000	3
		UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	3,5200	1
			ELETRO BACK LTDA+ME (7933)	glight	0	8,5000	2
48	LAMPADA MISTA 160 W		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	24,0000	3
		PC	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	10,8200	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	14,0000	2
49	LAMPADA MISTA 250W BOCAL E27		ELETRO BACK LTDA+ME (7933)	avant	0	15,2000	3
		UN	ELETRO BACK LTDA+ME (7933)	avant	0	15,8333	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	16,4500	2
50	LAMPADA PAR 100W 38		COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	13,6000	1
		UN	ELETRO BACK LTDA+ME (7933)	glight	0	28,0000	2
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	15,2100	1
51	LAMPADA PAR-20 50W		ELETRO BACK LTDA+ME (7933)	glight	0	17,0000	2
		UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	44,8000	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0		
52	LAMPADA V. METALICO 250W VERDE		ELETRO BACK LTDA+ME (7933)	glight	0		
		UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0		
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0		



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 9/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
53	LAMPADA V. METALICO 400W VERDE		ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	empalux	0	68,9000	2
		UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	49,9000	1
54	LAMPADA VAPOR MERCÚRIO 125W		ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	glight	0	75,9000	2
		UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	9,5000	1
55	LAMPADA VAPOR MERCÚRIO 80W		ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	avant	0	12,9000	2
		UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	7,3000	1
56	LAMPADA VAPOR SODIO 250W		ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	avant	0	12,2000	2
		UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	17,5500	1
57	BASE FOTO CELULA		ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	avant	0	35,0000	2
		PC	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	linco	0	6,8243	1
58	BOCAL PORCELANA		COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	22,4000	2
		UN	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	27,0000	3
			ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	G-20	0	3,9278	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	2,4000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 10/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra:		A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
59	CABO PP 2 X 1,5 MM		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	5,0000	3
		M	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	Iberica	0	2,2205	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	1,8000	2
60	CABO PP 2X4,0 MM		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	2,0000	3
		MT	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	Iberica	0	3,9574	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	4,2600	2
61	CAIXA 4X2 SIST X		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	6,0000	3
		PC	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	Internid	0	2,9804	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	1,6400	2
62	CAIXA CD 12 DISJ EMBUTIR		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	4,0000	3
		UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	brum	0	17,7639	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	32,2000	2
63	CALHA FLUORESCENTE 40W 1 X 40 COMERCIAL		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	34,0000	3
		UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	blumenau	0	9,6714	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 11/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
64	CAVALETA PLÁSTICA SISTEMA X		COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	11,7000	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	44,0000	3
		UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	emebras	0	2,6152	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	4,5600	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	6,0000	3
65	CAPACITOR P/VENTILADOR	UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	nog	0	8,3885	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	11,7000	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	29,0000	3
66	CHAVE MAGNÉTICA PDW 7,5 CV	UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	lukma	0	91,7800	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	14,0000	2
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	157,1000	3
67	CHAVE UNIP 15A	PC	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	oscar	0	9,8688	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	6,7900	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	15,0000	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 12/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
68	CHAVE VENTILADOR	UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	padantuz	0	7,4016	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	17,7300	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	29,0000	3
69	CONECTOR HASTE 95mm - A-TERRAMENTO COBRE	PC	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	cominelli	0	10,8557	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	9,9500	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	15,0000	3
70	CURVA 90º ELETRODUTO 1"	UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	impol	0	2,4672	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	1,9800	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	2,0000	3
71	ELETRODUTO 1" (3M)	BR	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	impol	0	8,9806	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	7,0000	2
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	8,2300	3
72	FIO DROP	M	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	condiscabo	0	0,8388	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	0,3000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 13/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015				
Objeto da Compra:		A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor		Marca Ofert.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
73	FIO FLEXIVEL 1,5 MM		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	(9183)	RELUX	0	2,0000	3
		MT	ELETRO BACK LTDA-ME	(7933)	condulflex	0	0,5921	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA.	(7137)		0	0,5600	2
74	FIO FLEXIVEL 2,5MM		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	(9183)	RELUX	0	1,2000	3
		M	ELETRO BACK LTDA-ME	(7933)	condulflex	0	0,9375	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA.	(7137)		0	0,9100	2
75	FIO PARALELO 2 X 2,5 MM2		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	(9183)	RELUX	0	2,5000	3
		MT	ELETRO BACK LTDA-ME	(7933)	condulflex	0	2,2501	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	(9183)	RELUX	0	2,0000	2
76	FIO RIGIDO 1,5MM2		COMERCIAL CARLESSI LTDA.	(7137)		0	2,1100	3
		M	ELETRO BACK LTDA-ME	(7933)	condulflex	0	0,6020	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA.	(7137)		0	0,5900	2
77	FITA GALVANIZADA 3/4		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	(9183)	RELUX	0	1,0000	3
		MT	ELETRO BACK LTDA-ME	(7933)	zi	0	1,5790	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 14/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra:		A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
78	FITA ISOLANTE (10 M) X 3/4"		COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	1,5000	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	4,0000	3
		PC	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	foxluz	0	2,9606	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	3,1000	2
79	HASTE DE TERRA 1M		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	4,0000	3
		PC	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	olivo	0	7,4016	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	11,7000	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	15,0000	3
80	INTERRUPTOR 1T EMBUTIR		ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	meconic	0	4,9344	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	3,0400	2
		PC	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	RELUX	0	6,0000	3
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	6,0000	3
81	INTERRUPTOR 2T EMBUTIR		ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	meconic	0	8,8918	1
		UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	meconic	0	3,8600	2
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	9,0000	3
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	9,0000	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 15/36

Número do Registro de Preços: 5/2014      Data do Registro: 13/03/2014      Válido até: 13/03/2015						
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
82	INTERRUPTOR 2T PARALALO EMBUTIR	UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	mectronic	0	10,1649
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	6,0800
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	13,0000
83	PEVEDUTO 1,1/4	MT	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	contubo	0	1,7270
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	1,5000
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	1,5100
84	PINO FEMEA	UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	lumbiras	0	3,7502
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	2,6100
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	3,0000
85	PINO MACHO SIMPLES	UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	lumbiras	0	2,9113
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	2,2500
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	3,0000
86	PINO TELEFONICO ENTRADA AMERICANA	UNI	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	emave	0	2,9606
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	1,9200



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 16/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
87	PINO TRIPOLAR M		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	6,0000	3
		PC	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	lumibras	0	5,5265	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	4,7900	2
88	REATOR 2X40 ELETRONICO		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	9,0000	3
		UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	ecp	0	20,2311	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	23,3400	2
89	REATOR 40 CONVENCIONAL		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	24,0000	3
		UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	intral	0	12,8295	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	11,1200	2
90	REATOR 400 W VAPOR SODIO		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	24,0000	3
		UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	intral	0	85,7600	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	39,0000	2
91	REATOR VAPOR MERCÚRIO 125W EXTERNO		COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	90,7000	3
		UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	intral	0	48,2585	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 17/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra:		A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
92	REATOR VAPOR MERCÚRIO 80 W		COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	42,0000	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	49,0000	3
		UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	intral	0	39,4753	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	40,9500	2
93	RELE FOTO CELULA		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	60,0000	3
		UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	techna	0	14,7045	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	22,3600	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	25,0000	3
94	START 40 W		ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	intral	0	0,9969	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	1,1600	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	2,5000	3
		UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	intral	0	0,9969	1
95	TOMADA COMPUTADOR SISTEMA X		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	2,5000	3
		UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	megatronic	0	7,3523	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	5,1200	2
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	6,5000	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 18/36

Número do Registro de Preços: 5/2014      Data do Registro: 13/03/2014      Válido até: 13/03/2015						
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
96	TOMADA EMBUTIR UNIVERSAL	UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	mectronic	0	6,7108
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	5,1200
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	7,0000
97	TOMADA TRIFÁSICA 30 A	UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	hj	0	7,5891
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	RELUX	0	9,0000
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	14,3200
98	TORNEIRA ELETTRICA GIRATORIA PAREDE - 4T 5700W	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	84,7000
			ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	corpetto	0	98,5000
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	FAME	0	159,0000
99	CHUVEIRO ELÉTRICO TIPO DUCHA	UN	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	sinrex	0	30,0000
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	32,9000
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	FAME	0	44,0000
100	ADAPTADOR PVC COM FLANGE 25 MM	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	6,5500
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	6,5000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
101	CANO PARA CHUVEIRO	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	5,0300	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	9,0000	2
102	JOELHO 90 SOLD C/ ROSCA 20X1/2	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	0,9900	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	1,5000	2
103	JOELHO DE PVC LEVE DE 100 X 90°	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	4,8600	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	3,5000	2
104	JOELHO DE PVC LEVE DE 40 X 90°	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	1,0300	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	1,3000	2
105	JOELHO DE PVC SOLDÁVEL DE 25 X 90°	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	0,4600	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	0,7000	2
106	LUVA PARA ELETRODUTO ROSCAVEL 1	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	0,9600	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	1,5000	2
107	LUVA PVC LEVE 100MM	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	3,7100	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	3,5000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 20/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra:		A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
108	LUVA PVC LEVE 40 MM	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	0,7400	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	1,2000	2
109	SPUDE P/ WC	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	2,8100	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	3,0000	2
110	TUBO PVC LEVE 100MM	BR	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	33,6000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	38,0000	2
111	TUBO PVC LEVE 40MM	BR	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	12,6400	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	17,0000	2
112	TUBO PVC LEVE 50MM	BR	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	22,4600	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	27,0000	2
113	TUBO PVC SOLDAVEL 20mm	BR	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	7,1400	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	8,5000	2
114	TUBO PVC SOLDAVEL 25mm	BR	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	9,4800	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	12,0000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014**

Página: 21/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
115	TUBO PVC SOLDAVEL 32MM	BR	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	20,1200	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	26,0000	2
116	TUBO PVC SOLDAVEL 50mm	BR	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	36,5000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	39,0000	2
117	CAIXA DE DESCARGA PLASTICA BRANCA	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	14,1600	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ALUMASA	0	18,0000	2
118	ASSENTO SANITÁRIO BRANCO PLÁSTICO	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	12,2300	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ALUMASA	0	14,0000	2
119	ASSENTO SANITARIO INFANTIL	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	31,0000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ALUMASA	0	99,0000	2
120	VASO SANITÁRIO ADULTO	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	80,8000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ALUMASA	0	99,0000	2
121	VASO SANITARIO INFANTIL BRANCO	PC	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	146,3000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ALUMASA	0	179,0000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 22/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
122	TORNEIRA LAVATORIO 1193/23	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	23,1000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KELLY	0	48,0000	2
123	PÁ DE JUNTAR COM CABO	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	17,0000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	METISA	0	49,0000	2
124	PA RETA COM CABO	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	16,4000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	METISA	0	18,0000	2
125	ENXADA C/ CABO	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	13,9000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	METISA	0	18,0000	2
126	CARRINHO DE MÃO (PVC)	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	81,9000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	METISA	0	115,0000	2
127	ARRUELA DE FERRO 3/8"	CTO	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	0,1490	1
128	BUCHA NYLON S8	CTO	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	13,9626	1
129	CADEADO 35MM	UN	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	11,9679	1
130	CORRENTE ELOS CURTOS 12,5	KG	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	34,9064	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 23/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
131	DOBRADIÇA LATÃO COMUM 3"	UN	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	ORION	0	5,9840	1
132	DOBRADIÇA ZINCADA 3" C/ PARAFUSO	UNI	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	ORION	0	1,9947	1
133	FECHADURA 1800/11 QUADRUPLA - INOX	UNI	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	ORION	0	37,8984	1
134	FECHADURA 803/010 EQ-EXTERNA	UN	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	ORION	0	37,8984	1
135	FECHADURA 824/11 GRAFITE BMC	UNI	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	ORION	0	37,8984	1
136	PARAFUSO FENDA ZINC 3,5X20	CTO	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	ORION	0	9,9723	1
137	PARAFUSO FENDA ZINC 3,5X30	CTO	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	ORION	0	11,9679	1
138	PARAFUSO FENDA ZINC 4,8X45	CTO	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	ORION	0	19,9465	1
139	PARAFUSO FENDA ZINC 6,1X100	CTO	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	ORION	0	29,9198	1
140	PARAFUSO FENDA ZINC 3,8X40	CTO	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	ORION	0	24,9332	1
141	PARAFUSO FENDA ZINC 4,2 X 40	CTO	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	ORION	0	24,9332	1
142	PARAFUSO FENDA ZINC 4,5 X 50	CTO	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	ORION	0	29,9198	1
143	PARAFUSO FRANCES 1/2X12	PC	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	ORION	0	1,9947	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 24/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
144	PARAFUSO FRANCÊS 1/4 X 1	PC	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	(9183) ORION	0	0,9973	1
145	PARAFUSO FRANCÊS 1/4 X 2	PC	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	(9183) ORION	0	1,4960	1
146	PARAFUSO FRANCES 3/8X3	PC	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	(9183) ORION	0	1,9947	1
147	PARAFUSO SEXT. 5/16 X 3 1/2	PC	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	(9183) ORION	0	1,9947	1
148	PARAFUSO TELHEIRO 5/16 X110 COMP.	UN	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	(9183) ORION	0	0,5984	1
149	PARAFUSO WC CROMADO 10mm	PC	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	(9183) ORION	0	3,4906	1
150	PORCA 1/4	CTO	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	(9183) ORION	0	0,2463	1
151	PREGO 12X12	KG	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	9,2500	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	(9183) BELGO	0	11,0000	2
152	PREGO 14X18	KG	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	8,4000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	(9183) BELGO	0	9,5000	2
153	PREGO 16X21	KG	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	7,7000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	(9183) BELGO	0	8,5000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
154	PREGO 17X27	KG	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	7,3000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	BELGO	0	8,5000	2
155	PREGO 19 X 36	KG	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	6,9500	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	BELGO	0	8,5000	2
156	PREGO 21X48	KG	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	6,9500	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	BELGO	0	9,0000	2
157	PREGO 23X60	KG	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	8,7000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	BELGO	0	9,0000	2
158	PREGO 24X60	KG	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	8,7000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	BELGO	0	9,5000	2
159	PREGO 25X72	KG	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	8,7000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	BELGO	0	9,5000	2
160	FERRO CONSTR CA60 4,2 12M	BR	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	5,6166	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	BELGO	0	6,5140	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 26/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
161	FERRO DE CONSTRUÇÃO 10MM - BARRA DE 12MM	BR	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	30,2865	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	BELGO	0	33,0416	2
162	FERRO DE CONSTRUÇÃO 12,5MM 12M	BR	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	44,9891	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	BELGO	0	38,7059	2
163	FERRO DE CONSTRUCAO 6,3 12 M	BR	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	12,9866	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	BELGO	0	12,7446	2
164	FERRO DE CONSTRUÇÃO 8MM - BARRA DE 12MM	BR	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	20,9568	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	BELGO	0	21,7131	2
165	CIMENTO 50 KG - CP2 Z	SAC	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	23,4950	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	VOTORANTIM	0	23,5000	2
166	TELHA AMIANTO 183X110X5.	UNI	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	IMBRALIT	0	24,5000	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	26,0000	2
167	TELHA AMIANTO 213X110X5	PC	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	IMBRALIT	0	29,0000	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	30,2200	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 27/36

Número do Registro de Preços: 5/2014      Data do Registro: 13/03/2014      Válido até: 13/03/2015						
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
168	TELHA AMIANTO 24X060X4	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	10,4833
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	IMBRALIT	0	10,5000
169	TELHA AMIANTO 24X110X5	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	30,9750
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	IMBRALIT	0	31,0000
170	TELHA CERAMICA COMUM	UN	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	SOLAR	0	0,8500
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	0,9500
171	CUMEIRA DE FIBROCIMENTO 1,10 X 6MM	UN	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	IMBRALIT	0	23,7500
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	23,9688
172	MEIO TULO DE 6 FUROS	MLH	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ROSSO	0	350,0000
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	390,0000
173	TULO 6 FUROS 9 X 12 X 18	MLH	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ROSSO	0	350,0000
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	390,0000
174	TULO MACIÇO 6X10X20	MLH	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ROSSO	0	580,0000
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	640,0000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 28/36

Número do Registro de Preços: 5/2014      Data do Registro: 13/03/2014      Válido até: 13/03/2015						
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
175	TORNEIRA PLASTICA JARDIM 10 - 3/4	PC	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	2,3400
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	3,0000
176	FITA ZEBRADA PLASTICA 70MM X 200M	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	7,4000
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	9,0000
177	PLANCHA CEDRINHO BRUTA 4CM X 3M X 20 CM	M3	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	1,437,5940
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	2,000,0000
178	PLANCHA EUCALIPTO 5 CM X 4 MT X 20 CM	M3	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CREPALDI	0	763,7218
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	600,0000
179	TELA SOLDADA 1.20M 15X15 FIO 14	M	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	16,1500
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	BELGO	0	28,0000
180	PNEU 2.75 P/ CARRINHO MAO	PC	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	17,0000
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	20,7000
181	PEDRA ALICERCE GROSSA.	M	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	4,4500
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	OLIZIO	0	17,0000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Número do Registro de Preços: 5/2014      Data do Registro: 13/03/2014      Válido até: 13/03/2015						
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
182	MOERÃO DE CONCRETO 3 M	UN	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CONCRETUB	0	28,0000
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	38,0000
183	LONA PRETA 150 UC 4 X 100	MT2	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	0,5500
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	0,6500
184	LAMINA ROÇADEIRA - FURO 20 MM	UNI	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	18,5000
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	21,0000
185	LAMINA ROÇADEIRA - FURO 1"	PC	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	18,5000
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	21,0000
186	IMPERMEABILIZANTE REBOCO 1L	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	11,8000
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	QUEVEKS	0	13,0000
187	GANCHO 8 TIPO L	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	0,3700
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	0,6000
188	FITA VEDAROSCA 18MMX10M	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	1,9000
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	2,0000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 30/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
189	ESPUMA POLIURETANO 500 ML SPRAY	TB	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	21,4200	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	22,0000	2
190	DISCOPARA CORTE INOX 4 POLEGADA 1/2	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	4,5000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	6,5000	2
191	CORDA TRANÇADA MULT MA	KG	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	21,6000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	28,0000	2
192	CAL BRANCO PARA PINTURA 5 KG	SAC	FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ITABRANCO	0	8,0000	1
			COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	8,7000	2
193	CANO GALVANIZADO NBR 5580 26,90 MM 3/4	BR	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	73,7500	1
194	CAIXA DE GORDURA QUADRADA 30 CM	PC	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	23,0000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	FERREIRA	0	29,0000	2
195	ARAME GALVANIZADO 16	KG	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	9,3000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	BELGO	0	14,0000	2
196	ARAME GALVANIZADO 10	KG	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	7,8500	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 31/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
197	ANEL DE BORRACHA 40		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	BELGO	0	14,0000	2
		UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	0,7500	1
198	ADESIVO PVC BISNAGA 75G		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	1,0000	2
		TB	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	3,9200	1
199	ADESIVO PVC 17G		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	4,5000	2
		UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	1,9000	1
200	ADESIVO EXTRA AZUL (1 KG)		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	KRONA	0	2,5000	2
		UNI	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	13,3000	1
201	ABRACADEIRA GALVANIZADA U-1		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	19,0000	2
		UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	0,4300	1
202	CORRENTE MOTOSERRA 3/8 - MS55 -61-268		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	1,5000	2
		UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	40,0000	1
203	CANO GALVANIZADO NBR 5580 60,3MM - 2		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	79,0000	2
		BR	ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	montana	0	198,0000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 32/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
204	CANO GALVANIZADO NBR 5580 48,3MM - 1,12		COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	198,6000	2
		BR	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	145,3333	1
			ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	montanna	0	146,6667	2
205	LAVATÓRIO COM COLUNA (GRANDE)	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	38,6000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	CELITE	0	88,0000	2
206	TELA PRATICA FIO 5X15X2,4MM	MT2	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	13,9000	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	BELGO	0	18,0000	2
207	TELA VIVEIRO ARAME 1/2 POLEGADA 1MT ALTURA	MT2	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	7,7500	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	BELGO	0	9,5000	2
208	THINNER 2900 GALÃO 5 LT	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	61,9748	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	45,0000	2
209	BANDEJA PARA PINTURA	UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	7,3378	1
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	4,5000	2
210	ROLO DE LÃ 1000/23 MM	UNI	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	19,5344	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
211	ROLO DE LA 306/15.		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	24,0000	2
		UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	12,8908	1
212	TINTA SEMI BRILHO ACRÍLICA BRANCA 18LT		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	13,0000	2
		BD	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	165,4974	1
213	TINTA SEMI BRILHO ACRÍLICA VERDE 18LT		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	290,0000	2
		BD	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	173,7277	1
214	TINTA SEMI BRILHO ACRÍLICA VERMELHA 18LT		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	290,0000	2
		BD	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	269,7142	1
215	TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO BEGE 18LT		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	290,0000	2
		BD	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	173,7277	1
216	MULTIMASSA TAPA TUDO 1 LT		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	290,0000	2
		LATA	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	25,1865	1
217	TORNEIRA ELÉTRICA GIRATÓRIA 4T - 5800 W		FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	ORION	0	15,0000	2
		UN	COMERCIAL CARLESSI LTDA. (7137)		0	84,7000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 34/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ELETRO BACK LTDA-ME (7933)	competto	0	85,0000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 35/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9183)	FAME	0	159,0000	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 36/36

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 13/03/2014		Válido até: 13/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2014  
PROCESSO Nº 38/2014

- (7137) - COMERCIAL CARLESSI LTDA.
- (7933) - ELETRO BACK LTDA-ME
- (9183) - FORQUILHINHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Forquilha, 13 de Março de 2014.



Ata 06 - Materiais de Limpeza

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 1/15

Número do Registro de Preços: 6/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	Água sanitária 5 litros com teor mínimo de 2,0% de cloro ativo, hidróxido de sódio, clareto, cor incolor. Produto biodegradável, bactericida e germicida, deverá apresentar no rótulo no mínimo: data de validade, dados do fabricante, marca, precauções, modo de usar e composição do produto, embalagem individual em plástico resistente (que não escore no empilhamento e de acordo com a ABNT/NBR 13390/05/1990) de material flexível e, validade mínima de 8 meses a contar da data da entrega de cada pedido.	GL	DENGO INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (7702)	DENGO	0	4,3000
			T M SCHLUCKMANN & CIA LTDA ME (11819)	DENGO	0	6,6800
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	QBOA	0	8,9500
2	Alcool gel 70 para higienização , tipo etílico, antisséptico e bactericida, aroma neutro, acondicionado em embalagem de no mínimo 01 litro, na embalagem do produto deverá constar data de fabricação, da validade de no mínimo 12 meses a partir da data de entrega, e número do lote.	LT	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	ZULU	0	4,0000
			PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	DA ILHA	0	4,0400
3	Alcool gel 70 em gel para higienização , tipo etílico, antisséptico e bactericida, aroma neutro, acondicionado em embalagem de 500 ml. Validade de no mínimo 12 meses a partir da data da entrega.	FR	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	DA ILHA	0	3,6400
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	CHEMIX	0	3,6500
4	Amaciante para roupas componente ativo clareto de diesteril dimetil anônio, benzisotiazolinona, essência, água e corante vermelho rhodamina ci 45170, acondicionados em embalagens de 5 litros,	GL	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	YPE	0	5,4000
			DENGO INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (7702)	DENGO	0	5,5000
			T M SCHLUCKMANN & CIA LTDA ME (11819)	DENGO	0	8,1700



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
5	Bobina em plástico para freezer 3 litros com 100 unidades, composição de 80% de pead e 20% de pebol.	ROL	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	LIBREPLAST	0	2,3500
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	ORLEPLAST	0	2,8800
			PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP (11996)	Orleplast	0	5,7200
6	Bobina em plástico para freezer 5 litros com 100 unidades, composição de 80% de pead e 20% de pebol.	ROL	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	LIBREPLAST	0	3,1700
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	ORLEPLAST	0	3,6000
			PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP (11996)	Orleplast	0	7,1400
7	Cera automotiva para proteção da tinta do carro, em acordo com a legislação vigente, frascos com 200 g	FR	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	AUTOCRAFT	0	5,4700
8	Cera líquida incolor polietileno, polílim, coadjuvantes aplicação em pisos em todos os tipos de autotáfego em embalagens de 750ml (frascos); Possuir Registro na ANVISA.	FR	T M SCHLUCKMANN & CIA LTDA ME (11819)	DENGO	0	5,2000
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	BRAVO	0	6,8800
9	Cloro a teor de cloro ativo de 6 a 8 %, hipoclorito de sódio, tensoativo aniônico, alcalizante e veículo, acondicionados em embalagens de 5 litros; Possuir Registro na ANVISA.	GL	DENGO INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (7702)	DENGO	0	7,0000
			T M SCHLUCKMANN & CIA LTDA ME (11819)	DENGO	0	10,4000
11	Copo Plástico (material poliestireno) descartável, capacidade 180 ml, cor branca, caixa com 25 pacotes com 100 unidades cada, com no mínimo 0,17mm de espessura. Padrão ABNT/NMENTRO	CX	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	TOTALPLAST	0	49,9500



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 17/03/2014		Válido até: 17/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

12	Copo Plástico (material poliestireno) descartável, capacidade 50 ml, cor branca, caixa com 30 pacotes com 100 unidades cada, com no mínimo 0,17mm de espessura. Padrão ABNT/NMENTRO	CX	T M SCHLUCKMANN & CIA LTDA ME (11819)	TOTAL PLAST	0	50,0000	2
			PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	COPOSUL	0	65,5000	3
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	TOTALPLAST	0	28,9500	1
			T M SCHLUCKMANN & CIA LTDA ME (11819)	TOTAL PLAST	0	29,0000	2
			PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP (11966)	Totalplast	0	30,5000	3
13	Desengordurante, limpa e remove rapidamente toda a sujeira e gordura, sem esforço, e ainda deixa um suave perfume. Indicado para limpeza de fogões, azulejos, fórmicas, placas, micro-ondas, exaustores, geladeiras e outras superfícies laváveis. Embalagem com 500 ml.	FR	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	VEJA	0	4,3900	1
			PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP (11966)	CIF	0	4,4000	2
14	Desinfetante fragrância pinho com Bactericida e germicida para limpeza e desinfecção em cabine sanitária com ação desodorizante, anti-álcool, neutro e não tóxico. Composição: cloro de benzalcolônio, formol inibido, tensoativo não iônico, acidificante, fragrância, corante e água. Princípio Ativo: Cloro de Benzalcolônio (Tensoativo Catiónico, teor 0,20% a 1,15%) O produto deverá apresentar rótulo com: modo de usar, precauções, composição e validade. Embalagem de 5 litros data de validade e fabricação indicadas no produto validade mínima de 18 meses a contar da data de entrega de caixa pedido. Possuir Registro na ANVISA.	GL	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	GIRASSOL	0	4,4900	1
			DENGO INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (7702)	DENGO	0	5,0000	2
			T M SCHLUCKMANN & CIA LTDA ME (11819)	DENGO	0	8,1700	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014 Data do Registro: 17/03/2014 Válido até: 17/03/2015

Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	Detergente clorado, componente ativo: a quil benzeno , sulfato de sódio linear, tensoativo, aniônico, alvejante, espessante, essência e alcalinizante, acondicionados em embalagens de 5 litros. Possuir Registro na ANVISA.	GL	DENGO INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (7702)	DENGO	0	6,8000	1
16	Detergente Desincrustante Alcalino para limpeza automotiva, indicado para a remoção de graxas e gorduras em elevada concentração em chassis de veículos, motores, máquinas agrícolas. O produto deve ser biodegradável atendendo as exigências da ANVISA. PH 13,5 ( Galão de 50 litros )	GL	T M SCHLUCKMANN & CIA LTDA ME (11819)	DENGO	0	10,1000	2
17	Detergente Líquido, concentrado para lavar luvas manualmente, neutro, testado dermatologicamente, biodegradável, concentrado com aspecto líquido viscoso e transparente, PH 5,5 a 8,5, embalado em frasco de 5 litros em plástico flexível, incolor e resistente. Princípio Ativo: Linear Alquilbenzeno Sulfonato de Sódio, especificações, indicações, precauções Constar, CNPJ do fabricante, serviço de atendimento ao consumidor, registro ou notificação válidos no MS/ANVISA, bem como a composição química, nome e registro do técnico ou profissional responsável na entidade profissional competente validade mínima de 24 meses a partir da data da entrega de cada pedido. Possuir Registro na ANVISA.	GL	DENGO INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (7702)	DENGO	0	6,5000	1
18	Detergente para lavar veículos desde motores e chassis, até a delicada pintura externa. Produto com grande poder de deslaminamento, intensivo a borrachas, plásticos e vinil. PH entre 7,5 e 9,5. Com registro na ANVISA ( Galão de 50 litros )	GL	DENGO INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (7702)	DENGO	0	60,0000	1
19	Embalagem tipo filme transparente, rdo 15 MT para alimentos.	ROL	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	JJ GUIMARAE	0	87,3300	2
			BONDIMANN QUIMICA LTDA. (8390)	BONDIMANN	0	415,0000	3
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	ORLEPLAST	0	1,4800	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 17/03/2014		Válido até: 17/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

20	Escova de unha. Und		PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	LEVEFILM	0	3,3000	2
21	Escova para limpeza, sanitária; tipo lavatina (vassourinha); base de madeira; base com 4cm de diâmetro; com cerdas em fibra de nylon sintético; sem alça; cabo de madeira; medindo no mínimo 20 cm (comprimento); mínimo de 15 cerdas por tufo	UNI	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	PEROVINHA	0	1,2900	1
22	Escova para vaso sanitário com suporte.	UN	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	DALCIN	0	3,0800	1
23	Espanja de fibra sintética em poliuretano, dupla face para uso geral de limpeza, medindo aproximadamente 110 mm X 75 mm X 20 mm. Composição e informação do fabricante estampada na embalagem. Embalada.	UN	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	ESFREBOM	0	0,4800	1
24	Espanja de fibra sintética em poliuretano, dupla face para uso geral de limpeza, medindo aproximadamente 110 mm X 75 mm X 20 mm. Composição e informação do fabricante estampada na embalagem. Embalada.	UN	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	BETTANIN	0	0,5300	2
25	Espanja de lã de Aço carbono para limpeza de louças, talheres, etc... Composição e informação do fabricante estampada na embalagem. Pacote contendo 08 unidades, peso líquido 60 gramas	PCT	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	ASSOLAN	0	1,1300	1
26	Filtro de papel descartável, com micro furos e dupla costura lateral, tamanho médio nº 103 para coar café, caixa com 30 filtros.	CX	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	BRIGITTA	0	1,6600	1
27	Flanela tamanho grande aprox. 35X50 cm. 100% algodão.	UN	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	MASTER	0	1,1600	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 17/03/2014		Válido até: 17/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			T M SCHLUCKMANN & CIA LTDA ME (11819)	MARTINS	0	1,5500	2
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	MARTINS	0	1,6000	3
28	Fanela tamanho grande aprox. 40x60 cm. 100% algodão.( Para limpeza dos carros )	UN	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	MASTER	0	1,6500	1
29	Fósforo. Produto não perecível. Composição: fósforo, donato de potássio cocoglutinantes, aprovado pelo Inmetro, tradicional. Caixa contendo 240 palitos longos.	CX	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	GABOARD	0	1,2900	1
			PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP (11996)	Gaboardi	0	1,6400	2
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	FIAT LUX	0	1,6600	3
30	Limpa vidro, tipo líquido. Cor incolor/azul. Frascoplástico	FR	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	CIF	0	8,4000	1
			PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP (11996)	Veja	0	8,5000	2
32	Limpador decapante para alumínio indicado para utilizar em postos de gasolina, agências de automóveis, transportadoras, empresas de ônibus, indústrias e na limpeza de táxis de alumínio. PH 0,5 e 2,5, com registro na ANVISA ( Galão de 50 litros )	GL	BONDMANN QUIMICA LTDA. (8390)	BONDMANN	0	621,0000	1
33	Lustra móveis a base de cera natural e sintética,coadjuvante, emulsificante, perfume preservativo,silicone a água, embalagem com 200 ml.	FR	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	NOBRE	0	1,7400	1
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	POLWAX	0	2,1900	2
34	Multi inseticida aerossol, contra mosquitos,embalagem com 300 ml.	FR	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	SBP	0	7,0400	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 7/15

Número do Registro de Preços: 6/2014 Data do Registro: 17/03/2014 Válido até: 17/03/2015

Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
35	Odonizador ambiental, aerosol, sem CFC. Essências suaves. Aplicação: aromatizador ambiental. Frasco de 400 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde	FR	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	PURO AR	0	5,2100	1
36	Óleo de peroba para móveis de madeira, embalagem com 100 ml	FR	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	GLADE	0	6,3800	2
37	Pá coleira de lixo, com coletor medindo aprox. 26cm e cabo 15 cm, ambos de plástico resistente	UN	DENGO INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (7702)	POLVAX	0	3,5000	1
38	Pá coleira de lixo, com coletor medindo aprox. 26cm e cabo de 01 metro, coletor de plástico resistente.	UN	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	KING	0	4,4000	2
39	Palha de aço reforçada para uso doméstico em pacote com uma unidade.	UN	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	GOULART	0	1,7200	1
40	Pano de copa e cozinha, em algodão 0,80x0,50cm, 100% algodão na cor branca com bainha, com peso mínimo 50g e embaladas individualmente.	UN	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	GOULART	0	5,0600	1
41	Papel Higiênico 30m, fardo com 64 unidades, folha simples na cor branca, não reciclado, com 100% fibras naturais com gramatura mínima de 18 gr/ picotado e gofrado, cor branca macio e sem pigmentação aparente onduia de utilização de aparas de material impresso com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel. Embalagem com boa visibilidade do produto, laudo microbiológico dentro da validade, portaria 1480 de 31/12/1990. Deve apresentar certificado microbiológico atualizado.	UN	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	SANIMIX	0	0,4900	1
		UN	T M SCHLUCKMANN & CIA LTDA ME (11819)	TEKA	0	4,7300	1
		FD	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	SOFT	0	33,9000	1
			PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP (11996)	Personal	0	70,0000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014**

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 17/03/2014		Válido até: 17/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
42	Papel toalha com multiplicotes contendo 75 folhas duplas de 14 cm X 22cm cada, O pacote vem com 02 rolos, na cor branca	PCT	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	DALMATA	0	2,4400	1
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	DALMATA	0	2,9000	2
			PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP (11996)	Sndb	0	83,1800	3
43	Papel toalha 100% fibras virgem com multiplicotes de 200 folhas duplas de 11,3 cm X 22cm cada, na cor branca	PCT	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	TUBARÃO	0	5,1100	1
44	Papel toalha interfolhado, gramatura mínima 32g/m², alta alvura, 40% a 60% de celulose, sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, com alto poder de absorção, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel na cor branca de luxo com duas dobras tamanho aprox. 20x21,5cm. Pacote com 1000 folhas, não recollado. Fardo com 5 pacotes. Deve apresentar certificado microbiológico atualizado.	FD	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	TUBARÃO	0	24,1600	1
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	TUBARAO	0	24,1700	2
45	Papel toalha, rolo de 22 x 20 cm, folhas duplas e dobradas 100% fibras celulósicas branco. (FARDO COM 24 rolos, com 60 folhas).	FD	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	DALMATA	0	24,3700	1
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	KITCHEN	0	24,3900	2
47	Pedra sanitária com pindurador de plástico. 45 gr.	UN	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	SANY	0	0,7300	1
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	SANIBRIL	0	0,9800	2
48	Prendedor de roupa madeira c/ 12 unidades;	PCT	T M SCHLUCKMANN & CIA LTDA ME (11819)	ZAVASKI	0	0,9100	1
			PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	ZAVASKI	0	0,9200	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 17/03/2014		Válido até: 17/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
49	Preteador para Pneu ( Galão de 05 litros )		ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	ZAVASKI	0	1,1100	3
		GL	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	JJ GUIMARAE	0	11,1900	1
			DENGO INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (7702)	DENGO	0	18,0000	2
			PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	SAO PAULO	0	18,1100	3
50	Repelente elétrico em pastilha (refil), ação contramosquitos	PCT	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	MAT INSET	0	1,9200	1
51	Rodo com tamanho de 35 cm com o corpo fabricado em polipropileno de alta resistência e lâmina dupla de borracha natural. Cabo com 1,40 m, moldado em alumínio anodizado,	UN	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	BETTANNIN	0	44,8800	1
52	Rodo com tamanho de 55 cm com o corpo fabricado em polipropileno de alta resistência e lâmina dupla de borracha natural. Cabo com 1,40 m, moldado em alumínio anodizado,	UN	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	BETTANNIN	0	51,4800	1
53	Sabão em barra tipo glicerinado, neutro, acondicionado em embalagem plástica com 5 unidades de 200 gramas cada barra, registro na anvisa. validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega.	PCT	PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP (11986)	Ype	0	5,1500	1
54	Sabão em pó com amaciante atomizado (granulado). Composição: tensoativo aniônico o biodegradável, tamponantes, coadjuvantes, corantes, enzimas, sinergista branqueador óptico, essência, água alvejante e carga. Produto ativo: Linear Alquila Benzeno Sulfonato de Sódio. O Produto deverá apresentar: Rótulo indicando data de validade, dados do fabricante, marca, precauções, composição do produto e peso líquido. O Produto deverá ter validade de 18 meses a partir da data do pedido de entrega.Embalagens primárias em caixa de cartolina com 1 Kg acondicionado em caixa de papelão resistente. Possuir Registro na ANVISA.		ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	YPE	0	5,1900	2
		UN	PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP (11986)	Ype	0	5,0000	1
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	TIKAN YPÊ	0	5,1000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 10/15

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 17/03/2014		Válido até: 17/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

55	Sabão líquido alquil benzeno sulfonato de sódio linear, lauri éter sulfato de sódio, dietanolamina de ácido graxo de coco, tripolifosfato de sódio, hidróxido de sódio, sulfato de magnésio, benzotriazolololol, branqueador óptico, essência e água. Galão de 5 litros	GL	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	QUIMIFEL	0	6,4900	1
			DENGO INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (7702)	DENGO	0	6,5000	2
			PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	SAO PAULO	0	7,4200	3
56	Sabonete infantil de 90 gr na cor azul;	UN	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	JONHSON BA	0	2,5100	1
57	Sabonete infantil de 90 gr na cor rosa;	UN	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	JONHSON BA	0	2,5100	1
58	Sabonete líquido Lauril éter sulfato de sódio, coco amido propil, betaina, perfume, base perfumada, ácido cítrico, óleo de sódio, conservante e corante. Galão contendo 5 litros deve estar em conformidade com normas sanitárias vigentes, devidamente emitidas pelo órgão fiscalizador competente, Possuir Registro na ANVISA.	GL	DENGO INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (7702)	DENGO	0	8,4000	1
			T M SCHLUCKMANN & CIA LTDA ME (11819)	DENGO	0	9,9900	2
59	Sabonete Refil Para Saboneteiras. Com Bico De Borracha.	UN	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	TRILHA	0	3,4200	1
			PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	TRILHA	0	3,8500	2
60	Saca de algodão, 100 % alveado, para limpeza, medindo aproximadamente 70 cm de altura e 50 cm de largura e costura nas laterais, com peso mínimo de 190 gr.	UN	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	MARTINS	0	4,4300	1
			PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP (11996)	Martins	0	5,9000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 11/15

Número do Registro de Preços: 6/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015							
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	Saca de algodão, cor crua para limpeza, medindo aproximadamente 70 cm de altura e 50 cm de largura e costura nas laterais, com peso mínimo de 190 gr.	UN	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	WARTINS	0	3,8100	1
62	Saca plástico de lixo preto de 150 litros (pacote com 50 unidades)	PCT	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	INDUPLAST	0	11,0700	1
			PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	INDUPLAST	0	15,8400	2
63	Saca plástico de lixo reforçado preto de 200 litros (pacote com 100 unidades)	PCT	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	INDUPLAST	0	25,6500	1
			PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	INDUPLAST	0	32,6900	2
64	Saco plástico de lixo doméstico de polietileno em rolo ou almofada com 10 unidades, com capacidade de 15 litros, medindo aproximadamente 39cm x 58cm,a cor preta Conforme normas da ABNT.	PCT	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	INDUPLAST	0	0,4900	1
			PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	INDUPLAST	0	1,0200	2
			T M SCHLUCKMANN & CIA LTDA ME (11819)	INDUPLAST	0	1,2800	3
65	Saco plástico de lixo doméstico de polietileno em rolo ou almofada com 10 unidades, com capacidade de 30 litros, medindo aproximadamente 59cm x 62cm,a cor preta Conforme normas da ABNT.	PCT	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	INDUPLAST	0	0,9800	1
			PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	INDUPLAST	0	1,0200	2
			T M SCHLUCKMANN & CIA LTDA ME (11819)	INDUPLAST	0	1,2800	3
66	Saco plástico de lixo doméstico de polietileno em rolo ou almofada com 10 unidades, com capacidade de 50 litros, medindo aproximadamente 63cm x 80cm,a cor preta Conforme normas da ABNT.	PCT	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	INDUPLAST	0	0,9800	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 12/15

Número do Registro de Preços: 6/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			T M SCHLUCKMANN & CIA LTDA ME (11819)	INDUPLAST	0	0,9700
			PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	INDUPLAST	0	1,2000
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	INDUPLAST	0	0,9800
			T M SCHLUCKMANN & CIA LTDA ME (11819)	INDUPLAST	0	0,9900
			PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	INDUPLAST	0	1,2000
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	POLVAX	0	2,6300
			DENGO INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (7702)	POLVAX	0	3,5000
			PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP (11996)	Assolan	0	5,7600
			T M SCHLUCKMANN & CIA LTDA ME (11819)	TEKA	0	10,5000
			T M SCHLUCKMANN & CIA LTDA ME (11819)	TEKA	0	4,3100
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	NAYLITA	0	5,4700

67 Saco plástico de lixo doméstico de polietileno em rolo ou almofada com 5 unidades, com capacidade de 100 litros, medindo aproximadamente 75cm x 105cm na cor preta,Conforme normas da ABNT.

68 Sapólio cremoso limpador concentrado, ideal para deixar superfícies esmaltadas,cromadas, de aço inox, porcelana e louças profundamente limpas. Composição: Tensioativo Aniónico, Agente Abrasivo, Agente Branqueador, Alcalinizantes e Fragrância,Componente Ativo: Ácido Triclorossodanúrico. 300ML

69 Toalha de banho, inferior para limpeza, de 0,60x1,00m

70 Toalha de rosto 45x70 cm, branca;

71 Vassoura com cerdas de aparência curva de nylon de aproximadamente 10 cm de comprimento com no mínimo 64 tuos, com 25 fios por tufo, pontas desfiadas (plunadas), base em Polipropileno, fixação do cabo com sistema de rosca, cabo em metal plástificado, medindo aproximadamente 1,20 metros.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 13/15

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 17/03/2014		Válido até: 17/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

72	Vassoura de palha feita de palha contendo quatro ou cinco costuras medindo 52 cm altura por 32 cm largura e espessura 6 cm com cabo de madeira de 80cm	UN	PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	NOVISSA	0	8,6600	2
			PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP (11966)	Condor	0	11,3800	3
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	COLONIAL	0	12,0900	1
			PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. (10680)	COLONIAL	0	12,1000	2
			DENGO INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (7702)	DENGO	0	18,0000	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 14/15

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 17/03/2014		Válido até: 17/03/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			TM SCHLUCKWANN & CIA LTDA ME (11819)	COLONIAL	0	18,9000	4



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 15/15

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 17/03/2014		Válido até: 17/03/2015	
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

- REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2014  
PROCESSO Nº 36/2014
- (7702) - DENGIO INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
  - (8044) - ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME
  - (8390) - BONDMANN QUIMICA LTDA.
  - (10680) - PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA.
  - (11819) - T M SCHLICKMANN & CIA LTDA ME
  - (11996) - PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP

Forquilha, 17 de Março de 2014.



# Fraiburgo

## PREFEITURA

### Aviso do Pregão Presencial Nº 0005/2014-FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0005/2014 – FMS  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição e colocação de portão e cerca de ferro de cantoneira com ponta, para a frente e laterais da Unidade Básica de Saúde do Bairro São Sebastião. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até às 09:15 horas do dia 04.04.2014. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 19 de março de 2014.

NILCE PINZ

Secretária Municipal de Saúde/Gestora do FMS

### Resolução Cms 003

DELIBERAÇÃO 003/CMS/14

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 19 de março de 2014, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU, por unanimidade, o Protocolo para Realização de Testes Rápidos no Município de Fraiburgo, conforme ATA Nº 003/2014.

Fraiburgo (SC), 19 de março de 2014.

Nilce Pinz

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

### Resolução Cms 004

DELIBERAÇÃO 004/CMS/14

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 19 de março de 2014, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU, por unanimidade, a Proposta de Aquisição de Equipamento e/ou Material Permanente Nº 10496.7410001/14-001, cadastrada no Sistema de Propostas Fundo a Fundo do Ministério da Saúde com Emenda Parlamentar indicada pelo Deputado Marco Antonio Tebaldi, no valor de R\$ 150.000,00, conforme ATA Nº 003/2014.

Fraiburgo (SC), 19 de março de 2014.

Nilce Pinz

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

### Resolução Cms 005

DELIBERAÇÃO 005/CMS/14

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 19 de março de 2014, no auditório

da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU, por unanimidade, o Convênio com a Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, aprovado pela Lei Municipal Nº 2.198 de 18 de setembro de 2013 para execução do Projeto Gotas de Solidariedade, que visa a captação de recursos financeiros para a manutenção do Hospital Fraiburgo, através de contribuição espontânea da população fraiburguense na fatura de água, conforme ATA Nº 003/2014.

Fraiburgo (SC), 19 de março de 2014.

Nilce Pinz

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

### Portaria Nº 0775/2014

PORTARIA N.º 775, DE 19 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado. O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0006 de 24 de Janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; conforme ofício n.º 014/2014, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI;

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ADELINO DE ASSIS MOTA RODRIGUES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 868.906.629-20, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de abril de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria Nº 0776/2014

PORTARIA N.º 776, DE 19 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado. O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0009 de 19 de Junho de 2013 e Contrato Administrativo; e conforme ofício n.º 014/2014, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI;

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALZEMIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 032.720.409-51, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de abril de 2014 até 31 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,



revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de março de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 0777/2014**

PORTARIA N.º 777, DE 19 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 21 de Janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e conforme ofício n.º 014/2014, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de FERNANDO GOMES DAS ALMAS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 066.749.629-70, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de abril de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de março de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 0778/2014**

PORTARIA N.º 778, DE 19 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 21 de Janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e conforme ofício n.º 014/2014, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de FERNANDO IARENCHUKI GOMES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 079.020.209-31, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de abril de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de março de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 0779/2014**

PORTARIA N.º 779, DE 19 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0001 de 08 de Janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e conforme ofício n.º 014/2014, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de IVO PERETI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 222.421.989-04, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE MÁQUINAS, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de abril de 2014 até 30 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de março de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 0780/2014**

PORTARIA N.º 780, DE 19 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0006 de 24 de Janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e conforme ofício n.º 014/2014, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JULIANO DE JESUS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 048.425.989-05, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de abril de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de março de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento



**Portaria Nº 0781/2014**

PORTARIA N.º 781, DE 19 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0005 de 21 de Janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e conforme ofício n.º 014/2014, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de WOLMIR DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 646.853.579-49, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de abril de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Prorroga Edital Act 0017/2014**

1º ADITIVO AO EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0017, DE 06 DE MARÇO DE 2014. PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA INSCRIÇÕES

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

**FAZ SABER:**

Encontram-se prorrogadas as inscrições do Edital de Seleção para Admissão em Caráter Temporário – ACT, n. 0017, de 06 de março de 2014, para a função pública de Agente Comunitária de Saúde, até o dia 31 de março de 2014, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizada na Av. Rio das Antas, n. 185, Centro, Centro, município de Fraiburgo, SC. Permanecem inalteradas as demais disposições do edital referido, que poderá se encontrado na íntegra na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3013.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente aditivo.

Fraiburgo, SC, 19 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Edital de Notificação Nº 001/2014**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 001/2014

A SECRETARIA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, informa aos interessados abaixo elencados que efetuou o lançamento das propostas para pagamento da Contribuição de Melhoria, notificando os interessados para, no prazo de até 30 (trinta) dias optarem pela forma de pagamento que melhor lhe aprouver. O pagamento da Contribuição de Melhoria será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições: a) em um só pagamento, com desconto de 10% (dez por cento), se recolhido até 30 (trinta) dias a contar da presente notificação, incidindo o percentual de desconto sobre qualquer importância paga no mesmo período, independentemente do valor ser integral ou parcial; b) de forma parcelada, em até 60 (sessenta) parcelas, sendo a primeira em até 30 (trinta) dias após a presente notificação e as subseqüentes, de 30 em 30 dias, acrescidas da respectiva correção monetária pré-fixada; c) vencido e não quitado o débito, poderá o contribuinte parcelá-lo em até 60 (sessenta) vezes, atualizado de acordo com a variação da UFM e acrescidos de juros de 1% ao mês, cuja parcela não poderá ser inferior a 20 UFM's, se pessoa física e, 40 UFM's, se pessoa jurídica, com os acréscimos previstos no Artigo 714 da Lei Complementar nº 053/2003. Nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 096/2008, fica isento do pagamento da Contribuição de Melhoria o contribuinte, cujo imóvel seja alcançado pelo acréscimo de seu valor em decorrência de obra pública e atenda aos seguintes requisitos: I – Ser proprietário ou titular do domínio útil e possuidor de um único imóvel, utilizado exclusivamente para residência familiar; II - Não ter renda familiar mensal superior a 2 (dois) salários mínimos. O requerimento de isenção deverá ser apresentado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da presente notificação para pagamento, devendo com ele serem apresentados os documentos comprobatórios da situação do contribuinte, servindo como parâmetro os documentos elencados na LC nº 096/2008. Ficam os contribuintes abaixo relacionados, notificados do lançamento da Contribuição de Melhoria, a saber:

Adacir Antonio Barbosa de Oliveira	Rua Angelin Grigolo
Ademilson Pires	Rua Angelin Grigolo
Adinan Roberto Gross	Rua Fuji
Alcione Ferreira Vagner	Rua Angelin Grigolo
Alda Maria Danielli	Rua Angelin Grigolo
Alfredo José de Lara	Rua Fuji
Almiro Leite de Almeida	Rua Angelin Grigolo
Altamir Lucio da Silva	Rua Fuji
Alvadir Geraldo Reineher	Rua Fuji
Alvito da Veiga	Rua Fuji
Amarildo de Almeida	Rua Angelin Grigolo
Andréia Ferreira	Rua Fuji
Antonio Ledenir Dias da Silva	Rua Fuji
Antonio Tadeu Carlos de Oliveira e Rita Aparecida de Oliveira	Rua Fuji
Aurelino Pereira Palhano	Rua Fuji
Benedito Nunes dos Santos	Rua Fuji
Benedito Nunes dos Santos	Rua Fuji
Breno Luckmam	Rua Angelin Grigolo
Célio Ortiz da Silva	Rua Angelin Grigolo
Claudinei Matheus de Oliveira e Suzana de Oliveira	Rua Fuji
Claudio da Silva	Rua Fuji
Dolisete de Oliveira e Lurdes de Fátima dos Santos Moraes	Rua Angelin Grigolo



Eliane Aparecida Dias da Silva Mores	Rua Fuji
Elsa Helena dos Santos	Rua Fuji
Emiliano Theodoro de Anhaia	Rua Angelin Grigolo
Espólio de Germano Triquez	Rua Fuji
Fioravante Alves Ribeiro	Rua Fuji
Fioravante Alves Ribeiro	Rua Fuji
Francisco Brizolla Ferreira	Rua Fuji
Francisco de Assis Nicolini	Rua Angelin Grigolo
Gentil Antonio de Lara	Rua Fuji
Gilberto Ribeiro	Rua Fuji
Gilson Valentim Salai	Rua Angelin Grigolo
Iraci Aparecida Karlsing Moreira	Rua Fuji
Iraci da Silva Santos	Rua Fuji
Irma do Rosário Moreira Leite da Veiga	Rua Fuji
Ivo Augusto Gatti	Rua Angelin Grigolo
Izenilda de Lima	Rua Fuji
Jairo Alberto Cavali	Rua Angelin Grigolo
Jardelino Alves de Souza	Rua Angelin Grigolo
João Batista Antunes	Rua Fuji
João Batista Vortolini	Rua Angelin Grigolo
João Cruz	Rua Fuji
John Lennon Pereira e Iracema Domingues dos Santos	Rua Fuji
Jonil Domingues dos Santos	Rua Angelin Grigolo
José Carlos Barbosa dos Santos	Rua Angelin Grigolo
José Carlos de Lima Santos	Rua Fuji
José Fogaça	Rua Fuji
Juliano Alves Casemiro	Rua Fuji
Lauro Domingues	Rua Fuji
Luiz Ribeiro da Silva	Rua Angelin Grigolo
Marcos Debortoli	Rua Fuji
Maria Florêncio Salles	Rua Angelin Grigolo
Maria Francisca Saldanha	Rua Angelin Grigolo
Maria Marlene de Lima Fussiger e Jeferson Luiz Fussiger	Rua Angelin Grigolo
Maria Nadir Antunes Lopes	Rua Fuji
Marilza Laurindo do Prado	Rua Angelin Grigolo
Miguel Vicente Alves Ferreira	Rua Angelin Grigolo
Nelson dos Santos	Rua Fuji
Nelson dos Santos	Rua Fuji
Nereu Candido Veloso	Rua Angelin Grigolo
Neri Pereira dos Santos	Rua Fuji
Neri Pereira dos Santos	Rua Angelin Grigolo
Odair Moraes	Rua Angelin Grigolo
Osni Dias de Oliveira e Amélia Dias Alves	Rua Fuji
Osni Lima de Oliveira	Rua Angelin Grigolo
Paulino Bado	Rua Angelin Grigolo
Pedro Luiz de Abreu	Rua Fuji
Sebastião Ferreira dos Santos	Rua Fuji
Sidinei da Rosa e Andréa Aparecida Costa da Rosa	Rua Fuji
Sigfredo Ricardo Schulze	Rua Angelin Grigolo
Solange Maria Costa	Rua Angelin Grigolo
Terezinha Alves dos Santos Palhano	Rua Fuji
Terezinha de Fátima do Amaral	Rua Angelin Grigolo
Valdir Bender	Rua Fuji

Vandoir José Pinto	Rua Angelin Grigolo
Vilson Pereira da Cruz	Rua Fuji
Vilson Pereira da Cruz	Rua Fuji
Wanderlei Antonio de Mello	Rua Angelin Grigolo
Wanderlei Ribeiro	Rua Angelin Grigolo
Wanderley Carlos França	Rua Angelin Grigolo

ELVITO COLDEBELLA  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

### Aviso do Pregão Presencial Nº 0042/2014-PMF Rp 0025

Aviso do Pregão Presencial nº 0042/2014 – PMF  
Registro de Preços nº 0025/2014  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de fraldas descartáveis geriátricas para doação a famílias carentes e fraldas descartáveis infantis para uso de crianças abrigadas nas Casas Lares deste Município. Validade da Ata de Registro de Preços: abril a julho de 2014. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 10:15 horas do dia 04/04/2014. Abertura: Às 10:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 19 de março de 2014.

Ivo Biazolo  
Prefeito Municipal

### Resultado do Julgamento da Habilitação - Tomada de Preços Nº 0001/2014-Sf

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO ITEM 6.2, ALÍNEA "C"

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2014 – SANEFRAI

O Presidente da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa especializada para fornecer Licença de uso de software de um Sistema Integrado de Gestão, incluindo os serviços de instalação e migração de dados, treinamento, manutenção corretiva, atualização de versões e suporte técnico para a Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, houve a participação das empresas: ACQUASERVICE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA enquadrada como EPP; LAUTERT DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA e LOGPRO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS PARA TERCEIROS LTDA enquadrada como ME quanto a demonstração e comprovação do atendimento do item 6.2, alínea "c", concluiu-se que a empresa LAUTERT DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA, cumpriu com todos os requisitos exigidos para sua HABILITAÇÃO, restando portanto HABILITADA, nos termos do item 6.4 do Edital, pela ausência das demais licitantes, embora devidamente intimados: ACQUASERVICE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA enquadrada como EPP e LOGPRO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS PARA TERCEIROS LTDA enquadrada como ME, restaram INABILITADAS pela Comissão pelo descumprimento dos itens 6.2 e 6.3 do Edital. Desta forma, transcorrido "in albis" o prazo recursal previsto no art. 109 Inciso I, alínea "a", da Lei 8.666/93, fica aprazada a data de 28/03/2014 às 16h para abertura e julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS. Havendo interposição de recursos as empresas serão intimadas posteriormente.



Fraiburgo (SC), 18 de março de 2014.

Eloi Regalin

Presidente da SANEFRAI

### **Portaria Nº 0782/2014**

PORTARIA Nº 782, DE 19 DE MARÇO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora SANDRA NAVROCKI EGGERS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 029.463.089-95, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 21 de março de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria Nº 0783/2014**

PORTARIA Nº 783, DE 19 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0523/2014, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 40 horas semanais a servidora MARLI WERNER RIBEIRO, que se encontra afastada em Auxílio Doença;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário IVONETE DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 053.921.439-62, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de março de 2014 até 04 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



**Autuação I**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1522/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACO8328	55351980D	5010/0	23/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
ACO8328	55351981D	5118/0	23/08/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
ACP8189	55350416D	6920/0	26/11/2013	R\$ 127,69	233
AIA0044	55352275D	6912/0	31/10/2013	R\$ 53,20	232
ATO5506	54889833B	6920/0	07/11/2013	R\$ 127,69	233
BOT7914	55352556D	6920/0	14/11/2013	R\$ 127,69	233
BRI4371	54889832B	6920/0	07/11/2013	R\$ 127,69	233
CNU9649	55778960D	6920/0	07/08/2013	R\$ 127,69	233
CPR5778	55352483D	6599/2	08/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
DAQ9646	54602733C	5045/0	12/10/2013	R\$ 191,53	162 * V
DAQ9646	54602734C	6599/2	12/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
DFO7888	54685505D	6920/0	05/09/2013	R\$ 127,69	233
DZW2516	55351934D	5045/0	20/09/2013	R\$ 191,53	162 * V
DZW2516	55351935D	5142/0	20/09/2013	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
HPR6432	55352403D	6920/0	24/10/2013	R\$ 127,69	233
IAY2876	55351862D	6637/2	20/10/2013	R\$ 127,69	230 * IX
ICE3998	55778980D	6920/0	22/08/2013	R\$ 127,69	233
ICF8871	54685510D	6920/0	10/09/2013	R\$ 127,69	233
LWW3617	54685536D	6920/0	08/10/2013	R\$ 127,69	233
LXL9390	55352201D	6726/1	12/09/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
LXL9390	55352202D	5010/0	12/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXL9390	55352203D	5177/0	12/09/2013	R\$ 191,53	166
LXL9390	55352204D	5118/0	12/09/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXL9390	55352205D	5169/1	12/09/2013	R\$ 1.915,38	165
LXN5362	55351938D	6599/2	20/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXO6897	54685512D	6920/0	12/09/2013	R\$ 127,69	233



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXX2113	55352482D	6769/1	08/11/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
LYH8347	55352109D	6920/0	29/10/2013	R\$ 127,69	233
LYZ8538	55351944D	6599/2	31/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYZ8538	55351945D	6726/1	31/10/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYZ8538	55351946D	6637/1	31/10/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MAA6206	54602744C	5010/0	08/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAA6206	54602745C	5118/0	08/11/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAA6206	54685516D	6920/0	23/09/2013	R\$ 127,69	233
MAI8643	55352454D	6920/0	31/10/2013	R\$ 127,69	233
MAL3349	54602743C	6726/1	08/11/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAL3349	55351750D	5010/0	02/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAL3349	55351859D	5118/0	02/09/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCI4802	55352206D	5274/1	13/09/2013	R\$ 191,53	175
MCJ8080	55351530D	5118/0	10/08/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCJ8080	55351531D	5010/0	10/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCN9740	55352468D	6637/2	08/11/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MEJ3253	54685543D	6920/0	14/10/2013	R\$ 127,69	233
MFK7056	55351798D	5177/0	27/09/2013	R\$ 191,53	166
MFK7056	55351830D	5169/1	27/09/2013	R\$ 1.915,38	165
MFK7056	55351831D	6599/2	27/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGF1491	54685504D	6920/0	05/09/2013	R\$ 127,69	233
MHB4311	55352464D	5274/1	08/11/2013	R\$ 191,53	175
MHB4311	55352465D	6912/0	08/11/2013	R\$ 53,20	232
MHQ5580	55352092D	5045/0	23/11/2013	R\$ 191,53	162 * V
MHQ5580	55352093D	6912/0	23/11/2013	R\$ 53,20	232
MKJ9714	55352554D	6920/0	05/11/2013	R\$ 127,69	233
NYU9173	55352493D	6920/0	12/11/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 19 DE MARÇO DE 2014

JHON ENDY LAMB

DELEGADO DE POLICIA



**Autuação II**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 324 1514/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IBH4855	55352579D	6599/2	08/12/2013	230 * V
LYD1264	55352590D	6653/2	28/12/2013	230 * XI
MAI5891	55352170D	6599/2	30/11/2013	230 * V
MBD2559	55352431D	5010/0	30/12/2013	162 * I
MBD2559	55352432D	5118/0	30/12/2013	164 c/c 162 * I
MBR3002	55352320D	5010/0	09/12/2013	162 * I
MBR3002	55352321D	5061/0	09/12/2013	163 c/c 162 * I
MCO4193	55352717D	6920/0	10/12/2013	233
MCO4193	55352804D	6599/2	09/12/2013	230 * V
MDC3580	55352099D	5010/0	07/12/2013	162 * I
MDC3580	55352100D	6912/0	07/12/2013	232
MDC3580	55352136D	6599/2	07/12/2013	230 * V
MDC3580	55352137D	5118/0	07/12/2013	164 c/c 162 * I
MED1703	55352318D	6599/2	09/12/2013	230 * V
MED1703	55352319D	5010/0	09/12/2013	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 19 DE MARÇO DE 2014

JHON ENDY LAMB

DELEGADO DE POLÍCIA



**Autuação III**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 324 1517/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAD4423	54685555E	6920/0	17/12/2013	233
ACW3768	54685553E	6920/0	17/12/2013	233
ALI3119	54685573E	6920/0	30/12/2013	233
CAG5484	55351045D	5010/0	10/01/2014	162 * I
DEX2797	55352953D	5010/0	12/01/2014	162 * I
DEX2797	55352954D	5118/0	12/01/2014	164 c/c 162 * I
DEX2797	55352955D	5177/0	12/01/2014	166
DEX2797	55352956D	5169/1	12/01/2014	165
DEX2797	55352957D	6637/1	12/01/2014	230 * IX
IGG5106	54602792C	5010/0	15/12/2013	162 * I
IGG5106	54602793C	5118/0	15/12/2013	164 c/c 162 * I
LXL6980	55352663D	6599/2	30/11/2013	230 * V
LXL6980	55352704D	5010/0	30/11/2013	162 * I
LXL6980	55352705D	5118/0	30/11/2013	164 c/c 162 * I
LYS2106	55352604D	5010/0	16/12/2013	162 * I
MBP8763	55352140D	6920/0	12/12/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 19 DE MARÇO DE 2014

JHON ENDY LAMB

DELEGADO DE POLÍCIA



**Autuação IV**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 324 1520/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJA6451	55351048D	6610/2	13/01/2014	230 * VII
AJA6451	55352625D	6769/1	13/01/2014	230 * XXII
BNP6749	55352589D	6599/2	25/12/2013	230 * V
IGG5106	54685570E	6920/0	26/12/2013	233
IKS8269	55352177D	6912/0	27/12/2013	232
LWZ7635	55352628D	6599/2	15/01/2014	230 * V
LZZ2331	55022257E	5010/0	13/01/2014	162 * I
LZZ2331	55022258E	5118/0	13/01/2014	164 c/c 162 * I
LZZ2331	55352909D	6599/2	13/01/2014	230 * V
MBD7617	55352606D	5010/0	20/12/2013	162 * I
MBD7617	55352607D	5118/0	20/12/2013	164 c/c 162 * I
MCW9064	54602795C	6599/2	24/12/2013	230 * V
MCW9064	54602797C	5010/0	24/12/2013	162 * I
MCW9064	54602798C	5118/0	24/12/2013	164 c/c 162 * I
MEC8223	54685584E	6920/0	15/01/2014	233
MHJ7843	54685587E	6920/0	16/01/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 19 DE MARÇO DE 2014

JHON ENDY LAMB

DELEGADO DE POLÍCIA



**Penalidade I**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 324 1512/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CCL3947	55351850D	6920/0	14/11/2013	R\$ 127,69	233
MEA2894	55352290D	6920/0	12/11/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 19 DE MARÇO DE 2014

JHON ENDY LAMB  
DELEGADO DE POLICIA



**Penalidade II**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1519/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DIH6600	55352405D	6599/2	28/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
DIH6600	55352407D	6912/0	28/10/2013	R\$ 53,20	232
LCE9529	55352164D	6670/0	24/10/2013	R\$ 127,69	230 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 19 DE MARÇO DE 2014

JHON ENDY LAMB  
DELEGADO DE POLÍCIA



**Penalidade III**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1522/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACO8328	55351980D	5010/0	23/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
ACO8328	55351981D	5118/0	23/08/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
ACP8189	55350416D	6920/0	26/11/2013	R\$ 127,69	233
AIA0044	55352275D	6912/0	31/10/2013	R\$ 53,20	232
ATO5506	54889833B	6920/0	07/11/2013	R\$ 127,69	233
BOT7914	55352556D	6920/0	14/11/2013	R\$ 127,69	233
BRI4371	54889832B	6920/0	07/11/2013	R\$ 127,69	233
CNU9649	55778960D	6920/0	07/08/2013	R\$ 127,69	233
CPR5778	55352483D	6599/2	08/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
DAQ9646	54602733C	5045/0	12/10/2013	R\$ 191,53	162 * V
DAQ9646	54602734C	6599/2	12/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
DFO7888	54685505D	6920/0	05/09/2013	R\$ 127,69	233
DZW2516	55351934D	5045/0	20/09/2013	R\$ 191,53	162 * V
DZW2516	55351935D	5142/0	20/09/2013	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
HPR6432	55352403D	6920/0	24/10/2013	R\$ 127,69	233
IAY2876	55351862D	6637/2	20/10/2013	R\$ 127,69	230 * IX
ICE3998	55778980D	6920/0	22/08/2013	R\$ 127,69	233
ICF8871	54685510D	6920/0	10/09/2013	R\$ 127,69	233
LWW3617	54685536D	6920/0	08/10/2013	R\$ 127,69	233
LXL9390	55352201D	6726/1	12/09/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
LXL9390	55352202D	5010/0	12/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXL9390	55352203D	5177/0	12/09/2013	R\$ 191,53	166
LXL9390	55352204D	5118/0	12/09/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXL9390	55352205D	5169/1	12/09/2013	R\$ 1.915,38	165
LXN5362	55351938D	6599/2	20/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXO6897	54685512D	6920/0	12/09/2013	R\$ 127,69	233



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXX2113	55352482D	6769/1	08/11/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
LYH8347	55352109D	6920/0	29/10/2013	R\$ 127,69	233
LYZ8538	55351944D	6599/2	31/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYZ8538	55351945D	6726/1	31/10/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYZ8538	55351946D	6637/1	31/10/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MAA6206	54602744C	5010/0	08/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAA6206	54602745C	5118/0	08/11/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAA6206	54685516D	6920/0	23/09/2013	R\$ 127,69	233
MAI8643	55352454D	6920/0	31/10/2013	R\$ 127,69	233
MAL3349	54602743C	6726/1	08/11/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAL3349	55351750D	5010/0	02/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAL3349	55351859D	5118/0	02/09/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCI4802	55352206D	5274/1	13/09/2013	R\$ 191,53	175
MCJ8080	55351530D	5118/0	10/08/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCJ8080	55351531D	5010/0	10/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCN9740	55352468D	6637/2	08/11/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MEJ3253	54685543D	6920/0	14/10/2013	R\$ 127,69	233
MFK7056	55351798D	5177/0	27/09/2013	R\$ 191,53	166
MFK7056	55351830D	5169/1	27/09/2013	R\$ 1.915,38	165
MFK7056	55351831D	6599/2	27/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGF1491	54685504D	6920/0	05/09/2013	R\$ 127,69	233
MHB4311	55352464D	5274/1	08/11/2013	R\$ 191,53	175
MHB4311	55352465D	6912/0	08/11/2013	R\$ 53,20	232
MHQ5580	55352092D	5045/0	23/11/2013	R\$ 191,53	162 * V
MHQ5580	55352093D	6912/0	23/11/2013	R\$ 53,20	232
MKJ9714	55352554D	6920/0	05/11/2013	R\$ 127,69	233
NYU9173	55352493D	6920/0	12/11/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 19 DE MARÇO DE 2014

JHON ENDY LAMB

DELEGADO DE POLICIA



# Garopaba

## PREFEITURA

### Aviso de Licitação Pe025/2014

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 025/2014

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição parcelada de fraldas descartáveis para atender a demanda das unidades básicas de saúde municipais e pacientes cadastrados no sistema Único de Saúde. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) até as 16h00min do dia 01/04/2014. A sessão pública será realizada a partir das 16h10min do dia 01/04/2014, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 19 de março de 2014.  
Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

### Aviso de Licitação Pe026/2014

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 026/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de tubos e calhas de concreto para uso da Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Urbanos. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) até as 17h00min do dia 01/04/2014. A sessão pública será realizada a partir das 17h10min do dia 01/04/2014, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 19 de março de 2014.  
Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

### Aviso de Licitação Pe027/2014

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 027/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição

de madeiras para uso da Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Urbanos. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) até as 14h00min do dia 02/04/2014. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 02/04/2014, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 19 de março de 2014.  
Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

### Aviso de Licitação Pe029/2014

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 029/2014

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de equipamentos para uso nas unidades de saúde e policlínica municipal de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) até as 15h00min do dia 02/04/2014. A sessão pública será realizada a partir das 15h10min do dia 02/04/2014, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 19 de março de 2014.  
Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

### Decreto N.º 037/2014

DECRETO N.º 037 DE 19 DE MARÇO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 128.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 (Orçamento) e demais legislação,

DECRETA,  
Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

128.000,00

13392281.019 - Restauração da Igreja Matriz-Centro Histórico  
128.000,00

4.4.30.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

128.000,00



Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de março de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 20/03/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO PACHECO

Secretário Interino de Administração

### **Decreto N.º 038/2014**

DECRETO N.º 038 DE 19 DE MARÇO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 38.200,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 (Orçamento) e demais legislação,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 38.200,00 (trinta e oito mil e duzentos reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

38.200,00

10301251.073 - Aquisição de Veículos

38.200,00

4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas

38.200,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 38.200,00 (trinta e oito mil e duzentos reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de março de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 20/03/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO PACHECO

Secretário Interino de Administração

## Garuva

### PREFEITURA

#### **Republicação Portaria Nº 244/2014**

PORTARIA Nº. 244, de 11 de março de 2014

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora ANDREIA DA SILVA ALVES.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Professor, Classe III, referência "A".

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 11 de março de 2014.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal



# Gaspar

## PREFEITURA

### Aviso de Pregão Presencial Nº 54/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
Aviso de Pregão Presencial Nº 54/2014

OBJETO: Aquisição de persianas, para atender a demanda do CDI Dorvalina Fachini, instaladas. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9h do dia 02/04/2014. ABERTURA: às 9h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro, ou no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar(SC), 14 de março de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

## SAMAE

### Aviso do Pregão Presencial Nº 9/2014 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO  
Pregão nº.9/2014

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de materiais elétricos para manutenções.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 02/04/2014.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 02/04/2014 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: [www.samaegaspar.com.br](http://www.samaegaspar.com.br)

Gaspar (SC), em 12 de março de 2014.  
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor Presidente

### Aviso do Pregão Presencial Nº 10/2014 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO  
Pregão nº.10/2014

OBJETO: Registro de preços para aquisição de tubos e conexões, visando à manutenção, ampliação e reparos necessários ao funcionamento dos sistemas e redes de água e ligações de esgoto existentes no Município.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 03/04/2014.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 03/04/2014 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: [www.samaegaspar.com.br](http://www.samaegaspar.com.br)

Gaspar (SC), em 17 de março de 2014.  
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor Presidente

### Portaria N. 18 de 20 de Março de 2014

PORTARIA N. 18 DE 20 DE MARÇO DE 2014  
EXONERA DO CARGO EFETIVO DE OPERADOR DE ETA DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR ANDREW KLAUS COTTA FELSKI

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

#### RESOLVE:

Art. 1º – Fica exonerado, a partir do dia 20 de março de 2014, o servidor ANDREW KLAUS COTTA FELSKI, portador do CPF nº. 034.750.159-19 e da CI nº. 4.273.061 do cargo efetivo de Operador de ETA do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível ASE IV, Ref. 33, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 20 de março de 2014.  
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor-Presidente

### Aviso do Pregão Presencial Nº 11/2014 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO  
Pregão nº.11/2014

OBJETO: Registro de preços, visando o fornecimento de areia média para o SAMAE.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 08/04/2014.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 08/04/2014 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: [www.samaegaspar.com.br](http://www.samaegaspar.com.br)

Gaspar (SC), em 17 de março de 2014.  
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor Presidente



# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### Aviso de Licitação Pregão 28/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 028/2014

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC ATRAVÉS DE RECURSO DO CONVÊNIO DO FUNDO NACIONAL DA SAÚDE.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 02/04/2014 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 02/04/2014 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 18 de Março de 2014.  
Mariana de Souza Fernandes  
PREGOEIRA

### Aviso de Licitação Pregão 29/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 029/2014

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LEITES ESPECIAIS PARA LACTENTES E FRALDAS GERIÁTRICAS PARA ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL CADASTRADAS NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E RESIDENTES DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 01/04/2014 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 01/04/2014 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 19 de Março de 2014.  
Mariana de Souza Fernandes  
PREGOEIRA

### Aviso de Licitação Pregão 30/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 030/2014

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA, COZINHA E LIMPEZA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS INTEGRANTES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 01/04/2014 até às 15h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 01/04/2014 às 15h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 19 de Março de 2014.  
Mariana de Souza Fernandes  
PREGOEIRA

### Aviso de Licitação Pregão 31/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 031/2014

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS INTEGRANTES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 01/04/2014 até às



15h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 01/04/2014 às 15h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelso Ramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 19 de Março de 2014.  
Mariana de Souza Fernandes  
PREGOEIRA

## Guarujá do Sul

### PREFEITURA

#### Lei 2340

LEI Nº 2.340/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Carlos Foiatto, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, Faço saber a Todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinqüenta mil reais), no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul, no exercício de 2014, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

07- SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

01- Departamento de Indústria e Comércio:

Projeto: 0701.22.661.0027.1.021– Infraestrutura do Bairro Industrial  
(109) 4.4.90.00-118– Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Soma R\$ 50.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul, o seguinte item orçamentário:

08- SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS:

01- Departamento Urbanismo:

Projeto: 0801.26.782.0031.1.021– Construção de Garagem  
(130) 4.4.90.00-118– Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Soma R\$ 50.000,00

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 19 DE MARÇO DE 2014.

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

Certificamos que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Cláudio Inácio Weschenfelder  
Secretário Administração e Fazenda

#### Lei 2341

LEI Nº 2.341/2014

“CRIA META NO PPA 2014/2017, CRIA META NA LDO/2014 E ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARUJÁ DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2014”

JOSÉ CARLOS FOIATTO, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, FAÇO SABER, a todos os habitantes do



Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 2.306/2013 de 04/10/2013 concernentes à Lei do PPA - Plano Plurianual, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 25.766,31 (Vinte e cinco mil, setecentos e sessenta e seis reais e trinta e um centavos), objetivando incluir ação no corrente ano no que concerne à nova despesa da Secretaria Municipal de Assistência Social, Emprego e Trabalho, em conformidade com os prescritos neste ato.

PARÁGRAFO ÚNICO Fica criada a Ação de Nº 1.039 na Relação de Despesas Planejadas da Lei Municipal Nº 2.306/2013 de 04/10/2013 – PPA, com a seguinte discriminação:

2.082 – MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS FEAS (ALTA E BÁSICA)

AÇÕES	PRODUTO	UN.MED.	META	VALOR	FONTES
Manutenção dos Programas FEAS (Alta e Básica)	Programa	UN	1	25.766,31	0.3.0052

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 2.312/2013 de 04/11/2013, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, através da constituição de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 25.766,31 (Vinte e cinco mil, setecentos e sessenta e seis reais e trinta e um centavos), com o intuito de adicionar dotação orçamentária, relacionada no Título DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA, para aplicação junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, Emprego e Trabalho, deste ente federado.

PARÁGRAFO ÚNICO Fica criada a Ação de Nº 2.082 na Relação das Despesas Planejadas da Lei Municipal Nº 2.312/2013 de 04/11/2013 - LDO com a seguinte discriminação:

2.082 – MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS FEAS (ALTA E BÁSICA)

AÇÕES	PRODUTO	UN.MED.	META	VALOR	FONTES
Manutenção dos Programas FEAS (Alta e Básica)	Programa	UN	1	25.766,31	0.3.0052

Art. 3º Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Assistência Social de Guarujá do Sul, e fica alterada a Lei nº. 2.318/2013 de 11/12/2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, na importância de R\$ 25.766,31 (Vinte e cinco mil, setecentos e sessenta e seis reais e trinta e um centavos), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

12 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EMPREGO E TRAB.

02 Coordenação de Programas

ATIVIDADE: 1202.08.244.0006.2.082

3.3.90.00.00.00.3.0052 – Aplicações Diretas R\$ 20.248,71

4.4.90.00.00.00.3.0052 – Aplicações Diretas R\$ 5.517,60

Soma R\$ 25.766,31

Art. 4º Para a cobertura do Crédito Especial ora permitido, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos provenientes do superávit financeiro do exercício de 2013 referente a parcela recebida do Programas FEAS (Alta e Básica) no valor de R\$ 25.766,31 (Vinte e cinco mil, setecentos e sessenta e seis reais e trinta e um centavos) conforme tabela abaixo:

PROGRAMA	BANCO	CONTA BANCÁRIA	REPAS-SADO ATÉ ESTA DATA	DESCRIÇÃO
----------	-------	----------------	--------------------------	-----------

Manutenção dos Programas FEAS (Alta e Básica)	Banco do Brasil	6074-7	11.972,31	FEAS/BÁSICA – CUSTEIO
	Banco do Brasil	6137-9	5.517,60	FEAS/ALTA – INVESTIMENTO
	Banco do Brasil	6136-0	8.276,40	FEAS/ALTA – CUSTEIO
TOTAL DO REPASSE			25.766,31	

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 DE MARÇO DE 2014.

JOSÉ CARLOS FOIATTO,  
Prefeito Municipal

Certificamos que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Cláudio Inácio Weschenfelder  
Secretário Administração e Fazenda



# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### Lei Nº 3.029/2014.

LEI Nº 3029 /2014

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE DA "CAMPANHA MUNICIPAL DE APOIO AO II PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS"

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal,

Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica criado no Município de Herval d'Oeste, estado de Santa Catarina - a "CAMPANHA MUNICIPAL DE APOIO AO II PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS".

Art. 2º A campanha será promovida pelas autoridades competentes do município, igrejas e entidades constituídas realizarão campanhas, palestras, seminários, fóruns e demais eventos alusivos a campanha em escolas, igrejas e fundações.

Art. 3º O Poder Executivo poderá buscar a colaboração de entidades que tenham por objetivo de apoiar o II Plano Nacional DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste - (SC), em 18 de março de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

## IPREVI/HO

### Republicação: Registro das Candidaturas ao Cargo de Conselheiro do Iprevi-Ho Para Eleições de 26 E 28 de Março.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS REGISTRADOS PARA CONCORREM AO CARGO DE CONSELHEIRO DO IPREVI-HO - 26 E 28 DE MARÇO/2014 -

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

REPRESENTANTE DOS ATIVOS:

1. MELISSA DEMO
2. REGINA AUGUSTA STEFFANI PARIZE
3. SILVANA LAZZARINI BULLA
4. VALDEMAR DO AMARAL E SILVA

REPRESENTANTE DOS INATIVOS:

DIVO PEDRO PALUDO

CONSELHO FISCAL:

1. KELLI CRISTINA WALDRIGUES MOHL
2. LEILA BOTTEGA DE COL
3. SIRLEI DE FÁTIMA MIGUELÃO

### Edital de Retificação ao Edital de Convocação Iprevi-Ho Nº 01/2014

EDITAL DE RETIFICAÇÃO AO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO IPREVI-HO Nº 001/2014

Pelo presente Edital de Retificação, a Comissão Eleitoral neste ato representada por seu Presidente juntamente com o Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste – IPREVI-HO, conforme deliberação dos seus membros registrada na Ata nº 003 de 18 de março de 2014, resolve lançar o presente Edital de Retificação ao Edital de Convocação IPREVI-HO nº 001/2014, retificando através de supressão, o disposto na Seção X, art. 30 e seus parágrafos.

Art. 1º Ficam suprimidos do Edital acima citado, a Seção X e o art. 30 e seus parágrafos.

Art. 2º Ficam ratificados todos os demais dispositivos do Edital de Convocação IPREVI-HO nº 001/2014 – Assembleia Geral – Eleições dos Conselhos de Administração e Fiscal; permanecendo inalterados.

Herval d' Oeste (SC), 18 de março de 2014.

SADIR ROVÊA

Presidente do Conselho de Presidente da Administração do IPREVI-HO

JAQUELINE RAZERA

Comissão Eleitoral

### Resolução Comissão Eleitoral Nº 003/2014

RESOLUÇÃO/COMISSÃO ELEITORAL Nº 003/2014

"NOMEIA OS MEMBROS E DESIGNA AS FUNÇÕES PARA A COMPOSIÇÃO DA MESA RECEPTORA DE VOTOS NAS ELEIÇÕES GERAIS DO IPREVI-HO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JAQUELINE RAZERA, Presidente da Comissão Eleitoral das Eleições Gerais do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe a Resolução IPREVI-HO nº 008/2014, e

Considerando o disposto no Edital de Convocação IPREVI-HO Nº 001/2014, que fixa as normas para o processo eleitoral dos Conselhos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste – IPREVI-HO, especialmente, o contido nos artigos 15 a 19;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores efetivos indicados pela Administração Municipal e pelo SINTESPHO e designar as funções para compor a mesa receptora de votos nos dias de eleições aos cargos de Conselheiro de Administração e Fiscal do IPREVI-HO, conforme segue:

I - Em 26 de março de 2014:

- Presidente: Adriane Bernardo (matr.597);

- Primeiro Mesário: Gilmar Carmo Kich (matr.393);

- Segundo Mesário (período matutino): Rozemari Ap. Danieli Hack (matr.590);

- Segundo Mesário (período vespertino): Odete Maria Krueger Esper (matr.38);

II - Em 28 de março de 2014:

- Presidente: Adriane Bernardo (matr.597);

- Primeiro Mesário: Gilmar Carmo Kich (matr.393);

- Segundo Mesário (período matutino): Antonio Nelson Romualdo



(matr.447);  
- Segundo Mesário (período vespertino): Odete Maria Krueger Es-  
per (matr.38).

§ 1º Os Servidores designados terão abonadas suas faltas ao tra-  
balho nos dias de eleição, sem prejuízo da remuneração pelos  
serviços prestados

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor após a sua publica-  
ção, revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste (SC), 19 de março de 2014.

JAQUELINE RAZERA

Presidente da Comissão Eleitoral das Eleições Gerais do IPREVI-  
HO

# Ibiam

## PREFEITURA

### Decreto Nº 2618/2014

DECRETO Nº 2618, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

"REGULAMENTA A CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDOS PREVIS-  
TAS NA LEI Nº 15/97, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de  
Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando as disposições do Artigo 1º da Lei Nº 0015/97;

Considerando as modificações introduzidas pela Lei Nº401 de 12  
de Maio de 2009;

Amparado no Artigo 88, Inciso III – VII da Lei Orgânica, c/c. Arti-  
go 11 da Lei Complementar Nº 0015/97 de 19 de Março de 1997.

#### DECRETA:

Art. 1º. A Concessão da Bolsa de Estudo instituída pela Lei 015/97,  
e alterada parcialmente pela Lei Nº 401 de 12 de Maio de 2009,  
será concedida a Estudantes que tenham Residência no Municí-  
pio de Ibiam, e que frequentem Cursos Superiores de Graduação,  
Técnico Profissionalizante ou Supletivo.

Art. 2º. Para os efeitos da Lei considera-se Residência a Casa onde  
vive e reside.

Art. 3º. Para fazer jus a Bolsa de Estudo, o Estudante deverá pro-  
tocolar junto a Comissão de Estudantes, Requerimento acompa-  
nhado dos seguintes Documentos:

I – Atestado fornecido pela Entidade de Ensino, comprovando a  
Regularidade da Matrícula e a Frequência, a fase do Curso que  
está frequentando, e o valor da mensalidade.

II – Comprovante que mantém Conta Bancária, ou Declaração do  
Pai autorizando o Município efetuar o Depósito em sua Conta Ban-  
cária.

Art. 4º. O valor da Bolsa de Estudo será liberado mensalmente,  
até o Décimo dia útil do mês subsequente, mediante Depósito na  
Conta Corrente informada conforme Inciso II do Artigo 3º.

Art. 5º. Portaria baixada pelo Chefe do Poder Executivo estabele-  
cerá Anualmente o valor da Bolsa de Estudo.

§Único: O valor máximo da Bolsa de Estudo não ultrapassará 50%  
(cinquenta por cento) do valor da mensalidade.

Art. 6º. Não farão jus a Bolsa de Estudo:

Estudantes que não residem no Município;

Estudantes que frequentem Cursos em outros Municípios, cujos  
Cursos são oferecidos pelo Município de Ibiam;

Estudantes que já tenham concluído outros Cursos de Graduação  
ou Profissionalizante;

Estudantes que recebem Bolsas de Estudo de outras origens.

Estudante Bolsista que não tiver frequência igual ou superior a  
90%;



F) Estudante Bolsista que não atingir índice de aproveitamento superior a 50% da pontuação, e for reprovado.

§Único: O Estudante Bolsista que desistir do Curso no decorrer do Ano Letivo, salvo Motivos Justificados, reembolsará ao Município o valor recebido.

Art. 7º. O Estudante carente, assim considerado por avaliação da Assistência Social do Município, e que frequentem Cursos Profissionalizantes ou Supletivos, receberão a Bolsa de Estudo equivalente até 100% (cem por cento) do valor da mensalidade.

Art. 8º. A cada Semestre o Estudante beneficiado por esta Lei, encaminhará à Comissão dos Estudantes, Atestado da Instituição que está matriculado, comprovando situação regular de Matrícula e a Frequência.

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 17 DE MARÇO DE 2014.  
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

#### **Decreto Nº 2606/2014**

DECRETO Nº 2606, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 11.581,88 (Onze mil, quinhentos e oitenta e um reais e oitenta e oito centavos), no orçamento de 2014 do Fundo Municipal de Assistência Social de Ibiã, nas seguintes programações de despesas:

Suplementação:

Órgão: 03 – FUNDOS MUNICIPAIS  
Unidade Orçamentária: 0302 – Fundo Municipal da Assistência Social  
Função: 08 – Assistência Social  
Subfunção: 244– Assistência Comunitária  
Programa: 0801 – Assistência Social Geral  
Atividade: 2047 – Manutenção da Assist. Social Geral  
Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 0347 – Exer.Anterior  
Valor R\$ 10.581,88

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior do Fundo Municipal de Assistência Social de Ibiã.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 10 DE FEVEREIRO DE 2014.  
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA  
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

#### **Decreto Nº 2609/2014**

DECRETO Nº 2609, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), no orçamento de 2014 da Prefeitura Municipal de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 – Chefia do Executivo  
Unidade Orçamentária: 0204 – Sec. De Agricultura e Meio Ambiente  
Função: 20 – Agricultura  
Subfunção: 601– Promoção da Produção Vegetal  
Programa: 2001 – Assistência ao Produtor Rural  
Projeto/Atividade: 1001 Aquis.Veículos, Máq. e Implementos Agrícolas  
Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 0300- Superávit Exercício Anterior- Rec. Ordinários  
Valor: R\$ 10.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 28 DE FEVEREIRO DE 2014.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA



**Decreto Nº 2611/2014**

DECRETO Nº 2611, DE 06 DE MARÇO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro consolidado no valor de R\$ 31.000,00 (Trinta e um mil reais), no orçamento de 2014 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiã, nas seguintes programações de despesas:

Suplementação:

Órgão: 03 – FUNDOS MUNICIPAIS

Unidade Orçamentária: 0301 – Fundo Municipal da Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 1001 – Saúde com Qualidade

Atividade: 1015 – Aquisição Veículos Saúde

Modalidade de Aplicação: 44900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 0300 – Recursos Ordinários Superávit Exercício Anterior

Valor R\$ 31.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior do Município de Ibiã.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 06 DE MARÇO DE 2014.  
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA  
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

**Decreto Nº 2613/2014**

DECRETO Nº 2613, DE 12 DE MARÇO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO DE CONVENIO ESTADUAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/13:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do provável excesso de arrecadação do convênio nº 2014 TR000022, no valor de R\$ 948.453,61 (Novecentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e sessenta e um centavos), no orçamento de 2014 da Prefeitura Municipal de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0205 SEC. M.DE INFRAESTRUT. OBRAS E TRANSP.

Função: 26 TRANSPORTE

Sub-Função: 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Programa: 2601 ESTRADAS VICINAIS

Projeto/Atividade: 1006 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS

Modalidade de Aplicação: 44900000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 124- Transferências de Convênios - Outros

Valor: R\$ 948.453,61

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o provável excesso de arrecadação do Convênio nº 2014TR000022.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 12 DE MARÇO DE 2014.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

**Aviso de Pregão**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2014

A Prefeitura Municipal de Ibiã/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para AQUISIÇÃO DE UM TRATOR DE ESTEIRAS, NOVO E UM CONJUNTO DE BRITAGEM MÓVEL, PARA A SECRETARIA DE INF. OBRAS E TRANSPORTES. RECURSO FINANCEIROS: FUNDAM E PRÓPRIO DO MUNICÍPIO DE IBIAM.

Entrega dos envelopes e dos Documentos de Credenciamento: 02/04/2014 até às 16:30 horas

Abertura dos envelopes: 03/04/2014 às 09:00 horas

Tipo de Avaliação: Menor Unitário

Base legal: lei 10.520, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiã, em dias úteis, de Segunda a Sexta – feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0\*\*49)534-0044.

Ibiã, 19 de Março de 2014.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiã

**Lei Nº 540/2014**

LEI N.º540/2014 DE 19 DE MARÇO DE 2014

" INCLUI NOS PLANOS DE CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS MUNICIPAIS, AS VIAS DE ACESSO A UNIDADE DE PRODUÇÃO RURAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"



Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a executar a conservação e melhoria das vias de acesso para escoamento da produção das Unidades Produtivas Rurais do Município.

Art. 2.º Por Unidades Produtivas Rurais, mencionadas no Artigo 1º entender-se-á, as instalações de galpões, armazéns, aviários, chiqueiros, tambos de leite, e outras do gênero destinadas a armazenar e beneficiar a produção agropecuária.

Art. 3.º Os encargos desta Lei serão suportados por dotações orçamentárias, consignadas sob a rubrica.

02 – Órgão / Chefia do executivo  
0205 – Unidade Orçamentária/Secr. Infraestrutura  
26 – Função/Transporte  
782 – Sub Função/Transporte Rodoviário  
2601 – Programa/ Estradas vicinais  
2023 – Proj/Ativ/Secr. De Infraestrutura  
31900000 – Aplicações Diretas

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogadas disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM-SC, 19 DE MARÇO DE 2014.  
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA  
SEC. MUN. ADM. E FAZENDA

### **Lei Nº 541/2014**

LEI N.º 541 DE 19 DE MARÇO DE 2014.

“ AUTORIZA A REVISÃO GERAL ANUAL DOS VENCIMENTOS E SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DOS DETENTORES DE MANDATO ELETIVO, SECRETÁRIOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder a Revisão Geral Anual dos Vencimentos e Subsídios que trata o Artigo 37-Inciso X da Constituição Federal, aos Servidores Públicos Municipais Ativos, Inativos, Pensionistas, aos que exercem Emprego Público, aos detentores de Mandato Eletivo dos Poderes Executivo, Legislativo, aos Secretários Municipais, nos Termos do Artigo 39, Parágrafo 4º da Constituição Federal de 1988.

Art. 2º. O percentual da Revisão previsto no Artigo 1º, será de 5,566% (cinco vírgula quinhentos e sessenta e seis) por cento, e corresponde ao índice INPC/IBGE apurado no período de Fevereiro de 2013 a Janeiro de 2014.

Art. 3º. Fica concedido aumento real de 1% (hum) por cento sobre os vencimentos dos Servidores Públicos Municipais Ativos, Inativos, Pensionistas e aos que exercem Emprego Público.

Art. 4.º Os Vencimentos dos Servidores Públicos inferiores ao valor do Salário Mínimo Nacional, ficam reajustados, passando a R\$724,00 (setecentos e vinte e quatro reais).

Art. 5.º Os encargos decorrentes desta Lei, serão suportados por Dotações consignadas no Orçamento do Exercício de 2014.

Art. 6.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Fevereiro de 2014.

Art. 7.º Revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM-SC, 19 DE MARÇO DE 2014.  
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA  
SEC. MUN. ADM. E FAZENDA

### **Portaria Nº 046/2014**

PORTARIA Nº 046, DE 18 DE MARÇO DE 2014  
“DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATRIBUIÇÕES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando, o início das atividades no Centro de Educação Infantil José Atílio Grassi;

Considerando, que o estabelecimento não possui o regulamento interno de seu funcionamento;

Amparado nas disposições do artigo 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora CATARINA MARIA DALLABRIDA BORSOI, ocupante do cargo de Professor II – Nível 5 – Referência C, para exercer a funções e atribuições de Coordenadora do Centro de Educação Infantil José Atílio Grassi, com vencimentos inerentes ao cargo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 18 DE MARÇO DE 2014.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

### **Portaria Nº 046/2014**

PORTARIA Nº 046, DE 18 DE MARÇO DE 2014  
“DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATRIBUIÇÕES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando, o início das atividades no Centro de Educação Infantil José Atílio Grassi;

Considerando, que o estabelecimento não possui o regulamento interno de seu funcionamento;

Amparado nas disposições do artigo 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:



Art. 1º. Designar a servidora CATARINA MARIA DALLABRIDA BOR-SOI, ocupante do cargo de Professor II – Nível 5 – Referência C, para exercer as funções e atribuições de Coordenadora do Centro de Educação Infantil José Atílio Grassi, com vencimentos inerentes ao cargo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 18 DE MARÇO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

### **Portaria Nº 044/2014**

PORTARIA Nº 044, DE 17 DE MARÇO DE 2014

"EXONERA DO SERVIÇO PÚBLICO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando a concessão da aposentadoria pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS,

Com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c. art. 97, da Lei Municipal nº 255 – Estatuto do Servidor Público do Município de Ibiã,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar do cargo público de Agente de Serviços Gerais – Nível 4 – Referência E, o servidor JOSÉ CARNEIRO BORGES, em decorrência de aposentadoria concedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – Benefício nº 1596509756.

Art. 2º. Determinar a expedição dos demais atos administrativos, visando à vacância do cargo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 197, de 22 de maio de 2013.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 17 DE MARÇO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

### **Portaria Nº 043/2014**

PORTARIA Nº 043, DE 17 DE MARÇO DE 2014

"NOMEIA COMISSÃO PARA ATUALIZAR PORTAL MUNICIPAL DE ACESSO À INTERNET E AVALIAR CUMPRIMENTO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E LEI DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando, a Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011 e Lei da Transparência Pública nº 131/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores Flávia Lenita Pelentir, Juliana Lizot e Rosinei Ceron, para formarem Comissão para atualização do novo portal municipal de acesso à internet, conferência das informações já publicadas, inclusão das informações mínimas obrigatórias, de acordo com a legislação vigente, treinamento dos servidores efetivos designados de cada secretaria para alimentação dos dados, acompanhamento sobre a postagem de informações e emissão de relatórios sobre o andamento dos trabalhos.

Art. 2º. A Comissão deverá iniciar suas atividades pela atualização do site com novo formato, conferência e inclusão da legislação e atos oficiais mínimos obrigatórios. A seguir treinar os servidores indicados pelos Secretários Municipais e dar sequência na alimentação de dados.

Art. 3º. A Comissão terá o prazo de 90 (noventa) dias úteis para apresentar relatório detalhado sobre as questões ventiladas no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 17 DE MARÇO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

### **Decreto Nº 2617/2014**

DECRETO Nº 2617, DE 17 DE MARÇO DE 2014

"DECLARA VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando os termos da Portaria nº 184, de 16 de maio de 2013;

Com amparo no artigo 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c. artigo 29, inciso III, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado vago o cargo de Agente de Serviços Gerais – Nível 1, em decorrência da aposentadoria do servidor JOSÉ CARNEIRO BORGES, concedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Benefício nº 1596509756.

Art. 2º. Em conformidade com o disposto no artigo 1º, restabelece no quadro geral dos servidores do Município, uma vaga para o cargo de Agente de Serviços Gerais a ser provida através de concurso público.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 17 DE MARÇO DE 2014.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

## Ilhota

### PREFEITURA

#### **Extrato de Termo Aditivo do Contrato 06-2013 CRAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO 06-2013 CRAS

O Município de Ilhota (SC) torna público o Extrato de Termo Aditivo de Prorrogação do Contrato 06-2013 CRAS.

Objeto: Locação de imóvel situado na rua Izidoro Maes, nº 257, Centro, Ilhota, SC, CEP: 88320-000, área total de 194m², destinado ao funcionamento do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS.

Contratado(a): LUCIMAR PEREIRA DAROS

Valor: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Prazo: 01/01/2014 à 31/12/2014

Ilhota SC, 30 de dezembro de 2013.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

#### **Extrato de Termo Aditivo do Contrato 05-2013 CRAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO 05-2013 CRAS

O Município de Ilhota (SC) torna público o Extrato de Termo Aditivo de Prorrogação do Contrato 05-2013 CRAS.

Objeto: Locação de imóvel situado na rua Izidoro Maes, Centro, Ilhota, SC, CEP: 88320-000, destinado ao funcionamento do Conselho Tutelar.

Contratado(a): LUCIMAR PEREIRA DAROS

Valor: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Prazo: 01/01/2014 à 31/12/2014

Ilhota SC, 30 de dezembro de 2013.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal



# Imbituba

## PREFEITURA

### **Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 04/2014 (FUNREBOM)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
FUNREBOM  
PROCESSO Nº 05/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 01 de abril de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de preço do maior desconto por lote, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de materiais e serviços para manutenção das viaturas e das embarcações de jet ski, motores de popa, motobombas para o quartel do corpo de bombeiros de Imbituba.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 19 de março de 2014.  
Milene Ribeiro da Silva  
Pregoeira Oficial

### **Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 16/2014 (Semusa)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SEMUSA  
PROCESSO Nº 18/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2014

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 01 de abril de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de microcomputadores, impressoras e equipamentos de informatização para uso da secretaria municipal de saúde.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 20 de março de 2014.  
Milene Ribeiro da Silva  
Pregoeira Oficial

### **Lei Nº 4.363.2014**

Lei nº 4.363, de 19 de março de 2014.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Doação com encargos entre a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, e o Município de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,  
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu

sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Imbituba autorizado a receber em doação, o bem móvel:

- Um caminhão basculante 6x4 (trucado e traçado), PBT de 23 toneladas, chassi nº 9BM693388EB950394, Veículo novo, zero quilômetro.

Art. 2º A celebração do Termo de Doação com encargos previstos no “caput”, destina-se à execução de ações da Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a tomar todas as iniciativas necessárias visando à transferência e incorporação do referido bem móvel ao Patrimônio Municipal.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações pertencentes ao orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de março de 2014.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Leandro de Souza Ribeiro  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei nº 4.364, de 19 de março de 2014.

### **Lei Nº 4.364.2014**

Lei nº 4.364, de 19 de março de 2014.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, por intermédio do Fundo Estadual de Apoio aos Municípios – FUNDAM.

O PREFEITO DE IMBITUBA,  
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, por intermédio do Fundo Estadual de Apoio aos Municípios – FUNDAM.

§1º A celebração do convênio previsto no “caput” tem como objetivo investimento nas áreas de infraestrutura referente à logística e mobilidade urbana.

§2º Fica o Município autorizado a receber do Governo do Estado o valor de R\$ 2.760.000,00 (dois milhões, setecentos e sessenta mil reais) e disponibilizar a título de contrapartida financeira, para a assinatura do convênio, o valor de até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Art. 2º Fica autorizado, por acordo e interesse das partes, a prorrogação do convênio, mediante a assinatura de termos aditivos.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da funcional programática 15.451.0007 1.010.44.90.00.00.00.00.0171 (Recurso Vinculado) e



15.451.0007 1.010.44.90.00.00.00.00.0180 (Recurso Próprio), do orçamento da Secretaria Municipal de Infraestrutura, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de março de 2014.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Leandro de Souza Ribeiro  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Lei Nº 4.365.2014**

Lei nº 4.365, de 19 de março de 2014.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder Auxílio Financeiro à Associação Beneficente Cristã Alimentando Esperanças e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,  
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Associação Beneficente Cristã Alimentando Esperanças, inscrita no CNPJ sob o nº 18.604.598/0001-93, no valor de até R\$ 25.000,00(vinte e cinco mil reais).

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura de parte das despesas com a manutenção das atividades da referida entidade.

Art. 3º A entidade beneficiada fica obrigada a prestar contas, com referência à aplicação do recurso repassado pelo Poder Público Municipal, no prazo de 60(sessenta) dias após o recebimento do mesmo.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de março de 2014.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Leandro de Souza Ribeiro  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Decreto PMI Nº 046.2014**

DECRETO PMI Nº 046, de 17 de março de 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de prazo de recolhimento da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliar do exercício de 2014.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, da Lei Orgânica Municipal, e pelo art. 263, § 3º, da Lei Complementar nº. 3.019 de 28 de dezembro de 2006, considerando o prazo para o contribuinte receber o documento de arrecadação municipal em tempo hábil para efetuar o pagamento,

DECRETA:

Art. 1º Fica PRORROGADO para o dia 15 de maio de 2014, o prazo para pagamento da cota única da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliar referente ao exercício de 2014.

Art. 2º Os prazos para pagamento das demais parcelas ficam prorrogados na seguinte ordem:

I – Primeira parcela: 15 de maio de 2014;

II – Segunda parcela: 10 de junho de 2014;

III – Terceira parcela: 10 de julho de 2014;

IV – Quarta parcela: 11 de agosto de 2014;

V – Quinta parcela: 10 de setembro de 2014.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de março de 2014.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Leandro de Souza Ribeiro  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Decreto PMI Nº 047.2014**

DECRETO PMI Nº 047, de 17 de março de 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de prazo de recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU – do exercício de 2014.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, da Lei Orgânica Municipal, e pelo art. 263, § 3º, da Lei Complementar nº. 3.019 de 28 de dezembro de 2006, considerando o prazo para o contribuinte receber o documento de arrecadação municipal em tempo hábil para efetuar o pagamento,

DECRETA:

Art. 1º Fica PRORROGADO para o dia 15 de maio de 2014 o prazo para pagamento da cota única do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU – do exercício de 2014, com 10% (dez por cento) de desconto.

Art. 2º Os prazos para pagamento das demais parcelas ficam prorrogados na seguinte ordem:

I – Primeira parcela: 15 de maio de 2014;



II – Segunda parcela: 10 de junho de 2014;

III – Terceira parcela: 10 de julho de 2014;

IV – Quarta parcela: 11 de agosto de 2014;

V – Quinta parcela: 10 de setembro de 2014.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de março de 2014.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Leandro de Souza Ribeiro  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Extrato: PMI SEINFRA 2014/26 A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2014/26 A/00

Contratada: FOCO AVALIAÇÕES E ORGANIZAÇÃO PATRIMONIAL LTDA

C.N.P.J: 18.219.090/0001-71

Objeto: AQUISIÇÃO DE PLACAS DE ALUMÍNIO PARA NUMERAÇÃO DE SEPULTURAS DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS DO MIRIM E VILA NOVA.

Valor: R\$ 4.370,00 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 30/2014 Dispensa 02/2014

Imbituba, 13 de março de 2014.

José Afonso de Carvalho  
Secretário Municipal da Sdr - Norte  
Contratante

Foco Avaliações e Organização Patrimonial Ltda  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: Seash 2014/02 A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEASH 2014/02 A/00

Contratada: VANIO VIEIRA

C.N.P.J: 78.613.445/0001-34

Objeto: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS A SEREM DISTRIBUIDAS AS FAMÍLIAS CADASTRADAS NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO – SEASH, DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 145.800,00 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 01/2014 Pregão 01/2014

Imbituba, 18 de março de 2014.

Selma Elias Westphal  
Secretário Municipal da Seash  
Contratante

Vanio Vieira  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: FMS 2014/04 A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2014/04 A/00

Contratada: LABORATORIO DE PRÓTESES DENTÁRIAS TERCEIRA DENTIFICAÇÃO LTDA

C.N.P.J: 12.628.416/0001-38

Objeto: CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA USUÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: R\$ 128.700,00 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 11/2014 Pregão 10/2014

Imbituba, 18 de março de 2014.

Maria Martins dos Passos Souza  
Secretário Municipal da Saúde  
Contratante

Laboratório de Próteses dentárias Terceira Dentificação Ltda  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: FMS 2014/11 A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2014/11 A/00

Contratada: JOSÉ CANDIDO ESPINDOLA ME

C.N.P.J: 01.394.452/0001-68

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA USO DOS PACIENTES DOS GRUPOS DE TERAPIAS DO CAPS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: R\$ 8.054,00 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 14/2014 Pregão 13/2014

Imbituba, 18 de março de 2014.

Maria Martins dos Passos Souza  
Secretário Municipal da Saúde  
Contratante

José Candido Espindola Me  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: FMS 2014/12 A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2014/12 A/00

Contratada: KAC LTDA

C.N.P.J: 04.492.199/0001-90

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA USO DOS PACIENTES DOS GRUPOS DE TERAPIAS DO CAPS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: R\$ 7.782,90 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 14/2014 Pregão 13/2014



Imbituba, 18 de março de 2014.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretário Municipal da Saúde  
Contratante

Kac Ltda  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: FMS 2014/13 A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2014/13 A/00  
Contratada: LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA ME  
C.N.P.J:08.897.022/0001-08  
Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA USO DOS  
PACIENTES DOS GRUPOS DE TERAPIAS DO CAPS DA SECRETARIA  
MUNICIPAL DE SAÚDE.  
Valor: R\$ 9.268,90 Prazo: 31/12/2014  
Fundamento: Processo nº. 14/2014 Pregão 13/2014

Imbituba, 18 de março de 2014.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretário Municipal da Saúde  
Contratante

Luciane Constantino da Silva Me  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: FMS 2014/14 A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2014/14 A/00  
Contratada: NAFI COMERCIO ATACADISTA LTDA ME  
C.N.P.J:10.788.485/0001-83  
Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA USO DOS  
PACIENTES DOS GRUPOS DE TERAPIAS DO CAPS DA SECRETARIA  
MUNICIPAL DE SAÚDE.  
Valor: R\$ 4.525,50 Prazo: 31/12/2014  
Fundamento: Processo nº. 14/2014 Pregão 13/2014

Imbituba, 18 de março de 2014.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretário Municipal da Saúde  
Contratante

Nafi Comercio Atacadista Ltda Me  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: FMS 2014/15 A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2014/15 A/00  
Contratada: RIP FIBRAS IND E COM DE ALIMENTOS NATURAIS  
LTDA

C.N.P.J: .08.882.687/0001-48

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA USO DOS  
PACIENTES DOS GRUPOS DE TERAPIAS DO CAPS DA SECRETARIA  
MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: R\$ 4.780,00 Prazo: 31/12/2014  
Fundamento: Processo nº. 14/2014 Pregão 13/2014

Imbituba, 18 de março de 2014.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretário Municipal da Saúde  
Contratante

Rip Fibras Ind e Com de Alimentos Naturais Ltda  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: FMS 2014/09 A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2014/09 A/00  
Contratada: RIP FIBRAS IND E COM DE ALIMENTOS NATURAIS  
LTDA

C.N.P.J: .08.882.687/0001-48  
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE GENERO ALIMENTICIO  
PARA LANCHES DOS PACIENTES COM TRATAMENTO FORA DOMI-  
CILIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.  
Valor: R\$ 12.360,00 Prazo: 31/12/2014  
Fundamento: Processo nº. 09/2014 Pregão 08/2014

Imbituba, 18 de março de 2014.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretário Municipal da Saúde  
Contratante

Rip Fibras Ind e Com de Alimentos Naturais Ltda  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: FMS 2014/10 A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2014/10 A/00  
Contratada: VANIO VIEIRA ME  
C.N.P.J: .78.613.445/0001-34  
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE GENERO ALIMENTICIO  
PARA LANCHES DOS PACIENTES COM TRATAMENTO FORA DOMI-  
CILIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.  
Valor: R\$ 32.671,50 Prazo: 31/12/2014  
Fundamento: Processo nº. 09/2014 Pregão 08/2014

Imbituba, 18 de março de 2014.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretário Municipal da Saúde  
Contratante

Vanio Vieira Me  
Representante Legal  
Contratada



**Extrato: FMS 2014/05 A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2014/05 A/00  
Contratada: JOSE CANDIDO ESPINDOLA ME  
C.N.P.J: .01.394.452/0001-68  
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE GENERO ALIMENTICIO  
PARA LANCHES DOS PACIENTES COM TRATAMENTO FORA DOMI-  
CILIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.  
Valor: R\$ 14.630,00 Prazo: 31/12/2014  
Fundamento: Processo nº. 09/2014 Pregão 08/2014

Imbituba, 18 de março de 2014.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretário Municipal da Saúde  
Contratante

Jose Candido Espindola Me  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: FMS 2014/06 A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2014/06 A/00  
Contratada: KAC LTDA  
C.N.P.J: .04.492.199/0001-73  
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE GENERO ALIMENTICIO  
PARA LANCHES DOS PACIENTES COM TRATAMENTO FORA DOMI-  
CILIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.  
Valor: R\$ 7.780,00 Prazo: 31/12/2014  
Fundamento: Processo nº. 09/2014 Pregão 08/2014

Imbituba, 18 de março de 2014.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretário Municipal da Saúde  
Contratante

Kac Ltda  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: FMS 2014/07 A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2014/07 A/00  
Contratada: LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA ME  
C.N.P.J: .08.897.022/0001-08  
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE GENERO ALIMENTICIO  
PARA LANCHES DOS PACIENTES COM TRATAMENTO FORA DOMI-  
CILIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.  
Valor: R\$ 10.960,00 Prazo: 31/12/2014  
Fundamento: Processo nº. 09/2014 Pregão 08/2014

Imbituba, 18 de março de 2014.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretário Municipal da Saúde  
Contratante

Luciane Constantino da Sailva Me  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: FMS 2014/08 A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2014/08 A/00  
Contratada: ORLEANS INFORMATICA LTDA  
C.N.P.J: .08.897.022/0001-08  
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE GENERO ALIMENTICIO  
PARA LANCHES DOS PACIENTES COM TRATAMENTO FORA DOMI-  
CILIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.  
Valor: R\$ 8.940,00 Prazo: 31/12/2014  
Fundamento: Processo nº. 09/2014 Pregão 08/2014

Imbituba, 18 de março de 2014.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretário Municipal da Saúde  
Contratante

Orleans Informatica Ltda  
Representante Legal  
Contratada

**Publicação de Extrato de Suspensão de Pregão Presencial Nº 05/2014(PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

O Município de Imbituba, através de seu Pregoeiro Oficial, comu-  
nica a todos os interessados que SUSPENDE o processo de licita-  
ção na modalidade Pregão Presencial nº 05/2014, bem como a  
eventual assinatura do contrato, de acordo com decisão proferida  
no Mandado de Segurança, autos nº 0300557-87.2014.8.24.0030.

Imbituba, 20 de março de 2014.  
Dilson Petrassem Junior  
Pregoeiro



# Ipumirim

## PREFEITURA

**Portaria Nº. 166/2014 de 17 de Março de 2014.**

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

**CONTRATA**

RAY JUNIOR ZAT, sob a Matrícula 2268-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.584.272 e do CPF 081.670.399-00, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 17/03/2014 a 12/12/2014.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 17/03/2014.

Ipumirim - SC, 17 de março de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

**Portaria Nº. 167/2014 de 18 de Março de 2014.**

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo 003/2013 .

**CONTRATA**

LIZIANE SCHAEFER, sob a Matrícula 2269-1, com domicílio na Cidade e Município de , Carteira de Identidade nº. 3958172 e do CPF 043.076.999-71, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial Nível 20, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal

Pedacinho do Céu, para o período de 18/03/2014 a 30/12/2014.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 18/03/2014.

Ipumirim - SC, 18 de março de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

**Portaria Nº. 168/2014 de 18 de Março de 2014.**

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 114 da Lei Complementar nº. 001/2002 de 26 de Setembro de 2002.

**CONCEDE**

A SANDRA SCALCO CASAGRANDE, Matrícula 526-6, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº.2.690.146 e do CPF sob o nº. 749.835.639-20, servidora pública no exercício do cargo efetivo de Professora, com vencimentos previstos no anexo V, Classe C-2, do Grupo A, da Lei Complementar nº. 002/2002, que dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração dos Servidores do Município e da outras providências, pelo período de 333 (trezentos e trinta e três) dias, ou seja, 10 (dez) meses e 27 (vinte e sete) dias, sem remuneração, conforme artigo 114 da Lei Complementar nº. 001/2002 de 26 de setembro de 2002, para o período de 05 de Março de 2014 a 31 de Janeiro de 2015

Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 05 de março de 2014.

Ipumirim - SC, 18 de março de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

**Portaria Nº.169/2014 de 19 de Março de 2.014**

ALTERA FUNÇÃO POR PERMUTA DE MEMBROS EFETIVOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei.

**ALTERA**

Pelo deferimento do pedido de permuta entre as servidoras VIVIA CENCI FORMAGINI, Brasileira, casada, residente nesta cidade de Ipumirim – SC, portadora da cédula de Identidade nº.3.910.955 e CPF sob o nº.005.041.719-33, e CARMEN GUIZZARDI ZAT, brasileira, casada, residente nesta cidade de Ipumirim – SC, portadora da cédula de Identidade nº.3.183.167 e CPF sob o nº. 501.638.769-91, passando as seguintes funções e cargos:

VIVIA CENCI FORMAGINI – Professora de Educação Infantil com lotação no Núcleo Educacional Municipal Professor Claudino Locatelli com carga horária de 20 horas semanais, Nível Latu Sensu.

CARMEN GUIZZARDI ZAT – Professora de anos iniciais do ensino fundamental com lotação no Núcleo Educacional Municipal Professor Claudino Locatelli, com carga horária de 40 horas semanais, Nível Latu Sensu.



Que a permuta tem validade para o ano Letivo de 2014, para os próximos anos a professora VIVIA CENCI FORMAGINI, devesse fazer a escolha de turno e turma de trabalho de acordo com os critérios do Artigo 16 – A, sendo que os demais professores que foram colocados a disposição pela portaria 056/2014, terão direito de escolher vagas se esta existir em turmas de educação infantil no NEM Professor Claudino Locatelli.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 19 de Março de 2014.

Ipumirim - SC, 19 de Março de 2014.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal.

### **Portaria Nº. 170/2014 de 19 de Março de 2014.**

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

#### **CONCEDE**

:A MARIO ROOS, matrícula 484-7, férias de 10 dias, relativas ao período aquisitivo de 27/01/2012 a 26/01/2013, conforme previsto no art. 127, § 1º da Lei Complementar 01/2002, 10 dias convertidos em pecúnio relativo ao período de 19/03/2014 a 28/03/2014.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 19/03/2014.

Ipumirim - SC, 19 de março de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

### **Extrato de Contrato Nº 18/2014/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 18/2014

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de Profissional de prestação de serviços, para atuar no Projeto Bom na Escola e Bom de Bola, para desenvolver a modalidade de capoeira, destinado a alunos regularmente matriculados no projeto, com periodicidade semanal de 6 horas/aula, pelo período de 9 (nove) meses.

Valor: R\$ 5.184,00 (Cinco Mil Cento e Oitenta e Quatro Reais)

Assinatura: 17/03/2014 Vigência: 31/12/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: JOÃO BATISTA MARTINS MACHADO-MI, situada na AVENIDA BRASIL Nº 229, Bairro CENTRO, cidade de Ipumirim-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.295.096/0001-30.

### **Retificação do Extrato da Ata de Reg. de Preços do PL 10, PP 4/2014-Supermercado Odilo Bonissoni Ltda Epp-Generos Alimentícios Dmer.**

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA DE REG. DE PREÇOS DO PL 10, PP 4/2014-GENEROS ALIMENTÍCIOS DMER.

Diante do equívoco verificado no referido EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS do processo acima mencionado, referente a publicação do dia 18 de março de 2014, quanto ao nome do representante da empresa SUPERMERCADO ODILO BONISSONI LTDA EPP, onde lê-se MOACIR BONISSONI, CPF: 291.955.190-68, lê-se ELITON JOSÉ DEITOS BASI, CPF: 090.624.629-70, segue abaixo a respectiva correção:

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.10.6017 de 17 de março de 2014

FORNECEDOR: SUPERMERCADO ODILO BONISSONI LTDA EPP, situada na RUA D. PEDRO II, 68, município de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ sob n. 83.569.756/0001-83 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 250.081.130, representado pelo Senhor ELITON JOSÉ DEITOS BASI, CPF: 090.624.629-70.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	Tomate, grau médio de amadurecimento, de 1ª qualidade, são,	KG	100,00	SOUZA E FILHOS	2,35	235,32
3	Vinagre de Vinho Tinto, produto natural, fermentado, 750ml	UN	200,00	KOLLER	2,17	434,02
4	CARNE BOVINA FILÉ 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO VE	KG	400,00	FRIGORIFICO EFAPI	12,90	5.160,00
5	CARNE BOVINA COSTELA 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO	KG	400,00	FRIGORIFICO EFAPI	10,45	4.180,00
6	CARNE BOVINA ALCATRA 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO	KG	300,00	FRIGORIFICO EFAPI	13,95	4.185,00
7	SALAME DE CARNE SUÍNA COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA	KG	100,00	SOL ALIMENTOS	19,50	1.950,00
8	Refrigerante 2 litros, nos sabores cola e limão	FR	700,00	SCHIN	3,31	2.318,26
9	Erva Mate, produzido com folhas selecionadas, acondicionado	PCT	1.000,00	EKO FELIZ	9,62	9.620,29
10	LINGÜIÇA SUÍNA PARA CHURRASCO COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA, COM	KG	100,00	SOL ALIMENTOS	12,60	1.260,00
11	CARNE SUÍNA MISTA 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO	KG	150,00	FRIGORILASTE	10,40	1.560,00
12	CEBOLA -de boa qualidade (que não esteja batida e estragada)	KG	70,00	SOUZA E FILHOS	1,92	134,22



Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
13	SAL GROSSO TEMPERADO 1 KILO	PCT	40,00	HOREBE	2,17	86,80
14	Pepino em conserva	V	170,00	TERRA VIVA	3,75	637,09
15	AÇUCAR REFINADO 5 KG	PCT	250,00	UNIAO	8,24	2.059,20
16	CAFÉ TORRADO E MOÍDO - 500G , COM VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA	CX	300,00	MELLITA	8,98	2.693,67
17	REPOLHO - de boa qualidade	UN	30,00	SOUZA E FILHOS	3,49	104,58
18	Óleo de soja lt 900 ml	UN	150,00	COAMO	2,53	379,11
19	Refresco pacote de 350 gramas	PCT	400,00	PIKO	2,38	952,88
20	SAL REFINADO IODADO 1KG	KG	60,00	5 ESTRELAS	1,18	70,60
21	Café Solúvel Granulado vidro de 200 gramas	UN	100,00	AMIGO	8,05	805,36
22	Coador de café Grande Nº 103 cx/30 unidades	CX	100,00	MELLITA	2,57	256,54
24	ARROZ PCT. 5 KG	PCT	60,00	SAFRA	11,54	692,66
33	Salsicha de carne bovina ou suína tipo "hot dog", congelada,	KG	50,00	SEARA	5,80	290,00
37	Mortadela de carne de frango ou peru, magra, com aspecto,	KG	50,00	PERDIGAO	6,80	340,00
38	LEITE LONGA VIDA UHT INTEGRAL, 1000ML. VALIDADE MÍNIMA DE	UN	3.000,00	SABOR COLONIAL	1,80	5.400,00
39	Açúcar Cristal pct 5Kg.	PCT	50,00	CRISTAL BRATTI	7,79	389,40
40	CESTA BÁSICA	UN	600,00	PROPRIA	65,00	39.000,00
Valor Total Registrado					85.195,00	

A ata retrocitada possui vigência de 12 (doze) meses.

### Processo de Licitação Nº 7/2014, Dispensa de Licitação Nº 2/2014/FMS

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 7/2014

JACIR LIRIO BONISSONI - GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: contratação de empresa para Capacitação e Aperfeiçoamento continuado, para profissionais na área da Saúde do Município de Ipumirim. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 19/03/2014  
JACIR LIRIO BONISSONI  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

### Lei Nº 1736 de 14 de Março de 2014

ABRE CRÉDITOS ESPECIAL POR CONTA DE ANULAÇÕES TOTAIS E PARCIAIS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO VALOR DE R\$ 100.000,00.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II e § 2º do artigo 34 da Lei 1725/2013, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 – LDO e dá outras providências e inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei 4.320/64 faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito especial:

I. Projeto 2.057 – Festividades Municipais, feiras e exposições, elemento 33500000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 03 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento municipal de Administração, no valor de R\$ 100.000,00.

Art. 2º Os créditos suplementares constantes nos artigos anteriores serão abertos por conta das anulações totais e parciais das seguintes dotações orçamentárias:

I. Código reduzido 14, Projeto 2.057 – Festividades Municipais, feiras e exposições, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 03 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento municipal de Administração, no valor de R\$ 98.000,00.

II. Código reduzido 12, Projeto 2.003 – Gestão das Ações do Departamento de Administração- elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 03 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento municipal de Administração, no valor de R\$ 2.000,00.

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 14 de março de 2.014  
Valdir Zanella  
Prefeito Municipal

### Decreto N. 2.044 de 20 de Março de 2.014

ABRE CRÉDITOS ESPECIAL POR CONTA DE ANULAÇÕES TOTAIS E PARCIAIS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO VALOR DE R\$ 100.000,00.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II e § 2º do artigo 34 da Lei 1725/2013, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 – LDO e dá outras providências e inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal 1.736 de 14 de março de 2.014

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito especial:



I. Código reduzido 119, Projeto 2.057 – Festividades Municipais, feiras e exposições, elemento 33500000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 03 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento municipal de Administração, no valor de R\$ 100.000,00.

Art. 2º O crédito especial constante no artigo anterior será aberto por conta das anulações totais e parciais das seguintes dotações orçamentárias:

I. Código reduzido 14, Projeto 2.057 – Festividades Municipais, feiras e exposições, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 03 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento municipal de Administração, no valor de R\$ 98.000,00.

II. Código reduzido 12, Projeto 2.003 – Gestão das Ações do Departamento de Administração- elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 03 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento municipal de Administração, no valor de R\$ 2.000,00.

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 20 de março de 2.014.

Ipumirim-SC, 20 de março de 2.014  
Valdir Zanella  
Prefeito Municipal

# Irineópolis

## PREFEITURA

### Lei Nº 1.780/2014

LEI Nº 1.780/14, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

"AUTORIZA A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO À ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara aprovou e Eu saciono o seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção à Associação dos Acadêmicos do Município de Irineópolis/SC, o valor de até R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) a ser repassado em parcelas mensais e sucessivas, nos meses de fevereiro à dezembro de 2014.

Parágrafo Único. O valor repassado deve atender à todos os acadêmicos e estudantes de curso técnico profissionalizante que residem no Município de Irineópolis e que necessitam de transporte para deslocar-se até as instituições de Ensino Superior e Escolas Técnicas profissionalizantes, localizadas em Canoinhas e Porto União, no Estado de Santa Catarina, e União da Vitória, no Estado do Paraná, nos turnos matutino, vespertino e noturno, dos cursos de regime regular e especial.

Art. 2º - Os valores repassados, serão destinados a custear as despesas com o transporte de alunos do ensino superior e de cursos técnicos profissionalizantes, residentes no Município para as cidades de Porto União e Canoinhas, no Estado de Santa Catarina, e União da Vitória, no Estado do Paraná.

Art. 3º - Fica a entidade beneficiária obrigada a prestar contas das parcelas recebidas, que deverá vir acompanhada de relatório mensal dos alunos beneficiados, devidamente separados por turno, regime do curso e instituição de ensino superior, e com valor total pago, bem como o valor pago pelo acadêmico e pelo Município em cada linha, sob pena da não liberação da parcela seguinte.

Art. 4 - Os recursos a serem repassados serão contabilizados na dotação orçamentária 2010 (55) – 3.3.50.00.00.00.00.0100 - Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos do orçamento em vigor.

Art. 5º - A entidade beneficiada firmará com o Município Termo de Convênio, estabelecendo normas e critérios para a aplicação dos respectivos recursos.

Art. 6º - O prazo de vigência do Convênio será até 31/12/2014, podendo ser prorrogado, caso haja interesse do Município, por sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

Parágrafo Único. O convênio a ser firmado pode ainda ser alterado ou rescindido, a qualquer tempo, por mútuo acordo entre as partes, mediante a assinatura de Termo Aditivo ou Termo de Rescisão.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.



Irineópolis/SC, 18 de Março de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

### **Convênio Nº 005/2014**

CONVÊNIO N.º 005/2014

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS E O HOSPITAL SÃO LUCAS, DE MAJOR VIEIRA (SC), PARA FINS DE REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, representado por seu gestor Senhor Francisco Eraldo Konkol, brasileiro, separado judicialmente, inscrito no CPF sob nº 437.438.709-91, RG nº 1.456.374-6, no exercício do cargo de Gestor do Fundo Municipal de Saúde, doravante denominado CONVENIENTE, e de outro lado, o HOSPITAL SÃO LUCAS, DE MAJOR VIEIRA, sob forma da Lei, entidade sem fins lucrativos, com registro no CNPJ nº 79.376.760/0001-58, com sede a Av. Projetada, s/nº, Centro, na cidade de Major Vieira, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Superintendente, SRA. JOCI MARI DE OLIVEIRA, brasileira, casada, residente e domiciliada à Rua Narciso Leonardo Ruthes, 185, Centro, na cidade de Major Vieira, Estado de Santa Catarina, portadora do CPF nº 586.658.119-15 e RG nº 1.794.520, doravante denominada CONVENIADA, respeitadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, resolvem celebrar o presente Convênio, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 1.775/2014, de 27 de Fevereiro de 2014, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto**

O presente Convênio tem como objeto o repasse de subvenção à entidade CONVENIADA para fins de realização de procedimentos cirúrgicos, integrante da rede de serviços do Sistema Único de Saúde em regime de parceria com o Poder Público Municipal, de conformidade com a capacidade instalada e disponibilidades discriminadas nas fichas de cadastro hospitalar e ambulatorial, mediante contraprestação pecuniária pelo CONVENIENTE.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os procedimentos deverão estar vinculados à tabela de procedimentos da CBHPM vigente.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – Do Preço**

O presente Convênio tem como limite máximo o valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) mensais, pelos serviços médicos para atendimentos cirúrgicos – cirurgia geral, urologia e ginecologia, e anestesista, sem limite de procedimentos cirúrgicos mensais, devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Irineópolis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os procedimentos cirúrgicos serão devidamente triados pela Secretaria Municipal de Saúde ou médicos do Município de Irineópolis, e mediante prévia autorização do Gestor Municipal de Saúde, deverão ser atendidos pela entidade CONVENIADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Encaminhamentos devem obrigatoriamente ser feitas pelo médico local em contato direto e verbal com o médico de recebimento conforme relação de especialidades e dos respectivos plantonistas.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Não será aceita nenhuma transferência sem o contato prévio de médico para médico conforme determina o manual de transferência inter-hospitalar do Conselho Regional de medicina do Estado de Santa Catarina.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – Da execução dos serviços**

Os serviços ora conveniados referidos na Cláusula Primeira serão executados pela CONVENIADA com sede à Avenida Projetada, s/nº em Major Vieira/SC, com Alvará de Funcionamento expedido pelo órgão competente e sob a responsabilidade do Diretor Clínico, indicado em ficha cadastral que permanecerá, mediante protocolo, arquivada junto a Secretaria Municipal de Saúde. Caso ocorra a substituição do Diretor Clínico, a referida ficha cadastral será alterada com a devida informação.

#### **CLÁUSULA QUARTA – Da assistência DOS PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS**

I – a assistência compreende os procedimentos de média complexidade, conforme a situação fática do CONVENIADO;

II – os encaminhamentos para os serviços eletivos serão feitos pelo órgão responsável da CONVENIENTE, que deverá ser regulamentada entre as partes;

III – as partes estabelecerão normas para definir o fluxo de atendimento, sua comprovação, a realização de exames subseqüentes, o local de revisão das contas e outros procedimentos necessários ao ágil relacionamento com o CONVENIADA e a satisfação do usuário.

#### **CLÁUSULA QUINTA – Das obrigações do CONVENIADA**

Os serviços serão prestados por profissionais do estabelecimento CONVENIADO, sendo que os exames não contemplados no presente Convênio somente poderão ser realizados mediante substituição por quantidades de outros exames previstos, sem majoração de custo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para os efeitos deste Convênio consideram-se profissionais do estabelecimento CONVENIADO aqueles integrantes do corpo clínico, conforme Regimento Interno da Entidade;

PARÁGRAFO SEGUNDO - O CONVENIADO se compromete ainda a:

I – não utilizar e nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

II – atender aos pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;

III – afixar aviso, em local visível, de sua condição de entidade integrante deste Convênio;

IV – esclarecer aos pacientes sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos, quando solicitado pelo mesmo;

V – respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de serviço de saúde, este devendo fazê-lo expressamente (por escrito), salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;

VI – garantir o sigilo dos dados e informações dos pacientes;

VII – possuir o serviço de Controle de Infecção Hospitalar em funcionamento;

VIII – possuir Comissão de Ética Médica.

#### **CLÁUSULA SEXTA – Dos compromissos do CONVENIENTE**

I – providenciar a publicação do extrato deste Convênio em jornal



de circulação na região.

II – pagar os serviços executados, nos termos da Cláusula Segunda.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Dos critérios de reajuste

Os preços ora estipulados não sofrerão reajuste.

#### CLÁUSULA OITAVA – Da prestação de contas e das condições de pagamento

A prestação de Contas e as condições de pagamento serão feitas conforme o exposto abaixo:

A CONVENIADA apresentará mensalmente ao CONVENENTE, até o dia 25 de cada mês de referência à prestação dos serviços, as faturas e os documentos referentes aos serviços efetivamente prestados;

o pagamento deverá ser efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da prestação dos serviços;

as contas hospitalares rejeitadas pelo CONVENENTE serão devolvidas no prazo máximo de 48 horas ao CONVENIADA para as correções cabíveis, que deverão ocorrer também no prazo máximo de 48 horas após a devolução;

ocorrendo erro ou falha nas contas por culpa do CONVENENTE, este garantirá ao CONVENIADA, o pagamento no prazo avençado neste Convênio, pelo valor do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver no pagamento seguinte, sendo a diferença superior efetivamente paga;

caso os pagamentos ambulatoriais já tenham sido efetuados, fica o CONVENENTE autorizado a debitar, no mês seguinte, o valor pago indevidamente, frente aos procedimentos não realizados, indevidos ou impróprios.

#### CLÁUSULA NONA – DA FORMA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas deverá atender as Instruções Normativas IN TC-14 e 15/2012, sendo os documentos que deverão compor o processo de Prestação de Contas:

Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;

Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas: nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas e duplicatas, dentre outros.

Extratos bancários da conta corrente vinculada, a qual deverá ser utilizada somente para este fim, com a movimentação completa do período inclusive demonstrando que o extrato encontra-se “zerado”.

Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou as cópias dos cheques utilizados para o pagamento das despesas;

Guia de recolhimento de saldo não utilizado, quando o caso;

Cópia do certificado de propriedade veicular, no caso de aquisição

ou conserto de veículos;

#### CLÁUSULA DÉCIMA - Da denúncia

Constituem motivos para denúncia do presente Convênio pela CONVENENTE o não cumprimento de qualquer de suas Cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na Lei de Licitações e Contratos (8.666/93).

Parágrafo único. Em caso de denúncia de qualquer das partes neste Convênio, e caso a interrupção dos serviços possam causar prejuízo à população, em comum acordo entre o CONVENENTE e CONVENIADA, observar-se-á o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer à rescisão, mediante notificação expressa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o MUNICÍPIO e a ENTIDADE CONVENIADA, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa oficial do Município, pelo MUNICÍPIO, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da legislação aplicável à execução do convênio

A legislação aplicável à execução deste Convênio é composta pelas Leis Federais nºs 8.666/93 e 8.080/90 a Portaria do Ministério da Saúde nº 1.472/96.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da vigência e da prorrogação

O prazo de vigência do presente Convênio será de 12 meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, caso haja interesse do Município, por sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Das alterações

Qualquer alteração do presente Convênio será objeto de Termo Aditivo, observadas as Cláusulas deste Convênio e a forma da legislação referente a Contratos Administrativos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Do foro

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Porto União (SC), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Convênio que não puderem ser resolvidas pelas partes e seus órgãos competentes.

E, por estarem justos e CONVENIADAS, de pleno acordo com as Cláusulas e condições ora fixadas, firmam o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal.

Irineópolis (SC), 14 de Março de 2014.  
FRANCISCO ERALDO KONKOL  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde



JOCI MARIA DE OLIVEIRA  
Superintendente do Hospital São Lucas

**Testemunhas:**

Nome: Fernanda Eli Suckow Cardoso  
CPF: 026.830.239-10

Nome: Patricia Fabiane Fronczak  
CPF: 037.425.669-11

**Portaria Nº 078/2014 - Publicação de Errata**

PUBLICAÇÃO DE ERRATA - PORTARIA Nº 078/2014.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso IV e § 1º da Lei Complementar nº. 064/2013, de 26/02/2013 e LC nº 056/2012 de 10/02/2012,

**RESOLVE:**

CONTRATAR HILDA FRANCIERE FRANCO, nascida em 27/05/1985, portadora do CPF nº 045.971.049-41, RG. nº 4.470.401, SESP/SC para no período de 03/02/2014 a 30/04/2014, exercer as atividades de Professora de Arte ACT (30h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Educação Edital nº 011/2013, homologado em 02/01/2014 e Contrato de Trabalho Temporário nº 027/2014, para atuação com carga horária de 10 h/sem junto ao NE Guilherme Boscow e 20 h/sem junto às EI Multisseriadas.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de fevereiro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

**Lei Complementar Municipal Nº 081/2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº 081/2014.

"Dispõe sobre a criação de novos cargos no quadro de pessoal efetivo Prefeitura Municipal de Irineópolis e dá outras providências".

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

**LEI COMPLEMENTAR:**

Art. 1º Fica autorizada a criação de novos cargos, os quais ficam incorporados ao Plano de Carreiras, Cargos e Salários da Prefeitura Municipal conforme especificado nos quadros abaixo:

**III – GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO (GTA)**

Escolaridade: Ensino Médio Magistério - MED.

Carga Horária: 44 horas semanais

Cargo	Carga Horária	Vagas	Classe Inicial	Classe Final
Orientador Social	44	5	15	19

**IV – GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL (GP)**

Escolaridade: Ensino Superior Pedagogia – SUP.

Carga Horária: 44 horas semanais.

Cargo	Carga Horária	Vagas	Classe Inicial	Classe Final
Pedagogo Social	44	5	20	23

Art. 2º Em função da criação dos cargos de Orientador Social e de Pedagogo Social o Anexo II da LC 057/2012 - Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis - Grupos Ocupacionais com Quadro de Vagas, passa a vigorar com a redação constante do ANEXO I, parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 3º As atribuições dos novos cargos criados para o Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Irineópolis são aquelas constantes do ANEXO II, da presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Município de Irineópolis – SC, em 18 de Março de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**ANEXO I – LEI COMPLEMENTAR Nº 081/2013**

**ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 057/2012.**

**QUADRO DE PESSOAL EFETIVO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS**

**GRUPOS OCUPACIONAIS COM QUADRO DE VAGAS**

**III – GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO (GTA)**

Escolaridade: Ensino Médio Completo ou Técnico e Magistério-MED (conforme o cargo)

Carga Horária: 44 horas semanais

Cargo	Carga Horária	Vagas	Classe Inicial	Classe Final
Agente Administrativo	44	16	15	19
Assistente de Educação	44	5	15	19
Assistente de Informática	44	4	15	19
Fiscal de Obras	44	1	15	19
Fiscal de Tributos	44	3	15	19
Orientador Social	44	5	15	19
Técnico de Enfermagem	44	12	15	19
Técnico de Contabilidade	44	1	15	19
Técnico de Segurança do Trabalho	44	1	15	19
Técnico Agrícola	44	2	10	14

**IV – GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL (GP)**

Escolaridade: Ensino Superior Completo – SUP. na área, registro no conselho de classe, se for o caso.

Carga Horária: 44 horas semanais, com exceção de médicos e odontólogos, cuja carga horária mensal é de 22 h/sem.

Cargo	Carga Horária	Vagas	Classe Inicial	Classe Final
Administrador	44	2	20	23
Advogado	44	1	20 A	23 A
Assistente Social	30	5	20	23
Bioquímico	44	1	20	23



Contador	44	2	20	23	
Coordenador de Informática	44	1	20	23	
Enfermeiro	44	3	20	23	
Engenheiro Agrônomo	44	1	20	23	
Engenheiro Civil	44	1	20	23	
Farmacêutico	44	2	20	23	
Médico Veterinário	44	2	20	23	
Nutricionista	44	2	20	23	
Odontólogo	22	2	20	23	
Optometrista	44	1	20	23	
Pedagogo Social	44	5	20	23	
Fisioterapeuta	44	2	20	23	
Fonoaudiólogo	44	2	20	23	
Psicólogo	44	3	20	23	
Assessor de Imprensa	44	1	20	23	
<b>IV-A GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL ESPECIALISTA (GPE)</b>					
Escolaridade: Portador de Título de Especialista na área, com registro no conselho de classe.					
Carga Horária: 44 semanais – 22 horas semanais.					
Médico Clínico Geral	22	2	24	24	
Médico Ginecolog. / Obstetra	22	2	24	24	
Médico Pediatra	22	2	24	24	
Médico Clínico Geral	44	1	25	25	
Médico Ginecolog. / Obstetra	44	1	25	25	
Médico Pediatra	44	1	25	25	

**ANEXO II –LEI COMPLEMENTAR Nº 081/2013****ATRIBUIÇÕES DO CARGO****ORIENTADOR SOCIAL**

Mediar os processos grupais do serviço, sob a orientação do órgão gestor;

Participar de atividades de planejamento;

Sistematizar e avaliar o serviço, juntamente com a equipe de trabalho responsável pela execução;

Atuar como referência para as crianças/adolescentes e para os demais profissionais que desenvolvem atividades com o Grupo sob sua responsabilidade;

Registrar a frequência e as ações desenvolvidas e encaminhar mensalmente as informações para o profissional de referência do CRAS;

Organizar e facilitar situações estruturadas de aprendizagem e de convívio social, explorando e desenvolvendo temas e conteúdos do serviço;

Desenvolver oficinas esportivas, culturais e de lazer;

Identificar e encaminhar famílias para o técnico da equipe de referência do CRAS;

Participar de atividades de capacitação da equipe de trabalho responsável pela execução do serviço;

Informar ao técnico da equipe de referência a identificação de contextos familiares e informações quanto ao desenvolvimento dos usuários em seus múltiplos aspectos (emotivos, de atitudes, etc.);

Coordenar o desenvolvimento das atividades realizadas com os usuários;

Manter arquivo físico da documentação do(s) grupo(s), incluindo os formulários de registro de atividades e de acompanhamento dos usuários;

Apoiar o trabalho dos técnicos de nível superior no que se refere as funções de acolhida e de processos grupais;

Alimentar sistema de informação, sempre que for designado.

**PEDAGOGO SOCIAL**

Elaborar em conjunto com a gestão o Plano Plurianual da Assistência Social;

Participar com a equipe de trabalho na definição de fluxos, instituição de rotina de atendimento e acolhimento dos usuários;

Organização dos encaminhamentos, fluxos de informações com outros setores, procedimentos, estratégias de respostas às demandas e de fortalecimento das potencialidades;

Participar de reuniões e eventos promovidos pelos serviços e programas sócio assistenciais, quando solicitado ou convocado;

Realizar a busca ativa e desenvolvimento de projetos que visam prevenir aumento de incidência de situações de riscos;

Realizar cronograma de acompanhamento aos grupos/serviços com vistas à compreensão da dinamicidade das relações dos usuários;

Alimentar sistema de informação, registrar as ações desenvolvidas e planejar o trabalho de forma coletiva;

Organizar as informações dos usuários na forma de prontuários individual/familiar;

Realizar visita domiciliar;

Atender juntamente com a equipe técnica as famílias e orientar educacionalmente, juntamente com ações sócio educativas nos grupos/serviços;

Promover sessões de estudo, acompanhar e dar apoio aos trabalhadores de referência dos grupos/serviços;

Organizar, participar e orientar as atividades de caráter não continuado;

Contribuir para assegurar os direitos dos usuários das políticas públicas;

Elaborar e fornecer os dados estatísticos acerca das atividades desenvolvidas nos serviços e programas;

Executar outras atividades que lhe forem determinadas.

**Lei Nº. 1.781/2014**

LEI MUNICIPAL Nº 1.781/2014, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

cria o PROGRAMA “NENHUMA CASA SEM LUZ” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PERREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

**LEI :**

Art. 1º. Fica criado o programa “NENHUMA CASA SEM LUZ”, observado o disposto nesta Lei Municipal.

Art. 2º. O Programa objetiva a execução de extensão da rede de energia elétrica já existente, ou implantação de nova rede de energia elétrica para todos que não possuam tal benefício, em suas propriedades e que residam na sede do Município, no perímetro urbano do Distrito de Poço Preto e na localidade de São Pascoal, às margens da BR-280.

§ 1º. O Programa será executado junto as propriedades localizadas em vias públicas já abertas, de conformidade com os procedimentos normativos e técnicos da Prefeitura Municipal de Irineópolis .

§ 2º. Será beneficiado o proprietário que comprovar estar residindo no local até 30/06/2013, através de comprovante de residência (conta de água, luz, telefone, fatura, envelope de endereço ou declaração de residência assinada pelo próprio interessado, podendo ser esta última impressa ou de próprio punho, etc. e de apresentação de documento que comprove ser proprietário, mesmo com recibo de próprio punho possuidor ou usuário legal do imóvel, bem como, que possua renda familiar máxima de até 03 salários mínimos nacional, mediante laudo específico do Departamento de Assistência e Triagem do Município.



Art. 3º. O Programa será gerenciado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura em conjunto com a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário.

Art. 4º. O Programa se operacionalizará através da participação conjunta do Poder Público Municipal e do proprietário ou usuário do domicílio, na via pública beneficiada.

Art. 5º. Compete ao Município, através da contratação da obra e/ou serviço com empresa previamente licitada, e da formalização de convênio com a empresa permissionária de energia elétrica, executar a rede, dentro das técnicas de engenharia, concorrendo para tanto com recursos humanos, materiais e financeiros.

Parágrafo único – Os custos assumidos pelo Município no momento da execução da obra serão pagos pelos proprietários ou usuários ao Município no prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, utilizando-se no máximo 15% (quinze por cento) de sua renda familiar.

Art. 6º. Compete ao proprietário ou usuário do imóvel beneficiado efetuar a ligação da rede doméstica de energia elétrica com a rede estendida pelo Poder Público, bem como, concorrer com recursos financeiros para esta extensão de rede.

Art. 7º. Serão beneficiados, todos os proprietários ou usuários de domicílios residenciais localizados na Sede do Município, no perímetro urbano do Distrito de Poço Preto e na Localidade de São Pascoal, que se enquadrem nos requisitos do Programa de acordo com o previsto no § 2º do artigo 2º desta lei.

Art. 8º. Os recursos do Município para a execução do programa advirá, no exercício vigente, da seguinte rubrica orçamentária: 2017 – Manutenção da Iluminação Pública.

§ 1º. Nos exercícios financeiros subsequentes, o Poder Executivo destinará recursos no Orçamento Anual, para a continuidade deste Programa.

§ 2º – Fica limitado em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) o valor mensal destinado ao programa “NENHUMA CASA SEM LUZ”.

Art. 9º. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, por Decreto, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 10. Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 18 de Março de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

### Convenio Nº 009/2013

Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

CONVÊNIO No 009/2013.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, COM INTERVENIÊNCIA DO COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR E DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL.

Aos dois dias do mês de julho de 2013, o Município de Irineópolis, com sede na Rua Paraná, nº 200, Irineópolis - SC, inscrito no

CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, representado pelo seu Prefeito o Senhor JULIANO POZZI PEREIRA, residente e domiciliado em Irineópolis-SC, portador da Carteira de identidade nº 827.405, SSP/SC e do CPF nº. 455.173.049-15, e o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com sede na Rua Artista Bitencourt, no 30, Florianópolis-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.951.294/0001-00, doravante denominada, SSP, representada por seu Secretário CESAR AUGUSTO GRUBBA, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade no 372513, SSP/SC e do CPF no 252.157.529-15, com interveniência da Polícia Militar do Estado, estabelecida a Rua Visconde de Ouro Preto, 549 - Centro - Florianópolis-SC, representado por seu Comandante Geral NAZARENO MARCINEIRO, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade no 539318, expedida pela SSP/SC e do CPF no 37656899987, doravante denominada PMSC, com interveniência da Polícia Civil do Estado, estabelecida a Rua Álvaro de Carvalho, 220 - Centro - Florianópolis-SC, representado por seu Delegado Geral ALDO PINHEIRO D'ÁVILA, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade no 372.513, SSP/SC e do CPF no 548.933.059-72, doravante denominada PCSC, resolvem celebrar o presente Termo, de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a cooperação entre o MUNICÍPIO e a SSP, para instalação e manutenção de um sistema de videomonitoramento urbano composto de 01 (uma) central de videomonitoramento com 10 (dez) câmeras de segurança no Município de Irineópolis (SC).

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este Convênio está fundamentado pelo disposto no artigo 116, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, no que couber, no artigo 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000, Lei Complementar nº 284 de 28 de fevereiro de 2005, na IN 14/12 TCE e no artigo 8º, item IX, da Constituição Estadual e na Lei Municipal nº 1701/2013 de 28 de maio de 2013.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes da execução do presente Termo correrão à conta dos orçamentos do MUNICÍPIO e da SSP, vigentes em cada exercício financeiro.

O MUNICÍPIO fará repasse do montante que deve ser depositado na c/c específica nº 851740-1, Ag. 3582-1, Banco do Brasil, tendo como titular: FUNDO PARA MELHORIA SEGURANÇA PÚBLICA, inscrito sob o CNPJ nº 85.280.147/0001-35;

A SSP manterá os recursos da contrapartida oriundos do BNDES em conta específica.

### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Opinar sobre o projeto desenvolvido pela SSP / PMSC, com vistas à instalação de um sistema de videomonitoramento urbano no Município de Irineópolis/SC;

Repassar o montante de R\$ 108.322,50 (cento e oito mil, trezentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), à SSP-SC, conforme planilha de custos em até 90 (noventa) dias contado à partir da solicitação de depósito;

Responsabilizar-se pelos custos com manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos que fazem parte do sistema de videomonitoramento urbano do Município de Irineópolis/SC, após período de garantia;

Responsabilizar-se pelas futuras ampliações do número de pontos de videomonitoramento e pelos custos decorrentes da ampliação;

Responsabilizar-se pelas obras necessárias para adequação de um ambiente no Quartel da Polícia Militar, onde será instalada a central de videomonitoramento;

Responsabilizar-se pela contratação e instalação de energia elétrica, junto a concessionária local, para alimentação dos pontos de



videomonitoramento;

Auxiliar no serviço de monitoramento das imagens, com disponibilização de operadores de CFTV na sala de videomonitoramento, de acordo com a disponibilidade de servidores.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA SSP / PMSC

Providenciar estudo e elaborar projeto para instalação de videomonitoramento urbano através de câmeras de vídeo e submetê-lo à apreciação do Município de Irineópolis/SC;

Responsabilizar-se pela aquisição, coordenação e instalação do sistema de videomonitoramento urbano de acordo com a CLÁUSULA PRIMEIRA;

Responsabilizar-se pela contratação de rede multimídia, em fibra óptica, para transmissão das imagens do sistema de videomonitoramento urbano e pelos custos mensais decorrentes;

Responsabilizar-se pela operacionalização do sistema de videomonitoramento urbano e realizar o serviço de monitoramento das imagens diuturnamente com pessoal da Polícia Militar e nas delegacias de Polícia Civil de Santa Catarina.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para o cumprimento do presente instrumento, o relacionamento entre as partes dar-se-á entre o Comando da Organização Policial Militar de Irineópolis - SC, em nome da SSP / PMSC e o Prefeito Municipal, em nome do MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

A execução do projeto objeto do presente convênio pela SSP/PMSC, deverá ocorrer no prazo de 18 (dezoito) meses a contar da assinatura deste instrumento, sob pena de devolver a totalidade dos recursos repassados pelo MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de Contas do repasse previsto na CLAUSULA QUARTA, se dará na forma da Instrução Normativa N.TC-14/2012.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA

O MUNICÍPIO e a SSP / PMSC poderão propor, a qualquer tempo, a denúncia do presente Convênio, se não for cumprida qualquer de suas Cláusulas, por mútuo acordo ou por interesse unilateral do poder cedente.

#### CLÁUSULA NONA - DO PRAZO

O prazo de vigência do presente Convênio é de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Porto União/SC, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Termo.

E por estarem assim de pleno acordo, assinam o presente Convênio com as testemunhas abaixo relacionadas.

JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

CESAR AUGUSTO GRUBBA  
Secretário de Estado da Segurança Pública

NAZARENO MARCINEIRO  
Comandante Geral da Polícia Militar

ALDO PINHEIRO D'ÁVILA  
Delegado Geral da Polícia Civil.

### Lei Complementar Municipal Nº 082/2014

LEI COMPLEMENTAR N.º 082/2014.

“Dispõe sobre a ampliação de vagas para o cargo de Técnico de Enfermagem no quadro de pessoal efetivo do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis e dá outras providências”.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

#### LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica autorizada a ampliação do número de vagas no cargo de Técnico de Enfermagem do Quadro de Pessoal Efetivo do Hospital Municipal Bom Jesus, conforme especificado abaixo:

#### III – GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO (GTA)

Escolaridade: Ensino Médio Completo ou Técnico – MED (conforme o cargo)

Carga Horária: 44 horas semanais.

Cargo	Carga Horária	Vagas a acrescentar	Classe inicial	Classe final
Técnico de Enfermagem	44	4	15	19

Art. 2º Em função ampliação de vagas para o cargo de Técnico de Enfermagem, o Anexo IV da LC 057/2012 - Quadro de Pessoal Efetivo do Hospital Municipal Bom Jesus - Grupos Ocupacionais com Quadro de Vagas, passa a vigorar com a redação constante do ANEXO ÚNICO, parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Irineópolis – SC, em 02 de janeiro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

#### ANEXO ÚNICO –LEI COMPLEMENTAR Nº 082/2014

#### ANEXO IV

(Lei Complementar nº 057/2012)

QUADRO DE PESSOAL EFETIVO  
HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

#### GRUPOS OCUPACIONAIS COM QUADRO DE VAGAS

##### I – GRUPO OCUPACIONAL DE APOIO (GA)

Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto - FI

Carga Horária: 44 horas semanais

Cargo	Carga Horária	Vagas	Classe inicial	Classe final
Auxiliar de Serviços Gerais	44	8	01	07
Cozinheira	44	2	01	07
Vigia	44	2	01	07

##### II – GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL (GO)

Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto ou Ensino Médio Completo – FI/MED

Carga Horária: 44 horas semanais

Cargo	Carga Horária	Vagas	Classe inicial	Classe final
Auxiliar Administrativo	44	3	10	14
Motorista	44	2	08	14



III – GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO (GTA)  
Escolaridade: Ensino Médio Completo ou Técnico – MED (conforme o cargo)

Carga Horária: 44 horas semanais

Cargo	Carga Horária	Vagas	Classe Inicial	Classe Final
Técnico de Enfermagem	44	8	15	19
Técnico de Contabilidade	44	1	15	19

IV – GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL (GP)

Escolaridade: Ensino Superior Completo – SUP. registro no conselho de classe, se for o caso.

Carga Horária: 44 horas semanais para todos os cargos, com exceção de Médicos e Médicos Plantonistas, cuja carga horária é variável e depende da quantidade e tipo de plantões.

Cargo	Carga Horária	Vagas	Classe Inicial	Classe Final
Assistente Social	44	1	20	23
Contador	44	1	20	23
Enfermeiro	44	4	20	23
Farmacêutico	44	1	20	23
Médico	44	1	20	23
Tecnólogo em Radiologia	44	1	20	23

V- GRUPO OCUPACIONAL EM EXTINÇÃO (GE)

Escolaridade mínima:

01 – Ensino Superior Completo

02 – Ensino Médio Completo/técnico profissionalizante

03 - Ensino Fundamental Completo

04 - Ensino Fundamental Incompleto

Cargo	Carga Horária	Escolar.	Vagas	Classe Inicial	Classe Final
Auxiliar de enfermagem	44	02	3	10	14

## Itaiópolis

### PREFEITURA

#### Extrato de Retificação do Edital

Alteração da Data de Abertura - Processo Licitatório nº 20/2014 - Pregão Presencial nº 17/2014 – Objeto: locação de sistemas de informática. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 1º de abril de 2014, até às 10hs50min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 1º de abril de 2014, às 11:00 horas. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site [www.itaioipolis.sc.gov.br](http://www.itaioipolis.sc.gov.br).

Itaiópolis, 19 de março de 2014.

GERVÁSIO UHLMANN

Prefeito Municipal

#### Extrato de Contrato

EXTRATO DE CONTRATO - Processo Licitatório nº 8/2014 – Tomada de Preços nº 1/2014. Objeto: contratação de empresa do ramo para prestação de serviços de desmonte de rochas, em jazidas localizadas no Município, incluindo perfuração, detonação, fornecimento de explosivos e acessórios necessários, para obtenção de até 20.000m³ (vinte mil metros cúbicos) de cascalho, a serem utilizados no revestimento das estradas do Município. CONTRATO nº 30/2014. CONTRATADA: Sismom Ltda. VALOR: R\$ 11,10 o m³ detonado. Total de R\$ 222.000,00. PRAZO: 31/12/2014.

Itaiópolis, 05/03/2014.

GERVÁSIO UHLMANN

Prefeito Municipal.



# Itapiranga

## PREFEITURA

### Extrato do Contrato Nº 67/2014/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 67/2014/RH

PARTES: Município de Itapiranga e ROSILEI FÁTIMA DE LIMA MARTINS.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2013

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 29/2014 onde altera a Carga Horaria do contrato de Prestação de Serviço Temporário de 20 horas para 40 horas, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referencia: B-01

VIGÊNCIA: 19/03/2014 a 12/12/2014.

Itapiranga – SC, 19 de março de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

### Extrato do Contrato Nº 68/2014/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 68/2014/RH

PARTES: Município de Itapiranga e PATRICIA MALLMANN.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referencia: B-01

VIGÊNCIA: 19/03/2014 até 12/12/2014.

Itapiranga – SC.19 de março de 2014

Milton Simon

Prefeito Municipal

### Portaria Nº 85/2014

Portaria nº 85 de 18 de março de 2014

CONCEDE PAGAMENTO DE INSALUBRIDADE

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o pagamento de insalubridade no percentual de 20%, ao servidor municipal Gilnei Beumer, matrícula nº 14335/01, em cumprimento a decisão judicial Apelação Cível nº 0500003-35.2009.8.24.0034.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 1º/3/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 18 de março de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos



**Jacinto Machado****PREFEITURA****Edital de Notificação****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

A Administração Municipal de Jacinto Machado, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de Março de 1997, NOTIFICA os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais com sede no Município de Jacinto Machado, que recebeu Recursos Federais conforme abaixo especificado:

Número da Proposta: 11448.444000/1130-02 FUNDO NACIONAL DE SAÚDE/MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Objeto do Convênio: Aquisição de Equipamento/Material Permanente para o Município de Jacinto Machado.

Origem dos Recursos: Ministério da Saúde.

Data do Repasse da Parcela Única: 07/03/2014.

Valor da Parcela: R\$ 196.905,00 (Cento e Noventa e Seis Mil, Novecentos e Cinco Reais)

Jacinto Machado/SC, 19 de Março de 2014.

**Joaçaba****PREFEITURA****Portaria N.º 2290**

PORTARIA Nº 2.290 DE 17 DE MARÇO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) IVONE ZANATTA, Professor, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado através do memorando da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 10 de março de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 10 de março de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 17 de março de 2014

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**Portaria N.º 2291**

PORTARIA Nº 2.291 DE 17 DE MARÇO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) JANETE ZANATTA, Professor, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob n.º 133.062 de 07 de fevereiro de 2014, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 10 de março de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 10 de março de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 17 de março de 2014

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal



**Portaria N.º 2292**

PORTARIA Nº 2.292 DE 17 DE MARÇO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) JULIANA KUSNIER, Assistente Social, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob n.º 133.059 de 06 de fevereiro de 2014, referente ao período de 01 de julho de 2011 a 30 de junho de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 10 de março de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 10 de março de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 17 de março de 2014

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**Portaria N.º 2293**

PORTARIA Nº 2.293 DE 17 DE MARÇO DE 2014

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) CLAUDIA SALVATORI QUEIROZ, Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 059 de 06 de junho de 2002, que instituiu o Quadro de Pessoal, para atendimento do Programa de Saúde da Família e Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS e por ter sido classificada em teste para emprego público com base na Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2007.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 13 de março de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 17 de março de 2014

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**Portaria N.º 2294**

PORTARIA Nº 2.294 DE 17 DE MARÇO DE 2014

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) JULIO PASQUAL RIGO, Professor ACT-LP, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 10 de março de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 17 de março de 2014

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**Portaria N.º 2295**

PORTARIA Nº 2.295 DE 17 DE MARÇO DE 2014

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) WYLLIAN OLIVEIRA DA LUZ, de Professor ACT-SH, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 13 de março de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 17 de março de 2014

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal



**Portaria N.º 2296**

PORTARIA Nº 2.296 DE 20 DE MARÇO DE 2014  
"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o (a) Sr. (a) ROSELEM CRISTINA RASMUSSEN, Assessor Administrativo, nível CC-5, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 20 de março de 2014  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### Resultado Final do Edital Nº 02/2014 de Chamada Pública de Professores

RESULTADO FINAL DO EDITAL Nº 02/2014 DE CHAMADA PÚBLICA DE PROFESSORES

O Município de Joaçaba, através do Sr. Prefeito, Rafael Laske torna público:

Art. 1º - Consta no ANEXO I a classificação final do Edital de Chamada Pública de Professores.

Art. 2º - Em consonância com a legislação vigente, à vista do resultado final do Edital de Chamada Pública nº 02/2014, considerando que foram aplicados todos os princípios constitucionais, tais quais a publicidade e a isonomia, inerentes à todo processo. Fica HOMOLOGADO o Resultado do Edital nº 02/2014 de Chamada Pública, surtindo todos os efeitos legais.

Art. 3º - As Convocações serão realizadas por todos os meios disponíveis, conforme a necessidade da Administração Pública e na Ordem de Classificação em Anexo.

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no mural da Prefeitura Municipal, na Imprensa Oficial do Município, ou em órgão da imprensa particular local contratado pela Administração e no site www.joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 19 de março de 2014.

José Luiz Junqueira de Carvalho  
Secretário de Educação

Marcos Weiss  
Prefeito em exercício

#### ANEXO I

INGLÊS	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
1	Luciana A. Cavanus

EDUCAÇÃO FÍSICA	
CLASSIFICAÇÃO	NOME

1	Francis Natally de Almeida Anacleto
2	Maria Aparecida Rosa
3	Maieli da Silva Amora
4	Evandro Rossi Junior

LINGUA PORTUGUESA	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
1	Márcia Salete V. Zorzzi
2	Joselaine de Souza
3	Mariza Aparecida P. de Matos

### Extrato PP 23/2014/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2014/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2014/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para dar publicidade aos atos oficiais exarados pela Administração Pública Municipal, em órgão de imprensa escrita (jornal de circulação estadual), com circulação diária. Forma de Julgamento: Menor preço. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 01/04/2014. Processamento do Pregão: às 14h do dia 01/04/2014, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 19 de março de 2013.

MARCOS WEISS

Prefeito em Exercício

## SIMAE

### Ata Registro de Preços 0002/2014 - Produtos Biológicos SIMAE

MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0002/2014

Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e catorze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, o Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 0008/2014, na Ata de julgamento de preços, homologada em 18/03/2014, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

#### DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Produtos Biológicos e Larvicidas para utilização na elevação da eficiência da estação de tratamento de esgoto, neutralizando os odores provocados pelo tratamento de efluente doméstico e para prevenção de proliferação de mosquitos no entorno das ETEs, conforme



especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0008/2014.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 – PRODUTO BIOLÓGICO LÍQUIDO PARA TRATAMENTO DE EFLUENTES DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO A BASE DE MICROORGANISMOS PARA AUMENTO DA DEGRADAÇÃO DE MATÉRIA ORGÂNICA PROMOVEDO A REDUÇÃO DOS ÍNDICES DE DBO, DQO, ÓLEOS E GRAXAS E SÓLIDO TOTAIS ELEVANDO ASSIM A EFICIÊNCIA DO SISTEMA DE TRATAMENTO.

Quantidade – 2.300 litros

1º. Colocado – Empresa Agrosix Distribuidora de Produtos Agropecuários, no valor unitário de R\$ 27,50 (Vinte e sete reais e cinquenta centavos).

2º. Colocado – Empresa Projetando Soluções P.D. Indústria e Comercio Ltda, no valor unitário de R\$ 29,00 (vinte e nove reais).

Item 02 – PRODUTO LÍQUIDO, 100% SOLÚVEL EM ÁGUA, PARA NEUTRALIZAÇÃO DE ODORES EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO PROVOCADOS POR MERCAPTANAS E H<sup>2</sup>S, CONTENDO EM SUA FORMULAÇÃO COMPOSTOS CAPAZES DE REDUZIR A TENSÃO SUPERFICIAL DE ÁGUA DEVENDO SER APLICADO DIRETAMENTE NO EFLUENTE DE ENTRADA.

Quantidade – 1.500 litros

1º. Colocado – Empresa Projetando Soluções P.D. Indústria e Comercio Ltda, no valor unitário de R\$ 33,00 (trinta e três reais).

Item 03 – LARVICIDA/INSETICIDA BIOLÓGICO PARA COMBATE DE LARVAS DE MOSQUITOS E BORRACHUDOS A BASE DE CRISTAIS PROTEICOS PRODUZIDOS A PARTIR DE BTI (BACILLUS THURINGIENSIS ISRAESENSIS) CONTENDO UMA CONCENTRAÇÃO MÍNIMA DE 1,2% DE BTI.

Quantidade – 20 litros

1º. Colocado – MM Comércio e Representações Ltda, no valor unitário de R\$ 79,00 (setenta e nove reais).

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de Produtos Biológicos e Larvicidas, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

#### DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

a) Edital de Pregão Presencial nº 0008/2014 e seus anexos;

b) Proposta da(s) Licitante(s);

c) Planilha de lances do pregão.

#### VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

#### DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

Os Produtos Biológicos e Larvicidas deverão ser entregues conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias, através de Nota de Empenho - NE.

Após o recebimento da NE – Nota de Empenho, por parte do fornecedor, o produto deverá ser entregue, de acordo com as especificações do Anexo I do Edital, em um prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de recebimento da solicitação devidamente autorizada pelo Setor de Materiais Transporte e Patrimônio – SMTP do SIMAE, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais;

Os produtos deverão ser entregues nas dependências da Estação de Tratamento de Água, localizado na AV Caetano Natal Branco, 1845, Frei Bruno, Joaçaba, SC, em dias de expediente, das 7h30min às 11h30min ou das 13h30min às 17h30min.

Os produtos fornecidos deverão possuir registro na ANVISA ou IBAMA, conforme detalhado no Anexo I, bem como, ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens, sendo que a data de fabricação deverá ser no máximo de 06(seis) meses anterior a data de entrega.

A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

Por ocasião do recebimento dos materiais, o SIMAE, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a empresa contratada a promover a devida substituição, observando-se os prazos contratuais.

A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.



Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

A proponente vencedora fica obrigada aos acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

No ato da entrega do Material a proponente deverá apresentar Nota Fiscal eletrônica-NFe correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.

Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará no até 5º (quinto) dia útil subsequente da entrega.

O Material que for recusada (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverá ser substituída no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

Se a substituição do Material recusado, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

#### DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

##### 5.1 O pagamento será:

5.1.1. Efetivado de acordo com o material entregue, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação. Sendo OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL [compras@simae.sc.gov.br](mailto:compras@simae.sc.gov.br).

5.1.2 - realizado através SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, até o 5º (quinto) dia subsequente ao do material entregue, devidamente atestado por servidor competente, contados da data de entrega e aceite da Nota Fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos produtos correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 2.062

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.

ELEMENTO: 3.3.90.30.11

#### 6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que,

na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

#### 7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) Efetuar a entrega dos Produtos Biológicos e Larvicidas após solicitação em até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Solicitação de Entrega, em horário comercial;

b) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

c) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

e) Fornecer junto com os produtos comprovação de registro na ANMVISA ou IBAMA, conforme o produto;

f) Responsabilizar-se pelo frete e envio dos produtos.

#### OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Designar servidor ou constituir comissão especial visando à fiscalização da execução do contrato;

Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o pactuado neste instrumento;

Providenciar a publicação da ata de Registro de Preços conforme legislação;

Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

Efetuar o pagamento em até 05 dias após a entrega a contento.

#### 9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

9.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:



- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

## 10 PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 01 (um) acima citado;

c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

10.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

## 11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), 18 de março de 2014.  
Eliane Aparecida Ceron Vier  
Pregoeiro

Equipe de Apoio  
Graciela Pratto Bordin da Rosa  
Monica Saraiva Romani

Leori Hermann  
AGROSIX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA

Fernando Luiz Carvalho  
PROJETANDO SOLUÇÕES – INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Crusvaldino Bellorini Mesalira  
MM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA

### **Comunicação de Continuidade do Contrato Suspenso** SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

CONTINUAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO JHL Nº 0116/2011 E SEUS ADITIVOS  
Tomada de Preços 011/2011 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0066/2011  
Data: 20/03/2014


Objeto: Execução de Projeto, entrega de Estrutura e Acessórios e Montagem de Reservatório de Água Tratada Denominado RAP-023 - CONTINUAÇÃO DO CONTRATO, tendo em vista a base de concreto para montagem de o reservatório estar pronta, conforme comunicado do setor de Engenharia por email anexado ao processo.

Contratado: FELCHACK EMPREITEIRA DE OBRAS LTDA  
Valor do Contrato: Permanece o mesmo

Elisabet Maria Zanella Sartori  
Diretora Presidente do SIMAE.



**Homologação Pp08/2014 SIMAE**

 <b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b> CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 8/2014 - PR</b>	
	<b>Processo Administrativo:</b> 12/2014 <b>Processo de Licitação:</b> 12/2014 <b>Data do Processo:</b> 10/02/2014	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 12/2014  
b ) Licitação Nr.: 8/2014-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 18/03/2014  
e ) Data da Adjudicação: 18/03/2014 Sequência: 1  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA ELEVAÇÃO DA EFICIÊNCIA DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

			(em Reais R\$)
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Desccto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 008132 - AGROSIX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS	1	-	63.250,00
- 008208 - MM COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	1	-	1.580,00
- 007988 - PROJETANDO SOLUÇÕES P.D. INDUSTRIA E	1	-	49.500,00
	3		114.330,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.062.3.3.90.00.00.00.00.00 (22) Saldo: 296.898,04

Joaçaba, 18 de Março de 2014.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente



# Lages

## PREFEITURA

### Extrato de Contrato de Fornecimento Nº 375/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 375/2013

COMODANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: TAKT GTN INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS LTDA - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 07.052.056/0001-39, com sede à Rua São Simão, 109 – Curitiba/PR – CEP: 82.900-290.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

Aquisição de Materiais Elétricos para serem utilizados na manutenção e conservação da Iluminação Pública do Município de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 397/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PRAZO

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data do recebimento da(s) autorização (ões) de fornecimento até 31/12/2013;

2.3 De Entrega(s): a entrega será Total, em até 07 dias, a contar da(s) data(s) da(s) recepção (ões) da(s) Solicitação (ões) Emitida(s) pela Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, em locais definidos na(s) solicitação (ões) delimitados(s) ao perímetro urbano;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR O preço Global certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 39.217,50 (trinta e nove mil e duzentos e dezessete reais e cinquenta centavos).

Lages, 18 de novembro de 2013.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

### Extrato de Contrato Nº 407/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 407/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: SERRANA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.073.536/0001-64, com sede à Rua Ottokar Doerffel n.º 841 – Bairro Atiradores, Joinville/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Outorga de Concessão para Execução de Obras de Implantação, Serviços de Operação e Manutenção do Aterro Sanitário de Resíduos Sólidos Urbanos, na localidade de Índios a 12 km do centro da cidade.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

O período de Concessão será de 13 (treze) anos a contar de 27/08/2013 até 31/12/2026, acrescido de mais 10 (dez) anos, para efeito de monitoramento ambiental, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93 e diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO

A remuneração da Concessionaria para custeio e retorno dos investimentos pela execução das obras e dos serviços objeto da presente concessão, se dará diretamente pela concedente através

do pagamento da tarifa correspondente aos serviços prestados no valor de R\$ 74,59 (setenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos) por tonelada.

Lages, 01 de Novembro de 2013.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

### PP 09-2014 SEMASA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Executivo de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 09-2014 SEMASAOBJETO: Aquisição de Controladores e Sensores de Oxigênio

Tipo: Menor Preço Por ItemAbertura: 24/04/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 79.962,91

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site HYPERLINK "http://www.lages.sc.gov.br/www.lages.sc.gov.br, sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 19 de março de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

### Pe 05-2014 SMS Novo Edital

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Executivo de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PE 05-2014 SMS NOVO EDITALOBJETO: Fornecimento de Gás Oxigênio Medicinal

Tipo: Menor Preço Por ItemAbertura: 03/04/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 1.727.250,00

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site HYPERLINK "http://www.lages.sc.gov.br/www.lages.sc.gov.br, sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 19 de março de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração



# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### Lei N.º 1.048/2014

LEI Nº 1.048, DE 19 DE MARÇO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE REVISÃO GERAL ANUAL DOS VENCIMENTOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS, ATIVOS E INATIVOS DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art 1º A remuneração dos servidores públicos municipais da Administração direta e indireta dos Poderes Executivo e Legislativo, ativos, e ainda, de todos os Agentes Políticos do Município: Prefeito, Vice-prefeito, Secretários e Vereadores, na forma de revisão geral anual, prevista no art. 37, X da Constituição Federal, a partir de 1º de março de 2014, fica reajustada em 5,56 % (cinco vírgula cinquenta e seis por cento), correspondente ao índice de inflação do INPC, apurado pela Fundação Getúlio Vargas, acumulado no período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Parágrafo Único Os professores efetivos e contratados da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, tiveram o reajuste salarial já concedidos através da Lei nº 1.041/2014

Art 2º A revisão geral dos proventos de aposentadoria e pensão pagos pelo IPRELL observará ao dispositivo em legislação específica.

Art 3º Os encargos desta Lei correrão a conta do orçamento do Município.

Art 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 19 de Março de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

### Lei N.º 1.049/2014

LEI Nº 1.049, DE 19 DE MARÇO DE 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, até o Limite de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DES-PORTO	101.500,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DES-PORTO	101.500,00
Função	12	Educação	101.500,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	8.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	8.000,00

Projeto/ Atividade	2.007	Remuneração de Profissionais do Magistério - Ensino Infantil	8.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	8.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	8.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	8.000,00
Fonte de Recurso	0.3.0018	Transferências do FUNDEB	8.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	42.667,16
Programa	0004	Educação é Tudo	42.667,16
Projeto/ Atividade	2.006	Remuneração dos Profissionais do Magistério - Ensino Fundamental	42.667,16
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	42.667,16
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	42.667,16
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	42.667,16
Fonte de Recurso	0.3.0018	Transferências do FUNDEB	42.667,16
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	50.832,84
Programa	0004	Educação é Tudo	50.832,84
Projeto/ Atividade	1.007	Renovação da Frota do Transporte Escolar	50.832,84
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	50.832,84
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	50.832,84
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	50.832,84
Fonte de Recurso	0.1.0019	Transferências do FUNDEB	50.832,84
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			101.500,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DES-PORTO	101.500,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DES-PORTO	101.500,00
Função	12	Educação	101.500,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	8.165,68
Programa	0004	Educação é Tudo	8.165,68
Projeto/ Atividade	2.007	Remuneração de Profissionais do Magistério - Ensino Infantil	8.165,68
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	8.165,68



Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	8.165,68
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	8.165,68
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	8.165,68
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	42.667,16
Programa	0004	Educação é Tudo	42.667,16
Projeto/ Atividade	2.006	Remuneração dos Profissionais do Magistério - Ensino Fundamental	42.667,16
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	42.667,16
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	42.667,16
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	42.667,16
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	42.667,16
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	50.667,16
Programa	0004	Educação é Tudo	50.667,16
Projeto/ Atividade	1.007	Renovação da Frota do Transporte Escolar	50.667,16
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	50.667,16
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	50.667,16
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	50.667,16
Fonte de Recurso	0.3.0019	Transferências do FUNDEB	50.667,16
TOTAL DA ANULAÇÃO			101.500,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 19 de Março de 2014.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

### Lei N.º 1.050/2014

LEI Nº 1.050, DE 19 DE MARÇO DE 2014.

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar a abertura de Crédito Adicional Especial e alteração das Leis do PPA, LDO e LOA no Orçamento Fiscal vigente do Município de Leoberto Leal e dá outras providências”

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ela a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento fiscal vigente de 2014 do Município de Leoberto Leal/SC e consequente alteração do PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2014 (LEI Nº 991 de 30 de Setembro de 2013, LEI Nº 996 de 12 de Novembro de 2013 e Lei Nº 1.005 de 26 de Novembro de 2013) de um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	84.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	84.000,00
Função	12	Educação	84.0000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	84.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	84.000,00
Projeto/ Atividade	1.056	Fechamento em Alvenaria da Quadra Coberta Ribeirão dos Ovos	84.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	84.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	84.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	84.000,00
Fonte de Recurso	0.3.0058	Salário Educação - Superávit	35.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0058	Salário Educação	49.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL			84.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das seguintes fontes e valores:

I - anulações de Dotações

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	49.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	49.000,00
Função	12	Educação	49.000,000
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	49.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	49.000,00
Projeto/ Atividade	1.009	Construção de Quadra Esportiva Coberta - Vargem dos Bugres	49.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	49.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	49.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	49.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0058	Salário Educação	49.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			49.000,00



## II - Superávit Financeiro

Recurso	Fonte de Recurso	Valor
Salário Educação	0.1.0058	35.000,00
TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO UTILIZADO		35.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 19 de Março de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

**Lei Complementar N.º 1.051/2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.051, DE 19 DE MARÇO DE 2014

“DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 1º E ACRESCENTA ITENS AO ARTIGO 4º DA LEI Nº 540 DE 28 DE MARÇO DE 2007 QUE MENCIONA”.

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Artigo 1º da Lei nº 540 de 28 de março de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica instituída a gratificação de produtividade para os servidores públicos municipais, efetivos ou contratados, lotados na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, e na Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, ocupantes dos cargos de Motorista, Operador de Equipamentos I, Operador de Equipamentos II, Operador de Equipamentos III e Operador de Trator de Pneu.

Art. 2º O Artigo 4º da Lei nº 540 de 28 de março de 2007, passa a vigorar, acrescido de:

Art. 4º A gratificação de produtividade instituída pelo Art. 1º desta Lei terá seu valor apurado mediante cálculo dos dias ou horas de efetivo trabalho, com base no valor atribuído ao equipamento em que estiver prestando o serviço, de acordo com a tabela a seguir:

OPERADOR/EQUIPAMENTO	VALOR DIA/HORA TRABALHADO
Caminhão pipa	R\$ 10,00 / Dia
Escavadeira hidráulica	R\$ 3,00 / Hora
Caminhão de Transporte de Equipamentos	R\$ 15,00 / Dia

Art. 3º As despesas com a execução ou decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento fiscal vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 19 de Março de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

**Contrato Nº 016/2014 - PMLL**

CONTRATO Nº 016/2014 – PMLL

Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 017/2012 – Aditivo de Preço.

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20 - Centro, Leoberto Leal/SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.924.390/0001-50, neste ato representada pela Excelentíssima Prefeita Municipal, Senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha; O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20 - Centro, Leoberto Leal/SC, inscrito no CNPJ sob nº 08.651.832/0001-80, neste ato representado pelo Senhor Vitor Norberto Alves, Secretário Municipal de Saúde; O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20 - Centro, Leoberto Leal/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.916.700/0001-19, neste ato representado por sua Diretora Executiva, Senhora Silvana Capistrano Lopes; e A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.779.622/0001-13, com sede na Avenida Adolfo Scheidt - Centro, neste ato representada por seu Presidente, Senhor Paulo Henrique Knaul.

CONTRATADA: A BETHA SISTEMAS LTDA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua João Pessoa, 134 - Centro, Criciúma/SC, inscrito no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, neste ato representada pelo senhor ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR.

Considerando, que a cláusula terceira, letra “e” do Contrato nº 017/2012 prevê que os valores contratados somente serão reajustados após o primeiro ano contratual, com base no índice INPC (IBGE) apurado no período de referência;

Considerando, que decorrido o prazo de 12 meses, o reajuste solicitado está de acordo com a variação do índice INPC acumulado, e que a empresa vencedora do certame licitatório vem cumprindo com suas obrigações constantes no Contrato nº 017/2012, não constando nada que desabone sua conduta;

Considerando, os pareceres da Assessoria Jurídica e do Controle Interno do Município, favoráveis ao reajuste do preço da locação de sistemas de Gestão Pública;

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 022/2012, celebrar o Segundo Termo Aditivo de Preço ao Contrato nº 017/2012, com fulcro no art. 65, da Lei nº 8.666 de 21/06/93, mediante sujeição mútua às normas constantes da mesma, ao Pregão Presencial nº 017/2012, à proposta, e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Terceira do Contrato nº 017/2012, passa a vigorar com o acréscimo do inciso II com a seguinte redação:

“CLAUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL”.

II – “O aditivo de contrato tem por objeto o reajuste no preço da locação de sistemas de Gestão Pública compreendendo Sistemas de Contabilidade Pública, Compras e Licitações, Patrimônio, Folha de Pagamento, Tributação, Planejamento e Frotas, conforme preconiza o § 6º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, passando a vigorar a partir desta data, o valor mensal dos sistemas e pela prestação dos serviços, conforme tabela abaixo:”



Item	Descrição do Serviço	Preço Unitário Anterior R\$	Preço Unitário Reajustado R\$
01	Contabilidade Pública com até 04 usuários simultâneos	384,37	405,07
02	Planejamento com até 04 usuários simultâneos	85,42	90,02
03	Compras e Licitações com até 04 usuários simultâneos	128,12	135,02
04	Patrimônio com até 04 usuários simultâneos	85,42	90,02
05	Frotas com 01 usuário	85,42	90,02
06	Folha de Pagamento com até 04 usuários simultâneos	384,37	405,07
07	Tributação com 01 usuário	330,98	348,80
08	Contabilidade Pública com até 04 usuários simultâneos para o Fundo Municipal de Saúde	74,74	78,76
09	Compras e Licitações com até 03 usuários simultâneos para o Fundo Municipal de Saúde	42,71	45,01
10	Contabilidade Pública com 01 usuário para o Instituto de Previdência Social dos Servidores	74,74	78,76
11	Contabilidade Pública com 01 usuário para Câmara Municipal	128,12	135,02
12	Folha de Pagamento com 01 usuário para Câmara Municipal	74,74	78,76
13	Suporte Técnico e Treinamento, quando solicitado	64,06	67,51

Parágrafo Único – O valor da hora de suporte técnico, não coberto pela manutenção, será acrescido de despesas com deslocamento no valor de R\$ 0,84 (oitenta e quatro centavos) o KM rodado, mais despesas de estadia no valor de R\$ 129,40 (cento e vinte e nove reais e quarenta centavos) ao dia, apurado em solicitação de serviço, quando exigir a presença do técnico.

CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo Aditivo de Preço vincula as partes ao Contrato nº 017/2012, do Processo de Licitação nº 022/2012, modalidade Pregão Presencial nº 017/2012.

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Preço Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUARTA - Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 017/2012.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 17 de março de 2014.

CONTRATANTE:

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeitura Municipal de Leoberto Leal	VITOR NORBERTO ALVES Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal
SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES Instituto de Previdência de Leoberto Leal	PAULO HENRIQUE KNAUL Câmara Municipal de Leoberto Leal

CONTRATADA:

ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR  
BETHA SISTEMAS LTDA

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
--	---



# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### Anexos LRF 1 Bimestre

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	47.500,00	300,68	47.199,32
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	47.500,00	300,68	47.199,32
<b>TOTAL</b>	<b>47.500,00</b>	<b>300,68</b>	<b>47.199,32</b>

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	5.018,73	300,68	5.319,41

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 19/03/2014

Marines Ribeiro Perondi  
Sec.Administração Ordenadora de Desp.

Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

Geneci Dellai  
Contadora CRC 016795/0-0



Município de LINDOIA DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	674.200,00	674.200,00	58.086,76	8,62
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	143.000,00	143.000,00	0,00	0,00
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	100.000,00	100.000,00	15.988,77	15,99
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	280.000,00	280.000,00	30.868,00	11,02
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	98.000,00	98.000,00	9.283,66	9,47
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	11.200,00	11.200,00	243,72	2,18
Dívida Ativa dos Impostos	30.800,00	30.800,00	1.169,03	3,80
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	11.200,00	11.200,00	533,58	4,76
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	14.801.000,00	14.801.000,00	2.322.663,12	15,69
Cota-Parte FPM	7.200.000,00	7.200.000,00	1.230.024,26	17,08
Cota-Parte ITR	6.000,00	6.000,00	28,54	0,48
Cota-Parte IPVA	350.000,00	350.000,00	46.369,22	13,25
Cota-Parte ICMS	7.100.000,00	7.100.000,00	1.026.277,79	14,45
Cota-Parte IP-Estado	110.000,00	110.000,00	15.521,13	14,11
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	35.000,00	35.000,00	4.442,18	12,69
Desoneração ICMS (LC 87/96)	35.000,00	35.000,00	4.442,18	12,69
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	15.475.200,00	15.475.200,00	2.380.749,88	15,38
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	533.540,00	533.540,00	77.003,65	14,43
Provenientes da União	486.430,00	486.430,00	71.183,37	14,63
Provenientes dos Estados	47.110,00	47.110,00	5.820,28	12,35
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	29.300,00	29.300,00	2.864,06	9,77
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	562.840,00	562.840,00	79.867,71	14,19
DESPESAS COM SAÚDE				
(Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100
DESPESAS CORRENTES	3.420.720,00	3.420.720,00	1.756.684,44	51,35
	1.304.100,00	1.304.100,00	392.435,74	30,09
	2.116.620,00	2.116.620,00	1.364.248,70	64,45
Pessoal e Encargos Sociais	113.300,00	113.300,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	113.300,00	113.300,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	113.300,00	113.300,00	0,00	0,00
Investimentos	113.300,00	113.300,00	0,00	0,00

Continua 1/4



Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	113.300,00	113.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	113.300,00	113.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>3.534.020,00</b>	<b>3.534.020,00</b>	<b>1.756.684,44</b>	<b>49,71</b>	<b>474.788,64</b>	<b>13,43</b>
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	548.640,00	548.640,00	224.534,31	12,78	84.629,45	17,82
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	548.640,00	548.640,00	224.534,31	12,78	84.629,45	17,82
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>548.640,00</b>	<b>548.640,00</b>	<b>224.534,31</b>	<b>12,78</b>	<b>84.629,45</b>	<b>17,82</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>2.985.380,00</b>	<b>2.985.380,00</b>	<b>1.532.150,13</b>	<b>36,93</b>	<b>390.159,19</b>	<b>-4,39</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b> (VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						16,39
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [Vi - (15 x IIIB)/105]</b>						33.046,71

Continua 2/4



Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
Inscritos em 2013	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
TOTAL	744,66	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00		0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	-	-		-	

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	3.474.640,00	3.474.640,00	1.746.592,42	99,43	471.430,47	99,29
Vigilância Sanitária	27.200,00	27.200,00	10.014,12	0,57	3.280,27	0,69
Vigilância Epidemiológica	32.180,00	32.180,00	77,90	0,00	77,90	0,02
<b>TOTAL</b>	<b>3.534.020,00</b>	<b>3.534.020,00</b>	<b>1.756.684,44</b>	<b>100,00</b>	<b>474.788,64</b>	<b>100,00</b>

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.  
<sup>2</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".  
<sup>3</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".  
<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.  
<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.  
<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100$

Continua 3/4



Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

LINDOIA DO SUL, 19/03/2014

Marines Ribeiro Perondi  
Sec. Administração Ordenadora de Desp.

Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

Geneci Dellai  
Contadora CRC 016795/0-0



Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	17.473.600,00	18.539.509,47	6.638.027,27	6.638.027,27	1.825.771,30	1.825.771,30	100,00	9,85
Legislativa	319.600,00	319.600,00	36.941,70	36.941,70	35.051,64	35.051,64	1,92	10,97
Ação Legislativa	319.600,00	319.600,00	36.941,70	36.941,70	35.051,64	35.051,64	1,92	10,97
Administração	2.044.378,00	2.125.378,00	953.304,49	953.304,49	268.153,61	268.153,61	14,69	12,62
Administração Geral	2.044.378,00	2.125.378,00	953.304,49	953.304,49	268.153,61	268.153,61	14,69	12,62
Segurança Pública	47.000,00	47.000,00	4.494,72	4.494,72	3.279,29	3.279,29	0,18	6,98
Policimento	27.000,00	27.000,00	4.494,72	4.494,72	3.279,29	3.279,29	0,18	12,15
Defesa Civil	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	680.132,00	826.332,45	274.203,17	274.203,17	71.394,38	71.394,38	3,91	8,64
Administração Geral	188.000,00	188.000,00	31.506,92	31.506,92	31.506,92	31.506,92	1,73	16,76
Assistência ao Idoso	32.000,00	54.529,47	5.307,18	5.307,18	1.107,65	1.107,65	0,06	2,03
Assistência ao Portador de Deficiência	8.000,00	13.041,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	252.632,00	290.290,78	100.107,32	100.107,32	19.523,15	19.523,15	1,07	6,73
Assistência Comunitária	199.500,00	280.471,03	137.281,75	137.281,75	19.256,66	19.256,66	1,05	6,87
Saúde	3.732.020,00	3.987.696,04	1.957.914,44	1.957.914,44	500.194,00	500.194,00	27,40	12,54
Atenção Básica	3.474.640,00	3.474.640,00	1.746.592,42	1.746.592,42	471.430,47	471.430,47	25,82	13,57
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	198.000,00	453.676,04	201.230,00	201.230,00	25.405,36	25.405,36	1,39	5,60
Vigilância Sanitária	27.200,00	27.200,00	10.014,12	10.014,12	3.280,27	3.280,27	0,18	12,06
Vigilância Epidemiológica	32.180,00	32.180,00	77,90	77,90	77,90	77,90	0,00	0,24
Educação	4.341.380,00	4.398.681,67	1.423.911,43	1.423.911,43	436.872,02	436.872,02	23,93	9,93
Alimentação e Nutrição	113.880,00	113.880,00	18.681,18	18.681,18	4.635,48	4.635,48	0,25	4,07
Ensino Fundamental	3.128.500,00	3.184.904,18	1.066.710,61	1.066.710,61	328.565,81	328.565,81	18,00	10,32
Ensino Médio	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	186.000,00	186.000,00	143.474,20	143.474,20	2.611,20	2.611,20	0,14	1,40
Educação Infantil	860.000,00	860.897,49	165.045,44	165.045,44	92.059,53	92.059,53	5,04	10,69
Educação Especial	33.000,00	33.000,00	30.000,00	30.000,00	9.000,00	9.000,00	0,49	27,27
Cultura	77.000,00	77.000,00	14.942,10	14.942,10	5.120,00	5.120,00	0,28	6,65
Difusão Cultural	77.000,00	77.000,00	14.942,10	14.942,10	5.120,00	5.120,00	0,28	6,65
Urbanismo	500.000,00	500.000,00	254.830,44	254.830,44	52.148,56	52.148,56	2,86	10,43
Serviços Urbanos	500.000,00	500.000,00	254.830,44	254.830,44	52.148,56	52.148,56	2,86	10,43
Habitação	66.100,00	66.100,00	16.800,00	16.800,00	1.900,74	1.900,74	0,10	2,88
Habitação Urbana	66.100,00	66.100,00	16.800,00	16.800,00	1.900,74	1.900,74	0,10	2,88

Continua 1/3



Continuação 2/3

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>		18.539.509,47	6.638.027,27	6.638.027,27	1.825.771,30	1.825.771,30	100,00	9,85
Saneamento	17.473.600,00	209.000,00	186.587,04	186.587,04	15.548,92	15.548,92	0,85	7,44
Saneamento Básico Urbano	209.000,00	209.000,00	186.587,04	186.587,04	15.548,92	15.548,92	0,85	7,44
Gestão Ambiental	48.000,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.388.000,00	1.403.000,00	728.109,64	728.109,64	170.149,23	170.149,23	9,32	12,13
Saneamento Básico Rural	65.000,00	65.000,00	7.175,00	7.175,00	7.175,00	7.175,00	0,39	11,04
Abastecimento	180.000,00	180.000,00	142.000,00	142.000,00	34.000,00	34.000,00	1,86	18,89
Extensão Rural	1.001.000,00	1.016.000,00	470.995,14	470.995,14	128.254,23	128.254,23	7,02	12,62
Promoção da Produção Agropecuária	142.000,00	142.000,00	107.939,50	107.939,50	720,00	720,00	0,04	0,51
Indústria	1.506.000,00	1.506.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	1.506.000,00	1.506.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	2.161.990,00	2.672.721,31	711.077,55	711.077,55	262.370,11	262.370,11	14,37	9,82
Transporte Rodoviário	2.161.990,00	2.672.721,31	711.077,55	711.077,55	262.370,11	262.370,11	14,37	9,82
Desporto e Lazer	281.000,00	281.000,00	52.910,55	52.910,55	2.588,80	2.588,80	0,14	0,92
Desporto Comunitário	281.000,00	281.000,00	52.910,55	52.910,55	2.588,80	2.588,80	0,14	0,92
Encargos Especiais	70.000,00	70.000,00	22.000,00	22.000,00	1.000,00	1.000,00	0,05	1,43
Serviço da Divida Interna	70.000,00	70.000,00	22.000,00	22.000,00	1.000,00	1.000,00	0,05	1,43

Continua 2/3



Município de LINDOIA DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.473.600,00	18.539.509,47	6.638.027,27	6.638.027,27	1.825.771,30	1.825.771,30	100,00	9,85
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	17.473.600,00	18.539.509,47	6.638.027,27	6.638.027,27	1.825.771,30	1.825.771,30	100,00	9,85

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 19/03/2014

Marines Ribeiro Perondi

Pedro Ari Parizotto

Sec.Administração Ordenadora de

Prefeito Municipal

Geneci Dellai

Contadora CRC 016795/0-0

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MARÇO/2013 A FEVEREIRO/2014

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES															RS 1,00
ESPECIFICAÇÃO															
Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)		PREVISÃO ATUALIZADA 2014	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>															
1.062.744,51	1.179.612,68	1.435.691,67	1.263.650,02	1.212.296,72	1.216.494,68	1.187.481,12	1.222.000,80	1.369.110,29	1.756.048,18	1.444.231,30	1.479.514,40	15.828.875,37	19.023.756,00		
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>															
30.724,69	58.829,13	109.173,78	40.374,21	29.850,46	37.737,51	39.326,73	18.628,03	40.738,99	58.091,88	19.462,93	61.333,13	544.274,47	993.368,00		
<b>I.P.T.U.</b>															
0,00	13.173,33	58.023,60	2.430,26	3.640,86	3.078,58	2.710,07	309,97	696,07	950,26	0,00	0,00	85.013,00	143.000,00		
<b>I.R.R.F.</b>															
9.253,05	18.748,88	320,27	13.480,56	473,85	6.795,11	14.126,36	175,23	7.128,79	19.387,19	0,00	9.283,66	99.174,95	98.000,00		
<b>I.S.S.</b>															
15.330,10	13.440,07	17.688,45	15.982,28	16.875,20	18.827,80	14.761,81	12.248,27	22.365,12	25.970,22	12.369,79	18.498,21	204.341,32	280.000,00		
<b>I.T.B.I.</b>															
1.666,00	3.500,89	6.402,00	5.075,80	5.039,32	6.345,74	4.512,23	4.930,00	8.835,12	8.205,97	5.589,81	10.368,96	70.505,84	100.000,00		
<b>Outras Receitas Tributárias</b>															
4.475,54	9.965,96	26.759,46	3.409,31	3.821,23	2.690,28	3.215,26	964,56	1.705,89	3.576,24	1.503,33	23.152,30	85.239,36	372.368,00		
<b>RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES</b>															
14.385,05	21.050,19	7.772,33	18.883,62	12.953,68	6.981,88	18.939,85	8.735,69	13.596,68	19.385,13	14.289,49	166.645,12	208.000,00	208.000,00		
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>															
14.467,02	15.334,04	14.286,52	13.978,38	15.464,73	14.489,01	13.287,24	14.538,71	13.455,15	15.680,35	15.838,76	18.959,29	179.759,20	179.140,00		
<b>RECEITA AGROPECUÁRIA</b>															
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.760,00		
<b>RECEITA INDUSTRIAL</b>															
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>															
2.616,99	3.174,86	3.942,43	2.160,44	4.493,68	4.610,68	6.561,23	5.116,91	3.779,27	9.489,71	4.451,95	4.515,07	54.893,22	53.000,00		
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>															
988.545,34	1.075.605,74	1.296.346,89	1.180.918,21	1.139.659,49	1.146.991,47	1.100.896,75	1.167.055,95	1.283.596,40	1.636.744,56	1.383.708,39	1.371.078,13	14.773.147,32	17.433.088,00		
<b>Cota-Parte do F.P.M.</b>															
355.813,96	381.780,35	546.566,47	457.664,94	325.915,82	426.129,77	352.678,29	352.683,71	490.675,88	740.091,40	594.831,36	635.192,90	5.661.924,85	7.200.000,00		
<b>Cota-Parte do I.C.M.S.</b>															
412.705,98	497.631,98	494.555,34	463.223,15	579.268,58	482.112,17	512.237,21	498.016,61	546.896,04	544.576,96	526.088,43	500.189,36	6.057.482,01	7.100.000,00		
<b>Cota-Parte do I.P.V.A.</b>															
31.939,43	30.452,86	40.247,02	29.430,11	35.139,45	36.634,66	30.390,17	27.437,17	13.752,87	5.900,44	17.317,13	29.052,09	327.693,40	350.000,00		
<b>Cota-Parte do ITR.</b>															
0,00	9,01	264,28	676,22	12,77	18,88	2.250,93	2.394,98	14,26	28,54	0,00	5,724,86	6.000,00			
<b>Outras Transferências Correntes</b>															
93.639,91	47.977,74	94.342,38	121.760,18	94.397,04	89.099,98	90.231,81	175.850,53	108.187,96	223.950,50	106.554,40	71.774,02	1.317.766,45	1.132.088,00		
<b>Transferências da LC 61/1989</b>															
5.835,78	5.351,07	7.195,58	7.494,38	7.382,15	7.898,95	7.185,12	7.680,94	8.520,18	9.106,21	8.405,14	7.115,99	89.171,49	110.000,00		
<b>Transferências da LC 87/1996</b>															
0,00	9.054,68	2.263,67	2.263,67	2.263,67	2.263,67	2.263,67	2.263,67	2.263,67	2.263,67	2.221,09	2.221,09	31.606,22	35.000,00		
<b>Transferências do FUNDEB</b>															
88.610,28	103.948,05	108.932,15	98.405,56	95.280,01	102.833,39	103.659,55	100.728,14	113.385,54	112.800,39	128.262,30	125.532,68	1.281.778,04	1.500.000,00		
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>															
12.005,42	5.618,72	4.189,72	7.330,96	9.873,68	5.684,13	8.470,32	7.925,51	13.940,80	14.698,55	11.100,94	9.339,29	110.156,04	154.400,00		
<b>DEDUÇÕES (II)</b>															
167.237,88	196.780,77	216.614,25	203.670,87	195.685,56	191.011,39	192.935,25	178.095,24	218.051,00	225.215,70	229.789,20	241.172,70	2.468.259,91	3.048.200,00		
<b>Contribuição para o FAM - Ativo</b>															
5.996,27	11.925,02	0,00	11.520,61	5.689,36	0,00	11.534,38	0,00	5.645,62	11.636,70	0,00	6.115,14	70.064,10	80.000,00		
<b>Contribuição para o FAM - Inativo</b>															
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	303,48	8.000,00		
<b>Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB</b>															
161.241,71	184.855,75	218.614,25	192.150,26	189.996,20	191.011,39	181.400,87	178.095,24	212.404,38	213.579,00	229.789,20	234.754,08	2.387.892,33	2.960.200,00		
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>															
895.506,53	982.831,91	1.217.077,42	1.059.979,15	1.016.610,16	1.025.483,29	994.545,87	1.043.905,56	1.151.059,29	1.530.832,48	1.214.442,10	1.238.341,70	13.370.615,46	15.975.556,00		
FONTE:															
LINDOIA DO SUL, 19/03/2014															

Marines Ribeiro Perondi  
Sec. Administração Ordenadora de Desp.

Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

Geneci Dellal  
Contadora CRC 0167950-O



Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 28 Fev 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	782.711,21	782.711,21	701.762,82
DEDUÇÕES (II)	2.185.072,85	2.185.072,85	2.849.326,27
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.202.671,22	2.202.671,22	3.228.087,35
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	17.598,37	17.598,37	378.761,08
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.402.361,64	-1.402.361,64	-2.147.563,45
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-1.402.361,64</b>	<b>-1.402.361,64</b>	<b>-2.147.563,45</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-745.201,81</b>	<b>-745.201,81</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-27.800,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 28 Fev 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 19/03/2014

Marines Ribeiro Perondi  
Sec.Administração Ordenadora de Desp.

Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

Geneci Dellai  
Contadora CRC 016795/0-0



Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>15.996.416,00</b>	<b>2.432.440,82</b>	<b>2.432.440,82</b>	<b>2.152.274,60</b>
Receita Tributária	993.368,00	80.796,06	80.796,06	74.795,44
I.P.T.U.	143.000,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	280.000,00	30.868,00	30.868,00	30.192,79
I.T.B.I.	100.000,00	15.988,77	15.988,77	10.645,12
I.R.R.F.	98.000,00	9.283,66	9.283,66	7.287,36
Outras Receitas Tributárias	372.368,00	24.655,63	24.655,63	26.670,17
Receita de Contribuição	298.000,00	30.619,27	30.619,27	27.266,29
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	298.000,00	30.619,27	30.619,27	27.266,29
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	179.140,00	34.798,05	34.798,05	24.445,78
(-) Aplicações Financeiras	179.140,00	34.798,05	34.798,05	24.445,78
Transferências Correntes	14.494.888,00	2.291.618,24	2.291.618,24	2.035.814,99
F.P.M.	5.760.000,00	984.019,48	984.019,48	861.614,43
I.C.M.S.	5.680.000,00	821.022,42	821.022,42	741.025,86
Convênios	196.088,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	2.858.800,00	486.576,34	486.576,34	433.174,70
Demais Receitas Correntes	210.160,00	29.407,25	29.407,25	14.397,88
Dívida Ativa	68.800,00	5.574,44	5.574,44	3.175,25
Diversas Receitas Correntes	141.360,00	23.832,81	23.832,81	11.222,63
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>1.298.044,00</b>	<b>128.222,86</b>	<b>128.222,86</b>	<b>156.589,72</b>
Operações de Crédito (III)	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	45.000,00	6.047,18	6.047,18	3.281,53
Alienação de Ativos (V)	47.500,00	300,68	300,68	772,10
Transferências de Capital	5.544,00	121.875,00	121.875,00	152.536,09
Convênios	5.544,00	121.875,00	121.875,00	152.536,09
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>5.544,00</b>	<b>121.875,00</b>	<b>121.875,00</b>	<b>152.536,09</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>16.001.960,00</b>	<b>2.554.315,82</b>	<b>2.554.315,82</b>	<b>2.304.810,69</b>

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>15.354.013,70</b>	<b>1.735.809,57</b>	<b>1.735.809,57</b>	<b>1.431.922,27</b>
Pessoal e Encargos Sociais	6.941.867,46	986.360,77	986.360,77	837.765,43
Juros e Encargos da Dívida (IX)	129.800,00	12.002,16	12.002,16	14.364,83
Outras Despesas Correntes	8.282.346,24	737.446,64	737.446,64	579.792,01
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>15.224.213,70</b>	<b>1.723.807,41</b>	<b>1.723.807,41</b>	<b>1.417.557,44</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>3.183.495,77</b>	<b>89.961,73</b>	<b>89.961,73</b>	<b>304.620,21</b>
Investimentos	2.719.695,77	8.513,34	8.513,34	243.279,09
Inversões Financeiras	28.800,00	500,00	500,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	28.800,00	500,00	500,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	435.000,00	80.948,39	80.948,39	61.341,12
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>2.748.495,77</b>	<b>9.013,34</b>	<b>9.013,34</b>	<b>243.279,09</b>



Município de LINDOIA DO SUL - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>2.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>17.974.709,47</b>	<b>1.732.820,75</b>	<b>1.732.820,75</b>	<b>1.660.836,53</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-1.972.749,47</b>	<b>821.495,07</b>	<b>821.495,07</b>	<b>643.974,16</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	41.933,69	0,00
Superávit Financeiro	-	-	41.933,69	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>-361.640,00</b>

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 19/03/2014

Marines Ribeiro Perondi  
 Sec.Administração Ordenadora de Desp.

Pedro Ari Parizotto  
 Prefeito Municipal

Geneci Dellai  
 Contadora CRC 016795/0-O



Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013									
EXECUTIVO		-	17.598,37	15.595,37	-	2.003,00	87.600,00	442.848,05	176.948,67	149.017,10	-	381.430,95
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		-	17.598,37	15.595,37	-	2.003,00	87.600,00	442.848,05	176.948,67	149.017,10	-	381.430,95
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		0,00	17.598,37	15.595,37	0,00	2.003,00	87.600,00	442.848,05	176.948,67	149.017,10	0,00	381.430,95
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL		0,00	2.209,06	2.209,06	0,00	0,00	0,00	744,66	744,66	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	10.377,91	10.377,91	0,00	0,00	0,00	86.334,88	83.344,68	83.344,68	0,00	2.990,20
SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E E		0,00	1.989,62	1.989,62	0,00	6,00	0,00	6.675,00	1.200,00	1.200,00	0,00	5.475,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.384,00	7.896,00	7.896,00	0,00	17.488,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA I		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.600,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA I		0,00	792,65	792,65	0,00	0,00	0,00	320.826,63	82.236,45	54.304,88	0,00	266.521,75
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOC		0,00	2.229,13	232,13	0,00	1.997,00	0,00	2.892,88	1.526,88	1.526,88	0,00	1.356,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	17.598,37	15.595,37	0,00	2.003,00	87.600,00	442.848,05	176.948,67	149.017,10	0,00	381.430,95

Fonte:

LINDOIA DO SUL, 19/03/2014

Marines Ribeiro Perondi	Pedro Ari Parizotto	Geneci Dellai
Sec. Administração Ordenadora de D	Prefeito Municipal	Contadora CRC 016795/0-0

Geneci Dellai  
Contadora C



MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	673.500,00	673.500,00	58.086,76	58.086,76	8,62
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	179.000,00	179.000,00	1.107,47	1.107,47	0,62
1.1.1- IPTU	143.000,00	143.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	25.000,00	25.000,00	760,53	760,53	3,04
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	6.000,00	6.000,00	346,94	346,94	5,78
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	100.000,00	100.000,00	15.988,77	15.988,77	15,99
1.2.1- ITBI	100.000,00	100.000,00	15.988,77	15.988,77	15,99
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	296.500,00	296.500,00	31.706,86	31.706,86	10,69
1.3.1- ISS	280.000,00	280.000,00	30.868,00	30.868,00	11,02
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	6.000,00	6.000,00	243,72	243,72	4,06
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	5.500,00	5.500,00	408,50	408,50	7,43
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	5.000,00	5.000,00	186,64	186,64	3,73
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	98.000,00	98.000,00	9.283,66	9.283,66	9,47
1.4.1- IRRF	98.000,00	98.000,00	9.283,66	9.283,66	9,47
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	14.801.000,00	14.801.000,00	2.322.663,12	2.322.663,12	15,69
2.1- Cota-Parte FPM	7.200.000,00	7.200.000,00	1.230.024,26	1.230.024,26	17,08
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.200.000,00	7.200.000,00	1.230.024,26	1.230.024,26	17,08
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.100.000,00	7.100.000,00	1.026.277,79	1.026.277,79	14,45
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	35.000,00	35.000,00	4.442,18	4.442,18	12,69
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	110.000,00	110.000,00	15.521,13	15.521,13	14,11
2.5- Cota-Parte ITR	6.000,00	6.000,00	28,54	28,54	0,48
2.6- Cota-Parte IPVA	350.000,00	350.000,00	46.369,22	46.369,22	13,25
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>15.474.500,00</b>	<b>15.474.500,00</b>	<b>2.380.749,88</b>	<b>2.380.749,88</b>	<b>15,38</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO DE ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	239.500,00	239.500,00	23.235,94	23.235,94	9,70
5.1- Transferências do Salário-Educação	130.000,00	130.000,00	21.452,46	21.452,46	16,50
5.2- Transferências Diretas - PDDE	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	41.500,00	41.500,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	1.783,48	1.783,48	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	185.000,00	185.000,00	897,49	897,49	0,49
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>424.500,00</b>	<b>424.500,00</b>	<b>24.133,43</b>	<b>24.133,43</b>	<b>5,69</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.960.200,00	2.960.200,00	464.543,28	464.543,28	15,69
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.440.000,00	1.440.000,00	246.004,78	246.004,78	17,08
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.420.000,00	1.420.000,00	205.255,37	205.255,37	14,45
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	7.000,00	7.000,00	888,42	888,42	12,69
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	22.000,00	22.000,00	3.104,21	3.104,21	14,11
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.200,00	1.200,00	5,70	5,70	0,48
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	70.000,00	70.000,00	9.284,80	9.284,80	13,26
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	1.500.000,00	1.500.000,00	254.517,31	254.517,31	16,97
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.500.000,00	1.500.000,00	253.794,98	253.794,98	16,92
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	722,33	722,33	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-1.460.200,00</b>	<b>-1.460.200,00</b>	<b>-210.748,30</b>	<b>-210.748,30</b>	<b>14,43</b>
<b>DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					



MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	900.000,00	909.367,46	200.837,46	200.837,46	22,09
13.1- Com Educação Infantil	300.000,00	300.000,00	61.798,13	61.798,13	20,60
13.2- Com Ensino Fundamental	600.000,00	609.367,46	139.039,33	139.039,33	22,82
14- OUTRAS DESPESAS	600.000,00	600.000,00	4.600,00	4.600,00	0,77
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	600.000,00	600.000,00	4.600,00	4.600,00	0,77
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.500.000,00	1.509.367,46	205.437,46	205.437,46	13,61
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					205.437,46
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					78,91
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					1,81
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					19,28
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					9.367,46
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					9.367,46
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	3.868.625,00	3.868.625,00	595.187,47	595.187,47	15,38
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	860.000,00	860.897,49	92.059,53	92.059,53	10,69
23.1- Creche	860.000,00	860.897,49	92.059,53	92.059,53	10,69
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	300.000,00	300.000,00	61.798,13	61.798,13	20,60
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	560.000,00	560.897,49	30.261,40	30.261,40	5,40
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.745.500,00	2.754.867,46	319.560,55	319.560,55	11,60
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.200.000,00	1.209.367,46	143.639,33	143.639,33	11,88
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.545.500,00	1.545.500,00	175.921,22	175.921,22	11,38
25- ENSINO MÉDIO	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	186.000,00	186.000,00	2.611,20	2.611,20	1,40
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.811.500,00	3.821.764,95	414.231,28	414.231,28	10,84
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-210.748,30
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					722,33
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					9.367,46
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-200.658,51
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					612.278,59
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					25,72
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	130.000,00	177.036,72	9.005,26	9.005,26	5,09
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	726.880,00	726.880,00	12.344,28	12.344,28	1,70
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	856.880,00	903.916,72	21.349,54	21.349,54	2,36
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.668.380,00	4.725.681,67	435.580,82	435.580,82	9,22



MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	9.525,68	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	253.794,98	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	167.590,44	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	167.590,44	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	722,33	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	96.452,55	0,00

LINDOIA DO SUL, 19/03/2014

Marines Ribeiro Perondi  
Sec. Administração Ordenadora de Desp.

Pedro Ari Parizotto  
Prefeito Municipal

Geneci Dellai  
Contadora CRC 016795/0-0

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 9.367,46, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.



Município de LINDOIA DO SUL - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)</b>	<b>1.200.000,00</b>	<b>0,00</b>		<b>1.200.000,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	3.183.495,77	89.961,73	0,00	3.093.534,04
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>3.183.495,77</b>	<b>89.961,73</b>	<b>0,00</b>	<b>3.093.534,04</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-1.983.495,77</b>	<b>-89.961,73</b>		<b>-1.893.534,04</b>

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 19/03/2014

Marines Ribeiro Perondi  
 Sec.Administração Ordenadora de Desp.

Pedro Ari Parizotto  
 Prefeito Municipal

Geneci Dellai  
 Contadora CRC 016795/0-0



Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

PREÇO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)		RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
					No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
		RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.383.600,00	17.383.600,00	2.588.800,28	14,89	2.588.800,28	14,89
		RECEITAS CORRENTES	16.085.556,00	16.085.556,00	2.460.577,42	15,30	2.460.577,42	15,30
		RECEITA TRIBUTÁRIA	993.368,00	993.368,00	80.796,06	8,13	80.796,06	8,13
		IMPOSTOS	621.000,00	621.000,00	56.140,43	9,04	56.140,43	9,04
		TAXAS	121.868,00	121.868,00	24.655,63	20,23	24.655,63	20,23
		CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	250.500,00	250.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	208.000,00	208.000,00	23.957,82	11,52	23.957,82	11,52
		CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	88.000,00	88.000,00	6.418,62	7,29	6.418,62	7,29
		CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	120.000,00	120.000,00	17.539,20	14,62	17.539,20	14,62
		RECEITA PATRIMONIAL	179.140,00	179.140,00	34.798,05	19,43	34.798,05	19,43
		RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	179.140,00	179.140,00	34.798,05	19,43	34.798,05	19,43
		RECEITA AGROPECUÁRIA	2.760,00	2.760,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Receita da Produção Vegetal	2.760,00	2.760,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		RECEITA DE SERVIÇOS	53.000,00	53.000,00	8.967,02	16,92	8.967,02	16,92
		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.494.888,00	14.494.888,00	2.291.618,24	15,81	2.291.618,24	15,81
		TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	14.295.800,00	14.295.800,00	2.291.618,24	16,03	2.291.618,24	16,03
		Transf. de Pessoas	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Transf. de Conv.	196.088,00	196.088,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		OUTRAS RECEITAS CORRENTES	154.400,00	154.400,00	20.440,23	13,24	20.440,23	13,24
		Multas e Juros de Mora	74.900,00	74.900,00	13.724,02	18,32	13.724,02	18,32
		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.700,00	4.700,00	1.141,77	24,29	1.141,77	24,29
		RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	68.800,00	68.800,00	5.574,44	8,10	5.574,44	8,10
		RECEITAS DIVERSAS	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		RECEITAS DE CAPITAL	1.298.044,00	1.298.044,00	128.222,86	9,88	128.222,86	9,88
		OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		ALIENAÇÃO DE BENS	47.500,00	47.500,00	300,68	0,63	300,68	0,63
		ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	47.500,00	47.500,00	300,68	0,63	300,68	0,63
		AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	45.000,00	45.000,00	6.047,18	13,44	6.047,18	13,44
		TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.544,00	5.544,00	121.875,00	198,32	121.875,00	198,32
		TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	5.544,00	5.544,00	121.875,00	198,32	121.875,00	198,32
		RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	90.000,00	90.000,00	6.661,45	7,40	6.661,45	7,40
		RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	90.000,00	90.000,00	6.661,45	7,40	6.661,45	7,40
		RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	90.000,00	90.000,00	6.661,45	7,40	6.661,45	7,40
		CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	90.000,00	90.000,00	6.661,45	7,40	6.661,45	7,40

Continua 1/3



Município de LINDOIA DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	90.000,00	90.000,00	6.661,45	7,40	6.661,45	7,40
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	17.473.600,00	17.473.600,00	2.595.461,73	14,85	2.595.461,73	14,85
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	17.473.600,00	17.473.600,00	2.595.461,73	14,85	2.595.461,73	14,85
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	17.473.600,00	17.473.600,00	2.595.461,73	14,85	2.595.461,73	14,85
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	525.484,66	—	—	41.933,69	—
Superávit Financeiro	—	525.484,66	—	—	41.933,69	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	17.473.600,00	1.065.909,47	18.539.509,47	6.638.027,27	6.638.027,27	1.825.771,30	1.825.771,30	9,85
DESPESAS CORRENTES	14.800.037,00	553.976,70	15.354.013,70	6.240.411,17	6.240.411,17	1.735.809,57	1.735.809,57	11,31
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.930.100,00	11.767,46	6.941.867,46	1.250.946,77	1.250.946,77	986.360,77	986.360,77	14,21
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	129.800,00	0,00	129.800,00	80.300,00	80.300,00	12.002,16	12.002,16	9,25
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.740.137,00	542.209,24	8.282.346,24	4.909.164,40	4.909.164,40	737.446,64	737.446,64	8,90
DESPESAS DE CAPITAL	2.671.563,00	511.932,77	3.183.495,77	397.616,10	397.616,10	89.961,73	89.961,73	2,83
INVESTIMENTOS	2.207.763,00	511.932,77	2.719.695,77	22.116,10	22.116,10	8.513,34	8.513,34	0,31
INVERSOES FINANCEIRAS	28.800,00	0,00	28.800,00	4.000,00	4.000,00	500,00	500,00	1,74
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	435.000,00	0,00	435.000,00	371.500,00	371.500,00	80.948,39	80.948,39	18,61

Continua 2/3



Continuação 3/3

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	17.473.600,00	1.065.909,47	18.539.509,47	6.638.027,27	6.638.027,27	1.825.771,30	1.825.771,30	16.713.738,17
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>17.473.600,00</b>	<b>1.065.909,47</b>	<b>18.539.509,47</b>	<b>6.638.027,27</b>	<b>6.638.027,27</b>	<b>1.825.771,30</b>	<b>1.825.771,30</b>	<b>16.713.738,17</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>17.473.600,00</b>	<b>1.065.909,47</b>	<b>18.539.509,47</b>	<b>6.638.027,27</b>	<b>6.638.027,27</b>	<b>1.825.771,30</b>	<b>1.825.771,30</b>	<b>16.713.738,17</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>769.690,43</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>17.473.600,00</b>	<b>1.065.909,47</b>	<b>18.539.509,47</b>	<b>6.638.027,27</b>	<b>6.638.027,27</b>	<b>1.825.771,30</b>	<b>2.595.461,73</b>	<b>16.713.738,17</b>

FONTE:  
LINDOIA DO SUL, 19/03/2014

Marines Ribeiro Perondi Sec. Administração Ordenadora de Desp.	Pedro Ari Parizotto Prefeito Municipal	Geneci Dellai Contadora CRC 016795/0-0
---	---	---



# Luzerna

## PREFEITURA

### **Extrato de Homologação - PL 023/2014 - PP 010/2014 - Medicamentos - FMS**

MUNICÍPIO DE LUZERNA  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
Processo Licitatório 0023/2014 - FMS  
Pregão Presencial nº 0010/2014 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0023/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna.

- Proponente(s) Vencedora(s):

\* ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP  
\* MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

- Valor Contratado: 22.720,00

Luzerna (SC), 19 de março de 2014.  
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER  
GESTOR DO FMS

### **Tomada de Preço - PL 0026/2014 - TP 0004/2014 - Sinalização Viária Urbana - PML**

MUNICÍPIO DE LUZERNA  
EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 0026/2014 - PML  
Tomada de Preço nº 0004/2014 - PML

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO. OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a sinalização viária vertical e horizontal de diversas ruas nos bairros Vila Alemanha e Vila Nova, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma em anexo.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 04 de abril de 2014. ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 04 de abril de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

### **Extrato de Aditivo Contratual - 1º Termo Aditivo - Ata de Registro de Preço - PML Nº 0020.13 - Processo Licitatório - PML Nº 0007.2013 - Pregão Presencial Para Registro de Preço - PML Nº 0006.2013 - Massa Asfáltica**

1º TEMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PML Nº 0020.13

PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0007.2013

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO - PML Nº 0006.2013

Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços PML nº 0020.13, oriunda do Processo Licitatório PML nº 0007.2013, Pregão Presencial, para Registro de Preço PML nº 0006.2013, com validade inicial de 12 (doze) meses, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA e COMPACT PAV – TECNOLOGIA EM ASFALTO LTDA, com o fito de prorrogar o prazo de vigência da Ata susomencionada.

Aos 17 (dezessete) dias do mês de março do ano de 2014, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇO; e doutro COMPACT PAV – TECNOLOGIA EM ASFALTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Delfim Moreira da Costa Ribeiro, nº 219-D, Bairro Bela Vista, na cidade de Chapecó/SC, CEP 89804-035, inscrita no CNPJ sob o nº 14.637.072/0001-59, neste ato representada por seu representante legal, Sr. IVAN RIFFEL, doravante denominado FORNECEDOR 1;; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo à Ata de Registro em epígrafe, nos termos que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO:

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência estabelecido na Cláusula Nona, da Ata em epígrafe, celebrada entre as partes em 20 de março de 2013.

Fica prorrogado o prazo susomencionado pelo interm de mais 12 (doze) meses, à contar de 20 de março do corrente ano, findando-se em 20 de março de 2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO:

As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas na Ata de Registro de Preço original e constantes do Edital do aludido Pregão, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da Ata de Registro de Preços e/ou deste aditivo, com renúncia à qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 17 de março de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC

CONTRATANTE



IVAN RIFFEL  
COMPACT PAV – TECNOLOGIA EM ASFALTO LTDA  
FORNECEDOR 2

## TESTEMUNHAS:

## 1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

## 2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:



**Anexo I Balanço 2013 FMDCAL****ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

**FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA**

Exercício de 2013

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1  
Administração Direta

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Receitas		Despesas	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
RECEITAS CORRENTES	20.799,35	DESPESAS CORRENTES	36.815,56
RECEITA PATRIMONIAL	499,35	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36.815,56
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.300,00		
DEFICIT	16.016,21		
TOTAL	36.815,56	TOTAL	36.815,56
		DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	16.016,21
DEFICIT	16.016,21		
TOTAL	36.815,56	TOTAL	36.815,56
<b>Resumo</b>			
RECEITAS CORRENTES	20.799,35	DESPESAS CORRENTES	36.815,56
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	37.500,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00
		SUPERAVIT	21.483,79
TOTAL	58.299,35	TOTAL	58.299,35

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados, também são consideradas como despesas orçamentárias.

## Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.3020/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
GESTOR FDO MUN.DIREITOS CRIANÇA AE

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Anexo 2 Balanço 2013 FMDCAL**
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA

Órgão: 14 - FUNDO MUNICIPAL DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			36.815,56
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			36.815,56
3.3.40.00.00.00.00.00	Transferencias a Municipios		8.136,00	
3.3.40.41.00.00.00.00	Contribuicoes	8.136,00		
3.3.40.41.01.00.00.00	Despesa com Manut de Outras Entid de Direito Púb	8.136,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		28.679,56	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	40,00		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	40,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	14.817,50		
3.3.90.36.28.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	14.817,50		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	10.124,16		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	5.900,66		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	4.212,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	11,50		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	3.697,90		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	3.697,90		
Total da Unidade:				36.815,56
Total do Órgão:				36.815,56
Total da Entidade:				36.815,56
TOTAL GERAL:				36.815,56

## Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.3020/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

\_\_\_\_\_  
 ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
 GESTOR FDO MUN.DIREITOS CRIANÇA AL

\_\_\_\_\_  
 MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
 CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Anexo 2 Despesa Balanço 2013 FMDCAL**
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA**

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			36.815,56
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			36.815,56
3.3.40.00.00.00.00.00	Transferencias a Municipios		8.136,00	
3.3.40.41.00.00.00.00	Contribuicoes	8.136,00		
3.3.40.41.01.00.00.00	Despesa com Manut de Outras Entid de Direito Púb	8.136,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		28.679,56	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	40,00		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	40,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	14.817,50		
3.3.90.36.28.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	14.817,50		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	10.124,16		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	5.900,66		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	4.212,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	11,50		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	3.697,90		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	3.697,90		
			Total:	36.815,56

## Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.302/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

\_\_\_\_\_  
 ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
 GESTOR FDO MUN.DIREITOS CRIANÇA AC

\_\_\_\_\_  
 MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
 CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Anexo 2 Receita Balanço 2013 FMDCAL****ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			20.799,35
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			20.799,35
4.1.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		499,35	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		499,35	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	499,35		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Não Vinculados	499,35		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Não Vinculados	499,35		
4.1.7.0.00.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		20.300,00	
4.1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas		20.000,00	
4.1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas		300,00	

Total: 20.799,35

## Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.3020/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
GESTOR FDO MUN.DIREITOS CRIANÇA AC

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



Anexo 6 Balanço 2013 FMDCAL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA  
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 1

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA  
Órgão: 14 - FUNDO MUNICIPAL DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE  
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social			36.815.56	36.815.56
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente			36.815.56	36.815.56
08.243.0022	ASSISTENCIA AO MENOR			36.815.56	36.815.56
08.243.0022.2.025	MANUT.ATIV. DE AMPARO ASSIST.CRIANÇA E ADOLESC. E CONTRIB.			36.815.56	36.815.56
Total:					36.815.56



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade :FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA  
Órgão: 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA  
Unidade Orçamentária: 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 2

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
99	Reserva de Contingência				0,00
99.999	Reserva de Contingência				0,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTINGENCIA				0,00
99.999.9999.2.067	RESERVA DE CONTINGENCIA				0,00
Total:					0,00
Total da Entidade:					36.815,56
TOTAL GERAL:					36.815,56

Notas:  
As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.3020/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
GESTOR FDO MUN.DIREITOS CRIANÇA AL

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



Anexo 7 Balanço 2013 FMDCAL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA

Demonstrativo de Funções,Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 1

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social				
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente			36.815,56	36.815,56
08.243.0022	ASSISTENCIA AO MENOR			36.815,56	36.815,56
08.243.0022.2.025	MANUT.ATIV. DE AMPARO ASSIST.CRIANÇA E ADOLESC. E CONTRIB.			32.941,56	32.941,56
08.243.0022.2.025	MANUT.ATIV.DE AMPARO ASSIST.CRIANÇA E ADOLESC. E CONTRIBUIÇÕES			3.874,00	3.874,00
99	Reserva de Contingência				
99.999	Reserva de Contingência				0,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTINGENCIA				0,00
99.999.9999.2.067	RESERVA DE CONTINGENCIA				0,00
Total:					36.815,56

Notas:  
As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.3020/64 e à Lei Orçamentária Anual.  
Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR GESTOR FDO MUN.DIREITOS CRIANÇA AC	MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8
--	--



**Anexo 8 Balanço 2013 FMDCAL****ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos  
Anexo 08 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
8	Assistência Social	36.815,56		36.815,56
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	36.815,56		36.815,56
08.243.0022	ASSISTENCIA AO MENOR	36.815,56		36.815,56
08.243.0022.2.025	MANUT.ATIV. DE AMPARO ASSIST.CRIANCA E ADOLE	36.815,56		36.815,56
Total:		36.815,56		36.815,56

## Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.302/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR

GESTOR FDO MUN.DIREITOS CRIANÇA AC

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



Anexo 9 Balanço 2013 FMDCAL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 1

CÓDIGO	ÓRGÃOS	FUNÇÕES	LEGISLATIVA	JUDICIÁRIA	ESSENCIAL À JUSTIÇA	ADMINISTRAÇÃO	DEFESA NACIONAL	SEGURANÇA PÚBLICA
Entidade: FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA								
1	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES							
2	GABINETE DO PREFEITO							
3	GABINETE DO VICE PREFEITO							
4	ASSESSORIA JURIDICA							
5	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO							
6	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACA							
7	SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCI							
8	SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ES							
9	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBI							
10	ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO							
11	SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS							
12	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
13	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA							
14	FUNDO MUNICIPAL DIREITOS DA CRIANCA E							
15	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONC							
16	FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO							
99	RESERVA DE CONTINGENCIA							

Total da Entidade:

Total :



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 2

CÓDIGO	ÓRGÃOS	FUNÇÕES	RELAÇÕES EXTERIORES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	TRABALHO	EDUCAÇÃO
1	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES							
2	GABINETE DO PREFEITO							
3	GABINETE DO VICE PREFEITO							
4	ASSESSORIA JURIDICA							
5	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO							
6	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACA							
7	SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCI							
8	SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ES							
9	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBI							
10	ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO							
11	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS							
12	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
13	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA							
14	FUNDO MUNICIPAL DIREITOS DA CRIANÇA E							
15	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONC							
16	FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO							
99	RESERVA DE CONTINGENCIA							

36.815,56

Total da Entidade:

36.815,56

Total :

36.815,56



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 3

CÓDIGO	ÓRGÃOS	FUNÇÕES	CULTURA	DIREITOS DA CIDADANIA	URBANISMO	HABITAÇÃO	SANEAMENTO	GESTÃO AMBIENTAL
1	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES							
2	GABINETE DO PREFEITO							
3	GABINETE DO VICE PREFEITO							
4	ASSESSORIA JURIDICA							
5	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO							
6	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACA							
7	SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCI/							
8	SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ES							
9	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBI							
10	ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO							
11	SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS							
12	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
13	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA							
14	FUNDO MUNICIPAL DIREITOS DA CRIANÇA E							
15	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONC							
16	FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO							
99	RESERVA DE CONTINGENCIA							

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA

Total da Entidade:

Total :



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 4

CÓDIGO	ÓRGÃOS	FUNÇÕES	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	AGRICULTURA	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	COMUNICAÇÕES
Entidade: FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA								
1	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES							
2	GABINETE DO PREFEITO							
3	GABINETE DO VICE PREFEITO							
4	ASSESSORIA JURIDICA							
5	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO							
6	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACA							
7	SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCI							
8	SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ES							
9	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBI							
10	ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO							
11	SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS							
12	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
13	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA							
14	FUNDO MUNICIPAL DIREITOS DA CRIANÇA E							
15	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONC							
16	FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO							
99	RESERVA DE CONTINGENCIA							

Total da Entidade:

Total :



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Página 5

CÓDIGO	ÓRGÃOS	FUNÇÕES	ENERGIA	TRANSPORTES	DESPORTO E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
Entidade: FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA								
1	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES							
2	GABINETE DO PREFEITO							
3	GABINETE DO VICE PREFEITO							
4	ASSESSORIA JURIDICA							
5	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO							
6	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACAO							
7	SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL							
8	SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE							
9	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE							
10	ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO							
11	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS							
12	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
13	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA							
14	FUNDO MUNICIPAL DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESC.							
15	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO							
16	FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO							
99	RESERVA DE CONTINGENCIA							
Total da Entidade:								36.815,56
Total :								36.815,56

Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.302/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR	MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
GESTOR FDO MUN.DIREITOS CRIANÇA.AC	CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Anexo I0 Balanço 2013 FMDCAL****ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
RECEITAS	14.600,00	20.799,35	9.000,00	2.800,65
RECEITAS CORRENTES	14.600,00	20.799,35	9.000,00	2.800,65
RECEITA PATRIMONIAL	600,00	499,35	0,00	100,65
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	600,00	499,35	0,00	100,65
Remuneração de Depósitos Bancários	600,00	499,35	0,00	100,65
Remun. Dep. Banc. Não Vinculados	600,00	499,35	0,00	100,65
Remun. Dep. Banc. Não Vinculados	600,00	499,35	0,00	100,65
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.000,00	20.300,00	9.000,00	2.700,00
Transf. de Instituições Privadas	11.000,00	20.000,00	9.000,00	0,00
Transf. de Pessoas	3.000,00	300,00	0,00	2.700,00
Totais:	14.600,00	20.799,35	9.000,00	2.800,65

## Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.3020/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR

GESTOR FDO MUN.DIREITOS CRIANÇA AL

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



Anexo 11 Balanço 2013 FMDCAL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA  
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 1

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
14 FUNDO MUNICIPAL DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	70.000,00	0,00	70.000,00	33.184,44
14.01 FUNDO MUNICIPAL DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	70.000,00	0,00	70.000,00	33.184,44
1401.08 Assistência Social	70.000,00	0,00	70.000,00	33.184,44
1401.08.243 Assistência à Criança e ao Adolescente	70.000,00	0,00	70.000,00	33.184,44
14.01.08.243.0022 ASSISTENCIA AO MENOR	70.000,00	0,00	70.000,00	33.184,44
14.01.08.243.0022.2.025 MANUT.ATIV. DE AMPARO ASSIST. CRIANÇA E ADOLESC. E CONTRIB.	70.000,00	0,00	70.000,00	33.184,44
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.40.00.00.00.00.0.1.00 Transferencias a Municipios	20.000,00	0,00	20.000,00	11.864,00
3.3.40.41.00.00.00.0.1.00 Contribuicoes				
3.3.40.41.01.00.00.00.0.1.00 Despesa com Manut de Outras Entid de Direito Púb				
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	25.000,00	0,00	25.000,00	194,44
3.3.90.00.00.00.00.0.3.00 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	6.126,00
3.3.90.30.00.00.00.0.1.00 Material de Consumo				
3.3.90.30.26.00.00.0.1.00 Material Elétrico e Eletrônico				
3.3.90.36.00.00.00.0.1.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				
3.3.90.36.00.00.00.0.3.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				
3.3.90.36.28.00.00.0.1.00 Serviços de Seleção e Treinamento				
3.3.90.36.28.00.00.0.3.00 Serviços de Seleção e Treinamento				
3.3.90.39.00.00.00.0.1.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
3.3.90.39.00.00.00.0.3.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
3.3.90.39.11.00.00.0.1.00 Locação de Softwares				
3.3.90.39.48.00.00.0.1.00 Serviços de Seleção e Treinamento				
3.3.90.39.48.00.00.0.3.00 Serviços de Seleção e Treinamento				
3.3.90.39.63.00.00.0.1.00 Serviços Gráficos e Editoriais				
3.3.90.47.00.00.00.0.1.00 Obrigacoes Tributarias e Contributivas				
3.3.90.47.18.00.00.00.0.1.00 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF				
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro a Dezembro

Página 2

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
99 RESERVA DE CONTINGENCIA	1.200,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00
99 99 RESERVA DE CONTINGENCIA	1.200,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00
9999 99 Reserva de Contingência	1.200,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00
9999 99 999 Reserva de Contingência	1.200,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00
99 99 99 9999 RESERVA DE CONTINGENCIA	1.200,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00
99 99 99 999 2.067 RESERVA DE CONTINGENCIA	1.200,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00
9 9 99 00 00 00 00 0.1 00 RESERVA DE CONTINGENCIA	1.200,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00
Total por Entidade:	71.200,00	0,00	71.200,00	36.815,56	34.384,44
Total Geral:	71.200,00	0,00	71.200,00	36.815,56	34.384,44

Notas:  
As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.302/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR

GESTOR FDO MUN.DIREITOS CRIANÇA AL

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Anexo 12 Balanço 2013 FMDCAL****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA**

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página: 1

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
Receitas Correntes	14.600,00	20.799,35	-6.199,35	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAÇÃO	71.200,00	36.815,56	34.384,44
Receita Patrimonial	600,00	499,35	100,65	Despesas Corrente	65.000,00	36.815,56	28.184,44
Transferências Correntes	14.000,00	20.300,00	-6.300,00	Despesas de Capital	6.200,00	0,00	6.200,00
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	37.500,00	-37.500,00				
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	37.500,00	-37.500,00				
SOMA	14.600,00	58.299,35	-43.699,35	SOMA	71.200,00	36.815,56	34.384,44
DÉFICIT	56.600,00	0,00	56.600,00	SUPERÁVIT	0,00	21.483,79	-21.483,79
TOTAL	71.200,00	58.299,35	12.900,65	TOTAL	71.200,00	58.299,35	12.900,65

## Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.302/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
GESTOR FDO MUN.DIREITOS CRIANÇA AD

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Anexo 13 Balanço 2013 FMDCAL****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LI**

Anexo 13 - Balanço Financeiro

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página: 1

Administração Direta

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>58.299,35</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>36.815,56</b>
<b>Receitas</b>	<b>20.799,35</b>	<b>Despesas</b>	<b>36.815,56</b>
Receitas Correntes	20.799,35	Despesas Correntes	36.815,56
Receita Patrimonial	499,35	Outras Despesas Correntes	36.815,56
Transferências Correntes	20.300,00		
<b>INTERFERÊNCIAS ATIVAS</b>	<b>37.500,00</b>		
Transferências Financeiras Recebidas	37.500,00		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.995,91</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.995,91</b>
Depósitos	1.995,91	Depósitos	1.995,91
Consignações	1.995,91	Consignações	1.995,91
<b>SOMA</b>	<b>60.295,26</b>	<b>SOMA</b>	<b>38.811,47</b>
<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>10.000,00</b>	<b>SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE</b>	<b>31.483,79</b>
Bancos Conta Movimento	10.000,00	Bancos Conta Movimento	31.483,79
<b>TOTAL</b>	<b>70.295,26</b>	<b>TOTAL</b>	<b>70.295,26</b>

## Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.3020/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
GESTOR FDO MUN.DIREITOS CRIANÇA AL

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Anexo 14 Balanço 2013 FMDCAL****ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

**FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA**

Exercício 2013

Anexo 14 - Balanço Patrimonial

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Direta

Página: 1

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
<b>FINANCEIRO</b>	<b>31.483,79</b>		
DISPONÍVEL	31.483,79		
Bancos Conta Movimento	31.483,79		
<b>PERMANENTE</b>	<b>8.595,00</b>		
IMOBILIZADO	8.595,00		
Bens Móveis	8.595,00		
<b>ATIVO REAL</b>	<b>40.078,79</b>	<b>PASSIVO REAL</b>	<b>0,00</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>0,00</b>	<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>40.078,79</b>
PASSIVO REAL A DESCOBERTO	0,00	ATIVO REAL LÍQUIDO	40.078,79
<b>COMPENSADO</b>	<b>39.619,79</b>	<b>COMPENSADO</b>	<b>39.619,79</b>
Execução da Programação Financeira	31.483,79	Execução da Programação Financeira	31.483,79
Compensações Ativas Diversas	8.136,00	Compensações Passivas Diversas	8.136,00
<b>TOTAL</b>	<b>79.698,58</b>	<b>TOTAL</b>	<b>79.698,58</b>

## Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.3020/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
GESTOR FDO MUN.DIREITOS CRIANÇA AL

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Anexo 15 Balanço 2013 FMDCAL****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LI**

Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais

Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página: 1

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
Títulos	Valor R\$	Títulos	Valor R\$
<b>RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	
<b>Receitas</b>	<b>20.799,35</b>	<b>Despesas</b>	<b>36.815,56</b>
Receitas Correntes	20.799,35	Despesas Correntes	36.815,56
Receita Patrimonial	499,35	Outras despesas correntes	36.815,56
Transferências Correntes	20.300,00		
<b>INTERFERÊNCIAS ATIVAS</b>	<b>37.500,00</b>		
Transferências Financeiras Recebidas	37.500,00		
<b>MUTAÇÕES PATRIMONIAIS</b>		<b>MUTAÇÕES PATRIMONIAIS</b>	
<b>INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	
<b>Total das Variações Ativas</b>	<b>58.299,35</b>	<b>Total das Variações Passivas</b>	<b>36.815,56</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>		<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>	
		Superávit Verificado	21.483,79
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>58.299,35</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>58.299,35</b>

## Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.3020/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
GESTOR FDO MUN.DIREITOS CRIANÇA AL

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Anexo 16 Balanço 2013 FMDCAL****ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

**FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA**

Exercício 2013

Anexo 16 - Demonstração da Dívida Fundada

Página: 1

Administração Direta

Autorizações				Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
Leis (Nº e Data)	Nº Contrato	Qtde.	Valor da Emissão (R\$)			Inscrição	Baixa	

## Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.302/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
GESTOR FDO MUN.DIREITOS CRIANÇA ADI

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Anexo 17 Balanço 2013 FMDCAL****ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA**

Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 1

Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
DEPÓSITOS				
Consignações	0,00	1.995,91	1.995,91	0,00
SUBTOTAL	0,00	1.995,91	1.995,91	0,00
NÃO HÁ MOVIMENTAÇÃO				

## Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.302/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR

GESTOR FDO MUN.DIREITOS CRIANÇA AL

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Anexo 1 Balanço 2013 FMAS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA**Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1  
Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Receitas		Despesas	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
RECEITAS CORRENTES	196.365,10	DESPESAS CORRENTES	471.835,54
RECEITA PATRIMONIAL	6.884,97	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	240.218,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	189.480,13	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	231.616,74
DEFICIT	275.470,44		
TOTAL	471.835,54	TOTAL	471.835,54
		DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	275.470,44
		DESPESAS DE CAPITAL	15.034,41
		INVESTIMENTOS	15.034,41
DEFICIT	290.504,85		
TOTAL	486.869,95	TOTAL	486.869,95

**Resumo**

RECEITAS CORRENTES	196.365,10	DESPESAS CORRENTES	471.835,54
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	15.034,41
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	373.000,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00
		SUPERAVIT	82.495,15
TOTAL	569.365,10	TOTAL	569.365,10

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados, também são consideradas como despesas orçamentárias.

**Notas:**

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.302/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

\_\_\_\_\_  
WALMOR S. DRESCH NETO STROHER  
GESTOR DO FUNDO MUN. ASSISTENCIA S

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Anexo 2 Receita Balanço 2013 FMAS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			196.365,10
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			196.365,10
4.1.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		6.884,97	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		6.884,97	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	6.884,97		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários Vinculados	5.991,64		
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Vinc. -FNAS	5.991,64		
4.1.3.2.5.01.10.01.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Vinc. -FNAS - Outras	5.913,03		
4.1.3.2.5.01.10.02.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Vinc. -FNAS - Bolsa Far	78,61		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Não Vinculados	893,33		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Não Vinculados	893,33		
4.1.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		189.480,13	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		189.480,13	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	189.480,13		
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	189.480,13		
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	IGD-M Programa Bolsa Família	8.250,00		
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Transf. de Recursos FNAS - BPC NA ESCOLA	120,00		
4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	Piso Basico Variavel II	10.000,00		
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Transf. de Recursos FNAS - ACESSUAS	86.754,00		
4.1.7.2.1.34.07.00.00.00	Transferencia FNAS - PBF Piso Basico Fixo	57.000,00		
4.1.7.2.1.34.08.00.00.00	IGD - SUAS	9.320,91		
4.1.7.2.1.34.12.00.00.00	Progrma SST-FEAS-PMDE-FMAS-BE-CUS	1.835,22		
4.1.7.2.1.34.13.00.00.00	Programa SCFV	16.200,00		

Total: 196.365,10

## Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.3020/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

WALMOR S. DRESCH NETO STROHER  
GESTOR DO FUNDO MUN. ASSISTENCIA S

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Anexo 2 Despesa Balanço 2013 FMAS**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA**  
 Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Betha Sistemas  
 Exercício de 2013  
 Período: Janeiro à Dezembro  
 Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			471.835,54
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			240.218,80
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		240.218,80	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	184.890,33		
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e Salários	159.083,85		
3.1.90.11.42.00.00.00	Férias Indenizadas	1.239,97		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	14.919,04		
3.1.90.11.45.00.00.00	Férias - Abono Constitucional	2.024,49		
3.1.90.11.46.00.00.00	Férias - Pagamento Antecipado	7.622,98		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	55.328,47		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	14.068,43		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	41.260,04		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			231.616,74
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		2.242,80	
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvencoes Sociais	2.242,80		
3.3.50.43.02.00.00.00	Transf a Instituições Privadas de Assistência Soc	2.242,80		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		229.373,94	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	9.635,00		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	9.635,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	66.217,02		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	341,44		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	1.280,00		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	39.582,84		
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	2.436,00		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	1.991,78		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	7.716,25		
3.3.90.30.19.00.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	39,00		
3.3.90.30.20.00.00.00	Material de Cama, Mesa e Banho	962,00		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	605,69		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	1.709,42		
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	5.545,20		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	7,90		
3.3.90.30.30.00.00.00	Material para Comunicações	290,00		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	790,00		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	2.919,50		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	55.698,50		
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	18.084,00		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	37.614,50		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	1.181,28		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	792,20		
3.3.90.33.05.00.00.00	Locação de Veículo Para Locomoção - Pessoa Juríd	170,00		
3.3.90.33.99.00.00.00	Outras Despesas com Locomoção	219,08		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	11.794,00		
3.3.90.36.28.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	11.794,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	70.780,78		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	8.530,00		
3.3.90.39.10.00.00.00	Locação de Imóveis	11.200,00		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	5.270,66		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	6.415,68		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	553,38		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	545,23		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	300,00		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	5.488,00		
3.3.90.39.53.00.00.00	Serviços de Assistência Social	7.167,10		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	1.463,06		
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	415,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	11,50		



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA**

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	149,60		
3.3.90.39.88.00.00.00	Serviços de Publicidade e Propaganda	6.140,06		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	17.131,51		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentacao	10.264,74		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxílio-Alimentação em Pecúnia	10.264,74		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	3.802,62		
3.3.90.47.02.00.00.00	Imposto S/ Propr Predial e Territ Urbana - IPTU	346,22		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	3.456,40		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			15.034,41
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			15.034,41
4.4.50.00.00.00.00.00	Transf. a Instituicoes Privadas s/ Fins Lucrativos		2.460,00	
4.4.50.43.00.00.00.00	Transf. a Instituicoes Privadas s/ Fins Lucrativos	2.460,00		
4.4.50.43.02.00.00.00	Transf. a Instituições Privadas de Assist. Social	2.460,00		
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		12.574,41	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	12.574,41		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	647,55		
4.4.90.52.30.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	693,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	3.939,46		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	7.294,40		
			Total:	486.869,95

Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.3020/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

WALMOR S. DRESCH NETO STROHER  
 GESTOR DO FUNDO MUN. ASSISTENCIA S

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
 CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Anexo 2 Resumo Balanço 2013 FMAS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Entidade : FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA

Órgão: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			471.835,54
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			240.218,80
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		240.218,80	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	184.890,33		
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e Salários	159.083,85		
3.1.90.11.42.00.00.00	Férias Indenizadas	1.239,97		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	14.919,04		
3.1.90.11.45.00.00.00	Férias - Abono Constitucional	2.024,49		
3.1.90.11.46.00.00.00	Férias - Pagamento Antecipado	7.622,98		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	55.328,47		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	14.068,43		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	41.260,04		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			231.616,74
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		2.242,80	
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvencoes Sociais	2.242,80		
3.3.50.43.02.00.00.00	Transf a Instituições Privadas de Assistência Soc	2.242,80		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		229.373,94	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	9.635,00		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	9.635,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	66.217,02		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	341,44		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	1.280,00		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	39.582,84		
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	2.436,00		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	1.991,78		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	7.716,25		
3.3.90.30.19.00.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	39,00		
3.3.90.30.20.00.00.00	Material de Cama, Mesa e Banho	962,00		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	605,69		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	1.709,42		
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	5.545,20		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	7,90		
3.3.90.30.30.00.00.00	Material para Comunicações	290,00		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	790,00		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	2.919,50		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	55.698,50		
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	18.084,00		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	37.614,50		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	1.181,28		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	792,20		
3.3.90.33.05.00.00.00	Locação de Veículo Para Locomoção - Pessoa Juríd	170,00		
3.3.90.33.99.00.00.00	Outras Despesas com Locomoção	219,08		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	11.794,00		
3.3.90.36.28.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	11.794,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	70.780,78		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	8.530,00		
3.3.90.39.10.00.00.00	Locação de Imóveis	11.200,00		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	5.270,66		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	6.415,68		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	553,38		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	545,23		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	300,00		



Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA

Órgão: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	5.488,00		
3.3.90.39.53.00.00.00	Serviços de Assistência Social	7.167,10		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	1.463,06		
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	415,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	11,50		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	149,60		
3.3.90.39.88.00.00.00	Serviços de Publicidade e Propaganda	6.140,06		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	17.131,51		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentacao	10.264,74		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxilio-Alimentação em Pecúnia	10.264,74		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	3.802,62		
3.3.90.47.02.00.00.00	Imposto S/ Propr Predial e Territ Urbana - IPTU	346,22		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	3.456,40		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			15.034,41
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			15.034,41
4.4.50.00.00.00.00.00	Transf. a Instituicoes Privadas s/ Fins Lucrativos		2.460,00	
4.4.50.43.00.00.00.00	Transf. a Instituicoes Privadas s/ Fins Lucrativos	2.460,00		
4.4.50.43.02.00.00.00	Transf. a Instituições Privadas de Assist. Social	2.460,00		
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		12.574,41	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	12.574,41		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	647,55		
4.4.90.52.30.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	693,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	3.939,46		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	7.294,40		
Total da Unidade:				486.869,95
Total do Órgão:				486.869,95
Total da Entidade:				486.869,95
TOTAL GERAL:				486.869,95

## Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.3020/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

WALMOR S. DRESCH NETO STROHER  
GESTOR DO FUNDO MUN. ASSISTENCIA S

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



Anexo 6 Balanço 2013 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 1

Entidade : FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA  
Órgão: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social			486.869,95	486.869,95
08.241	Assistência ao Idoso			65.405,70	65.405,70
08.241.0025	ASSISTENCIA SOCIAL			65.405,70	65.405,70
08.241.0025.2.027	APOIO A PESSOA IDOSA			65.405,70	65.405,70
08.244	Assistência Comunitária			421.464,25	421.464,25
08.244.0025	ASSISTENCIA SOCIAL			421.464,25	421.464,25
08.244.0025.2.024	MANUTENCAO DO CENTRO DE MULTUISO			2.332,51	2.332,51
08.244.0025.2.026	MANUTENCAO DA ASSISTENCIA SOCIAL GERAL			185.388,10	185.388,10
08.244.0025.2.084	MANUTENCAO DO CRAS			233.743,64	233.743,64
Total:					486.869,95



Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade :FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA  
Órgão: 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA  
Unidade Orçamentária: 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
99	Reserva de Contingência				0,00
99.999	Reserva de Contingência				0,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTINGENCIA				0,00
99.999.9999.2.065	RESERVA DE CONTINGENCIA				0,00
Total:					0,00
Total da Entidade:					486.869,95
TOTAL GERAL:					486.869,95

Notas:  
As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.3020/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

WALMOR S. DRESCH NETO STROHER  
GESTOR DO FUNDO MUN. ASSISTENCIA S

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



Anexo 7 Balanço 2013 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 1

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social			486.869,95	486.869,95
08.241	Assistência ao Idoso			65.405,70	65.405,70
08.241.0025	ASSISTENCIA SOCIAL			65.405,70	65.405,70
08.241.0025.2.027	APOIO A PESSOA IDOSA			65.405,70	65.405,70
08.244	Assistência Comunitária			421.464,25	421.464,25
08.244.0025	ASSISTENCIA SOCIAL			421.464,25	421.464,25
08.244.0025.2.024	MANUTENCAO DO CENTRO DE MULTUISO			2.332,51	2.332,51
08.244.0025.2.026	MANUTENCAO DA ASSISTENCIA SOCIAL GERAL			144.191,87	144.191,87
08.244.0025.2.026	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			39.903,23	39.903,23
08.244.0025.2.026	MANUTENCAO DA ASSISTENCIA SOCIAL GERAL			1.293,00	1.293,00
08.244.0025.2.084	MANUTENCAO DO CRAS			233.743,64	233.743,64
99	Reserva de Contingência				0,00
99.999	Reserva de Contingência				0,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTIGENCIA				0,00
99.999.9999.2.065	RESERVA DE CONTIGENCIA				0,00
Total:					486.869,95

Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.302/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

WALMOR S. DRESCH NETO STROHER	MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
GESTOR DO FUNDO MUN. ASSISTENCIA S	CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Anexo 8 Balanço 2013 FMAS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos  
Anexo 08 - Administração Direta

Página 1

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
8	Assistência Social	370.925,56	115.944,39	486.869,95
08.241	Assistência ao Idoso	34.111,08	31.294,62	65.405,70
08.241.0025	ASSISTENCIA SOCIAL	34.111,08	31.294,62	65.405,70
08.241.0025.2.027	APOIO A PESSOA IDOSA	34.111,08	31.294,62	65.405,70
08.244	Assistência Comunitária	336.814,48	84.649,77	421.464,25
08.244.0025	ASSISTENCIA SOCIAL	336.814,48	84.649,77	421.464,25
08.244.0025.2.024	MANUTENCAO DO CENTRO DE MULTIUSO	2.332,51		2.332,51
08.244.0025.2.026	MANUTENCAO DA ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	172.902,53	12.485,57	185.388,10
08.244.0025.2.084	MANUTENCAO DO CRAS	161.579,44	72.164,20	233.743,64
Total:		370.925,56	115.944,39	486.869,95

## Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.3020/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

\_\_\_\_\_  
WALMOR S. DRESCH NETO STROHER  
GESTOR DO FUNDO MUN. ASSISTENCIA S

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



Anexo 9 Balanço 2013 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 1

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

CÓDIGO	ÓRGÃOS	FUNÇÕES	LEGISLATIVA	JUDICIÁRIA	ESSENCIAL À JUSTIÇA	ADMINISTRAÇÃO	DEFESA NACIONAL	SEGURANÇA PÚBLICA
Entidade: FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA								
1	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES							
2	GABINETE DO PREFEITO							
3	GABINETE DO VICE PREFEITO							
4	ASSESSORIA JURIDICA							
5	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO							
6	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACAO							
7	SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL							
8	SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE							
9	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE							
10	ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO							
11	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS							
12	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
13	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA							
14	FUNDO MUNICIPAL DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE							
15	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO							
16	FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO							
99	RESERVA DE CONTINGENCIA							

Total da Entidade:

Total :



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

CÓDIGO	ÓRGÃOS	FUNÇÕES	RELAÇÕES EXTERIORES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	TRABALHO	EDUCAÇÃO
Entidade: FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA								
1	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES							
2	GABINETE DO PREFEITO							
3	GABINETE DO VICE PREFEITO							
4	ASSESSORIA JURIDICA							
5	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO							
6	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACA							
7	SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCI							
8	SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ES							
9	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBI							
10	ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO							
11	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS							
12	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			486.869,95				
13	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA							
14	FUNDO MUNICIPAL DIREITOS DA CRIANCA E							
15	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONC							
16	FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO							
99	RESERVA DE CONTINGENCIA							

Total da Entidade:

486.869,95

Total :

486.869,95



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Página 3

CÓDIGO	ÓRGÃOS	FUNÇÕES	CULTURA	DIREITOS DA CIDADANIA	URBANISMO	HABITAÇÃO	SANEAMENTO	GESTÃO AMBIENTAL
Entidade: FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA								
1	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES							
2	GABINETE DO PREFEITO							
3	GABINETE DO VICE PREFEITO							
4	ASSESSORIA JURIDICA							
5	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO							
6	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACA							
7	SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCI							
8	SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ES							
9	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBI							
10	ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO							
11	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS							
12	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
13	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA							
14	FUNDO MUNICIPAL DIREITOS DA CRIANCA E							
15	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONC							
16	FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO							
99	RESERVA DE CONTINGENCIA							

Total da Entidade:

Total :



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Página 4

CÓDIGO	ÓRGÃOS	FUNÇÕES	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	AGRICULTURA	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	COMUNICAÇÕES
Entidade: FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA								
1	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES							
2	GABINETE DO PREFEITO							
3	GABINETE DO VICE PREFEITO							
4	ASSESSORIA JURIDICA							
5	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO							
6	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACA							
7	SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCI							
8	SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ES							
9	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBI							
10	ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO							
11	SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS							
12	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
13	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA							
14	FUNDO MUNICIPAL DIREITOS DA CRIANCA E							
15	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONC							
16	FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO							
99	RESERVA DE CONTINGENCIA							

Total da Entidade:

Total :



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 5

CÓDIGO	ÓRGÃOS	FUNÇÕES	ENERGIA	TRANSPORTES	DESPORTO E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
Entidade: FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA								
1	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES							
2	GABINETE DO PREFEITO							
3	GABINETE DO VICE PREFEITO							
4	ASSESSORIA JURIDICA							
5	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO							
6	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACAO							
7	SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOC/							
8	SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ES							
9	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBI							
10	ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO							
11	SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS							
12	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							486.869,95
13	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA							
14	FUNDO MUNICIPAL DIREITOS DA CRIANCA E							
15	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONC							
16	FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO							
99	RESERVA DE CONTINGENCIA							

Total da Entidade:

Total :

Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.302/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

WALMOR S. DRESCH NETO STROHER	MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
GESTOR DO FUNDO MUN. ASSISTENCIA S	CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Anexo 10 Balanço 2013 FMAS**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA**  
 Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10  
 Administração Direta

Betha Sistemas  
 Exercício de 2013  
 Período: Janeiro à Dezembro  
 Página 1

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
RECEITAS	89.200,00	196.365,10	117.087,49	9.922,39
RECEITAS CORRENTES	89.200,00	196.365,10	117.087,49	9.922,39
RECEITA PATRIMONIAL	572,00	6.884,97	6.325,36	12,39
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	572,00	6.884,97	6.325,36	12,39
Remuneração de Depósitos Bancários	572,00	6.884,97	6.325,36	12,39
Remuneração de Depósitos Bancários Vinculados	182,00	5.991,64	5.822,03	12,39
Rec. Remun. Dep. Banc. Vinc. -FNAS	182,00	5.991,64	5.822,03	12,39
Rec. Remun. Dep. Banc. Vinc. -FNAS - Outras	91,00	5.913,03	5.822,03	0,00
Rec. Remun. Dep. Banc. Vinc. -FNAS - Bolsa Família	91,00	78,61	0,00	12,39
Remun. Dep. Banc. Não Vinculados	390,00	893,33	503,33	0,00
Remun. Dep. Banc. Não Vinculados	390,00	893,33	503,33	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	86.628,00	189.480,13	110.762,13	7.910,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	86.628,00	189.480,13	110.762,13	7.910,00
Transferências da União	86.628,00	189.480,13	110.762,13	7.910,00
Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	86.628,00	189.480,13	110.762,13	7.910,00
IGD-M Programa Bolsa Família	14.160,00	8.250,00	0,00	5.910,00
Transf. de Recursos FNAS - BPC NA ESCOLA	0,00	120,00	120,00	0,00
Piso Basico Variavel II	12.000,00	10.000,00	0,00	2.000,00
Transf. de Recursos FNAS - ACESSUAS	0,00	86.754,00	86.754,00	0,00
Transferencia FNAS - PBF Piso Basico Fixo	54.000,00	57.000,00	3.000,00	0,00
IGD - SUAS	6.468,00	9.320,91	2.852,91	0,00
Progrma SST-FEAS-PMDE-FMAS-BE-CUS	0,00	1.835,22	1.835,22	0,00
Programa SCFV	0,00	16.200,00	16.200,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
RESTITUIÇÕES	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Outras Restituiçoes	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Totais:	89.200,00	196.365,10	117.087,49	9.922,39

## Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.3020/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

WALMOR S. DRESCH NETO STROHER  
 GESTOR DO FUNDO MUN. ASSISTENCIA S

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
 CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



Anexo 11Balanco 2013 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 1

Entidade : FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
12 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	545.325,02	0,00	545.325,02	486.869,95	58.455,07
12.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	545.325,02	0,00	545.325,02	486.869,95	58.455,07
1201.08 Assistência Social	545.325,02	0,00	545.325,02	486.869,95	58.455,07
1201.08.241 Assistência ao Idoso	69.600,00	0,00	69.600,00	65.405,70	4.194,30
12.01.08.241.0025 ASSISTENCIA SOCIAL	69.600,00	0,00	69.600,00	65.405,70	4.194,30
12.01.08.241.0025.2.027 APOIO A PESSOA IDOSA	69.600,00	0,00	69.600,00	65.405,70	4.194,30
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	33.300,00	0,00	33.300,00	33.170,28	129,72
3.3.90.00.00.00.00.0.1.152 Aplicacoes Diretas	11.300,00	0,00	11.300,00	9.717,95	1.582,05
3.3.90.00.00.00.00.0.3.00 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	940,80	59,20
3.3.90.00.00.00.00.0.3.52 Aplicacoes Diretas	24.000,00	0,00	24.000,00	21.576,67	2.423,33
3.3.90.14.00.00.00.0.1.00 Diarias - Civil				1.880,00	
3.3.90.14.14.00.00.0.1.00 Diárias no País - Civil				1.880,00	
3.3.90.30.00.00.00.0.1.00 Material de Consumo				15.203,88	
3.3.90.30.00.00.00.0.1.152 Material de Consumo				6.107,25	
3.3.90.30.00.00.00.0.3.52 Material de Consumo				9.468,67	
3.3.90.30.07.00.00.0.1.00 Gêneros de Alimentação				15.203,88	
3.3.90.30.07.00.00.0.1.152 Gêneros de Alimentação				6.107,25	
3.3.90.30.07.00.00.0.3.52 Gêneros de Alimentação				9.363,67	
3.3.90.30.99.00.00.0.3.52 Outros Materiais de Consumo				105,00	
3.3.90.32.00.00.00.0.1.52 Material de Distribuicao Gratuita				3.610,70	
3.3.90.32.00.00.00.0.3.52 Material de Distribuicao Gratuita				8.520,00	
3.3.90.32.99.00.00.0.1.152 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				3.610,70	
3.3.90.32.99.00.00.0.3.52 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				8.520,00	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Jurídica				15.420,00	
3.3.90.39.00.00.00.0.3.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Jurídica				784,00	
3.3.90.39.00.00.00.0.3.52 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Jurídica				3.588,00	
3.3.90.39.10.00.00.0.1.00 Locação de Imóveis				2.200,00	
3.3.90.39.10.00.00.0.3.52 Locação de Imóveis				1.800,00	
3.3.90.39.41.00.00.0.1.00 Fornecimento de Alimentação				936,00	
3.3.90.39.48.00.00.0.1.00 Serviços de Seleção e Treinamento				3.724,00	
3.3.90.39.48.00.00.0.3.00 Serviços de Seleção e Treinamento				784,00	
3.3.90.39.88.00.00.0.3.52 Serviços de Publicidade e Propaganda				432,00	
3.3.90.39.99.00.00.0.1.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				8.560,00	
3.3.90.39.99.00.00.0.3.52 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.356,00	
3.3.90.47.00.00.00.0.1.00 Obrigacoes Tributarias e Contributivas				666,40	



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro a Dezembro

Página 2

Entidade : FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
12 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	545.325,02	0,00	545.325,02	486.869,95	58.455,07
12.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	545.325,02	0,00	545.325,02	486.869,95	58.455,07
1201.08 Assistência Social	545.325,02	0,00	545.325,02	486.869,95	58.455,07
1201.08.241 Assistência ao Idoso	69.600,00	0,00	69.600,00	65.405,70	4.194,30
12.01.08.241.0025 ASSISTENCIA SOCIAL	69.600,00	0,00	69.600,00	65.405,70	4.194,30
12.01.08.241.0025.2.027 APOIO A PESSOA IDOSA	69.600,00	0,00	69.600,00	65.405,70	4.194,30
3.3.90.47.00.00.00.00.0.3.00 Obrigações Tributárias e Contributivas				156,80	
3.3.90.47.18.00.00.00.0.1.00 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF				666,40	
3.3.90.47.18.00.00.00.0.3.00 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF				156,80	
1201.08.244 Assistência Comunitária	475.725,02	0,00	475.725,02	421.464,25	54.260,77
12.01.08.244.0025 ASSISTENCIA SOCIAL	475.725,02	0,00	475.725,02	421.464,25	54.260,77
12.01.08.244.0025.2.024 MANUTENCAO DO CENTRO DE MULTUOSO	6.540,00	0,00	6.540,00	2.332,51	4.207,49
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	6.500,00	0,00	6.500,00	2.292,51	4.207,49
3.3.90.30.00.00.00.00.0.1.00 Material de Consumo				2.292,51	
3.3.90.30.04.00.00.00.0.1.00 Gás Engarrafado				1.280,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.0.1.00 Gêneros de Alimentação				205,54	
3.3.90.30.21.00.00.00.0.1.00 Material de Copa e Cozinha				119,14	
3.3.90.30.22.00.00.00.0.1.00 Material de Limpeza e Produção de Higieneização				679,93	
3.3.90.30.24.00.00.00.0.1.00 Material para Manutenção de Bens Imóveis				7,90	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	40,00	0,00	40,00	40,00	0,00
4.4.90.52.00.00.00.00.0.1.00 Equipamentos e Material Permanente				40,00	
4.4.90.52.06.00.00.00.0.1.00 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação				40,00	
12.01.08.244.0025.2.026 MANUTENCAO DA ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	199.135,02	0,00	199.135,02	185.388,10	13.746,92
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	68.640,00	0,00	68.640,00	68.637,31	2,69
3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.00 Aplicacoes Diretas	27.460,00	0,00	27.460,00	27.300,43	159,57
3.1.90.11.00.00.00.00.0.1.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				48.632,69	
3.1.90.11.00.00.00.00.0.3.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				23.097,83	
3.1.90.11.01.00.00.00.0.1.00 Vencimentos e Salários				45.358,75	
3.1.90.11.01.00.00.00.0.3.00 Vencimentos e Salários				16.155,40	
3.1.90.11.01.00.00.00.0.1.00 Férias Indenizadas				1.239,97	
3.1.90.11.42.00.00.00.0.1.00 13º salário				517,56	
3.1.90.11.43.00.00.00.0.3.00 13º salário				4.822,69	
3.1.90.11.45.00.00.00.0.1.00 Férias - Abono Constitucional				296,17	



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 3

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
12 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	545.325,02	0,00	545.325,02	486.869,95	58.455,07
12.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	545.325,02	0,00	545.325,02	486.869,95	58.455,07
1201.08 Assistência Social	545.325,02	0,00	545.325,02	486.869,95	58.455,07
1201.08.244 Assistência Comunitária	475.725,02	0,00	475.725,02	421.464,25	54.260,77
12.01.08.244.0025 ASSISTENCIA SOCIAL	475.725,02	0,00	475.725,02	421.464,25	54.260,77
12.01.08.244.0025.2.026 MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	199.135,02	0,00	199.135,02	185.388,10	13.746,92
3.1.90.11.45.00.00.00.3.00 Férias - Abono Constitucional				506,51	
3.1.90.11.46.00.00.00.1.00 Férias - Pagamento Antecipado				1.220,24	
3.1.90.11.46.00.00.00.3.00 Férias - Pagamento Antecipado				1.613,23	
3.1.90.13.00.00.00.00.1.00 Obrigacoes Patronais				20.004,62	
3.1.90.13.00.00.00.00.3.00 Obrigacoes Patronais				4.202,60	
3.1.90.13.01.00.00.00.1.00 FGTS				4.813,53	
3.1.90.13.01.00.00.00.3.00 FGTS				1.292,68	
3.1.90.13.02.00.00.00.1.00 Contribuições Previdenciárias - INSS				15.191,09	
3.1.90.13.02.00.00.00.3.00 Contribuições Previdenciárias - INSS				2.909,92	
3.3.50.00.00.00.00.00.3.00 Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	2.300,00	0,00	2.300,00	2.242,80	57,20
3.3.50.43.00.00.00.00.3.00 Subvencoes Sociais				2.242,80	
3.3.50.43.02.00.00.00.3.00 Transf a Instituicoes Privadas de Assistencia Soc				2.242,80	
3.3.90.00.00.00.00.00.1.00 Aplicacoes Diretas	62.413,82	0,00	62.413,82	60.321,31	2.092,51
3.3.90.00.00.00.00.00.1.52 Aplicacoes Diretas	4.000,00	0,00	4.000,00	3.921,60	78,40
3.3.90.00.00.00.00.00.1.63 Aplicacoes Diretas	14.251,00	0,00	14.251,00	7.270,97	6.980,03
3.3.90.00.00.00.00.00.3.00 Aplicacoes Diretas	7.900,00	0,00	7.900,00	7.900,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.3.52 Aplicacoes Diretas	2.335,32	0,00	2.335,32	140,00	2.195,32
3.3.90.00.00.00.00.00.3.63 Aplicacoes Diretas	2.779,70	0,00	2.779,70	1.153,00	1.626,70
3.3.90.14.00.00.00.00.1.00 Diarias - Civil				1.610,00	
3.3.90.14.00.00.00.00.3.52 Diarias - Civil				140,00	
3.3.90.14.14.00.00.00.1.00 Diárias no Pais - Civil				1.610,00	
3.3.90.14.14.00.00.00.3.52 Diárias no Pais - Civil				140,00	
3.3.90.30.00.00.00.00.1.00 Material de Consumo				10.042,33	
3.3.90.30.00.00.00.00.1.52 Material de Consumo				795,60	
3.3.90.30.00.00.00.00.1.63 Material de Consumo				5.123,72	
3.3.90.30.07.00.00.00.1.00 Gêneros de Alimentação				706,42	
3.3.90.30.07.00.00.00.1.63 Gêneros de Alimentação				1.484,22	
3.3.90.30.14.00.00.00.1.00 Material Educativo e Esportivo				2.436,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.1.00 Material de Expediente				523,90	



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 4

Entidade : FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
12 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	545.325,02	0,00	545.325,02	486.869,95	58.455,07
12.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	545.325,02	0,00	545.325,02	486.869,95	58.455,07
1201.08 Assistência Social	545.325,02	0,00	545.325,02	486.869,95	58.455,07
1201.08.244 Assistência Comunitária	475.725,02	0,00	475.725,02	421.464,25	54.260,77
12.01.08.244.0025 ASSISTENCIA SOCIAL	475.725,02	0,00	475.725,02	421.464,25	54.260,77
12.01.08.244.0025.2.026 MANUTENCAO DA ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	199.135,02	0,00	199.135,02	185.388,10	13.746,92
3.3.90.30.16.00.00.0.1.63 Material de Expediente				528,75	
3.3.90.30.17.00.00.0.1.00 Material de Processamento de Dados				4.969,50	
3.3.90.30.19.00.00.0.1.00 Material de Acondicionamento e Embalagem				39,00	
3.3.90.30.20.00.00.0.1.63 Material de Cama, Mesa e Banho				787,00	
3.3.90.30.21.00.00.0.1.00 Material de Copa e Cozinha				409,01	
3.3.90.30.22.00.00.0.1.00 Material de Limpeza e Produção de Higienização				853,50	
3.3.90.30.23.00.00.0.1.52 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				795,60	
3.3.90.30.23.00.00.0.1.63 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				2.304,25	
3.3.90.30.99.00.00.0.1.00 Outros Materiais de Consumo				105,00	
3.3.90.30.99.00.00.0.1.63 Outros Materiais de Consumo				19,50	
3.3.90.32.00.00.00.0.1.00 Material de Distribuicao Gratuita				12.318,80	
3.3.90.32.00.00.00.0.1.52 Material de Distribuicao Gratuita				3.126,00	
3.3.90.32.00.00.00.0.3.63 Material de Distribuicao Gratuita				1.153,00	
3.3.90.32.03.00.00.0.1.00 Gêneros Alimentícios				12.288,00	
3.3.90.32.03.00.00.0.1.52 Gêneros Alimentícios				3.126,00	
3.3.90.32.99.00.00.0.1.00 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				30,80	
3.3.90.32.99.00.00.0.3.63 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				1.153,00	
3.3.90.33.00.00.00.0.1.00 Passagens e Despesas com Locomocao				249,08	
3.3.90.33.00.00.00.0.1.63 Passagens e Despesas com Locomocao				612,20	
3.3.90.33.01.00.00.0.1.00 Passagens Para o País				30,00	
3.3.90.33.01.00.00.0.1.63 Passagens Para o País				612,20	
3.3.90.33.99.00.00.0.1.00 Outras Despesas com Locomoção				219,08	
3.3.90.36.00.00.00.0.1.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica				6.196,00	
3.3.90.36.00.00.00.0.1.63 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica				750,00	
3.3.90.36.28.00.00.0.1.00 Serviços de Seleção e Treinamento				6.196,00	
3.3.90.36.28.00.00.0.1.63 Serviços de Seleção e Treinamento				750,00	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				23.506,76	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.63 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				785,05	
3.3.90.39.00.00.00.0.3.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				7.900,00	



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 5

Entidade : FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
12 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	545.325,02	0,00	545.325,02	486.869,95	58.455,07
12.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	545.325,02	0,00	545.325,02	486.869,95	58.455,07
1201.08 Assistência Social	545.325,02	0,00	545.325,02	486.869,95	58.455,07
1201.08.244 Assistência Comunitária	475.725,02	0,00	475.725,02	421.464,25	54.260,77
12.01.08.244.0025 ASSISTENCIA SOCIAL	475.725,02	0,00	475.725,02	421.464,25	54.260,77
12.01.08.244.0025.2.026 MANUTENCAO DA ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	199.135,02	0,00	199.135,02	185.388,10	13.746,92
3.3.90.39.05.00.00.00.0.1.00 Serviços Técnicos Profissionais				630,00	
3.3.90.39.05.00.00.00.0.3.00 Serviços Técnicos Profissionais				7.900,00	
3.3.90.39.11.00.00.00.0.1.00 Locação de Softwares				5.270,66	
3.3.90.39.41.00.00.00.0.1.00 Fornecimento de Alimentação				2.233,43	
3.3.90.39.41.00.00.00.0.1.63 Fornecimento de Alimentação				160,75	
3.3.90.39.48.00.00.00.0.1.00 Serviços de Seleção e Treinamento				980,00	
3.3.90.39.53.00.00.00.0.1.00 Serviços de Assistência Social				7.167,10	
3.3.90.39.59.00.00.00.0.1.00 Serviços de Áudio, Vídeo e Foto				415,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.0.1.00 Serviços Gráficos e Editoriais				11,50	
3.3.90.39.81.00.00.00.0.1.00 Serviços Bancários				149,60	
3.3.90.39.88.00.00.00.0.1.00 Serviços de Publicidade e Propaganda				2.934,60	
3.3.90.39.99.00.00.00.0.1.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				3.714,87	
3.3.90.39.99.00.00.00.0.1.63 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				624,30	
3.3.90.46.00.00.00.00.0.1.00 Auxílio-Alimentacao				4.734,74	
3.3.90.46.01.00.00.00.0.1.00 Auxílio-Alimentação em Pecunia				4.734,74	
3.3.90.47.00.00.00.00.0.1.00 Obrigacoes Tributarias e Contributivas				1.663,60	
3.3.90.47.18.00.00.00.0.1.00 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF				1.663,60	
4.4.50.00.00.00.00.00.0.3.00 Transf. a Instituicoes Privadas s/ Fins Lucrativos	2.500,00	0,00	2.500,00	2.460,00	40,00
4.4.50.43.00.00.00.00.0.3.00 Transf. a Instituicoes Privadas s/ Fins Lucrativos				2.460,00	
4.4.50.43.02.00.00.00.0.3.00 Transf. a Instituicoes Privadas de Assist. Social				2.460,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	4.555,18	0,00	4.555,18	4.040,68	514,50
4.4.90.52.00.00.00.00.0.1.00 Equipamentos e Material Permanente				4.040,68	
4.4.90.52.30.00.00.00.0.1.00 Máquinas e Equipamentos Energéticos				693,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.0.1.00 Equipamentos de Processamento de Dados				1.712,48	
4.4.90.52.42.00.00.00.0.1.00 Mobiliário em Geral				1.635,20	
12.01.08.244.0025.2.084 MANUTENCAO DO CRAS	270.050,00	0,00	270.050,00	233.743,64	36.306,36
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	120.200,00	0,00	120.200,00	117.937,15	2.262,85
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.52 Aplicacoes Diretas	32.400,00	0,00	32.400,00	26.343,91	6.056,09



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 6

Entidade : FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
12 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	545.325,02	0,00	545.325,02	486.869,95	58.455,07
12.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	545.325,02	0,00	545.325,02	486.869,95	58.455,07
1201.08 Assistência Social	545.325,02	0,00	545.325,02	486.869,95	58.455,07
1201.08.244 Assistência Comunitária	475.725,02	0,00	475.725,02	421.464,25	54.260,77
12.01.08.244.0025 ASSISTENCIA SOCIAL	475.725,02	0,00	475.725,02	421.464,25	54.260,77
12.01.08.244.0025.2.084 MANUTENCAO DO CRAS	270.050,00	0,00	270.050,00	233.743,64	36.306,36
3.1.90.11.00.00.00.0.1.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				93.103,93	
3.1.90.11.00.00.00.0.1.52 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				20.055,88	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.00 Vencimentos e Salários				77.513,82	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.52 Vencimentos e Salários				20.055,88	
3.1.90.11.43.00.00.0.1.00 13º salário				9.578,79	
3.1.90.11.45.00.00.0.1.00 Férias - Abono Constitucional				1.221,81	
3.1.90.11.46.00.00.0.1.00 Férias - Pagamento Antecipado				4.789,51	
3.1.90.13.00.00.00.0.1.00 Obrigacoes Patronais				24.833,22	
3.1.90.13.00.00.00.0.1.52 Obrigacoes Patronais				6.288,03	
3.1.90.13.01.00.00.0.1.00 FGTS				6.357,77	
3.1.90.13.01.00.00.0.1.52 FGTS				1.604,45	
3.1.90.13.02.00.00.0.1.00 Contribuições Previdenciárias - INSS				18.475,45	
3.1.90.13.02.00.00.0.1.52 Contribuições Previdenciárias - INSS				4.683,58	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas					
3.3.90.00.00.00.00.0.1.52 Aplicacoes Diretas	41.000,00	0,00	41.000,00	35.148,56	5.851,44
3.3.90.00.00.00.00.0.3.52 Aplicacoes Diretas	23.000,00	0,00	23.000,00	21.520,29	1.479,71
3.3.90.14.00.00.00.0.1.00 Diárias - Civil	35.250,00	0,00	35.250,00	24.300,00	10.950,00
3.3.90.14.00.00.00.0.1.52 Diárias - Civil				840,00	
3.3.90.14.00.00.00.0.1.52 Diárias no País - Civil				5.165,00	
3.3.90.14.00.00.00.0.1.52 Diárias no País - Civil				840,00	
3.3.90.30.00.00.00.0.1.00 Material de Consumo				5.165,00	
3.3.90.30.00.00.00.0.1.52 Material de Consumo				6.149,77	
3.3.90.30.01.00.00.0.1.52 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				11.033,29	
3.3.90.30.07.00.00.0.1.00 Gêneros de Alimentação				341,44	
3.3.90.30.07.00.00.0.1.52 Gêneros de Alimentação				616,61	
3.3.90.30.16.00.00.0.1.00 Material de Expediente				5.895,25	
3.3.90.30.16.00.00.0.1.52 Material de Expediente				897,88	
3.3.90.30.17.00.00.0.1.00 Material de Processamento de Dados				41,25	
3.3.90.30.20.00.00.0.1.52 Material de Cama, Mesa e Banho				2.746,75	



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 7

Entidade : FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
12 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	545.325,02	0,00	545.325,02	486.869,95	58.455,07
12.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	545.325,02	0,00	545.325,02	486.869,95	58.455,07
1201.08 Assistência Social	545.325,02	0,00	545.325,02	486.869,95	58.455,07
1201.08.244 Assistência Comunitária	475.725,02	0,00	475.725,02	421.464,25	54.260,77
12.01.08.244.0025 ASSISTENCIA SOCIAL	475.725,02	0,00	475.725,02	421.464,25	54.260,77
12.01.08.244.0025 2.084 MANUTENCAO DO CRAS	270.050,00	0,00	270.050,00	233.743,64	36.306,36
3.390.30.21.00.00.0.1.00 Material de Copa e Cozinha				77,54	
3.390.30.22.00.00.0.1.00 Material de Limpeza e Produção de Higienização				175,99	
3.390.30.23.00.00.0.1.52 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				2.445,35	
3.390.30.30.00.00.0.1.00 Material para Comunicações				290,00	
3.390.30.44.00.00.0.1.52 Material de Sinalização Visual e Afins				790,00	
3.390.30.99.00.00.0.1.00 Outros Materiais de Consumo				1.345,00	
3.390.30.99.00.00.0.1.52 Outros Materiais de Consumo				1.345,00	
3.390.32.00.00.00.0.1.52 Material de Distribuicao Gratuita				2.670,00	
3.390.32.00.00.00.0.3.52 Material de Distribuicao Gratuita				24.300,00	
3.390.32.03.00.00.0.1.52 Gêneros Alimentícios				2.670,00	
3.390.32.99.00.00.0.3.52 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				24.300,00	
3.390.33.00.00.00.0.1.00 Passagens e Despesas com Locomocao				170,00	
3.390.33.00.00.00.0.1.52 Passagens e Despesas com Locomocao				150,00	
3.390.33.01.00.00.0.1.52 Passagens Para o País				150,00	
3.390.33.05.00.00.0.1.00 Locação de Veículo Para Locomoção - Pessoa Juríd				170,00	
3.390.36.00.00.00.0.1.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				4.848,00	
3.390.36.28.00.00.0.1.00 Serviços de Seleção e Treinamento				4.848,00	
3.390.39.00.00.00.0.1.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				16.294,97	
3.390.39.00.00.00.0.1.52 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.502,00	
3.390.39.10.00.00.0.1.00 Locação de Imóveis				7.200,00	
3.390.39.41.00.00.0.1.00 Fornecimento de Alimentação				3.085,50	
3.390.39.43.00.00.0.1.00 Serviços de Energia Elétrica				553,38	
3.390.39.44.00.00.0.1.00 Serviços de Água e Esgoto				545,23	
3.390.39.47.00.00.0.1.00 Serviços de Comunicação em Geral				300,00	
3.390.39.58.00.00.0.1.00 Serviços de Telecomunicações				1.463,06	
3.390.39.88.00.00.0.1.00 Serviços de Publicidade e Propaganda				571,46	
3.390.39.88.00.00.0.1.52 Serviços de Publicidade e Propaganda				2.202,00	
3.390.39.99.00.00.0.1.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.576,34	
3.390.39.99.00.00.0.1.52 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				300,00	



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 8

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
12 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	545.325,02	0,00	545.325,02	486.869,95	58.455,07
12.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	545.325,02	0,00	545.325,02	486.869,95	58.455,07
1201.08 Assistência Social	545.325,02	0,00	545.325,02	486.869,95	58.455,07
1201.08.244 Assistência Comunitária	475.725,02	0,00	475.725,02	421.464,25	54.260,77
12.01.08.244.0025 ASSISTENCIA SOCIAL	475.725,02	0,00	475.725,02	421.464,25	54.260,77
12.01.08.244.0025.2.084 MANUTENCAO DO CRAS	270.050,00	0,00	270.050,00	233.743,64	36.306,36
3.3.90.46.00.00.00.0.1.00 Auxilio-Alimentacao				5.530,00	
3.3.90.46.01.00.00.00.0.1.00 Auxilio-Alimentação em Pecúnia				5.530,00	
3.3.90.47.00.00.00.00.0.1.00 Obrigacoes Tributarias e Contributivas				1.315,82	
3.3.90.47.02.00.00.00.0.1.00 Imposto S/ Propr Predial e Territ Urbana - IPTU				346,22	
3.3.90.47.18.00.00.00.0.1.00 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF				969,60	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	15.341,00	0,00	15.341,00	8.493,73	6.847,27
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.52 Aplicacoes Diretas	2.859,00	0,00	2.859,00	0,00	2.859,00
4.4.90.52.00.00.00.00.0.1.00 Equipamentos e Material Permanente				8.493,73	
4.4.90.52.06.00.00.00.0.1.00 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação				607,55	
4.4.90.52.35.00.00.00.0.1.00 Equipamentos de Processamento de Dados				2.226,98	
4.4.90.52.42.00.00.00.0.1.00 Mobiliário em Geral				5.659,20	



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro a Dezembro

Página 9

Entidade : FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
99 RESERVA DE CONTINGENCIA	1.200,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00
99 99 RESERVA DE CONTINGENCIA	1.200,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00
9999 99 Reserva de Contingência	1.200,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00
9999 99 999 Reserva de Contingência	1.200,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00
99 99 99 9999 RESERVA DE CONTINGENCIA	1.200,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00
99 99 99 999 9999 2.065 RESERVA DE CONTINGENCIA	1.200,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00
9 9 99 00 00 00 00 0.1 00 RESERVA DE CONTINGENCIA	1.200,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00
Total por Entidade:	546.525,02	0,00	546.525,02	486.869,95	59.655,07
Total Geral:	546.525,02	0,00	546.525,02	486.869,95	59.655,07

Notas:  
As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.302/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

WALMOR S. DRESCH NETO STROHER

GESTOR DO FUNDO MUN. ASSISTENCIA S

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Anexo 12 Balanço 2013 FMAS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA**

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página: 1

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
Receitas Correntes	89.200,00	196.365,10	-107.165,10	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAÇÃO	546.525,02	486.869,95	59.655,07
Receita Patrimonial	572,00	6.884,97	-6.312,97	Despesas Corrente	520.029,84	471.835,54	48.194,30
Transferências Correntes	86.628,00	189.480,13	-102.852,13	Despesas de Capital	26.495,18	15.034,41	11.460,77
Outras Receitas Correntes	2.000,00	0,00	2.000,00				
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	373.000,00	-373.000,00				
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	373.000,00	-373.000,00				
<b>SOMA</b>	<b>89.200,00</b>	<b>569.365,10</b>	<b>-480.165,10</b>	<b>SOMA</b>	<b>546.525,02</b>	<b>486.869,95</b>	<b>59.655,07</b>
<b>DÉFICIT</b>	<b>457.325,02</b>	<b>0,00</b>	<b>457.325,02</b>	<b>SUPERÁVIT</b>	<b>0,00</b>	<b>82.495,15</b>	<b>-82.495,15</b>
<b>TOTAL</b>	<b>546.525,02</b>	<b>569.365,10</b>	<b>-22.840,08</b>	<b>TOTAL</b>	<b>546.525,02</b>	<b>569.365,10</b>	<b>-22.840,08</b>

**Notas:**

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.302/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

WALMOR S. DRESCH NETO STROHER  
GESTOR DO FUNDO MUN. ASSISTENCIA S

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Anexo 13 Balanço 2013 FMAS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA**

Anexo 13 - Balanço Financeiro

Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>569.365,10</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>486.869,95</b>
<b>Receitas</b>	<b>196.365,10</b>	<b>Despesas</b>	<b>486.869,95</b>
Receitas Correntes	196.365,10	Despesas Correntes	471.835,54
Receita Patrimonial	6.884,97	Pessoal e Encargos Sociais	240.218,80
Transferências Correntes	189.480,13	Outras Despesas Correntes	231.616,74
<b>INTERFERÊNCIAS ATIVAS</b>	<b>373.000,00</b>	Despesas de Capital	15.034,41
Transferências Financeiras Recebidas	373.000,00	Investimentos	15.034,41
 <b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	 <b>27.680,33</b>	 <b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	 <b>27.680,33</b>
Depósitos	27.680,33	Depósitos	27.680,33
Consignações	27.680,33	Consignações	27.680,33
<b>SOMA</b>	<b>597.045,43</b>	<b>SOMA</b>	<b>514.550,28</b>
<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>92.042,21</b>	<b>SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE</b>	<b>174.537,36</b>
Bancos Conta Movimento	48,00	Bancos Conta Movimento	3.015,77
Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	91.994,21	Bancos Conta Vinculada	171.521,59
<b>TOTAL</b>	<b>689.087,64</b>	<b>TOTAL</b>	<b>689.087,64</b>

## Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.302/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

\_\_\_\_\_  
WALMOR S. DRESCH NETO STROHER  
GESTOR DO FUNDO MUN. ASSISTENCIA S

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Anexo 14 Balanço 2013 FMAS****ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

**FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA**

Exercício 2013

Anexo 14 - Balanço Patrimonial

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Direta

Página: 1

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
<b>FINANCEIRO</b>	<b>174.537,36</b>		
DISPONÍVEL	174.537,36		
Bancos Conta Movimento	3.015,77		
Bancos Conta Vinculada	171.521,59		
<b>PERMANENTE</b>	<b>68.174,97</b>		
IMOBILIZADO	68.174,97		
Bens Móveis	68.174,97		
<b>ATIVO REAL</b>	<b>242.712,33</b>	<b>PASSIVO REAL</b>	<b>0,00</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>0,00</b>	<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>242.712,33</b>
PASSIVO REAL A DESCOBERTO	0,00	ATIVO REAL LÍQUIDO	242.712,33
<b>COMPENSADO</b>	<b>174.537,36</b>	<b>COMPENSADO</b>	<b>174.537,36</b>
Execução da Programação Financeira	174.537,36	Execução da Programação Financeira	174.537,36
<b>TOTAL</b>	<b>417.249,69</b>	<b>TOTAL</b>	<b>417.249,69</b>

## Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.3020/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

\_\_\_\_\_  
WALMOR S. DRESCH NETO STROHER  
GESTOR DO FUNDO MUN. ASSISTENCIA S

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Anexo 15 Balanço 2013 FMAS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA**

Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais

Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página: 1

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
Títulos	Valor R\$	Títulos	Valor R\$
<b>RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	
<b>Receitas</b>	<b>196.365,10</b>	<b>Despesas</b>	<b>486.869,95</b>
Receitas Correntes	196.365,10	Despesas Correntes	471.835,54
Receita Patrimonial	6.884,97	Pessoal e Encargos Sociais	240.218,80
Transferências Correntes	189.480,13	Outras despesas correntes	231.616,74
<b>INTERFERÊNCIAS ATIVAS</b>	<b>373.000,00</b>	Despesas de Capital	15.034,41
Transferências Financeiras Recebidas	373.000,00	Investimentos	15.034,41
<b>MUTAÇÕES PATRIMONIAIS</b>		<b>MUTAÇÕES PATRIMONIAIS</b>	
<b>INCORPORAÇÕES DE ATIVOS</b>	<b>12.574,41</b>		
Aquisições de Bens	12.574,41		
Bens Móveis	12.574,41		
<b>INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	
<b>Total das Variações Ativas</b>	<b>581.939,51</b>	<b>Total das Variações Passivas</b>	<b>486.869,95</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>		<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>	
		<b>Superávit Verificado</b>	<b>95.069,56</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>581.939,51</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>581.939,51</b>

## Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.302/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

\_\_\_\_\_  
WALMOR S. DRESCH NETO STROHER  
GESTOR DO FUNDO MUN. ASSISTENCIA S

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



Anexo 16 Balanço 2013 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA

Anexo 16 - Demonstração da Dívida Fundada

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício 2013

Página: 1

Autorizações				Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
Leis (Nº e Data)	Nº Contrato	Qtde.	Valor da Emissão (R\$)			Inscrição	Baixa	

Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.302/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

WALMOR S. DRESCH NETO STROHER

GESTOR DO FUNDO MUN. ASSISTENCIA S

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Anexo 17 Balanço 2013 FMAS**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA**  
Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante  
Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício 2013  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página: 1

Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
DEPÓSITOS				
Consignações	0,00	27.680,33	27.680,33	0,00
SUBTOTAL	0,00	27.680,33	27.680,33	0,00
NÃO HÁ MOVIMENTAÇÃO				

**Notas:**

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.3020/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

\_\_\_\_\_  
WALMOR S. DRESCH NETO STROHER  
GESTOR DO FUNDO MUN. ASSISTENCIA S

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Anexo 1 Balanço 2013 FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA**Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1  
Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Receitas		Despesas	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
RECEITAS CORRENTES	815.097,43	DESPESAS CORRENTES	2.633.894,48
RECEITA TRIBUTARIA	12.588,30	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.629.037,79
RECEITA PATRIMONIAL	32.669,60	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.004.856,69
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	769.839,53		
DEFICIT	1.818.797,05		
TOTAL	2.633.894,48	TOTAL	2.633.894,48
		DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	1.818.797,05
RECEITAS DE CAPITAL	81.600,00	DESPESAS DE CAPITAL	20.260,63
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	81.600,00	INVESTIMENTOS	20.260,63
DEFICIT	1.757.457,68		
TOTAL	2.654.155,11	TOTAL	2.654.155,11

**Resumo**

RECEITAS CORRENTES	815.097,43	DESPESAS CORRENTES	2.633.894,48
RECEITAS DE CAPITAL	81.600,00	DESPESAS DE CAPITAL	20.260,63
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	2.140.168,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00
		SUPERAVIT	382.710,32
TOTAL	3.036.865,43	TOTAL	3.036.865,43

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados, também são consideradas como despesas orçamentárias.

**Notas:**

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.3020/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

\_\_\_\_\_  
WALMOR S. DRESCH NETO STROHER  
GESTOR DO FUNDO MUN. DE SAUDE

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Anexo 2 Receita Balanço 2013 FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			896.697,43
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			815.097,43
4.1.1.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA		12.588,30	
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		12.588,30	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de Policia	12.588,30		
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	12.588,30		
4.1.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		32.669,60	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		32.669,60	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	32.669,60		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários Vinculados	29.005,23		
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. Renun. Dep. Banc. Vinc. ao fundo de Saúde	29.005,23		
4.1.3.2.5.01.03.01.00.00	Rec.Rem.Dep.Banc.V.ao fundo de Saúde - Atenç	22.704,85		
4.1.3.2.5.01.03.02.00.00	Rec.Rem.Dep.Banc.V.ao fundo de Saúde - Vigilân	3.533,06		
4.1.3.2.5.01.03.03.00.00	Rec.Rem.Dep.Banc.V.ao fundo de Saúde - Assist	452,01		
4.1.3.2.5.01.03.04.00.00	Rec.Rem.Dep.Banc.V.ao fundo de Saúde - Gestã	892,07		
4.1.3.2.5.01.03.05.00.00	Rec.Rem.Dep.Banc. ao Fundo de Saúde - MAC	488,54		
4.1.3.2.5.01.03.06.00.00	Rec.Rem.Dep.Banc.V.ao fundo de saúde PARTIC	237,24		
4.1.3.2.5.01.03.07.00.00	Rec.Rem.Dep.Banc.V.fdo saúde Teto Mun.Rede	0,17		
4.1.3.2.5.01.03.08.00.00	Rec.Rem.Dep.Banc.Vinc.Fdo Saúde Requalificaç	697,29		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Rem. Outros Depositos de Rec. Não Vinculados	3.664,37		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Rem. Outros Depositos de Rec. Não Vinculados	3.664,37		
4.1.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		769.839,53	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		749.839,53	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	650.644,09		
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	650.644,09		
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Piso de Atencao Basica - PAB	132.165,40		
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Programa Farmacia Basica	26.157,90		
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Programa Vigilancia Sanitaria	56.556,58		
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Programa Vigilancia Epidemiologica	3.479,89		
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Programa Saude da Familia/PSF	138.600,00		
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	Programa Agentes Comunitarios de Saude - PACS	147.252,00		
4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	Programa Saude Bucal - PSF	67.780,00		
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	PMAQ - Programa de Melhoria do Acesso e da Qua	72.600,00		
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	MAC-Atenção de Média e Alta Complexidade Ambu	4.414,52		
4.1.7.2.1.33.15.00.00.00	MAC - Teto Municipal Rede Cegonha (REC-RCEG)	237,80		
4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	Programa Saúde na Escola - PSE	1.400,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	99.195,44		
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	99.195,44		
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Programa Farmacia Basica	25.195,44		
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	CO-Financiamento da Atencao Basica	74.000,00		
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		20.000,00	
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	20.000,00		
4.1.7.6.2.01.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados p/ SUS	20.000,00		
4.1.7.6.2.01.01.00.00.00	Transf. Conv. Estado - PARTICIPA SUS	20.000,00		
4.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			81.600,00
4.2.4.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		81.600,00	
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		81.600,00	
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transf. da União	81.600,00		
4.2.4.2.1.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde -SUS	81.600,00		
4.2.4.2.1.01.01.00.00.00	Transf.Rec.SUS-Progr.Requalificação UBS-Constru	81.600,00		

Total: 896.697,43



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
--------	---------------	---------------	-------	---------------------

## Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.302/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

---

WALMOR S. DRESCH NETO STROHER  
GESTOR DO FUNDO MUN. DE SAUDE

---

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Anexo 2 Despesa Balanço 2013 FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA**

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			2.633.894,48
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.629.037,79
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.629.037,79	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.226.017,47		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	1.043.903,00		
3.1.90.11.42.00.00.00	férias indenizadas	2.691,87		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	95.350,83		
3.1.90.11.44.00.00.00	férias - abono pecuniário	1.040,37		
3.1.90.11.45.00.00.00	férias - abono constitucional	16.275,11		
3.1.90.11.46.00.00.00	férias - pagamento antecipado	66.756,29		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	391.186,62		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	100.248,20		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	290.938,42		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	11.833,70		
3.1.90.16.01.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	11.833,70		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.004.856,69
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		1.538,73	
3.3.71.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.538,73		
3.3.71.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Laborat	1.538,73		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.003.317,96	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	32.360,00		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	32.360,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	154.200,94		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	67.085,52		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	150,00		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	7.371,42		
3.3.90.30.09.00.00.00	Material Farmacológico	1.809,47		
3.3.90.30.10.00.00.00	Material Odontológico	20.940,28		
3.3.90.30.11.00.00.00	Material Químico	264,00		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	1.855,70		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	1.654,00		
3.3.90.30.19.00.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	168,16		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	786,71		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	4.942,13		
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	1.720,05		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	885,54		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	1.351,00		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	385,00		
3.3.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	30.155,23		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	11.480,05		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	515,00		
3.3.90.30.50.00.00.00	Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	300,00		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	381,68		
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiacoes Culturais,Artist.Cientif.Despor. e Out	1.929,00		
3.3.90.31.99.00.00.00	Outras Premiações	1.929,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	308.186,06		
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	284.181,56		
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	5.781,50		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	18.223,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	830,54		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	533,54		
3.3.90.33.03.00.00.00	Taxas de Embarque, Seguro, Fretamento e Pedágio	297,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.385,00		
3.3.90.36.28.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	1.955,00		
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	430,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	419.534,30		
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	312,00		



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA**

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	14.424,00		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	8.600,66		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	3.880,00		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	1.321,08		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	6.174,40		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	4.782,24		
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	460,00		
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	17.132,02		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	3.700,16		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	11.102,75		
3.3.90.39.46.00.00.00	Serviços Domésticos	2.359,92		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	8.110,00		
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	249.181,53		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	25.400,42		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	770,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	19.240,85		
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	727,21		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	1.269,44		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	7.756,05		
3.3.90.39.88.00.00.00	Serviços de Publicidade e Propaganda	3.629,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	29.200,57		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	82.341,71		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxilio-Alimentação em Pecúnia	82.341,71		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	439,41		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	439,41		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	1.111,00		
3.3.90.93.01.00.00.00	Indenizações	1.055,00		
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	56,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			20.260,63
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			20.260,63
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		20.260,63	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	60,00		
4.4.90.51.80.00.00.00	Estudos e Projetos	60,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	20.200,63		
4.4.90.52.04.00.00.00	Aparelhos de Medição e Orientação	1.474,00		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	67,55		
4.4.90.52.08.00.00.00	Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp	2.824,08		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	6.480,00		
4.4.90.52.30.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	1.155,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	6.085,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	2.115,00		
			Total:	2.654.155,11

Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.3020/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

WALMOR S. DRESCH NETO STROHER  
 GESTOR DO FUNDO MUN. DE SAUDE

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
 CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Anexo 2 Cat Econômica Balanço 2013 FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Órgão: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			2.633.894,48
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.629.037,79
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.629.037,79	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.226.017,47		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	1.043.903,00		
3.1.90.11.42.00.00.00	férias indenizadas	2.691,87		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	95.350,83		
3.1.90.11.44.00.00.00	férias - abono pecuniário	1.040,37		
3.1.90.11.45.00.00.00	férias - abono constitucional	16.275,11		
3.1.90.11.46.00.00.00	férias - pagamento antecipado	66.756,29		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	391.186,62		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	100.248,20		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	290.938,42		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	11.833,70		
3.1.90.16.01.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	11.833,70		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.004.856,69
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		1.538,73	
3.3.71.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.538,73		
3.3.71.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Laborat	1.538,73		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.003.317,96	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	32.360,00		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	32.360,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	154.200,94		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	67.085,52		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	150,00		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	7.371,42		
3.3.90.30.09.00.00.00	Material Farmacológico	1.809,47		
3.3.90.30.10.00.00.00	Material Odontológico	20.940,28		
3.3.90.30.11.00.00.00	Material Químico	264,00		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	1.855,70		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	1.654,00		
3.3.90.30.19.00.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	168,16		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	786,71		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	4.942,13		
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	1.720,05		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	885,54		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	1.351,00		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	385,00		
3.3.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	30.155,23		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	11.480,05		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	515,00		
3.3.90.30.50.00.00.00	Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	300,00		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	381,68		
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiações Culturais, Artísticas, Desportivas e Outras	1.929,00		
3.3.90.31.99.00.00.00	Outras Premiações	1.929,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	308.186,06		
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	284.181,56		
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	5.781,50		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	18.223,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	830,54		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	533,54		
3.3.90.33.03.00.00.00	Taxas de Embarque, Seguro, Fretamento e Pedágio	297,00		



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Entidade : FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Órgão: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	2.385,00		
3.3.90.36.28.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	1.955,00		
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	430,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	419.534,30		
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	312,00		
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	14.424,00		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	8.600,66		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	3.880,00		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	1.321,08		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	6.174,40		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	4.782,24		
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	460,00		
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	17.132,02		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	3.700,16		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	11.102,75		
3.3.90.39.46.00.00.00	Serviços Domésticos	2.359,92		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	8.110,00		
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	249.181,53		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	25.400,42		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	770,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	19.240,85		
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	727,21		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	1.269,44		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	7.756,05		
3.3.90.39.88.00.00.00	Serviços de Publicidade e Propaganda	3.629,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	29.200,57		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	82.341,71		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxilio-Alimentação em Pecúnia	82.341,71		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	439,41		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	439,41		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	1.111,00		
3.3.90.93.01.00.00.00	Indenizações	1.055,00		
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	56,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			20.260,63
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			20.260,63
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		20.260,63	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	60,00		
4.4.90.51.80.00.00.00	Estudos e Projetos	60,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	20.200,63		
4.4.90.52.04.00.00.00	Aparelhos de Medição e Orientação	1.474,00		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	67,55		
4.4.90.52.08.00.00.00	Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp	2.824,08		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	6.480,00		
4.4.90.52.30.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	1.155,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	6.085,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	2.115,00		



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Página 3

Entidade : FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Órgão: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	2.115,00		
			Total da Unidade:	2.654.155,11
			Total do Órgão:	2.654.155,11
			Total da Entidade:	2.654.155,11
			TOTAL GERAL:	2.654.155,11

## Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.302/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

---

WALMOR S. DRESCH NETO STROHER  
GESTOR DO FUNDO MUN. DE SAUDE

---

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



Anexo 6 Balanço 2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 1

Entidade :FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA  
Órgão: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA  
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	Saúde			2.654.155,11	2.654.155,11
10.301	Atenção Básica			2.608.807,50	2.608.807,50
10.301.0016	SAUDE PARA TODOS			2.608.807,50	2.608.807,50
10.301.0016.2.017	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			2.608.807,50	2.608.807,50
10.304	Vigilância Sanitária			34.789,46	34.789,46
10.304.0016	SAUDE PARA TODOS			34.789,46	34.789,46
10.304.0016.2.018	MANUNTENCAO DOS SERVICOS DE VIGILANCIA SANITARIA			34.789,46	34.789,46
10.305	Vigilância Epidemiológica			7.885,97	7.885,97
10.305.0016	SAUDE PARA TODOS			7.885,97	7.885,97
10.305.0016.2.019	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA			7.885,97	7.885,97
10.306	Alimentação e Nutrição			2.672,18	2.672,18
10.306.0016	SAUDE PARA TODOS			2.672,18	2.672,18
10.306.0016.2.020	ALIMENTACAO E NUTRICAO			2.672,18	2.672,18
Total:					2.654.155,11



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 2

Entidade :FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA  
Órgão: 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA  
Unidade Orçamentária: 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
99	Reserva de Contingência				0,00
99.999	Reserva de Contingência				0,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTINGENCIA				0,00
99.999.9999.2.066	RESERVA DE CONTINGENCIA				0,00
Total:					0,00
Total da Entidade:					2.654.155,11
TOTAL GERAL:					2.654.155,11

Notas:  
As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.3020/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

WALMOR S. DRESCH NETO STROHER  
GESTOR DO FUNDO MUN. DE SAUDE

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



Anexo 7 Balanço 2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Demonstrativo de Funções,Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 1

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	Saúde			2.654.155,11	2.654.155,11
10.301	Atenção Básica			2.608.807,50	2.608.807,50
10.301.0016	SAUDE PARA TODOS			2.608.807,50	2.608.807,50
10.301.0016.2.017	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			2.532.336,41	2.532.336,41
10.301.0016.2.017	FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			76.471,09	76.471,09
10.304	Vigilância Sanitária			34.789,46	34.789,46
10.304.0016	SAUDE PARA TODOS			34.789,46	34.789,46
10.304.0016.2.018	MANUNTENCAO DOS SERVICOS DE VIGILANCIA SANITARIA			34.789,46	34.789,46
10.305	Vigilância Epidemiológica			7.885,97	7.885,97
10.305.0016	SAUDE PARA TODOS			7.885,97	7.885,97
10.305.0016.2.019	MANUNTENCAO DOS SERVICOS DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA			6.175,97	6.175,97
10.305.0016.2.019	MANUNTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA			1.710,00	1.710,00
10.305.0016.2.019	MANUNTENCAO DOS SERVICOS DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA			0,00	0,00
10.306	Alimentação e Nutrição			2.672,18	2.672,18
10.306.0016	SAUDE PARA TODOS			2.672,18	2.672,18
10.306.0016.2.020	ALIMENTACAO E NUTRICAO			2.672,18	2.672,18
99	Reserva de Contingência			0,00	0,00
99.999	Reserva de Contingência			0,00	0,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTIGENCIA			0,00	0,00
99.999.9999.2.066	RESERVA DE CONTIGENCIA			0,00	0,00

Total: 0,00 0,00 2.654.155,11 2.654.155,11

Notas:  
As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.302/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

WALMOR S. DRESCH NETO STROHER  
GESTOR DO FUNDO MUN. DE SAUDE

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Anexo 8 Balanço 2013 FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos  
Anexo 08 - Administração Direta

Página 1

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
10	Saúde	2.116.374,95	537.780,16	2.654.155,11
10.301	Atenção Básica	2.078.388,19	530.419,31	2.608.807,50
10.301.0016	SAUDE PARA TODOS	2.078.388,19	530.419,31	2.608.807,50
10.301.0016.2.017	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO DO FUNDO MUNI	2.078.388,19	530.419,31	2.608.807,50
10.304	Vigilância Sanitária	33.051,46	1.738,00	34.789,46
10.304.0016	SAUDE PARA TODOS	33.051,46	1.738,00	34.789,46
10.304.0016.2.018	MANUNTENCAO DOS SERVICOS DE VIGILANCIA SAN	33.051,46	1.738,00	34.789,46
10.305	Vigilância Epidemiológica	2.263,12	5.622,85	7.885,97
10.305.0016	SAUDE PARA TODOS	2.263,12	5.622,85	7.885,97
10.305.0016.2.019	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA VIGILÂNCIA EPIDE	2.263,12	5.622,85	7.885,97
10.306	Alimentação e Nutrição	2.672,18		2.672,18
10.306.0016	SAUDE PARA TODOS	2.672,18		2.672,18
10.306.0016.2.020	ALIMENTACAO E NUTRICAO	2.672,18		2.672,18
Total:		2.116.374,95	537.780,16	2.654.155,11

## Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.3020/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

WALMOR S. DRESCH NETO STROHER  
GESTOR DO FUNDO MUN. DE SAUDE

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



Anexo 9 Balanço 2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página 1

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

CÓDIGO	ÓRGÃOS	FUNÇÕES	LEGISLATIVA	JUDICIÁRIA	ESSENCIAL À JUSTIÇA	ADMINISTRAÇÃO	DEFESA NACIONAL	SEGURANÇA PÚBLICA
Entidade: FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA								
1	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES							
2	GABINETE DO PREFEITO							
3	GABINETE DO VICE PREFEITO							
4	ASSESSORIA JURIDICA							
5	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO							
6	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACA							
7	SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCI							
8	SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ES							
9	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBI							
10	ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO							
11	SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS							
12	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
13	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA							
14	FUNDO MUNICIPAL DIREITOS DA CRIANCA E							
15	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONC							
16	FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO							
99	RESERVA DE CONTINGENCIA							

Total da Entidade:

Total :



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

CÓDIGO	ÓRGÃOS	FUNÇÕES	RELAÇÕES EXTERIORES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	TRABALHO	EDUCAÇÃO
Entidade: FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA								
1	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES							
2	GABINETE DO PREFEITO							
3	GABINETE DO VICE PREFEITO							
4	ASSESSORIA JURIDICA							
5	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO							
6	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACA							
7	SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCI							
8	SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ES							
9	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBI							
10	ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO							
11	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS							
12	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					2.654.155,11		
13	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA							
14	FUNDO MUNICIPAL DIREITOS DA CRIANCA E							
15	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONC							
16	FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO							
99	RESERVA DE CONTINGENCIA							

Total da Entidade:

Total :

2.654.155,11

2.654.155,11



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Página 3

CÓDIGO	ÓRGÃOS	FUNÇÕES	CULTURA	DIREITOS DA CIDADANIA	URBANISMO	HABITAÇÃO	SANEAMENTO	GESTÃO AMBIENTAL
Entidade: FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA								
1	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES							
2	GABINETE DO PREFEITO							
3	GABINETE DO VICE PREFEITO							
4	ASSESSORIA JURIDICA							
5	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO							
6	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACA							
7	SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCI							
8	SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ES							
9	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBI							
10	ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO							
11	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS							
12	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
13	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA							
14	FUNDO MUNICIPAL DIREITOS DA CRIANCA E							
15	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONC							
16	FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO							
99	RESERVA DE CONTINGENCIA							

Total da Entidade:

Total :



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Página 4

CÓDIGO	ÓRGÃOS	FUNÇÕES	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	AGRICULTURA	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	COMUNICAÇÕES
Entidade: FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA								
1	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES							
2	GABINETE DO PREFEITO							
3	GABINETE DO VICE PREFEITO							
4	ASSESSORIA JURIDICA							
5	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO							
6	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACA							
7	SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCI/							
8	SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ES							
9	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBI							
10	ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO							
11	SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS							
12	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
13	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA							
14	FUNDO MUNICIPAL DIREITOS DA CRIANCA E							
15	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONC							
16	FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO							
99	RESERVA DE CONTINGENCIA							

Total da Entidade:

Total :



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Página 5

CÓDIGO	ÓRGÃOS	FUNÇÕES	ENERGIA	TRANSPORTES	DESPORTO E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
Entidade: FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA								
1	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES							
2	GABINETE DO PREFEITO							
3	GABINETE DO VICE PREFEITO							
4	ASSESSORIA JURIDICA							
5	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO							
6	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACAO							
7	SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOC/							
8	SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ES							
9	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBI							
10	ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO							
11	SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS							
12	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
13	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA							2.654.155,11
14	FUNDO MUNICIPAL DIREITOS DA CRIANCA E							
15	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONC							
16	FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO							
99	RESERVA DE CONTINGENCIA							

Total da Entidade:

2.654.155,11

Total :

2.654.155,11

Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.302/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

WALMOR S. DRESCH NETO STROHER	MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
GESTOR DO FUNDO MUN. DE SAUDE	CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Anexo 10 Balanço 2013 FMS**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Administração Direta

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
RECEITAS	752.200,00	896.697,43	231.309,42	86.811,99
RECEITAS CORRENTES	752.200,00	815.097,43	149.709,42	86.811,99
RECEITA TRIBUTARIA	14.103,00	12.588,30	0,00	1.514,70
TAXAS	14.103,00	12.588,30	0,00	1.514,70
Tx p/ Exercício do Poder de Polícia	14.103,00	12.588,30	0,00	1.514,70
Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	14.103,00	12.588,30	0,00	1.514,70
RECEITA PATRIMONIAL	19.130,00	32.669,60	14.205,52	665,92
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	19.130,00	32.669,60	14.205,52	665,92
Remuneração de Depósitos Bancários	19.130,00	32.669,60	14.205,52	665,92
Remuneração de Depósitos Bancários Vinculados	17.010,00	29.005,23	12.661,15	665,92
Rec. Renun. Dep. Banc. Vinc. ao fundo de Saúde	17.010,00	29.005,23	12.661,15	665,92
Rec.Rem.Dep.Banc.V.ao fundo de Saúde - Atenção Bás	12.100,00	22.704,85	10.604,85	0,00
Rec.Rem.Dep.Banc.V.ao fundo de Saúde - Vigilância	2.900,00	3.533,06	633,06	0,00
Rec.Rem.Dep.Banc.V.ao fundo de Saúde - Assistência	810,00	452,01	0,00	357,99
Rec.Rem.Dep.Banc.V.ao fundo de Saúde - Gestão do S	1.200,00	892,07	0,00	307,93
Rec.Rem.Dep.Banc. ao Fundo de Saúde - MAC	0,00	488,54	488,54	0,00
Rec.Rem.Dep.Banc.V.ao fundo de saúde PARTICIPA SUS	0,00	237,24	237,24	0,00
Rec.Rem.Dep.Banc.V.fdo saúde Teto Mun.Redegonha	0,00	0,17	0,17	0,00
Rec.Rem.Dep.Banc.Vinc.Fdo Saúde Requalificação UBS	0,00	697,29	697,29	0,00
Rem. Outros Depositos de Rec. Não Vinculados	2.120,00	3.664,37	1.544,37	0,00
Rem. Outros Depositos de Rec. Não Vinculados	2.120,00	3.664,37	1.544,37	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	718.967,00	769.839,53	135.503,90	84.631,37
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	718.967,00	749.839,53	115.503,90	84.631,37
Transferências da União	612.267,00	650.644,09	115.503,90	77.126,81
Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	612.267,00	650.644,09	115.503,90	77.126,81
Transferencia do SUS	5.032,00	0,00	0,00	5.032,00
Piso de Atencao Basica - PAB	153.613,00	132.165,40	0,00	21.447,60
Programa Farmacia Basica	44.442,00	26.157,90	0,00	18.284,10
Programa Vigilancia Sanitaria	21.309,00	56.556,58	35.247,58	0,00
Programa Vigilancia Epidemiologica	8.443,00	3.479,89	0,00	4.963,11
Programa Saude da Familia/PSF	166.000,00	138.600,00	0,00	27.400,00
Programa Agentes Comunitarios de Saude - PACS	105.000,00	147.252,00	42.252,00	0,00
Programa Saude Bucal - PSF	55.628,00	67.780,00	12.152,00	0,00
PMAQ - Programa de Melhoria do Acesso e da Qualida	52.800,00	72.600,00	19.800,00	0,00
MAC-Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulator	0,00	4.414,52	4.414,52	0,00
MAC - Teto Municipal Rede Cegonha (REC-RCEG)	0,00	237,80	237,80	0,00
Programa Saúde na Escola - PSE	0,00	1.400,00	1.400,00	0,00
Transferências dos Estados	106.700,00	99.195,44	0,00	7.504,56
Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	106.700,00	99.195,44	0,00	7.504,56
Programa Farmacia Basica	27.000,00	25.195,44	0,00	1.804,56
CO-Financiamento da Atencao Basica	79.700,00	74.000,00	0,00	5.700,00
Transf. de Conv.	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00
Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00
Transf. Conv. Estados p/ SUS	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00
Transf. Conv. Estado - PARTICIPA SUS	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	81.600,00	81.600,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	81.600,00	81.600,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	81.600,00	81.600,00	0,00
Transf. da União	0,00	81.600,00	81.600,00	0,00
Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde -SUS	0,00	81.600,00	81.600,00	0,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA**Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10  
Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Transf.Rec.SUS-Progr.Requalificação UBS-Construção	0,00	81.600,00	81.600,00	0,00
Totais:	752.200,00	896.697,43	231.309,42	86.811,99

## Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.3020/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

---

WALMOR S. DRESCH NETO STROHER  
GESTOR DO FUNDO MUN. DE SAUDE

---

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



Anexo 11 Balanço 2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 1

Entidade : FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
13 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA	2.975.126,44	0,00	2.975.126,44	320.971,33
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA	2.975.126,44	0,00	2.975.126,44	320.971,33
1301.10 Saúde	2.975.126,44	0,00	2.975.126,44	320.971,33
1301.10.301 Atenção Básica	2.891.616,44	0,00	2.891.616,44	282.808,94
13.01.10.301.0016 SAUDE PARA TODOS	2.891.616,44	0,00	2.891.616,44	282.808,94
13.01.10.301.0016.2.017 FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2.891.616,44	0,00	2.891.616,44	282.808,94
3.1.90.00.00.00.00.0.1.02 Aplicacoes Diretas	1.192.827,00	0,00	1.192.827,00	165,47
3.1.90.00.00.00.00.0.1.64 Aplicacoes Diretas	484.841,00	0,00	484.841,00	115.353,92
3.1.90.00.00.00.00.0.3.64 Aplicacoes Diretas	39.862,88	0,00	39.862,88	0,00
3.1.90.11.00.00.00.0.1.02 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	893.615,08		893.615,08	
3.1.90.11.00.00.00.0.1.64 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	276.072,25		276.072,25	
3.1.90.11.00.00.00.0.3.64 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	35.739,15		35.739,15	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.02 vencimentos e salários	736.550,65		736.550,65	
3.1.90.11.01.00.00.0.1.64 vencimentos e salários	254.415,50		254.415,50	
3.1.90.11.01.00.00.0.3.64 vencimentos e salários	35.739,15		35.739,15	
3.1.90.11.42.00.00.0.1.02 férias indenizadas	2.338,27		2.338,27	
3.1.90.11.42.00.00.0.1.64 férias indenizadas	353,60		353,60	
3.1.90.11.43.00.00.0.1.02 13º salário	84.117,35		84.117,35	
3.1.90.11.43.00.00.0.1.64 13º salário	9.634,24		9.634,24	
3.1.90.11.44.00.00.0.1.02 férias - abono pecuniário	1.040,37		1.040,37	
3.1.90.11.45.00.00.0.1.02 férias - abono constitucional	12.965,01		12.965,01	
3.1.90.11.45.00.00.0.1.64 férias - abono constitucional	2.917,20		2.917,20	
3.1.90.11.46.00.00.0.1.02 férias - pagamento antecipado	56.603,43		56.603,43	
3.1.90.11.46.00.00.0.1.64 férias - pagamento antecipado	8.751,71		8.751,71	
3.1.90.13.00.00.00.0.1.02 Obrigacoes Patronais	287.577,11		287.577,11	
3.1.90.13.00.00.00.0.1.64 Obrigacoes Patronais	93.050,47		93.050,47	
3.1.90.13.00.00.00.0.3.64 Obrigacoes Patronais	4.123,73		4.123,73	
3.1.90.13.01.00.00.0.1.02 FGTS	73.790,44		73.790,44	
3.1.90.13.01.00.00.0.1.64 FGTS	22.695,24		22.695,24	
3.1.90.13.01.00.00.0.3.64 FGTS	2.140,17		2.140,17	
3.1.90.13.02.00.00.0.1.02 Contribuições Previdenciárias - INSS	213.786,67		213.786,67	
3.1.90.13.02.00.00.0.1.64 Contribuições Previdenciárias - INSS	70.355,23		70.355,23	
3.1.90.13.02.00.00.0.3.64 Contribuições Previdenciárias - INSS	1.983,56		1.983,56	
3.1.90.16.00.00.00.0.1.02 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	11.469,34		11.469,34	
3.1.90.16.00.00.00.0.1.64 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	364,36		364,36	



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 2

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
13 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA	2.975.126,44	0,00	2.975.126,44	2.654.155,11	320.971,33
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA	2.975.126,44	0,00	2.975.126,44	2.654.155,11	320.971,33
1301.10 Saúde	2.975.126,44	0,00	2.975.126,44	2.654.155,11	320.971,33
1301.10.301 Atenção Básica	2.891.616,44	0,00	2.891.616,44	2.608.807,50	282.808,94
13.01.10.301.0016 SAUDE PARA TODOS	2.891.616,44	0,00	2.891.616,44	2.608.807,50	282.808,94
13.01.10.301.0016.2.017 FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2.891.616,44	0,00	2.891.616,44	2.608.807,50	282.808,94
3.1.90.16.01.00.00.0.1.02 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				11.469,34	
3.1.90.16.01.00.00.0.1.64 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				364,36	
3.3.71.00.00.00.00.0.1.02 Transferências a Consórcios Públicos	1.538,73	0,00	1.538,73	1.538,73	0,00
3.3.71.39.00.00.00.0.1.02 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.538,73	
3.3.71.39.50.00.00.0.0.1.02 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Laborat				1.538,73	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicacoes Diretas	128.023,00	0,00	128.023,00	122.395,89	5.627,11
3.3.90.00.00.00.00.0.1.02 Aplicacoes Diretas	763.204,87	0,00	763.204,87	747.569,49	15.635,38
3.3.90.00.00.00.00.0.1.23 Aplicacoes Diretas	7.900,00	0,00	7.900,00	7.900,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.64 Aplicacoes Diretas	140.000,00	0,00	140.000,00	46.048,89	93.951,11
3.3.90.00.00.00.00.0.1.65 Aplicacoes Diretas	2.950,79	0,00	2.950,79	2.764,90	185,89
3.3.90.00.00.00.00.0.1.67 Aplicacoes Diretas	72.252,00	0,00	72.252,00	38.412,25	33.839,75
3.3.90.00.00.00.00.0.1.70 Aplicacoes Diretas	6.232,00	0,00	6.232,00	0,00	6.232,00
3.3.90.00.00.00.00.0.3.67 Aplicacoes Diretas	11.361,62	0,00	11.361,62	10.153,18	1.208,44
3.3.90.00.00.00.00.0.3.70 Aplicacoes Diretas	14.000,00	0,00	14.000,00	11.226,05	2.773,95
3.3.90.14.00.00.00.0.1.00 Diárias - Civil				2.022,50	
3.3.90.14.00.00.00.0.1.02 Diárias - Civil				19.237,50	
3.3.90.14.00.00.00.0.1.64 Diárias - Civil				4.360,00	
3.3.90.14.00.00.00.0.1.65 Diárias - Civil				1.377,50	
3.3.90.14.00.00.00.0.3.70 Diárias - Civil				5.082,50	
3.3.90.14.14.00.00.0.1.00 Diárias no País - Civil				2.022,50	
3.3.90.14.14.00.00.0.1.02 Diárias no País - Civil				19.237,50	
3.3.90.14.14.00.00.0.1.64 Diárias no País - Civil				4.360,00	
3.3.90.14.14.00.00.0.1.65 Diárias no País - Civil				1.377,50	
3.3.90.14.14.00.00.0.3.70 Diárias no País - Civil				5.082,50	
3.3.90.30.00.00.00.0.1.00 Material de Consumo				8.966,77	
3.3.90.30.00.00.00.0.1.02 Material de Consumo				102.909,51	
3.3.90.30.00.00.00.0.1.64 Material de Consumo				29.154,89	
3.3.90.30.00.00.00.0.1.65 Material de Consumo				700,00	
3.3.90.30.00.00.00.0.3.70 Material de Consumo				3.780,00	



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 3

Entidade : FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
13 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA	2.975.126,44	0,00	2.975.126,44	2.654.155,11	320.971,33
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA	2.975.126,44	0,00	2.975.126,44	2.654.155,11	320.971,33
1301.10 Saúde	2.975.126,44	0,00	2.975.126,44	2.654.155,11	320.971,33
1301.10.301 Atenção Básica	2.891.616,44	0,00	2.891.616,44	2.608.807,50	282.808,94
13.01.10.301.0016 SAUDE PARA TODOS	2.891.616,44	0,00	2.891.616,44	2.608.807,50	282.808,94
13.01.10.301.0016.2.017 FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2.891.616,44	0,00	2.891.616,44	2.608.807,50	282.808,94
3.390.30.01.00.00.0.1.00 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				6.757,40	
3.390.30.01.00.00.0.1.02 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				50.197,77	
3.390.30.01.00.00.0.1.64 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				2.061,81	
3.390.30.01.00.00.0.1.65 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				700,00	
3.390.30.01.00.00.0.3.70 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				3.780,00	
3.390.30.04.00.00.0.1.00 Gás Engarrafado				50,00	
3.390.30.04.00.00.0.1.02 Gás Engarrafado				100,00	
3.390.30.07.00.00.0.1.00 Gêneros de Alimentação				533,88	
3.390.30.07.00.00.0.1.02 Gêneros de Alimentação				3.183,36	
3.390.30.07.00.00.0.1.64 Gêneros de Alimentação				982,00	
3.390.30.09.00.00.0.1.02 Material Farmacológico				1.809,47	
3.390.30.10.00.00.0.1.02 Material Odontológico				8.798,19	
3.390.30.10.00.00.0.1.64 Material Odontológico				12.142,09	
3.390.30.16.00.00.0.1.02 Material de Expediente				1.855,70	
3.390.30.17.00.00.0.1.02 Material de Processamento de Dados				1.563,00	
3.390.30.19.00.00.0.1.00 Material de Acondicionamento e Embalagem				55,16	
3.390.30.19.00.00.0.1.02 Material de Acondicionamento e Embalagem				113,00	
3.390.30.21.00.00.0.1.00 Material de Copa e Cozinha				132,50	
3.390.30.21.00.00.0.1.02 Material de Copa e Cozinha				654,21	
3.390.30.22.00.00.0.1.00 Material de Limpeza e Produção de Higienização				519,46	
3.390.30.22.00.00.0.1.02 Material de Limpeza e Produção de Higienização				4.422,67	
3.390.30.24.00.00.0.1.02 Material para Manutenção de Bens Imóveis				885,54	
3.390.30.25.00.00.0.1.02 Material para Manutenção de Bens Móveis				1.351,00	
3.390.30.26.00.00.0.1.02 Material Elétrico e Eletrônico				385,00	
3.390.30.36.00.00.0.1.02 Material Hospitalar				16.701,24	
3.390.30.36.00.00.0.1.64 Material Hospitalar				13.453,99	
3.390.30.39.00.00.0.1.00 Material para Manutenção de Veículos				848,37	
3.390.30.39.00.00.0.1.02 Material para Manutenção de Veículos				10.366,68	
3.390.30.44.00.00.0.1.64 Material de Sinalização Visual e Afins				515,00	



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 4

Entidade : FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
		Total		
13 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA	2.975.126,44	2.975.126,44	2.654.155,11	320.971,33
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA	2.975.126,44	2.975.126,44	2.654.155,11	320.971,33
1301.10 Saúde	2.975.126,44	2.975.126,44	2.654.155,11	320.971,33
1301.10.301 Atenção Básica	2.891.616,44	2.891.616,44	2.608.807,50	282.808,94
13.01.10.301.0016 SAUDE PARA TODOS	2.891.616,44	2.891.616,44	2.608.807,50	282.808,94
13.01.10.301.0016.2.017 FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2.891.616,44	2.891.616,44	2.608.807,50	282.808,94
3.390.30.50.00.00.0.1.02 Bandeiras, Flâmulas e Insignias			300,00	
3.390.30.99.00.00.0.1.00 Outros Materiais de Consumo			70,00	
3.390.30.99.00.00.0.1.02 Outros Materiais de Consumo			222,68	
3.390.31.00.00.00.0.1.02 Premiacoes Culturais,Artist.Cientif.Despor. e Out			1.929,00	
3.390.31.99.00.00.0.1.02 Outras Premiações			1.929,00	
3.390.32.00.00.00.0.1.00 Material de Distribuicao Gratuita			41.572,62	
3.390.32.00.00.00.0.1.02 Material de Distribuicao Gratuita			211.478,61	
3.390.32.00.00.00.0.1.64 Material de Distribuicao Gratuita			4.944,40	
3.390.32.00.00.00.0.1.67 Material de Distribuicao Gratuita			38.412,25	
3.390.32.00.00.00.0.3.67 Material de Distribuicao Gratuita			10.068,18	
3.390.32.02.00.00.0.1.00 Medicamentos			29.076,62	
3.390.32.02.00.00.0.1.02 Medicamentos			201.940,11	
3.390.32.02.00.00.0.1.64 Medicamentos			4.684,40	
3.390.32.02.00.00.0.1.67 Medicamentos			38.412,25	
3.390.32.02.00.00.0.3.67 Medicamentos			10.068,18	
3.390.32.03.00.00.0.1.00 Gêneros Alimentícios			1.459,50	
3.390.32.03.00.00.0.1.02 Gêneros Alimentícios			4.062,00	
3.390.32.03.00.00.0.1.64 Gêneros Alimentícios			260,00	
3.390.32.99.00.00.0.1.00 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			11.036,50	
3.390.32.99.00.00.0.1.02 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			5.476,50	
3.390.33.00.00.00.0.1.00 Passagens e Despesas com Locomocao			121,60	
3.390.33.00.00.00.0.1.02 Passagens e Despesas com Locomocao			334,14	
3.390.33.00.00.00.0.1.64 Passagens e Despesas com Locomocao			350,00	
3.390.33.00.00.00.0.3.70 Passagens e Despesas com Locomocao			24,80	
3.390.33.01.00.00.0.1.02 Passagens Para o País			183,54	
3.390.33.01.00.00.0.1.64 Passagens Para o País			350,00	
3.390.33.03.00.00.0.1.00 Taxas de Embarque, Seguro, Fretamento e Pedágio			121,60	
3.390.33.03.00.00.0.1.02 Taxas de Embarque, Seguro, Fretamento e Pedágio			150,60	
3.390.33.03.00.00.0.3.70 Taxas de Embarque, Seguro, Fretamento e Pedágio			24,80	



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 5

Entidade : FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
13 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA	2.975.126,44	0,00	2.975.126,44	2.654.155,11	320.971,33
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA	2.975.126,44	0,00	2.975.126,44	2.654.155,11	320.971,33
1301.10 Saúde	2.975.126,44	0,00	2.975.126,44	2.654.155,11	320.971,33
1301.10.301 Atenção Básica	2.891.616,44	0,00	2.891.616,44	2.608.807,50	282.808,94
13.01.10.301.0016 SAUDE PARA TODOS	2.891.616,44	0,00	2.891.616,44	2.608.807,50	282.808,94
13.01.10.301.0016.2.017 FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2.891.616,44	0,00	2.891.616,44	2.608.807,50	282.808,94
3.390.36.00.00.00.0.1.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	100,00			100,00	
3.390.36.00.00.00.0.1.02 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	280,00			280,00	
3.390.36.00.00.00.0.1.64 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.955,00			1.955,00	
3.390.36.28.00.00.0.0.1.64 Serviços de Seleção e Treinamento	1.955,00			1.955,00	
3.390.36.99.00.00.0.0.1.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	100,00			100,00	
3.390.36.99.00.00.0.0.1.02 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	280,00			280,00	
3.390.39.00.00.00.0.0.1.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	62.326,82			62.326,82	
3.390.39.00.00.00.0.0.1.02 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	336.932,69			336.932,69	
3.390.39.00.00.00.0.0.1.23 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	7.900,00			7.900,00	
3.390.39.00.00.00.0.0.1.64 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.042,10			5.042,10	
3.390.39.00.00.00.0.0.1.65 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	687,40			687,40	
3.390.39.00.00.00.0.0.3.67 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	85,00			85,00	
3.390.39.00.00.00.0.0.3.70 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.338,75			2.338,75	
3.390.39.01.00.00.0.0.1.02 Assinatura de Periódicos e Anuidades	312,00			312,00	
3.390.39.08.00.00.0.0.1.02 Manutenção de Software	14.424,00			14.424,00	
3.390.39.11.00.00.0.0.1.00 Locação de Softwares	1.200,00			1.200,00	
3.390.39.11.00.00.0.0.1.02 Locação de Softwares	7.400,86			7.400,86	
3.390.39.15.00.00.0.0.1.00 Limpeza de Veículos	790,00			790,00	
3.390.39.15.00.00.0.0.1.02 Limpeza de Veículos	2.910,00			2.910,00	
3.390.39.16.00.00.0.0.1.00 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	461,70			461,70	
3.390.39.16.00.00.0.0.1.02 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	859,38			859,38	
3.390.39.17.00.00.0.0.1.00 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	1.175,00			1.175,00	
3.390.39.17.00.00.0.0.1.02 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	4.999,40			4.999,40	
3.390.39.19.00.00.0.0.1.00 Manutenção e Conservação de Veículos	126,50			126,50	
3.390.39.19.00.00.0.0.1.02 Manutenção e Conservação de Veículos	4.576,74			4.576,74	
3.390.39.20.00.00.0.0.1.00 Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	460,00			460,00	
3.390.39.28.00.00.0.0.1.02 Coleta de Lixo e Demais Resíduos	17.132,02			17.132,02	
3.390.39.41.00.00.0.0.1.00 Fornecimento de Alimentação	460,90			460,90	
3.390.39.41.00.00.0.0.1.02 Fornecimento de Alimentação	2.158,64			2.158,64	



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 6

Entidade : FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
13 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA	2.975.126,44	0,00	2.975.126,44	2.654.155,11	320.971,33
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA	2.975.126,44	0,00	2.975.126,44	2.654.155,11	320.971,33
1301.10 Saúde	2.975.126,44	0,00	2.975.126,44	2.654.155,11	320.971,33
1301.10.301 Atenção Básica	2.891.616,44	0,00	2.891.616,44	2.608.807,50	282.808,94
13.01.10.301.0016 SAUDE PARA TODOS	2.891.616,44	0,00	2.891.616,44	2.608.807,50	282.808,94
13.01.10.301.0016.2.017 FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2.891.616,44	0,00	2.891.616,44	2.608.807,50	282.808,94
3.390.39.41.00.00.00.0.1.64 Fornecimento de Alimentação				802,82	
3.390.39.43.00.00.00.0.1.00 Serviços de Energia Elétrica				4.794,57	
3.390.39.43.00.00.00.0.1.02 Serviços de Energia Elétrica				6.308,18	
3.390.39.46.00.00.00.0.1.02 Serviços Domésticos				2.359,92	
3.390.39.48.00.00.00.0.1.23 Serviços de Seleção e Treinamento				7.900,00	
3.390.39.48.00.00.00.0.1.64 Serviços de Seleção e Treinamento				210,00	
3.390.39.50.00.00.00.0.1.00 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor				32.885,40	
3.390.39.50.00.00.00.0.1.02 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor				210.699,88	
3.390.39.50.00.00.00.0.1.64 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor				2.492,50	
3.390.39.50.00.00.00.0.1.65 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor				680,00	
3.390.39.50.00.00.00.0.3.67 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor				85,00	
3.390.39.50.00.00.00.0.3.70 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor				2.338,75	
3.390.39.58.00.00.00.0.1.00 Serviços de Telecomunicações				6.395,28	
3.390.39.58.00.00.00.0.1.02 Serviços de Telecomunicações				19.005,14	
3.390.39.63.00.00.00.0.1.02 Serviços Gráficos e Editoriais				770,00	
3.390.39.69.00.00.00.0.1.00 seguros em Geral				351,73	
3.390.39.69.00.00.00.0.1.02 seguros em Geral				17.693,44	
3.390.39.77.00.00.00.0.1.02 Vigilância Ostensiva/Monitorada				727,21	
3.390.39.81.00.00.00.0.1.00 Serviços Bancários				191,42	
3.390.39.81.00.00.00.0.1.02 Serviços Bancários				1.063,22	
3.390.39.81.00.00.00.0.1.64 Serviços Bancários				7,40	
3.390.39.81.00.00.00.0.1.65 Serviços Bancários				7,40	
3.390.39.83.00.00.00.0.1.00 Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos				3.131,20	
3.390.39.83.00.00.00.0.1.02 Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos				4.624,85	
3.390.39.88.00.00.00.0.1.00 Serviços de Publicidade e Propaganda				567,00	
3.390.39.88.00.00.00.0.1.02 Serviços de Publicidade e Propaganda				630,00	
3.390.39.99.00.00.00.0.1.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				9.336,12	
3.390.39.99.00.00.00.0.1.02 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				18.278,01	
3.390.39.99.00.00.00.0.1.64 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.529,38	



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 7

Entidade : FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
13 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA	2.975.126,44	0,00	2.975.126,44	2.654.155,11	320.971,33
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA	2.975.126,44	0,00	2.975.126,44	2.654.155,11	320.971,33
1301.10 Saúde	2.975.126,44	0,00	2.975.126,44	2.654.155,11	320.971,33
1301.10.301 Atenção Básica	2.891.616,44	0,00	2.891.616,44	2.608.807,50	282.808,94
13.01.10.301.0016 SAUDE PARA TODOS	2.891.616,44	0,00	2.891.616,44	2.608.807,50	282.808,94
13.01.10.301.0016.2.017 FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2.891.616,44	0,00	2.891.616,44	2.608.807,50	282.808,94
3.3.90.46.00.00.00.0.1.00 Auxilio-Alimentacao				7.065,24	
3.3.90.46.00.00.00.0.1.02 Auxilio-Alimentacao				73.380,47	
3.3.90.46.01.00.00.0.0.1.00 Auxilio-Alimentação em Pecúnia				7.065,24	
3.3.90.46.01.00.00.0.0.1.02 Auxilio-Alimentação em Pecúnia				73.380,47	
3.3.90.47.00.00.00.0.0.1.00 Obrigacoes Tributarias e Contributivas				164,34	
3.3.90.47.00.00.00.0.0.1.02 Obrigacoes Tributarias e Contributivas				275,07	
3.3.90.47.18.00.00.00.0.1.00 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF				164,34	
3.3.90.47.18.00.00.00.0.1.02 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF				275,07	
3.3.90.93.00.00.00.0.1.00 Indenizacoes e Restituicoes				56,00	
3.3.90.93.00.00.00.0.1.02 Indenizacoes e Restituicoes				812,50	
3.3.90.93.00.00.00.0.1.64 Indenizacoes e Restituicoes				242,50	
3.3.90.93.01.00.00.0.0.1.02 Indenizações				812,50	
3.3.90.93.01.00.00.0.0.1.64 Indenizações				242,50	
3.3.90.93.02.00.00.0.0.1.00 Restituições				56,00	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.02 Aplicacoes Diretas					
4.4.90.00.00.00.00.0.3.64 Aplicacoes Diretas					
4.4.90.51.00.00.00.0.1.02 Obras e Instalacoes					
4.4.90.51.80.00.00.0.1.02 Estudos e Projetos					
4.4.90.52.00.00.00.0.1.02 Equipamentos e Material Permanente					
4.4.90.52.00.00.00.0.3.64 Equipamentos e Material Permanente					
4.4.90.52.06.00.00.0.1.02 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação					
4.4.90.52.08.00.00.0.3.64 Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp					
4.4.90.52.12.00.00.0.1.02 Aparelhos e Utensílios Domésticos					
4.4.90.52.30.00.00.0.1.02 Máquinas e Equipamentos Energéticos					
4.4.90.52.35.00.00.0.1.02 Equipamentos de Processamento de Dados					
4.4.90.52.42.00.00.0.1.02 Mobiliário em Geral					
4.4.90.52.42.00.00.0.3.64 Mobiliário em Geral					
	14.222,55	0,00	14.222,55	14.222,55	0,00
	12.400,00	0,00	12.400,00	4.564,08	7.835,92
				60,00	
				60,00	
				14.162,55	
				4.564,08	
				67,55	
				2.824,08	
				6.480,00	
				1.155,00	
				6.085,00	
				375,00	
				1.740,00	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 8

Entidade : FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
13 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA	2.975.126,44	0,00	2.975.126,44	2.654.155,11	320.971,33
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA	2.975.126,44	0,00	2.975.126,44	2.654.155,11	320.971,33
1301.10 Saúde	2.975.126,44	0,00	2.975.126,44	2.654.155,11	320.971,33
1301.10.304 Vigilância Sanitária	46.000,00	0,00	46.000,00	34.789,46	11.210,54
13.01.10.304.0016 SAUDE PARA TODOS	46.000,00	0,00	46.000,00	34.789,46	11.210,54
13.01.10.304.0016.2.018 MANUTENCAO DOS SERVICOS DE VIGILANCIA SANITARIA	46.000,00	0,00	46.000,00	34.789,46	11.210,54
3.190.00.00.00.00.0.1.02 Aplicacoes Diretas	27.600,00	0,00	27.600,00	27.026,30	573,70
3.190.11.00.00.00.0.1.02 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				20.590,99	
3.190.11.01.00.00.0.1.02 vencimentos e salários				17.197,70	
3.190.11.43.00.00.0.1.02 13º salário				1.599,24	
3.190.11.45.00.00.0.1.02 férias - abono constitucional				392,90	
3.190.11.46.00.00.0.1.02 férias - pagamento antecipado				1.401,15	
3.190.13.00.00.00.0.1.02 Obrigacoes Patronais				6.435,31	
3.190.13.01.00.00.0.1.02 FGTS				1.622,35	
3.190.13.02.00.00.0.1.02 Contribuições Previdenciárias - INSS				4.812,96	
3.390.00.00.00.00.0.1.02 Aplicacoes Diretas				6.025,16	874,84
3.390.00.00.00.00.0.1.66 Aplicacoes Diretas	6.900,00	0,00	6.900,00	264,00	6.736,00
3.390.30.00.00.00.0.1.02 Material de Consumo	7.000,00	0,00	7.000,00	2.587,42	
3.390.30.01.00.00.0.1.02 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				264,00	
3.390.30.11.00.00.0.1.66 Material Químico				2.233,42	
3.390.30.39.00.00.0.1.02 Material para Manutenção de Veículos				264,00	
3.390.30.99.00.00.0.1.02 Outros Materiais de Consumo				265,00	
3.390.36.00.00.00.0.1.02 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				89,00	
3.390.36.99.00.00.0.1.02 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				50,00	
3.390.39.00.00.00.0.1.02 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				50,00	
3.390.39.15.00.00.0.1.02 Limpeza de Veículos				1.491,74	
3.390.39.19.00.00.0.1.02 Manutenção e Conservação de Veículos				160,00	
3.390.39.69.00.00.0.1.02 seguros em Geral				79,00	
3.390.39.99.00.00.0.1.02 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.195,68	
3.390.46.00.00.00.0.1.02 Auxílio-Alimentacao				57,06	
3.390.46.01.00.00.0.1.02 Auxilio-Alimentação em Pecúnia				1.896,00	
4.490.00.00.00.00.0.1.66 Aplicacoes Diretas				1.896,00	
4.490.52.00.00.00.0.1.66 Equipamentos e Material Permanente	4.500,00	0,00	4.500,00	1.474,00	3.026,00
4.490.52.04.00.00.0.1.66 Aparelhos de Medição e Orientação				1.474,00	



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 9

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
13 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA	2.975.126,44	0,00	2.975.126,44	2.654.155,11	320.971,33
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA	2.975.126,44	0,00	2.975.126,44	2.654.155,11	320.971,33
1301.10 Saúde	2.975.126,44	0,00	2.975.126,44	2.654.155,11	320.971,33
1301.10.305 Vigilância Epidemiológica	29.710,00	0,00	29.710,00	7.885,97	21.824,03
13.01.10.305.0016 SAUDE PARA TODOS	29.710,00	0,00	29.710,00	7.885,97	21.824,03
13.01.10.305.0016.2.019 MANUNTENCAO DOS SERVICOS DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	29.710,00	0,00	29.710,00	7.885,97	21.824,03
3.3.90.00.00.00.00.0.1.02 Aplicacoes Diretas	6.848,00	0,00	6.848,00	2.263,12	4.584,88
3.3.90.00.00.00.00.0.1.66 Aplicacoes Diretas	17.152,00	0,00	17.152,00	3.912,85	13.239,15
3.3.90.00.00.00.00.0.3.66 Aplicacoes Diretas	1.710,00	0,00	1.710,00	1.710,00	0,00
3.3.90.14.00.00.00.0.1.02 Diarias - Civil				280,00	280,00
3.3.90.14.14.00.00.0.1.02 Diárias no País - Civil				280,00	280,00
3.3.90.30.00.00.00.0.1.02 Material de Consumo				1.355,12	1.355,12
3.3.90.30.00.00.00.0.1.66 Material de Consumo				1.811,05	1.811,05
3.3.90.30.01.00.00.0.1.02 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				1.355,12	1.355,12
3.3.90.30.17.00.00.0.1.66 Material de Processamento de Dados				91,00	91,00
3.3.90.30.23.00.00.0.1.66 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				1.720,05	1.720,05
3.3.90.32.00.00.00.0.3.66 Material de Distribuicao Gratuita				1.710,00	1.710,00
3.3.90.32.99.00.00.0.3.66 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				1.710,00	1.710,00
3.3.90.39.00.00.00.0.1.02 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				628,00	628,00
3.3.90.39.00.00.00.0.1.66 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.101,80	2.101,80
3.3.90.39.15.00.00.0.1.02 Limpeza de Veículos				20,00	20,00
3.3.90.39.41.00.00.0.1.66 Fornecimento de Alimentação				277,80	277,80
3.3.90.39.88.00.00.0.1.02 Serviços de Publicidade e Propaganda				608,00	608,00
3.3.90.39.88.00.00.0.1.66 Serviços de Publicidade e Propaganda				1.824,00	1.824,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.66 Aplicacoes Diretas	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
1301.10.306 Alimentação e Nutrição	7.800,00	0,00	7.800,00	2.672,18	5.127,82
13.01.10.306.0016 SAUDE PARA TODOS	7.800,00	0,00	7.800,00	2.672,18	5.127,82
13.01.10.306.0016.2.020 ALIMENTACAO E NUTRICAO	7.800,00	0,00	7.800,00	2.672,18	5.127,82
3.3.90.00.00.00.00.0.1.02 Aplicacoes Diretas				2.672,18	5.127,82
3.3.90.30.00.00.00.0.1.02 Material de Consumo				2.672,18	5.127,82
3.3.90.30.07.00.00.0.1.02 Gêneros de Alimentação				2.672,18	5.127,82



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página 10

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
99 RESERVA DE CONTINGENCIA	8.200,00	0,00	8.200,00	0,00	8.200,00
99 99 RESERVA DE CONTINGENCIA	8.200,00	0,00	8.200,00	0,00	8.200,00
9999 99 Reserva de Contingência	8.200,00	0,00	8.200,00	0,00	8.200,00
9999 99 999 Reserva de Contingência	8.200,00	0,00	8.200,00	0,00	8.200,00
99 99 999 9999 RESERVA DE CONTINGENCIA	8.200,00	0,00	8.200,00	0,00	8.200,00
99 99 999 999 2.066 RESERVA DE CONTINGENCIA	8.200,00	0,00	8.200,00	0,00	8.200,00
9 9 99 00 00 00 00 0.1 00 RESERVA DE CONTINGENCIA	8.200,00	0,00	8.200,00	0,00	8.200,00
Total por Entidade:	2.983.326,44	0,00	2.983.326,44	2.654.155,11	329.171,33
Total Geral:	2.983.326,44	0,00	2.983.326,44	2.654.155,11	329.171,33

Notas:  
As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.302/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

WALMOR S. DRESCH NETO STROHER  
GESTOR DO FUNDO MUN. DE SAUDE

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Anexo 12 Balanço 2013 FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA**Anexo 12 - Balanço Orçamentário  
Administração DiretaBetha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página: 1

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
Receitas Correntes	752.200,00	815.097,43	-62.897,43	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENT/	2.983.326,44	2.654.155,11	329.171,33
Receita Tributária	14.103,00	12.588,30	1.514,70	Despesas Corrente	2.940.003,89	2.633.894,48	306.109,41
Receita Patrimonial	19.130,00	32.669,60	-13.539,60	Despesas de Capital	43.322,55	20.260,63	23.061,92
Transferências Correntes	718.967,00	769.839,53	-50.872,53				
Receitas de Capital	0,00	81.600,00	-81.600,00				
Transferências de Capital	0,00	81.600,00	-81.600,00				
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	2.140.168,00	-2.140.168,00				
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	2.140.168,00	-2.140.168,00				
SOMA	752.200,00	3.036.865,43	-2.284.665,43	SOMA	2.983.326,44	2.654.155,11	329.171,33
DÉFICIT	2.231.126,44	0,00	2.231.126,44	SUPERÁVIT	0,00	382.710,32	-382.710,32
TOTAL	2.983.326,44	3.036.865,43	-53.538,99	TOTAL	2.983.326,44	3.036.865,43	-53.538,99

## Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.302/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

WALMOR S. DRESCH NETO STROHER  
GESTOR DO FUNDO MUN. DE SAUDEMARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Anexo 13 Balanço 2013 FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA**

Anexo 13 - Balanço Financeiro

Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>3.036.865,43</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>2.654.155,11</b>
<b>Receitas</b>	<b>896.697,43</b>	<b>Despesas</b>	<b>2.654.155,11</b>
Receitas Correntes	815.097,43	Despesas Correntes	2.633.894,48
Receita Tributária	12.588,30	Pessoal e Encargos Sociais	1.629.037,79
Receita Patrimonial	32.669,60	Outras Despesas Correntes	1.004.856,69
Transferências Correntes	769.839,53	Despesas de Capital	20.260,63
Receitas de Capital	81.600,00	Investimentos	20.260,63
Transferências de Capital	81.600,00		
<b>INTERFERÊNCIAS ATIVAS</b>	<b>2.140.168,00</b>		
Transferências Financeiras Recebidas	2.140.168,00		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>268.196,95</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>279.293,25</b>
Realizável	36.481,71	Realizável	36.481,71
Créditos em Circulação	36.481,71	Créditos em Circulação	36.481,71
Depósitos	214.653,59	Depósitos	214.653,59
Consignações	214.653,59	Consignações	214.653,59
Restos a Pagar	6.685,55	Restos a Pagar	28.157,95
Obrigações a Pagar	6.685,55	Obrigações a Pagar	28.157,95
Fornecedores	1.343,81	Fornecedores	1.424,13
Restos a Pagar Não Processados	5.341,74	Restos a Pagar Não Processados	26.733,82
Acréscimos Patrimoniais	10.376,10		
<b>SOMA</b>	<b>3.305.062,38</b>	<b>SOMA</b>	<b>2.933.448,36</b>
<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>478.166,74</b>	<b>SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE</b>	<b>849.780,76</b>
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	21.512,50	Bancos Conta Movimento	51.898,47
Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	456.654,24	Bancos Conta Vinculada	797.882,29
<b>TOTAL</b>	<b>3.783.229,12</b>	<b>TOTAL</b>	<b>3.783.229,12</b>

## Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.3020/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

\_\_\_\_\_  
WALMOR S. DRESCH NETO STROHER  
GESTOR DO FUNDO MUN. DE SAUDE

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Anexo 14 Balanço 2013 FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA**

Anexo 14 - Balanço Patrimonial

Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício 2013  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página: 1

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
<b>FINANCEIRO</b>	<b>849.780,76</b>	<b>FINANCEIRO</b>	<b>6.685,55</b>
DISPONÍVEL	849.780,76	RESTOS A PAGAR	6.685,55
Bancos Conta Movimento	51.898,47	Obrigações a Pagar	6.685,55
Bancos Conta Vinculada	797.882,29		
<b>PERMANENTE</b>	<b>934.722,76</b>		
IMOBILIZADO	934.722,76		
Bens Imóveis	117.409,02		
Bens Móveis	817.313,74		
<b>ATIVO REAL</b>	<b>1.784.503,52</b>	<b>PASSIVO REAL</b>	<b>6.685,55</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>0,00</b>	<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>1.777.817,97</b>
PASSIVO REAL A DESCOBERTO	0,00	ATIVO REAL LÍQUIDO	1.777.817,97
<b>COMPENSADO</b>	<b>849.780,76</b>	<b>COMPENSADO</b>	<b>849.780,76</b>
Execução da Programação Financeira	849.780,76	Execução da Programação Financeira	849.780,76
<b>TOTAL</b>	<b>2.634.284,28</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.634.284,28</b>

## Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.3020/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

\_\_\_\_\_  
WALMOR S. DRESCH NETO STROHER  
GESTOR DO FUNDO MUN. DE SAUDE

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Anexo 15 Balanço 2013 FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA**

Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais

Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página: 1

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
Títulos	Valor R\$	Títulos	Valor R\$
<b>RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	
<b>Receitas</b>	<b>896.697,43</b>	<b>Despesas</b>	<b>2.654.155,11</b>
Receitas Correntes	815.097,43	Despesas Correntes	2.633.894,48
Receita Tributária	12.588,30	Pessoal e Encargos Sociais	1.629.037,79
Receita Patrimonial	32.669,60	Outras despesas correntes	1.004.856,69
Transferências Correntes	769.839,53	Despesas de Capital	20.260,63
Receitas de Capital	81.600,00	Investimentos	20.260,63
Transferências de Capital	81.600,00		
<b>INTERFERÊNCIAS ATIVAS</b>	<b>2.140.168,00</b>		
Transferências Financeiras Recebidas	2.140.168,00		
<b>MUTAÇÕES PATRIMONIAIS</b>		<b>MUTAÇÕES PATRIMONIAIS</b>	
<b>INCORPORAÇÕES DE ATIVOS</b>	<b>20.260,63</b>		
Aquisições de Bens	20.260,63		
Bens Imóveis	60,00		
Bens Móveis	20.200,63		
<b>INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	
<b>ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS</b>	<b>21.337,10</b>		
Incorporações de Ativos	10.961,00		
Incorporação de Bens Móveis	10.961,00		
Bens Móveis de Uso Permanente	10.961,00		
Aquisição	10.961,00		
Cancelamento de Restos a Pagar	10.376,10		
<b>Total das Variações Ativas</b>	<b>3.078.463,16</b>	<b>Total das Variações Passivas</b>	<b>2.654.155,11</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>		<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>	
		<b>Superávit Verificado</b>	<b>424.308,05</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.078.463,16</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.078.463,16</b>

## Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.3020/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

\_\_\_\_\_  
WALMOR S. DRESCH NETO STROHER  
GESTOR DO FUNDO MUN. DE SAUDE

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Anexo 16 Balanço 2013 FMS**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA**  
Anexo 16 - Demonstração da Dívida Fundada  
Administração Direta

Betha Sistemas  
Exercício 2013

Página: 1

Autorizações				Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
Leis (Nº e Data)	Nº Contrato	Qtde.	Valor da Emissão (R\$)			Inscrição	Baixa	

**Notas:**

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.302/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

\_\_\_\_\_  
WALMOR S. DRESCH NETO STROHER  
GESTOR DO FUNDO MUN. DE SAUDE

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Anexo 17 Balanço 2013 FMS**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA**  
 Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante  
 Administração Direta

Betha Sistemas  
 Exercício 2013  
 Período: Janeiro à Dezembro  
 Página: 1

Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
DEPÓSITOS				
Consignações	0,00	214.653,59	214.653,59	0,00
SUBTOTAL	0,00	214.653,59	214.653,59	0,00
RESTOS A PAGAR				
Obrigações a Pagar				
Fornecedores	1.424,13	1.343,81	1.424,13	1.343,81
Restos a Pagar Não Processados	26.733,82	5.341,74	26.733,82	5.341,74
SUBTOTAL	28.157,95	6.685,55	28.157,95	6.685,55
TOTAL GERAL	28.157,95	221.339,14	242.811,54	6.685,55

**Notas:**

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.3020/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Informamos também que juntamente com os balanços apresentados encontra-se uma NOTA EXPLICATIVA com todas as observações pertinentes a estes balanços.

Luzerna, 28/02/2014

\_\_\_\_\_  
 WALMOR S. DRESCH NETO STROHER  
 GESTOR DO FUNDO MUN. DE SAUDE

\_\_\_\_\_  
 MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
 CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Macieira****PREFEITURA****Aviso de Licitação\_ Aquisição de Caminhão**

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0009/2014

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0012/2014

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. Emerson Zanella, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0012/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0009/2014, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que até 09h00min, do dia 1º de abril de 2014, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3100, de 02 de janeiro de 2014, estará recebendo propostas para a aquisição de um (um) caminhão chassi, novo, motor a diesel, tração 6X4 (traçado), para uso da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, a ser entregue conforme as exigências e demais características especificadas no anexo I do Edital e conforme Contrato de Repasse de Recursos nº. 783972/ MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO/CAIXA, firmado entre o município de Macieira e a União Federal por intermédio da Caixa Econômica Federal.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 01/04/2014, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0009/2014, através do e-mail [compras2@macieira.sc.gov.br](mailto:compras2@macieira.sc.gov.br) ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2019, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira – SC, 19 de março de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

**Maracajá****PREFEITURA****Aviso da Licitação 06/2014\_Fms**

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Maracajá

Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 06/2014 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: Aquisição parcelada de material odontológico para manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Maracajá, durante o exercício 2014.

Abertura da Sessão: a partir das 14:00 horas do dia 01/04/2014.

Local e cópia do Edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 08:30 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas, em dias úteis. Fone/fax (48) 3523-1111; e-mail: [licitacao@maracaja.sc.gov.br](mailto:licitacao@maracaja.sc.gov.br).

VILMAR LEANDRO

Gestor do FMS



**Maravilha****PREFEITURA****Extrato Licitação**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 1280/2014 - Modalidade Pregão Presencial n. 014/2014

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a comissão de licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial a aquisição de capinadeira a fogo para secretaria de transporte, obras e urbanismo do Município de Maravilha, tipo Menor Preço por Item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520 e 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas no dia 01 de abril de 2014 às 09h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 18 de março de 2014.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita de Maravilha.

**Extrato de Licitação**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 1.303/2014 – Modalidade de Concorrência Pública n. 001/2014.

Valor da orçado da obra: 975.988,05

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações do Município de Maravilha, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Concorrência Pública, a contratação de empresa para execução de reforma e ampliação do ginásio municipal de esportes, tipo menor preço global, cujo processo licitatório é regido pela Lei 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas no dia 09 de maio de 2014, às 09h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 19 de março de 2014.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita de Maravilha.

**Marema****PREFEITURA****Pregão Presencial 06/2014**

Município de Marema - Pregão Presencial n. 010/2014.

A Prefeitura Municipal de Marema - SC, FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 010/2014 - Licitação na Modalidade de Pregão Presencial n. 006/2014, para Locação de sistemas de gestão publica. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 02/04/2014, às 09h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 02/04/2014 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da integra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h30 às 17h30min ainda, pelo telefone (0xx49)33540222.

Marema, 18 de março de 2014  
VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal



# Massaranduba

## PREFEITURA

### Decreto Nº 2890 de 11 de Março de 2014

DECRETO Nº 2890 DE 11 DE MARÇO DE 2014

Regulamenta o Concurso nº 001/2014 do Município de Massaranduba.

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições, DECRETA:

#### CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O ingresso de pessoal, a qualquer título, no âmbito da Administração do Município, somente poderá ocorrer mediante classificação em concurso público.

§ 1º Os concursos para seleção de candidatos serão realizados sempre que a Administração julgar oportuno e reger-se-ão pelas normas contidas no presente regulamento.

Art. 2º O prazo de validade do Concurso será de 02 (dois) anos, a contar da publicação da homologação dos resultados podendo ser prorrogado, uma vez, por igual período.

Parágrafo Único Durante o prazo de validade do concurso o candidato será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir o cargo ou emprego público.

Art. 3º A aprovação em concurso não cria direito à nomeação, mas este quando der, respeitará a ordem de classificação dos candidatos.

#### CAPÍTULO II – DO EDITAL

Art. 4º As normas gerais para realização de concurso público serão estabelecidas em Edital.

§ 1º O Edital de que trata este artigo deverá ser amplamente divulgado através da imprensa oficial.

§ 2º O Edital deverá conter:

Os cargos a prover, com os respectivos números;  
Os prazos e as exigências para inscrição dos candidatos;  
Os documentos que o interessado deverá apresentar no ato da inscrição e os que deverão ser apresentados pelos candidatos habilitados, no ato da posse;  
As matérias com os respectivos programas, sobre as quais versarão as provas;

A época e o local de realização das provas;

Taxa de inscrição;

Critérios e desempate na classificação.

#### CAPÍTULO III – DOS CANDIDATOS

Art. 5º Poderão candidatar-se aos cargos públicos do quadro de pessoal, todos os cidadãos do Município que atendam aos seguintes requisitos:

Ser brasileiro;  
Estar em gozo dos direitos políticos;  
Estar quite com as obrigações eleitorais;

Estar em gozo dos direitos profissionais;  
Possuir habilitação profissional conforme estabelecido pela Lei Municipal nº 491/93.

#### CAPÍTULO IV – DAS INSCRIÇÕES

Art. 6º As inscrições efetuadas em datas, horários e local fixado no edital do concurso.

Art. 7º O pedido de inscrição deverá ser preenchido sem emendas ou rasuras pelo próprio candidato, em formulário fornecido no local.

Art. 8º No ato da inscrição o candidato receberá o recibo da inscrição.

Art. 9º Não será permitida, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional.

Art. 10 O pedido de inscrição implicará no conhecimento e na aceitação de todas as disposições deste regulamento e do respectivo edital.

#### CAPÍTULO V – DA COMISSÃO DE CONCURSO

Art. 11 Os trabalhos referentes aos concursos públicos serão conduzidos por uma comissão de concursos designada pelo Prefeito Municipal, que deverá elaborar aplicar e julgar as provas.

Art. 12 Caberá a Comissão de Concurso fiscalizar a duplicação das provas, tomando as medidas necessárias à manutenção do sigilo.

Parágrafo Único – O município poderá contratar uma Instituição ou Pessoa Física especializada para elaborar as provas e efetuar a impressão das provas.

Art. 13 A Comissão de Concurso será auxiliada por funcionários da Prefeitura, na qualidade de fiscais de prova, designados especialmente pelo Presidente da referida Comissão, 05 (cinco) dias antes da realização do concurso.

#### CAPÍTULO VI – DAS PROVAS E DO SEU JULGAMENTO

Art. 14 O concurso público constará de provas e títulos e provas práticas, dependendo dos cargos em que se verifique a necessidade destas últimas.

Art. 15 Todas as provas serão de caráter eliminatório.

Art. 16 Tratando-se de provas e títulos, a Comissão de Concursos avaliará os títulos, atribuindo-lhe valores conforme os critérios estabelecidos pelo Edital.

Art. 17 Não haverá segunda chamada para nenhuma prova, eliminando-se o candidato faltoso.

Art. 18 Será considerado aprovado o candidato que obtiver na escala de zero a dez, média aritmética, igual ou superior a cinco, somadas as notas da prova escrita, prática e os títulos.

Art. 19 Para os cargos que não for exigido prova prática, a prova teórica terá peso 10,0.

§ 1º A prova escrita para os cargos que não tiverem prova prática será composta de:

10 questões de Língua Portuguesa;

10 questões de Matemática;



10 questões de Conhecimentos Gerais;

10 questões de Conhecimento Específico.

§ 2º Para o calculo da média, o peso aplicado em cada questão da prova escrita corresponderá a:

Língua Portuguesa – peso 0,20;

Matemática – peso 0,20;

Conhecimentos Gerais – peso 0,20;

Conhecimentos Específicos – peso 0,40.

Art. 20 A prova de títulos será computada ao resultado obtido na prova escrita, acrescentando a pontuação conforme segue:

Especialização – 0,2 pontos

Mestrado – 0,4 pontos

Doutorado – 0,6 pontos

Produção Acadêmica - Científico – 0,4 pontos

Parágrafo Único – A titulação será acrescida uma única vez, não sendo possível a cumulação de titulação equivalente, exceto quando titulações diversas, limitando-se ao máximo em 1,6 pontos.

Art. 21 Para os cargos que forem exigidos prova prática à composição da prova será de peso 5,0 para teórica, e peso 5,0 para prática.

§ 1º A prova escrita será composta de:

20 questões de Língua Portuguesa;

20 questões de Matemática;

§ 2º Para o calculo da média para prova teórica dos cargos que tiverem prova prática o peso aplicado em cada questão será:

Língua Portuguesa – peso 0,12;

Matemática – peso 0,13;

#### CAPÍTULO VII – DA HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO

Art. 22 A classificação dos candidatos aprovados será feita em ordem decrescente das médias ponderadas obtidas no conjunto.

Art. 23 A homologação do concurso será feita por ato do Executivo Municipal mediante relatório sobre as fases do mesmo, preparado pela Comissão encarregada do Concurso.

Art. 24 A Administração poderá, a seu critério, antes da homologação, suspender alterar, anular ou cancelar o Concurso Público, não assistindo ao candidato direito a reclamação.

Art. 25 Os casos omissos deste Regulamento serão resolvidos pela Comissão de Concursos Públicos.

Art. 26 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 11 DE MARÇO DE 2014.  
MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

#### **Decreto Nº 2891 de 18 de Março de 2014**

DECRETO Nº 2891 DE 18 DE MARÇO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) no programa e verba abaixo discriminados:

0400 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.015.451.0050.1020 – Pavimentação de Vias

0401 – 44900000 – Aplicações Diretas

0401 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 150.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 18 de Março de 2014  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete



# Meleiro

## PREFEITURA

### Portaria Nº 113/2014

PORTARIA n.º 113/2014

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 79, inciso VII seguintes da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

#### CONCEDE

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal ROSINÉIA DUMINELLI ALEXANDRE FERNANDES, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 23 de Fevereiro de 2008 a 20 de Fevereiro de 2013, conforme dispõe o caput do artigo 79 inciso VII, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 19/03/2014.

Art 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Março de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### Portaria Nº 114/2014

PORTARIA n.º 114/2014

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 910/2002, Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

#### PRORROGAR

Art. 1º A Portaria nº 068/2014 da Senhora ROGÉRIA LAURINDO CASAGRANDE, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini, em substituição à servidora Rosinéia Duminelli Alexandre Fernandes, em virtude de Licença Prêmio.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

com seus efeitos a partir de 19/03/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Março de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### Decisão Recurso Pregão Presencial Nº 003/2014

DECISÃO RECURSO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2014

As 10h00min horas do dia 17 de março de 2014 a comissão de licitação se reuniu para dar prosseguimento ao pregão presencial nº 003/2014 referente ao recurso apresentado pela empresa Compactar Compactação de Solo e Terraplanagem Ltda ME, sendo que o setor jurídico emitiu seu parecer negando provimento ao recurso apresentado pela empresa e diante disso, a comissão decidiu por manter a empresa desclassificada do processo conforme as justificativas apresentadas no parecer jurídico.

Fica, portanto declarada como vencedora do item 01 do edital a empresa Crema Construções Ltda com o valor unitário de R\$ 110,00 (cento e dez reais) gerando o valor total de R\$ 13.750,00 (treze mil setecentos e cinquenta reais) nada mais havendo a tratar a comissão encerrou a reunião as 10h38min horas do dia 17 de março de 2014.

Meleiro/SC 17 de março de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

### Portaria Nº 115/2014

PORTARIA nº 115/2014

TRATA DA EXONERAÇÃO DE MECÂNICO

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

#### EXONERAR

Art. 1.º A pedido, o Senhor ADRIANIO BENEDET, ocupante do cargo de Mecânico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, aprovado em Concurso Público – Edital nº 001/2010, homologado em 29 de julho de 2010.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 19/03/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 175/2012.

Meleiro, 19 de Março de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.



JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

**Aviso de Licitação - Tomada de Preço N° 018/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇO N.º 018/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 19/04/2014, às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas da TOMADA DE PREÇO N.º 018/2014, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE 01 (uma) QUADRA POLIESPORTIVA COM VESTIÁRIO COMPREENDENDO UMA ÁREA DE 980,40 M<sup>2</sup> - PADRÃO FNDE, SITO A RUA CEL. VIDAL RAMOS, TUDO EM CONFORMIDADE COM O PROJETO ARQUITETÔNICO, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PROJETOS COMPLEMENTARES ANEXO AO PROCESSO. A integra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 – Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou por solicitação via e-mail [licitacao@meleiro.sc.gov.br](mailto:licitacao@meleiro.sc.gov.br).

Meleiro/SC, 19 de março de 2014.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

**Lei N° 1636/2014**

LEI N° 1636/2014  
TRATA DO REAJUSTE DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Concede-se revisão geral anual de 5,26% (cinco vírgula vinte e seis por cento), a título de reposição inflacionária, aos vencimentos dos servidores públicos municipais do Poder Executivo, Autarquias e Legislativo, contratados temporariamente, cargos e funções de livre nomeação e exoneração, inativos e pensionistas e honoríficos (conselheiro tutelar), conforme preceitua o Art. 37, inciso X da Constituição Federal, exceto os cargos do magistério.

§ 1º O índice acima determinado compreende o período de 01 de março de 2013 a 28 de fevereiro de 2014, de acordo com a tabela do INPC-IBGE.

§ 2º A revisão geral aos vencimentos aplica-se também às gratificações e demais vantagens pertinentes, instituídas pela legislação municipal.

Art.2º A título de ganho real fica concedido reajuste no índice de 3,06% (três inteiros e zero seis por cento), a serem acrescidos à reposição inflacionária prevista no artigo 1º, a todos os servidores públicos municipais dos Poderes Executivo, Legislativo e Autarquias e agentes honoríficos (conselheiro tutelar), nesses incluídos os servidores ativos, inativos, contratados temporariamente, cargos e funções de livre nomeação e exoneração, exceto os cargos do magistério municipal.

Parágrafo Único: A revisão geral a título de reposição inflacionária, prevista no artigo 1º, acrescida do reajuste previsto no artigo 2º desta lei, totaliza o acréscimo de 8,32% (oito inteiros e trinta

e dois por cento) aos vencimentos e demais vantagens dos servidores ativos, inativos, contratados temporariamente, cargos e funções de livre nomeação e exoneração.

Art.3º Aos cargos e funções do magistério municipal fica concedida a revisão de 8,32% (oito inteiros e trinta e dois por cento), compreendendo o período de 01 de março de 2013 a 28 de fevereiro de 2014.

Parágrafo Único: A revisão geral a título de reposição inflacionária, totaliza o acréscimo de 8,32% (oito inteiros e trinta e dois por cento) aos vencimentos e demais vantagens dos servidores ativos, inativos, contratados temporariamente, cargos e funções de livre nomeação e exoneração do magistério municipal.

Art.4º Os subsídios dos agentes políticos dos Poderes Executivo e Legislativo serão reajustados a contar do período de 01 de Março de 2013 a 28 de Fevereiro de 2014, conforme o índice do INPC-IBGE.

Art.5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2014.

Art.6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro/SC, 19 de março de 2014.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças



# Navegantes

## PREFEITURA

### Edital de Convocação Para Audiência Pública

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA  
APRESENTAÇÃO DO EDITAL DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES – Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Administração, torna pública a CONVOCAÇÃO DE TODOS OS CIDADÃOS E ENTIDADES REPRESENTATIVAS DA SOCIEDADE para a AUDIÊNCIA PÚBLICA de apresentação e debate do EDITAL para a CONCESSÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.

A Audiência ocorrerá no dia 08 de abril de 2014, com início às 18h00min e término às 21h00min, no Auditório da Prefeitura Municipal de Navegantes, Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, neste Município, e consistirá na apresentação da minuta do edital de concessão e discussão de seus termos para posterior publicação do edital de concorrência publica.

Perguntas e outras sugestões que não forem apreciadas por falta de tempo ou subsídios durante a audiência, poderão ser encaminhadas em até 07(sete) dias a contar da audiência e serão apreciadas e respondidas no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a mesma, ficando posteriormente disponíveis na Secretaria de Administração ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br).

Navegantes, SC, 18 de março de 2014.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

### Dispensa de Licitação 042/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 042/2014.

PROCESSO Nº 042/2014.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO (EMERGENCIAL) DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO DE REDE DE ÁGUA, SERVIÇOS DE CORTE E RELIGAÇÃO, LIGAÇÃO DE ÁGUA, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO ELETROMECÂNICA NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO.

CONTRATADO: ENGITA CONSTRUÇÕES LTDA.

VALOR: R\$ 629.650,36. (seiscentos e vinte e nove mil seiscentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV, Lei de Licitações.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA.  
Prefeito do Município.

### Extrato Ata de Registro de Preços Nº 010/2014.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PMN 010/2014.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 010/2014, relativa ao Pregão Presencial nº 010/2014 - contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDIMENTO À PREFEITURA MUNICIPAL, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Fornecedor: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INFO. E ESCR.LTDA

VALOR: R\$ 109.000,00 (cento e nove mil reais)

Fornecedor: DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI – EPP.

VALOR: R\$ 2.658,50 (dois mil seiscentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos).

Fornecedor: ALEXANDRA DOS PASSOS – ME.

VALOR: R\$ 14.718,00 (quatorze mil setecentos e dezoito reais).

Fornecedor: LINEAR IND. E COMÉRCIO LTDA EPP.

VALOR: R\$ 161.640,90 (cento e sessenta e um mil seiscentos e quarenta reais e noventa centavos).

Fornecedor: ELMO PAPELARIA LTDA - ME

VALOR R\$ 31.692,60 (trinta e um mil seiscentos e noventa e dois reais e sessenta centavos)

Vigência: 05/03/2015.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

### Extrato Ata de Registro de Preços Nº 006/2014

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PMN 006/2014.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 006/2014, relativa ao Pregão Presencial nº 006/2014 - contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO ASFALTICA COM CAMINHÃO ESPECIAL E EQUIPAMENTOS PARA APLICAÇÃO DE CAUQ (CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE) PARA O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.

Fornecedor: VOGELSANGER PAVIMENTAÇÃO LTDA

Valor: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil e reais)

Fornecedor: PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA –EPP.

Valor: R\$ 29.280,00 (vinte e nove mil duzentos e oitenta reais)

Vigência: 10/03/2015..

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.



# Nova Trento

## PREFEITURA

### **Edital de Retificação da Data Para As Inscrições dos Processos Seletivos Nº 04 E 05/2014**

EDITAL DE RETIFICAÇÃO

DATAS PARA AS INSCRIÇÕES DOS PROCESSOS SELETIVOS Nº 04/2014 E 05/2014

A Comissão de Coordenação e de Fiscalização do Processo Seletivo de Nova Trento, com a execução técnica-administrativa da empresa Humanity Centro de Negócios Pesquisa e Desenvolvimento Social, no uso das atribuições legais,

TORNA PÚBLICO o seguinte:

Art. 1º O período de inscrições relativas aos Processos Seletivos nº 04/2014 e 05/2014, estão abertas no período de 05 a 19 de março de 2014, no horário das 13h30min às 17h30min no prédio da prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC.

Art. 2º Permanecem inalterados os demais termos dos editais relativos aos Processos Seletivos nº 04/2014 e 05/2014.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 18 de março de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

### **Edital de Retificação Referente Ampliação do Local de Prova.**

EDITAL DE RETIFICAÇÃO REFERENTE AMPLIAÇÃO DO LOCAL DE PROVA

A Comissão de Coordenação e de Fiscalização do Processo Seletivo de Nova Trento, com a execução técnica-administrativa da empresa Humanity Centro de Negócios Pesquisa e Desenvolvimento Social, no uso das atribuições legais,

TORNA PÚBLICO o seguinte:

Art. 1º Em virtude da existência de Plantão Médico no Hospital Municipal de Nova Trento, no dia da prova do Processo Seletivo, 30 de março de 2014, será estruturado um espaço no Hospital para os profissionais que estarão de plantão fazerem a prova. O mesmo contará com equipe de fiscais e toda estrutura do Processo Seletivo.

Art. 2º Permanecem inalterados os demais itens do edital.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 18 de março de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal



# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### Suplementação por Superávit No Exercício Anterior

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

DECRETO Nº 2.111, de 28 de fevereiro de 2014.

Abre crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior e dá outras providências.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 – I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 466/2012;

Considerando a ocorrência de Superávit financeiro do exercício anterior;

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto crédito adicional suplementar por Superávit Financeiro do Exercício anterior no orçamento vigente, no valor de R\$ 21.776,06 (vinte e um mil, setecentos e setenta e seis reais com seis centavos), relativos a recursos ordinários e vinculados assim consignados:

60.00 – SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL.

60.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.031 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa 3.3.90-0.3.0003 Aplicações Diretas  
.....R\$ 21.776,06

TOTAL SUPLEMENTADO ..... R\$ 21.776,06

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC

Em 28 de fevereiro de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

Márcio de Macedo

Secretário de Administração e Fazenda

### Aviso Resultado Habilitação E Proposta PL Nº 018/14 CV Nº 003/14

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2014 – CONVITE Nº 003/2014-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na seleção de propostas para a contratação de Rádio AM para a prestação de Serviços de Radiodifusão para: -Divulgação do Informativo Semanal com 10 (dez) minutos de duração a ser realizado todos os Sábados no

horário das 12:45 as 12:55:00 horas, com redação feita a critério da Administração. -Até 30 (trinta) inserções mensais, com informações da Prefeitura Municipal, durante o período de contratação, nos dias e horários definidos pela administração. Que no dia de sua realização dia 18/03/2014 às 14:00 horas, que houve a participação das seguintes empresas convidadas: RADIO DOZE DE MAIO LTDA; RÁDIO ATALAIA LTDA; RÁDIO CLUBE SÃO DOMINGOS, que todas as empresas restaram HABILITADAS pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital, passando para a fase subsequente, qual seja julgamento das propostas, a qual se dará nesta mesma data, pela HABILITAÇÃO das empresas participantes do processo.

Novo Horizonte (SC), em 18 de Março de 2014  
Comissão Permanente de Licitação

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS– PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2014 – CONVITE Nº 003/2014-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE.

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na seleção de propostas para a contratação de Rádio AM para a prestação de Serviços de Radiodifusão para: -Divulgação do Informativo Semanal com 10 (dez) minutos de duração a ser realizado todos os Sábados no horário das 12:45 as 12:55:00 horas, com redação feita a critério da Administração. -Até 30 (trinta) inserções mensais, com informações da Prefeitura Municipal, durante o período de contratação, nos dias e horários definidos pela administração. QUE quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, restou classificada pela Comissão, apresentando a menor proposta, sagrando-se VENCEDORA a Empresa RADIO DOZE DE MAIO LTDA, com valor total de R\$ 25.634,00 (Vinte e cinco mil, seiscentos e trinta e quatro reais) estando o preço de acordo com o orçamento da Prefeitura.Os autos seguirão para análise, para posterior homologação e adjudicação da autoridade competente.

Novo Horizonte (SC), em 18 de Março de 2014.  
Comissão Permanente de Licitação

### Aviso de Resultado do Pregão Presencial FMS Nº 004/2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO DO

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 004/2014

O Fundo Municipal de Saúde, do município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial FMS nº 004/2014, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO HOSPITALAR DE PLANTÃO E EMERGÊNCIA MÉDICA PARA ATENDIMENTO DOS MUNICÍPIOS DE NOVO HORIZONTE, NO ÂMBITO DAS ESPECIALIDADES DA INSTITUIÇÃO CONTRATADA, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE PLANTÃO EM OBSTETRÍCIA, ATRAVÉS DO SEU CORPO CLÍNICO E EM SUAS DEPENDÊNCIAS E INSTALAÇÕES, COM VISTAS A COMPLEMENTAR A REDE DE ATENDIMENTO HOSPITALAR SUS. Que na data de sua realização: Dia 18/03/2014 às 09:00 hs, que teve como única empresa participante: FUNDAÇÃO HOSPITALAR SÃO LOURENÇO, que foi vencedora dos itens 01 e 02, totalizando o valor de R\$ 217.023,00 (Duzentos e dezessete reais e vinte e três centavos). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: A proposta da empresa vencedora satisfaz as exigências do edital; a empresa vencedora encontra-se devidamente habilitada quanto à documentação exigida; o preço cotado está dentro dos limites estabelecidos no edital, foi encerrada as etapas do Pregão e vencedora a empresa acima identificada.



Novo Horizonte/SC, em 18 de Março de 2014.  
ARNO GOLDSCHMIDT  
Pregoeiro

DATA: 18/03/2014  
TANIA MARA WAGNER MURARO  
Secretaria De Saúde E Promoção Social/gestora Fms.

**Extrato Contratual FMS Nº 006/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 006/2014

Contratante...: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

Contratada...: FUNDAÇÃO HOSPITALAR SÃO LOURENÇO

Valor ..... : 217.023,00 (duzentos e dezessete mil e vinte e três reais)

Vigência ..... : Início: 18/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2014

Recursos ..... : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00 (11) Saldo: 344.347,36

Objeto ..... : O objeto do presente Contrato é a contratação de hospital para a prestação de serviços de Plantão e Emergência médica para atendimento dos Municípios de Novo Horizonte, no âmbito das especialidades da Instituição contratada, incluindo os serviços de Plantão em Obstetrícia, por meio do seu corpo clínico e em suas dependências e instalações, com vistas a complementar a rede de atendimento hospitalar SUS.

Novo Horizonte/SC, 18 de Março de 2014

**Extrato de Homologação E Adjudicação PL FMS Nº 007/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 007/2014

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 004/2014

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 18/03/2014

CONTRATADO: FUNDAÇÃO HOSPITALAR SÃO LOURENÇO

CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

OBJETO: O objeto do presente Edital é a seleção de propostas para a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço hospitalar de Plantão e Emergência médica para atendimento dos Municípios de Novo Horizonte, no âmbito das especialidades da Instituição contratada, incluindo os serviços de Plantão em Obstetrícia, através do seu corpo clínico e em suas dependências e instalações, com vistas a complementar a rede de atendimento hospitalar SUS e demais condições constante nos anexos.

VALOR DA DESPESA: R\$ 217.023,00 (duzentos e dezessete mil e vinte e três reais)



Extrato Ata de Registro de Preços FMS N° 001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 1/88

Número do Registro de Preços: 1/2014		Data do Registro: 17/03/2014		Válido até: 17/03/2015			
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme específico							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	AAS 100 mg	CO	ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	IMEC	0	0,0100	1
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	IMEC	0	0,0100	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Imec	0	0,0100	3
2	AAS 100MG TAMPONADO	CO	1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	EMS	0	0,1100	1
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	EMS	0	0,1100	2
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	E M S	0	0,2900	3
3	ACEBROFILINA XAROPE PEDIÁTRICO 25MG/5ML 120ML	FR	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	HYPERMARCAS	0	2,8200	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Neo Química	0	2,8400	2
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	HYPERMARCAS/BRAINFA	0	3,4000	3
4	ACEBROFILINA XAROPE ADULTO 50MG/5ML 120ML	FR	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	HYPERMARCAS	0	3,9600	1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	HYPERMARCAS/BRAINFA	0	4,2000	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Neo Química	0	4,2900	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 2/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015							
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	ACICLOVIR 50MG/G 10G	BI	ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	PRATI	0	1,5700	1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D.	0	1,6300	2
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	PRATI	0	1,6700	3
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	PRATI	0	1,6800	4
6	ACIDO FOLICO 5MG	CO	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Teuto	0	0,0200	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TEUTO	0	0,0200	2
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	HIPOLABOR	0	0,0200	3
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	HIPOLABOR	0	0,0200	4
7	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO 10ML		CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	HIPOLABOR	0	0,0200	5
		FR	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	TEUTO	0	0,7000	1
			DIMASTER.COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	TEUTO	0	0,7400	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	PRATI	0	0,8800	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
8	ALBENDAZOL 400 MG COMPRIMIDOS	CO	ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	PRATI	0	0,3300
			MAURO MARGIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	PRATI	0	0,3400
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	PRATI	0	0,3500
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D.	0	0,3600
9	ALENDRONATO SÓDICO 70MG	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	DELTA	0	0,3700
			MAURO MARGIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	DELTA	0	0,3800
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	DELTA	0	0,4700
10	ALLOPURINOL 100 MG	CO	DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PRATI	0	0,0400
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	PRATI	0	0,0400
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Prati	0	0,0480
11	AMBROXOL 30MG/5ML 120ML	FR	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Hipolabor	0	0,9800
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	HIPOLABOR	0	0,9800



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	HIPOLABOR	0	1,0000
12	AMBROXOL 15MG/5ML 120ML	FR	PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	HIPOLABOR	0	0,9200
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Hipolabor	0	0,9800
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	HIPOLABOR	0	1,1200
13	AMINOFLINA 100 MG	CO	PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	VITAPAN	0	0,0300
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	VITAPAN	0	0,0300
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	VITAPAN	0	0,0300
14	AMOXICILINA 250MG/5ML 60ML	FR	PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	TEUTO	0	1,2500
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	PRATI	0	1,4200
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PRATI	0	1,4900
15	AMOXICILINA 250MG/5ML 150ML	FR	PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	TEUTO	0	2,1900
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	TEUTO	0	2,8900



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário
16	AMOXICILINA 500MG	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D.	0	3,3900
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	RANBAXY	0	0,0900
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PRATI	0	0,1000
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	PRATI	0	0,1000
17	AMOXICILINA+ACIDO CLAVULANATO DE POTÁSSIO 250/62,5MG/5ML, FRASCO DE 75ML	FR	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	SANDOZ	0	4,0000
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	SANDOZ	0	4,3000
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	SANDOZ	0	4,6000
18	AMPICILINA 250MG/5 ML	FR	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D.	0	1,8600
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	PRATI	0	1,9700
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Prati Donaduzzi	0	2,0400
19	AMPICILINA 500 MG	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D.	0	0,1100



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 6/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
20	AZITROMICINA 200MG/5ML FRASCO 15 ML	FR	ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	PRATI	0	0,1200
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Prati	0	0,1200
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Prati Donaduzzi	0	0,1200
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	PHARLAB	0	2,0500
21	AZITROMICINA 500MG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	PHARLAB	0	2,2500
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	PRATI	0	2,4400
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D.	0	0,3300
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	PRATI	0	0,3900
22	BENZOILMETRONIDAZOL 40MG/ML 100ML	FR	ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP LTDA (914)	PRATI	0	0,4000
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D.	0	1,4300
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	PRATI	0	1,5300
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Prati	0	1,5400
						Classif.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme específico						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Prati Donaduzzi	0	1,5400
23	BISACODIL 5MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	HYPERMARCAS	0	0,1000
24	BISSULFATO DE CLOPIDROGEL 75MG	CO	ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	SANDOZ	0	0,3700
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	SANDOZ	0	0,4100
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	SANDOZ	0	0,4600
25	BLOQUEADOR SOLAR FP50 AMPLA PROTEÇÃO UVA+UVB 120ML	FR	ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	MOPH	0	7,1400
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	MOPH	0	8,9800
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	MOPH	0	10,0000
26	BORATO DE 8-HIDROXIQUINOLONA+TROLAMINA 0,4/140MG/ML	FR	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	NOVARTIS/ALCON	0	8,6900
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	NOVARTIS	0	8,7000
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Alcon	0	9,2000
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	ALCON	0	9,2400



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 8/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
27	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG/ML FRASCO 20ML	FR	ANGEOMED COM DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	HIPOLABOR	0	1,6500
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Hipolabor	0	2,1800
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Hipolabor	0	2,3200
28	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	BELFAR	0	0,1600
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Belfar	0	0,1700
			ANGEOMED COM DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	BELFAR	0	0,1900
			DIMASTER-COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	BELFAR	0	0,1900
29	BROMETO DE IPATROPIO 0.25MG/ML 20ML	FR	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	HIPOLABOR	0	0,5000
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	HIPOLABOR	0	0,5200
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Hipolabor	0	0,5900
			CENTERMEDI COM DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	TEUTO	0	0,5900
30	BROMETO DE IPATROPIO+BROMIDRATO DE FENOTEROL 0.02+0.05MG/DOSE 200 DOSES AEROSOL	FR	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	BOEHRINGER	0	10,0000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 9/88

Número do Registro de Preços: 1/2014								Data do Registro: 17/03/2014		Válido até: 17/03/2015	
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific											
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.				
31	BROMETO DE N-BUTILESCOPOLAMINA +DIPIRONA 10/250MG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	BOEHRINGER	0	10,0100	2				
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Boehringer	0	10,5600	3				
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	PRATI	0	0,1600	1				
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PRATI	0	0,1800	2				
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Belfar	0	0,1960	3				
32	BROMETO N-BUTILESCOPOLAMINA+DIPIRONA 20ML	FR	1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	HIPOLABOR	0	1,2200	1				
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	FARMACE	0	1,5300	2				
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	PRATI	0	1,5900	3				
33	BROMIDRATO DE FENOTEROL 5MG/ML 20ML	FR	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	HIPOLABOR	0	1,3100	1				
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	HIPOLABOR	0	1,4300	2				
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	TEUTO	0	1,5000	3				
34	CARBIDOPA+LEVODOPA 25/250MG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	HYPERMARCAS	0	0,1800	1				



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 10/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	HYPERMARCAS	0	0,2100
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Neo Química	0	0,2100
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	TEUTO	0	0,2300
35	CARBONATO DE CALCIO+VITAMINA D 600MG/200UI	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	VITAMED	0	0,0600
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Vitamed	0	0,0800
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Vitamed	0	0,0930
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Teuto	0	0,1200
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	ASPEN	0	0,1300
36	CEFALEXINA 500MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	ASPEN	0	0,1400
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	TEUTO	0	2,6500
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	TEUTO	0	2,6600
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TEUTO	0	2,7500
37	CEFALEXINA 250MG/5ML 60ML	FR				



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 11/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Teuto	0	2,9800
38	CETOCONAZOL 200MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	GEOLAB	0	0,0900
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D.	0	0,0900
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	PRATI	0	0,0900
39	CETOCONAZOL 20MG/G SHAMPOO 100ML	FR	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D.	0	3,8000
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Prati Donaduzzi	0	3,8400
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Prati	0	3,8500
40	CETOCONAZOL+BETAMETASONA 20+0,5MG/G CREME 30 GRAMAS	BI	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	NOVAQUIMICA	0	4,4000
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	EUROFARMA	0	4,8000
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Eurofarma	0	4,8700
41	CETOCONAZOL+BETAMETASONA+NEOMICINA 20+0,5+2,5MG/G CREME 30GRAMAS	BI	ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	BELFAR	0	3,9900



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 12/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme específico						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
42	CILOSTAZOL 100MG	CO	CENTERMEDI COM DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	BELFAR	0	4,5900
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	NOVAQUIMICA	0	4,8000
			CENTERMEDI COM DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	BIOLAB	0	0,3900
43	CIPROFIBRATO 10MG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	EUROFARMA	0	0,4000
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Eurofarma	0	0,4150
			ANGEOMED COM DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	NEOQUIMICA	0	0,3900
44	CLORETO DE SODIO+CLORETO DE BENZALCONIO 9+0,1MG/ML FRASCO 30ML	FR	CENTERMEDI COM DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	UCI FARMA	0	0,4000
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	HYPERMARCAS	0	0,4100
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Mariol	0	0,5900
45	CLORIDRATO DE CICLOBENZAPINA 10MG	CO	CENTERMEDI COM DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	MARIOL	0	0,6500
			ANGEOMED COM DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	MARIOL	0	0,7000
			ANGEOMED COM DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	EMS	0	0,1800



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015							
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
46	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 500MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	NOVAQUIMICA	0	0,1900	2
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	EUROFARMA	0	0,2000	3
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	EMS	0	0,2100	4
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	EMS	0	0,2200	5
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PRATI	0	0,1400	1
47	CLORIDRATO DE DOXICICLINA 100MG	CO	ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	BRASTERAPICA	0	0,1500	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	PRATI	0	0,1600	3
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TEUTO	0	0,0800	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Teuto	0	0,0900	2
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	PHARLAB	0	0,0900	3
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	TEUTO	0	0,0900	4
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Pharlab	0	0,0930	5



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 14/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
48	CLORIDRATO DE LIDOCAINA GELEIA 20MG/G(2%) 30 GRAMAS	BI	PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	PHARLAB	0	1,3500
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	PHARLAB	0	1,5000
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	HIPOLABOR	0	1,5600
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PHARLAB	0	1,5600
49	CLORIDRATO DE LOPERAMIDA 2MG	CO	ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	SANDOZ	0	0,0700
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PHARMASCIENCE	0	0,0900
			MAURO MARGIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	GLOBO	0	0,1300
50	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10 MG	CO	ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	HIPOLABOR	0	0,0500
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Belfar	0	0,0600
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	BELFAR	0	0,0600
51	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 4MG/ML 10ML	FR	ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	MARIOL	0	0,4600
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	HIPOLABOR	0	0,4800



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 15/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	TEUTO	0	0,5400
52	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25MG	CO	ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	CRISTALIA	0	0,0900
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Cristalia	0	0,1100
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TEUTO	0	0,1200
53	CLORIDRATO DE TETRACICLINA+ANFOTERICINA 25/12,5MG/G CREME VAGINAL 45 GRAMAS	BI	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	PRATIDONADUZZI	0	9,7500
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	MEDLEY	0	9,8000
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	MEDLEY	0	10,6000
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Prati Donaduzzi	0	10,7000
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPITALTDA (137)	Prati	0	10,7300
54	CLORIDRATO DE TIAMINA 300MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	PRATI	0	0,0800
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	PRATI	0	0,0900
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D.	0	0,0900



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Hipolabor	0	0,1200
55	CLORIDRATO DE TETRACICLINA 500MG	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	TEUTO	0	0,1000
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Prati	0	0,1560
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	PRATI	0	0,1600
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Prati Donaduzzi	0	0,1600
56	CLOTRIMAZOL 10MG/G CREME 20 GRAMAS	BI	MAURO MARGIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	HYPERMARCAS	0	1,9500
57	COLAGENASE+CLORANFENICOL 0,6U/G+0,01G/G 30 GRAMAS	BI	ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	CRISTALLA	0	11,7000
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	CRISTÁLIA	0	11,8000
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Cristalia	0	12,5900
58	COLCHICINA 0,5MG	CO	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Multilab	0	0,1700
59	COLETOR DE URINA ADULTO 2 LITROS NÃO FIXADO AO CORPO PACOTE COM 100 UNIDADES (SACO POLIETILENO COM FIO DE NAYLON ACOPLADO)	PCT	DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Maxicor	0	34,3000
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Cirurgica Brasil	0	38,0000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 17/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
60	CUMARINA+TROXERRUTINA 15+90MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	CIFARMA	0	0,1500
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	CIFARMA	0	0,1700
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Cifarma	0	0,2000
61	DEXAMETASONA COLÍRIO 1MG/ML FRASCO 5ML	FR	DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Uniao Quimica	0	4,3100
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Genon	0	4,4900
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Teuto	0	0,1100
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TEUTO	0	0,1300
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	TEUTO	0	0,1400
63	DEXAMETASONA 1MG/G CREME 10G	BI	1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	MULTILAB	0	0,4900
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Multilab	0	0,5670
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	MULTILAB	0	0,5900
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PRATI	0	0,5900



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 18/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme específico						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
64	DEXAMETASONA+NEOMICINA COLÍRIO 1+3,5MG/ML FRASCO 5ML	FR	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TEUTO	0	2,8900
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	ACHÉ	0	12,0900
65	DIACEREINA 50 MG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	TRB	0	2,7000
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	TRB PHARMA	0	2,8000
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TRB PHARMA	0	3,2000
66	DICLOFENACO DIETILAMONIO 10MG/G GEL 60GRAMAS	BI	DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PRATI	0	1,8900
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	PRATI	0	1,9000
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D.	0	1,9800
67	DICLOFENACO POTÁSSICO RESINATO 15MG/ML 10ML	FR	PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	VITAPAN	0	1,5400
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	VITAPAN	0	1,6000
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Vitapan	0	1,7200
68	DICLOFENACO DE SÓDICO 50MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	VITAMED	0	0,0200



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 19/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015							
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	VITAMED	0	0,0200	2
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	vVITAMED	0	0,0200	3
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	VITAMED	0	0,0200	4
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	VITAMED	0	0,0200	5
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Vitamed	0	0,0200	6
69	DICLORIDRATO DE FLUNARIZINA 10MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	HYPERMARCAS	0	0,0500	1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	VITAPAN	0	0,0500	2
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	VITAPAN	0	0,0500	3
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Vitapan	0	0,0500	4
70	DIMENIDRATO+PIRIDOXINA 25/5MG 20ML	FR	PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	VITAPAN	0	1,7100	1
			DAMED+DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Vitapan	0	2,2700	2
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	VITAPAN	0	2,3700	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 20/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
71	DIOSMINA + HESPERIDINA 450/50MG	CO	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Neo Química	0	0,1900
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	HYPERMARCAS	0	0,2600
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	CIFARMA	0	0,3500
72	DIPIRONA 500MG	CO	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Balm Labor	0	0,0500
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	BALM	0	0,0600
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D.	0	0,0600
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	PRATI	0	0,0600
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	PRATI	0	0,0600
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	SOBRAL	0	0,0600
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PRATI	0	0,0700
73	DIPIRONA 500MG 10 ML	FR	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	FARMACE	0	0,4500
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	FARMACE	0	0,5000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015							
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
74	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 250MCG/DOSE SPRAY 200 DOSES	FR	PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	FARMACE	0	0,5000	3
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	FARMACE	0	0,5300	4
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	CHIESI	0	44,0000	1
75	DROPROPIZINA 3MG/ML 120ML	FR	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	CHIESI	0	48,3500	2
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	NEO QUIMICA	0	3,2000	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	HYPERMARCAS	0	3,2400	2
76	DROPROPIZINA 1,5MG/ML 120ML	FR	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Neo Química	0	3,4100	3
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	HYPERMARCAS	0	3,6500	4
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	HYPERMARCAS	0	2,3600	1
77	ESTRADIOL GEL 0.5MG SACHE 0.5 GRAMA	UN	DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Neo Química	0	2,6900	2
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	HYPERMARCAS	0	2,7000	3
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Schering	0	0,7800	1
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	SCHERING	0	0,7900	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 22/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015							
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme específico							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
78	ESTROGÊNIO CONJUGADOS 0,625MG	CO	1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	SCHERING	0	0,8900	3
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	MABRA	0	0,5100	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	CIFARMA	0	0,5200	2
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	CIFARMA	0	0,5700	3
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	CIFARMA	0	0,6200	4
79	ESTROGÊNIO CONJUGADOS 0,625MG/G CR VAGINAL 25G	BI	DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Wyeth	0	27,5000	1
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	WYETH	0	27,6000	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	WYETH	0	29,2000	3
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	WYETH	0	29,7200	4
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	WYETH	0	30,4000	5
80	EZETIMIBA 10MG	CO	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	SUPERA	0	3,1600	1
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	BAYER	0	3,1700	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 23/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
81	FINASTERIDA 5MG		DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Bayer	0	3,3500
		CO	ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	EMS	0	0,2000
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	AUROBINDO	0	0,3100
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	E M S	0	0,3200
82	FLUCONAZOL 150 MG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	PRATI	0	0,1700
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Prati	0	0,1900
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Prati Donaduzzi	0	0,1900
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	VITAPAN	0	0,1900
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PPRATI D.	0	0,2000
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	PRATI	0	0,2000
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	PRATI	0	0,2000
83	FLUOCINOLONA+NEOMICINA+POLIMIXINAB+LIDOCAINA SOLUÇÃO OTOLÓGICA	FR	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	ELOFAR	0	1,7900



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 24/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme específico						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
84	FOSFATO SODICO DE PREDNISOLONA 3MG/ML, FRASCO 60ML	FR	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	ELOFAR	0	1,8000
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	ELOFAR	0	1,9600
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	PRATI	0	2,4400
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D.	0	2,6700
85	FUROATO DE MOMETASONA 1MG/G CREME 20 G	BI	ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	PRATI	0	2,6700
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	EUROFARMA	0	5,8000
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	GERMED	0	5,9000
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Ems	0	6,2300
86	GENFIBROZILA 600MG	CO	ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	MEDLEY	0	0,7600
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	GERMED	0	0,8800
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	GERMED	0	0,9000
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	CIMED	0	0,1500
87	GINKGO BILOBA 80MG	CO				



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 25/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	MULTILAB	0	0,1600
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	HERTZ	0	0,1700
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Multilab	0	0,1780
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	NATULAB	0	1,1400
88	HIDROXIDO DE ALUMINIO 60MG/ML 100ML	FR	ALTERMED MAT.MED HOSPITALAR LTDA (1167)	Natulab	0	1,1900
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	IFAL	0	1,2000
89	IBUPROFENO 300MG	CO	ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	VITAPAN	0	0,0600
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	VITAPAN	0	0,0600
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	VITAPAN	0	0,0600
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	VITAPAN	0	0,0600
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	GEOLAB	0	0,0600
90	IBUPROFENO 600MG	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D.	0	0,0700



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 26/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
91	IVERMECTINA 6MG		MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	PRATI	0	0,0700
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	VITAPAN	0	0,0700
		CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	VITAPAN	0	0,2400
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	VITAPAN	0	0,2700
			DAMEDH-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Vitapan	0	0,2900
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	VITAPAN	0	0,2900
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	VITAPAN	0	0,2900
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	ACHE	0	1,9600
		CO	ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	EMS	0	0,7000
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	SANDOZ	0	0,9500
92	LEVODOPA+BENZERAZIDA 200/50MG		MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	SANDOZ	0	1,3000
		CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	BAYER	0	0,3000
93	LEVOFLOXACINO 500MG					
94	LEVONOGESTREL+ETINILESTRADIOL TRIFASICO					



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 27/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015							
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Bayer	0	0,3180	2
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	BAYER	0	0,3200	3
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	BAYER	0	0,3300	4
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	BAYER	0	0,3300	5
95	LEVONOGESTREL+ETINILESTRADIOL 0,15/0,03MG	CO	DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	BIOLAB	0	0,0300	1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	MABRA	0	0,0300	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	CIFARMA	0	0,0300	3
96	LEVOTIROXINA SODICA 25MCG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	MERCK	0	0,1200	1
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	MERCK	0	0,1300	2
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Merck	0	0,1300	3
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	MERCK	0	0,1300	4
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	MERCK	0	0,1300	5



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 28/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme específico						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
97	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MG	CO	DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	MERCK	0	0,1300
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	MERCK	0	0,1300
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	MERCK	0	0,1400
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	MERCK	0	0,1400
98	LEVOTIROXINA SÓDICA 75 MCG	CO	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	MERCK	0	0,1500
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	MERCK	0	0,1500
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Merck	0	0,1590
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	MERCK	0	0,1600
99	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	MERCK	0	0,1100
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	MERCK	0	0,1200
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	MERCK	0	0,1200
100	LORATADINA 10 MG	CO	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Cimed	0	0,0500
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	GEOLAB	0	0,0600



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 29/88

Número do Registro de Preços: 1/2014			Data do Registro: 17/03/2014		Válido até: 17/03/2015		
Objeto da Compra :O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
101	LORATADINA 1MG/ML FRASCO 100ML	FR	DAMED1-DAMBROS.MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Geolab	0	0,0660	3
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	PRATI	0	1,4700	1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D.	0	1,5200	2
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	PRATI	0	1,6000	3
102	MALEATO DE DEXCLOFENIRAMINA 2MG/5ML FRASCO 120ML	FR	ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	PRATI	0	1,6100	4
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	VITAPAN	0	0,9300	1
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	TEUTO	0	0,9400	2
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	HIPOLABOR	0	1,1200	3
103	MALEATO DE METILERGOMETRINA 0,125MG, DRÁGEA	UN	DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	NATULAB	0	1,1200	4
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	NOVARTIS	0	0,5200	1
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	NOVARTIS	0	0,5300	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 30/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	NOVARTIS	0	0,6100
104	MALEATO DE TIMOLOL+TRAVOPROSTA 5+0.04MG/MG/ML COLÍRIO FRASCO 2.5 ML	FR	DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Alcon	0	90,1900
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	NOVARTIS	0	94,0000
	1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)		ALCON		0	102,0000
105	MEBENDAZOL 20MG/ML 30 ML	FR	ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	NATULAB	0	0,6400
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	MARIOL	0	0,7000
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Sobral	0	0,7260
106	MELOXICAN 15 MG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	PHARLAB	0	0,0800
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	PHARLAB	0	0,0900
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PHARLAB	0	0,0900
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	PHARLAB	0	0,0900
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	PHARLAB	0	0,1000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 31/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Pharlab	0	0,1000
107	MESILATO DE CODERGOCRINA 1MG	CO	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	NOVARTIS	0	1,1500
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	NOVARTIS	0	1,2000
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Novartis	0	1,2400
108	MESILATO DE DIDROERGOTAMINA+DIPIRONA SODICA+CAFEINA 1+350+100MG	CO	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	CAZI	0	0,4500
109	MESILATO DE DOXAZOSINA 2MG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	EMS	0	0,0600
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	EMS	0	0,0700
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	E.M.S	0	0,1100
110	METRONIDAZOL 400MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	EMS	0	0,3200
111	METRONIZADOL 100MG/G GELEIA VAGINAL 50G	BI	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	NOVAQUIMICA	0	3,0000
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	TEUTO	0	3,4000
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D.	0	3,6400



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 32/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
112	NIMESULIDA 100MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	VITAPAN	0	0,0400
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	VITAPAN	0	0,0400
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Vitapan	0	0,0500
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	VITAPAN	0	0,0500
113	NIMESULIDA 50MG/ML FRASCO 15ML	FR	ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	VITAPAN	0	0,6400
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	VITAPAN	0	0,6900
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Vitapan	0	0,7260
114	NISTATINA SUSPENSÃO ORAL 100000UI/ML 30ML	FR	ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	PRATI	0	1,3300
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D.	0	1,3900
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	PRATI	0	1,4400
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Prati	0	1,4500
115	NISTATINA 25000UI/G CREME VAGINAL 60G	BI	PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	TEUTO	0	1,8500



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 33/88

Número do Registro de Preços: 1/2014			Data do Registro: 17/03/2014		Válido até: 17/03/2015		
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
116	NITROFURANTOINA 100MG		ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Teuto	0	2,1000	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	MULTILAB	0	2,8600	3
		CO	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	TEUTO	0	0,0900	1
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	TEUTO	0	0,0900	2
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TEUTO	0	0,1000	3
117	NORETISTERONA 0.35MG	CO	DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	BIOLAB	0	0,1800	1
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	BIOLAB	0	0,1900	2
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	BIOLAB	0	0,2000	3
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	BIOLAB	0	0,2000	4
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	BIOLAB	0	0,2000	5
118	NORFLOXACINO 400 MG	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	MEDQUIMICA	0	0,1400	1
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Multilab	0	0,1500	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
119	OLEO MINERAL 100ML		ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Belfar	0	0,1500
		FR	PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	SANTA TEREZINHA	0	1,6000
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	NATULAB	0	1,7500
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	NATULAB	0	1,8000
120	OMEPRAZOL 20MG	CO	PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	TEUTO	0	0,0400
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	PRATI	0	0,0400
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	PRATI	0	0,0400
121	PARACETAMOL 200MG/ML FRASCO 15ML	FR	ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	HIPOLABOR	0	0,4600
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	FARMACE	0	0,4800
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	NATULAB	0	0,4900
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	FARMACE	0	0,5200
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	SOBRAL	0	0,5300



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 35/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme específico						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
122	PARACETAMOL 500 MG	CO	DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PRATI	0	0,0400
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	PRATI	0	0,0400
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	TKS	0	0,0400
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D.	0	0,0400
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	BALM	0	0,0400
123	PARACETAMOL+CAFEINA+CARISOPRODOL+DICLOFENACO SODICO 300+30+125+50MG	CO	ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	EMS	0	0,1400
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	GEOLAB	0	0,1800
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	BELFAR	0	0,2000
124	PASSIFLORA INCARNATA+CRATAEGUS OXYACANTHA+SALIX ALBA 100+30+100MG	CO	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	ASPEN	0	0,9500
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Apsen	0	1,0000
125	PERMANGANATO DE POTASSIO 100MG	CO	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	FARMAX	0	0,0500



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 36/88

Número do Registro de Preços: 1/2014			Data do Registro: 17/03/2014		Válido até: 17/03/2015		
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
126	PERMETRINA 1% LOÇÃO 60 ML	FR	ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	FARMAX	0	0,0600	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Marjol	0	0,0600	3
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	IFAL	0	0,9900	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Santa Terezinha	0	1,0100	2
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	IFAL	0	1,1200	3
127	PIROXICAM 20 MG	CO	ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	PRATI	0	0,0800	1
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PRATI	0	0,0900	2
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D.	0	0,0900	3
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	PRATI	0	0,0900	4
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Prati Donaduzzi	0	0,0900	5
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	PRATI	0	0,1000	6



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 37/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
128	POLIVITAMINICO DO COMPLEXO B	UN	CENTERMEDI COM DE PROD. HOSPITALARES LTDA (829)	VITAMED	0	0,0400
			PROSAUDE DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	NATULAB	0	0,0400
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	MEDQUIMICA	0	0,0500
			ANGEOMED COM DE PROD. MED. HOSP. LTDA (914)	BELFAR	0	0,0500
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (1167)	Vitamed	0	0,0500
			DIMASTER-COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	NATULAB	0	0,0500
129	PREDNISONA 5MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	PRATI	0	0,0500
			CENTERMEDI COM DE PROD. HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D.	0	0,0600
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	PRATI	0	0,0600
			DAMED-DAMBROS MAT. EQUIP. HOSPIT. LTDA (137)	Prati	0	0,0660
130	PREDNISONA 20 MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	PRATI	0	0,1000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 38/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
131	PROGESTERONA 100MG		CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATID.	0	0,1100
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	PRATI	0	0,1100
		CO	DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Biosintetica	0	1,1900
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	ZODIAC	0	1,3600
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	BESINS	0	1,4600
132	ROSUVASTATINA 10MG	CO	ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	SANDOZ	0	0,4100
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	SANDOZ	0	0,4200
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Torrent	0	0,5300
133	SAIS PARA REHIDRATAÇÃO ORAL 27,9G	UN	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	IFAL	0	0,3800
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	PRATI	0	0,3900
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Prati	0	0,4600



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014**

Página: 39/88

**Número do Registro de Preços:** 1/2014      **Data do Registro:** 17/03/2014      **Válido até:** 17/03/2015

**Objeto da Compra:** O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme específico

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
134	SERINGA DE INSULINA 1ML AGULHA 30G	UN	DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Sr	0	0,1300	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Tkl	0	0,1400	2
			AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA (898)	RM DSEC	0	0,1500	3
135	SECNIDAZOL 1000MG	CO	PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	VITAPAN	0	0,3700	1
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	ELOFAR	0	0,4000	2
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Prati	0	0,4100	3
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Prati Donaduzzi	0	0,4100	4
136	SILIMARINA 70MG	CO	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	ZYDUS	0	1,3200	1
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Takeda	0	1,8500	2
137	SIMETICONA 75MG/ML FRASCO 10ML	FR	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	HIPOLABOR	0	0,5000	1
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	TEUTO	0	0,5500	2
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	HIPOLABOR	0	0,5600	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 40/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
138	SINAVASTATINA 20MG	CO	ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	SANDOZ	0	0,0600
						1
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	SANVAL	0	0,0600
						2
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	SANDOZ	0	0,0700
						3
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	SANDOZ	0	0,0700
						4
139	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G CREME DERMATOLÓGICO 30GRAMAS	UN	ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	PRATI	0	2,9400
						1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D.	0	2,9500
						2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Prati Donaduzzi	0	3,2100
						3
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Prati	0	3,2200
						4
140	SULFAMETOXAZOL+TRIMETROPINA 200+40MG/5ML FRASCO 100ML	FR	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	TEUTO	0	1,1000
						1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Teuto	0	1,3900
						2
141	SULFAMETOXAZOL+TRIMETROPINA 400+80MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	PRATI	0	0,0500
						1
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	TEUTO	0	0,0600
						2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014**

Número do Registro de Preços:	1/2014	Data do Registro:	17/03/2014	Válido até:	17/03/2015
<b>Objeto da Compra:</b> O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific					

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
142	SULFATO DE GLICOSAMINA 1,5G SACHE	UN	ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	PRATI	0	0,0600	3
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	TEUTO	0	0,0600	4
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D.	0	0,0600	5
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Prati	0	0,0640	6
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	EMS	0	1,1700	1
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	EMS	0	1,3000	2
143	SULFATO DE GLICOSAMINA+SULFATO DE CONDRITINA 500+400MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	EMS	0	1,8800	3
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	ACHE	0	1,6700	1
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	ACHE	0	1,6800	2
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	ACHÉ	0	1,6900	3
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	ACHE	0	1,7600	4
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Zodiac	0	1,7700	5



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 42/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
144	SULFATO DE GLICOSAMINA+SULFATO DE CONDOITINA 1,5+1,2G SACHE	UN	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	EUROFARMA	0	3,4700
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	EUROFARMA	0	3,5000
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	EUROFARMA	0	3,7500
145	SULFATO DE NEOMICINA 5MG/G+BACITRACINA ZINCICA 250U/G 10GRAMAS	BI	DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PRATI	0	0,7300
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	MULTILAB	0	0,7400
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	MULTILAB	0	0,8100
146	SULFATO DE SALBUTAMOL 0,4MG/ML - FRASCO C/120 ML	FR	PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	HIPOLABOR	0	0,6700
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	HIPOLABOR	0	0,7500
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	HIPOLABOR	0	0,8400
147	SULFATO DE SALBUTAMOL 100MCG/DOSE AEROSOL 200 DOSES	FR	DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	GLENMARK	0	4,1900
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	GlaxoSmithKline	0	4,2000
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	GLAXO	0	5,6000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 43/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme específico						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
148	SULFATO DE TERBUTALINA 0,3MG/ML 100ML	FR	DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Medley	0	3,3900
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	MEDLEY	0	3,5000
149	SULFATO FERROSO 125MG/ML, GOTAS, FRASCO 30 ML	FR	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Hipolabor	0	0,5600
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Hipolabor	0	0,5800
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	HIPOLABOR	0	0,6800
150	SULFATO FERROSO 40MG	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D.	0	0,0400
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	PRATI	0	0,0400
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Prati Donaduzzi	0	0,0400
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	NATULAB	0	0,0400
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	PRATI	0	0,0500
151	TRIANGINOLONA ACETONIDA 1 MG/G POMADA EM OROBASE 10G	BI	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	EUROFARMA	0	3,0000
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Prati Donaduzzi	0	3,2100



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 44/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	GEOLAB	0	3,2400
152	VARFARINA SODICA 5MG	CO	ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	TEUTO	0	0,0700
			CENTERMEDI COM DE PROD. HOSPITALARES LTDA (829)	TEUTO	0	0,0800
			PROSAUDE DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	TEUTO	0	0,0800
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	TEUTO	0	0,0800
153	XINAFOATO DE SALMETEROL+PROPIONATO DE FLUTICASONA 50/500MCG 60 DOSE	FR	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	GlaxoSmithKline	0	105,0600
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	GSK	0	117,6700
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	GLAXO	0	122,0000
154	ALPRAZOLAM 0,5MG	CO	1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	EMS	0	0,0900
			ANGEOMED COM DE PROD. MED. HOSP. LTDA (914)	EMS	0	0,1000
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (1167)	Neo Química	0	0,1100
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	HYPERMARCAS	0	0,1100



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 45/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme específico						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
155	ALPRAZOLAN 1MG	CO	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Neo Química	0	0,1200
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	EMS	0	0,1400
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	HYPERMARCAS	0	0,1800
156	BROMAZEPAN 6MG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	TEUTO	0	0,0600
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	TEUTO	0	0,0600
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TEUTO	0	0,0700
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Teuto	0	0,0700
157	CARBAMAZEPINA 20MG/ML SUSPENSÃO 100ML	FR	ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	MEDLEY	0	4,9000
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	MEDLEY	0	5,0000
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	MEDLEY	0	5,8000
158	CARBAMAZEPINA CR 400MG	CO	DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Novartis	0	1,4800
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	NOVARTIS	0	1,4900



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015									
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
159	CARBAMAZEPINA 200MG	CO	1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	NOVARTIS	0	1,5200	3		
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	NOVARTIS	0	1,6500	4		
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	HYPERMARCAS	0	0,0800	1		
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	HYPERMARCAS	0	0,0800	2		
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Sanval	0	0,0800	3		
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	SANVAL	0	0,0800	4		
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	HIPOLABOR	0	0,1000	1		
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Hipolabor	0	0,1200	2		
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	HIPOLABOR	0	0,1200	3		
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	ARROW	0	0,1600	4		
161	CITALOPRAM 20MG	CO	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Torrent	0	0,1100	1		
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	AUROBINDO	0	0,1300	2		



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 47/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
162	CLOBAZAM 20MG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	SANOFI	0	0,1500
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	SANDOZ	0	0,1500
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Sanofi	0	0,7590
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	SANOFI	0	0,7800
163	CLONAZEPAM 2 MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	EMS	0	0,0900
			ANGEOMED COM DE PROD. MED. HOSP. LTDA (914)	EMS	0	0,0900
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Eurofarma	0	0,0960
164	CLONAZEPAM 2.5MG/ML FRASCO COM 20 ML	FR	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	HIPOLABOR	0	1,5000
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	HIPOLABOR	0	1,5500
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	HIPOLABOR	0	1,8700
165	CLORIDRATO DE AMANTADINA 100MG	CO	CENTERMEDI COM DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	EUROFARMA	0	0,5700
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	EUROFARMA	0	0,5800



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 48/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	EUROFARMA	0	0,6100
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Eurofarma	0	0,6260
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	EUROFARMA	0	0,6300
166	CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 25MG	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	TEUTO	0	0,0500
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Teuto	0	0,0500
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	TEUTO	0	0,0500
167	CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 75MG	CO	1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	EMS	0	0,1500
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	EMS	0	0,1700
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	EMS	0	0,2500
168	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2MG	CO	DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	CRISTALIA	0	0,1900
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	CRISTALIA	0	0,1900
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Cristalia	0	0,2100



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 49/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
169	CLORIDRATO DE BUPROPIONA 150MG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	EMS	0	0,3700
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	EMS	0	0,4500
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	EMS	0	0,4500
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	E M S	0	0,5400
170	CLORIDRATO DE CLOMIPRAMINA 25MG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	EMS	0	0,5700
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	GERMED	0	0,6100
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	EMS	0	0,6500
171	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 100MG	CO	ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	CRISTALLIA	0	0,1700
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	UNIAO QUIMICA	0	0,1800
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	UNIAO QUIMICA	0	0,1900
172	CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20MG	CO	DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	TEUTO	0	0,0500
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	TEUTO	0	0,0500



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 50/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
173	CLORIDRATO DE IMPRAMINA 25MG		ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	TEUTO	0	0,0500
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	TEUTO	0	0,0500
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Teuto	0	0,0500
		CO	ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	CRISTALIA	0	0,1200
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	CRISTALIA	0	0,1800
174	CLORIDRATO DE MEMANTINA 10 MG		ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Cristalia	0	0,2100
		CO	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Teuto	0	0,4900
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	EROWLABS	0	0,7000
175	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 25MG		A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	EUROFARMA	0	0,8600
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	EUROFARMA	0	0,8600
		CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	EUROFARMA	0	0,2300
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Eurofarma	0	0,2400



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	EUROFARMA	0	0,2600
176	CLORIDRATO DE PAROXETINA 20 MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	AUROBINDO	0	0,1600
			ANGEOMED COM DE PROD. MED. HOSP. LTDA (914)	AUROBINDO	0	0,1900
			DIMASTER-COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	AUROBINDO	0	0,2000
			CENTERMEDI COM DE PROD. HOSPITALARES LTDA (829)	AUROBINDO	0	0,2000
177	CLORIDRATO DE SERTRALINA 50MG	CO	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (1167)	Torrent	0	0,1000
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	AUROBINDO	0	0,1200
			DIMASTER-COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	E M S	0	0,1500
178	CLORIDRATO DE TIORIDAZINA 50 MG	CO	ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	UNIAO QUIMICA	0	0,4700
			CENTERMEDI COM DE PROD. HOSPITALARES LTDA (829)	UNIÃO QUIMICA	0	0,5000
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	UNIÃO QUIMICA	0	0,5200



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 52/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
179	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 75MG	CO	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Torrent	0	0,3500
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	EUROFARMA	0	0,8000
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	RANBAXY	0	0,8900
180	CLORIDRATO DE TRAZODONA 50MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	APSEN	0	0,7700
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	APSEN	0	0,7900
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Apsen	0	0,8100
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	APSEN	0	0,8600
181	DECANOATO DE HALOPERIDOL 70.52MG/ML AMPOLA 1ML	AM	DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Cristalia	0	5,2800
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	CRISTALIA	0	6,7200
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Cristalia	0	6,8800
182	DIAZEPAM 5MG/ML AMPOLA 2ML	AM	DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Santisa	0	0,5400
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TEUTO	0	0,5600
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	SANTISA	0	0,5800



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme específico						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Uniao Quimica	0	0,5900
183	DIAZEPAM 10 mg	AM	PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	UNIAO QUIMICA	0	0,0400
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	SANTISA	0	0,0400
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	HYPERMARCAS	0	0,0400
184	DISSULFIRAM 250 MG	CO	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	SANOFI	0	0,2900
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	SANOFI	0	0,3000
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	SANOFI	0	0,3300
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	SANOFI	0	0,4900
185	DONEPEZILA 10MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	SANDOZ	0	1,2000
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	TORRENT	0	1,5000
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Ranbaxy	0	1,5500
186	FENITOINA 100 MG	CO	PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	TEUTO	0	0,0500
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	TEUTO	0	0,0500



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
187	FENOBARBITAL 100MG		ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	TEUTO	0	0,0500
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TEUTO	0	0,0500
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Teuto	0	0,0500
		CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TEUTO	0	0,0600
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	TEUTO	0	0,0600
188	GABAPENTINA 300MG		CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	TEUTO	0	0,0600
		CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D.	0	0,3800
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	EMS	0	0,4500
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	PRATI	0	0,4500
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PRATI	0	0,4900
189	HALOPERIDOL 5 MG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	U. QUIMICA	0	0,0600
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	UNIAO QUIMICA	0	0,0700



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 55/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme específico						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
190	HALOPERIDOL 1 MG		ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	UNIAO QUIMICA	0	0,0700
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	UNIÃO QUIMICA	0	0,0800
		CO	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Cristalia	0	0,1100
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	CRISTALIA	0	0,1100
191	LAMOTRIGINA 100MG	CO	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Torrent	0	0,3000
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	CRISTALIA	0	0,4000
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	CRISTÁLIA	0	0,5000
		CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	AUROBINDO	0	0,6000
193	OXALATO DE ESCITALOPRAM 10MG		ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Torrent	0	0,6300
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	AUROBINDO	0	0,8900
		CO	ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	EMS	0	0,3000
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	EMS	0	0,3500



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme específico						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
194	PARACETAMOL+FOSFATO DE CODEINA 500+30MG	CO	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Torrent	0	0,5300
				UNIÃO QUÍMICA	0	0,6200
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	UNIÃO QUÍMICA	0	0,6300
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	EUROFARMA	0	0,7300
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	UNIAO QUIMICA	0	0,7300
195	PREGABALINA 75 MG	CO	DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Zodiac	0	1,8600
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	ZODIAC	0	1,8700
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	ZODIAC	0	1,9600
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	ZODIAC	0	2,1300
196	RISPERIDONA 1MG	CO	ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	CRISTALIA	0	0,1200
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Torrent	0	0,1500
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	SANDOZ	0	0,1500



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 57/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	SANDOZ	0	0,1600
197	SULFATO DE TRANILCIPROMINA 10 MG	CO	DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Glaxo	0	1,0000
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	GSK	0	1,0200
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	GLAXO	0	1,1100
198	SULPIRIDA+BROMAZEPAM 25/1MG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	SANOFI	0	0,8600
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	SANOFI	0	1,0200
199	TOPIRAMATO 50MG	CO	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	ZYDUS	0	0,1300
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	ZYDUS	0	0,1300
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	EMS	0	0,1600
200	VALPROATO DE SÓDIO 300MG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	ABBOTT	0	0,6700
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Abbott	0	0,7000
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	ABBOTT	0	0,7300



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014**

Página: 58/88

**Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015**  
**Objeto da Compra:** O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
201	VALPROATO DE SÓDIO/ACIDO VALPROICO CR 500MG	CO	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Torrent	0	0,5300	1
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	TORRENT	0	1,0500	2
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Torrent	0	1,1000	3
202	VALPROATO DE SODIO 250MG/5ML FRASCO 100ML	FR	ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	TEUTO	0	1,8800	1
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	TEUTO	0	1,8900	2
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	TEUTO	0	1,9500	3
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	HIPOLABOR	0	2,0600	4
203	VALPROATO DE SÓDIO 500MG	CO	DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	BIOLAB	0	0,5700	1
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	BIOLAB	0	0,5900	2
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	SANOFI	0	0,6200	3
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	SANOFI	0	0,6700	4
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	BIOLAB	0	0,6700	5



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 59/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
204	ZIPRASIDONA 40MG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	PFIZER	0	8,2200
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	PFIZER	0	8,2300
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	PFIZER	0	9,1500
205	ATENOLOL 50MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	VITAPAN	0	0,0200
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	VITAPAN	0	0,0300
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	PRATI	0	0,0300
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Vitapan	0	0,0300
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	TEUTO	0	0,0300
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT LTDA (137)	Prati	0	0,0300
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D.	0	0,0300
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP LTDA (914)	PRATI	0	0,0400
206	ATENOLOL+CLORTALIDONA 50/12. 5MG	CO	1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	EMS	0	0,0900



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 60/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	SANDOZ	0	0,1300
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	EMS	0	0,1300
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	VITAPAN	0	0,1300
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Torrent	0	0,1500
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	VITAPAN	0	0,1500
207	ATENOLOL+CLORTALIDONA 100/25MG	CO	1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	EMS	0	0,1200
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	EMS	0	0,1700
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	SANDOZ	0	0,1800
208	BESILATO DE ANLODIPINO 5MG	CO	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Vitapan	0	0,0200
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	VITAPAN	0	0,0200
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	VITAPAN	0	0,0300
209	BESILATO DE ANLODIPINO+CLORIDRATO DE BENAZEPRIL 5+10 MG	CO	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	BIOLAB	0	1,7600



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 61/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
210	BESILATO DE ANILODIPINO+CLORIDRATO DE BENAZEPRIL 5+20MG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	BIOLAB	0	1,8000
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	BIOLAB	0	1,8500
			DAMEDH-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Biolab	0	1,9000
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	BIOLAB	0	1,9000
211	BESILATO DE LEVANLODIPINO 2,5MG	CO	DAMEDH-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Biolab	0	1,9600
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	BIOLAB	0	1,9700
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	BIOLAB	0	2,0000
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	BIOLAB	0	1,0000
212	CLORIDRATO DE AMILORIDA+HIDROCLOROTIAZIDA 5+50MG	CO	DAMEDH-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Biolab	0	1,0500
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	BIOLAB	0	1,0900
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	HYPERMARCAS	0	0,0600
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	VITAPAN	0	0,0600



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 62/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme específico						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
213	CLORIDRATO DE AMIODARONA 200MG		ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	VITAPAN	0	0,0700
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	VITAPAN	0	0,0700
		CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	GEOLAB	0	0,2500
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Geolab	0	0,3100
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	GEOLAB	0	0,3500
214	CLORIDRATO DE DILTIAZEM 60 MG	UN	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TEUTO	0	0,0800
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Teuto	0	0,1100
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	EMS	0	0,1300
215	CAPTOPRIL 25 MG	CO	ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	MARIOL	0	0,0200
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Mariol	0	0,0200
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PHARLAB	0	0,0200
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	TEUTO	0	0,0200
						Classif.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 63/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
216	CAPTOPRIL 50MG	CO	ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	BALM LABOR	0	0,0200
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	PHARLAB	0	0,0200
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	BALM	0	0,0200
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	MARIOL	0	0,0300
217	CARVEDILOL 6,25MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	PRATTI	0	0,0300
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Balm Labor	0	0,0300
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	BALM	0	0,0300
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Torrent	0	0,0600
218	CARVEDILOL 3,125MG	CO	ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP LTDA (914)	EMS	0	0,1000
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	EMS	0	0,1000
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	E M S	0	0,1500
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Torrent	0	0,0600



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 64/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
219	CARVEDILOL 12,5 MG	CO	1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	EMS	0	0,1000
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	EMS	0	0,1000
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	E M S	0	0,1500
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Torrent	0	0,0900
220	CLORIDRATO DE METFORMINA 850MG	CO	ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	EMS	0	0,1200
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	EMS	0	0,1300
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	TEUTO	0	0,0600
221	CLORIDRATO DE MATFORMINA 500MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	AUROBINDO	0	0,0800
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	TEUTO	0	0,0500
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TEUTO	0	0,0500
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D.	0	0,0600
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	PRATI	0	0,0600



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 65/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme específico						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
222	CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40 MG	CO	DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PRATI	0	0,0600
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	PRATI	0	0,0700
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Teuto	0	0,0700
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Vitapan	0	0,0200
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	OSORIO	0	0,0200
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	VITAPAN	0	0,0200
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	SANVAL	0	0,0200
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	VITAPAN	0	0,0200
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	SANVAL	0	0,0200
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	VITAPAN	0	0,0200
223	CLORIDRATO DE VERAPRAMIL 80MG	CO	PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	TEUTO	0	0,0500
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	PRATI	0	0,0500



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 66/88

Número do Registro de Preços: 1/2014		Data do Registro: 17/03/2014		Válido até: 17/03/2015			
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
224	CLORIDRATO DE VERAPAMIL 120MG	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATID.	0	0,0600	3
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	PRATI	0	0,0600	4
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Sanval	0	0,0600	5
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	TEUTO	0	0,0700	6
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	SANDOZ	0	0,1500	1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	SANDOZ	0	0,1800	2
225	DIGOXINA 0,25MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	SANDOZ	0	0,2800	3
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PHARLAB	0	0,0400	1
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	PHARLAB	0	0,0400	2
226	ESPIRONOLACTONA 25 MG	CO	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Pharlab	0	0,0600	3
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	ASPEN	0	0,0900	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 67/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015							
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	EMS	0	0,1000	2
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	ASPEN	0	0,1000	3
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	ASPEN	0	0,1000	4
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	ASPEN PHARMA	0	0,1100	5
227	FEMPROCUMONA 3MG	CO	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	ROCHE	0	0,2600	1
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Roche	0	0,2700	2
228	FUROSEMIDA 40 MG	CO	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	HIPOLABOR	0	0,0400	1
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	HIPOLABOR	0	0,0400	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Cimed	0	0,0400	3
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	HIPOLABOR	0	0,0400	4
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	HIPOLABOR	0	0,0400	5
230	GLIBENCLAMIDA 5MG	CO	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Cimed	0	0,0300	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 68/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015							
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
231	GLIMEPIRIDA 2MG		ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	CIMED	0	0,0300	2
		CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	HYPERMARCAS	0	0,0600	1
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	HYPERMARCAS	0	0,0700	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Cimed	0	0,0900	3
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	CIMED	0	0,0900	4
232	GLIMEPIRIDA 4 MG	CO	1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	EMS	0	0,1300	1
233	GLICAZIDA 30MG		ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Baldacci	0	0,1500	2
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	EMS	0	0,1600	3
		CO	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Torrent	0	0,1500	1
234	HIDROCLOROTIAZIDA 50MG		1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	TORRENT	0	0,2500	2
		CO	DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PHARLAB	0	0,0300	1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	MEDQUIMICA	0	0,0300	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 69/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
235	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	CO	ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	MEDQUIMICA	0	0,0400
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Medquimica	0	0,0400
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	PHARLAB	0	0,0400
236	LISINOPRIL 20MG	CO	ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	CIMED	0	0,0200
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PHARLAB	0	0,0200
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	MEDQUIMICA	0	0,0300
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Cimed	0	0,0300
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	MEDQUIMICA	0	0,0300
237	LISINOPRIL 20MG	CO	ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	SANDOZ	0	0,2000
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	EMS	0	0,2300
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	E.M.S	0	0,2500



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 70/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário
237	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG	CO	ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	PRATI	0	0,0500
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	HYPERMARCAS	0	0,0600
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	PRATI	0	0,0700
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	PRATI D.	0	0,0700
			ALTERMED MAT.MED HOSPITALAR LTDA (1167)	Prati Donaduzzi	0	0,0700
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	GEOLAB	0	0,0700
238	LOSARTANA POTÁSSICA-HIDROCLOROTIAZIDA 100/25MG	CO	1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	EMS	0	0,1800
			ALTERMED MAT.MED HOSPITALAR LTDA (1167)	E.M.S	0	0,1900
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	EMS	0	0,2300
239	LOSARTANA POTÁSSICA+HIDROCLOROTIAZIDA 50/12.5MG	CO	1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	EMS	0	0,1100
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	HYPERMARCAS	0	0,1200
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	EMS	0	0,1400



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 71/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
240	MALEATO DE ENALAPRIL 10MG	CO	ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	CIMED	0	0,0400
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	VITAPAN	0	0,0400
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	TEUTO	0	0,0500
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	HYPERMARCAS	0	0,0500
241	MALEATO DE ENALAPRIL 20MG	CO	ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	CIMED	0	0,0500
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TEUTO	0	0,0500
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	TEUTO	0	0,0500
242	METILDOPA 250MG	CO	PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	TKS	0	0,0900
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR L.TDA (1167)	Tks	0	0,1100
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	TKS	0	0,1300
243	METILDOPA 500MG	CO	PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	TKS	0	0,1500
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR L.TDA (1167)	Tks	0	0,1700
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Tks	0	0,1700



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 72/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	TKS	0	0,2000
						4
244	MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 20MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	ZYDUS	0	0,0500
						1
			ALTERMED MAT.MED HOSPITALAR LTDA (1167)	Zydus	0	0,0900
						2
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	ZYDUS	0	0,1000
						3
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	ZYDUS	0	0,1000
						4
245	NIFEDIPINO OROS 30MG	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	BAYER	0	3,6400
						1
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	BAYER	0	3,6500
						2
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Bayer	0	3,8700
						3
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	BAYER	0	4,0000
						4
246	NIMODIPINO 30 MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	HYPERMARCAS	0	0,0900
						1
			ALTERMED MAT.MED HOSPITALAR LTDA (1167)	Neo Química	0	0,1000
						2
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	VITAPAN	0	0,1400
						3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 73/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
247	PINDOLOL+CLOPAMIDA 10/5MG	CO	DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Novartis	0	2,1000
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	NOVARTIS	0	2,1300
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	NOVARTIS	0	2,8000
248	PROPATILNITRITO 10MG	CO	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	FQM	0	0,3100
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	FARMOQUIMICA	0	0,3300
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	FMQ	0	0,3400
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	FMQ	0	0,3800
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	BRISTOL	0	0,4000
249	SUCCINATO DE METOPROLOL 50MG	CO	DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Astra	0	1,0500
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	ASTRAZENECA	0	1,0600
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	ASTRA	0	1,1400
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	ASTRAZENECA	0	1,1800



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 74/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme específico						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	ASTRA	0	1,2000
250	TELMISARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA 80+12,5MG	CO	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	BOEHRINGER	0	3,3100
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	BOEHRINGER	0	3,3200
			DAMEDH-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Boehringer	0	3,5000
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	BOEHRINGER	0	3,6100
251	VALSARTANA 80MG	CO	1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	EMS	0	0,2600
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	EMS	0	0,3100
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	SANDOZ	0	0,3100
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Torrent	0	0,3200
252	XAROPE DE GUACO 120ML	FR	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	NATULAB	0	1,9000
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	NATULAB	0	1,9900
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Vitamed	0	2,1100



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 75/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme específico						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
253	BESILATO DE ANLIDIPINO+CLORIDRATO DE BENAZEPRIL 2,5+10MG	CO	DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Biolab	0	1,1000
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	BIOLAB	0	1,1200
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	BIOLAB	0	1,1800
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	BIOLAB	0	1,2000
254	ACETATO DE DEXTROALFATOFEOL (10MG) + ACIDO ASCORBICO (45MG) + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA (1.3MG) + SULFATO DE MANGANES (2.3MG) + LUTEINA (10MG) + OXIDO DE ZINCO (7MG) + CIANOCOBALAMINA (2.4MCG) +RIBOFLAVINA (1.3MG) + MONONITRATO DE TIAMINA (1.2MG) +ACIDO FOLICO (240MCG) + OMEGA 3 (0.3G) + NIACINA (16MG) + SELENIO (34MCG) + VITAMINA A (600MCG) + COBRE (800MCG) + ACIDO DOCOSAHEXAENOICO (DHA) (0.1G) + ACIDO EICOSAPENTAENOICO (EPA) (0.1G) +ZEAXANTINA (2MG) (VITALUX PLUS OMEGA 3)	CO	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	NOVARTIS	0	2,4000
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Alcon	0	2,5300
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	NOVARTIS	0	2,6100
255	IBUPROFENO 50MG/ML 30ML	FR	ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	NATULAB	0	0,7500
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	NATULAB	0	0,8400



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 76/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário
			DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027)	NATULAB	0	0,9700
256	AGUA DESTILADA 05 LITROS	GL	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Caithec-Dentaltec	0	5,3000
			PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E (1757)	DENTAL TEC	0	5,5000
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	ASfer	0	7,8400
257	AGULHA DESCARTAVEL 25X7 PARA COLETA DE SANGUE A VACUO	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Lamedit	0	0,2100
258	ALCOOL 70%	UN	AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA (898)	MEGA QUIMICA	0	3,0500
			PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E (1757)	CICLO FARMA	0	3,0800
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Tupi	0	3,4100
259	ALMOTOLIA 250ML TRANSPARENTE	UN	DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Taylor	0	1,4500
			AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA (898)	J.PROLAB	0	1,5600
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	J Prolab	0	2,1600
260	ALMOTOLIA 250ML ESCURA	UN	AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA (898)	J.PROLAB	0	1,5600



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 77/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
261	ANESTESICO OFTALMICO ESTERIL-CLORIDRATO DE TETRACAINA 1% CLORIDRATO DE FENILNEFRINA 0,1ML	UN	DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Taylor	0	2,0200
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	J Prolab	0	2,1600
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	ALLERGAN	0	6,3500
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	ALLERGAN	0	6,3600
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	ALLERGAN	0	6,4000
262	ATADURA DE CREPE 13 FIOS 06 CM X 3M	UN	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	ALLERGAN	0	6,4900
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Allergan	0	6,8500
			PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E (1757)	MB TEXTIL	0	0,1600
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Andreoni Textil	0	0,1800
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Clean	0	0,2300
263	ATADURA DE CREPE 13 FIOS 12 CM X 3M	UN	PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E (1757)	MB ETXTIL	0	0,3500
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Andreoni Textil	0	0,3700



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 78/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme específico						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Clean	0	0,4400
264	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000UI	AM	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	TEUTO	0	0,7800
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TEUTO	0	0,9600
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Teuto	0	1,1600
265	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000UI	AM	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	TEUTO	0	0,6400
			MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	TEUTO	0	0,7400
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Teuto	0	0,9100
267	CETOPROFENO IM	AM	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	UNIÃO QUÍMICA	0	1,5000
			ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	UNIAO QUIMICA	0	1,7100
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	UNIÃO QUÍMICA	0	1,7800
268	CIMETIDINA 150MG/ML	AM	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	TEUTO	0	0,2400
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Hypofarma	0	0,5300



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 79/88

Número do Registro de Preços: 1/2014		Data do Registro: 17/03/2014		Válido até: 17/03/2015			
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
270	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2% SEM VASO CONSTRITOR 20ML	UN	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	HIPOLABOR	0	1,2500	1
			ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	HIPOFARMA	0	1,8200	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Hipolabor	0	1,8500	3
271	COLAGENASE+CLORANFENICOL	UN	ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914)	CRISTALIA	0	12,6000	1
			CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	CRISTÁLIA	0	12,9500	2
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	CRISTALIA	0	14,0000	3
272	CUBARIN	UN	DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Taylor	0	6,6000	1
273	DEXALGEM	AM	MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	EUROFARMA	0	8,8400	1
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	EUROFARMA	0	9,3500	2
			A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	EUROFARMA	0	9,4200	3
274	DIAZEPAM 10 mg	AM	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	TEUTO	0	0,3800	1
275	DICLOFENACO SODICO 25MG/ML	AM	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	FARMACE	0	0,5000	1
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Farnace	0	0,6600	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014**

Número do Registro de Preços:	1/2014	Data do Registro:	17/03/2014	Válido até:	17/03/2015
<b>Objeto da Compra:</b> O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific					

Número do Registro de Preços: 1/2014			Data do Registro: 17/03/2014		Válido até: 17/03/2015		
Objeto da Compra :O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
277	ESCOVA CERVICAL		ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756)	FARMACE	0	0,6700	3
		UN	PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E (1757)	KOLPLAST	0	0,1500	1
			ALTERMED MAT MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Kolplast	0	0,2000	2
			DAMED1-DAMBROS MAT EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Adlin	0	0,3100	3
278	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL C/CAPA, MEDINDO 10CM ALTURA POR 4.5 MT, COM TECIDO 100 % ALGODÃO	RL	ALTERMED MAT MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Cral	0	2,5300	1
			PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E (1757)	MISSNER	0	4,6200	2
279	ESPÁTULA DE AYRE		AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA (898)	DESCARPACK	0	4,9400	3
		UN	PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E (1757)	ESTILO	0	0,0400	1
			ALTERMED MAT MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Estilo	0	0,0500	2
			AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA (898)	ESTILO	0	4,2500	3
280	ESPECULO TAMI. M	UN	PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E (1757)	KOLPLAST	0	0,7300	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 81/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme específico						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
281	ESPECULO TAMP	UN	AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA (898)	GYNUS	0	0,7500
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Adlin	0	1,0500
			AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA (898)	GYNUS	0	0,6600
			PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E (1757)	KOLPLAST	0	0,6900
282	FITA MICROPORE BRANCA 2.5MMX10M	UN	ALTERMED MAT.MED HOSPITALAR LTDA (1167)	Adlin	0	0,8500
			PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E (1757)	CRAL	0	1,4000
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Maxicor	0	1,5900
			ALTERMED MAT.MED HOSPITALAR LTDA (1167)	Cral	0	1,6800
283	FRUTOSE	AM	CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829)	CRISTÁLIA	0	4,1900
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Cristalia	0	4,5800
			ALTERMED MAT.MED HOSPITALAR LTDA (1167)	Cristalia	0	4,6000
			PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E (1757)	MEDBLANC	0	6,1000
284	GASES HIDRÓFILOS PCT C/ 500 UN	PCT				



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 82/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme específico						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.
			AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA (898)	MEDPLUS	0	6,8500
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Clean	0	12,0100
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Global Trade	0	2,6200
			AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA (898)	SOLIDOR	0	3,4500
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Solidor	0	3,6400
			AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA (898)	SOLIDOR	0	15,5000
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Maxicor	0	15,8300
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Maxicor	0	17,0000
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Nugard	0	11,1400
			AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA (898)	EMBRAMAC	0	11,1500
			PLASMEDIC COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E (1757)	EMBRAMAC	0	11,2000
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Nugard	0	12,9100
			AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA (898)	LUPLAST	0	5,2500

285    LÂMINA MICROSCÓPICA EXTREMIDADE FOSCA C/50 UN

286    LAMINAS PARA BISTURI N° 15 COM 100

287    LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTO TAM.M CAIXA C/100

288    LUVAS DE PLASTICO DESCARTAVEIS TAM. UNICO C/ 100



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 83/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme específico						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
289	METOCLOPRAMIDA 5MG/ML		DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Luplatex	0	5,4000
			1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	LUPHATEX	0	5,7600
		AM	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	ISO FARMA	0	0,2100
			ALTERMED MAT.MED HOSPITALAR LTDA (1167)	Isofarma	0	0,2400
290	NALBUFINA 10MG/ML		MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099)	ISO FARMA	0	0,2600
		UN	A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004)	CRISTALIA	0	13,5800
		UN	ALTERMED MAT.MED HOSPITALAR LTDA (1167)	Vitapan	0	2,0500
		UN	ALTERMED MAT.MED HOSPITALAR LTDA (1167)	SR	0	0,1900
291	RETINOL+COLECALCIFEROL+OXIDO DE ZINCO		1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389)	SR	0	0,2100
			AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA (898)	SR	0	0,2200
		UN	DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	SR	0	0,3300
			ALTERMED MAT.MED HOSPITALAR LTDA (1167)	SR	0	0,3400
292	SERINGA 10 ML					
293	SERINGA 20 ML					



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 84/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA (898)	SR	0	0,3600
294	SERINGA 3ML	UN	AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA (898)	DESCARPACK	0	0,0800
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	SR	0	0,0900
	PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E (1757)		EMBRAMAC		0	0,1100
295	SERINGA 5ML	UN	AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA (898)	DESCARPACK	0	0,0900
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	DEH	0	0,1000
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	SR	0	0,1100
296	SONDA URETRAL N° 12	UN	AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA (898)	BIOSANI	0	0,3500
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Biosani	0	0,3600
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Medsonda	0	0,5800
297	SONDA URETRAL N°20	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Biosani	0	0,5400
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Medsonda	0	0,6600
			AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA (898)	BIOSANI	0	0,8500



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 85/88

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 17/03/2014      Válido até: 17/03/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme específico						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
298	SORO FISIOLÓGICO 100ML	UN	AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA (898)	FRESENIUS	0	1,5600
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	BASA	0	1,7100
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Equiplex	0	1,7700
299	SORO FISIOLÓGICO 250ML	UN	AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA (898)	FRESENIUS	0	1,6800
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	BASA	0	1,8500
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Equiplex	0	1,8900
300	SORO FISIOLÓGICO 500ML	FR	PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E (1757)	EUROFARMA	0	1,7800
			AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA (898)	FRESENIUS	0	1,8900
			PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	BASA	0	1,9900
301	SORO GLICOSADO 250ML	UN	PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	BASA	0	1,5900
			AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA (898)	FRESENIUS	0	1,6000
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Basa	0	1,9900
302	SORO GLICOSADO 500 ML	UN	AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA (898)	FRESENIUS	0	1,9700



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 86/88

Número do Registro de Preços: 1/2014		Data do Registro: 17/03/2014		Válido até: 17/03/2015			
<b>Objeto da Compra:</b> O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
303	SULFADIAZINA DE PRATA 1% PASTA 400 GR	UN	PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832)	BASA	0	1,9800	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Basa	0	2,2500	3
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Prati Donaduzzi	0	20,7900	1
304	TESTE BIOLOGICO PARA AUTOCLAVE AMPOLA	UN	DAMEDH-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Prati	0	20,8500	2
			DAMEDH-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Prati	0	7,9800	1
305	LUVA LATEX PARA PROCEDIMENTO TAM.P CAIXA C/100	CX	AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA (898)	EMBRAMAC	0	11,8000	1
			PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E (1757)	EMBRAMAC	0	12,0000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 87/88

Número do Registro de Preços: 1/2014		Data do Registro: 17/03/2014		Válido até: 17/03/2015			
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167)	Nugard	0	12,9100	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2014

Página: 88/88

Número do Registro de Preços: 1/2014		Data do Registro: 17/03/2014		Válido até: 17/03/2015			
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS N° 1/2014  
PROCESSO N° 6/2014

- (137) - DAMED-DAMBROS MAT EQUIP.HOSPIT.LTDA
- (829) - CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA
- (832) - PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA
- (898) - AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA
- (914) - ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA
- (1004) - A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC
- (1027) - DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
- (1099) - MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS
- (1167) - ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA
- (1381) - DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA
- (1389) - 1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA
- (1756) - ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME
- (1757) - PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E

Novo Horizonte, 17 de Março de 2014.



## Orleans

### PREFEITURA

#### Edital de Homologação dos Aprovados No Processo Seletivo Nº003/2014

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Orleans  
Edital de Processo Seletivo Nº 003/2014

#### EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2014

O Prefeito de Orleans homologa e torna pública a Lista de Candidatos aprovados, conforme estabelecido no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2014.

#### MOTORISTA SOCORRISTA

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO (A)	DATA NASC.	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
003	JOÃO MINATO FERNANDES	15/06/1964	7,14	1º lugar
012	GUSTAVO MENEGAZ IZIDORO DA SILVA	14/11/1985	6,30	2º lugar
011	MATHEUS NUNES	09/07/1990	6,30	3º lugar
005	ODAIR JOSE BAGGIO	21/05/1975	5,90	4º lugar
008	GUILHERME TOLDO PORTO	08/10/1981	5,90	5º lugar
013	ROBSON VIDOLIN	09/03/1971	5,46	6º lugar
001	FERNANDO SOUZA NEVES	05/01/1972	5,46	7º lugar
002	VANDERLEI JOSE TASCA	18/08/1971	5,00	8º LUGAR
006	FELIPE DA SILVA	30/07/1983	5,00	9º LUGAR

Orleans, 17 de março de 2014.  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito de Orleans

## Ouro Verde

### PREFEITURA

#### Decreto Nº2445

DECRETO N.º 2445/2014

"NOMEIA FUNCIONARIO PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Comp. 021/2005 e 022/2005.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeada para o Serviço Público Municipal a Sra. DAIANE FABRIS, para exercer o Cargo de provimento em Comissão de Assistente de Administração e Finanças, lotada junto a Secretaria Municipal Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Ouro Verde – SC, em 19 de março de 2014.

ROSANE MINETTO SELIG  
Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

NILSON SANTIN  
Vice-Prefeito Municipal

#### Decreto Nº2444

DECRETO Nº. 2444/2014

"Inclui Despesas na Ação 1052 no Plano Plurianual do Município para o Exercício de 2014 e na Lei de Diretrizes Orçamentária para o Exercício de 2014, Abre Crédito Adicional Especial e da outras providencias".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 2º da Lei Municipal N.º 883, de 18 de março de 2014.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a incluir despesas e abrir um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 299.850,01 (Duzentos e noventa e nove mil, oitocentos e cinquenta reais e um centavo), com a seguinte classificação orçamentária:

10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10 – SAÚDE  
301 – ATENÇÃO BÁSICA  
1001 – SAÚDE PARA TODOS  
1052 – Conclusão/Ampliação da Rede Física de Saúde  
40000000 – DESPESAS DE CAPITAL  
44000000 – INVESTIMENTOS  
  
44900000 – APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 299.850,01



Fonte: 0182 – Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde R\$ 160.530,01

Fonte: 0123 – Transferências de Convênios de Saúde R\$ 139.320,00  
Ação 0054 – Conclusão/Ampliação da Rede Física de Saúde  
TOTAL GERAL R\$ 299.850,01

Art. 2º - O Crédito aberto por esta Lei correrá por conta de recursos a serem liberados, vinculados ao Contrato de Financiamento nº. 2012014901, firmado junto ao BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A, no valor total de R\$ 160.530,01 (Cento e sessenta mil, trezentos e trinta reais e um centavo) e liberação de Convênio Federal para a área de Saúde, conforme Contrato de Repasse nº 0345.871-72/2010 junto a Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 139.320,00 (Cento e trinta e nove mil, trezentos e vinte reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 18 de março de 2014.  
ROSANE MINETTO SELIG  
Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

NILSON SANTIN  
Vice-Prefeito Municipal

### **Lei Nº883**

LEI Nº. 883/2014

“Inclui Despesas na Ação 1052 no Plano Plurianual do Município para o Exercício de 2014 e na Lei de Diretrizes Orçamentária para o Exercício de 2014, Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências”.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a incluir despesas e abrir um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 299.850,01 (Duzentos e noventa e nove mil, oitocentos e cinquenta reais e um centavo), com a seguinte classificação orçamentária:

10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 – SAÚDE

301 – ATENÇÃO BÁSICA

1001 – SAÚDE PARA TODOS

1052 – Conclusão/Ampliação da Rede Física de Saúde

40000000 – DESPESAS DE CAPITAL

44000000 – INVESTIMENTOS

44900000 – APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 299.850,01

Fonte: 0182 – Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde R\$ 160.530,01

Fonte: 0123 – Transferências de Convênios de Saúde R\$ 139.320,00  
Ação 0054 – Conclusão/Ampliação da Rede Física de Saúde

TOTAL GERAL R\$ 299.850,01

Art. 2º - O Crédito aberto por esta Lei correrá por conta de recursos a serem liberados, vinculados ao Contrato de Financiamento nº. 2012014901, firmado junto ao BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A, no valor total de R\$ 160.530,01 (Cento e sessenta mil, trezentos e trinta reais e um centavo) e liberação de Convênio Federal para a área de Saúde, conforme Contrato de Repasse nº 0345.871-72/2010 junto a Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 139.320,00 (Cento e trinta e nove mil, trezentos e vinte reais).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 18 de março de 2014.  
ROSANE MINETTO SELIG  
Prefeita Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

NILSON SANTIN  
Vice-Prefeito Municipal



# Palhoça

## PREFEITURA

**Portaria Nº. 578/2014.**

PORTARIA Nº. 578/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR SANDRA REGINA DE BARROS FLORIANI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) Escola Reunida Manoel da Silva, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Maria Aparecida da Rosa, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014  
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**Portaria Nº. 579/2014.**

PORTARIA Nº. 579/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR HELTON SILVEIRA DO LIVRAMENTO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina História, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente

admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014  
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**Portaria Nº. 580/2014.**

PORTARIA Nº. 580/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR DEBORA LETICIA HERMANN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014  
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente



**Portaria Nº. 581/2014.**

PORTARIA Nº. 581/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MARIZA CAMPOS GAVILAN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Matemática, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014  
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**Portaria Nº. 582/2014.**

PORTARIA Nº. 582/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR GISSELI RECH ANDRADE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Nível I, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014  
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**Portaria Nº. 583/2014.**

PORTARIA Nº. 583/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR NATAN PAMPLONA GOULART, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Professor Articulador, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014  
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**Portaria Nº. 584/2014.**

PORTARIA Nº. 584/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,



**RESOLVE:**

CONTRATAR NADIA HELENA ANDRADE ANGELO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Professor Articulador, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

**PUBLICADO NO MURAL**

Em 20/02/2014  
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**Portaria Nº. 585/2014.**

PORTARIA Nº. 585/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR GIULIANO ALBUQUERQUE MEDEIROS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina História, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

**PUBLICADO NO MURAL**

Em 20/02/2014  
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**Portaria Nº. 586/2014.**

PORTARIA Nº. 586/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JAINE SOUZA DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

**PUBLICADO NO MURAL**

Em 20/02/2014  
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**Portaria Nº. 587/2014.**

PORTARIA Nº. 587/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MARIANA HOFFMANN JUNCQUES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com



Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Português, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Josiane Cristina Couto, que se encontra exercendo suas funções junto a SMEC.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014

a 07/03/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**Portaria Nº. 588/2014.**

PORTARIA Nº. 588/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR LUCIANA FRANCISCO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Osmar Antônio Veira, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014

a 07/03/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**Portaria Nº. 589/2014.**

PORTARIA Nº. 589/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ROSELI LOURDES MACÁRIO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Rosilda M. G. Schutz, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014

a 07/03/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**Portaria Nº. 590/2014.**

PORTARIA Nº. 590/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR JULIANA ALCIDIA DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 01/03/2014, face ao impedimento da titular Susi Nilza Goulart, que se encontra exercendo suas funções junto a SMEC.



Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014  
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**Portaria Nº. 591/2014.**  
PORTARIA Nº. 591/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUCIANE PAMPLONA WEBER, matrícula nº. 300143, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 13/01/1999 a 13/01/2004, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 05/03/2014 à 05/06/2014.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 25/02/2014  
a 12/03/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**Portaria Nº. 592/2014.**  
PORTARIA Nº. 592/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ANA PAULA MARTINS HERIG, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09

de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) Escola Básica Mara Luiza Vieira Liberato, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014  
a 07/03/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**Comunicado Errata 01-Pregão 66/2014**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

**COMUNICADO**

**ERRATA 01 - PREGÃO PRESENCIAL 66/2013**

O Município de Palhoça torna público que, houve equívoco no número do Pregão enviado para a publicação do dia 18/03/2014. Onde se lê: Errata 01 Pregão Presencial 218/2013, lê-se: Errata 01 Pregão Presencial 66/2014. O objeto da licitação consiste na contratação de empresa para prestar serviços de assistência à saúde, em conformidade com a Lei nº. 9656 de 03 de junho de 1998, na segmentação Ambulatorial e Hospitalar em Acomodação Coletiva, com preço mensal por usuário por faixa etária e co-participação de 30% (trinta por cento), em consultas, exames e terapias, registrados na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com atendimento e cobertura na região da Grande Florianópolis, utilizando-se de profissionais, clínicas, hospitais e laboratórios próprios, contratados ou referenciados, sob a forma de Plano Privado de Assistência à Saúde. O Plano de Assistência à Saúde compreende todas as coberturas e demais procedimentos contidos no Rol de Procedimentos, estabelecido pela Resolução Normativa RN nº. 82/04 da Agência Nacional de Saúde, respeitadas as resoluções CONSU 02/98; CONSU 04/98; CONSU 08/98; CONSU 10/98; CONSU 11/98; CONSU 12/98; CONSU 13/98; CONSU 14/98; CONSU 16/99; CONSU 17/99; CONSU 20/99; CONSU 21/99 e demais resoluções vigentes.

Palhoça, 18 de março de 2014.  
PREGOEIRA.



**Errata 01 Pregão 69-2014**  
ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

## ERRATA 01

## PREGÃO Nº. 69/2014

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Edital convocatório do PREGÃO nº.69/2014, ficando apazado para o dia 02/04/2014 às 9:00 hs para entrega dos envelopes Os interessados poderão obter as alterações, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Ilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou site [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça 19 de março de 2014  
Camilo Nazareno Pagani Martins  
Prefeito Municipal.

**Resultado Pregão 61/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO  
PROCESSO LICITATÓRIO

## PREGÃO PRESENCIAL nº 61/2014

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de produtos químicos para uso nas instalações de tratamento e distribuição de água (E.T.A. Pinheira e Praia de Fora) e na coleta e tratamento de esgoto sanitário (E.T.E. Madri), para o SAMAE deste Município, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital. No dia da abertura dos envelopes não houve nenhuma proponente para o certame. Diante disto, a pregoeira decide ARQUIVAR o presente processo e sugere a promoção de um novo certame por ter sido considerado DESERTO.

Palhoça, 19 de março de 2014.

**Decreto Nº 1.623, de 11 de Março de 2014.**

DECRETO Nº 1.623, DE 11 DE MARÇO DE 2014.  
REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 1030, DE 09 DE OUTUBRO DE 1989, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER A ADOÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS, REVOGANDO O DECRETO Nº 046, DE 18 DE OUTUBRO DE 1989 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais, resolve

## DECRETAR:

Art. 1º São consideradas áreas de adoção para fins previstos na Lei Municipal nº 1030, de 09 de outubro de 1989, as praças, jardins, parques infantis e áreas verdes de uso público, nestas incluídas as rótulas e canteiros divisores associados aos sistema viário do Município de Palhoça.

Art. 2º A adoção de áreas previstas no artigo antecedente, poderá ser solicitada por empresas comerciais, industriais, associações,

entidades e órgãos da administração pública ou privada, desde que exerçam atividades no Município de Palhoça.

Art. 3º A modalidade para fins de aplicação deste Decreto é a adoção por responsabilidade total, sendo a responsabilidade da adotante pela integral manutenção da área e seus equipamentos, inclusive fornecimento de mão-de-obra.

Art. 4º Como compensação à adoção será concedida ao interessado, a colocação de placas de publicidade na área adotada, nas seguintes proporções:

§ 1º Áreas com superfície inferior ou igual a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados) poderão ser colocadas 04 (quatro) placas com dimensão de 0,50 x 0,35 metros;

§ 2º Áreas com superfície superior a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados) poderá ser colocadas 08 (oito) placas com dimensão de 0,50 x 0,35 metros;

§ 3º Áreas em que predomine o comprimento, nos casos de canteiros divisores e rótulas de vias públicas, poderá ser colocada 01 (uma) placa com dimensão de 0,50 x 0,35 metros, para cada 500 (quinhentos) metros de extensão das áreas.

§ 4º As placas de publicidade, que trata este artigo, deverão observar a padronização a ser disponibilizada pelo Poder Executivo Municipal, em tempo e modo oportuno;

§ 5º O ônus com relação à elaboração e colocação das placas de publicidade será de inteira responsabilidade do interessado adotante, observados os critérios previstos no padrão a ser disponibilizado pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 5º A adoção será formalizada através de Termo, a ser celebrado ente o Poder Executivo Municipal e o interessado pela área pública.

§ 1º O Termo de Adoção fixará as atribuições de cada parte, o prazo de vigência, rescisão e a área a ser adotada;

§ 2º O prazo de vigência terá duração de 01 (um) ano, prorrogável, por iguais e sucessivos períodos de 01 (um) ano.

Art. 6º Cada interessado poderá adotar mais de uma área ou consorciar-se com outra entidade para fins de adoção de determinada área pública.

Art. 7º O processo de adoção será iniciado por apresentação de carta de intenção que será dirigida ao Poder Executivo Municipal, informando a área de interesse.

Art. 8º Na eventualidade de se apresentarem 02 (dois) ou mais interessados pela adoção de uma mesma área pública, a procedimento para seleção da entidade será realizada com a observância dos seguintes requisitos:

I – o interessado que apresentar a modalidade mais completa da ação;

II – o interessado que melhor atender os objetivos do Poder Executivo Municipal;

III – o interessado que manifestou primeiro sua intenção de adoção da área pública.

Art. 9º Caberá ao Poder Executivo Municipal, pelo competente órgão, a aprovação dos projetos de engenharia e de urbanização, que envolva obra, construção, reforma e manutenção das áreas



públicas.

Art. 10. Fica delegado à Fundação Cambirela do Meio Ambiente – FCAM e à Secretaria de Serviços Públicos – SESP as atribuições de fiscalizar as intervenções que desvirtuem o espaço ou causem prejuízos ao interesse público, resguardas as demais formas de fiscalização vigente.

Art. 11. A adoção não gera qualquer direito à exploração comercial da área pelo interessado adotante, muito menos desvirtua a natureza de uso e gozo do bem público.

Art. 12. Implicará na revogação da adoção e do respectivo Termo o descumprimento às normas da Lei Municipal nº 1030/89 e do presente Decreto, bem como o descumprimento das obrigações assumidas e descritas no Termo de Adoção a ser formalizado, autorizando o Poder Executivo Municipal a retirar toda a publicidade das áreas públicas.

Art. 13. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar a área cedida no que couber, inclusive com colocação de placas e outros materiais, dentro do interesse social.

Art. 14. Fica revogado o Decreto Municipal nº 046, de 18 de outubro de 1989, e demais disposições contrárias.

Art. 15. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 11 de março de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

Edição \_\_\_\_/2014

Secretaria de Governo

## CÂMARA MUNICIPAL

### Lei Promulgada Nº 3.991 de 18 de Março de 2014

LEI PROMULGADA Nº 3.991, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

RESPONSABILIDADE CIVIL DAS EMPREITEIRAS E CONSTRUTORAS. Estabelece a responsabilidade das empreiteiras e construtoras sobre as obras públicas por elas executadas.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 58, Parágrafo 7º, da Lei Orgânica do Município de Palhoça; e Artigo 97, Parágrafo 6º, do Regimento Interno desta Casa, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º Nos contratos, firmados entre o município de Palhoça e determinada empresa de empreitada de edifícios ou de outras construções consideráveis, o empreiteiro ou construtor de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, por vícios e defeitos construtivos, assim em razão dos materiais, como do solo.

§1º O município decairá do direito assegurado neste artigo se não propuser a ação contra o empreiteiro, nos cento e oitenta dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.

§2º A Câmara de Vereadores, após aprovação do Soberano Plenário, por meio de requerimento, poderá encaminhar ofício à empreiteira ou construtora, informando do vício ou defeito da obra e solicitando providências imediatas.

Art. 2º Para fins desta lei, entende-se:

I – Empreiteiro por profissional responsável pela execução do projeto de construção civil, chamadas de empreitadas, que são supervisionadas por arquitetos e engenheiros;

II - Construtor por sujeito da empresa que constrói, reforma e/ou repara edifícios e obras diversas.

Art. 3º O empreiteiro ou construtor responderá por vícios e defeitos construtivos, bem como pelos danos causados ao município, independentemente da existência de culpa.

Art. 4º Os contratos licitatórios, firmados com empreiteiras e construtoras, deverão ser editados com cláusula de garantia das obras, pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme art. 1º desta lei.

Art. 5º Esta Lei disciplina apenas a garantia das obras públicas, contratadas pelo Município de Palhoça.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de março de 2014.

FÁBIO COELHO

Presidente em exercício

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze

### Lei Promulgada Nº 3.992 de 18 de Março de 2014

LEI PROMULGADA Nº 3.992, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O INGRESSO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LIGAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. Estabelece a documentação necessária para o ingresso de processo administrativo junto à FCAM para ligação de energia elétrica no sul do município de Palhoça, e disciplina outras normas.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 58, Parágrafo 7º, da Lei Orgânica do Município de Palhoça; e Artigo 97, Parágrafo 6º, do Regimento Interno desta Casa, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece os documentos que deverão ser exigidos pela Fundação Cambirela do Meio Ambiente – FCAM, no ato do ingresso do processo administrativo de ligação de energia elétrica no sul deste município.

Art. 2º Para o ingresso do processo administrativo de ligação de energia elétrica no sul deste município é necessária a apresentação dos seguintes documentos:

I – Consulta de viabilidade do imóvel;

II – Documento do imóvel (Escritura Pública, Escritura Pública de Posse, Matrícula do Registro de Imóveis ou Contrato de Compra e Venda);

III – Documentos pessoais do proprietário do imóvel;

IV – Carnê de IPTU ou espelho de lançamento do imóvel, caso exista lançamento, ou ainda alvará de construção, caso a benfeitoria



esteja em construção;

V – Imagem de satélite ou croqui de localização, de forma que possibilite o técnico realizar a visita in locu;

VI – Requerimento assinado e preenchido pelo proprietário do imóvel;

VII – Comprovante de pagamento das taxas administrativas, que devem ser retiradas previamente pelo requerente na FCAM.

§1º O responsável responderá civil e criminalmente pela veracidade dos documentos apresentados.

§2º Caso o imóvel não esteja lançado, deverá a FCAM encaminhar o processo para o setor de Topografia que, no prazo de 7 (sete) dias úteis, através de certidão, irá informar se o imóvel em questão encontra-se ou não localizado em área pública.

Art. 3º Somente o proprietário do imóvel poderá ingressar com o processo administrativo.

Parágrafo único – No caso de impossibilidade do proprietário do imóvel em comparecer ao setor de protocolo da FCAM, este deverá constituir representante, que no ato do protocolo apresentará procuração devidamente autenticada em cartório.

Art. 4º O imóvel, para o qual está sendo requerida a ligação de energia elétrica, deverá, necessariamente, possuir benfeitoria, ou então esta deverá estar em construção.

Art. 5º No caso do imóvel não possuir a benfeitoria lançada, após a liberação para a ligação de energia elétrica a FCAM deverá encaminhar cópia integral do processo administrativo ao setor de Cadastro de IPTU para que seja realizado o lançamento da construção.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de março de 2014.  
FÁBIO COELHO  
Presidente em exercício

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze

### **Projeto de Lei Nº 232/2014**

9PROJETO DE LEI Nº. 232/2013.

CENTRO POP. Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Implanta a Unidade e institui o Serviço, fixa diretrizes, vagas e atribuições.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Palhoça, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, que objetiva o atendimento especializado à população em situação de rua, visando o fortalecimento da autonomia e potencialidades dessa população, para a construção de novas trajetórias de vida, que viabilizem o processo gradativo de saída da situação de rua e o alcance da referência como sujeitos de direitos, por meio das seguintes ações:

I – Acolhida;

II – Convívio ou Vivência Familiar, Comunitária e Social;

III – Desenvolvimento de Autonomia Individual, Familiar e Social

IV – Articulação em Rede.

Art. 2º Será implantado, na região central da cidade, 01 (um) Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – CENTRO POP, a fim de operacionalizar o Serviço instituído por esta Lei.

Parágrafo Único. O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – CENTRO POP será vinculado à Secretaria de Assistência Social, podendo ser instituído em unidade descentralizada, localizada em local de fácil acesso, com maior concentração e trânsito das pessoas em situação de rua.

Art. 3º Ao Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – CENTRO POP, que se constitui em unidade de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de natureza pública e estatal, cabe a execução dos serviços de atendimento especializado à população em situação de rua, consoante preconiza a Política Nacional de Assistência Social.

Art. 4º A equipe de referência constitui elemento fundamental para a efetividade do trabalho social, e para a qualidade dos serviços prestados no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – CENTRO POP, tendo a seguinte composição:

I – 01 Coordenador (a);

II – 02 Assistentes Sociais;

III – 02 Psicólogos (as);

IV – 01 Monitor (a);

V – 02 Assistentes Administrativos;

VI – 02 Auxiliares de Serviços Gerais;

VII – 02 Merendeiros (as).

§ 1º O perfil e as atribuições dos cargos da equipe de referência estão estabelecidos nos Anexo I e II, parte integrante desta Lei.

§ 2º O perfil e as atribuições dos demais profissionais integrantes da equipe de referência estão estabelecidos no Anexo da Lei Complementar n. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 13 de março de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze.

ANEXO I: PERFIL E ATRIBUIÇÕES DO (A) COORDENADOR (A) DO CENTRO POP



## Perfil

- Escolaridade de nível superior;
- Experiência na área social, em gestão pública e coordenação de equipes;
- Experiência e conhecimentos sobre população em situação de rua;
- Conhecimento das normativas e legislações referentes à política de Assistência Social e às pessoas em situação de rua;
- Habilidade para comunicação, coordenação de equipe, mediação de conflitos, organização de informação, planejamento, monitoramento e acompanhamento de serviços.

## Principais atribuições

- Articular, acompanhar e avaliar o processo de implantação do Centro POP e seu (s) serviço (s), quando for o caso;
- Coordenar as rotinas administrativas, os processos de trabalho e os recursos humanos da Unidade;
- Participar da elaboração, do acompanhamento, da implementação e avaliação dos fluxos e procedimentos adotados, visando garantir a efetivação das articulações necessárias;
- Coordenar a relação cotidiana entre o Centro POP e as demais Unidades e serviços socioassistenciais, especialmente com os serviços de acolhimento para população em situação de rua;
- Coordenar o processo de articulação cotidiana com as demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos, recorrendo ao apoio do órgão gestor, sempre que necessário;
- Definir com a equipe, a dinâmica e os processos de trabalho a serem desenvolvidos na Unidade;
- Discutir com a equipe técnica, estratégias e ferramentas teórico-metodológicas que possam qualificar o trabalho;
- Coordenar a execução das ações, assegurando diálogo e possibilidades de participação dos profissionais e usuários;
- Coordenar o acompanhamento do (s) serviço (s) ofertado, incluindo o monitoramento dos registros de informações e a avaliação das ações desenvolvidas;
- Coordenar a alimentação dos registros de informação e monitorar o envio regular, de informações sobre a Unidade ao órgão gestor;
- Identificar as necessidades de ampliação do RH da Unidade ou capacitação da equipe e informar ao órgão gestor de Assistência Social;
- Contribuir para avaliação, por parte do órgão gestor, dos resultados obtidos pelo Centro POP;
- Participar das reuniões de planejamento promovidas pelo órgão gestor de Assistência Social e representar a Unidade em outros espaços, quando solicitado;
- Coordenar os encaminhamentos à rede e seu acompanhamento.

## ANEXO II: PERFIL E ATRIBUIÇÕES DOS (AS) TÉCNICOS (AS) DE NÍVEL SUPERIOR

## Perfil

- Escolaridade mínima de nível superior;
- Conhecimento das normativas e legislações referentes à política de Assistência Social e às pessoas em situação de rua;
- Conhecimento da rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos;
- Conhecimentos teóricos, habilidades e domínio metodológico necessários ao desenvolvimento de trabalho social com pessoas em situação de rua;
- Conhecimentos e desejável experiência em trabalho em equipe interdisciplinar, trabalho em rede e no atendimento a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos.

## Principais atribuições

- Acolhida, escuta qualificada, oferta de informações e orientações;
- Elaboração, com os usuários, do Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar, considerando as especificidades e particularidades do acompanhamento especializado de cada usuário;
- Realização de acompanhamento, por meio de metodologias e técnicas individuais e coletivas que contemplem as demandas identificadas;
- Realização de visitas domiciliares a familiares e/ou pessoas de referência, sempre que possível, com vistas ao resgate ou fortalecimento de vínculos;
- Articulações, discussões, planejamento e desenvolvimento de atividades com outros profissionais da rede, visando ao atendimento integral dos usuários atendidos e qualificação das intervenções;
- Realização de encaminhamentos monitorados para a rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgão de defesa de direito;
- Participação nas atividades de capacitação e formação continuada;
- Participação nas reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos no (s) Serviço(s) e planejamento das ações a serem desenvolvidas; na definição de fluxos de articulação; no estabelecimento de rotina de atendimento e acolhida dos usuários; na organização dos encaminhamentos, fluxos de informações e procedimentos;
- Estímulo à participação dos usuários na definição das ações desenvolvidas ao longo do acompanhamento;
- Alimentação de sistema de informação, registro das ações e planejamento das atividades a serem desenvolvidas;
- Relacionamento cotidiano com a rede, tendo em vista o melhor acompanhamento dos casos.

**Projeto de Lei Nº 238/2014**

PROJETO DE LEI Nº. 238/2014.

UTILIDADE PÚBLICA. Declara de Utilidade Pública o Centro Espírita Fraterno Amor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o CENTRO ESPÍRITA FRATERNAL AMOR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.764.864/0001-45, situado à Rua Eugênia Cardoso, nº 133, bairro Aririú, município de Palhoça, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de março de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze.

**Projeto de Lei Nº 241/2014**

PROJETO DE LEI Nº. 241/2014.

FIA. Dispõe sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.



Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece os parâmetros para o funcionamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente instituído pela Lei 2.119, de 05 de novembro de 1991, alterada pelas Leis nº 2.209 de 08 de julho de 1992 e Lei nº 2.755, de 21 de dezembro de 2007.

Art. 2º O Fundo é um fundo especial cujas receitas se vinculam à realização dos objetivos e ações prioritárias fixadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão formulador, deliberativo e controlador das ações de implementação da política dos direitos da criança e do adolescente no Município, nos termos do artigo 88, inciso IV, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parágrafo único. Por ser um fundo especial, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente providenciará a inscrição do Fundo no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ no prazo de trinta dias contados da publicação desta lei, em cuja titularidade será aberta, em estabelecimento bancário oficial, no prazo de trinta dias da concessão do CNPJ, a conta corrente de que trata o artigo 260-G, I da Lei Federal nº 8.069, de 1990.

Art. 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é o órgão responsável por gerir o Fundo, fixar o plano de aplicação dos seus recursos e os critérios para sua utilização, podendo adotar normas peculiares de aplicação dos recursos, conforme o disposto no § 2º do art. 260 da Lei Federal nº 8.069, de 1990 e no artigo 71 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, responsável pela administração do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, deve:

I - manter conta bancária específica destinada exclusivamente a gerir os recursos do Fundo;

II - manter controle das doações recebidas; e

III - informar anualmente à Secretaria da Receita Federal do Brasil as doações recebidas mês a mês, identificando os seguintes dados por doador:

a) nome, CNPJ ou CPF;

b) valor doado, especificando se a doação foi em espécie ou em bens.

§ 2º Para que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente possa exercer suas atribuições de gestor do Fundo, o Poder Executivo designará servidores públicos para atuar na Secretaria Executiva do Conselho como gestor e/ou ordenador de despesas do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, autoridade de cujos atos resultará emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos do Fundo;

§ 3º A execução e o controle contábil subordina-se ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 4º Constituirão patrimônio e receitas do Fundo:

a) recursos financeiros específicos consignados na lei orçamentária anual do Município e os adicionais que a referida lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

b) legados ou doações de pessoas físicas ou jurídicas, livres ou

com encargo de aplicação em programas e projetos previamente aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

c) multas estabelecidas como sanções, nos termos da citada lei federal nº 8.069/90;

d) auxílios, contribuições, subvenções e transferências diversas, bem como receitas advindas de convênios, acordos e contratos firmados pelo Município, em favor do Fundo;

f) produto da arrecadação de outras receitas oriundas do financiamento de atividades econômicas e de prestações de serviços;

g) resultado das aplicações financeiras dos recursos do Fundo, realizadas na forma da lei;

h) saldos dos exercícios anteriores;

i) outras receitas que venham ser instituídas, legalmente.

Art. 5º Os recursos do Fundo serão utilizados para o financiamento ou co-financiamento de programas de defesa de direitos e de atendimento de crianças e adolescentes, executados por entidades públicas ou privadas no Município de Palhoça, conforme normas e plano de aplicação de recursos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º Na definição das prioridades a serem atendidas com os recursos captados pelo Fundo, serão consideradas as disposições do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar, bem como as regras e princípios relativos à garantia do direito à convivência familiar previstos na Lei Federal 8.069, de 1990.

§ 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fixará critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal.

Art. 6º As deliberações sobre as aplicações do Fundo e a sua destinação a entidades públicas e privadas serão adotadas mediante resoluções aprovadas em reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e publicadas oficialmente, e terão as finalidades de:

I – fixar os critérios de utilização dos recursos financeiros e percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças ou adolescentes, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, parágrafo 3º, inciso VI da Constituição Federal e do artigo 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

II – autorizar os repasses previstos no Plano de Aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de acordo com a proposta orçamentária anual e plano plurianual;

III – estabelecer os mecanismos de acompanhamento e avaliação das ações previstas no plano de aplicação em conformidade com a política de atendimento à criança e ao adolescente.

Art. 7º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente divulgará amplamente à comunidade:

I - o calendário de suas reuniões;

II - as ações prioritárias para aplicação das políticas de atendimento à criança e ao adolescente;



III - os requisitos para a apresentação de projetos a serem beneficiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - a relação dos projetos aprovados em cada ano-calendário e o valor dos recursos previstos para implementação das ações, por projeto;

V - o total dos recursos recebidos e a respectiva destinação, por projeto atendido, inclusive com cadastramento na base de dados do Sistema de Informações sobre a Infância e a Adolescência; e

VI - a avaliação dos resultados dos projetos beneficiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 8º Compete, ainda, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma do seu Regimento Interno:

I - regulamentar a aplicação dos recursos do Fundo e estabelecer critérios gerais de repasse dos recursos financeiros do Fundo, através de planos anuais e plurianuais;

II - apreciar e aprovar, caso a caso, as propostas apresentadas por entidades governamentais e não governamentais, para financiamento de projetos e atividades, com recursos do Fundo, levando-se em conta os critérios gerais aprovados pelo próprio Conselho;

III - conceder certificados de pré-qualificação de projetos ou atividades, a entidades governamentais e não governamentais para que possam captar diretamente recursos para o Fundo junto a pessoas físicas e jurídicas, sem dispensa porém da análise dos projetos e atividades, na forma do inciso anterior;

IV - autorizar as despesas decorrentes dos convênios, acordos, contratos, ajustes e similares, firmados em conformidade com os projetos e atividades aprovados;

V - acompanhar e avaliar a execução orçamentária e financeira do Fundo;

VI - apreciar e aprovar especificamente as contas e relatórios elaborados pelo gestor financeiro do Fundo.

Art. 9º Compete à Secretaria Executiva do Conselho, enquanto gestora financeira do Fundo, através de servidor especificamente designado pelo Chefe do Poder Executivo municipal:

I - manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo, como recebimento de receitas, realização de empenhos e pagamentos de despesas;

II - manter controle dos bens patrimoniais que estiverem sob responsabilidade do Fundo;

III - providenciar, ao órgão próprio do Município, os demonstrativos que indiquem a situação econômica financeira do Fundo, procedendo a sua análise e encaminhando relatórios de avaliação para o Tribunal de Contas dos Municípios, para o Ministério Público estadual e para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - preparar empenhos;

V - acompanhar a dotação orçamentária e realizar a conciliação bancária;

VI - preparar lançamentos das receitas e despesas mensais;

VII - elaborar balancetes mensais e balanços semestrais e anuais e demais demonstrações exigidas pela legislação pertinente;

VIII - elaborar a quota financeira mensal;

IX - manter controle de convênios, contratos, acordos, ajustes e similares;

X - preparar e assinar cheques para efetuar os pagamentos autorizados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XI - controlar contas bancárias;

XII - controlar pagamento das parcelas de convênios, contratos, acordos, ajustes e similares;

XIII - desempenhar outras atividades correlatas.

Art. 10. Compete ao Chefe do Poder Executivo:

I - aprovar a programação anual e plurianual do Fundo;

II - fazer constar na proposta orçamentária anual do Município recursos suficientes para o Fundo desenvolver suas ações;

III - apresentar ao Poder Legislativo Municipal, por ocasião da prestação de contas anual, relatório detalhado das ações desenvolvidas pelo Fundo.

Art. 11. A presente Lei será regulamentada por Decreto Municipal, no prazo de sessenta (60) dias, contados da sua publicação.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 14 de março de 2014.  
NIRDO ARTUR LUZ  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze.

### **Projeto de Lei Nº 273/2014**

PROJETO DE LEI Nº. 273/2014.

REPOSIÇÃO SALARIAL. Autorizo o Poder Legislativo Municipal a Rever subsídio e remuneração dos Servidores Municipais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a conceder reposição salarial no percentual de 5,56% (cinco vírgula cinquenta e seis por cento), calculados sobre a remuneração de março/2014 dos servidores públicos (ativo/inativo) e do subsídio de que trata o §4º, do art. 39, da C.F., de conformidade com o que dispõe o art. 37, X, da CF, obedecidas as normas constantes da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. A reposição salarial de que trata o "caput" deste artigo, é feita com base no INPC acumulado dos meses de janeiro a dezembro de 2013.



Art. 2º As despesas com a execução desta Lei, correm a conta do item próprio do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de março de 2014. (§3º, do art. 93, da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010).

Sala das Sessões, 18 de março de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze.

### **Projeto de Lei Complementar Nº 47/2014**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 047/2014.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO. IPTU. Dá nova redação ao artigo 27 da Lei Complementar 018, de 30 de dezembro de 2002 e suas alterações posteriores, estabelecendo outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 27 da Lei Complementar nº 018, de 30 de dezembro de 2002, e suas alterações posteriores, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27. O recolhimento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e das taxas previstas nesta Lei Complementar, que com ele serão lançadas, dar-se-á através de Documento de Arrecadação Municipal, pela rede bancária, devidamente autorizada pelo município:

I – em um só pagamento até o 30º dia do mês de março do exercício competente, com os seguintes descontos:

- a) de 25% (vinte e cinco por cento), para contribuintes em dia com o cofre municipal;
- b) de 20 % (vinte por cento), para contribuintes em débito com o cofre municipal;

II – em um só pagamento até o 30º dia do mês de abril do exercício competente, com os seguintes descontos:

- a) de 15% (quinze por cento), para contribuintes em dia com o cofre municipal;
- b) de 10% (dez por cento), para contribuintes em débito com o cofre municipal;

III – até 10 (dez) prestações iguais e sucessivas, dentro do mesmo exercício financeiro, a partir do 10º dia do mês de março para o exercício a que se referir;

§ 1º O valor mínimo da prestação será de R\$ 67,14 (sessenta e sete reais e quatorze centavos) mensais, computando-se as Taxas lançadas em conjunto.

§ 2º Faculta-se ao Chefe do Poder Executivo Municipal promover a dilatação do prazo previsto neste artigo, através de Decreto.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e surtirá

efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 13 de março de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze.



## Palmitos

### PREFEITURA

#### Processo 42/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE PALMITOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº42/14 Modalidade: Concorrência nº01/14. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE UM SISTEMA DE TRATAMENTO E ABASTECIMENTO DA ÁGUA, COM A FINALIDADE DE ATENDER A DEMANDA DE CONSUMO DE ÁGUA DE APROXIMADAMENTE 306 FAMÍLIAS, PERTENCENTES À FAIXA LESTE DO INTERIORES DO MUNICÍPIO DE PALMITOS/SC. Entrega dos Envelopes: 24/04/2014, até as 08:00 horas. Abertura dos Envelopes: 24/04/2014 as 08:30 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos ou pelo fone (49) 3647- 9610.

Palmitos 19 de março de 2014.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

## Papanduva

### PREFEITURA

#### Processo Licitatório Nº 033/2014 - Credenciamento Nº 033/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2014

CREDENCIAMENTO Nº 033/2014. Objeto: Cessão de autorização de uso a título precário e oneroso de espaço para exploração comercial (Praça de Alimentação, Comércio em geral, Artesanato e Lazer) no 60º Aniversário do Município de Papanduva/SC – PAPANFEST. Entrega dos envelopes: até o dia 04 de abril de 2014 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 04/04/2014 – 08:45hs. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 18 de março de 2014

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

#### Contrato Nº 021/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 021/2014, Referente à prestação de serviços de assessoria e consultoria com o intuito de redução de custos em contas telefônicas. Contratada: SOS PLANALTO NORTE CONSULTORIA EM TELECOM LTDA, totalizando o montante de R\$ 7.250,00 (sete mil e duzentos e cinquenta reais), sendo R\$ 725,00 (setecentos e vinte cinco reais) mensais. Vigência: A contagem do prazo deste contrato se iniciará no dia 01 de março de 2014 até o dia 31 de dezembro.

Papanduva/SC, 01 de março de 2014

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

#### Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 034/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2014. Objeto: Contratação de serviços de seguranças, locação de estrutura de palcos, tabladros, camarins, tendas, banheiros químicos, brinquedos infláveis, kits de sonorização e iluminação e gerador de energia para a realização das festividades da PAPANFEST 2014. Tipo: Menor Preço por lote e Presencial; Entrega dos envelopes: 02 de abril de 2014 às 08:45hs; Início da Sessão Pública: 02/04/2014 – 08:45hs. Base legal: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.



Papanduva, 19 de março de 2014  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

### **Editais Chamamento Cursos Aperfeiçoamento/Atualização - Servidor Municipal**

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2014  
CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO/ATUALIZAÇÃO

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 5º da Lei Municipal nº 1.831, de 19.06.2008.

Faz saber a todos os servidores públicos municipais estáveis, que estará aberto de 01.04.2014 a 30.04.2014 o período para recebimento dos Cursos de Aperfeiçoamento/Atualização para fins de gratificação, conforme Art. 4º, 5º e parágrafo único do art. 10, da Lei nº 1831, de 19.06.2008.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

O presente Edital visa o recebimento de Cursos de Aperfeiçoamento/Atualização realizados pelos servidores públicos municipais estáveis, que comprovarem a realização dos mesmos através de cópia de certificados, acompanhados dos originais para fins de conferência.

Ficam excetuados os profissionais do magistério regidos pela Lei Municipal nº 1615/2002.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS CURSOS:**

A Gratificação por Cursos de Aperfeiçoamento/Atualização dar-se-á, aos servidores estáveis que comprovarem a realização de Curso de Aperfeiçoamento/Atualização, diretamente relacionados à área de atuação e aqueles que servem de subsídios para atuação no cargo, cuja carga horária por curso deverá ser, de no mínimo 8 (oito) horas, observados os seguintes critérios:

I – ocupantes de cargos para cuja investidura seja exigida habilitação ao nível de alfabetização, ensino fundamental e ensino médio: deverão comprovar a realização de 40 (quarenta) horas de curso, na área específica de atuação com certificados de, no mínimo, 8 (oito) horas cada curso, sendo aceito os cursos técnicos e / ou pós-médios, realizados a partir da nomeação no cargo efetivo, desde que atendida a carga horária referida neste inciso;

II – ocupantes de cargos para cuja investidura seja exigida habilitação ao nível de ensino superior, deverão comprovar a realização de 80 (oitenta) horas de curso, na área específica de atuação, com certificados de, no mínimo, 8 (oito) horas cada curso realizados a partir da nomeação no cargo efetivo.

Excepcionalmente, para o cargo de motorista, será considerado como curso de aperfeiçoamento e atualização, a conquista da Carteira Nacional de Habilitação, categoria “D”, quando esta não for requisito para investidura no cargo.

Poderão apresentar em abril de 2014 aqueles que estavam em estágio probatório na data de publicação da Lei nº 1831, de 19.06.2008, como também os que foram nomeados para cargos efetivos após a publicação da referida lei.

A Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento dar-se-á, de três em três anos, à razão de 2% (dois por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo.

Em cada concessão, somente serão computadas as 40 (quarenta) horas de cursos, nos casos do Inciso I e 80 (oitenta) horas de curso, nos casos do inciso II, independentemente se o servidor apresentar carga horária superior, ficando vedado o aproveitamento do saldo para próxima progressão.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO:**

Conforme determina a Lei nº 1831, de 19.06.2008, a apresentação do certificado junto do requerimento, deverão obrigatoriamente no período de 01.04.2014 a 30.04.2014.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL DE ENTREGA E DO PERÍODO DOS CURSOS:**

O requerimento deverá estar endereçado ao Prefeito Municipal e protocolado no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, sito a Rua Sérgio Glevinski, nº 134, Centro.

O requerimento poderá também ser preenchido junto ao Departamento de Recursos Humanos (modelo próprio), devendo ser anexados os certificados dos cursos realizados a partir da posse no cargo efetivo ou do mês seguinte ao da última entrega, conforme o caso.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA ANÁLISE:**

Somente serão considerados, para efeitos da gratificação de que trata este artigo, os cursos que tenham relação direta com o cargo ou área de atuação do servidor no momento da realização do curso e que sejam homologados por uma comissão constituída para esta finalidade.

A comissão referida acima será constituída por Decreto do Poder Executivo, composta por no mínimo 03 (três) membros, sendo a maioria pertencente ao quadro permanente de pessoal do Poder Executivo, um indicado pelo Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Papanduva e um indicado pelo Presidente da Câmara de Vereadores, representando o poder Legislativo.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA PRIMEIRA CONCESSÃO DA GRATIFICAÇÃO:**

A primeira gratificação por Curso de Aperfeiçoamento e Atualização será concedida no mês de maio de 2014 e serão considerados os cursos realizados a partir da posse no cargo efetivo ou do mês seguinte ao da última entrega, conforme o caso, excepcionalmente para os servidores que estavam em estágio probatório na data de publicação da Lei nº 1831, de 19.06.2008 ou foram nomeados para cargos efetivos após a publicação da referida lei.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO DECURSO DO PRAZO:**

Caso os servidores que possuam os Cursos de Aperfeiçoamento conforme descrito na Cláusula Segunda e não apresentarem protocolo no Departamento de Recursos Humanos no prazo legal, até 30.04.2014, perderão o direito à referida gratificação, conforme determinado na Lei nº 1831, de 19.06.2008, a seguir transcrita:

....

Art. 10...

Parágrafo único. Para os servidores que estão cumprindo estágio probatório e aos que ingressarem a partir da publicação desta lei, serão aceitos os cursos realizados a partir da respectiva admissão, a serem computados na próxima progressão, que dar-se-á em abril de 2011, e assim sucessivamente de três em três anos. (original sem grifo).



....

**DOS RECURSOS:**

Após o deferimento, ou não, do requerimento, o servidor terá o prazo de 02(dois) dias úteis para apresentar recurso por escrito, endereçado a Comissão julgadora nomeada para este fim, não sendo aceitos os recursos enviados pelo Correio, fac-símile, correio eletrônico, ou qualquer outro meio de comunicação.

Em caso de recurso, fica vedada ainda a apresentação de outros cursos que não foram apresentados no ato da entrega do requerimento.

Papanduva, 17 de março de 2014.

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

**Paulo Lopes****PREFEITURA****Extrato do Convênio Nº 01/2014**

Extrato do Convênio nº 01/2014. Que celebram entre si a Prefeitura Municipal de Paulo Lopes e a Associação Comunitária de Assistência Social e a Saúde Integrada de Paulo Lopes-ASSIPA, CNPJ nº95.887.188/0001-48. O presente convênio tem por objetivo o repasse de recurso financeiro no valor estimado de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)visando o custeio das suas atividades estatutárias.

Paulo Lopes, 19 de março de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal



# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### **Contrato Administrativo N.º 065/2014.**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 065/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de prestação de AQUISIÇÃO de filtros para veículos e equipamentos das Secretarias Municipais,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 026/2014

EMPRESA CONTRATADA: FILTROSUL- COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 7.585,60 (sete mil quinhentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos).

DATA DO CONTRATO: 17 de Fevereiro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

### **Contrato Administrativo N.º 090/2014.**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 090/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de conserto nos veículos da Secretaria de Educação,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 037/2014

EMPRESA CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços de conserto, no valor de R\$ 2.642,00 (dois mil seiscentos e quarenta e dois reais)

DATA DO CONTRATO: 26 de Fevereiro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

### **Contrato Administrativo N.º 091/2014.**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 091/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de Aquisição de um refrigerador para a Secretaria Municipal de Administração,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 039/2014.

EMPRESA CONTRATADA: LPJ COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer a AQUISIÇÃO de móveis no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

DATA DO CONTRATO: 26 de Fevereiro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

### **Contrato Administrativo N.º 086/2014.**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 086/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato CONSERTO nos veículos MCA 2514 e IAW 3791,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 033/2014

EMPRESA CONTRATADA: MECÂNICA ATLAS LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer serviços de conserto no valor de R\$ 3.879,28 (três mil oitocentos e setenta e nove reais e vinte e oito centavos).

DATA DO CONTRATO: 26 de Fevereiro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

### **Contrato Administrativo N.º 066/2014.**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 066/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de AQUISIÇÃO de UNIFORMES PARA EQUIPE CME,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 027/2014

EMPRESA CONTRATADA: GAUCHOS IND. E COM. DE CONFECÇÕES LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer a AQUISIÇÃO de uniformes no valor de R\$ 1.276,00 (um mil duzentos e setenta e seis reais).

DATA DO CONTRATO: 17 de Fevereiro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

### **Contrato Administrativo N.º 067/2014.**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 067/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de PRESTAÇÃO de serviços elétricos na Administração, Centro Educacional e Ginásio de Esportes,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 028/2014.

EMPRESA CONTRATADA: JEFFERSON PEDRO HETZLER

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).

DATA DO CONTRATO: 17 de Fevereiro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

### **Contrato Administrativo N.º 044/2014**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 044/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de prestação de CONSERTO no EQUIPAMENTO ROLO COMPACTADOR DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 017/2014.

EMPRESA CONTRATADA: MIRANDA E MIRANDA COM. DE PEÇAS E SERV. DE MÁQ. PES. LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 3.655,03 (três mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e três centavos).

DATA DO CONTRATO: 30 de Janeiro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli



**Contrato Administrativo N.º 088/2014**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 088/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de conserto nos veículos da Secretaria de Agricultura,  
LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 035/2014.  
EMPRESA CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME  
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços de conserto, no valor de R\$ 4.080,30 (quatro mil e oitenta reais e trinta centavos.)

DATA DO CONTRATO: 26 de Fevereiro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

**Contrato Administrativo N.º 062/2014**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 062/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de AQUISIÇÃO de produtos de uso veterinário para a secretaria de agricultura,  
LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 024/2014.  
EMPRESA CONTRATADA: SEIVA AGROPECUÁRIA LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os materiais no valor de R\$ 743,00 (setecentos e quarenta e tres reais).

DATA DO CONTRATO: 14 de Fevereiro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

**Contrato Administrativo N.º 089/2014**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 089/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de conserto nos veículos da Secretaria da Saúde,  
LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 036/2014.  
EMPRESA CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME  
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços de conserto, no valor de R\$ 6.270,50 (seis mil duzentos e setenta reais e cinquenta centavos.)

DATA DO CONTRATO: 26 de Fevereiro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

**Contrato Administrativo N.º 085/2014.**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 085/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato AQUISIÇÃO de material odontológico,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 032/2014.

EMPRESA CONTRATADA: SURYA DENTAL COM. DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E FARMACÊUTICOS LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os materiais para a secretaria da saúde, no valor de R\$ 1.207,47 (um mil duzentos e sete reais e quarenta e sete centavos).

DATA DO CONTRATO: 26 de Fevereiro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

**Contrato Administrativo N.º 041/2014.**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 041/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de prestação de CONCERTO no veículo PLACA IDM-0563 da secretaria de Transportes e obras,  
LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 013/2014  
EMPRESA CONTRATADA: MECÂNICA AUTO PEÇAS TRENTIN LTDA  
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 6.142,55 (seis mil cento e quarenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

DATA DO CONTRATO: 30 de Janeiro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

**Contrato Administrativo N.º 087/2014.**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 087/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de conserto nos veículos da Secretaria de Transportes e Obras,  
LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 034/2014.  
EMPRESA CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços de conserto, no valor de R\$ 7.870,96 (sete mil oitocentos e setenta reais e noventa e seis centavos.)

DATA DO CONTRATO: 26 de Fevereiro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

**Contrato Administrativo N.º 092/2014.**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 092/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de aquisição de impressora para cheques para setor Financeiro da Administração,  
LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 039/2014.  
EMPRESA CONTRATADA: NHOATTO INFORMÁTICA LTDA  
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o mobiliário no valor de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais).

DATA DO CONTRATO: 27 de Fevereiro de 2014..

PREFEITO: Euzebio Vieceli



**Gabarito Oficial Concurso Público – Edital 01/2014**

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2014

**GABARITO OFICIAL**

TELEFONISTA																													
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	A	D	C	D	A	C	B	A	C	B	C	D	B	A	B	A	D	B	B	D	A	*	D	C	C	C	B	A

31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	C	B	A	D	B	C	A	D	D

\* Questão anulada; considerada certa para todos.

PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE																													
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	A	C	D	A	D	B	A	D	B	B	A	B	D	C	A	D	*	B	A	C	D	A	B	D	C	A	B	B	A

31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	C	B	A	D	B	C	C	A	D

\* Questão anulada; considerada certa para todos.

ATENDENTE DE CRECHE I																													
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	C	D	A	D	B	C	A	D	C	B	A	D	C	A	D	B	A	C	D	B	A	C	D	B	A	D	C	B	D

31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	D	C	D	A	B	B	A	C

SERVENTE																													
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	B	D	A	D	C	A	B	A	C	D	B	D	A	B	D	B	B	D	B	D	C	A	D	B	A	C	D	B

31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	D	A	C	D	D	A	C	C	B

ATENDENTE DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS																													
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	C	B	C	D	A	D	B	D	A	C	A	D	B	C	A	D	B	D	B	B	A	A	B	C	C	D	C	B	A

31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	C	B	A	D	A	B	A	B	C

OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA																													
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	B	A	D	B	A	D	D	C	A	C	B	C	D	A	B	C	B	A	D	B	D	C	A	D	B	A	C	D	B

31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	D	A	C	D	D	A	C	C	B

MOTORISTA																													
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	C	D	A	A	B	C	D	B	A	C	B	C	D	A	B	C	B	A	D	A	C	D	C	B	A	B	D	D	C

31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	D	D	C	C	A	A	B	C	B

SECRETÁRIA EXECUTIVA DA CÂMARA DE VEREADORES																													
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	B	D	D	A	B	C	D	A	A	B	B	B	C	A	D	B	C	A	B	B	D	A	B	D	C	C	C	B	A

31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	C	B	A	D	B	C	A	C	D



Republicado em 18 de março de 2014.

Realização: SIGMA Assessoria e Consultoria.

### **Julgamento de Recursos Interpostos Concurso Público**

CONCURSO PÚBLICO PINHEIRO PRETO – EDITAL 01/2014

#### **JULGAMENTO DE RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA O GABARITO OFICIAL**

Parecer nº 01			
Candidato: Antonio Carlos Alves de Oliveira			Nº inscrição: 032
Cargo: Motorista	Questão nº: 37	Prova: Conhecimentos Gerais	
Parecer da Banca Examinadora:			
Cuida-se de recurso interposto contra o gabarito oficial relativamente à questão nº 37 da prova de Conhecimentos Gerais do cargo de Motorista. Revendo a questão durante o ato de correção da prova, conclui-se que a mesma está corretamente elaborada, bem como as suas respostas, sendo a alternativa "A" a única alternativa correta. Isto posto, considera-se improcedente o presente recurso.			

Parecer nº 02			
Candidato: Gilberto de Oliveira			Nº inscrição: 036
Cargo: Motorista	Questão nº: 31	Prova: Matemática	
Parecer da Banca Examinadora:			
Cuida-se de recurso interposto contra o gabarito oficial relativamente à questão nº 31 da prova de Matemática do cargo de Motorista. Revendo a questão durante o ato de correção da prova, conclui-se que a mesma está corretamente elaborada, não cabendo o presente questionamento, sendo a alternativa "C" a única correta. Isto posto, considera-se improcedente o presente recurso.			

Parecer nº 03			
Candidato: Angela Maria Mazureck Rabuske			Nº inscrição: 105
Cargo: Professor Pedagogia Educação Infantil	Questão nº: 18	Prova: Conhecimentos Específicos	
Parecer da Banca Examinadora:			
Cuida-se de recurso interposto contra o gabarito oficial relativamente à questão nº 18 da prova de Conhecimentos Específicos do cargo de Professor de Pedagogia. Revendo-a durante a correção da prova, conclui-se que todas as alternativas estão incorretas. Isto posto, considera-se procedente o presente recurso e anula-se a questão em comento, considerando-a correta para todos os candidatos para efeito de apuração das notas.			

SIGMA Assessoria e Consultoria

CONCURSO PÚBLICO PINHEIRO PRETO – EDITAL 01/2014

#### **JULGAMENTO DE RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA O RELATÓRIO PRELIMINAR DE CLASSIFICAÇÃO**

Parecer nº 01			
Candidato: Edson Raul Masson			Nº inscrição: 104
Cargo: Telefonista	Questão nº: 24	Prova: Língua Portuguesa	
Parecer da Banca Examinadora:			
Cuida-se de recurso interposto contra o Relatório Preliminar de Classificação relativamente à questão nº 24 da prova de Língua Portuguesa do cargo de Telefonista. Revendo o conteúdo da questão, conclui-se que a mesma está incorreta. Isto posto, considera-se procedente o presente recurso e anula-se a questão em comento, considerando-a correta para todos os candidatos para efeito de apuração das notas.			



Parecer nº 02

Candidato:

Marinês Olivo Baggio

Nº inscrição:

021

Cargo:

Servente

Questão nº:

34

Prova:

Matemática

Parecer da Banca Examinadora:

Cuida-se de recurso interposto contra o Relatório Preliminar de Classificação relativamente à questão nº 34 da prova de Matemática do cargo de Servente. Revendo a questão, conclui-se que a mesma está corretamente elaborada, bem como as suas respostas, sendo a alternativa "C" a única correta. Isto posto, considera-se procedente o presente recurso.

SIGMA Assessoria e Consultoria

**Contrato Administrativo N.º 097/2014**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 097/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de CONserto de Carreta Agrícola da Secretaria de Agricultura, LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 044/2014.

EMPRESA CONTRATADA: ALDIR BADO

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

DATA DO CONTRATO: 05 de Março de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

**Contrato Administrativo N.º 093/2014**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 093/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de Aquisição de UM AR CONDICIONADO PARA A SECRETARIA DA SAÚDE, LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 040/2014.

EMPRESA CONTRATADA: LPJ COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer a AQUISIÇÃO de objeto no valor de R\$ 2.680,00 (dois mil seiscentos e oitenta reais).

DATA DO CONTRATO: 27 de Fevereiro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

**Contrato Administrativo N.º 098/2014**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 098/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de Aquisição de cadeira para a sala do CRAS,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 045/2014.

EMPRESA CONTRATADA: LPJ COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer a AQUISIÇÃO de objeto no valor de R\$ 399,00 (trezentos e noventa e nove reais).

DATA DO CONTRATO: 11 de Março de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli



**Contrato Administrativo N.º 068/2014**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 068/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 029/2014.

EMPRESA CONTRATADA: SEGMENTRE AMBIENTAL ASSESSORIA LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o serviço, no valor de R\$ 3.743,00 (três mil setecentos e quarenta e três reais).

DATA DO CONTRATO: 17 de Fevereiro de 2014.

PREFEITO: Euzébio Vieceli

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 068/2014

Termo de Contrato de EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa SEGMENTRE AMBIENTAL ASSESSORIA LTDA, autorizado através do Processo n.º 045/2014 Dispensa De Licitação nº.029/2014.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: SEGMENTRE AMBIENTAL ASSESSORIA LTDA

CNPJ-MF n.º. 06.080.215/0001-46

Endereço: RUA ANITA GARIBALD, 285 - CENTRO

CEP 89500-000 CAÇADOR

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO**

Constitui objeto do presente contrato de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, consistente: 1|prestação de serviços em segurança e medicina do trabalho

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o serviço, no valor de R\$ 3.743,00 (três mil setecentos e quarenta e três reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Conta: 02.0202.04.122.0402.2022.33900000

Reduzido ..... : 007

Órgão ..... : PODER EXECUTIVO

Unidade Orçament.: SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS

Proj/Atividade...: MANUT. SECRET. DE ADM. E FINANÇAS

Mod. Aplicação...: APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte ..... : 00 - Recursos Ordinários

Destinação ..... : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA**

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

**CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO**

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato. Farão parte integrante do contrato, todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento deste Certame.

4.2 - Se a licitante vencedora deixar de assinar o contrato sem justificativa por escrito aceita por esta Municipalidade, caducará o seu direito de vencedora, sujeitando-se às penalidades aludidas no presente Edital.

4.3. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.4. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.5. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.7. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.8. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.



4.9. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.10. PENALIDADES

4.10.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá as seguintes penalidades:

a) 1% (um por cento) sobre o valor do contrato por dia letivo em que não foi entregue a mercadoria;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato caso não seja efetuado o transporte escolar, objeto do presente contrato por mais de 05 (cinco) dias, sem prejuízo da alínea anterior.

As multas previstas nas letras a) e b) são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.10.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 17 de Fevereiro de 2014.  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZÉBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
SEGMETRE ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA

1) Nome:  
CPF:

2) Nome:  
CPF:



## Pomerode

### PREFEITURA

#### Inexigibilidade de Licitação Nº 001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTES E LAZER - FUNPEEL  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2014

Processo Administrativo n.º 002/2014.  
Contratante: FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTES E LAZER - FUNPEEL.  
Contratado: FEDERAÇÃO DE AUTOMOBILISMO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FAUESC.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PREMIAÇÃO DA 1ª ETAPA DO CAMPEONATO BRASILEIRO DE RALLY DE VELOCIDADE 2014, A SER REALIZADO NESTA CIDADE DE POMERODE/SC, DO DIA 21 AO DIA 23 DE MARÇO DE 2014.  
Valor total contratado: R\$20.000,00 (vinte mil reais).

Pomerode/SC, 19 de Março de 2014.  
CÉLIO SCHLINGMANN  
Presidente da FUNPEEL

### SAMAE

#### Extrato Ata Registro de Preços

SAMAE POMERODE  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 02/2014  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS  
AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA AS ESTAÇÕES VISANDO O TRATAMENTO DE ÁGUA PELAS ETAS 1,2 E 3 (estação de tratamento de água) PARA O ABASTECIMENTO NO MUNICÍPIO DE POMERODE, ESTADO DE SANTA CATARINA, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS ANEXO NO EDITAL.  
FORNECEDOR:  
BUSCHLE E LEPPER - Ata nº 02/2014  
Validade: A partir de 13.03.2014 validade (12 MESES).  
Valor Total Fornecedor: R\$ 39.883,00  
ITEM 01/QTDE. ITEM/ KG 2.700/ Valor UNT R\$ 1.89./ VALOR TOTAL= 5.103,00  
ITEM 02/QTDE. ITEM/ KG 37.000/ Valor UNT R\$ 0.94/ VALOR TOTAL= 34.780,00  
Pregão Eletrônico nº: 02. Registro de Preços nº: 02.

POMERODE (SC), 19 de março de 2014.  
JORGE ALFREDO HOGE  
Diretor Presidente do SAMAE

#### Extrato Ata Registro de Preços

SAMAE POMERODE  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 02/2014  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS  
AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA AS ESTAÇÕES VISANDO O TRATAMENTO DE ÁGUA PELAS ETAS 1,2 E 3 (estação de

tratamento de água) PARA O ABASTECIMENTO NO MUNICÍPIO DE POMERODE, ESTADO DE SANTA CATARINA, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS ANEXO NO EDITAL.  
FORNECEDOR:  
PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA - Ata nº 04/2014  
Validade: A partir de 13.03.2014 validade (12 MESES).  
Valor Total Fornecedor: R\$ 16.000,00  
ITEM 03/QTDE. ITEM/ 40.000 KG/ Valor UNT R\$ 0.40  
Pregão Eletrônico nº: 02. Registro de Preços nº: 04.

POMERODE (SC), 19 de março de 2014.  
JORGE ALFREDO HOGE  
Diretor Presidente do SAMAE

#### Extrato Ata Registro de Preços

SAMAE POMERODE  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 02/2014  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS  
AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA AS ESTAÇÕES VISANDO O TRATAMENTO DE ÁGUA PELAS ETAS 1,2 E 3 (estação de tratamento de água) PARA O ABASTECIMENTO NO MUNICÍPIO DE POMERODE, ESTADO DE SANTA CATARINA, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS ANEXO NO EDITAL.  
FORNECEDOR:  
AVANEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - Ata nº 03/2014  
Validade: A partir de 13.03.2014 validade (12 MESES).  
Valor Total Fornecedor: R\$ 32.100,00  
ITEM 04/QTDE. ITEM/ 30.000 KG/ Valor UNT R\$ 1.07  
Pregão Eletrônico nº: 02. Registro de Preços nº: 03.

POMERODE (SC), 19 de março de 2014.  
JORGE ALFREDO HOGE  
Diretor Presidente do SAMAE



**Porto Belo****PREFEITURA****Extrato do Edital de Pregão – Registro de Preço – 011-2014 PMPB – 006-2014 Funtur – 007-2014 FMAS – 009-2014 FMS – 006-2014 Famap – 005-2014 – Fmc – 007-2014 FME E 011-2014 Fmeduca.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão – Registro de Preço – 011/2014 PMPB – 006/2014 FUNTUR – 007/2014 FMAS – 009/2014 FMS – 006/2014 FAMAP – 005/2014 – FMC – 007/2014 FME e 011/2014 FMEDUCA.

Tipo de licitação: Menor preço por item.

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de mobiliário para as Secretarias/Fundações Municipais, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital.

Recebimento e abertura das Propostas: Até 14:00 horas do dia 31/03/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O Edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no Departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Departamento de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [compras@portobelo.sc.gov.br](mailto:compras@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 18 de março de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

**Porto União****PREFEITURA****Extrato de Edital de Pregão Presencial 011/2014 - Prefeitura**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 027/2014 - CARONA

Extrato de Edital de Pregão Presencial 011/2014 - PREFEITURA

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para a aquisição de ferro, cimento, canos e conexões em PVC. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 04 de abril de 2014, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. Este processo licitatório deu adesão (carona) o processo licitatório do mesmo número para o Fundo Municipal da Educação. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br), fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 20 de Março de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

**Extrato de Edital de Pregão Presencial 010/2014 - Prefeitura**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 026/2014

Extrato de Edital de Pregão Presencial 010/2014 - PREFEITURA

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para a aquisição de uma Mini Carregadeira compacta nova. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 03 de Abril de 2014, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br), fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 20 de Março de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato 028/2014 - Prefeitura**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 028/2014 - Prefeitura

Partes: Município de Porto União e a empresa Bob Máquinas Hidromecânica Garcia Ltda ME

Objeto: locação de equipamentos para realização de serviço de limpeza e varrição nos calçamentos/meio fio e retiradas de entulhos nas ruas do município

Valor total R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)



Vigência: por 30 (trinta) dias de locação  
Base legal: Dispensa de Licitação 005/2014, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 12 de março de 2014.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

Bob Máquinas Hidromecânica Garcia Ltda ME.  
Contratada

#### **Justificativa Dispensa de Licitação N.º 005/2014**

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Processo Licitatório 019/2014  
Dispensa de Licitação n.º 005/2014

Caracterização da Situação: O município necessita contratar uma empresa para locação de equipamento aptos à realização de serviço de limpeza e varrição nos calçamentos/meio fio e retiradas de entulhos nas ruas do município.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, a locação do equipamento Mini Carregadeira Hidromecânica, com os implementos Carpideira Mecânica, Vassoura e Concha, para realização de serviços de limpeza e varrição nos calçamentos/meio fio e retiradas de entulhos nas ruas do município.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Bob Máquinas Hidromecânica Garcia Ltda ME, inscrita no CNPJ 82.976.325/0001-79 visto que foi a que apresentou menor preço, conforme comprovam os orçamentos em anexo ao processo.

Do Preço: O valor a ser pago será de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) pelo período de 30 (trinta) dias

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 0200 – Poder Executivo Porto União  
Unidade 0207 – Secret. Transp. Obras e Servs. Públicos  
Atividade 2028 – Manutenção Departamento de Urbanismo  
Modalidade 3390-100 – Aplicações diretas  
Cod. 49  
Complemento 33903912 – Locação Máquinas e equipamentos

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Porto União, 28 de fevereiro de 2014.  
PAULO RUBENS BUCH  
Presidente da Comissão de Licitação  
Decreto 376/2014

## **Presidente Castello Branco**

### **PREFEITURA**

#### **Extrato do Segundo Termo Aditivo E Alteração**

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO E ALTERAÇÃO  
AO CONTRATO Nº 74/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO: PAULO FOCHEZATO ME

OBJETO: O objeto do presente Termo Aditivo é a alteração do trajeto nº 08, nos termos do ofício nº 33/2013, de 26 de dezembro de 2013.

VALOR: R\$ 291,05 (duzentos e noventa e um reais, com cinco centavos) diários.

VIGÊNCIA: 06/02/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

#### **Extrato do Segundo Termo Aditivo E Alteração**

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO E ALTERAÇÃO  
AO CONTRATO Nº 75/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO: VALDESIR BATISTA CADORE ME

OBJETO: O objeto do presente Termo Aditivo é a alteração do trajeto nº 14, nos termos do ofício nº 33/2013, de 26 de dezembro de 2013 e rescisão de forma amigável, conforme artigo 78, inciso XII concomitante com o artigo 79, inciso II da Lei 8.666/93, do trajeto 09, "LINHA DIVISA, LINHA TAQUARAL, LINHA IMIGRA, SEDE (Noturno)", a que se refere o Contrato Administrativo Original de nº 75/2013.

VALOR: R\$ 15,06 (quinze reais, com seis centavos) diários.

VIGÊNCIA: 06/02/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

#### **Extrato do Segundo Termo Aditivo E Alteração**

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO E ALTERAÇÃO  
AO CONTRATO Nº 101/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO: GROTO & CERVELIN LTDA ME

OBJETO: O objeto do presente Termo Aditivo é a alteração dos trajetos nº 01, nos termos do ofício nº 33/2013, de 26 de dezembro de 2013.

VALOR: R\$ 158,71 (cento e cinquenta e oito reais, com setenta e um centavos) diários.

VIGÊNCIA: 06/02/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal



**Extrato do Segundo Termo Aditivo E Alteração**

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO E ALTERAÇÃO  
AO CONTRATO Nº 101/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO: GROTO & CERVELIN LTDA ME

OBJETO: O objeto do presente Termo Aditivo é a alteração dos trajetos nº 01, nos termos do ofício nº 33/2013, de 26 de dezembro de 2013.

VALOR: R\$ 158,71 (cento e cinquenta e oito reais, com setenta e um centavos) diários.

VIGÊNCIA: 06/02/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

**Extrato do Terceiro Termo Aditivo E Alteração**

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO E ALTERAÇÃO  
AO CONTRATO Nº 73/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO: GGF TRANSPORTES LTDA

OBJETO: O objeto do presente Termo Aditivo é a alteração dos trajetos nº 01, 02, 03, e trajeto 07, nos termos do ofício nº 33/2013, de 26 de dezembro de 2013 e rescisão de forma amigável, conforme artigo 78, inciso XII concomitante com o artigo 79, inciso II da Lei 8.666/93, do trajeto 06, "LINHA DOS FRIGOS (Vespertino)" e trajeto 10, "VILA NOSSA SENHORA DE LOURDES, LINHA DOS FRIGOS (Noturno)", a que se refere o Contrato Administrativo Original de nº 73/2013.

VALOR: R\$ 283,94 (duzentos e oitenta e três reais, com noventa e quatro centavos) diários.

VIGÊNCIA: 06/02/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

**Extrato do Terceiro Termo Aditivo E Alteração**

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO E ALTERAÇÃO  
AO CONTRATO Nº 86/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO: GGF TRANSPORTES LTDA

OBJETO: O objeto do presente Termo Aditivo é a alteração dos trajetos nº 12, nos termos do ofício nº 33/2013, de 26 de dezembro de 2013.

VALOR: R\$ 418,01 (quatrocentos e dezoito reais, com um centavo) diários.

VIGÊNCIA: 06/02/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº 50/2014**

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 50/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO: CLEUSA MASCARELLO CORADI EPP

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a aquisição de combustível, "óleo diesel S10", direto na bomba de combustível da proponente (contratada), para atender a frota municipal no exercício de 2014, em distância, via terrestre rodoviária pavimentada, de no máximo 50 quilômetros da sede da garagem do DMER, da sede do município de Presidente Castello Branco/SC.

VALOR: R\$ 251.750,00 (duzentos e cinquenta e um mil, setecentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: 17/03/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº 51/2014**

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 51/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO: ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA

OBJETO: O objeto do presente Contrato é aquisição de material de expediente para manutenção das atividades da Administração Municipal em Geral, do município de Presidente Castello Branco/SC, para o exercício de 2014.

VALOR: R\$ 8.016,05 (oito mil, dezesseis reais e cinco centavos).

VIGÊNCIA: 17/03/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº 52/2014**

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 52/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP

OBJETO: O objeto do presente Contrato é aquisição de material de expediente para manutenção das atividades da Administração Municipal em Geral, do município de Presidente Castello Branco/SC, para o exercício de 2014.

VALOR: R\$ 20.016,89 (vinte mil, dezesseis reais, com oitenta e nove centavos).

VIGÊNCIA: 17/03/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº 53/2014**

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 53/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO: LUCIANE FRIGO ME

OBJETO: O objeto do presente Contrato é aquisição de material de expediente para manutenção das atividades da Administração Municipal em Geral, do município de Presidente Castello Branco/SC, para o exercício de 2014.

VALOR: R\$ 3.958,55 (três mil, novecentos e cinquenta e oito reais,



com cinquenta e cinco centavos).  
VIGÊNCIA: 17/03/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº54/2014**

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 54/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC  
CONTRATADO: CASTELLO COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA ME  
OBJETO: O objeto do presente Contrato é aquisição de material de expediente para manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde do município de Presidente Castello Branco/SC, para o exercício de 2014.  
VALOR: R\$ 3.069,00 (três mil, e sessenta e nove reais).  
VIGÊNCIA: 17/03/2014 a 31/12/2014.

Marisa Petkov Talini  
Secretária Municipal de Saúde

**Extrato de Contrato Nº55/2014**

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 55/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC  
CONTRATADO: ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA  
OBJETO: O objeto do presente Contrato é aquisição de material de expediente para manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde do município de Presidente Castello Branco/SC, para o exercício de 2014.  
VALOR: R\$ 6.801,50 (seis mil, oitocentos e um reais, com cinquenta centavos).  
VIGÊNCIA: 17/03/2014 a 31/12/2014.

Marisa Petkov Talini  
Secretária Municipal de Saúde

**Extrato de Contrato Nº 56/2014**

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 56/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC  
CONTRATADO: L. MOHR LTDA ME  
OBJETO: O objeto do presente Contrato é aquisição de material de expediente para manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde do município de Presidente Castello Branco/SC, para o exercício de 2014.  
VALOR: R\$ 8.334,65 (oito mil, trezentos e trinta e quatro reais, com sessenta e cinco centavos).  
VIGÊNCIA: 17/03/2014 a 31/12/2014.

Marisa Petkov Talini  
Secretária Municipal de Saúde

**Extrato de Contrato Nº 57/2014**

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 57/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC  
CONTRATADO: LUCIANE FRIGO ME  
OBJETO: O objeto do presente Contrato é aquisição de material de expediente para manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde do município de Presidente Castello Branco/SC, para o exercício de 2014.  
VALOR: R\$ 8.290,06 (oito mil, duzentos e noventa reais, com seis centavos).  
VIGÊNCIA: 17/03/2014 a 31/12/2014.

Marisa Petkov Talini  
Secretária Municipal de Saúde

**Extrato de Contrato Nº 58/2014**

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 58/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC  
CONTRATADO: COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP  
OBJETO: O objeto do presente Contrato é aquisição de material de expediente para manutenção das atividades da Administração Municipal em Geral, do município de Presidente Castello Branco/SC, para o exercício de 2014.  
VALOR: R\$10.336,15 (dez mil, trezentos e trinta e seis reais, com quinze centavos).  
VIGÊNCIA: 18/03/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº 59/2014**

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 59/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC  
CONTRATADO: COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP  
OBJETO: O objeto do presente Contrato é aquisição de material de expediente para manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde do município de Presidente Castello Branco/SC, para o exercício de 2014.  
VALOR: R\$ 5.474,98 (cinco mil, quatrocentos e setenta e quatro reais, com noventa e oito centavos).  
VIGÊNCIA: 18/03/2014 a 31/12/2014.

Marisa Petkov Talini  
Secretária Municipal de Saúde



# Rio do Sul

## PREFEITURA

### Contrato Administrativo Nº 274/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 274/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA HELENA KLITZKE DA SILVA, portador(a) do CPF nº 657.139.239-91 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Bc. Minas Gerais, nº 775, Bairro Boa Vista - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação – CEI Raio de Luz.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 756,00 (setecentos e cinquenta e seis reais) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 20/03/2014 e encerrando-se em 19/04/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**CLÁUSULA QUINTA:** Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA :** Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**CLÁUSULA OITAVA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 19 de março de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MARIA HELENA KLITZKE DA SILVA

Contratado (a)

### Contrato Administrativo Nº 275/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 275/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ARLETE CAMPOS, portador(a) do CPF nº 060.412.639-58 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua São José, nº 584, Bairro Santana - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação – CEI Sebastião Back.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 756,00 (setecentos e cinquenta e seis reais) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 20/03/2014 e encerrando-se em 19/04/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**CLÁUSULA QUINTA:** Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA :** Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**CLÁUSULA OITAVA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente



contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 19 de março de 2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

ARLETE CAMPOS  
Contratado (a)

**Contrato Administrativo Nº 276/2014**  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 276/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCILENE VIOLANTE, portador(a) do CPF nº 044.732.759-30 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Pref. Wenceslau Borini, nº 1729, Bairro Canta Galo - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação – CEI Prof. Belmarli da Silva.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 756,00 (setecentos e cinquenta e seis reais) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 20/03/2014 e encerrando-se em 19/04/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**CLÁUSULA QUINTA:** Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA :** Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**CLÁUSULA OITAVA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 19 de março de 2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

LUCILENE VIOLANTE  
Contratado (a)

**Contrato Administrativo Nº 208/2014**  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 208/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) TAISE BUSARELLO, portador(a) do CPF nº 010.163.499-47 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Pref. Wenceslau Borini, nº 1799 – Bairro Canta Galo – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CEI Shirley Dolores Sedrez, em virtude de vaga não ocupada através de Concurso Público.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.234,07 (dois mil, duzentos e trinta e quatro reais e sete centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

**Parágrafo único –** De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 24/02/2014 e encerrando-se em 22/03/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

**Parágrafo único -** Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**CLÁUSULA QUINTA:** Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência



administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA :** Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**CLÁUSULA OITAVA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de fevereiro de 2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

TAISE BUSARELLO  
Contratado (a)

### **Decreto de Anulação 3948/2014**

DECRETO Nº 3948, de 18 de março de 2014.

"ANULA PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA TOMADA DE PREÇOS 034/2014"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulado o processo licitatório representado pela Tomada de Preços nº 034/2014 de 28.02.2014.

Parágrafo único – A anulação decidida no "caput" deste artigo, se dá em razão de incorreção no objeto do edital.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
18 de março de 2014  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

### **Contrato Administrativo Nº 278/2014**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 278/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085,

de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ELENE PEREIRA DE SOUZA BELLI, portador(a) do CPF nº 034.521.889-22 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Est. Geral Anta Branca, s/nº – Localidade Anta Branca – Rio do Campo - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Especial, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Escola Modelo Ella Kurt, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.546,13 (dois mil, quinhentos e quarenta e seis reais e treze centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 20/03/2014 e encerrando-se em 19/04/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**CLÁUSULA QUINTA:** Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA :** Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**CLÁUSULA OITAVA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente



contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 19 de março de 2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

ELENE PEREIRA DE SOUZA BELLI  
Contratado (a)

**Aditivos de Contrato Administrativo de Ana Paula Pereira Hasse A Vanderleia Domingo dos Santos**

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 215/2014 firmado em 07/02/2014, com término previsto para 11/03/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA PEREIRA HASSE portador(a) do CPF nº 008.726.299-10, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 215/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – Do objeto**  
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 215/2013, iniciando-se a prorrogação em 12/03/2014 e encerrando-se em 28/04/2014.”

**Cláusula Segunda – Da ratificação**  
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 11/03/2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário de Administração

ANA PAULA PEREIRA HASSE  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:. Nome:.  
CPF:. CPF:.

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 028/2014 firmado em 04/02/2014, com término previsto para 11/03/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CARLA CRISTIANE ALVES portador(a) do CPF nº 058.297.329-55, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 028/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – Do objeto**  
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 028/2014, iniciando-se a prorrogação em 12/03/2014 e encerrando-se em 25/04/2014.”

**Cláusula Segunda – Da ratificação**  
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 11/03/2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário de Administração

CARLA CRISTIANE ALVES  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:. Nome:.  
CPF:. CPF:.

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 254/2013 firmado em 18/03/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CLAUDIA PRUST WESSNER portador(a) do CPF nº 064.054.789-39, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 254/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – Do objeto**  
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 254/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 30/05/2014.”

**Cláusula Segunda – Da ratificação**  
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário de Administração

CLAUDIA PRUST WESSNER  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:. Nome:.  
CPF:. CPF:.

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 177/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DARLIN OLIVIA FRANÇA portador(a) do CPF nº 061.805.329-82, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 177/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:



**Cláusula Primeira – Do objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 177/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 17/06/2014.”

**Cláusula Segunda – Da ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.

GIVANILDO SILVA  
Secretário de Administração

DARLIN OLIVIA FRANÇA  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:. Nome:.

CPF:. CPF:.

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 149/2013 firmado em 04/02/20123, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FABRICIA APARECIDA HINCKEL portador(a) do CPF nº 047.274.769-08, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 149/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – Do objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 149/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 16/06/2014.”

**Cláusula Segunda – Da ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.

GIVANILDO SILVA  
Secretário de Administração

FABRICIA APARECIDA HINCKEL  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:. Nome:.

CPF:. CPF:.

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 003/2013 firmado em 04/02/20123, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FRANCIANE KNOPF portador(a) do CPF nº 030.309.179-75, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 003/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – Do objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 003/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 30/04/2014.”

**Cláusula Segunda – Da ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.

GIVANILDO SILVA  
Secretário de Administração

FRANCIANE KNOPF  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:. Nome:.

CPF:. CPF:.

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 124/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOICE MARA SCHMITZ portador(a) do CPF nº 066.080.189-24, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 124/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – Do objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 124/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 10/07/2014.”

**Cláusula Segunda – Da ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.

GIVANILDO SILVA  
Secretário de Administração

JOICE MARA SCHMITZ  
Contratado(a)



## Testemunhas:

Nome:.. Nome:..

CPF:.. CPF:..

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 239/2013 firmado em 01/03/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JUSSARA DE FATIMA SCHEITZ portador(a) do CPF nº 032.520.379-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 239/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

## “Cláusula Terceira – Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 239/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 18/06/2014.”

## Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JUSSARA DE FATIMA SCHEITZ

Contratado(a)

## Testemunhas:

Nome:.. Nome:..

CPF:.. CPF:..

10º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 221/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LIANA DE SOUZA portador(a) do CPF nº 040.176.289-07, na qualidade de Contratado(a), celebram o 10º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 221/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

## “Cláusula Terceira – Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 221/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 26/08/2014.”

## Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

LIANA DE SOUZA

Contratado(a)

## Testemunhas:

Nome:.. Nome:..

CPF:.. CPF:..

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 042/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIANA MACHADO portador(a) do CPF nº 008.803.589-12, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 124/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

## “Cláusula Terceira – Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 042/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 18/03/2014.”

## Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

LUCIANA MACHADO

Contratado(a)

## Testemunhas:

Nome:.. Nome:..

CPF:.. CPF:..

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 032/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIANA MARA BARBOSA PASSING portador(a) do CPF nº 006.059.039-48, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 032/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

## “Cláusula Terceira – Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 032/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 08/07/2014.”



**Cláusula Segunda – Da ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

LUCIANA MARA BARBOSA PASSING

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..

CPF:.. CPF:..

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 037/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MAGALI CRISTINA SCHON portador(a) do CPF nº 006.547.999-89, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 037/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – Do objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 037/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 17/07/2014.”

**Cláusula Segunda – Da ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MAGALI CRISTINA SCHON

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..

CPF:.. CPF:..

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 300/2013 firmado em 17/09/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA ROSANA CONSTANTINO portador(a) do CPF nº 851.040.439-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 300/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – Do objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 300/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 30/03/2014.”

**Cláusula Segunda – Da ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARIA ROSANA CONSTANTINO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..

CPF:.. CPF:..

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 007/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSINHA SOARES portador(a) do CPF nº 044.656.739-65, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 007/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – Do objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 007/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 02/07/2014.”

**Cláusula Segunda – Da ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ROSINHA SOARES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..

CPF:.. CPF:..

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 106/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr.



GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SINTIA LUCIANO portador(a) do CPF nº 056.355.559-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 106/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto  
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira – Do prazo de vigência  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº  
106/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 01/07/2014."

Cláusula Segunda – Da ratificação  
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário de Administração

SINTIA LUCIANO  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: Nome:  
CPF: CPF:

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 326/2013 firmado em 05/11/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VANDERLEIA DOMINGO DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 074.454.489-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 326/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto  
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº  
326/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 21/03/2014.”

Cláusula Segunda – Da ratificação  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário de Administração

VANDERLEIA DOMINGO DOS SANTOS  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..  
CPF:.. CPF:..

**Contrato Administrativo N° 277/2014**  
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 277/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA HELENA MARTINS, portador(a) do CPF nº 619.016.959-72 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Fr. Stanislau, nº 189, Bairro Canoas - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação – CE Roberto Machado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 756,00 (setecentos e cinquenta e seis reais) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 20/03/2014 e encerrando-se em 19/04/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

**CLAÚSULA SEXTA :** Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 19 de março de 2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

MARIA HELENA MARTINS  
Contratado (a)



**Contrato Administrativo Nº 273/2014**  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 273/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSENILDA TEREZINHA SIMÃO, portador(a) do CPF nº 043.362.189-35 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Francisco da Cruz dos Santos, nº 121, Bairro Rainha - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação – CE Guilherme Butzke.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 756,00 (setecentos e cinquenta e seis reais) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 20/03/2014 e encerrando-se em 19/04/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**CLÁUSULA QUINTA:** Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA:** Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**CLÁUSULA OITAVA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 17 de março de 2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

ROSENILDA TEREZINHA SIMÃO  
Contratado (a)

**Pregão Eletrônico 026/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS  
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 026/2014

**OBJETO:** Tem por objeto o presente edital de pregão eletrônico contratação de serviços e materiais para o encarroçamento de 01 (um) chassis de caminhão Mercedes Benz em caminhão de combate à incêndio tipo auto bomba tanque e resgate ABTR. Corpo de Bombeiros de Rio do Sul.

**REGIMENTO:** O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 3.246/13 e, os artigos 42, 43, 44, 45, e 46 da LC-123/2006 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** das 07h30min. do dia 21/03/2014 às 08h30 min. do dia 03/04/2014.

**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** das 08h30min. às 09:30 horas do dia 03/04/2014.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 09h30min. do dia 03/04/2014.

**LOCAL:** [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) "Acesso Identificado no link - licitações"

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Licitações.

Rio do Sul (SC), 18 de março de 2014  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

---

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

---

**Edital Para Chamamento Público Nº09/2014 FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS  
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 09/2014

**OBJETO:** chamamento de pessoas físicas interessadas em firmar com a Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul/Fundo Municipal de Saúde, contrato de prestação de serviços, conforme minuta de contrato, visando a contratação de profissionais de nível superior com habilitação em PSICOLOGIA CLÍNICA, ASSISTENTE SOCIAL e NUTRICIONISTA, EDUCADOR FÍSICO E FONOAUDIÓLOGO para prestar atendimento ambulatorial aos usuários do SUS.

**ENTREGA DOS DOCUMENTOS:** Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria, sala 110 Rua Tuiuti, 154, bairro Centro, Rio do Sul/SC, CEP 89.160-000 até o dia 28 de março de 2014

**EDITAL COMPLETO:** Estará a disposição dos interessados no horário de 07:30 às 11:30 e 13:30 às 16:30 de 2º à 6ª feira, no Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria, através do e-mail: [sau.faturamento@riodosul.sc.gov.br](mailto:sau.faturamento@riodosul.sc.gov.br) ou no site [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br).



BASE LEGAL: Lei Nº 8.666/93 e alterações.

Rio do Sul, 19 de março de 2014.  
SR. GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

Dr. LUIZ CARLOS ZANIS  
Secretário municipal de Saúde

## Salto Veloso

### PREFEITURA

#### Errata Portaria Nº 127/2014

Errata - Portaria Nº 127/2014

ERRATA

Informamos que a "PORTARIA N.º 127/2014", foi publicada com erro na edição 1448, veiculada em 18 de Março de 2014, no Diário Oficial dos Municípios.

Sendo o Conteúdo Correto da Portaria conforme segue:

PORTARIA Nº. 127/2014

Pedro Sezi Silva, Prefeito Municipal em Exercício de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, a Sra. VIVIAN LOCATELLI LAZZAROTTI, nos termos do artigo 12 da Lei Complementar nº 003/2005 de 12/12/2005, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Física, 20 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação na classificação de Professor I – Graduado na área de atuação – Nível "A" do Anexo VI.

Artigo. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 17 de Março de 2014.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em exercício

#### Portaria Nº. 138/2014

PORTARIA Nº. 138/2014

"REVOGA PORTARIAS"

PEDRO SEZI SILVA, Prefeito Municipal em exercício de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei 0016/2010 de 23/12/2010, Quadro de Pessoal do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º. Ficam revogadas as portarias de nº 105/2014, 106/2014, 107/2014, 115/2014, 116/2014, 117/2014, 118/2014, 119/2014 e 120/2014.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 19 de Março de 2014

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em Exercício



**Editais de Pregão Presencial Nº 17/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2014

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra-se alterada a data do PREGÃO PRESENCIAL 17/2014, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar-condicionado

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 01/04/2014 até as 09h00min.

Abertura: 01/04/2014, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 17 de março de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

**Editais de Pregão Presencial Nº 18/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2014

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra-se alterada a data do PREGÃO PRESENCIAL 18/2014, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Aquisição combustível para a Prefeitura Municipal e suas secretarias.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 01/04/2014 até as 14h00min.

Abertura: 01/04/2014, às 14h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 17 de março de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

**Editais de Pregão Presencial Nº 19/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra-se alterada a data do PREGÃO PRESENCIAL 19/2014, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Aquisição de uniformes para a Secretaria de Esportes

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 01/04/2014 até as 16h00min.

Abertura: 01/04/2014, às 16h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 17 de março de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

**Santa Rosa do Sul****PREFEITURA****Errata**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

ERRATA

Edita nº 31/2014-PR 31/2014

Publicação na Edição nº 1449 de 19/03/2014

Onde lê-se:

Do Preâmbulo: "Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta das 08:00Hr do dia 25 de março de 2014 até às 11:00horas do mesmo dia, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 08:30 horas/m do dia 27 de março de 2014."

Leia-se:

Do Objeto: "Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta das 08:00Hr do dia 26 de março de 2014 até às 11:00horas do mesmo dia, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 08:30 horas/m do dia 27 de março de 2014."



## Santa Terezinha do Progresso

### PREFEITURA

#### Extrato Edital N 66 FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso – SC, localizado na Rua Ernesto Francisco Cardoso, 56, CNPJ: 11.360.515/0001-19, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2014 MODALIDADE: Pregão Presencial n. 4/2014, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E LIMPEZA COM ENTREGA FRACIONADA (UND) PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até o dia 03/04/14, até às 16:00 horas, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 16:30 horas, no mesmo dia e endereço já mencionado. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 18/03/14.  
Jacob Gilmar Junges  
Prefeito Municipal.

## São Bento do Sul

### SAMAE

#### Portaria /SAMAE/SBS Nº 070, de 18 de Março de 2014.

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 070, de 18 de março de 2014.  
"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

#### RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor FERNANDO JOSÉ SCHWETLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de ETA/ETE, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2012/2012.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 17.03.2014.

OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

#### Portaria/SAMAE/SBS/Nº 071 de 18 de Março de 2014.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 071 de 18 de março de 2014.  
"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A SERVIDOR"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

#### RESOLVE

Art. 1º - PROMOVER, a servidora IVANA APARECIDA PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operadora de ETA/ETE, Grupo Ocupacional 04, com a carga horária de 36 horas semanais, lotada nesta Autarquia Municipal, para a Classe "2D".

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2014.

OSMAR TELMA  
Diretor Presidente



**CÂMARA MUNICIPAL****Lei Nº 3332, de 20 de Março de 2014.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

Câmara Municipal de São Bento do Sul

LEI Nº 3314, DE 20 DE MARÇO DE 2014.

ALTERA O ART. 183 DA LEI MUNICIPAL Nº 1677, DE 10 DE OUTUBRO DE 2006, QUE CRIA O NOVO CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de São Bento do Sul aprovou e eu César Augusto Accorsi de Godoy, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o Art. 183, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 183 - Para a construção de edificações destinadas a qualquer uso, há obrigatoriedade de área de estacionamento, coberta ou descoberta, sempre de fácil acesso, dentro do terreno, nas seguintes proporções mínimas:

I - Nas edificações residenciais multifamiliares, 1 (uma) vaga para cada unidade econômica;

II - Nas edificações comerciais:

a) Com área de utilização pública de até 300,00 m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados) - 1 (uma) vaga para cada 50,00 m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados) de área de utilização pública;

b) Naquelas com área maior, 06 (seis) vagas e mais 1 (uma) a cada 50,00 m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados) de área de utilização pública que exceder a 300,00 m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados);

III - Nas edificações comerciais com mais de uma unidade comercial e centros comerciais, 1 (uma) vaga para cada unidade comercial e mais 1 (uma) vaga para cada 50,00 m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados) por área de utilização pública;

IV - Nas edificações de hotéis, 2 (duas) vagas para cada 3 (três) apartamentos ou quartos;

V - Nas edificações de motéis, 1 (uma) vaga para cada apartamento;

VI - Nas edificações de estádios ou praças de esporte, 1 (uma) vaga para cada 10 (dez) lugares;

VII - Nas edificações de supermercados e hipermercados, 1 (uma) vaga para cada 25,00 m<sup>2</sup> (vinte e cinco metros quadrados) de área de utilização pública;

VIII - Nas edificações de ensino fundamental e médio, 1 (uma) vaga para cada 80,00 m<sup>2</sup> (oitenta metros quadrados) de construção;

IX - Nas edificações de ensino superior, 1 (uma) vaga para cada 20,00 m<sup>2</sup> (vinte metros quadrados) de construção;

X - Nas edificações de hospitais, clínicas, casas de saúde, 1 (uma) vaga para cada 50,00 m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados) de construção;

XI - Nas edificações de teatros, cinemas, auditórios, 1 (uma) vaga para cada 2 (dois) assentos;

XII - Nas edificações de sala de exposições, 1 (uma) vaga para cada 20,00 m<sup>2</sup> (vinte metros quadrados) de construção.

§ 1º Nas edificações comerciais 50% (cinquenta por cento) das vagas poderão ser disponibilizadas em estacionamento privado, com distância de até 200 metros da edificação, registrados em contrato entre as partes.

§ 2º Nas edificações comerciais localizadas nas zonas de uso ZC1 e ZHC as vagas de estacionamento, exceto as especiais para idosos e deficientes físicos, poderão ser disponibilizadas em estacionamento privado, com distância de até 200 metros da edificação, registradas em contrato entre as partes.

§ 3º Nas edificações comerciais até 25% (vinte e cinco por cento) das vagas descritas neste artigo poderão ser destinadas a motos ou bicicletas, respeitadas as dimensões mínimas de 1,25 por 2,00 metros.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 20 de Março de 2014.

CÉSAR AUGUSTO ACCORSI DE GODOY

Presidente da Câmara de São Bento do Sul



# São Domingos

## PREFEITURA

**Portaria Nº 1581, de 10 de Março de 2014.**

PORTARIA Nº 1581, DE 10 DE MARÇO DE 2014.

Concede licença prêmio a servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 26 e 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 045 de 06 de novembro de 2012, Lei Complementar nº 042 de 04 de abril de 2012 atualizada; Considerando o documento médico apresentado pela servidora em razão do estado de saúde de seu esposo Daniel Valentini;

Considerando a necessidade de acompanhamento e cuidados ao esposo;

Considerando que a servidora possui seis meses e nove dias de licenças prêmio vencidas;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica concedida Licença Prêmio à servidora pública municipal Marilene Salette Valentini, ocupante do cargo de Professor PD/C-III, por um período de 30 (trinta) dias de 04 (quatro) horas diárias, cujo gozo será a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 10 de março de 2013.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretário de Administração e Fazenda

**Portaria Nº 1583, de 13 de Março de 2014.**

PORTARIA Nº 1583, DE 13 DE MARÇO DE 2014.

Concede licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O Prefeito Municipal em exercício de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 100 e 299 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90; Lei Complementar Municipal nº 0018 de 28/01/08 atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12; e:

\* Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica concedida Licença para tratamento de saúde ao servidor público municipal Paulo Jung, ocupante do cargo de Assistente Financeiro, a partir do dia 12 de março de 2014, até perdurar o benefício de auxílio-doença a ser concedido pelo INSS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 12 de março de 2014.

São Domingos (SC), 13 de março de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária de Administração e Fazenda

**Portaria Nº 1584, de 13 de Março de 2014.**

PORTARIA Nº 1584, DE 13 DE MARÇO DE 2014.

Autoriza servidora a conduzir veículos públicos municipais.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90.

\* Considerando a solicitação do Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente Vianei Ferrarini Meoti;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizada a conduzir veículos de propriedade deste município, a servidora pública municipal Fernanda Picoli, ocupante do cargo de Agente Administrativo, portador da Carteira Nacional de Habilitação com registro sob o nº 05324445213.

Art. 2º O servidor ora autorizado a conduzir os veículos públicos municipais fica responsável pelo seu uso, manutenção, abastecimento, zelo, preenchimento do diário de bordo e por eventuais sinistros e infrações de trânsito.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 13 de março de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**Portaria Nº 1585, de 13 de Março de 2014.**

PORTARIA Nº 1585, DE 13 DE MARÇO DE 2014.

Concede licença para tratamento de saúde a servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal em exercício de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 100 e 299 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90; Lei Complementar Municipal nº 0018 de 28/01/08 atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12; e:

\* Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica concedida Licença para tratamento de saúde a servidora pública municipal Dirce Walendorff Niszezak, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, a partir do dia 11 de março de 2014, até perdurar o benefício de auxílio-doença a ser concedido pelo INSS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,



retroagindo seus efeitos a partir do dia 11 de março de 2014.

São Domingos (SC), 13 de março de 2014.  
Alcimar de Oliveira  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretário de Administração e Fazenda

### **Decreto Nº 1565, de 10 de Março de 2014.**

DECRETO Nº 1565, DE 10 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 06/11/12, pela Lei Complementar 042 de 04/04/12 atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor Anderson Felipe de Carvalho, para exercer o cargo de Assessor de Secretaria, deste Município de São Domingos (SC), enquadrado no Anexo III, - Quadro Geral de Cargos Comissionados, Código 71.08, Nível CC-07, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12, ficando lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 10 de março de 2014.  
Alcimar de Oliveira  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária de Administração e Fazenda

### **Decreto Nº 1570, de 14 de Março de 2014.**

DECRETO Nº 1570, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

Admite empregada pública aprovada em Processo Seletivo Simplificado.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90, atualizada; pelas Leis Complementares Municipais nº 0017, de 21/12/07, atualizada; e nº 0018, de 28/01/08, atualizada, e pela Lei Complementar Municipal n. 0045, de 06 de novembro de 2012, e;

Considerando o Edital do Processo Seletivo Público nº 001/2013, de 05 de agosto de 2013;

Considerando o Edital de nº 007/2014, de 07 de fevereiro de 2014, que homologa o resultado final do Processo Seletivo Simplificado; Considerando a necessidade de cumprir com as normas do Programa Agente Comunitário de Saúde (PACS), o qual visa a contratação de pessoal para exercer as funções do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, para a sua execução neste

município de São Domingos (SC), o que motiva a contratação de servidores;

Considerando a necessidade da realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da saúde pública do município;

Considerando o princípio da legalidade e do interesse público dos atos da Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida para o Serviço Público Municipal a Senhora Luciane Aparecida Moretti, para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde - Estratégia de Saúde da Família 003 - Micro Área 002, Admitida em Caráter Temporário (ACT), deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º O período de admissão da referida servidora, está compreendido entre a data deste decreto e a data de trânsito em julgado da Ação Civil Pública nº 060.08.001274-4, caso a mesma seja julgada improcedente, ou a data de homologação de concurso público que vier a ser realizado, caso àqueles concursos discutidos na Ação Civil Pública referida, sejam declarados nulos.

Art. 3º A servidora ora admitida perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela específica, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, conforme disposto na legislação municipal atualizada.

Art. 4º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

São Domingos (SC), 14 de março de 2014.  
Alcimar de Oliveira  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### **Decreto Nº 1572, de 17 de Março de 2014.**

DECRETO Nº 1572, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a exoneração de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei complementar nº 042, de 04/04/12 atualizada, pela Lei Complementar 045, de 06/11/12; e:

Considerando requerimento apresentado no Setor de Pessoal solicitando a exoneração do cargo.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora Luciane Scheffer Ortiz, ocupante do cargo de Assessor de Secretaria, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 1424, de 19 de março de 2013.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.



São Domingos (SC), 17 de março de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### **Dec 1573 de 18 03 14 Admite Act Elizabete**

DECRETO Nº 1573, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

Admite servidora aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas:

1. Pelo Inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal;
2. Pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/1990;
3. Pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada;
4. Pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada;
5. Pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/2012, atualizada;
6. Pela Lei Complementar nº 043 de 26/07/2012;
7. De conformidade com a Lei Complementar nº 045, de 06/11/2012;

Considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2013, visando à contratação de pessoal, por prazo determinado, para desempenhar funções dos cargos do Magistério Público Municipal;

Considerando o Edital n. 007, de 07 de fevereiro de 2014, que homologou o resultado do Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital nº 003/2013;

Considerando o terceiro Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 003/2013;

Considerando a necessidade da contratação de servidores para atender às demandas existentes em caráter temporário, uma vez que o Concurso Público vigente é de caráter efetivo e em diversas situações não contempla as necessidades;

Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;

Considerando a necessidade de preencher as vagas excedentes;

Considerando a necessidade de contratar professores em caráter temporário que atuarão como "apoio pedagógico auxiliando nas dificuldades de aprendizagem dos alunos;

Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Elizabete Aparecida Figueiró Pretto, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Séries Iniciais), Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir desta data. Art. 2º O período de admissão da servidora acima será durante a licença Prêmio legalmente concedida, a servidora pública municipal, Mari-lene Salete Valentini.

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, conforme disposto na legislação municipal atualizada.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 18 de março de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### **Aviso de Prorrogação do Edital do Processo Licitatório Pufe N. 022/2014**

AVISO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 022/2014, MODALIDADE CREDENCIAMENTO N. 001/2014.

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS – SC

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que, tendo em vista o grande número de expositores interessados no credenciamento para Permissão onerosa de uso, a título precário, de espaço público em áreas disponibilizadas para a realização da 4ª FAIC SÃO DOMINGOS, durante os dias de realização da feira no período de 04 de 07 de abril de 2014, PRORROGA o prazo inicialmente estabelecido para apresentação dos documentos necessários ao credenciamento para o dia 28 de março de 2014.

Todavia, em caso de preenchimento de todos os espaços disponíveis, fica, desde já, suspenso o prazo acima estabelecido.

Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: [licitacao@saodomingos.sc.gov.br](mailto:licitacao@saodomingos.sc.gov.br).

De Brasília/DF para São Domingos, SC.

19 de março de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal.



## São João do Sul

### PREFEITURA

**Portaria Nº 034 de 10 de Fevereiro de 2014.**

PORTARIA Nº 034 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.  
"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Conceder Férias para a Servidora RITA DE CÁSSIA LUIZ DE BORBA, ocupante do cargo em comissão de Gerente de Programas Sociais, no período de 06/02/2014 a 07/03/2014, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 10 de fevereiro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**Portaria Nº. 035 de 10 de Fevereiro de 2014.**

PORTARIA Nº. 035 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.  
"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei 1551 de 10 de agosto de 2010, que altera a redação do art. 74 da Lei 1063, de 01 de outubro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Conceder Licença Maternidade para a servidora MICHELY SCHEFFER MACHADO CARDOSO, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, por 180 dias, no período de 04/02/2014 a 02/08/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 10 de fevereiro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

## São Lourenço do Oeste

### PREFEITURA

**Lei Complementar Nº 159, de 20 de Março de 2014.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 159, DE 20 DE MARÇO DE 2014.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a conceder revisão da remuneração dos servidores públicos municipais da administração direta e indireta, ativos, inativos, pensionistas e conselheiros tutelares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a conceder o percentual de 5,91% (cinco vírgula noventa e um por cento), a título de revisão, referente ao IPCA acumulado no período de 1º/01/2013 a 31/12/2013, aos vencimentos dos Servidores Públicos Municipais da administração direta e indireta, ativos, inativos, pensionistas e conselheiros tutelares.

Art. 2º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a conceder o mesmo percentual de revisão, previsto no artigo 1º desta Lei, sobre:

I - as remunerações dos cargos de provimento em comissão de Gerência e Assessoramento Superior, prevista no Anexo II, da Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013;

II - os Adicionais de Responsabilidade - AR's, previstos no Anexo III, da Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013; e

III - o Vale Alimentação, previsto no artigo 1º, da Lei nº 1.978, de 22 de novembro de 2011.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar serão usados recursos do orçamento municipal.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de março de 2014.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de março de 2014.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

**Lei Complementar Nº 160, de 20 de Março de 2014.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 160, DE 20 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a revisão da remuneração dos servidores públicos do Poder Legislativo Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores autorizado a conceder o percentual de 5,91% (cinco vírgula noventa e um por cento), a título de revisão, referente ao IPCA acumulado no período de 1º/01/2013 a 31/12/2013, aos vencimentos dos Servidores Públicos do Poder Legislativo Municipal.



Art. 2º Fica, ainda, autorizado a conceder o mesmo percentual de revisão, previsto no artigo 1º desta Lei, sobre a remuneração dos cargos de provimento em comissão e do Adicional de Gratificação, constantes na Lei Complementar nº 130, de 18 de julho de 2011.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar serão usados recursos do orçamento da Câmara Municipal.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de março de 2014.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de março de 2014.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

### **Lei Nº 2.145, de 20 de Março de 2014.**

LEI Nº 2.145, DE 20 DE MARÇO DE 2014.

Cria o Centro de Atendimento Educacional, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Centro de Atendimento Educacional - CAE, com a finalidade de oferecer assistência integral em saúde mental não grave, dificuldades específicas de comportamento e de aprendizagem, promovendo autonomia aos atendidos pelo serviço.

Art. 2º Serão atendidos no programa estudantes da rede municipal de educação.

Art. 3º Os estudantes serão encaminhados ao Centro de Atendimento Educacional - CAE através dos Assistentes Técnicos Pedagógicos e Orientadores Educacionais de cada escola.

Art. 4º O CAE será constituído por profissionais das áreas de psicologia, fonoaudiologia e nutrição.

Parágrafo único. Poderão ser oferecidos no CAE serviços de outras áreas afins, de acordo com a necessidade.

Art. 5º O CAE realizará atividades de anamnese, atendimento individual e em grupo, acompanhamento familiar, reuniões de equipe e grupo de estudo, visando otimizar o processo de ensino aprendizagem.

Art. 6º O CAE visa estreitar sua relação com a comunidade escolar, trabalhando de forma transdisciplinar, participando efetivamente em eventos relacionados à criança e adolescentes que possam contribuir para o integral desenvolvimento.

Art. 7º O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar a presente lei por Decreto, no que couber.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de março de 2014.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

### **Lei Nº 2.146, de 20 de Março de 2014.**

LEI Nº 2.146, DE 20 DE MARÇO DE 2014.

Altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.609, de 13 de setembro de 2006, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei Municipal nº 1.609, de 13 de setembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O Conselho Municipal de Habitação será composto por 9 (nove) membros titulares com seus respectivos suplentes, assim indicados:

I - quatro membros representantes do governo municipal, pertencentes aos seguintes órgãos:

a) Gabinete do Prefeito;

b) Secretaria Municipal de Assistência Social;

c) Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano;

d) Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

II - cinco membros representantes da Sociedade Civil pertencentes às seguintes entidades:

a) Associação de moradores;

b) Organizações religiosas;

c) Sindicatos dos trabalhadores urbanos;

d) Sindicatos dos trabalhadores rurais;

e) Clubes de serviços.

..... " (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de março de 2014.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

### **Lei Nº 2.147, de 20 de Março de 2014.**

LEI Nº 2.147, DE 20 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a revisão dos subsídios dos agentes políticos dos Poderes Legislativo e Executivo Municipais, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam revisados no percentual de 5,91% (cinco vírgula noventa e um por cento), referente ao IPCA acumulado no período de 1º/01/2013 a 31/12/2013, os subsídios dos agentes políticos dos Poderes Legislativo e Executivo, fixados pelas Leis Municipais nº 2006 e 2007, ambas de 11 de maio de 2012.



Art. 2º Fica, ainda, revisado no mesmo percentual previsto no artigo 1º desta Lei, a verba indenizatória destinada ao Presidente da Câmara de Vereadores.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Lei serão usados recursos do orçamento próprio de cada um dos Poderes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de março de 2014.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de março de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 4.823, de 20 de Março de 2014.**

DECRETO Nº 4.823, DE 20 DE MARÇO DE 2014.

Altera dispositivos do Decreto Municipal nº 4.814, de 10 de março de 2014 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO a desistência na Locação do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, por parte da Associação de Aposentados e Pensionistas - ASAPEL;

DECRETA:

Art. 1º O preâmbulo e o artigo 1º do Decreto Municipal nº 4.814, de 10 de março de 2014 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Fixa o valor de locação da cozinha e do restaurante da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, e dá outras providências." (NR)

"Art. 1º Fica fixado o valor de locação da cozinha e do restaurante da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, em virtude da realização de evento a ser promovido no dia 29 de março de 2014, pela Associação de Aposentados e Pensionistas - ASAPEL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.086.262/0001-83, da seguinte forma:

I - em R\$ 83,70 (oitenta e três reais e setenta centavos), correspondente a 0,93 UFRM, para a locação da cozinha.

II - em R\$ 67,50 (sessenta e sete reais e cinquenta centavos), correspondente a 0,75 UFRM, para a locação do restaurante.

§ 1º O valor total da locação, de que trata o caput, será de R\$ 151,20 (cento e cinquenta e um reais e vinte centavos), correspondendo a 1,68 UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal.  
..... " (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de março de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

## **São Pedro de Alcântara**

### **PREFEITURA**

### **Lei Complementar Nº 96, de 17 de Março de 2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº 96, DE 17 DE MARÇO DE 2014

"Altera o Art.3º da Lei Complementar nº91/2013 que Institui o Conselho de Desenvolvimento Municipal de São Pedro de Alcântara".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - O Art. 3º da Lei Complementar nº91 de 18 de novembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art.3º - O Conselho de Desenvolvimento Municipal será presidido pelo Prefeito Municipal ou alguém nomeado por ele, terá a seguinte composição:

I – 03 (três) representantes do Poder Público Municipal, a saber:  
01 (um) membro da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento;  
01 (um) membro da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;  
01 (um) membro do Poder Legislativo;

II – 04 (quatro) membros, indicados por entidades da sociedade civil representativa dos seguintes setores, no Município:

02 (dois) membros de Associação em atividade no Município;  
01 (um) membro do Sindicato de Trabalhadores Rurais;  
01 (um) membro do Conselho Comunitário de Segurança - CONSEG;

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 18 de março de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

### **Lei Nº 820, de 10 de Março de 2014**

LEI Nº 820, DE 10 DE MARÇO DE 2014

"Reforça crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara."

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a reforçar o Crédito Especial no total de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por conta de recursos de alienação de bens na dotação abaixo identificada:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.10.1.074 – Aquisição de Equipamentos R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.092.0 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00



Art.2º - Para atender o artigo 1º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular a dotação abaixo identificada:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.10.1.072 – Aquisição de Veículo R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.0.092.0 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 12 de março de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

### **Lei Nº 821, de 17 de Março de 2014**

LEI Nº 821, DE 17 DE MARÇO DE 2014

“Dispõe sobre a organização, o funcionamento, competência, nomeação e a manutenção do Conselho Municipal de Educação do Município de São Pedro de Alcântara, revoga a Lei nº 23/1997 e dá outras providências.”

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado no âmbito do Município de São Pedro de Alcântara o Conselho Municipal de Educação que terá caráter deliberativo, normativo, propositivo, consultivo, fiscalizador e avaliador da execução das políticas de Educação Municipal.

Art. 2º Ao Conselho Municipal de Educação de São Pedro de Alcântara compete:

I – Elaborar, aprovar e publicar seu regimento interno, normatizando o exercício de suas atribuições, condições de funcionamento e constituição de comissões;

II - Estabelecer normas e medidas para a organização e o funcionamento do Sistema Municipal de Ensino;

III - Emitir parecer sobre assuntos da área educacional, por iniciativa de seus Conselheiros ou quando solicitado pela Secretaria Municipal de Educação;

IV - Acompanhar, avaliar e emitir parecer sobre planos de aplicação dos recursos destinados à educação;

V - Analisar e emitir parecer sobre questões relativas à aplicação da legislação educacional;

VI - Promover diligência, por meio de comissões especiais, em qualquer dos estabelecimentos de ensino sujeitos à jurisdição desta Lei, propondo as medidas cabíveis e, quando necessário, encaminhar a questão à Secretaria Municipal de Educação para a abertura do respectivo processo administrativo;

VII - Manter intercâmbio com os conselhos nacionais, estaduais e municipais de educação, bem como, com conselhos e instituições afins;

VIII - Divulgar, anualmente, o planejamento e o relatório de suas atividades;

IX - Emitir parecer sobre a autorização e funcionamento de estabelecimentos de educação e ensino do Sistema Municipal de Ensino;

X - Emitir parecer sobre a autorização, funcionamento ou cancelamento de turmas nos estabelecimentos de educação e ensino do Município de São Pedro de Alcântara;

XI - Estimular a participação da comunidade nas discussões referentes às políticas públicas de educação para o município;

XII – Organizar anualmente juntamente com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o Fórum Municipal de Educação;

Art. 3º O Secretário Municipal de Educação deverá apreciar as decisões do Conselho Municipal de Educação, em um prazo máximo de sessenta dias, aprovando-as, ou devolvendo-as ao Conselho, acompanhadas de solicitações de alterações com as devidas justificativas.

Parágrafo único. Vencido o prazo previsto no caput as decisões do Conselho Municipal de Educação serão consideradas aprovadas.

Art. 4º O Conselho Municipal de Educação, vinculado à Secretaria Municipal de Educação do Município de São Pedro de Alcântara, será composto por doze membros e seus respectivos suplentes, assim constituído:

I – Um representante da Secretaria Municipal de Educação de São Pedro de Alcântara;

II – Um representante dos profissionais da educação da Rede Pública Municipal de Ensino;

IV – Um representantes de pais vinculados às APP's da Rede Pública Municipal de Ensino;

V – Um representantes de pais vinculados às APP's da Rede Pública Estadual de Ensino;

VI - Um representante dos diretores ou responsáveis pelas unidades educativas da Rede Municipal de Ensino Fundamental;

VII - Um representante dos diretores ou responsáveis pelas unidades educativas da Rede Municipal de Ensino de Educação Infantil;

VIII – Um representante dos diretores ou responsáveis das escolas públicas estaduais com sede no Município de São Pedro de Alcântara.

§ 1º - Serão nomeados, pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, os Conselheiros indicados entre pessoas de ampla cultura, notório saber e experiência em assuntos nas áreas educacional, econômica e social, desde que exerçam ou que tenham exercido atividades profissionais na comunidade, com forte entrelaçamento com a educação.

§ 2º - A forma de indicação a que se refere o parágrafo anterior, será normatizado através de Resolução do Conselho Municipal de Educação.

Art. 5º Os representantes das entidades somente poderão ser substituídos após o término de seu mandato no Conselho, salvo se sobreviver sua renúncia ou destituição na forma prevista no Regimento Interno.

Art. 6º Os membros do Conselho Municipal de Educação terão mandato de três anos, podendo ser reconduzidos, uma única vez, por igual período.

Art.7º O Conselho será composto por um Presidente, um 1º Vice-Presidente e um 2º Vice-Presidente, um Secretário Geral e um 1º Vice-Secretário, todos eleitos em sessão plenária do Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo único. Fica terminantemente vedada a cumulação do cargo de Secretário Municipal de Educação com a de Presidente do Conselho Municipal de Educação.

Art. 8º O desempenho das funções de Conselheiro Municipal de Educação não será remunerada, sendo considerada de relevante caráter público, e os serviços prestados no exercício da função terão prioridade sobre quaisquer cargos ou funções públicas e/ou privadas.

Art. 9º Os membros do Conselho Municipal de Educação terão



direito à inscrição, passagem e estadia para participarem de encontros voltados à função de Conselheiro, quando assim for definido em sessão plenária ou por deliberação da Secretaria Municipal de Educação, condicionado à dotação orçamentária própria.

Art.10 As decisões do Conselho Municipal de Educação, no âmbito de sua competência, deverão ser cumpridas pelas autoridades competentes, sob pena de responsabilidade a ser apurada na forma da Lei, por iniciativa do próprio Conselho Municipal de Educação.

Art.11 Os recursos orçamentários e financeiros necessários ao funcionamento do Conselho Municipal de Educação serão oriundos de dotação orçamentária própria a ser assegurada no orçamento do Município.

Art.12 Caberá ao Poder Executivo Municipal de São Pedro de Alcântara assegurar as condições necessárias ao funcionamento do Conselho Municipal de Educação, incluída a infra-estrutura.

Art. 13 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei nº 27/1997, e as demais disposições em contrário.

Art. 14 Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

São Pedro de Alcântara, 18 de março de 2014.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

### **Lei Nº 822, de 17 de Março de 2014**

LEI Nº 822, DE 17 DE MARÇO DE 2014

"Abre Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara."

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Especial no total de R\$ 2.688,00 (Dois mil seiscentos e oitenta e oito reais) na dotação abaixo identificada:

#### **01 – CÂMARA MUNICIPAL**

01.01.1.31.0001.2001 – Func. e Manutenção

da Câmara Municipal R\$ 2.688,00

3.3.93.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 2.688,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular R\$ 2.688,00 (Dois mil seiscentos e oitenta e oito reais) na dotação abaixo identificada:

#### **01 – CÂMARA MUNICIPAL**

01.01.1.31.0001.2001 – Func. e Manutenção

da Câmara Municipal R\$ 2.688,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 2.688,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de janeiro de 2014.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 18 de março de 2014.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

### **Lei Nº 823, de 17 de Março de 2014**

LEI Nº 823, DE 17 DE MARÇO DE 2014

"Abre Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara."

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Especial no total de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais) na dotação abaixo identificada:

#### **03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

03.01.4.122.0003.2004 – Func. e Manutenção da Secretaria

de Administração e Finanças R\$ 6.000,00

3.1.71.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 3.204,00

3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 2.328,00

4.4.71.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 468,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular R\$ 6.000,00 (Seis mil reais) na dotação abaixo identificada:

#### **03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

03.01.4.122.0003.2004 – Func. e Manutenção da Secretaria

de Administração e Finanças R\$ 6.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de janeiro de 2014.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 18 de março de 2014.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

### **Lei Nº 824, de 17 de Março de 2014**

LEI Nº 824, DE 17 DE MARÇO DE 2014

"Abre Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara."

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Especial no total de R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais) na dotação abaixo identificada:

#### **05 – SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

05.03.8.243.0014.2091 – Manutenção do Fundo Municipal

da Criança e Adolescente R\$ 17.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais) na dotação abaixo identificada:

05.03.8.243.0014.2091 – Manutenção do Fundo Municipal

da Criança e Adolescente R\$ 17.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00



Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de janeiro de 2014.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 18 de março de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

### **Lei Nº 825, de 17 de Março de 2014**

LEI Nº 825, DE 17 DE MARÇO DE 2014

“Abre Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.”

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Especial no total de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) na dotação abaixo identificada:

06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.01.13.392.0008.2044 – Func. e Manutenção da Cultura R\$ 15.000,00

3.3.50.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Direta R\$ 15.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) na dotação abaixo identificada:

06.01.13.392.0008.2044 – Func. e Manutenção da Cultura R\$ 15.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Direta R\$ 15.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de fevereiro.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 18 de março de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

### **Lei Nº 826, de 17 de Março de 2014**

LEI Nº 826, DE 17 DE MARÇO DE 2014

“Concede Reajuste no valor do Vale Alimentação.”

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedida o reajuste no percentual de 5,76 (cinco vírgula setenta e seis por cento) no valor do Vale Alimentação, concedido pela Lei nº741 de 22 de abril de 2013.

Art. 2º - A despesa decorrente desta Lei correrá por conta das dotações do Orçamento Fiscal Vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 1º de março de 2014, revogando as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 18 de março de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

### **Lei Nº 827, de 17 de Março de 2014**

LEI Nº 827, DE 17 DE MARÇO DE 2014

“Concede Revisão Geral Anual do Valor do Vencimento dos Servidores e do Subsídio dos Agentes Políticos e dá outras providências.”

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedida Revisão geral Anual, no Percentual de 5,76% (cinco vírgula setenta e seis por cento), respeitados os limites de comprometimento fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº101/2000).

Art. 2º - Concede também Revisão Geral Anual no Percentual de 5,76% (cinco vírgula setenta e seis por cento), as funções gratificadas descritas no anexo III da Lei 19 de 08 de março de 1997, e nas gratificações de todos os médicos e enfermeiros.

Art. 3º - A despesa decorrente desta Lei correrá por conta das dotações do Orçamento Fiscal Vigente.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2014, revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 18 de março de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

### **Lei Nº 828, de 17 de Março de 2014**

LEI Nº 828, DE 17 DE MARÇO DE 2014

“Reforça Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.”

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a reforçar o Crédito Especial no total de R\$ 186.250,00 (cento e oitenta e seis mil duzentos e cinquenta reais) por conta do excesso de arrecadação de alienação de bens na dotação abaixo identificada:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.10.1.074 – Aquisição de Equipamentos R\$ 186.250,00

4.4.90.00.00.00.00.0.0.157.0 – Aplicações Diretas R\$ 186.250,00

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.



São Pedro de Alcântara, 18 de março de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

### **Decreto 34.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 34 /14

REFORÇA CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 820/2014:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a reforçar o Crédito Especial no total de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais ) por conta de recursos de alienação de bens na dotação abaixo identificada:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.10.1.074 – Aquisição de Equipamentos R\$ 20.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.092.0 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º deste Decreto , fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular a dotação abaixo identificada:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.10.1.072 – Aquisição de Veículo R\$ 20.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.092.0 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 13 de março de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

### **Decreto 36.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 36/14

REFORÇA CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a LEI 828/2014:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a reforçar o Crédito Especial no total de R\$ 186.250,00 (Cento e oitenta e seis mil duzentos e cinquenta reais ) por conta do excesso de arrecadação de alienação de bens na dotação abaixo identificada:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.10.1.074 – Aquisição de Equipamentos R\$ 186.250,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.157.0 – Aplicações Diretas R\$ 186.250,00

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 18 de março de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

### **Decreto 37.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 37/14

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara em exercício no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 825/2014:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Especial no total de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais ) na dotação abaixo identificada:

06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.01.13.392.0008.2044 – Func. e Manutenção da Cultura R\$ 15.000,00  
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.000 .0 – Aplicações Direta R\$ 15.000,00

Art. 2 º - Para atender o artigo 1º deste Decreto fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular R\$ 15.000,00 ( Quinze mil reais) na dotação abaixo identificada:

06.01.13.392.0008.2044 – Func. e Manutenção da Cultura R\$ 15.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000 .0 – Aplicações Direta R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de fevereiro.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 19 de março de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.



**Decreto 38.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 38/14

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara em exercício no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 822/2014:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Especial no total de R\$ 2.688,00 (Dois mil seiscentos e oitenta e oito reais ) na dotação abaixo identificada:

**01 – CÂMARA MUNICIPAL**

01.01.1.31.0001.2001 – Func. e Manutenção da Câmara Municipal R\$ 2.688,00

3.3.93.00.00.00.00.0.1.000 .0 – Aplicações Diretas R\$ 2.688,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º deste Decreto fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular R\$ 2.688,00 ( Dois mil seiscentos e oitenta e oito reais) na dotação abaixo identificada:

**01 – CÂMARA MUNICIPAL**

01.01.1.31.0001.2001 – Func. e Manutenção da Câmara Municipal R\$ 2.688,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.000 .0 – Aplicações Diretas R\$ 2.688,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de janeiro de 2014.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 19 de março de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

**Decreto 39.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 39/14

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara em exercício no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 823/2014:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Especial no total de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais ) na dotação abaixo identificada:

**03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

03.01.4.122.0003.2004 – Func. e Manutenção da Secretaria

De Administração e Finanças R\$ 6.000,00

3.1.71.00.00.00.00.0.1.000 .0 – Aplicações Diretas R\$ 3.204,00

3.3.71.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 2.328,00

4.4.71.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 468,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º deste Decreto fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular R\$ 6.000,00 (Seis mil reais) na dotação abaixo identificada:

**03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

03.01.4.122.0003.2004 – Func. e Manutenção da Secretaria

De Administração e Finanças R\$ 6.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.000 .0 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de janeiro de 2014.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 19 de março de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.



# Schroeder

## PREFEITURA

### Extrato Contrato Nº. 39/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 39/2014-PMS  
Dispensa de Licitação nº. 20/2014-PMS - Processo nº. 43/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PARA-BRISAS JARAGUA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.468.495/0001-88, estabelecida na Avenida Prefeito Walde-mar Grubba, nº 2429, sala 02, Vila Lalau, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa especializada para troca de para-brisa do veículo Meriva CD 1.8. 8v, 4 portas, Placa MMB 1115, ano/,modelo 20014, lotado no Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Troca de para-brisa do veículo Meriva CD 1.8. 8v, 4 portas, Placa MMB 1115, ano/,modelo 2014	01	Unidade	120,00	120,00
TOTAL R\$					120,00

Valor do contrato: R\$ 120,00 (cento e vinte reais).  
Data da Assinatura: 19/03/2014 – Vigência: 31/12/2014

Oswaldo Jurck  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 2.895/2014 de 12 de Março de 2014

DECRETO Nº 2.895/2014 de 12 de março de 2014  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.996/2014 de 11 de março de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
07.02 - UNID. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
07.02.22.661.3008.2.320 - Manutenção do Procon  
3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros

- Pessoa Fisica R\$ 2.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
07.02 - UNID. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
07.02.22.661.3008.2.320 - Manutenção do Procon  
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros  
- Pessoa Juridica R\$ 2.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 12 de março de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA  
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preços Nº. 21/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000  
- SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 21/2014-PMS  
PROCESSO Nº. 44/2014-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de produtos químicos para serem usados no tratamento de água da estação de tratamento pela Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 03 de abril de 2014 às 08h45min.  
Abertura do Processo: 03 de abril de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 20 de março de 2014.  
Oswaldo Jurck  
Prefeito Municipal



**Lei Nº 1.997/2014**

LEI Nº1.997/2014

AUTORIZA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL A REALIZAR A COBRANÇA DE TAXA DE INSCRIÇÃO E CONCEDER PREMIAÇÃO NOS EVENTOS ESPORTIVOS DISCRIMINADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a realizar a cobrança de taxa de inscrição e pagamento de premiação, nos eventos discriminados no Anexo I da presente Lei.

§ 1º O total gasto com premiação poderá ser de até R\$18.000,00 (dezoito mil reais) divididos por evento na forma do Anexo I.

§ 2º O Poder Público Municipal providenciará as formas de cobrança, de modo que, ao final, todo o valor arrecadado seja depositado nos cofres da Municipalidade, a título de "Receitas Diversas".

§ 3º Os recursos destinados à premiação serão oriundos da receita auferida por meio da cobrança das taxas de inscrição, bem como das dotações específicas da Diretoria de Esporte e Lazer, caso não haja saldo suficiente naquela rubrica.

Art. 2º Os regulamentos dos torneios conterão disposições específicas sobre sua coordenação e seu desenvolvimento, mantidas as especificações determinadas nesta Lei.

Art. 3º Fica autorizado o Poder Público Municipal a buscar apoio junto à sociedade civil para a consecução dos objetivos destes eventos esportivos, podendo tal apoio ser objeto de divulgação durante o transcurso dos eventos.

Art. 4º O Poder Público Municipal prestará contas dos eventos qualificados nesta Lei, diretamente à Câmara Municipal de Vereadores, ao término do calendário do ano em curso.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 19 de março de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**TABELA DE EVENTOS /ATIVIDADES**

Previsão/ Realização	Taxa de Inscrição	Evento / Atividade	Premiação Individual (R\$)	Premiação Total
		29º Campeonato Municipal de Bocha		
			1º 1.000,00	
			2º 500,00	
			3º 300,00	
			4º 200,00	
		Previsão de 10 a 12 equipes p/ 2014		
	R\$ 150,00			
Março a Junho	por equipe			R\$ 2.000,00

		28º Campeonato Municipal de Futebol de Campo	1º 1.000,00 2º 500,00 3º 300,00 4º 200,00	
Abril a Junho	R\$ 230,00 por equipe	Previsão de 08 a 10 equipes p/ 2014		R\$ 2.000,00
		23º Campeonato Municipal Sênior (Nascidos em 1978, 1977...)	1º 500,00 2º 250,00 3º 200,00 4º 150,00	
Abril Maio	R\$ 150,00 por equipe	Previsão de 08 a 10 equipes para 2014		R\$ 1.100,00
		4º Campeonato Municipal de Bocha Feminina	1º 400,00 2º 300,00 3º 200,00 4º 100,00	
Maio Junho	R\$ 100,00 por equipe	Previsão de 08 a 10 equipes para 2014		R\$ 1.000,00
		9º Torneio Aberto de Voleibol Masc. e Fem.	1º 400,00 2º 200,00 3º 150,00	R\$ 750,00 (masc.) R\$ 750,00 (fem.) R\$ 1.500,00
Julho	R\$ 150,00 por equipe	Previsão de 12 a 16 equipes para 2014		
		12ª Torneio de Inverno Aberto de Futsal Feminino	1º 400,00 2º 250,00 3º 200,00 4º 150,00	
Julho Agosto	R\$ 150,00 por equipe	Previsão de 08 a 10 equipes para 2014		R\$ 1.000,00
		29º Campeonato Municipal de Futsal Adulto Masculino	1º 1.000,00 2º 500,00 3º 300,00 4º 200,00	
Julho Agosto	R\$ 150,00 por equipe	Previsão de 15 a 18 equipes para 2014		R\$ 2.000,00
		15º Campeonato Municipal Máster (Nascidos em 1969, 1968...)	1º 400,00 2º 250,00 3º 200,00 4º 150,00	
Agosto	R\$ 150,00 por equipe	Previsão de 06 a 10 equipes para 2014		R\$ 1.000,00
		2º Campeonato Municipal de Futebol Suíço	1º 1.500,00 2º 750,00 3º 500,00 4º 250,00	
Setembro	R\$ 100,00 por equipe	Previsão de 25 a 30 equipes para 2014		R\$ 3.000,00



Setembro		8º Campeonato Municipal de Bocha para Casais	1º	500,00	
Outubro	R\$ 100,00 por equipe	Previsão de 10 a 12 equipes para 2014	2º	300,00	
			3º	200,00	
			4º	100,00	R\$ 1.100,00
Outubro	R\$ 60,00 por equipe	1ª Torneio Aberto de Voleibol de Areia			R\$ 400,00 (masc.)
		Previsão de 16 a 20 equipes para 2014	1º	300,00	R\$ 400,00 (fem.)
			2º	100,00	R\$ 800,00
Outubro	Não há cobrança da Taxa de Inscrição	5º Campeonato Municipal Supermáster (Nascidos em 1959, 1958...)			
Novembro		Previsão de 04 a 05 equipes para 2014			Não há Premiação em Dinheiro
Novembro	R\$ 100,00 por equipe	1ª Gincana Municipal	1º	1.000,00	
			2º	500,00	R\$ 1.500,00
TOTAL					R\$ 18.000,00

1 - É importante ressaltar que em todos os eventos acima citados inclui-se na premiação a entrega de troféus e medalhas as equipes, assim como troféus de artilheiro, goleiro menos vazado, participação dentre outras, conforme especificações de cada evento.

2 - Os valores de premiação estão baseados na previsão do número de equipes inscritas e assim proporcionalmente aos valores arrecadados em cada evento, bem como o valor da taxa de inscrição varia de acordo com o número de atletas inscritos por equipe.

3 - Eventos Escolares, Categorias de Base, Fesporte, Federações e demais entidades, também integram o Calendário de Eventos Esportivos do Município.

Calendário sujeito à alterações!

### Lei Nº 1.998/2014

LEI Nº1.998/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$31.000,00 (TRINTA E UM MIL REAIS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de crédito adicional especial ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2014, no valor de até R\$31.000,00 (trinta e um mil reais), como segue:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
02 – UNIDADE DE EDUCAÇÃO			
12.365.3009.2.367 – MANUTENÇÃO DO PRÉ-ESCOLAR			
		Indenizações e Restituições	
3.1.90.94.00.00	00.01.0001	Trabalhistas	5.000,00

02 – UNIDADE DE EDUCAÇÃO			
12.365.3009.2.368 – ALIMENTAÇÃO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL			
3.3.90.30.00.00	00.01.0000	Material de Consumo	5.000,00

06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
01 – UNIDADE DE OBRAS			
15.451.3003.2.311 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			

4.4.90.51.00.00	00.01.0000	Obras e Instalações	20.000,00
-----------------	------------	---------------------	-----------

02 – UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS			
15.451.3003.2.369 – MANUTENÇÃO DO SETOR DE PLANEJAMENTO URBANO			

		Indenizações e Restituições	
3.1.90.94.00.00	00.01.0000	Trabalhistas	1.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será utilizado como fonte de recursos os cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
01 – UNIDADE DE ESPORTE E LAZER			
27.812.3010.2.330 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS			
		Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	
3.3.90.39.00.00	00.01.0000		26.000,00

02 – UNIDADE DE EDUCAÇÃO			
12.365.3009.2.367 – MANUTENÇÃO DO PRÉ-ESCOLAR			
		Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
3.1.90.11.00.00	00.01.0001		5.000,00

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº. 1989/2013 – LOA, a abrir créditos adicionais suplementares, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 19 de março de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### Lei Nº 1.999/2014

LEI Nº1.999/2014

AUTORIZA O PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SCHROEDER, ESTADO DE SANTA CATARINA, A FILIAR A CÂMARA MUNICIPAL E ESTA A CONTRIBUIR ANUALMENTE COM A UVESC – UNIÃO DOS VEREADORES DE SANTA CATARINA, COM SEDE NA CAPITAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a



Câmara Municipal propôs, aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º Fica o Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores, autorizado a filiar a Câmara Municipal e esta a contribuir anualmente em favor da UVESC – UNIÃO DOS VEREADORES DE SANTA CATARINA, com sede na Capital do Estado Catarinense, portadora do CNPJ nº 76.875.731/0001-42.

§ 1º O valor de que trata o “caput” do artigo 1º do presente ato, é de R\$ 3.990,00 (três mil novecentos e noventa reais), por ano, conforme estatuído no artigo 85, inciso I, a, b e c do Estatuto da Entidade, a serem lançados conforme a edição de boleto de pagamento pela Entidade ou depósito em conta.

§ 2º Quando os valores referidos da contribuição se modificarem, fica o Presidente da Câmara Municipal, autorizado por ato próprio a ajustá-los de conformidade com o que a UVESC estabelecer.

Art. 2º A contribuição referida, terá cunho exclusivamente para as atividades da Entidade, conforme prescrito em seus Estatutos, não podendo haver desvio de finalidade.

Parágrafo único. A Entidade, prestará contas à Câmara Municipal de Vereadores, através de seus balanços, comprovando a aplicação dos recursos objeto do presente ato.

Art. 3º A contribuição cessará pela dissolução da Entidade ou por outro meio Estatutário, bem como por revogação da Lei Autorizativa que venha determinar sua condição de desfilado, o que será comunicado por escrito a UVESC.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento da Câmara Municipal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 19 de março de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### **Lei Complementar Nº 145/2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº145/2014

CRIA A GRATIFICAÇÃO PARA O TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO PROGRAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF E ALTERA O ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº060/2008.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Anexo I, Grupo I, da Lei Complementar nº060/2008, incluindo a gratificação no valor de até R\$454,00 (quatrocentos e cinquenta e quatro reais) para os profissionais que atuam como Técnicos em Enfermagem do Programa Estratégia Saúde da Família - ESF.

Art. 2º Os critérios para o recebimento da gratificação serão definidos por Decreto Municipal podendo ser adequado em conformidade com o melhor interesse público.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 19 de março de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### **ANEXO I**

Definição dos cargos, requisitos, quantitativo das vagas e remuneração aplicável aos profissionais.

GRUPO II – ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO				
Atividade	Requisitos	Carga Horária	Vagas	Remuneração R\$
Técnico de Enfermagem	Portador do diploma ou		08	R\$ 1.146,42
Auxiliar de Enfermagem*	certificado do curso técnico respectivo,		04	R\$ 1.118,48
Técnico em Higiene Bucal	expedido de acordo com a legislação e registrado pelo Órgão		02	R\$ 1.146,42
Auxiliar de Consultório Dentário	fiscalizador do exercício profissional.	40h/semanais	03	R\$ 988,68

\*Gratificação de até R\$ 454,00 (quatrocentos e cinquenta e quatro reais).

### **Extrato do Contrato Nº. 40/2014-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC  
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 40/2014-PMS

Dispensa de Licitação nº. 21/2014-PMS - Processo nº. 50/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: GRAFICA E EDITORA CORREIO DO POVO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.945.050/0001-53, estabelecida na Avenida Waldemar Grubba nº. 1400, sala 01 e 03, Bairro Baependi, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.256-500.

Objeto: Constitui o presente contrato a assinatura do Jornal O Correio do Povo, destinadas para as Unidades Escolares do Ensino Fundamental, Educação Infantil, Creches Municipais, Biblioteca Pública, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, conforme segue:



ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	ASSINATURA ANUAL "JORNAL O CORREIO DO POVO" - ENSINO FUNDAMENTAL	9	UNIDADE	330,00	2.970,00
02	ASSINATURA ANUAL "JORNAL O CORREIO DO POVO" - EDUCAÇÃO INFANTIL	2	UNIDADE	330,00	660,00
03	ASSINATURA ANUAL "JORNAL O CORREIO DO POVO" - CRECHES MUNICIPAIS	3	UNIDADE	330,00	990,00
04	ASSINATURA ANUAL "JORNAL O CORREIO DO POVO" - BIBLIOTECA PÚBLICA CRUZ E SOUSA	1	UNIDADE	330,00	330,00
05	ASSINATURA ANUAL "JORNAL O CORREIO DO POVO" - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	1	UNIDADE	330,00	330,00
06	ASSINATURA ANUAL "JORNAL O CORREIO DO POVO" - GABINETE DO PREFEITO	1	UNIDADE	330,00	330,00
TOTAL R\$					5.610,00

Valor do contrato: R\$ 5.160,00 (cinco mil cento e sessenta reais)  
Data da Assinatura: 19/03/2014 – Vigência: 31/12/2014

Oswaldo Jurck  
Prefeito Municipal

### Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preços Nº. 22/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000  
- SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 22/2014-PMS

PROCESSO Nº. 46/2014-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de buquês de flores especiais e coroa fúnebre para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 04 de abril de 2014 às 08h45min.

Abertura do Processo: 04 de abril de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 20 de março de 2014.

Oswaldo Jurck  
Prefeito Municipal

### Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preços Nº. 23/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000  
- SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2014-PMS

PROCESSO Nº. 47/2014-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em recuperação (tapa buraco) para diversas ruas do Município, para as Secretarias de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 07 de abril de



2014 às 08h45min.  
Abertura do Processo: 07 de abril de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 20 de março de 2014.  
Osvaldo Jurck  
Prefeito Municipal

### **Convênio Nº 007/2014** CONVÊNIO Nº 007/2014.

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.491/0001-09, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, 3.201, Centro, nesta cidade de Schroeder – SC, neste ato representado pelo Senhor OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e, de outro lado, a CLUBE DOS IDOSOS DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 97.408.751/0001-83, com endereço na Rua Vendelin Reiner, nº 250, Bairro Centro, município de Schroeder – SC, neste ato representada por seu Presidente, Senhor MÁRIO LENHARDT, de ora em diante denominada simplesmente de CLUBE DOS IDOSOS DE SCHROEDER, celebram o presente CONVÊNIO, mediante as cláusulas e condições que seguem:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente convênio objetiva a cooperação mútua entre os partícipes para a melhoria das condições de atividade da entidade, em prol dos idosos do Município.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONVÊNIO**

Para execução do presente Convênio o MUNICÍPIO repassará ao CLUBE DOS IDOSOS DE SCHROEDER, de forma parcelada em dez (10) meses de R\$ 1.200,00 (mil duzentos reais), totalizando a importância total de R\$12.000,00 (doze mil reais) com fulcro na Lei nº 1.990/2014.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da execução do presente Convênio correrão por conta de dotação própria do orçamento do município de Schroeder, a saber: Secretaria de Saúde e Assistência Social (subvenções Sociais).  
Dotação nº 3.3.50.43.00.00.00.00.01.

Em cada exercício financeiro deverá ser consignado no Orçamento dotação para o atendimento do presente convênio.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

O Município obriga-se à:

Efetuar o repasse financeiro, na Conta Corrente nº 70988-3, junto à Agência nº 5410-0 do Banco Brasil (001), agência de Schroeder/SC;

Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução do presente Convênio;

Examinar e aprovar os relatórios de execução, assim como a prestação de contas dos recursos repassados.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CLUBE DOS IDOSOS DE SCHROEDER**

O CLUBE DOS IDOSOS DE SCHROEDER obriga-se à:

Responsabilizar-se pela correta execução do Convênio e aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins;

Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, decorrentes de ações judiciais e de rescisões trabalhistas, eximindo-se o MUNICÍPIO de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele, sendo permitida à instituição proponente a utilização de recursos do Convênio para o pagamento dos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária decorrente da execução normal das ações estabelecidas com o objeto deste Convênio;

Manter, em instituição financeira local, conta bancária específica, vinculada a este Convênio cumprindo os pagamentos devidos e manutenção de conta ativa;

Aplicar os saldos financeiros do Convênio não utilizados;

Devolver ao MUNICÍPIO os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Convênio;

Aplicar os recursos na manutenção e desenvolvimento do objeto do presente Convênio, de forma a possibilitar os meios logísticos, profissionais e de infra-estrutura necessários;

Apresentar o Plano de Trabalho de acordo com a vigência do Convênio;

O Plano de Trabalho poderá ser modificado por mútuo acordo entre as partes, e aprovado pelo Poder Público Municipal, desde que a natureza do objeto do Convênio não seja alterada.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

O CLUBE DOS IDOSOS DE SCHROEDER deverá encaminhar ao MUNICÍPIO a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da data do recebimento dos mesmos, sendo que a liberação das parcelas está condicionada à apresentação e à aprovação das prestações de contas.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES**

A ocorrência de irregularidades que impliquem em descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasses de recursos financeiros, independentemente de procedimentos judiciais, especialmente nos casos de:

Falta de prestação de contas no prazo estabelecido, sem justa causa;

Utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista no objeto do Convênio.



**CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO**

O MUNICÍPIO e o CLUBE DOS IDOSOS DE SCHROEDER poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Convênio, por livre iniciativa de cada parte, mediante anuência formal, com 30 (trinta) dias de antecedência.

**CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

O presente Convênio terá vigência no período de 01 de Março de 2014 até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado por igual período, mediante TERMO ADITIVO, por mútuo acordo entre as partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Convênio, renunciando expressamente a outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Convênio em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Schroeder, 17 de Março de 2014.

OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRIO LENHARDT  
PRESIDENTE DO CLUBE DOS IDOSOS DE SCHROEDER

**TESTEMUNHAS:**

1) Fernando Rodrigo da Rosa  
OAB/SC 35.462

2) José Antonio Lourenço  
CPF: 789.436.559-91



**Dispensa Nº 20/2014-PMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 20/2014 - DL</b>
	<b>Processo Nr.: 43/2014</b> <b>Data: 19/03/2014</b>

Folha: 1/2

<b>Fornecedor:</b> PÁRA-BRISAS JARAGUÁ LTDA <b>Endereço:</b> AV. PREFEITO WALDEMAR GRUBBA, 2429 <b>Cidade:</b> Jaraguá do Sul - SC <b>CNPJ:</b> 00.468.495/0001-88	<b>Código:</b> 8013  <b>Inscrição Estadual:</b> 253.034.590
<b>Objeto da Compra:</b> Contratação de empresa especializada para troca de para-brisa do veículo Meriva CD 1.8. 8v, 4 portas, Placa MMB 1115, ano/,modelo 20014, lotado no Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC.	

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	troca de para-brisa do veículo Meriva CD 1.8. 8v, 4 portas, Placa MMB 1115, ano/,modelo 2014	UN	120,00	120,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

O veículo é utilizado pelo prefeito Municipal, o qual necessita com urgência de conserto, sendo a empresa a ser contratada indicada para realização da troca do para-brisa pela empresa PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, a qual possuímos seguro do veículo conforme item 01 do contrato nº 38/2013-PMS, Pregão Presencial nº 07/2013-PMS, Processo nº 16/2013-PMS.

Schroeder, 19 de Março de 2014

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 20/2014 - DL**

**Processo Nr.: 43/2014**  
**Data: 19/03/2014**

Folha: 2/2

14/3/2014

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 14 de Março de 2014

**Valor da Despesa:** 120,00 (cento e vinte reais)

**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL



**Dispensa 21/2014-PMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 21/2014 - DL</b>  <b>Processo Nr.: 50/2014</b> <b>Data: 19/03/2014</b>
Folha: 1/2	

<b>Fornecedor: GRÁFICA E EDITORA CORREIO DO POVO LTDA</b> Endereço: AV PREF WALDEMAR GRUBBA 1400 SALA 1 E3 Cidade: JARAGUA DO SUL - SC CNPJ: 08.945.050/0001-53	Código: 10543  Inscrição Estadual:
<b>Objeto da Compra:</b> Assinatura do Jornal O Correio do Povo, destinadas para as Unidades Escolares do Ensino Fundamental, Educação Infantil, Creches Municipais, Biblioteca Pública, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC.	

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	9,00	ASSINATURA ANUAL JORNAL O CORREIO DO POVO - ENSINO FUNDAMENTAL	UN	330,00	2.970,00
2	2,00	ASSINATURA ANUAL JORNAL O CORREIO DO POVO - ENSINO INFANTIL	UN	330,00	660,00
3	3,00	ASSINATURA ANUAL JORNAL O CORREIO DO POVO - CRECHES MUNICIPAIS	UN	330,00	990,00
4	1,00	ASSINATURA ANUAL JORNAL O CORREIO DO POVO - BIBLIOTECA PÚBLICA CRUZ E SOUZA	UN	330,00	330,00
5	1,00	ASSINATURA ANUAL JORNAL O CORREIO DO POVO - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	UN	330,00	330,00
6	1,00	ASSINATURA ANUAL JORNAL O CORREIO DO POVO - GABINETE DO PREFEITO	UN	330,00	330,00

**FUNDAMENTO LEGAL:**

**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

PARA UTILIZAÇÃO COMO MATERIAL DE PESQUISA E LEITURA, NAS UNIDADES ESCOLARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL (02) AO CUSTO DE R\$ 660,00; CRECHES MUNICIPAIS (03) AO CUSTO DE R\$ 990,00; ENSINO FUNDAMENTAL (09) AO CUSTO DE R\$ 2.970,00, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (01) AO CUSTO DE R\$ 330,00, BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL CRUZ E SOUSA (01) AO CUSTO DE R\$ 330,00 E GABINETE DO PREFEITO (01) AO CUSTO DE R\$ 330,00. TOTALIZANDO 17 ASSINATURAS AO CUSTO TOTAL DE R\$ 5.610,00.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 19 de Março de 2014

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 21/2014 - DL**

Processo Nr.: 50/2014  
Data: 19/03/2014

Folha: 2/2

14/03/2014

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 14 de Março de 2014

**Valor da Despesa:** 5.610,00 (cinco mil seiscentos e dez reais)

**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL



# Serra Alta

## PREFEITURA

### Decreto Nº059/2014

DECRETO Nº 59/2014 de 05/03/2014

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita de Serra Alta (em exercício), Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº 979/2013 de 04/12/2013,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 63.389,42 (Sessenta e três mil, trezentos e oitenta e nove reais e quarenta e dois centavos), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 979/2013 de 04/12/2013, a saber:

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade Orçamentária: 08.02 – Departamento de Serviços Urbanos

Projeto/Atividade: 1.120 – Manutenção dos Serviços Urbanos

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.12 – Transferência de Convênios Outros

Despesa: 93 ..... R\$ 63.389,42

TOTAL SUPLEMENTADO ..... R\$ 63.389,42 (sessenta e três mil, trezentos e oitenta e nove reais e quarenta e dois centavos).

Art. 2º - Os recursos orçamentários para abertura do crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 63.389,42 (sessenta e três mil, trezentos e oitenta e nove reais e quarenta e dois centavos) são provenientes do excesso de arrecadação de recursos de Transferência de Convênios Outros – da União.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir de 25/02/2014 condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de março de 2014.

BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO

Prefeita em Exercício

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

### Errata Nº002/2014

ERRATA Nº. 002/2014 DO DECRETO Nº. 057/2014 DE 05 DE MARÇO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº. 057/2014 DE 05/03/2014 - CONTRATAÇÃO DE ROBERTO FLAVIO PRIOR PARA O CARGO DE SECRETARIO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita de Serra Alta (em

exercício), Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, do Município de Serra Alta/SC,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica retificado o Decreto Nº. 057/2014 de 05/03/2014, na forma e nas condições abaixo relacionadas, ONDE SE LEU:

Art. 1 Fica nomeado, a partir desta data, o Sr. ROBERTO FLAVIO PRIOR, portador do CPF nº. 550.946.609-00, RG nº. 1.719.673-6, para o Cargo de SECRETARIO DE DEPARTAMENTO, com lotação junto a Secretaria/Departamento Municipal de Estradas e Rodagens DMER, Nível CC – 07 (61000), Grupo VII – Cargos em Comissão, conforme Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. LEIA-SE:

Art. 1 Fica nomeado, a partir desta data, o Sr. ROBERTO FLAVIO PRIOR, portador do CPF nº. 550.946.609-00, RG nº. 1.719.673-6, para o Cargo de SECRETARIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, com lotação junto a Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Urbanos, Nível CC – 07 (61000), Grupo VII – Cargos em Comissão, conforme Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Todos os demais itens do Decreto nº. 057/2014 de 05/03/2014 ficam inalterados.

Art. 3º Esta Errata do Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de março de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

### Edital Processo Seletivo Simplificado 001/2014

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2014

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

A Prefeita (em exercício) de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, Sraª Belamar Lucia Ghidini Teodoro, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, a Homologação das inscrições referentes ao Processo Seletivo Simplificado nº001/2014, destinado ao provimento de vagas para o Poder Municipal.

1. Ficam Homologadas as inscrições dos candidatos relativos ao Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014, para os cargos referenciados em Edital de abertura, conforme segue:

AUXILIAR DE ENFERMAGEM - CÓDIGO 001		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
002	CRISTIANA MARTELLO	009.550.809-08
004	ADRIANA BALLOLLI PRIOR	044.185.469-95
012	PRISCILA WERNER	032466309-92
026	DEBORA SUELEN PACASSA	088.226.669.17
027	IVANETE ZAPANI CEREZOLLI	692.725.499-49



## AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – CÓDIGO 002

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
015	MARLUCIA DA SILVA VACARI	174.329.758-09
016	IVETE TEREZINHA DE OLIVEIRA	898.109.299-00
029	VANUZA TEREZINHA DOS SANTOS MENDES	029.101.029-63

## AGENTE EDUCATIVO – CÓDIGO 003

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
001	TALLYSSA CEREJO	096.758.049-80
003	ELENIR KREMER SGARBI	028.479.369-80
006	GESSICA IRENE DERTZ-BACHER VIANA	096.206.069-06
007	DERLICE TURMINA	036.324.529-46
008	LUCIA EUZEBIO	036.612.699-76
009	ELAINE SALETE JUNG	987.393.289-53
010	DILVANE SCHIRMANN	087.066.179-56
011	MARCIANE RODRIGUES DA SILVA	042.629.129-81
013	JULIANA WERLANG	041.276.089-43
014	SILVANE NEMERSKI	061.086.459-97
018	FRANCINE PACASSA	064.043.889-01
020	CATIANE APARECIDA BEGNINI	076.822.139-06
021	MARIA LUCIA FREY	074.030.129-25
024	ANA CLAUDIA SENHOR	085.449.409-00

## PROFESSOR DE ARTES- CÓDIGO 004

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
028	LUANA ANTUNES	093.417.009-65
025	VANDERLEA PRIOR MARTINELLI	824.709.369-34

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – CÓDIGO 005

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
005	GABRIELA CARLA STRAPAZZON	091.362.069-62
017	FABIANA PARIZOTTO	074.812.679-10
019	SOLANGE LAUX	034.419.279-23
022	MAICON VOLMIR VITORIA	092.512.989-55
023	KARINE ENGEL DA CUNHA	066.217.629-41

## Timbé do Sul

## PREFEITURA

## Decreto 51/2014

DECRETO Nº. 51, DE 12 DE MARÇO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VINGENTE, POR CONTA DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.699 de 03 de dezembro de 2013;

## DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação orçamentária da Unidade Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, abaixo discriminada, por conta do superávit do exercício anterior, no valor de R\$ 14.836,00 (quatorze mil e oitocentos e trinta e seis reais), distribuídos da seguinte forma:

11.01 – Secretaria de Assistência Social e Habitação  
2.018 – Ações de Inclusão Social de Famílias Carentes

3.3.90.00.00.00.00.00.0337(160)–Aplicações Diretas .....  
R\$ 14.836,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, constam do saldo bancário apurado em 31 de dezembro de 2013, deduzido os Restos a Pagar, na seguinte Fonte de Recurso:

0337–CRAS–PBF, conta corrente nº11.943-1 , Agência 5.300-7 do Banco do Brasil....R\$ 14.836,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 12 de março de 2014.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças



**Decreto 52/2014**

DECRETO Nº. 52, DE 12 DE MARÇO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POR CONTA DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.699 de 03 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação orçamentária da Unidade Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, abaixo discriminada, por conta do superávit do exercício anterior, no valor de R\$ 27.513,16 (vinte e sete mil e quinhentos e treze reais e dezesseis centavos), distribuídos da seguinte forma:

06.01 – Fundo Municipal de Saúde

1.013 – Construção e Ampliação da Unidade Central de Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.0355(32)–Aplicações Diretas .....  
R\$ 27.513,16

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, constam do saldo bancário apurado em 31 de dezembro de 2013, deduzido os Restos a Pagar, na conta corrente nº 5.855-6 , Agência 5.300-7 do Banco do Brasil....R\$ 27.513,16(vinte e sete mil e quinhentos e treze reais e dezesseis centavos)

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 12 de março de 2014.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

**Decreto 53/2014**

DECRETO Nº. 53, DE 12 DE MARÇO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.699 de 03 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação orçamentária da Unidade Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, abaixo discriminada, no valor de R\$ 261,99 (duzentos e sessenta e um reais e noventa e nove centavos), distribuídos da seguinte forma:

06.01 – Fundo Municipal de Saúde

1.013 – Construção e Ampliação da Unidade Central de Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.0023(32)–Aplicações Diretas .....  
R\$ 261,99

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, constam do excesso de arrecadação na conta corrente nº 5.855-6, Agência 5.300-7 do Banco do Brasil.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 12 de março de 2014.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

**Decreto 54/2014**

DECRETO Nº 54, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

FIXA REMUNERAÇÃO DE SECRETÁRIA DO CONSELHO TUTELAR DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul – SC, no uso das suas atribuições e em atendimento ao que estabelecem a Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal 934/1997;

DECRETA:

Art. 1º - Fica fixada a remuneração conforme especifica:

Nome/RG/CPF	Cargo	Nível
Daniela Gomes ; 4.209.656; 072.891.019-52	Secretária do Conselho Tutelar/ Nível 1037	CC - 6

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua .

Timbé do Sul/ SC, 18 de março de 2014.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

**Decreto 55/2014**

DECRETO Nº. 55, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

DEMITE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a 1.114/2002, de 05/02/2002;

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitida a pedido, Fernanda Martins , Matrícula nº 2893, do Cargo de Professor 20 hs , Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 18 de março de 2014.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças



**Decreto 56/2014**

DECRETO Nº 56, de 18 de março de 2014.

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. Fica admitido o Servidor Martinho da Silva Magnus, RG nº 1.979.038 e CPF nº 513.856.789-68, para ocupar o cargo de Motorista, 40 hs, Nível 79, no Quadro de Pessoal Temporário da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 18 de março de 2014.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

**Decreto 57/2014**

DECRETO Nº 57, de 19 de março de 2014.

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. Fica admitida a Servidora Aline Zanin, RG nº 5.919.314 e CPF nº 082.823.679-82, para ocupar o cargo de Professor, 20 hs, Nível 88, no Quadro de Pessoal Temporário da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 18 de março de 2014.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

**Decreto 58/2014**

DECRETO Nº 58, de 19 de Março de 2014.

EXONERA SECRETÁRIA DO CONSELHO TUTELAR

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Legislação Vigente;

Considerando a Renúncia da Servidora ocupante de cargo eletivo:

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada a pedido a Senhora Daniela Gomes, matrícula nº 2931, Secretária do Conselho Tutelar, do Quadro de

Pessoal da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul – SC.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 19 DE MARÇO DE 2014.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças



# Timbó

## PREFEITURA

### Processo Seletivo N.º 001/2013

MUNICÍPIO DE TIMBÓ- SC

PROCESSO SELETIVO

EDITAL Nº 01/2013 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA DE TIMBÓ

#### DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL COM RESULTADO DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA DO PROCESSO SELETIVO N.º 001/2013

O Prefeito de Timbó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal e o artigo 50 incisos II, V, VII e X da Lei Orgânica do Município de Timbó e em conformidade com a Lei Complementar nº 339/2007 e suas alterações, através da Secretaria da Fazenda e Administração, juntamente com a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo, nomeada pela Portaria nº 578/2013, torna público o que segue:

1. A Classificação final dos Candidatos ao Processo Seletivo nº 001/2013 incluindo o resultado do teste de aptidão física consta listada no anexo I deste edital, em ordem de classificação por cargo já considerados os critérios de desempate conforme previsto em edital.

Timbó (SC), 19 de março de 2014.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### ANEXO I

#### CLASSIFICAÇÃO FINAL – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

Cargo: 01. Agente Comunitário de Saúde (Estados)									
Inscrição	Candidato	Nascimento	CG		CE		N.P.E.	Teste Físico	Situação
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
39	1º. JOCIMARA ODETE PAS- QUALI PESSATI	23/04/1981	7	2,80	8	3,20	6,00	APTO	Classificado
27	2º. SUELI LOCKS PASQUALI	23/06/1971	10	4,00	4	1,60	5,60	APTO	Classificado
Cargo: 02. Agente Comunitário de Saúde -Tiroleses/Dona Clara									
Inscrição	Candidato	Nascimento	CG		CE		N.P.E.	Teste Físico	Situação
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
51	1º. IVONETE MARIA OLIVIA VALCANAIA FRONZA	08/06/1978	7	2,80	9	3,60	6,40	APTO	Classificado
74	2º. ROSANGELA FERREIRA DA SILVA PRIMA	05/07/1972	6	2,40	8	3,20	5,60	APTO	Classificado
24	3º. EDELTRAUT DALCIA WEISS PEYERL	18/04/1967	6	2,40	7	2,80	5,20	APTO	Classificado
Cargo: 03. Agente Comunitário de Saúde - Capitais									
Inscrição	Candidato	Nascimento	CG		CE		N.P.E.	Teste Físico	Situação
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
62	ILIANE PERES DE LIMA HA- BOWSKY	22/02/1980	8	3,20	6	2,40	5,60	Inapto	Eliminado
77	DOROTHEA OELKE	24/03/1957	5	2,00	8	3,20	5,20	Inapto	Eliminado



Cargo: 04. Agente Comunitário de Saúde – Quintino									
Inscrição	Candidato	Nascimento	CG		CE		N.P.E.	Teste Físico	Situação
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
82	1º. DIETLIND MULLER BLOE-DORN	14/06/1961	6	2,40	8	3,20	5,60	APTO	Classificado
17	NARA VIEIRA DA ROSA	17/12/1960	8	3,20	8	3,20	6,40	Inapto	Eliminado
49	ANDRÉIA DOS SANTOS	11/01/1978	7	2,80	6	2,40	5,20	Inapto	Eliminado
58	ESTELITA EHMKE SLOMP	03/11/1959	8	3,20	5	2,00	5,20	Inapto	Eliminado
1	ROBERTA NEL-CI PELLIN	09/02/1981	6	2,40	8	3,20	5,60	Desistente	Eliminado
65	NEIVA MARLI-ZA FORTUNA-TO PLESS	06/11/1970	6	2,40	8	3,20	5,60	Ausente	Eliminado
35	JOSETE LUIZA RECK SFREDO	27/03/1961	7	2,80	9	3,60	6,40	Ausente	Eliminado
Cargo: 05. Agente Comunitário de Saúde - Nações									
Inscrição	Candidato	Nascimento	CG		CE		N.P.E.	Teste Físico	Situação
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
12	1º. HÉLIDA DE OLIVEIRA ROCHA LÜTZOW	14/07/1981	8	3,20	7	2,80	6,00	APTO	Classificado
10	2º. GABRIELA ANACLETO CARDOSO WETZEL	29/09/1991	6	2,40	7	2,80	5,20	APTO	Classificado
Cargo: 06. Agente Comunitário de Saúde - Pomeranos									
Inscrição	Candidato	Nascimento	CG		CE		N.P.E.	Teste Físico	Situação
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
83	1º. AN-DRIELI LUZIA DOS SANTOS	20/03/1992	9	3,60	7	2,80	6,40	APTO	Classificado
16	2º. MA-RIZE MICHEL-SON DA ROSA	03/06/1966	8	3,20	7	2,80	6,00	APTO	Classificado
20	3º. EDE-MAR WILLE	01/05/1964	5	2,00	8	3,20	5,20	APTO	Classificado
8	CATIA MELLO VIANA	26/11/1975	9	3,60	7	2,80	6,40	Inapto	Eliminado
Cargo: 07. Agente Comunitário de Saúde - Araponguinhas									
Inscrição	Candidato	Nascimento	CG		CE		N.P.E.	Teste Físico	Situação
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
26	1º. IVONETE DOS SANTOS POR-TELA	03/07/1986	10	4,00	8	3,20	7,20	APTO	Classificado
67	2º. JULIANA FER-NANDES	05/04/1990	8	3,20	8	3,20	6,40	APTO	Classificado
86	3º. MARILEUSA SARDAGNA NASATTO	12/06/1970	8	3,20	7	2,80	6,00	APTO	Classificado



46	JOSELENE DRAGER WEBER	07/05/1981	6	2,40	8	3,20	5,60	Desistente	Eliminado
73	ROSEMERI MORLÓ STANO	11/11/1986	6	2,40	8	3,20	5,60	Inapto	Eliminado
59	MARILENE DE MELLO	28/04/1975	6	2,40	7	2,80	5,20	Inapto	Eliminado
Cargo: 08. Agente Comunitário de Saúde - Vila Germer									
Inscrição	Candidato	Nascimento	CG		CE		N.P.E.	Teste Físico	Situação
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
89	1º. ELE- NIR ROEPKE GESSNER	20/12/1986	9	3,60	9	3,60	7,20	APTO	Classificado
43	2º. ISA- BEL TANCON ODA	10/11/1959	7	2,80	9	3,60	6,40	APTO	Classificado
36	3º. MARGARETH RAASCH FRAI- NER	19/09/1964	5	2,00	9	3,60	5,60	APTO	Classificado
21	4º. KETLYN HELMBRECHT FERNANDES	03/04/1979	6	2,40	7	2,80	5,20	APTO	Classificado
81	ANNA PAULA LOPPNOW STUHLERT	04/04/1978	10	4,00	9	3,60	7,60	Inapto	Eliminado
37	EDISON JOSE GRAUPE	17/11/1969	7	2,80	8	3,20	6,00	Inapto	Eliminado
Cargo: 09. Agente Comunitário de Saúde - Pe. Martinho Stein									
Inscrição	Candidato	Nascimento	CG		CE		N.P.E.	Teste Físico	Situação
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
41	1º. DANIELA RAIZER	10/01/1969	8	3,20	6	2,40	5,60	APTO	Classificado
Cargo: 10. Agente Comunitário de Saúde – Imigrantes									
Inscrição	Candidato	Nascimento	CG		CE		N.P.E.	Teste Físico	Situação
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
15	APARECIDA BELARMINO ROEDER	16/05/1973	8	3,20	6	2,40	5,60	Ausente	Eliminado

**Concurso Público N.º 001/2013**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ- SC

CONCURSO PÚBLICO

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EDITAL Nº 01/2013

DIVULGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA DO

CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2013

O Presidente da Fundação Cultural de Timbó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal e o artigo 50 incisos II, V, VII e X da Lei Orgânica do Município de Timbó, juntamente com a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público, nomeada pela Portaria nº 578/2013, torna público o que segue:



1. A Classificação Final do Teste de Aptidão Física, do Concurso o Público nº 001/2013 já considerados os critérios de desempate conforme quadro abaixo:

Cargo: 04. Auxiliar Operacional I										
Inscrição	Candidato	Nascimento	C. Gerais		C. Específicos		T.A.	N.P.E.	Prova Física	Situação
			Acertos	Nota	Acertos	Nota				
0010	ROLF BREHMER	05/11/1965	3	3,00	2	2,00	5	5,00	Inapto	Eliminado
0005	JAQUELINE HOFFMANN	15/04/1989	3	3,00	3	3,00	6	6,00	Ausente	Eliminado

Timbó (SC), 19 de março de 2014.

JORGE REVELINO FERREIRA

Presidente da Fundação de Cultura de Timbó

### Concurso Público N.º 001/2013

CLASSIFICAÇÃO FINAL DA PROVA PRÁTICA E O RESULTADO DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA COM A CLASSIFICAÇÃO DESTES CARGOS  
CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2013

O Prefeito de Timbó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal e o artigo 50 incisos II, V, VII e X da Lei Orgânica do Município de Timbó, através da Secretaria da Fazenda e Administração, juntamente com a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público, nomeada pela Portaria nº 578/2013, torna público o que segue:

1. A Classificação Final da prova prática e o resultado do teste de aptidão física bem como a classificação final deste cargos, após prazo recursal consta listada no anexo I deste edital em ordem de classificação por cargo já considerados os critérios de desempate conforme previsto em edital.

Timbó (SC), 19 de março de 2014.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### ANEXO I

#### CLASSIFICAÇÃO FINAL DA PROVA PRÁTICA E TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

Cargo: 02. Agente de Trânsito e Transporte										
Inscr.	Candidato	Nascimento	CG		CE		T.A.	N.P.E.	Teste Físico	Situação
			Acertos	Nota	Acertos	Nota				
790	1º UBIRATAN HIPOLITO DE LIMA	01/06/1976	9	2,25	14	3,50	23	5,75	APTO	Classificado
376	2º WILLIAM GONZAGA DIAS	23/02/1984	8	2,00	12	3,00	20	5,00	APTO	Classificado
400	3º EMMERSON CLEITON NARDELLI	11/01/1980	9	2,25	11	2,75	20	5,00	APTO	Classificado
676	FABIO JOSE MULLER	16/03/1982	10	2,50	15	3,75	25	6,25	Inapto	Eliminado
918	ARIANA CALU HARBS	22/08/1990	11	2,75	11	2,75	22	5,50	Inapto	Eliminado
835	MARLON CRISTIANO RAHN	19/06/1985	6	1,50	15	3,75	21	5,25	Inapto	Eliminado
771	ESTEVÃO ZUCHI NETO	23/07/1995	8	2,00	13	3,25	21	5,25	Inapto	Eliminado
472	JAIRO CRISTIANO GRAMKOW	10/01/1983	12	3,00	9	2,25	21	5,25	Inapto	Eliminado



927	INES KLAU-MANN	23/06/1966	9	2,25	11	2,75	20	5,00	Inapto	Eliminado	
859	LEONARDO CESAR H-CKBARTH	28/08/1986	9	2,25	14	3,50	23	5,75	Ausente	Eliminado	
770	JHONNI PABLO DA SILVA	06/11/1987	10	2,50	10	2,50	20	5,00	Ausente	Eliminado	
788	RICARDO DEHLANO JUNIOR	22/05/1989	10	2,50	11	2,75	21	5,25	Sem ates-tado	Eliminado	
Cargo: 03. Auxiliar de Recreação Infantil											
Inscr.	Candidato	Nascimento	CG		CE		T.A.	N.P.E.	Teste Físico	Situação	
			Acertos	Nota	Acertos	Nota					
181	1º. FERNANDO ANTONIO PORTELA JAEPELT	20/08/1992	8	2,00	14	3,50	22	5,50	APTO	Classificado	
302	2º. TATIANA ESTEFANIA DREGER	21/02/1981	9	2,25	13	3,25	22	5,50	APTO	Classificado	
727	3º. RUBIA FOZINA BREHMER	26/12/1980	7	1,75	14	3,50	21	5,25	APTO	Classificado	
754	4º. ROSANA VIENHAGE	17/04/1974	8	2,00	13	3,25	21	5,25	APTO	Classificado	
799	5º. LEONICE FATIMA DOS SANTOS	15/07/1988	8	2,00	13	3,25	21	5,25	APTO	Classificado	
483	6º. LUCIANA APARECIDA WERSDORFER	30/04/1990	8	2,00	13	3,25	21	5,25	APTO	Classificado	Recurso deferido
551	7º. ISABEL CRISTINA OSTROWSKI TAIS	07/03/1967	9	2,25	12	3,00	21	5,25	APTO	Classificado	
82	8º. CRISTINA ISABEL CAMPESTRINI	10/06/1985	10	2,50	11	2,75	21	5,25	APTO	Classificado	
696	9º. MAGRID H. BERTRAM	17/02/1974	9	2,25	11	2,75	20	5,00	APTO	Classificado	
607	10º. GLAUCIE MARA DA SILVA GUEDES	07/07/1981	9	2,25	11	2,75	20	5,00	APTO	Classificado	
700	11º. JANAINA CRISTIANE NUNES	26/01/1985	4	1,00	15	3,75	19	4,75	APTO	Classificado	
435	12º. ANNA PAULA TAMANINI SCHWANZ	07/10/1987	5	1,25	14	3,50	19	4,75	APTO	Classificado	



322	13°. SILVANA KEMPER	10/03/1989	6	1,50	13	3,25	19	4,75	APTO	Classificado	
453	14°. JACIARA PAOLA BELL SARAIVA	23/06/1992	6	1,50	12	3,00	18	4,50	APTO	Classificado	
409	15°. GABRIELE CAROLINE KRÜGER TONETI	24/05/1996	6	1,50	12	3,00	18	4,50	APTO	Classificado	
785	16°. LUANA CUNHA	01/12/1990	8	2,00	10	2,50	18	4,50	APTO	Classificado	
205	17°. SHIRLEI MANSKE	22/12/1994	8	2,00	10	2,50	18	4,50	APTO	Classificado	
689	18°. EDNA DA SILVEIRA CARDOSO DA FONSECA	06/12/1983	3	0,75	14	3,50	17	4,25	APTO	Classificado	
735	19°. CARMELITA MARIA CORREIA ROEDER	17/12/1963	6	1,50	11	2,75	17	4,25	APTO	Classificado	
662	20°. EDITE PUTKA	21/03/1980	7	1,75	10	2,50	17	4,25	APTO	Classificado	
202	21°. MARLI DA SILVA ALONÇO DOS REIS	12/04/1981	7	1,75	10	2,50	17	4,25	APTO	Classificado	
786	22°. SHERE CRISTIANE ZUCHI BARRETO	08/11/1983	5	1,25	11	2,75	16	4,00	APTO	Classificado	
632	23°. FABIANA MILCHERT	19/06/1983	6	1,50	10	2,50	16	4,00	APTO	Classificado	
215	24°. RAQUEL RUFINO	03/10/1983	6	1,50	10	2,50	16	4,00	APTO	Classificado	
164	25°. TARIN ROMINA GERMANO	20/01/1976	2	0,50	13	3,25	15	3,75	APTO	Classificado	
142	26°. MERLANIA MENEZGHELLI FUSINATO	21/10/1980	3	0,75	12	3,00	15	3,75	APTO	Classificado	
382	ADRIANA FURLANI ZATELLI	01/06/1984	13	3,25	12	3,00	25	6,25	Inapto	Eliminado	
745	THAISSA ARIELLA DA SILVA	21/03/1991	10	2,50	14	3,50	24	6,00	Inapto	Eliminado	
311	KATIA ALINE ZIMMERMANN UTZIG	18/11/1993	10	2,50	13	3,25	23	5,75	Inapto	Eliminado	



395	CAMILA NINOW	16/11/1994	6	1,50	16	4,00	22	5,50	Inapto	Eliminado	
262	JANETE GREYHER MELERE	18/10/1971	7	1,75	15	3,75	22	5,50	Inapto	Eliminado	
624	ELIANA APARECIDA DALCASTAGNE	04/01/1991	8	2,00	14	3,50	22	5,50	Inapto	Eliminado	
532	ANNEMARI BOEMMER ALVES DO AMARAL	03/05/1962	9	2,25	13	3,25	22	5,50	Inapto	Eliminado	
425	GESIELE SAMANTHA DOS SANTOS	10/05/1992	10	2,50	12	3,00	22	5,50	Inapto	Eliminado	
79	JOYCE APARECIDA PAUL	16/08/1992	8	2,00	13	3,25	21	5,25	Inapto	Eliminado	
648	VIVIAN DAIANE KARSTEN	30/09/1987	10	2,50	11	2,75	21	5,25	Inapto	Eliminado	
885	SANDRA MARIA NICHELATTI	17/11/1967	7	1,75	13	3,25	20	5,00	Inapto	Eliminado	
438	JANDIRA APARECIDA GONÇALVES	04/07/1970	7	1,75	13	3,25	20	5,00	Inapto	Eliminado	
375	DIÉSSICA REGINA MELNIK ZELINSKI GIOVANELLA	19/10/1988	8	2,00	12	3,00	20	5,00	Inapto	Eliminado	
463	SIMONE MARIA AMARANTE	04/02/1984	9	2,25	11	2,75	20	5,00	Inapto	Eliminado	
519	INES ZOBO-LI DALLABONA	16/06/1960	7	1,75	12	3,00	19	4,75	Inapto	Eliminado	
765	ADELIA SPRUNG SCHREIBER	01/07/1971	7	1,75	12	3,00	19	4,75	Inapto	Eliminado	
380	RAFAELA SCHULZE	26/07/1989	8	2,00	11	2,75	19	4,75	Inapto	Eliminado	
439	SOLANGE FELIPE KISNER	27/05/1982	9	2,25	10	2,50	19	4,75	Inapto	Eliminado	
713	ANA PAULA LIRA	18/05/1989	9	2,25	10	2,50	19	4,75	Inapto	Eliminado	
138	ELIZIA DE SOUZA	04/07/1966	5	1,25	13	3,25	18	4,50	Inapto	Eliminado	
805	ANA PAULA DE MENDONÇA FERREIRA MOURA	26/02/1983	6	1,50	12	3,00	18	4,50	Inapto	Eliminado	
214	REJANE RUFINO	08/12/1979	7	1,75	11	2,75	18	4,50	Inapto	Eliminado	
470	EVA MARIA STARKE SCHWEDER	27/08/1960	8	2,00	9	2,25	17	4,25	Inapto	Eliminado	
88	MAYARA THAÍS RIBEIRO DOS SANTOS	24/08/1994	8	2,00	9	2,25	17	4,25	Inapto	Eliminado	



70	ROBERTA LUCIANE POLTRONIERI DE BRITO	19/12/1970	9	2,25	8	2,00	17	4,25	Inapto	Eliminado	
478	JOSIANE LAZZARINI MAZZI	01/11/1989	5	1,25	11	2,75	16	4,00	Inapto	Eliminado	
141	TUANE NAIARA MÜLLER	20/06/1991	6	1,50	10	2,50	16	4,00	Inapto	Eliminado	
320	MONICA ESTELA HOE LANGE	17/09/1969	8	2,00	8	2,00	16	4,00	Inapto	Eliminado	
528	CRISTIANE RAQUEL WELTER EWALD	15/03/1978	4	1,00	11	2,75	15	3,75	Inapto	Eliminado	
454	JAMAICA SUELLEN BELL SARAI-VA	23/06/1992	4	1,00	11	2,75	15	3,75	Inapto	Eliminado	
587	CHARLENE CAMPESTRINI BAZZAN	19/10/1981	7	1,75	8	2,00	15	3,75	Inapto	Eliminado	
838	JESSICA POPOWICZ	14/01/1991	8	2,00	7	1,75	15	3,75	Inapto	Eliminado	
78	LUANDARA JUNGLES DA SILVA	19/09/1994	11	2,75	13	3,25	24	6,00	Ausente	Eliminado	
511	MARY ELLEN TESKE ZEFERINO	29/01/1985	12	3,00	12	3,00	24	6,00	Ausente	Eliminado	
483	LUCIANA APARECIDA WERSDORFER	30/04/1990	8	2,00	13	3,25	21	5,25	Ausente	Eliminado	
281	HEIKE ZINNKE	18/03/1979	10	2,50	11	2,75	21	5,25	Ausente	Eliminado	
598	ROBERT DE LIMA PIRES	20/01/1989	10	2,50	11	2,75	21	5,25	Ausente	Eliminado	
730	RENILDA BATISTA WENCESLAU	20/02/1974	8	2,00	12	3,00	20	5,00	Ausente	Eliminado	
13	DEBORA CRISTINA DA SILVA	04/07/1994	8	2,00	12	3,00	20	5,00	Ausente	Eliminado	
495	JULIANA DE OLIVEIRA TOMELIN	29/06/1977	10	2,50	10	2,50	20	5,00	Ausente	Eliminado	
596	ARISTOTELES PIRES NETO	22/11/1991	5	1,25	14	3,50	19	4,75	Ausente	Eliminado	
411	ADELEIA DA SILVA MELO HORDINA	28/04/1982	8	2,00	11	2,75	19	4,75	Ausente	Eliminado	
867	PAULA ARIENE DE ASSIS NASCIMENTO GUMZ	28/03/1994	11	2,75	8	2,00	19	4,75	Ausente	Eliminado	
778	LUCIANA APARECIDA MOREIRA	11/06/1987	7	1,75	12	3,00	19	4,75	Ausente	Eliminado	Conf. recurso
882	REGINA CARDOSO DE SOUZA	15/12/1985	6	1,50	12	3,00	18	4,50	Ausente	Eliminado	
633	ELIANE OTTO	28/02/1972	7	1,75	11	2,75	18	4,50	Ausente	Eliminado	



353	VANIA CRISTINA LEON SZWAKO	12/04/1980	8	2,00	10	2,50	18	4,50	Ausente	Eliminado	
102	ANA PAULA JENIFER RODRIGUES	24/09/1990	9	2,25	9	2,25	18	4,50	Ausente	Eliminado	
645	FABIANE REINHOLD	20/07/1988	11	2,75	7	1,75	18	4,50	Ausente	Eliminado	
321	ROSELI FERRETTI	20/09/1988	5	1,25	12	3,00	17	4,25	Ausente	Eliminado	
866	JULIANA MENDES VOLANI	02/06/1979	6	1,50	11	2,75	17	4,25	Ausente	Eliminado	
191	SILVANA DE FREITAS	26/02/1985	6	1,50	11	2,75	17	4,25	Ausente	Eliminado	
637	CILMARA MORETTO DALCANALE	15/09/1975	7	1,75	10	2,50	17	4,25	Ausente	Eliminado	
76	JANDIRA PITAN PASQUALI	11/01/1979	7	1,75	10	2,50	17	4,25	Ausente	Eliminado	
193	DANDARA KAHIERE MELO GOMES	13/10/1992	7	1,75	10	2,50	17	4,25	Ausente	Eliminado	
862	ROSA-NA INES MARTINS RODRIGUES	01/07/1986	9	2,25	8	2,00	17	4,25	Ausente	Eliminado	
209	FRANCIELE KAMKE	22/07/1992	6	1,50	10	2,50	16	4,00	Ausente	Eliminado	
751	ARLETE FAEZ ROCHA	15/09/2067	6	1,50	10	2,50	16	4,00	Ausente	Eliminado	
407	FRANCIELE DE MORAIS	22/03/1996	7	1,75	9	2,25	16	4,00	Ausente	Eliminado	
14	FABIANA REGINA VANSUIT	07/11/1988	3	0,75	12	3,00	15	3,75	Ausente	Eliminado	
839	THAIS GONÇALVES DE JESUS	23/04/1992	5	1,25	10	2,50	15	3,75	Ausente	Eliminado	
636	CAMILA RAFAELLI	05/05/1995	5	1,25	10	2,50	15	3,75	Ausente	Eliminado	
301	ADELITA HELENA DALPIAZ MOREIRA	16/03/1960	7	1,75	8	2,00	15	3,75	Ausente	Eliminado	
360	JUZÉLI SEBOLD PEREIRA DOS SANTOS	27/06/1983	7	1,75	8	2,00	15	3,75	Ausente	Eliminado	
852	JANAINA GARCIA BARBOSA	24/03/1989	9	2,25	6	1,50	15	3,75	Ausente	Eliminado	
Cargo: 04. Auxiliar Operacional I											
Inscr.	Candidato	Nascimento	CG		CE		T.A.	N.P.E.	Teste Físico	Situação	
			Acertos	Nota	Acertos	Nota					
514	1º IONITA NOÊMIA TRAPP DEMARCHI	28/11/1969	5	5,00	5	5,00	10	10,00	APTO	Classificado	



227	2º LUCIANE GIOVANELLA GUTZ	23/02/1975	5	5,00	5	5,00	10	10,00	APTO	Classificado
104	3º ADRIANA APARECI- DA NOLLI BONACOLSI	21/08/1980	5	5,00	5	5,00	10	10,00	APTO	Classificado
114	4º JENIFER CRISTINA FONTANELLI	08/06/1983	5	5,00	5	5,00	10	10,00	APTO	Classificado
111	5º SILVIA DE SOUZA	13/11/1983	5	5,00	5	5,00	10	10,00	APTO	Classificado
536	6º FABRÍCIA HAFERMANN PASQUALINI	18/04/1985	5	5,00	5	5,00	10	10,00	APTO	Classificado
25	7º CARLA CRISTINA LIMA DOS SANTOS BORGES	04/10/1985	5	5,00	5	5,00	10	10,00	APTO	Classificado
80	8º KELLY KETLIN KLITZKE	20/05/1986	5	5,00	5	5,00	10	10,00	APTO	Classificado
707	9º EDERSON JOSE GI- RELLI	25/10/1992	5	5,00	5	5,00	10	10,00	APTO	Classificado
829	10º ALINE ANDRESSA JORGE	11/05/1993	5	5,00	5	5,00	10	10,00	APTO	Classificado
344	11º AGENOR MAZZI	26/08/1955	4	4,00	5	5,00	9	9,00	APTO	Classificado
667	12º FRANCISCO JOAO SAMU- LESKI	23/02/1962	4	4,00	5	5,00	9	9,00	APTO	Classificado
531	13º MARCO AURELIO DA ROSA CASTRO	23/02/1966	4	4,00	5	5,00	9	9,00	APTO	Classificado
736	14º CARLOS ANTONIO ROEDER	25/04/1968	4	4,00	5	5,00	9	9,00	APTO	Classificado
701	15º ZELINDA KINDER	30/10/1973	4	4,00	5	5,00	9	9,00	APTO	Classificado
63	16º CARLOS ALBERTO ZILSE	23/04/1984	4	4,00	5	5,00	9	9,00	APTO	Classificado
592	17º LUZIA APARECIDA GAULKE FELIPPI	09/05/1988	4	4,00	5	5,00	9	9,00	APTO	Classificado



324	18º RENATO PINTO JUNIOR	17/09/1993	4	4,00	5	5,00	9	9,00	APTO	Classificado	
675	19º MARISA BEYER	23/03/1971	5	5,00	4	4,00	9	9,00	APTO	Classificado	
427	20º CLÁUDIA RODRIGUES DE MELO SCHNEIDER	10/08/1995	5	5,00	4	4,00	9	9,00	APTO	Classificado	
337	21º MIRIAN DOS REIS	10/04/1975	3	3,00	5	5,00	8	8,00	APTO	Classificado	
850	22º TALITA RIBEIRO CANDIDO	09/04/1989	3	3,00	5	5,00	8	8,00	APTO	Classificado	
612	23º ARLINDO SANDRI	08/02/1962	4	4,00	4	4,00	8	8,00	APTO	Classificado	
128	24º RUTH PISKE	16/04/1974	4	4,00	4	4,00	8	8,00	APTO	Classificado	
660	25º ALESSAN- DRA DOS ANJOS	13/04/1994	4	4,00	4	4,00	8	8,00	APTO	Classificado	
671	26º JOSE ROQUE SA- MULESCHI	21/03/1058	4	4,00	4	4,00	8	8,00	APTO	Classificado	
283	27º ROBERTO CARLOS MOREIRA LISBOA	16/11/1965	2	2,00	5	5,00	7	7,00	APTO	Classificado	
292	28º VANESSA SALVADOR DA SILVA	08/01/1991	2	2,00	5	5,00	7	7,00	APTO	Classificado	
909	29º ROLF GRAU- PPE	12/05/1959	3	3,00	4	4,00	7	7,00	APTO	Classificado	
399	30º MARLI POPENG COSTA	27/01/1975	3	3,00	4	4,00	7	7,00	APTO	Classificado	
672	31º LORENI ZICK	07/01/1961	2	2,00	3	3,00	5	5,00	APTO	Classificado	
422	32º JOACIR ANTONIO RIBEIRO	24/07/1966	1	1,00	3	3,00	4	4,00	APTO	Classificado	
110	33º ROSA MARIA BORCHARDT	19/03/1955	2	2,00	1	1,00	3	3,00	APTO	Classificado	
739	34º INES IVETE FERRARI	19/06/1976	2	2,00	1	1,00	3	3,00	APTO	Classificado	
145	SUELI MA- RIA PELLIN LOURENCO	15/05/1959	5	5,00	5	5,00	10	10,00	Inapto	Eliminado	
253	ROSELI MARIA RO- PELATTO	18/10/1961	5	5,00	5	5,00	10	10,00	Inapto	Eliminado	



206	MARIA HECK MANSKE	13/03/1964	5	5,00	5	5,00	10	10,00	Inapto	Eliminado	
480	ADILVO FELTRIN	14/10/1964	5	5,00	5	5,00	10	10,00	Inapto	Eliminado	
697	ELZA VALADARES ALVARENGA	13/04/1967	5	5,00	5	5,00	10	10,00	Inapto	Eliminado	
379	ALEXANDRE FORNARI BASTOS	19/05/1971	5	5,00	5	5,00	10	10,00	Inapto	Eliminado	
912	DIEGO MAR- CHETTI	25/01/1979	5	5,00	5	5,00	10	10,00	Inapto	Eliminado	
666	DANIELA VALER DE OLIVEIRA SLOMP	24/02/1983	5	5,00	5	5,00	10	10,00	Inapto	Eliminado	
853	THANDRIA- NE LAISY PRESTES PROCHNOW	22/07/1987	5	5,00	5	5,00	10	10,00	Inapto	Eliminado	
726	ALZIRA BREHMER	10/01/1956	4	4,00	5	5,00	9	9,00	Inapto	Eliminado	
402	MARILDO MAURICIO ULER	26/05/1965	4	4,00	5	5,00	9	9,00	Inapto	Eliminado	
487	JOSE ANTONIO FERNANDES	29/05/1966	4	4,00	5	5,00	9	9,00	Inapto	Eliminado	
290	JOAO OBER- ZINER	03/06/1970	4	4,00	5	5,00	9	9,00	Inapto	Eliminado	
475	MARCIA REGINA BIZ ROPELATTO	05/12/1976	4	4,00	5	5,00	9	9,00	Inapto	Eliminado	
747	KERLY CHRISTI- NA KURTH LIMAS	01/02/1979	4	4,00	5	5,00	9	9,00	Inapto	Eliminado	
363	LUCAS MATHEUS BUSS	21/05/1996	4	4,00	5	5,00	9	9,00	Inapto	Eliminado	
50	ALANA MOSER	16/07/1996	4	4,00	5	5,00	9	9,00	Inapto	Eliminado	
331	ARACI KRU- GER	30/04/1961	5	5,00	4	4,00	9	9,00	Inapto	Eliminado	
150	ROSE MELI STOLF EVA- RISTO	17/08/1969	5	5,00	4	4,00	9	9,00	Inapto	Eliminado	
358	LAURITA VOLTOLINI DALLABONA	05/04/1968	3	3,00	5	5,00	8	8,00	Inapto	Eliminado	
243	IVO ANDRE- AZZA	11/06/1946	4	4,00	4	4,00	8	8,00	Inapto	Eliminado	
492	HOSANA ALVES DOS SANTOS	19/06/1970	4	4,00	4	4,00	8	8,00	Inapto	Eliminado	
576	ANDREA BEATRIZ FACHINI	07/11/1977	4	4,00	4	4,00	8	8,00	Inapto	Eliminado	
556	MOACIR ANTONIO POSSAMAI	17/01/1965	3	3,00	4	4,00	7	7,00	Inapto	Eliminado	
761	ROSILENE ALVES DE SOUZA	11/08/1973	3	3,00	4	4,00	7	7,00	Inapto	Eliminado	
237	ISANETE MARCIA RIOLA	18/03/1975	3	3,00	4	4,00	7	7,00	Inapto	Eliminado	



783	ELSIDO KRUGE	30/11/1956	4	4,00	3	3,00	7	7,00	Inapto	Eliminado	
782	MARIA LUIZA SCHROEDER	26/04/1962	3	3,00	3	3,00	6	6,00	Inapto	Eliminado	
350	KATHIA SALETE PICININI BENDOTTI	29/09/1971	3	3,00	3	3,00	6	6,00	Inapto	Eliminado	
143	ROSIANE FERRAZ DOS SANTOS KOTINSKI	04/10/1976	2	2,00	3	3,00	5	5,00	Inapto	Eliminado	
231	ILOA DIAS HILÁRIO BRANDÃO	08/07/1970	2	2,00	2	2,00	4	4,00	Inapto	Eliminado	
364	TEREZINHA APARECIDA DA LUZ	14/04/1961	1	1,00	2	2,00	3	3,00	Inapto	Eliminado	
335	WILFRID WESTPHAL	12/01/1961	1	1,00	1	1,00	2	2,00	Inapto	Eliminado	
347	ELISON DE SOUZA MONTEIRO	14/01/1992	5	5,00	5	5,00	10	10,00	Ausente	Eliminado	
894	PRISCILA GABRIELA GROSCH	28/02/1995	5	5,00	5	5,00	10	10,00	Ausente	Eliminado	
800	DANRLEI ANDERSON PEYERL	21/08/1995	5	5,00	5	5,00	10	10,00	Ausente	Eliminado	
108	IVANIR DA CUNHA	10/09/1958	4	4,00	5	5,00	9	9,00	Ausente	Eliminado	
370	ELISETTE DE BORBA FERRARI	08/12/1964	4	4,00	5	5,00	9	9,00	Ausente	Eliminado	
546	DORVALINA BERNARDETTE POPADIUK	26/10/1965	4	4,00	5	5,00	9	9,00	Ausente	Eliminado	
821	ROSELY FERRARI GONÇALVES	04/01/1977	4	4,00	5	5,00	9	9,00	Ausente	Eliminado	
46	ANDRÉIA SCHULTZ	11/06/1977	4	4,00	5	5,00	9	9,00	Ausente	Eliminado	
749	KATIANA APARECIDA VICENTE	21/10/1981	4	4,00	5	5,00	9	9,00	Ausente	Eliminado	
794	GIOVANA QUAIATO LENZI	19/08/1985	4	4,00	5	5,00	9	9,00	Ausente	Eliminado	
387	ANA PAULA CRISTOFOLINI	21/02/1996	4	4,00	5	5,00	9	9,00	Ausente	Eliminado	
858	VALDIR REGUSE	04/04/1967	5	5,00	4	4,00	9	9,00	Ausente	Eliminado	
398	MARCIA DO ROCIO LUCAS	29/09/1973	5	5,00	4	4,00	9	9,00	Ausente	Eliminado	
130	MARCIA FELTRIN MULLER	03/08/1979	5	5,00	4	4,00	9	9,00	Ausente	Eliminado	
327	JANDIRA SILVA DE MORAIS	03/06/1957	3	3,00	5	5,00	8	8,00	Ausente	Eliminado	
647	WANDERLEIA MARIA ORIBKA	17/05/1989	3	3,00	5	5,00	8	8,00	Ausente	Eliminado	



208	ELVIRA DE BORBA	20/01/1954	4	4,00	4	4,00	8	8,00	Ausente	Eliminado	
520	IVONE CAMPREGHER MILCHERT	18/03/1967	4	4,00	4	4,00	8	8,00	Ausente	Eliminado	
777	RENILDE DOS SANTOS	28/01/1976	2	2,00	5	5,00	7	7,00	Ausente	Eliminado	
781	MOACIR BITELBRUM	27/02/1970	3	3,00	4	4,00	7	7,00	Ausente	Eliminado	
420	MARIA GORETI GONÇALVES DE SIQUEIRA	27/05/1976	3	3,00	4	4,00	7	7,00	Ausente	Eliminado	
806	LUCILA ALVES	27/03/1980	3	3,00	4	4,00	7	7,00	Ausente	Eliminado	
254	INGELORE SCHUSTER BUTZKE	15/03/1957	4	4,00	3	3,00	7	7,00	Ausente	Eliminado	
256	IVONE CARVALHO DE SIQUEIRA SACHT	15/01/1969	2	2,00	4	4,00	6	6,00	Ausente	Eliminado	
683	IRINEU RAMOS DE ANDRADE	27/10/1962	1	1,00	4	4,00	5	5,00	Ausente	Eliminado	
854	INGOMAR MARQUARDT	13/04/2045	0	-	2	2,00	2	2,00	Ausente	Eliminado	
109	MARA LUCIA DALABONA	03/12/1973	4	4,00	5	5,00	9	9,00	Desistente	Eliminado	
597	SIMONE BONDI DE CARVALHO DE CRISTO	15/04/1975	3	3,00	5	5,00	8	8,00	Não trouxe atestado	Eliminado	
Cargo: 05. Eletricista											
Inscr.	Candidato	Nascimento	CG		CE		T.A.	N.P.E.	Teste Físico	Situação	
			Acertos	Nota	Acertos	Nota					
916	1º. MOACIR VEIGANTT	25/03/1973	8	3,20	9	3,60	17	6,80	APTO	Classificado	
232	JONATHAN RICARDO TESKE	26/08/1985	9	3,60	7	2,80	16	6,40	Ausente	Eliminado	
428	ANTONIO CARLOS MARKUS	06/12/1977	9	3,60	5	2,00	14	5,60	Ausente	Eliminado	
Cargo: 06. Fiscal de Obras											
Inscr.	Candidato	Nascimento	CG		CE		T.A.	N.P.E.	Teste Físico	Situação	
			Acertos	Nota	Acertos	Nota					
913	1º CLEDIR FERRARI	09/12/1986	11	2,75	14	3,50	25	6,25	APTO	Classificado	
908	2º MARCOS ALBERTO LUNARDI	11/11/1983	10	2,50	14	3,50	24	6,00	APTO	Classificado	
394	3º MAURICIO CHISTE	13/02/1971	11	2,75	12	3,00	23	5,75	APTO	Classificado	
869	4º ALDACIR NOLLI	17/10/1971	13	3,25	10	2,50	23	5,75	APTO	Classificado	



580	ANNA PAULA BONA DEVI- GILI	03/08/1988	10	2,50	13	3,25	23	5,75	Inapto	Eliminado	
Cargo: 07. Marceneiro											
Inscr.	Candidato	Nascimento	CG		CE		T.A.	N.P.E.	N.P.P.	N.F.	Situação
			Acertos	Nota	Acertos	Nota					
118	1º. ADRIA- NO KLEMEZ	25/01/1974	9	3,60	10	4,00	19	7,60	9,50	8,87	Classificado
911	NELSON PARNO	14/06/1965	7	2,80	9	3,60	16	6,40	Ausente		Eliminado
Cargo: 09. Motorista											
Inscr.	Candidato	Nascimento	CG		CE		T.A.	N.P.E.	N.P.P.	N.F.	Situação
			Acertos	Nota	Acertos	Nota					
817	1º MARCO ANTONIO MIRANDA	15/07/1977	6	2,40	10	4,00	16	6,40	9,50	8,47	Classificado
640	2º JEFERSON ANDREI MUNIZ	29/01/1990	6	2,40	6	2,40	12	4,80	9,50	7,93	Classificado
177	3º MAURO PRADA	13/02/1965	9	3,60	7	2,80	16	6,40	8,50	7,80	Classificado
132	4º JOEL SOBIE- RANSKI	27/09/1976	7	2,80	6	2,40	13	5,20	9,00	7,73	Classificado
682	5º WALDECIR BARINGER	09/06/1974	7	2,80	8	3,20	15	6,00	8,50	7,67	Classificado
69	6º VAGNER PEROZA	01/07/1989	5	2,00	8	3,20	13	5,20	8,75	7,57	Classificado
876	7º ERNESTO KROENKE	30/09/1957	7	2,80	5	2,00	12	4,80	8,75	7,43	Classificado
276	8º JOÃO MAX SCHLI- CHTING	09/04/1968	6	2,40	7	2,80	13	5,20	8,50	7,40	Classificado
608	9º EDGAR HACKBARTH	22/12/1975	8	3,20	7	2,80	15	6,00	8,00	7,33	Classificado
678	10º JOAREZ RODRIGUES DA SILVA	04/11/1977	5	2,00	5	2,00	10	4,00	8,50	7,00	Classificado
44	11º ARSENO ADRIANO	10/01/1973	6	2,40	7	2,80	13	5,20	7,50	6,73	Classificado
33	12º LUIZ CAR- LOS GODOI	01/12/1967	5	2,00	3	1,20	8	3,20	7,50	6,07	Classificado
883	ALCIR PAU- LO BORGES DE LIMA	24/01/1971	10	4,00	8	3,20	18	7,20	sem CNH "E"		Eliminado
856	CLEBER LUIS PE- DRON	25/08/1979	7	2,80	5	2,00	12	4,80	Ausente		Eliminado
674	VALCIR CRISTOFO- LINI	06/06/1954	8	3,20	3	1,20	11	4,40	Ausente		Eliminado



604	ANDRE CARLOS TURAZZI	20/09/1976	4	1,60	3	1,20	7	2,80	sem CNH "E"		Eliminado
542	LUCIANO EZEQUIEL GODINHO	25/08/1982	5	2,00	9	3,60	14	5,60	sem CNH "E"		Eliminado
522	DERCIO IVAN EWALD	15/08/1987	7	2,80	7	2,80	14	5,60	sem CNH "E"		Eliminado
476	ADELINO MAIER	19/03/1966	6	2,40	8	3,20	14	5,60	sem CNH "E"		Eliminado
340	ZENO OSVALDO CAVALHERI	19/02/1968	5	2,00	6	2,40	11	4,40	Ausente		Eliminado
258	FERNANDO CARLOS BORINELLI	27/10/1975	6	2,40	4	1,60	10	4,00	Ausente		Eliminado
255	ALEXANDRE KROENKE	07/06/1986	4	1,60	6	2,40	10	4,00	Ausente		Eliminado
168	LEAZER ALVES DE SOUZA	07/08/1966	5	2,00	7	2,80	12	4,80	Ausente		Eliminado
133	ELIAS MIGUEL SIMAS	18/12/1965	7	2,80	4	1,60	11	4,40	Ausente		Eliminado
85	DANIEL VIGNOLA	21/08/1965	4	1,60	6	2,40	10	4,00	Ausente		Eliminado
71	PABLO FABRÍCIO MAROWSKI	15/01/1982	5	2,00	8	3,20	13	5,20	Ausente		Eliminado
Cargo: 10. Operador de Máquina											
Inscr.	Candidato	Nascimento	CG		CE		T.A.	N.P.E.	N.P.P.	N.F.	Situação
			Acertos	Nota	Acertos	Nota					
824	1º JOEL LUIZ MURARA	27/06/1984	5	5,00	4	4,00	9	9,00	6,92	7,61	Classificado
162	2º RAMIDES ERONDI BUTKE	17/05/1977	5	5,00	4	4,00	9	9,00	6,75	7,50	Classificado
410	3º DAVID DA SILVA	09/11/1989	3	3,00	3	3,00	6	6,00	7,58	7,05	Classificado
506	4º SEMIR MANOEL CHAVES	15/10/1964	2	2,00	4	4,00	6	6,00	6,92	6,61	Classificado
107	5º JURIDES LUIZ DALLA-BONA	12/03/1970	3	3,00	4	4,00	7	7,00	6,33	6,55	Classificado
465	6º NIVANOR BUZZI	01/07/1955	3	3,00	4	4,00	7	7,00	5,58	6,05	Classificado
469	7º EMERSON ROBERTO SANCHES	08/03/1973	2	2,00	2	2,00	4	4,00	7,00	6,00	Classificado
566	8º AIRTON JOSE DALLAGNO-LO	18/04/1980	5	5,00	5	5,00	10	10,00	3,92	5,95	Classificado
261	9º OTTO CARLOS WOLTER	09/03/1964	5	5,00	4	4,00	9	9,00	3,92	5,61	Classificado



334	10º GELASIO FIAMONCINI	27/01/1955	5	5,00	4	4,00	9	9,00	3,83	5,55	Classificado
462	11º HANZ EGON KUNZER	18/09/1975	1	1,00	3	3,00	4	4,00	5,16	4,77	Classificado
163	12º JANIR JAISON KOSSMANN	27/10/1981	1	1,00	4	4,00	5	5,00	4,17	4,45	Classificado
220	13º JAIRO BAR- TEL	15/05/1985	3	3,00	2	2,00	5	5,00	3,83	4,22	Classificado
574	DORISETE KIENEN	22/04/1968	3	3,00	2	2,00	5	5,00	Ausente		Eliminado
140	EDEGAR LOMBARDI	26/03/1984	3	3,00	3	3,00	6	6,00	Sem CNH		Eliminado
787	MAICON BRUNO TRISOTTO	04/01/1982	4	4,00	2	2,00	6	6,00	Desistente		Eliminado
693	NILTON LUIZ DALLA- BONA	21/06/1961	4	4,00	2	2,00	6	6,00	Ausente		Eliminado
878	SIDNEI NUNES	09/02/1982	2	2,00	3	3,00	5	5,00	Ausente		Eliminado
Cargo: 11. Pedreiro											
Inscr.	Candidato	Nascimento	CG		CE		T.A.	N.P.E.	N.P.P.	N.F.	Situação
			Acertos	Nota	Acertos	Nota					
199	1º JOSE AUGUSTO AGUIRRE GODOI	01/01/1970	3	3,00	5	5,00	8	8,00	10,00	9,33	Classificado
493	2º CLAUDIO- MIRO DE OLIVEIRA TRINDADE	05/04/1978	4	4,00	5	5,00	9	9,00	8,75	8,83	Classificado
139	3º VERALDO HENSCHER	25/12/1969	3	3,00	2	2,00	5	5,00	9,50	8,00	Classificado
333	4º EDSON MENDES JUNIOR	27/03/1978	1	1,00	3	3,00	4	4,00	9,25	7,50	Classificado
610	5º ALBINO DE ANDRADE	06/05/1958	3	3,00	2	2,00	5	5,00	8,50	7,33	Classificado
286	6º RENATO LOMBARDI	05/09/1986	2	2,00	2	2,00	4	4,00	8,15	6,77	Classificado
759	LEONÉRCIO RIOLA	24/01/1969	3	3,00	3	3,00	6	6,00	Ausente		Eliminado
443	ALCIONE MULLER	22/06/1979	2	2,00	3	3,00	5	5,00	Ausente		Eliminado
165	NILTON DE OLIVEIRA	14/01/1959	1	1,00	3	3,00	4	4,00	Ausente		Eliminado



**Concurso Público N.º 001/2013**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ- SC

CONCURSO PÚBLICO

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

EDITAL Nº 01/2013

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2013

O Presidente da Fundação Municipal de Esportes de Timbó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal e o artigo 50 incisos II, V, VII e X da Lei Orgânica do Município de Timbó, juntamente com a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público, nomeada pela Portaria nº 578/2013, torna público o que segue:

1. A Classificação Final do Teste de Aptidão Física dos Candidatos ao Concurso Público nº 001/2013, segue no quadro abaixo:

Cargo: 04. Auxiliar Operacional I										
Inscrição	Candidato	Nasc.	Conhecimentos Gerais		Conhecimentos Específicos		T.A.	N.P.E.	Teste Físico	Situação
			Acertos	Nota	Acertos	Nota				
0008	ELIOSVALDO DE JESUS NUNES	19/09/1967	3	3,00	5	5,00	8	8,00	Ausente	Eliminado

Timbó (SC), 19 de março de 2014.

MARTINHO DE SOUZA FILHO

Presidente da Fundação Municipal de Esportes

**Concurso Público N.º 001/2013**

CONVOCA CANDIDATOS AO CARGO DE AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE, PARA O

EXAME PSICOTÉCNICO

CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2013

O Prefeito de Timbó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal e o artigo 50 incisos II, V, VII e X da Lei Orgânica do Município de Timbó, através da Secretaria da Fazenda e Administração, juntamente com a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público, nomeada pela Portaria nº 578/2013, torna público o que segue:

1. Ficam convocados para comparecerem no dia 23 de março de 2014, os candidatos ao cargo de Agente de Trânsito e Transporte, classificados na prova escrita e considerados aptos no teste de aptidão física, para se submeterem ao EXAME PSICOTÉCNICO.

2. O exame psicotécnico será realizado na Secretaria de Educação de Timbó, cito a Rua Sete de Setembro, 595, Centro Timbó, devendo os candidatos se apresentarem até às 14 (quatorze) horas.

3. Os candidatos convocados são:

Inscr.	Candidato	Nascimento
790	1º UBIRATAN HIPOLITO DE LIMA	01/06/1976
376	2º WILLIAM GONZAGA DIAS	23/02/1984
400	3º EMMERSON CLEITON NARDELLI	11/01/1980

Timbó (SC), 05 de março de 2014.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**Concurso Público 01/2013**

DIVULGA JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA APLICAÇÃO E RESULTADOS DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA DOS SEGUINTE EDITAIS:

EDITAL Nº 01/2013 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - EDITAL Nº 01/2013

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - EDITAL Nº 01/2013

PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 01/2013 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA DE TIMBÓ

O Instituto o Barriga Verde, juntamente com a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público, nomeada pela Portaria nº 578/2013, no uso de suas atribuições, tornam público o que segue:



1. As decisões dos recursos contra a aplicação e resultados do Teste de Aptidão Física seguem respondidas individualmente a cada candidato, conforme quadro abaixo:

1.1 As justificativas detalhadas quando as alegações comuns e repetitivas dos candidatos encontram-se no item 3 deste edital.

**CARGO: AUXILIAR DE RECREAÇÃO INFANTIL - EDITAL Nº 01/2013 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA DE TIMBÓ**

Nº Inscr.	Fase do TAF	Resultado	Justificativa da Banca Examinadora
0483	Contra o divulgação do resultado	DEFERIDO	A candidata aparece no resultado do teste de aptidão física como ausente/eliminada, quando na verdade estava presente e foi declarada apta pela equipe de avaliadores. Sendo ausente a candidata 0778. Retifique-se a divulgação classificando a candidata 0483 como APTA e a candidata 0778 ausente/eliminada.
0382	Resistência física	INDEFERIDO	Os procedimentos adotados no TAF foram exatamente iguais para todos os candidatos, de modo que não houve diferenciação dos primeiros para os últimos grupos. Todos realizaram o teste em igualdade de condições, garantindo-se o princípio constitucional da isonomia. RECURSO INDEFERIDO.
0765	Resistência física	INDEFERIDO	O local de realização do TAF foi igual e nas mesmas condições para todos os candidatos, garantindo-se o princípio constitucional da isonomia. RECURSO INDEFERIDO
0425	Resistência física	INDEFERIDO	Os procedimentos do TAF foram aplicados de forma isonômica para todos os candidatos, conforme regras estipuladas no Edital regulador do certame. RECURSO INDEFERIDO
0463	Resistência física	INDEFERIDO	Os procedimentos do TAF foram aplicados de forma isonômica para todos os candidatos, conforme regras estipuladas no Edital regulador do certame. RECURSO INDEFERIDO
0713	Resistência física	INDEFERIDO	Os procedimentos do TAF foram aplicados de forma isonômica para todos os candidatos, conforme regras estipuladas no Edital regulador do certame. RECURSO INDEFERIDO
0470	Resistência Física	INDEFERIDO	Os procedimentos do TAF foram aplicados de forma isonômica para todos os candidatos, conforme regras estipuladas no Edital regulador do certame. RECURSO INDEFERIDO
0532	Resistência Física	INDEFERIDO	Os procedimentos do TAF foram aplicados de forma isonômica para todos os candidatos, conforme regras estipuladas no Edital regulador do certame. RECURSO INDEFERIDO
0463	Resistência Física	INDEFERIDO	Os procedimentos do TAF foram aplicados de forma isonômica para todos os candidatos, conforme regras estipuladas no Edital regulador do certame. RECURSO INDEFERIDO
0141	Resistência Física	INDEFERIDO	Os procedimentos do TAF foram aplicados de forma isonômica para todos os candidatos, conforme regras estipuladas no Edital regulador do certame. RECURSO INDEFERIDO



0805	Resistência Física	INDEFERIDO	Os procedimentos do TAF foram aplicados de forma isonômica para todos os candidatos, conforme regras estipuladas no Edital regulador do certame. RECURSO INDEFERIDO
0375	Resistência Física	INDEFERIDO	Os procedimentos do TAF foram aplicados de forma isonômica para todos os candidatos, conforme regras estipuladas no Edital regulador do certame. RECURSO INDEFERIDO
0395	Resistência Física	INDEFERIDO	Os procedimentos do TAF foram aplicados de forma isonômica para todos os candidatos, conforme regras estipuladas no Edital regulador do certame. RECURSO INDEFERIDO
0438	Resistência Física	INDEFERIDO	Os procedimentos do TAF foram aplicados de forma isonômica para todos os candidatos, conforme regras estipuladas no Edital regulador do certame. RECURSO INDEFERIDO
0138	Resistência Física	INDEFERIDO	Em que se pese a impossibilidade efetiva do candidato em realizar o teste de aptidão física, este não apresentou qualquer requerimento anteriormente à realização do teste. O edital é claro quando estabelece: 6.5.5. Para concorrer a este teste, o candidato deverá apresentar-se com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário previsto para seu início, em trajas apropriados para a prática desportiva, portando documento de identidade e atestado médico que comprove boas condições para a prática desportiva e atividades físicas. E ainda: 6.5.7. Caso o candidato não entregue o atestado médico, ficará impedido de realizar os testes e será eliminado do concurso. Sendo que o candidato ao se inscrever concorda com o edital. RECURSO INDEFERIDO

## CARGO: AUXILIAR OPERACIONAL I - EDITAL Nº 01/2013 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA DE TIMBÓ

Nº Inscr.	Fase do TAF	Resultado	Justificativa da Banca Examinadora
0482	Resistência física	INDEFERIDO	O local de realização do TAF e os procedimentos aplicados foram iguais e nas mesmas condições para todos os candidatos, garantindo-se o princípio constitucional da isonomia. RECURSO INDEFERIDO
0231	Resistência física	INDEFERIDO	O local de realização do TAF e os procedimentos aplicados foram iguais e nas mesmas condições para todos os candidatos, garantindo-se o princípio constitucional da isonomia. RECURSO INDEFERIDO
0145	Resistência física	INDEFERIDO	O local de realização do TAF e os procedimentos aplicados foram iguais e nas mesmas condições para todos os candidatos, garantindo-se o princípio constitucional da isonomia. RECURSO INDEFERIDO



0697	Resistência física	INDEFERIDO	O local de realização do TAF e os procedimentos aplicados foram iguais e nas mesmas condições para todos os candidatos, garantindo-se o princípio constitucional da isonomia. RECURSO INDEFERIDO
0666	Resistência física	INDEFERIDO	O local de realização do TAF e os procedimentos aplicados foram iguais e nas mesmas condições para todos os candidatos, garantindo-se o princípio constitucional da isonomia. RECURSO INDEFERIDO
0206	Resistência física	INDEFERIDO	O local de realização do TAF e os procedimentos aplicados foram iguais e nas mesmas condições para todos os candidatos, garantindo-se o princípio constitucional da isonomia. RECURSO INDEFERIDO
0912	Resistência física	INDEFERIDO	O local de realização do TAF e os procedimentos aplicados foram iguais e nas mesmas condições para todos os candidatos, garantindo-se o princípio constitucional da isonomia. RECURSO INDEFERIDO
0167	Resistência física	INDEFERIDO	O local de realização do TAF e os procedimentos aplicados foram iguais e nas mesmas condições para todos os candidatos, garantindo-se o princípio constitucional da isonomia. RECURSO INDEFERIDO
0335	Resistência física	INDEFERIDO	O local de realização do TAF e os procedimentos aplicados foram iguais e nas mesmas condições para todos os candidatos, garantindo-se o princípio constitucional da isonomia. RECURSO INDEFERIDO
0143	Resistência física	INDEFERIDO	O local de realização do TAF e os procedimentos aplicados foram iguais e nas mesmas condições para todos os candidatos, garantindo-se o princípio constitucional da isonomia. RECURSO INDEFERIDO
0290	Resistência física	INDEFERIDO	O local de realização do TAF e os procedimentos aplicados foram iguais e nas mesmas condições para todos os candidatos, garantindo-se o princípio constitucional da isonomia. RECURSO INDEFERIDO
0853	Resistência física	INDEFERIDO	O local de realização do TAF e os procedimentos aplicados foram iguais e nas mesmas condições para todos os candidatos, garantindo-se o princípio constitucional da isonomia. RECURSO INDEFERIDO
0243	Resistência física	INDEFERIDO	O local de realização do TAF e os procedimentos aplicados foram iguais e nas mesmas condições para todos os candidatos, garantindo-se o princípio constitucional da isonomia. RECURSO INDEFERIDO
0487	Resistência física	INDEFERIDO	O local de realização do TAF e os procedimentos aplicados foram iguais e nas mesmas condições para todos os candidatos, garantindo-se o princípio constitucional da isonomia. RECURSO INDEFERIDO



0254	Resistência física	INDEFERIDO	O local de realização do TAF e os procedimentos aplicados foram iguais e nas mesmas condições para todos os candidatos, garantindo-se o princípio constitucional da isonomia. RECURSO INDEFERIDO
0026	Resistência física	INDEFERIDO	O local de realização do TAF e os procedimentos aplicados foram iguais e nas mesmas condições para todos os candidatos, garantindo-se o princípio constitucional da isonomia. RECURSO INDEFERIDO
0556	Resistência física	INDEFERIDO	O local de realização do TAF e os procedimentos aplicados foram iguais e nas mesmas condições para todos os candidatos, garantindo-se o princípio constitucional da isonomia. RECURSO INDEFERIDO
0480	Resistência física	INDEFERIDO	O local de realização do TAF e os procedimentos aplicados foram iguais e nas mesmas condições para todos os candidatos, garantindo-se o princípio constitucional da isonomia. RECURSO INDEFERIDO
0237	Resistência física	INDEFERIDO	O local de realização do TAF e os procedimentos aplicados foram iguais e nas mesmas condições para todos os candidatos, garantindo-se o princípio constitucional da isonomia. RECURSO INDEFERIDO
0363	teste de força de membros inferiores: Agachamento	INDEFERIDO	Os procedimentos do TAF foram aplicados de forma isonômica para todos os candidatos, conforme regras estipuladas no Edital regulador do certame. Reclamação infundada, estatura e flexão de pernas independe. RECURSO INDEFERIDO.

## CARGO: AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - EDITAL Nº 01/2013 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA DE TIMBÓ

Nº Inscr.	Fase do TAF	Resultado	Justificativa da Banca Examinadora
0835	Resistência física	INDEFERIDO	O local de realização do TAF e os procedimentos aplicados foram iguais e nas mesmas condições para todos os candidatos, garantindo-se o princípio constitucional da isonomia. RECURSO INDEFERIDO
0771	Resistência física	INDEFERIDO	O local de realização do TAF e os procedimentos aplicados foram iguais e nas mesmas condições para todos os candidatos, garantindo-se o princípio constitucional da isonomia. RECURSO INDEFERIDO
0676	Resistência física	INDEFERIDO	O local de realização do TAF e os procedimentos aplicados foram iguais e nas mesmas condições para todos os candidatos, garantindo-se o princípio constitucional da isonomia. RECURSO INDEFERIDO



0918	Resistência física	INDEFERIDO	Em que se pese a impossibilidade efetiva do candidato em realizar o teste de aptidão física, este não apresentou qualquer requerimento anteriormente à realização do teste. O edital é claro quando estabelece: 6.5.5. Para concorrer a este teste, o candidato deverá apresentar-se com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário previsto para seu início, em trajes apropriados para a prática desportiva, portando documento de identidade e atestado médico que comprove boas condições para a prática desportiva e atividades físicas. E ainda: 5.8. A candidata gestante, deverá apresentar atestado emitido por médico obstetra de que está em condições de realizar os testes previstos neste Edital, sendo expressamente vedada a realização da prova sem a apresentação do respectivo atestado médico. Mesmo com o atestado com restrições a candidata executou a primeira etapa do teste sendo considerada inapta na primeira fase tendo a banca agido de acordo com o seguinte item do edital: 6.5.9.1 Somente participarão dos testes subsequentes os candidatos que forem considerados aptos em cada fase. RECURSO INDEFERIDO
0788	Resistência Física	INDEFERIDO	Em que se pese a impossibilidade efetiva do candidato em realizar o teste de aptidão física, este não apresentou qualquer requerimento anteriormente à realização do teste. O edital é claro quando estabelece: 6.5.5. Para concorrer a este teste, o candidato deverá apresentar-se com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário previsto para seu início, em trajes apropriados para a prática desportiva, portando documento de identidade e atestado médico que comprove boas condições para a prática desportiva e atividades físicas. E ainda: 6.5.7. Caso o candidato não entregue o atestado médico, ficará impedido de realizar os testes e será eliminado do concurso. Sendo que o candidato ao se inscrever concorda com o edital. RECURSO INDEFERIDO

## CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – Processo Seletivo 01/2013

Nº Inscr.	Fase do TAF	Resultado	Justificativa da Banca Examinadora
0059	Resistência física	INDEFERIDO	O local de realização do TAF e os procedimentos aplicados foram iguais e nas mesmas condições para todos os candidatos, garantindo-se o princípio constitucional da isonomia. RECURSO INDEFERIDO
0073	Resistência física	INDEFERIDO	O local de realização do TAF e os procedimentos aplicados foram iguais e nas mesmas condições para todos os candidatos, garantindo-se o princípio constitucional da isonomia. RECURSO INDEFERIDO



0059	Resistência física	INDEFERIDO	O local de realização do TAF e os procedimentos aplicados foram iguais e nas mesmas condições para todos os candidatos, garantindo-se o princípio constitucional da isonomia. RECURSO INDEFERIDO
0037	Resistência física	INDEFERIDO	O local de realização do TAF e os procedimentos aplicados foram iguais e nas mesmas condições para todos os candidatos, garantindo-se o princípio constitucional da isonomia. RECURSO INDEFERIDO
0081	Resistência física	INDEFERIDO	O local de realização do TAF e os procedimentos aplicados foram iguais e nas mesmas condições para todos os candidatos, garantindo-se o princípio constitucional da isonomia. RECURSO INDEFERIDO
0058	Resistência física	INDEFERIDO	O local de realização do TAF e os procedimentos aplicados foram iguais e nas mesmas condições para todos os candidatos, garantindo-se o princípio constitucional da isonomia. Quanto a alegação de pessoas de diversas faixas etárias concorrendo no mesmo tempo. Isso descabido pois não era uma competição esportiva, cada candidato era avaliado individualmente. RECURSO INDEFERIDO
0046	Resistência física	INDEFERIDO	Em que se pese a impossibilidade efetiva do candidato em realizar o teste de aptidão física, este não apresentou qualquer requerimento anteriormente à realização do teste. O edital é claro quando estabelece: 6.5.5. Para concorrer a este teste, o candidato deverá apresentar-se com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário previsto para seu início, em trajes apropriados para a prática desportiva, portando documento de identidade e atestado médico que comprove boas condições para a prática desportiva e atividades físicas. E ainda: 6.5.7. Caso o candidato não entregue o atestado médico, ficará impedido de realizar os testes e será eliminado do concurso. Sendo que o candidato ao se inscrever concorda com o edital. RECURSO INDEFERIDO



001	Resistência física	INDEFERIDO	Em que se pese a impossibilidade efetiva do candidato em realizar o teste de aptidão física, este não apresentou qualquer requerimento anteriormente à realização do teste. O edital é claro quando estabelece: 6.5.5. Para concorrer a este teste, o candidato deverá apresentar-se com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário previsto para seu início, em trajes apropriados para a prática desportiva, portando documento de identidade e atestado médico que comprove boas condições para a prática desportiva e atividades físicas. E ainda: 6.5.7. Caso o candidato não entregue o atestado médico, ficará impedido de realizar os testes e será eliminado do concurso. Sendo que o candidato ao se inscrever concorda com o edital. RECURSO INDEFERIDO
-----	--------------------	------------	--

## 2. Considerações Gerais

Diante dos recursos apresentados, entre diversas alegações solicitam a anulação do teste de aptidão física, se faz necessário os seguintes esclarecimentos:

### 2.1. Atraso do início da prova, encaminhamento e organização do teste durante do dia.

Sobre as alegação de atraso do início da aplicação do teste de aptidão física e da organização do mesmo, o edital que regulamenta o referido concurso prevê a possibilidade de retardamento do início da prova.

2.9. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e aceitação irrestrita das instruções e das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

[...]

6.4.7.1. O Instituto O Barriga Verde poderá, por motivos técnicos ou de força maior, retardar o início da prova escrita ou transferir suas datas e/ou horários, devendo o candidato acompanhar os avisos no site oficial do concurso.

9.4. O IOBV poderá, por necessidade administrativa e/ou fato ou circunstância de natureza imprevisível alterar o local, as datas e os horários das provas e ou etapas do concurso público.

Ainda que o Edital de convocação informe o horário de 7h30, em momento algum estabelece que este é o horário de início dos testes, a equipe técnica estava orientada a iniciar os testes a partir das 8h, esses 30 minutos era o tempo já computado para acolhimento dos candidatos e organização do local. O Edital ao estabelecer que o candidato estivesse no local com antecedência mínima de 30 minutos estabelece uma instrução para evitar a chegada tardia do candidato e para que ele tenha tempo de situar-se no ambiente, não está obrigando a chegar 30 minutos antes, e sim "com antecedência mínima".

O item 6.5 que regra o Teste de aptidão física em momento algum estabelece regra de fechamento dos portões de acesso ao local do teste, esta era uma regra para a prova escrita.

Conforme ata de aplicação dos testes de aptidão, os candidatos foram acolhidos e acomodados nas arquibancadas do ginásio de esportes, assinaram a lista de presença e foram orientados a aguardarem a sua vez de fazer os testes.

Ressalta-se que os candidatos quando fizeram a inscrição já tinham no cronograma do edital que o teste seria realizado em 09/03/2014, data essa divulgada já em 11/11/2013, quando do início das inscrições, e também tinham conhecimento deste a data da convocação (05/03/2014) do qual local seria realizado o teste, do horário, que seriam chamados por ordem alfabética, de quantas pessoas tinham na sua frente, e deveriam ter se organizado para passar o dia em disponibilidade para aquele evento para o qual se inscreveram e concorraram com o edital, sem contestá-lo.

O edital também diz que:

6.3. O Instituto o Barriga Verde e a Prefeitura de Timbó eximem-se das despesas com viagens e estada dos candidatos para prestar as provas do Concurso Público.

Portanto despesas com estada, sugere alimentação, transporte, água e outros bens de necessidade pessoal, de responsabilidade do candidato para garantir seu tempo e desempenho durante a espera de sua vez.

Quanto a organização tem-se que houve atrito verbal por parte de alguns candidatos que "agitaram" o recinto tomando atitudes precipitadas, desconhecendo de certos itens do edital e que a equipe do IOBV poderia ter aplicado o item 6.5.12 que pode eliminar o candidato quando este b) tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com quaisquer dos fiscais, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;

Entendendo a situação momentânea referente à aplicação do teste, a comissão valeu-se do item do edital que diz 6.4.8.5. A Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público poderá, justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame. Constando em ata, eliminando



assim as regras estabelecidas nas alíneas "c" e "d" do item 6.5.12 do edital, garantindo o princípio constitucional da razoabilidade. Assim sendo, foi determinada a divisão das turmas, liberando os cargos de Agente Operacional I e Agente Comunitário de Saúde para que pudessem se ausentar e retornarem às 13 horas, deixando claro que não era uma obrigatoriedade que àqueles que quisessem aguardar no local poderiam fazê-lo. Para aqueles que requereram declaração de ausência, essa também foi emitida, e apenas não ficaram cientes de tais determinações àqueles que aglomeraram, alardearam e não ouviram as instruções da equipe.

O acesso livre dos candidatos ao ginásio também foi regra benéfica para a mobilidade das pessoas para outros ambientes, seja para lanchar e/ou exercer o direito de ir vir dentro das imediações da escola. Respeitando sempre a chamada dos candidatos que assinaram a lista de presença, não sendo incluído nenhum candidato durante o dia. Sendo aplicada as provas apenas para os candidatos que se apresentaram no horário conforme a convocação e assinaram a lista de presença. Sendo aplicados os testes no período matutino para os cargos de Agente de Trânsito e Transporte, Auxiliar de Recreação Infantil, Eletricista e Fiscal de Obras e no período matutino foram aplicados os testes para os cargos de Auxiliar Operacional I e Agente Comunitário de Saúde.

Tem-se que o mero adiamento do início da prova, já justificado e previsto em edital não é passível de anulação, sendo possibilitado a todos os candidatos, que a realizassem.

Neste sentido, é o posicionamento da jurisprudência pátria:

**ADMINISTRATIVO – CONCURSO PÚBLICO – ATRASO NA APLICAÇÃO DAS PROVAS - ANULAÇÃO – DESCABIMENTO MERO ABORRECIMENTO -INDENIZAÇÃO INDEVIDA.** I - O concurso que se pretende anular ocorreu em todo o Brasil. Conforme ressaltado pelo parecer do MPF, o início da prova para o concurso para Técnico do Tesouro Nacional/1998 estava previsto para as 13:00h. Contudo, na Escola Municipal Afonso Pena, no Rio de Janeiro, onde as apelantes fariam prova, houve insuficiência de cadernos. Por tal razão, o Diretor da ESAF propôs que a prova começasse às 17:00h, daquele mesmo dia. Porém alguns candidatos recusaram-se e deixaram a sala. II - Com efeito, as autoras tiveram oportunidade de fazer a prova, ainda que em horário diverso do programado. Assim sendo, não restou caracterizado qualquer dano material ou moral, mas mero aborrecimento, não passível de indenização. III - Ademais, como bem lançado na sentença, o concurso envolveu milhares de candidatos em diversas localidades do Brasil, não sendo razoável anulá-lo diante de problemas regionalizados que foram resolvidos a tempo. IV – Apelação improvida. (TRF-2 - AC: 199851010127940 RJ 1998.51.01.012794-0, Relator: Juiz Federal Convocado MAURO SOUZA MARQUES DA COSTA BRAGA, Data de Julgamento: 02/12/2009, QUINTA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: DJU - Data::15/12/2009 - Página::81)

Quanto ao questionamento em relação à ausência de socorrista no local da prova, o edital também não fazia menção da presença destes profissionais quando da realização do teste. Porém o Município deixou ambulâncias e profissionais de plantão, sendo que um membro da comissão de Concurso é funcionário da Secretaria de Saúde e estava acompanhando as provas o dia todo e com os telefones de plantão para qualquer emergência.

Além do mais a equipe de avaliadores era composta de profissionais altamente especializados, sendo uma fisioterapeuta para atender qualquer problema na área e com noções de primeiros socorros.

A presença de pessoas alheias ao concurso quando da realização do teste também não importa na nulidade da prova, pois não causaram prejuízo efetivo aos candidatos. O mero desconforto de alguns candidatos, com a presença de outras pessoas não acarreta nenhuma nulidade ao ato.

## 2.1 DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA e dos equipamentos utilizados

Em relação aos questionamentos acerca da inadequação da pista, tem-se que estes são infundados, pois o teste foi realizado em quadra esportiva e, portanto, apta à prática de qualquer tipo de esporte, inclusive, corrida.

Os integrantes da equipe técnica fizeram a medição da quadra (com trenas profissionais e aferidas) entre a quadra de vôlei e a de Futsal, colocando cones a cada 5 metros ficando a volta medida corretamente com exatos 60 metros, devendo o candidato percorrer 33 voltas.

Todos os avaliadores usavam cronômetros específicos de uso em competições oficiais e de caráter profissional.

O teste de resistência consistia em correr ou andar no menor tempo possível a distância de 2000 metros. Contava-se as voltas e anotava-se o tempo para obter-se o grau de aptidão física do avaliado. Ressalta-se que não era uma competição esportiva portando é infundada qualquer alegação de faixa etária concorrendo juntos, pois conforme edital os candidatos concorriam em igualdade de condições.

Para obter a classificação no referido teste, as candidatas do sexo feminino deveriam alcançar velocidade igual ou superior a 8 km/hora, e os candidatos do sexo masculino, velocidade igual ou superior a 10 km/hora. Estes têm sido os parâmetros de velocidade adotados em diversos concursos públicos e, portanto, não há qualquer irregularidade no que se refere à adequação tempo/velocidade, pois a meta imposta é passível de ser atingida, como mostra o resultado das pessoas consideradas aptas.

A desaceleração nos ângulos, citados pelos candidatos, poderia ocorrer, porém como não se estava avaliando atletas tal desaceleração não seria e nunca será prejudicial a ponto de fazê-los reprovar no teste.

Não havendo demonstração de irregularidades na pista que impossibilitassem a realização do teste, não há razão para que o mesmo seja anulado porquanto, não há no ordenamento jurídico brasileiro, exigências quanto ao local e tipo de pista para realização de teste de aptidão física.

## 2.2 DA EQUIPE TÉCNICA

Alguns candidatos questionam a reputação da equipe técnica, insinuando fraude e contagem errada das voltas que segundo nosso ordenamento jurídico cabe a quem acusa o ônus da prova e as responsabilidades pelos danos morais.

A equipe técnica formada por profissionais gabaritados e de ilibada reputação, constava de uma equipe de apoio com duas bachareladas em Educação física e uma Fisioterapeuta e um estudante de Educação Física. A equipe de coordenação formada por um Bacharel em Educação Física pelo CEFID - UDESC – Florianópolis, Mestre em Ciências do Movimento Humano - Biomecânica pelo CEFID-UDESC – Florianópolis e Doutorando em CMH - Atividade Física e Saúde (reabilitação Cardiovascular) pelo CEFID-UDESC Florianópolis; Um Licenciado em Educação Física - UNIPLAC – Lages, Especialista em Educação Física Escolar e Especializando em Fisiologia do Exercício e um Licenciado em Educação Física pela UnC, Bacharel em Educação Física pela unC, Especialista em Educação Física Escolar – UnC e Especializando em Atividade Física e Saúde pela UnC.



### 2.3. Da impossibilidade de realização do teste de aptidão física na data designada

Fora interpostos recursos administrativos por candidatos que alegaram ter sofrido acidente, bem como de gestantes, os quais não apresentaram no dia do teste atestados médicos de que estavam aptos a realizarem os testes.

Tal circunstância só seria possível caso houvesse previsão expressa no Edital, instrumento ao qual, a Administração Pública, os candidatos e aplicadores da prova estão submetidos. Neste sentido, é o posicionamento da jurisprudência:

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO PARA AGENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO. CANDIDATA QUE SOFRE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO NA DATA DA CONVOCAÇÃO DA AVALIAÇÃO MÉDICA DO CERTAME. PLEITO DE REDESIGNAÇÃO DE PROVA. POSSIBILIDADE. PREVISÃO EXPRESSA PREVISTA NO EDITAL. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MODIFICADA PARCIALMENTE EM GRAU DE REEXAME NECESSÁRIO, APENAS PARA ADEQUAR A CONDENAÇÃO DA PARTE QUANTO ÀS CUSTAS PROCESSUAIS. Havendo expressa previsão no edital que regulamentou o certame, no sentido de autorizar nova avaliação médica para os candidatos que forem considerados inaptos por determinado período, e tendo a médica examinadora, na data da realização da avaliação (16/11/2005), afirmado que a candidata necessitava ficar afastada de suas atividades por noventa dias, a fim de se recuperar das fraturas provenientes do acidente automobilístico sofrido na data da avaliação médica (f. 118), pode-se dizer que, a candidata encontrava-se inapta em tal data, fazendo jus ao direito de realização de nova avaliação médica do certame. Modifica-se parcialmente a sentença em grau de reexame necessário, a fim de que recaia sobre o Estado do Paraná o encargo do pagamento das custas processuais e não sobre a autoridade coatora. (TJ-PR - APCVREEX: 4251770 PR 0425177-0, Relator: Luiz Mateus de Lima, Data de Julgamento: 16/10/2007, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 7483)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO TÉCNICO DE APOIO ESPECIALIZADO - SEGURANÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO SOFRIDO NA VÉSPERA. REPETIÇÃO DOS TESTES. IMPOSSIBILIDADE. I - "Recurso extraordinário. 2. Remarcação de teste de aptidão física em concurso público em razão de problema temporário de saúde. 3. Vedação expressa em edital. Constitucionalidade. 4. Violação ao princípio da isonomia. Não ocorrência. Postulado do qual não decorre, de plano, a possibilidade de realização de segunda chamada em etapa de concurso público em virtude de situações pessoais do candidato. Cláusula editalícia que confere eficácia ao princípio da isonomia à luz dos postulados da impessoalidade e da supremacia do interesse público. 5. Inexistência de direito constitucional à remarcação de provas em razão de circunstâncias pessoais dos candidatos. 6. Segurança jurídica. Validade das provas de segunda chamada realizadas até a data da conclusão do julgamento. 7. Recurso extraordinário a que se nega provimento". (RE 630733, Relator (a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 15/05/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-228 DIVULG 19-11-2013 PUBLIC 20-11-2013) II - Caso em que o candidato foi eliminado por não ter participado da etapa de avaliação física na data agendada. III - Apeleção desprovida. (TRF-1 - AC: 539040320104013400 DF 0053904-03.2010.4.01.3400, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN, Data de Julgamento: 27/01/2014, SEXTA TURMA, Data de Publicação: e-DJF1 p.372 de 11/02/2014)

Em que pese a impossibilidade efetiva do candidato realizar o teste de aptidão física, estes não apresentaram qualquer requerimento anteriormente à realização do teste.

### 2.4. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os candidatos foram submetidos ao mesmo teste, nas mesmas condições, sujeitando-se às regras do edital não podendo os imetrantes pretenderem um tratamento diverso ao dos demais concorrentes, com evidente violação aos princípios da legalidade, da isonomia e da finalidade pública.

A alegação de que o teste foi realizado em local inadequado não desautoriza a conclusão de inaptidão lançada pela banca examinadora do certame, até porque outros candidatos, em condições idênticas, lograram aprovação no teste físico. Os autores tomaram ciência através do edital do concurso e do edital de convocação da data e local dos testes físicos e compareceram voluntariamente e se submeteram aos respectivos testes. Neste ponto não seria muito lembrar que qualquer agente, em atuação que exija vigor físico, não se colocará correndo em uma pista olímpica. Por isto, razoável e proporcional a escolha da Administração. Não se deu a pretendida ilegalidade. Não cabe a realização de novo teste em outra área.

Assim, considerando a ausência de fundamentos nos recursos interpostos em na esfera administrativa e, considerando ainda a condução do teste por profissionais com vasta experiência – mestre em Educação Física da UNC, fisioterapeuta e bacharéis em Educação Física, não se vislumbra qualquer circunstância que possa ensejar a nulidade do teste de aptidão física.

Taió, 19 de março de 2014  
INSTITUTO O BARRIGA VERDE

COMISSÃO MUNICIPAL



**Certidão de Aprovação Nº 005 de 18 de Março de 2014**

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 005 DE 18 DE MARÇO DE 2014.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 345, de 13 de dezembro de 2007, certifica que:

Está APROVADO o DESMEMBRAMENTO denominado "ARANI LAURO MAZZI", situado no lado par da Rua Tiroleses, distando pelo lado direito do imóvel, 145,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Capanema, nesta Cidade, com a área de 9.900,61m<sup>2</sup> (Nove mil, novecentos metros e sessenta e um decímetros quadrados), tudo conforme documentação apresentada pelo requerente ARANI LAURO MAZZI, acompanhando a Lei nº 1.502, datada de 18 de maio de 1993 e da aprovação técnica exarada pelo profissional.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 23.016, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.02.015.0849.001, sendo constituído:

De 01 (um) lote e mais área remanescente abaixo transcritos:

01 – Lote 01 (um) - com área de 2.800,00m<sup>2</sup> (Dois mil e oitocentos metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Lorena, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 100,30 metros da esquina formada com o lado par da Rua Capanema; estremando na frente em 50,00 metros com o lado ímpar da Rua Lorena; fundos estrema em 50,00 metros com a área remanescente; lado direito estrema em 55,78 metros com terras de Mario Steffen, transcrição nº 3.315, folhas 13, livro 3-B; e, lado esquerdo estrema em 56,23 metros, sendo em 56,00 metros com terras do Município de Timbó, matrícula nº 15.018, livro 2 e em 0,23 metros com terras de Nelson Butzke, matrícula nº 12.546, livro 2;

02 – Área Remanescente - com área de 7.100,61m<sup>2</sup> (Sete mil, cem metros e sessenta e um decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Tiroleses, distando pelo lado direito do imóvel, 145,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Capanema; estremando na frente em 64,95 metros com o lado par da Rua Tiroleses; fundos estrema em 50,00 metros com o lote nº 01; lado direito estrema em linha quebrada em 30,00 metros com terras de Alires Mazzi, matrícula nº 1.775, livro 2, em 45,00 metros, sendo em 15,00 metros com terras de Alires Mazzi, matrícula nº 1.775, livro 2, em 15,00 metros com terras de Ida Conzatti, Mario Conzatti e Melia Maria Conzatti, matrícula nº 9.877, livro 2 e em 15,00 metros com terras de Marisa Weber Goulart, matrícula nº 6.307, livro 2, em 112,94 metros com terras de Nelson Butzke, matrícula nº 12.546, livro 2; e, lado esquerdo estrema em linha quebrada em 22,49 metros com terras de Arno Kloehn, transcrição nº 2.467, folhas 161, livro 3-A, em 59,28 metros e em 121,57 metros com terras de Mario Steffen, transcrição nº 3.315, folhas 13, livro 3-B. Neste imóvel fica reservada a área destinada à continuação da Certidão nº 005/2014, fls. 02.

Área de Preservação Permanente - conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, com a área de 3.000,32m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: estremando na frente, em 50,00 metros com terras do proprietário; fundos, estrema em 50,00 metros com terras do proprietário; lado direito, estrema em 60,00 metros com terras de Nelson Butzke, matrícula nº 12.546, livro 2; e, lado esquerdo, estrema em 60,00 metros com terras de Mario Steffen, transcrição nº 3.315, folhas 13, livro 3-B;

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros

e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar nº. 335/2007 e do Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 18 de março de 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Município de Timbó

**Lei Complementar Nº 443, de 20 de Março de 2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº 443, DE 20 DE MARÇO DE 2014

Autoriza a permuta de bem dominical com dois imóveis particulares, os quais passam a integrar o patrimônio do Município de Timbó.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Executivo a realizar a permuta do bem dominical matriculado sob o nº 23.366, Livro 2, no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, com os imóveis de propriedade particular de SERGIO CAMPESTRINI, matriculados no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó sob os números 21.996 e 14.702.

§1º O imóvel urbano de propriedade do Município, matriculado sob o nº 23.366, a ser permutado com os imóveis do Sr. Sergio Campestrini possui as seguintes características:

"Imóvel matriculado sob o nº 23.366, terreno urbano designado sob o lote nº 03, do Loteamento denominado 'LOTEAMENTO INDUSTRIAL INGO GUTZ', situado no lado par da Rua Ingo Gütz, distando pelo lado esquerdo 192,12 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Lilly Gessner, nesta cidade e Comarca, contendo a área de 3.121,31m<sup>2</sup>, sem edificações, estremando pela frente, em linha quebrada, em 19,77 metros e em 20,23 metros com o lado par da Rua Ingo Gütz; fundos, em 40,00 metros com o imóvel matriculado sob o nº 13.731, Livro 2, de propriedade de Gerpar Participações S.A.; lado direito, em 77,71 metros com o lote nº 04, matriculado sob o nº 14.627, Livro 2, de propriedade de Monte Sinai Indústria Têxtil Ltda; e, lado esquerdo, em 78,17 metros com o lote nº 02, matriculado sob o nº 18.639, Livro 2, de propriedade de Prefeitura Municipal de Timbó; incluída a faixa sanitária "non aedificandi" de 514,66m<sup>2</sup>, situada na frente e no lado esquerdo do imóvel. Cadastro Imobiliário nº 01.10.004.1466.001."

§2º Os imóveis urbanos de propriedade do Sr. Sergio Campestrini, matriculados sob os números 21.996 e 14.702, a serem permutados com o imóvel do Município possuem as seguintes características respectivamente:

"Imóvel matriculado sob o nº 21.996, designado sob o lote nº 01, do Desmembramento denominado "ROMEU CEZAR HEIDRICH", situado do lado par da Rua Paraguai, distando pelo lado direito 201,79 metros da curva de transição formada com o lado ímpar da Rua Barão do Rio Branco, nesta cidade e Comarca, contendo a área de 837,71m<sup>2</sup>, sem edificações, com a seguinte descrição perimetral: iniciando no ponto PP (situado na interseção da frente com o lado direito do imóvel - ponto de referência), segue pela frente, em 18,21 metros com o lado par da Rua Paraguai, até o ponto 01; deste segue pelo lado esquerdo, defletindo à esquerda, com ângulo interno de 88°40'5" em 46,51 metros com o imóvel



matriculado sob o nº 12.028, Livro 2, de propriedade de Werner Heidrich, até o ponto 02; deste segue pelos fundos, defletindo à esquerda, com ângulo interno de 88°36'34" em 18,18 metros com o imóvel matriculado sob o nº 12.028, Livro 2, de propriedade de Werner Heidrich, até o ponto 03; deste segue pelo lado direito, defletindo à esquerda com ângulo interno de 91°25'44" em 45,65 metros com a área remanescente, matriculada sob o nº 21.997, Livro 2, de propriedade de Romeu Cezar Heidrich, até o ponto de partida PP; deste segue defletindo à esquerda com ângulo interno de 91°17'38" com início desta descrição, perfazendo o perímetro de 128,55 metros. Cadastro Imobiliário nº 01.03.034.0175."

"Imóvel matriculado sob o nº 14.702, terreno urbano designado sob o lote nº 68, do Loteamento denominado "R. KLABUNDE", situado do lado ímpar da Rua Bahia, distando pelo lado direito, 39,00 metros da curva de transição com a Rua Gerânio, nesta cidade e Comarca, contendo a área de 450,00m², sem edificações, estremando pela frente, em 15,00 metros com a Rua Bahia; fundos, em 15,00 metros com o lote nº 43 de propriedade de Reinaldo Klabunde; lado direito, em 30,00 metros com o lote nº 67 de propriedade de Reinaldo Klabunde; e, lado esquerdo, em 30,0 metros com o lote nº 69 de propriedade de Reinaldo Klabunde. Cadastro Imobiliário nº 01.08.004.0068.001."

Art. 2º Os imóveis descritos no parágrafo 2º do artigo anterior passarão a integrar o patrimônio público municipal.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de março de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### **Aviso Pregão Presencial Registro de Preço Nº 28 2014 PMT -Consertos com Paralelepipedo, Paver, Lajotas E Asfalto**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO Nº 28/2014 PMT

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a realização de consertos com paralelepipedo, lajota, pavimento intertravado de concreto (paver) e pavimentação asfáltica, em calçadas e vias públicas danificadas pelas manutenções e ligações na rede de água realizadas pelo município. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 10h00min do dia 02 de abril de 2014. ABERTURA: dia 02 de abril de 2014 às 10h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 10/03/2014

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

### **Aviso Pregão Presencial Registro de Preço Nº 32 2014 PMT - Fornecimento de Gás**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO Nº 32/2014 PMT

OBJETO: Fornecimento de gás liquefeito de petróleo, especificado no anexo I para atender as necessidades de diversas secretarias, fundos, fundações e autarquia deste município (repetição total do pregão presencial nº 18/2014). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h30min horas do dia 02 de abril de 2014. ABERTURA: dia 02 de abril de 2014 as 08h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente na Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 18/03/2014.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário da Fazenda e Administração

## **SAMAE**

### **Portaria No SAMAE -042 de 14 de Março de 2014**

PORTARIA No SAMAE -042 DE 14 DE MARÇO DE 2014

Concede Exoneração ao Servidor Jaison Oliveira Macedo contratado temporariamente para cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, a contar de 14 de março do corrente.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal JAISON OLIVEIRA MACEDO, contratado temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, do Quadro de Pessoal do SAMAE, pela Portaria nº SAMAE 083, de 05 de agosto de 2013, a contar de 14 de março do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de março de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente



# Três Barras

## PREFEITURA

### Lei Nº 3.106 de 14 de Março de 2014

LEI Nº 3.106 DE 14 DE MARÇO DE 2014

CONCEDE DESCONTO PARA PAGAMENTO DA DÍVIDA ATIVA E AUTORIZA PARCELAMENTO ATÉ 30 DE NOVEMBRO DE 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Executivo Municipal a conceder desconto da dívida ativa municipal a devedores inscritos até 30.12.2013.

I – dedução de 100% (cem por cento) dos juros e multas para pagamento em até 05 (cinco) parcelas;

II – dedução de 80% (oitenta por cento) dos juros e multas para pagamento em 08 (oito) parcelas;

III – dedução de 70% (setenta por cento) dos juros e multas para pagamento em 12 (doze) parcelas.

Parágrafo único. A obtenção do desconto da dívida ativa fica condicionada:

a) ao adimplemento do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano relativo ao exercício de 2014;

b) inexistência de obtenção do benefício de desconto e parcelamento em período anterior a 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 2º. O contribuinte que optar pelo pagamento parcelado da dívida de acordo com o previsto nos incisos do artigo anterior e deixar de efetuar o pagamento no prazo previsto terá suspenso o parcelamento e a dívida retornará ao valor original.

Art. 3º. Poderá o contribuinte ou responsável parcelar, sem qualquer desconto, em até 36 (trinta e seis) meses, o débito inscrito em dívida ativa, observadas as condições desta Lei.

§ 1º. O parcelamento somente será deferido mediante adimplemento dos tributos relativos ao exercício de 2014.

§ 2º. Para efeito do parcelamento de que trata o caput, o valor do tributo atualizado pela variação da UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal será acrescido da multa prevista na legislação aplicável, e de juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano.

§ 3º. O crédito tributário parcelado na forma do parágrafo anterior será pago em prestações mensais e sucessivas, vencíveis no último dia de cada mês, sendo o valor de cada parcela não inferior a 10 UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal.

§ 4º. O débito parcelado na forma do § 2º deste artigo será convertido em UFRM e o saldo devedor será acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano. Cada parcela paga, convertida em UFRM, será deduzida, mensalmente, no saldo devedor.

§ 5º. As parcelas pagas com atraso serão acrescidas de multa de 10% (dez por cento) do seu valor e corrigidas pela variação da UFRM.

§ 6º. A interrupção do parcelamento por mais de 3 (três) meses consecutivos implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e automática execução da garantia prestada, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais da forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, bem como, se for o caso, no prosseguimento da ação de execução fiscal.

Art. 4º. O disposto nesta Lei aplica-se aos tributos lançados ou denunciados espontaneamente, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, qualquer que seja a fase de cobrança.

Parágrafo único. Quando se tratar de Dívida Ativa ajuizada, formalizando o acordo de parcelamento, será o mesmo oficiado ao Juízo de Direito da Comarca de Canoinhas – 2ª Vara Cível e dos Feitos da Fazenda para extinção do processo, mediante a comprovação, pelo devedor, do pagamento dos honorários e demais custas processuais.

Art. 5º. Decreto do Poder Executivo poderá instruir garantia real ou fidejussória para garantir os parcelamentos concedidos com base nesta lei, ou autorização para débito em conta corrente bancária.

Art. 6º. É facultado a qualquer pessoa, física ou jurídica, assumir créditos tributários de terceiros, mediante autorização expressa do contribuinte ou responsável e anuência da autoridade fiscal, para os efeitos desta lei, sub-rogando os deveres deste último.

Art. 7º. A opção pelo parcelamento instituído pela presente Lei sujeita o devedor a:

I – Confissão irrevogável e irretratável dos débitos consolidados;

II – Autorização de acesso restrito pela autoridade fiscal do Município às informações relativas à sua movimentação financeira, ocorridas a partir da opção, inclusive dados cadastrais e declarações prestadas à Receita Federal.

III – Pagamento regular das parcelas do débito consolidado, bem assim dos tributos decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente à opção.

Art. 8º. O prazo para o contribuinte fazer seu pedido de parcelamento ou pagamento em parcela única com desconto referente a dívida ativa municipal encerra-se no dia 30 de novembro de 2014.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC., em 14 de março de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

### Decreto Nº 4.358 de 24 de Fevereiro de 2014.

DECRETO Nº 4.358 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE MARCO ANTONIO ZAIONZ, SITUADO NA LOCALIDADE DE BARRA GRANDE – KM 02, TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:



Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Marco Antonio Zaionz, localizada na Rua Augusto Stocloska, na Barra Grande – Km 02, Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 12.484 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 800,00 m² (oitocentos metros quadrados), subdividido em 02 (dois) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I – Lote 146-A com 400,00 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Augusto Stocloska se encontra; à Frente, com a Rua Augusto Stocloska na extensão de 20,00 metros lineares; aos Fundos, com o Lote 146-B na extensão de 20,00 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 147 na extensão de 20,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com a Rua Dr. Osvaldo Segundo de Oliveira na extensão de 20,00 metros lineares.

II – Lote 146-B com 400,00 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Dr. Osvaldo Segundo de Oliveira se encontra; à Frente, com a Rua Dr. Osvaldo Segundo de Oliveira na extensão de 20,00 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 147 na extensão de 20,00 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 146-A na extensão de 20,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 160 na extensão de 20,00 metros lineares.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 24 de fevereiro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

### **Decreto Nº 4.359 de 24 de Fevereiro de 2014.**

DECRETO Nº 4.359 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE FLAVIO ANTONIO PORTO DE CAMARGO, ROSELI TEREZINHA HOINASKY PAITER JENTARA E CELESTINO JENTARA, SITUADO NA BAIRRO VILA NOVA, TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Flavio Antonio Porto de Camargo, Roseli Terezinha Hoinasky Paiter Jentara e Celestino Jentara, localizada na Rua Vereador Silvino Giacomio de Luca, situada no bairro Vila Nova, Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 7.827 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 600,00 m² (seiscentos metros quadrados), subdividido em 02 (dois) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I – Lote 10-A com 300,00 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Vereador Silvino Giacomio de Luca se encontra; à Frente, com a Rua Vereador Silvino Giacomio de Luca na extensão de 20,00 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 09 na extensão de 20,00 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 10-B na extensão de 15,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com a Rua Benedito Cordeiro na extensão de 15,00 metros lineares.

II – Lote 10-B com 300,00 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Vereador Silvino Giacomio de Luca se encontra; à Frente, com a Rua Vereador Silvino Giacomio de Luca na extensão de 20,00 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 09 na extensão de 20,00 metros lineares; ao Lado Direito, com terras de João Taporoski na extensão de 15,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 10-A na extensão de 15,00 metros lineares.

Art. 2º. O presente desmembramento de área e, em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 24 de fevereiro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

### **Decreto Nº 4.360 de 24 de Fevereiro de 2014**

DECRETO Nº 4.360 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 682.700,00, PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº. 3.105 de 20 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior, ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde Três Barras para exercício 2014, no valor de R\$ 244.800,00 (Duzentos e quarenta e quatro mil e oitocentos reais), como segue:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
01 – Fundo Municipal de Saúde			
010.301.0009.1020 – Constr. Posto de Saude (Centro)			
4490.00.00	32302	Aplic. Diretas / Constr. U.B Saúde e Vig. San.-Centro	81.600,00
010.301.0009.1072 – Construção Unidade de Saúde B. João Paulo II			
4490.00.00	32307	Aplic. Diretas / Conv. União – Unidade João Paulo II	81.600,00
010.301.0009.1073 – Construção Unidade de Saúde B. Vila Nova			



4490.00.00	32308	Aplic. Diretas / Conv. União –Uni- dade Bom Jesus/ Vila Nova	81.600,00
------------	-------	---	-----------

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro apurado ao final do exercício de 2013, como segue:

-Conta 624.036-9 da Caixa Econômica Federal, agência 0413, no valor de R\$ 81.600,00 no vínculo 32302.

-Conta 624.034-2 da Caixa Econômica Federal, agência 0413, no valor de R\$ 81.600,00 no vínculo 32307.

-Conta 624.035-0 da Caixa Econômica Federal, agência 0413, no valor de R\$ 81.600,00 no vínculo 32308.

Art. 3º - Abre crédito adicional suplementar por provável excesso de arrecadação no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 213.500,00 (Duzentos e treze mil e quinhentos reais), como segue:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
01 – Fundo Municipal de Saúde			
010.301.0009.1020 – Constr. Posto de Saúde (Centro)			
4490.00.00	10200	Aplic. Diretas / Rec. de Impostos e de Transf. Imp.- Saúde	192.000,00
010.301.0009.1072 – Construção Unidade de Saúde B. João Paulo II			
4490.00.00	10200	Aplic. Diretas / Rec. de Impostos e de Transf. Imp.- Saúde	4.500,00
010.301.0009.1073 – Construção Unidade de Saúde B. Vila Nova			
4490.00.00	10200	Aplic. Diretas / Rec. de Impostos e de Transf. Imp.- Saúde	17.000,00

Art. 4º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação, como segue:

-Conta Receita nº 417210102000000 – Cota-Parte Fundo Participação dos Municípios - FPM, vínculo 10200, no valor de R\$ 213.500,00.

Art. 5º - Abre crédito adicional suplementar de provável excesso de arrecadação por convênios ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 224.400,00 (Duzentos e vinte e quatro mil e quatrocentos reais), como segue:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
01 – Fundo Municipal de Saúde			
010.301.0009.1020 – Constr. Posto de Saúde (Centro)			
4490.00.00	12302	Aplic. Diretas / Constr. U.B. Saúde e Vig. San.- Centro	224.400,00

Art. 6º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação por convênios como segue:

-Convênio/Repasse (Fundo a Fundo) com a União – Ministério da Saúde – Fundo Nacional de Saúde, conforme Processo nº 25000.121159/2012-11, Proposta nº 11491075000113003 para a Construção do Posto de Saúde e Vigilância Sanitária do Centro no valor de R\$ 408.000,00 vínculo 12302.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras, 24 de fevereiro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

### Decreto Nº 4.334 de 11 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 4.334 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 76.300,00 PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº. 3.042 de 14 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar por excesso ou provável excesso de arrecadação no orçamento da Prefeitura Municipal de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 76.300,00 (setenta e seis mil e trezentos reais), como segue:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO			
01 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo			
013.695.0008.2092 – Manutenção do Programa Natal Mágico			
3390.00.00	10000	Aplic. Diretas / Recursos Ordina- rários	70.000,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
01 – Secretaria de Viação, Obras e Serviços			
004.122.0017.2074 – Apoio a Secretaria de Viação e Obras			
3390.00.00	15600	Aplic. Diretas / Convênio Trânsito - Prefeitura	6.300,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso de arrecadação, como segue:

- Conta Receita nº 417220101000000 – Cota Parte do ICMS, vínculo 10.000, no valor de R\$ 70.000,00.

- Conta Receita nº 419191500030000 – Conv. Transito – Prefeitura, vínculo 15600, no valor de R\$ 6.300,00.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras, 11 de dezembro de 2013

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor



**Decreto Nº 4.335 de 13 de Dezembro de 2013.**

DECRETO Nº 4.335 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS FIRMADOS EM DECORRÊNCIA DO DECRETO 4.196/2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o prazo de 11 (onze) meses de contratação previsto no Decreto nº 4.196 de 4 de fevereiro de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º da Lei nº 2.520/2005 e suas alterações;

CONSIDERANDO, os princípios constitucionais que regem a Administração, em especial o da legalidade e eficiência;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica possibilitada a prorrogação por 12 (doze) meses dos contratos temporários firmados em decorrência do Decreto nº 4.196 de 4 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. A prorrogação do contrato dar-se-á de forma individualizada por Portaria atendida a excepcionalidade do interesse público.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Este Decreto foi registrado publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**Decreto Nº 4.336 de 13 de Dezembro de 2013**

DECRETO Nº 4.336 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 712.300,00 PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº. 3.042 de 14 de dezembro de 2012.

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar por excesso ou provável excesso de arrecadação no orçamento da Prefeitura Municipal de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 406.100,00 (quatrocentos e seis mil e cem reais), como segue:

**03 – GABINETE DO PREFEITO****01 – Gabinete do Prefeito****004.122.0003.2005 – Manutenção do Gabinete do Prefeito**

3190.00.00	10000	Aplic. Diretas / Recursos Ordinários	33.800,00
------------	-------	--------------------------------------	-----------

**04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO****01 – Secretaria de Administração****004.122.0005.2009 – Manutenção das Atividades da Administração**

3190.00.00	10000	Aplic. Diretas / Recursos Ordinários	44.300,00
<b>009.272.0006.2011 – Encargos com Inativos e Pensionistas</b>			
3190.00.00	10000	Aplic. Diretas / Recursos Ordinários	54.500,00

**05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS****01 – Secretaria de Finanças****004.122.0004.2006 – Manutenção da Secretaria**

3190.00.00	10000	Aplic. Diretas / Recursos Ordinários	10.500,00
------------	-------	--------------------------------------	-----------

**05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS****01 – Secretaria de Finanças****028.845.0004.2008 – Pagamento do PASEP**

3390.00.00	10000	Aplic. Diretas / Recursos Ordinários	20.000,00
------------	-------	--------------------------------------	-----------

**06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA****01 – Secretaria de Agricultura****004.122.0007.2012 – Manutenção da Secretaria**

3190.00.00	10000	Aplic. Diretas / Recursos Ordinários	15.000,00
------------	-------	--------------------------------------	-----------

**08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE****01 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte****012.361.0013.2026 – Coordenação Geral da Educação**

3190.00.00	11800	Aplic. Diretas / Transferências do FUNDEB- (aplic. profis)	176.000,00
------------	-------	--	------------

**09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS E SERVIÇOS****01 – Secretaria de Viação, Obras e Serviços****004.122.0017.2074 – Apoio a Secretaria de Viação e Obras**

3190.00.00	10000	Aplic. Diretas / Recursos Ordinários	34.500,00
------------	-------	--------------------------------------	-----------

**006.181.0034.2075 – Apoio a Segurança Pública**

3390.00.00	15400	Aplic. Diretas / Convênio Trânsito - Militar	1.000,00
------------	-------	--	----------

**10 – ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL SÃO CRISTÓVÃO****01 – Intendência Distrital****004.122.0022.2036 – Manutenção da Intendência**

3190.00.00	10000	Aplic. Diretas / Recursos Ordinários	16.500,00
------------	-------	--------------------------------------	-----------

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso de arrecadação, como segue:

-Conta Receita nº 417220101000000 – CotaParte do ICMS, vínculo 10000, no valor de R\$ 229.100,00.

-Conta Receita nº 417240100000000 – Transferências Recursos do FUNDEB, vínculo 11800, no valor de R\$ 176.000,00.

- Conta Receita nº 419191500010000 – Conv. Trânsito – Polícia Militar, vínculo 15400, no valor de R\$ 1.000,00.

Art. 3º - Abre crédito adicional suplementar por excesso ou provável excesso de arrecadação no orçamento do Fundo de Saúde



Municipal de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 256.000,00 ( duzentos e cinquenta e seis mil reais), como segue:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
01 – Fundo Municipal de Saúde			
010.301.0009.2060 – Atenção Básica			
		Aplic. Diretas / Rec. de Impostos e de Transf. Imp- Saúde	
3190.00.00	10200		256.000,00

Art. 4º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso de arrecadação, como segue:

-Conta Receita nº 417220101000000 – Cota Parte ICMS, vínculo 10200, no valor de R\$ 256.000,00.

Art. 5º - Abre crédito adicional suplementar por excesso ou provável excesso de arrecadação no orçamento do Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto - SAMASA , para exercício 2013, no valor de R\$ 50.200,00 ( cinquenta mil e duzentos reais), como segue:

16 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAMASA			
01 – Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto			
17.512.0036.2081 – Manutenção da Administração SAMASA			
		Aplic. Diretas/ Re- cursos Ordinários	
3190.00.00	10000		3.000,00
		Aplic. Diretas/ Re- cursos Ordinários	
3390.00.00	10000		47.200,00

Art. 6º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso de arrecadação, como segue:

-Conta Receita nº 416004100070000 – Tarifa de água p/m3. vínculo 10000, no valor de R\$ 50.200,00.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras, 13 de dezembro de 2013

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

### **Decreto Nº 4.338 de 16 de Dezembro de 2013.**

DECRETO Nº 4.338 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE HILTON PAZDA, ITAMAR PAZDA, JUCIANE SAMARA PAZDA, MICHELE JUSSARA PAZDA KARVAT E HILTON PAZDA JUNIOR, SITUADO NO DISTRITO DE SÃO CRISTÓVÃO, TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Hilton Pazda, Itamar Pazda, Juciane Samara Pazda, Michele Jussara Pazda Karvat e Hilton Pazda Junior, localizada na Avenida Abrahão Mussi, no Distrito de São Cristóvão,

Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 10.782 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 25.100,00 m² (vinte e cinco mil e cem metros quadrados), subdividido em 03 (três) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I – Quadra A com 7.821,00 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua José Martins se encontra; à Frente, com a Rua José Martins na extensão de 66,00 metros lineares; aos Fundos, com a Rua João Elias Adur na extensão de 66,00 metros lineares; ao Lado Direito, com o lote nº 04 de propriedade de Odilon Pazda na extensão de 118,50 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com a Rua André Pereira na extensão de 118,50 metros lineares.

II – Quadra B com 8.880,00 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua José Martins se encontra; à Frente, com a Rua José Martins na extensão de 80,00 metros lineares e com a Rua Carlos Hofmann na extensão de 15,00 metros lineares; aos Fundos, com a Rua João Elias Adur na extensão de 55,00 metros lineares e com o lote nº 02 de propriedade de Odilon Davet na extensão de 45,00 metros lineares; ao Lado Direito, com a Rua André Pereira na extensão de 118,50 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com terras de Odilon Davet na extensão de 40,00 metros lineares e com a Rua Carlos Hofmann na extensão de 65,00 metros lineares.

III – Quadra C com 4.565,40 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua José Martins se encontra; à Frente, com a Rua José Martins na extensão de 82,80 metros lineares; aos Fundos, com o lote nº 02 de propriedade de Odilon Davet na extensão de 50,00 metros lineares; ao Lado Direito, com a Rua Carlos Hofmann na extensão de 65,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com a Avenida Abrahão Mussi na extensão de 67,00 metros lineares.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 16 de dezembro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer

Diretor

### **Decreto Nº 4.340 de 16 de Dezembro de 2013**

DECRETO Nº 4.340 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 195.985,12 PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº. 3.042 de 14 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar por excesso ou provável excesso de arrecadação no orçamento da Prefeitura Municipal



de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 86.000,00 (oitenta e seis mil reais), como segue:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO			
01 – Secretaria de Administração			
004.122.0005.2009 – Manutenção das Atividades da Administração			
3390.00.00	10000	Aplic. Diretas / Recursos Ordinários	20.000,00

08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. CULTURA E ESPORTE			
01 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte			
012.361.0013.2026 – Coordenação Geral da Educação			
3390.00.00	11900	Aplic. Diretas / Transferências do FUNDEB- (aplic. outras)	50.000,00
3390.00.00	15800	Aplic. Diretas / Salário Educação	16.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso de arrecadação, como segue:

- Conta Receita nº 411120431010000 – IRRF Retido nas Fontes – Trabalho, vínculo 10000, no valor de R\$ 20.000,00.
- Conta Receita nº 417240100000000 – Transferências Recursos do FUNDEB, vínculo 11900, no valor de R\$ 50.000,00.
- Conta Receita nº 417213501000000 – Transferência do Salário - Educação, vínculo 15800, no valor de R\$ 16.000,00.

Art. 3º - Abre crédito adicional suplementar por excesso ou provável excesso de arrecadação no orçamento do Fundo de Saúde Municipal de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 109.985,11 (cento e nove mil, novecentos e oitenta e cinco reais e onze centavos), como segue:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
01 – Fundo Municipal de Saúde			
010.303.0009.2078 – MAC – Média e Alta Complexidade			
3390.00.00	16560	Aplic. Diretas/ Transf. Est. P/ MAC – Média e Alta Complex.	103.625,24
3371.00.00	16560	Transferência a Consórcios Públicos / Transf. Est. P/ MAC – Média e Alta Complex.	6.359,87

Art. 4º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso de arrecadação, como segue:

- Conta Receita nº 417223300030000 – Transf. Est. p/ MAC – Média e Alta Complex, vínculo 16560, no valor de R\$ 109.985,11.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras, 16 de dezembro de 2013

ELOI JOSE QUEGE  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

## Decreto Nº 4.342 de 20 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 4.342 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 64.881,95 PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº. 3.042 de 14 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar por excesso ou provável excesso de arrecadação no orçamento da Prefeitura Municipal de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 7.000,00 (oitenta e seis mil reais), como segue:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS			
01 – Secretaria de Finanças			
028.845.0004.2008 – Pagamento do PASEP			
3390.00.00	10000	Aplic. Diretas / Recursos Ordinários	7.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso de arrecadação, como segue:

- Conta Receita nº 411120431010000 – IRRF Retido nas Fontes – Trabalho, vínculo 10000, no valor de R\$ 7.000,00.

Art. 3º - Abre crédito adicional suplementar por excesso ou provável excesso de arrecadação no orçamento do Fundo de Saúde Municipal de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 55.961,95 (cinquenta e cinco mil, novecentos e sessenta e um reais e noventa e cinco centavos), como segue:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
01 – Fundo Municipal de Saúde			
010.303.0009.2078 – MAC – Média e Alta Complexidade			
3390.00.00	16565	Aplic. Diretas/ Transf. Est. MAC p/ APAE	14.451,59
3390.00.00	10200	Aplic. Diretas/ Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde	41.510,36

Art. 4º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso de arrecadação, como segue:

- Conta Receita nº 417223300030000 – Transf. Est. p/ MAC – Média e Alta Complex, vínculo 16565, no valor de R\$ 14.451,59.
- Conta Receita nº 417210102000000 – Cota-Parte Fundo Partic. Municípios –FPM, vínculo 10200, no valor de R\$ 41.510,36.

Art. 5º - Abre crédito suplementar por anulação de dotações ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 1.920,00 (Um mil e novecentos e vinte reais), como segue:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
01 – Fundo Municipal de Saúde			
010.303.0009.2078 – MAC – Média e Alta Complexidade			
3390.00.00	10200	Aplic. Diretas/ Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde	1.920,00



Art. 6º - Para cobertura da despesa prevista no Art. 5º, no valor de R\$ 1.920,00 (Um mil e novecentos e vinte reais), será utilizado os recursos provenientes das seguintes anulações:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
01 – Fundo Municipal de Saúde			
010.303.0009.2078 – MAC – Média e Alta Complexidade			
3350.00.00	10200	Transferencias a Inst. Priv. s/ Fins Lucr./ Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde	1.920,00

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras, 20 de dezembro de 2013  
ELOI JOSE QUEGE  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

### Decreto Nº 4.343 de 27 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 4.343 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 2.063.415,28 PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº. 3.042 de 14 de dezembro de 2012.

#### DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar por excesso ou provável excesso de arrecadação no orçamento da Prefeitura Municipal de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 1.370.813,92 (Um milhão, trezentos e setenta mil, oitocentos e treze reais e noventa e dois centavos), como segue:

03 – GABINETE DO PREFEITO			
01 – Gabinete do Prefeito			
004.122.0003.2005 – Manutenção do Gabinete do Prefeito			
3190.00.00	10000	Aplic. Diretas / Recursos Ordinários	46.688,39

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO			
01 – Secretaria de Administração			
004.122.0005.2009 – Manutenção das Atividades da Administração			
3190.00.00	10000	Aplic. Diretas / Recursos Ordinários	96.136,64
009.272.0006.2011 – Encargos com Inativos e Pensionistas			
3190.00.00	10000	Aplic. Diretas / Recursos Ordinários	97.427,86

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS			
01 – Secretaria de Finanças			
004.122.0004.2006 – Manutenção da Secretaria			

3190.00.00	10000	Aplic. Diretas / Recursos Ordinários	32.011,57
------------	-------	--------------------------------------	-----------

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA			
01 – Secretaria de Agricultura			
004.122.0007.2012 – Manutenção da Secretaria			
3190.00.00	10000	Aplic. Diretas / Recursos Ordinários	24.880,56

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO			
01 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo			
004.122.0008.2059 – Manutenção da Administração Geral			
3190.00.00	10000	Aplic. Diretas / Recursos Ordinários	7.151,08

08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. CULTURA E ESPORTE			
01 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte			
012.361.0013.2026 – Coordenação Geral da Educação			
3190.00.00	11800	Aplic. Diretas / Transferências do FUNDEB- (aplic. profis)	974.000,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS E SERVIÇOS			
01 – Secretaria de Viação, Obras e Serviços			
004.122.0017.2074 – Apoio a Secretaria de Viação e Obras			
3190.00.00	10000	Aplic. Diretas / Recursos Ordinários	59.041,23

10 – ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL SÃO CRISTÓVÃO			
01 – Intendência Distrital			
004.122.0022.2036 – Manutenção da Intendência			
3190.00.00	10000	Aplic. Diretas / Recursos Ordinários	33.476,59

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso de arrecadação, como segue:

-Conta Receita nº 417220101000000 – CotaParte do ICMS, vínculo 10000, no valor de R\$ 156.193,99.

-Conta Receita nº 417240100000000 – Transferências Recursos do FUNDEB, vínculo 11800, no valor de R\$ 974.000,00

- Conta Receita nº 419229900010000 – Ressarcimento de Doação/ Lei 3.099/2013, vínculo 10000, no valor de R\$ 240.619,93.

Art. 3º - Abre crédito adicional suplementar por excesso ou provável excesso de arrecadação no orçamento do Fundo de Saúde Municipal de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 637.363,11 ( Seiscentos e trinta e sete mil, trezentos e sessenta e três reais e onze centavo), como segue:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
01 – Fundo Municipal de Saúde			
010.301.0009.2060 – Atenção Básica			
3190.00.00	10200	Aplic. Diretas / Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde	541.499,42



3190.00.00	16404	Aplic. Diretas / Agentes Comuni- tários de Saúde - PACS	37.831,00
3390.00.00	16405	Aplic. Diretas / Prog. Melhoria Acesso e Qualida- de - PMAQ	58.032,69

Art. 4º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso de arrecadação, como segue:

-Conta Receita nº 417210102000000 – Cota Parte Fundo Partic. Municípios, vínculo 10200, no valor de R\$ 541.499,42.

-Conta Receita nº 417213300040000 – PACS – Agentes Comunitários da Saúde, vínculo 16404, no valor de R\$ 37.831,00.

-Conta Receita nº 417213300020300 – Progr. Melhoria Acesso/Qualidade - PMAQ, vínculo 16405, no valor de R\$ 58.032,69.

Art. 5º - Abre crédito suplementar por anulação de dotações ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 55.238,25 (Cinquenta e cinco mil, duzentos e trinta e oito reais e vinte e cinco centavos), como segue:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
01 – Fundo Municipal de Saúde			
010.301.0009.2060 – Atenção Básica			
3190.00.00	16403	Aplic. Diretas/ Saúde Bucal - PSF Odonto Federal	13.735,65
010.303.0009.2078 – MAC – Média e Alta Complexidade			
3390.00.00	16502	Aplic. Diretas/ MAC- Redes Urg./ Emerg.-Hosp. Retag.	41.502,60

Art. 6º - Para cobertura da despesa prevista no Art. 5º, no valor de R\$ 55.238,25 (Cinquenta e cinco mil, duzentos e trinta e oito reais e vinte e cinco centavos), será utilizado os recursos provenientes das seguintes anulações:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
01 – Fundo Municipal de Saúde			
010.301.0009.2060 – Atenção Básica			
3390.00.00	16403	Aplic. Diretas/ Saúde Bucal - PSF Odonto Federal	13.735,65
010.303.0009.2078 – MAC – Média e Alta Complexidade			
4490.00.00	16502	Aplic. Diretas/ MAC- Redes Urg./ Emerg.-Hosp. Retag.	41.502,60

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras, 27 de dezembro de 2013  
ELOI JOSE QUEGE  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

## Decreto Nº 4.341 de 17 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 4.341 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 36.239,12, PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 3.042 de 14 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar por excesso ou provável excesso de arrecadação, ao orçamento da Prefeitura de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), como segue:

04 – SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO			
01 – Secretaria de Administração			
004.122.0005.2009 – Manutenção das Atividades da Administração			
3390.00.00	10000	Aplic. Dir. / Recur- sos Ordinários	10.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso de arrecadação como segue:

- Conta Receita 417220101000000 – COTA-PARTE DO ICMS, vínculo 10000 no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 3º - Abre crédito adicional suplementar por excesso ou provável excesso de arrecadação ao orçamento do Fundo de Saúde, para reforço de dotações no orçamento do exercício 2013, no valor de R\$ 11.166,64 (onze mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos) como segue:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
01 – Fundo Municipal de Saúde			
010.303.0009.2078 – MAC – Média e Alta Complexidade			
3171.00.00	16560	Transf. a Cons. Pub./Transf. Est. p/MAC- Média e A. Compl.	833,31
3371.00.00	16560	Transf. a Cons. Pub./Transf. Est. p/MAC- Média e A. Compl.	10.333,33

Art. 4º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso de arrecadação como segue:

- Conta Receita 417223300030000 – TRANSF. EST. P/MAC-MÉDIA E ALTA COMPLEX. vínculo 16560 no valor de R\$ 11.166,64 (onze mil cento e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos).

Art. 5º - Abre crédito adicional suplementar por excesso ou provável excesso de arrecadação, ao orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social para exercício 2013, no valor de R\$ 4.491,29 (quatro mil, quatrocentos e noventa e um reais, vinte e nove centavos), como segue:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
01 – Fundo Municipal de Assistência Social			
008.243.0010.2023 – Atenção à Criança			
3350.00.00	15201	Transf. a Inst. s/F. Lucr./Transf. Est. p/Alta Complex.	4.491,29



Art. 6º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será utilizado como fonte de recursos o excesso de arrecadação, como segue:

- Conta Receita 417229900010000 – TRANSF. EST. P/ALTA COMPLEX. P/F.M.A.S. vínculo 15201 no valor de R\$ 4.491,29 (quatro mil, quatrocentos e noventa e um reais, vinte e nove centavos ).

Art. 7º - Abre crédito suplementar por anulação de dotações no Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto - SAMASA , para reforço de dotações no orçamento do exercício 2013, no valor de R\$ 581,19 (quinhentos e oitenta e um reais, dezenove centavos), como segue:

16 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAMASA			
01 – Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto - SAMASA			
017.512.0036.2081 – Manutenção da Administração SAMASA			
		Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários	
3190.00.00	10000		581,19

Art. 8º - Para cobertura da despesa prevista no Art. 7º, no valor de R\$ 581,19 (quinhentos e oitenta e um reais, dezenove centavos), será utilizado os recursos provenientes da seguinte anulação:

16 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAMASA			
01 – Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto - SAMASA			
017.512.0036.2081 – Manutenção da Administração SAMASA			
		Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários	
3390.00.00	10000		581,19

Art. 9º - Abre crédito suplementar por anulação de dotações na Câmara Municipal de Vereadores de Três Barras, para reforço de dotações no orçamento do exercício 2013, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), como segue:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			
01 – Câmara Municipal de Vereadores			
001.031.0001.2001 – Manutenção das Atividades Legislativas			
		Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários	
3190.00.00	10000		10.000,00

Art. 10 - Para cobertura da despesa prevista no Art. anterior, será utilizado os recursos provenientes da seguinte anulação:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			
01 – Câmara Municipal de Vereadores			
001.031.0001.2001 – Manutenção das Atividades Legislativas			
		Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários	
3390.00.00	10000		10.000,00

Art. 11 - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras/SC, 17 de dezembro de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

## Decreto Nº 4.344 de 30 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 4.344 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 277.247,58 PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº. 3.042 de 14 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar por excesso ou provável excesso de arrecadação no orçamento da Prefeitura Municipal de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 165.939,45 (Cento e sessenta e cinco mil, novecentos e trinta e nove reais e quarenta e cinco centavos), como segue:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
01 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte			
012.361.0025.2041 – Manutenção Transporte Escolar			
		Aplic. Diretas/ Transf. Convênio Estado-Transp. Escolar	
3390.00.00	12255		2.751,99
		Aplic. Diretas / Prog. Nac.de Apoio Tran. Esco- lar PNATE	
3390.00.00	16100		8.394,29
012.361.0013.2026 – Coordenação Geral da Educação			
		Aplic. Diretas / Salário Educação	
3390.00.00	15800		16.173,19
		Aplic. Diretas / Rec. De Impostos e de Transf. de Imp - Educ	
3190.00.00	10100		25.800,00

## 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS E SERVIÇOS

01 – Secretaria de Viação, Obras e Serviços

015.452.0020.2033 – Iluminação Pública

		Aplic. Diretas / Contribuição para o COSIP	
3390.00.00	11700		12.750,11
015.451.0021.1015 – Ampliação da Pavimentação Urbana (Rua: Emílio Mell)			
		Aplic. Diretas / Alienação Bens Outros Programas	
4490.00.00	18900		34.400,00

04.122.0030.2045 – Reforma e Ampliação do Paço Municipal

		Aplic. Diretas / Alienação Bens Outros Programas	
3449.00.00	18900		48.836,57

## 10 – ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL SÃO CRISTÓVÃO

01 – Intendência Distrital

004.122.0022.2036 – Manutenção da Intendência

		Aplic. Diretas / Alienação Bens Outros Programas	
4490.00.00	18900		16.833,30

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso de arrecadação, como segue:

-Conta Receita nº 417620200020000 – Transf. Convênios Estado p/ Transporte Escolar, vínculo 12255, no valor de R\$ 2.751,99.  
-Conta Receita nº 417213503000000 – Transferências Diretas do FNDE. Ref. PNAE, vínculo 16100, no valor de R\$ 8394,29.  
-Conta Receita nº 417213501000000 – Transferência do



Salário- Educação, vínculo 15800, no valor de 16.173,19.  
-Conta Receita nº 417210102000000- Cota- Parte Fundo de Partic.  
Municípios – FPM, vínculo 10100, no valor de R\$ 25.800,00.  
-Conta Receita nº 412300000000000 – Contrib. p/ Custeio Serv.  
Ilum. Publica, vínculo 11700, no valor de 12.750,11.  
-Conta Receita nº 422119000020100 – Alien. De Outros Bens.  
Mov. Rec. Não Vinc. , vínculo 18500, no valor de R\$ 100.069,87.

Art. 3º - Abre crédito adicional suplementar por excesso ou provável excesso de arrecadação no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 111.308,13 (cento e onze mil, trezentos e oito reais e treze centavos), como segue:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
01 – Fundo Municipal de Assistência Social			
008.243.0010.2023 – Atenção à Criança			
		Transferências a Inst. Priv. s/Fins Lucr / Recursos Ordinários	
3350.00.00	10000		111.308,13

Art. 4º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso de arrecadação, como segue:

-Conta Receita nº 411120431010000 – IRRF Retidos nas Fontes - Trabalho, vínculo 10000, no valor de R\$ 111.308,13.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras, 30 de dezembro de 2013

ELOI JOSE QUEGE  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

### **Decreto Nº. 4.339 de 16 de Dezembro de 2013.**

DECRETO Nº. 4.339 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.  
ESTABELECE HORÁRIO DE EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º.- Fica estabelecido o horário de expediente nas repartições públicas municipais, conforme abaixo:

nos dias 24, 26, 31 de Dezembro de 2013, 02 de Janeiro de 2014 – ponto facultativo;

nos dias 23 e 27 de Dezembro de 2013 – expediente normal nas Secretarias de Administração e Planejamento e Finanças;

nos dias 30/12/2013 e 03 de Janeiro de 2014 – expediente interno nas Secretarias de Administração e Planejamento e Finanças;

Parágrafo Único – Excetuam-se do previsto no artigo anterior os serviços na área de Saúde que serão prestados à população através de plantões e escalas de serviços determinados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 16 de Dezembro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor



# Treze Tílias

## PREFEITURA

### Portaria Nº 040-14 - Férias Tailise Kopp

PORTARIA Nº 040/14 DE 19 DE MARÇO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

#### RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares a servidora municipal abaixo mencionada.

NOME	PERÍODO AQUISI- TIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Tailise Cristina Kopp	06/06/2012 a 05/06/2013	19/03/2014 a 28/03/2014	10

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 19 DE MARÇO DE 2014.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Finanças

### Aviso de Licitação TP 20/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS  
Processo Licitatório nº 20/2014 – TOMADA DE PREÇO.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para construção de um Portal Turístico na SC 355 na Rodovia Frei Belmiro Brondani, no município de Treze Tílias – SC, conforme projeto constante no Anexo I, integrante do edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 04/04/2014, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH  
Prefeito

### Aviso de Licitação TP 21/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS  
Processo Licitatório nº 21/2014 – TOMADA DE PREÇO.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para pavimentação de 2.437,45m² de passeios em paver, na SC 355 na Rodovia Frei Belmiro Brondani, no município de Treze Tílias – SC, conforme projeto constante no Anexo I, do edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 07/04/2014, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH  
Prefeito



# Tunápolis

## PREFEITURA

### Processo 47.2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 47/2014  
Edital de Pregão Presencial nº 35/2014

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo seu julgamento por item que tem por objeto aquisição de Materiais agrícolas e limpeza e demais que serão utilizados no manejo e limpeza dos animais e torneiro leiteiro da 11ª EFACITUS, conforme quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

Entrega das propostas até às 7h45min do dia 02 de abril de 2014.

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 1606/2014, de 20 de Março de 2014.

DECRETO Nº 1606/2014, DE 20 DE MARÇO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e especialmente a Lei 1.150/2013,

#### DECRETA:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal determina a abertura de Créditos Adicionais Suplementares na Lei de Meios vigente, no valor de até R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), o qual será onerado à conta das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Órgão:	06.00	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Unidade:	06.02	URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ.	15.451.0009.1.013	Conservação, Ampliação, Melhoria de Espaços Públicos
4.4.90.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas	5.000,00

TOTAL..... 5.000,00

Art. 2º Servirá de recursos para o que trata o artigo anterior, o excesso de arrecadação causado nesta fonte de recurso.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, em 20 de março de 2014.

ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico em controladoria Interna



# Vargeão

## PREFEITURA

### Extratos de Contratos

EXTRATOS DE CONTRATOS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: DYSTAK INDÚSTRIA DE FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA

OBJETO: Aquisição de material de expediente impresso para a Prefeitura Municipal de Vargeão e Secretarias.

VALOR: R\$ 8.010,00 (oito mil e dez reais).  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 058/2014.

Vargeão, SC, 19 de março de 2014.  
Amarildo Paglia  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: GRÁFICA BOSCARDIN LTDA

OBJETO: Aquisição de material de expediente impresso para a Prefeitura Municipal de Vargeão e Secretarias.

VALOR: R\$ 37.140,00 (trinta e sete mil cento e quarenta reais).  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 059/2014.

Vargeão, SC, 19 de março de 2014.  
Amarildo Paglia  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: GRÁFICA-PEL GRÁFICA E EDITORA LTDA - ME

OBJETO: Aquisição de material de expediente impresso para a Prefeitura Municipal de Vargeão e Secretarias.

VALOR: R\$ 16.795,00 (dezesesseis mil setecentos e noventa e cinco reais).  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 060/2014.

Vargeão, SC, 19 de março de 2014.  
Amarildo Paglia  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: LEONIR ANTONIO HECKLER - ME

OBJETO: Aquisição de material de expediente impresso para a

Prefeitura Municipal de Vargeão e Secretarias.

VALOR: R\$ 10.709,50 (dez mil setecentos e nove reais e cinquenta centavos).  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 061/2014.

Vargeão, SC, 19 de março de 2014.  
Amarildo Paglia  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: EDMAR DA SILVA - ME

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de material e serviços elétricos para manutenção de iluminação pública no município de Vargeão.

VALOR: R\$ 77.307,60 (setenta e sete mil trezentos e sete reais e sessenta centavos).  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 062/2014.

Vargeão, SC, 19 de março de 2014.  
Amarildo Paglia  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: DARLEI BONAI ME

OBJETO: Aquisição parcelada de pneus novos a serem utilizados nas máquinas e veículos pertencentes à frota municipal de todas as Secretarias da Prefeitura Municipal de Vargeão.

VALOR: R\$ 30.910,00 (trinta mil novecentos e dez reais).  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 063/2014.

Vargeão, SC, 19 de março de 2014.  
Amarildo Paglia  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: MICHELON PNEUS LTDA ME

OBJETO: Aquisição parcelada de pneus novos a serem utilizados nas máquinas e veículos pertencentes à frota municipal de todas as Secretarias da Prefeitura Municipal de Vargeão.

VALOR: R\$ 47.135,00 (quarenta e sete mil cento e trinta e cinco reais).  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 064/2014.

Vargeão, SC, 19 de março de 2014.  
Amarildo Paglia  
Prefeito Municipal



# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### Contrato Administrativo N.016/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº016/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Rua Coronel Vitorio, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, Inscrito no CNPJ nº 10.536.938/0001-84, representado por sua Gestora, Sra. Lenir Radavelli, CPF nº 028.724.059-25, RG nº 3153089, residente e domiciliada na Av. XV de Novembro em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.652.030/0001-70 e com sede à Rodovia BR 480, nº 795, Centro, Barão do Cotegipe - RS, neste ato representada por Edivar Szymanski, inscrito no CPF sob n.º 670.481.290-34 e RG nº. 5051132966 residente e domiciliado na Rua José Bonifácio, nº 652, Barão do Cotegipe - RS, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 001/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO conforme PROPOSTA efetuada pela Contratada, e Município de Vargem Bonita, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente, parte integrante deste contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 52.051,20 (cinquenta e dois mil e cinquenta e um reais e vinte centavos) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irreajustável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita de forma quinzenal, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA.

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

4.2. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições,

especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

4.3. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela Contratada, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

4.4. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

4.5. As despesas decorrentes da entrega dos itens objeto deste contrato, como também, outras despesas que porventura ocorreram, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas da Licitante Contratada.

#### CLÁUSULA QUINTA - PRAZO

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito à vigência dos créditos orçamentários do Exercício de 2014, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

#### CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
15	09.02	2.030	33.90.00.0000	783.500,00
16	09.02	2.030	33.90.00.0002	444.500,00
17	09.02	2.030	33.90.00.0023	93.840,00
18	09.02	2.030	33.90.00.0064	100.200,00
21	09.02	2.030	33.90.00.0067	21.960,00

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos à luz do Edital de Licitação Nº 001/2014 - Pregão Nº 001/2014, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

#### CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO E MULTA

8.1. O Município de Vargem Bonita, através do Fundo Municipal de Saúde poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 28 de janeiro de 2014.

Lenir Radavelli  
CONTRATANTE

Edivar Szymanski  
CONTRATADO



## TESTEMUNHAS:

1ª Nome: 2ª Nome:  
CPF: CPF:

Visto Jurídico

**Contrato Administrativo N.017/2014**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Rua Coronel Vitório, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, Inscrito no CNPJ nº 10.536.938/0001-84, representado por sua Gestora, Sra. Lenir Radavelli, CPF nº 028.724.059-25, Identidade nº 3153089, residente e domiciliada na Av. XV de Novembro em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa Dimaster - Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.520.829/0001-40 e com sede à Rodovia BR 480, nº180, Centro, Barão do Cotegipe - RS, neste ato representada por Gleison Sachet, inscrito no CPF sob nº 650.526.920-72 e RG nº. 8051134719 SSP/RS residente e domiciliado na Rua Vasco da Gama, nº 33, Apto 01, Bairro Centro, Barão do Cotegipe- RS, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 001/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO conforme PROPOSTA efetuada pela Contratada e Município de Vargem Bonita, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente, parte integrante deste contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE**

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 53.333,30 (cinquenta e três mil trezentos e trinta e três reais e trinta centavos) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório 001/2014.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

**CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita de forma quinzenal, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

**CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA.**

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

4.2. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições, especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

4.3. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela Contratada, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

4.4. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

4.5. As despesas decorrentes da entrega dos itens objeto deste contrato, como também, outras despesas que porventura ocorreram, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas da Licitante Contratada.

**CLÁUSULA QUINTA – PRAZO**

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito à vigência dos créditos orçamentários do Exercício de 2014, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

**CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
15	09.02	2.030	33.90.00.0000	783.500,00
16	09.02	2.030	33.90.00.0002	444.500,00
17	09.02	2.030	33.90.00.0023	93.840,00
18	09.02	2.030	33.90.00.0064	100.200,00
21	09.02	2.030	33.90.00.0067	21.960,00

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.**

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos à luz do Edital de Licitação Nº 001/2014 - Pregão Nº 001/2014, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

**CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA**

8.1. O Município de Vargem Bonita, através do Fundo Municipal de Saúde poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

9.1. Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 28 de janeiro de 2014.

Lenir Radavelli  
CONTRATANTE

Gleison Sachet  
CONTRATADO



## TESTEMUNHAS:

1ª Nome:

2ª Nome:

CPF:

CPF:

Visto Jurídico

**Contrato Administrativo N.018/2014****CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº018/2014**

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Rua Coronel Vitório, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, Inscrição no CNPJ nº 10.536.938/0001-84, representado por sua Gestora, Sra. Lenir Radavelli, CPF nº 028.724.059-25 Identidade nº 3153089, residente e domiciliada na Av. XV de Novembro em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 67.729.178/0004-91 e com sede à Rua da Saudade, nº 45, Bairro Campo da Mogiana, Poços de Caldas - MG, neste ato representada por Walter Prochnow Junior, inscrito no CPF sob nº 139.498.468-59 e RG nº 22.636.117 SSP/SP, residente e domiciliado na Avenida 53, nº 310, entre Ruas 8 e 9, Jardim Residencial Copacabana, Rio Claro, São Paulo - SP, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 001/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO conforme PROPOSTA efetuada pela Contratada e Município de Vargem Bonita, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente, parte integrante deste contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE**

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 60.032,16 (sessenta mil e trinta e dois reais e dezesseis centavos) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório 001/2014.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

**CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita de forma quinzenal, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

**CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA.**

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

4.2. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições, especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

4.3. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela Contratada, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

4.4. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

4.5. As despesas decorrentes da entrega dos itens objeto deste contrato, como também, outras despesas que porventura ocorrerem, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas da Licitante Contratada.

**CLÁUSULA QUINTA - PRAZO**

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito à vigência dos créditos orçamentários do Exercício de 2014, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

**CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
15	09.02	2.030	33.90.00.0000	783.500,00
16	09.02	2.030	33.90.00.0002	444.500,00
17	09.02	2.030	33.90.00.0023	93.840,00
18	09.02	2.030	33.90.00.0064	100.200,00
21	09.02	2.030	33.90.00.0067	21.960,00

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.**

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos à luz do Edital de Licitação Nº 001/2014 - Pregão Nº 001/2014, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

**CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO E MULTA**

8.1. O Município de Vargem Bonita, através do Fundo Municipal de Saúde poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

9.1. Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 28 de janeiro de 2014.

Lenir Radavelli  
CONTRATANTE

Walter Prochnow Junior  
CONTRATADO



## TESTEMUNHAS:

1ª Nome:

2ª Nome:

CPF:

CPF:

Visto Jurídico

**Contrato Administrativo N.019/2014**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº019/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Rua Coronel Vitório, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, Inscrito no CNPJ nº 10.536.938/0001-84, representado por sua Gestora, Sra. Lenir Radavelli, CPF nº 028.724.059-25, Identidade nº 3153089, residente e domiciliada na Av. XV de Novembro em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa A.G. Kienen Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.225.947/0001-65 e com sede à Av. Brasil, nº 98, Centro, Pato Branco - PR, neste ato representada por Ademir Geraldo Kienen, inscrito no CPF sob nº 329.374.669-15 e RG nº. 10.167.901-2 SSP/PR residente e domiciliado na Rua Itaipu, 1827, Bairro Brasília, Pato Branco - PR, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 001/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO conforme PROPOSTA efetuada pela Contratada e Município de Vargem Bonita, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente, parte integrante deste contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE**

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 94.773,13 (noventa e quatro mil setecentos e setenta e três reais e treze centavos) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório 001/2014.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

**CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita de forma quinzenal, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

**CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA.**

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

4.2. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições,

especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

4.3. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela Contratada, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

4.4. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

4.5. As despesas decorrentes da entrega dos itens objeto deste contrato, como também, outras despesas que porventura ocorreram, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas da Licitante Contratada.

**CLÁUSULA QUINTA – PRAZO**

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito à vigência dos créditos orçamentários do Exercício de 2014, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

**CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
15	09.02	2.030	33.90.00.0000	783.500,00
16	09.02	2.030	33.90.00.0002	444.500,00
17	09.02	2.030	33.90.00.0023	93.840,00
18	09.02	2.030	33.90.00.0064	100.200,00
21	09.02	2.030	33.90.00.0067	21.960,00

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.**

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos à luz do Edital de Licitação Nº 001/2014 – Pregão Nº 001/2014, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

**CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA**

8.1. O Município de Vargem Bonita, através do Fundo Municipal de Saúde poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

9.1 Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 28 de janeiro de 2014.

Lenir Radavelli  
CONTRATANTE

Ademir Geraldo Kienen  
CONTRATADO



## TESTEMUNHAS:

1ª Nome:

2ª Nome:

CPF:

CPF:

Visto Jurídico

**Contrato Administrativo N.020/2014**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 020/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Rua Coronel Vitorio, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, Inscrito no CNPJ nº 10.536.938/0001-84, representado por sua Gestora, Sra. Lenir Radavelli, CPF nº 028.724.059-25, Identidade nº 3153089, residente e domiciliada na Av. XV de Novembro em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa ProSaúde Distribuidora de Medicamentos Ltda - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 85.247.385/0001-49 e com sede à Rua Uruguai, nº1538 E, Bairro Maria Goretti, Chapecó - SC, neste ato representada por Christiano Altair Mattana Giordani, inscrito no CPF sob n.º 076.332.029-39 e RG nº. 3927811 residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa, 516 D, Bairro Santa Maria - SC, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 001/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO conforme PROPOSTA efetuada pela Contratada e Município de Vargem Bonita, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente, parte integrante deste contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE**

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 6.206,20 (seis mil duzentos e seis reais e vinte centavos) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório 001/2014.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

**CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita de forma quinzenal, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

**CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA.**

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

4.2. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições, especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

4.3. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela Contratada, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

4.4. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

4.5. As despesas decorrentes da entrega dos itens objeto deste contrato, como também, outras despesas que porventura ocorram, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas da Licitante Contratada.

**CLÁUSULA QUINTA – PRAZO**

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito à vigência dos créditos orçamentários do Exercício de 2014, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

**CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
15	09.02	2.030	33.90.00.0000	783.500,00
16	09.02	2.030	33.90.00.0002	444.500,00
17	09.02	2.030	33.90.00.0023	93.840,00
18	09.02	2.030	33.90.00.0064	100.200,00
21	09.02	2.030	33.90.00.0067	21.960,00

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.**

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos à luz do Edital de Licitação Nº 001/2014 - Pregão Nº 001/2014, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

**CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA**

8.1. O Município de Vargem Bonita, através do Fundo Municipal de Saúde poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

9.1. Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 28 de janeiro de 2014.

Lenir Radavelli  
CONTRATANTE

Christiano Altair Mattana Giordani  
CONTRATADO



## TESTEMUNHAS:

1ª Nome:

2ª Nome:

CPF:

CPF:

Visto Jurídico

**Contrato Administrativo N.021/2014**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº021/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Rua Coronel Vitorio, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, Inscrito no CNPJ nº 10.536.938/0001-84, representado por sua Gestora, Sra. Lenir Radavelli, CPF nº 028.724059-25, Identidade nº 3153089 residente e domiciliada na Av. XV de Novembro em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 94.894.169/0001-86 e com sede à Rua Samuel Kruchim, nº 200, Bairro Patronato, Santa Maria - RS, neste ato representada por Mauro Marciano Garcia de Freitas, inscrito no CPF sob nº 374.624.900-72 e RG nº. 8022867959 SSP/RS residente e domiciliado na Rua Samuel Kruschim, nº 200, apto 201, Via Noal, Bairro Patronato, Santa Maria - RS, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 001/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO conforme PROPOSTA efetuada pela Contratada, e Município de Vargem Bonita, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente, parte integrante deste contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE**

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 56.421,50 (cinquenta e seis mil quatrocentos e vinte um reais e cinquenta centavos) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório 001/2014.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

**CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita de forma quinzenal, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

**CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA.**

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício

orçamentário de 2014.

4.2. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições, especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

4.3. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela Contratada, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

4.4. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

4.5. As despesas decorrentes da entrega dos itens objeto deste contrato, como também, outras despesas que porventura ocorram, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas da Licitante Contratada.

**CLÁUSULA QUINTA – PRAZO**

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito à vigência dos créditos orçamentários do Exercício de 2014, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

**CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
15	09.02	2.030	33.90.00.0000	783.500,00
16	09.02	2.030	33.90.00.0002	444.500,00
17	09.02	2.030	33.90.00.0023	93.840,00
18	09.02	2.030	33.90.00.0064	100.200,00
21	09.02	2.030	33.90.00.0067	21.960,00

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.**

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos à luz do Edital de Licitação Nº 001/2014 – Pregão Nº 001/2014, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

**CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA**

8.1. O Município de Vargem Bonita, através do Fundo Municipal de Saúde poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

9.1 Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 28 de janeiro de 2014.

Lenir Radavelli  
CONTRATANTE

Mauro Marciano Garcia de Freitas  
CONTRATADO



## TESTEMUNHAS:

1ª Nome:

2ª Nome:

CPF:

CPF:

Visto Jurídico

**Contrato Administrativo N.022/2014****CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº022/2014**

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Rua Coronel Vitório, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, Inscrito no CNPJ nº 10.536.938/0001-84, representado por sua Gestora, Sra. Lenir Radavelli, CPF nº 028.724.059-25, Identidade nº 3153089, residente e domiciliada na Av. XV de Novembro em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa S & R Distribuidora Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 94.894.169/0001-86 e com sede à Rua Regente Diogo A. Feijó, nº 451, Bairro São Cristovão, Chapecó - SC, neste ato representada por Sérgio Jacir Portela inscrito no CPF sob n.º 182.633.649-49 e RG nº. 3.450.055 residente e domiciliado na Rua Regente Diogo A. Feijó, nº 451 D, Bairro São Cristovão, Chapecó - SC, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 001/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO conforme PROPOSTA efetuada pela Contratada e Município de Vargem Bonita, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente, parte integrante deste processo.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE**

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 115.442,73 (cento e quinze mil quatrocentos e quarenta e dois reais e setenta e três centavos) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório 001/2014.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

**CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita de forma quinzenal, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

**CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA.**

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

4.2. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições, especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

4.3. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela Contratada, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

4.4. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

4.5. As despesas decorrentes da entrega dos itens objeto deste contrato, como também, outras despesas que porventura ocorreram, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas da Licitante Contratada.

**CLÁUSULA QUINTA - PRAZO**

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito à vigência dos créditos orçamentários do Exercício de 2014, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

**CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
15	09.02	2.030	33.90.00.0000	783.500,00
16	09.02	2.030	33.90.00.0002	444.500,00
17	09.02	2.030	33.90.00.0023	93.840,00
18	09.02	2.030	33.90.00.0064	100.200,00
21	09.02	2.030	33.90.00.0067	21.960,00

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.**

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos à luz do Edital de Licitação Nº 001/2014 - Pregão Nº 001/2014, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

**CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO E MULTA**

8.1. O Município de Vargem Bonita, através do Fundo Municipal de Saúde poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

9.1. Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 28 de janeiro de 2014.

Lenir Radavelli  
CONTRATANTE

Sergio Jacir Cordova  
CONTRATADO



## TESTEMUNHAS:

1ª Nome:

2ª Nome:

CPF:

CPF:

Visto Jurídico

**Contrato Administrativo N.023/2014****CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº023/2014**

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Rua Coronel Vitorio, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, Inscrito no CNPJ nº 10.536.938/0001-84, representado por sua Gestora, Sra. Lenir Radavelli, CPF nº 028.724.059-25, Identidade nº 3153089, residente e domiciliada na Av. XV de Novembro em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.782.733/0001-49 e com sede à Rua Severino Augusto Pretto, nº 560, Bairro Santo Antônio, Encantado - RS, neste ato representada por Renata Casagrande Galiotto, inscrito no CPF sob nº 488.351.100-68 e RG nº. 8043627945 residente e domiciliado na Rua Flores da Cunha, nº 1025, Centro, Encantado - RS, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 001/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO conforme PROPOSTA efetuada pela Contratada e Município de Vargem Bonita, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente, parte integrante deste contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE**

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 24.577,00 (vinte e quatro mil quinhentos e setenta e sete reais) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório 001/2014.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

**CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita de forma quinzenal, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

**CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA.**

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

4.2. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições, especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

4.3. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela Contratada, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

4.4. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

4.5. As despesas decorrentes da entrega dos itens objeto deste contrato, como também, outras despesas que porventura ocorrerem, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas da Licitante Contratada.

**CLÁUSULA QUINTA – PRAZO**

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito à vigência dos créditos orçamentários do Exercício de 2014, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

**CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
15	09.02	2.030	33.90.00.0000	783.500,00
16	09.02	2.030	33.90.00.0002	444.500,00
17	09.02	2.030	33.90.00.0023	93.840,00
18	09.02	2.030	33.90.00.0064	100.200,00
21	09.02	2.030	33.90.00.0067	21.960,00

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.**

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos à luz do Edital de Licitação Nº 001/2014 - Pregão Nº 001/2014, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

**CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA**

8.1. O Município de Vargem Bonita, através do Fundo Municipal de Saúde poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

9.1. Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 28 de janeiro de 2014.

Lenir Radavelli  
CONTRATANTE

Renata Casagrande Galiotto  
CONTRATADO



## TESTEMUNHAS:

1ª Nome:

2ª Nome:

CPF:

CPF:

Visto Jurídico

**Decreto Municipal N.024/2014**

DECRETO Nº 024/2014, DE 19 MARÇO DE 2014.

ANULA O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, no uso de suas atribuições e;

Considerando o trâmite do Processo Licitatório Nº 013/2014 – Pregão Nº 010/2014, que tem por Objeto a aquisição de um Rolo Compactador de Solo, aberta em 27 de Fevereiro de 2014;

Considerando a interposição de Recurso Administrativo ao Processo;

Considerando que para a fase de Lances do Processo restou classificada apenas uma Licitante ficando prejudicado o princípio constitucional da seleção da proposta mais vantajosa para a administração;

Considerando o Parecer da Assessoria Jurídica do Município que recomenda a anulação do referido Processo Licitatório;

## RESOLVE:

Artigo 1º- Fica ANULADO por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, o Processo Licitatório Nº 013/2014 – Pregão Presencial Nº 010/2014, que tem por Objeto a aquisição de um Rolo Compactador Vibratório.

Artigo 2º- Fica assegurado aos interessados, o contraditório e a ampla defesa.

Artigo 3º- Revogada as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 19 de março de 2014.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 19/03/14

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**Decreto Municipal N.023/2014**

DECRETO N.º 023/2014, de 17 de março de 2014

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 974/2013 de 03 de dezembro de 2013:

## DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
UNIDADE 09.03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROJETO/ATIVIDADE 2.040 – MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIALModalidade 319000.00.03.0000.0000 – Aplicações Diretas .....  
R\$ 73.069,98

Art. 2º Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2013.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 17 de março de 2014

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 17/03/2014

SUELEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

Anexo I – DECRETO N.º 023/2014, de 17 de março de 2014

## DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

Exercício de 2013

Ativo Financeiro ..... 1.924.447,37

(-) Passivo Financeiro ..... (309.418,84)

Superávit Financeiro ..... 1.615.028,53

Deduções:

Decreto Municipal nº 003/2014 ..... 92.038,33

Decreto Municipal nº 006/2014 ..... 36.986,59

Decreto Municipal nº 012/2014 ..... 521.500,00

Decreto Municipal nº 023/2014 ..... 73.069,98

Saldo ..... 891.433,63

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2013– Anexo 14

Composição do Saldo

Fonte de Recursos 00.0000 – R\$ 891.433,63

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal



# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### **Pregão Registro de Preços Nº. 09/2014 - Eventual Aquisição Materiais Diversos Unidade Básica de Saúde**

Prefeitura de Vidal Ramos

Fundo Municipal da Saúde de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 09/2014

**OBJETO:** Constitui objeto do presente certame PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA MANUTENÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE – POSTO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia.

**REGIMENTO:** O Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03 de janeiro de 2013 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 09/2014, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23/01/2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Até o dia 31/03/2014, às 09:00 horas.

**LOCAL:** Departamento Administração da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos /SC.

**ÁREA RESPONSÁVEL:** Departamento de Compras e Licitações

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos, 19 de março de 2014

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

### **Procedimento Administrativo de Revisão de Cláusulas Contratuais - Pregão Presencial Nº 01/2014**

Contrato 12/2014

Procedimento administrativo de revisão de cláusulas contratuais - Pregão Presencial nº 01/2014

O Município de Vidal Ramos, devidamente qualificado no Contrato em epígrafe, por seu representantes signatários, calcado no princípio da autotutela e nas disposições das leis nº 8.666/93, com suas alterações e nº 10.520/2002, instaura o presente procedimento

visando rever as cláusulas do ajuste entabulado com a Empresa Reinkjet Tintas, Toners e Informática Ltda EPP (contratada), face ao evidente erro de digitação praticado quando da contratação, que tem gerado insistentes e incabíveis “ameaças” da contratada em ingressar na via judicial para cobrar do município o valor mensal de R\$ 36.523,20 pelos serviços contratados.

Por ocasião da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 01/2014, por erro de digitação, constou no Termo de Referência, a coluna “Q. Mín. cóp./mês” quando deveria constar quantidade mínima de cópias no ano. Isso porque, as quantidades ali referidas foram estimadas para 12 meses, conforme consta da coluna seguinte, no mesmo termo de referência. Dessa forma, chegou-se ao valor anual, ou seja, para 12 (doze) meses de prestação de serviços de R\$ 36.523,20.

Por ocasião da elaboração do contrato, copiou-se a tabela do termo de referência, inserindo nela os valores cotados pela vencedora do certame, permanecendo o mesmo equívoco acima exposto. Contudo, note-se que a cláusula 4.1 do contrato dispõe expressamente que “O valor total do presente contrato que compõe a estimativa de consumo para o exercício é representado pela importância de R\$ 36.523,20...” Nesse sentido também dispunha a tabela constante do termo de referência ao definir o preço total para 12 meses de contratação e dispõe a cláusula 8.1 do contrato. Inobstante tais fatos, é certo que o poder público não pode pagar por um serviço que não foi prestado. No presente caso, a administração municipal não consome o quantitativo de cópias indicados na licitação e no contrato em apenas um mês. A contratação foi levada a efeito para execução em 12 (doze) meses.

Se a administração resolvesse atender o reclamo da contratada e efetuasse o pagamento por serviços que não lhe foram prestados, estará cometendo ato ilícito.

Aliás, é bom lembrar, o pagamento indevido - pagar por um serviço não prestado - constitui ato de improbidade administrativa previsto em diversos dispositivos da lei nº 8.429/1992, cujas penalidades se aplicam também a quem não é agente público e se beneficia do ato. Não se olvide, ainda, a lei nº 12.846/2013 que prescreve penalidades severas para empresas que praticarem atos irregulares nas contratações públicas.

O Judiciário já proferiu inúmeros julgamentos sobre o tema, dos quais trazemos alguns para elucidar a questão:

**EMENTA:** AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. REFORMA E AMPLIAÇÃO DE COLÉGIO ESTADUAL. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. PRELIMINAR AFASTADA. IRREGULARIDADES NA EXECUÇÃO DA OBRA. PAGAMENTOS REALIZADOS POR SERVIÇOS NÃO EFETUADOS. USO DE MATERIAIS DE QUALIDADE INFERIOR AOS DESCRITOS NO EDITAL. CONSTATAÇÃO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO. ATO IMPROBO CARACTERIZADO. CONDENAÇÃO QUE SE IMPÕE. SENTENÇA MANTIDA. Sujeitam-se às penalidades legais por improbidade administrativa o engenheiro do Poder Público que atestou o recebimento de obras e serviços de construção de quadra coberta de esportes em colégio estadual, o que propiciou o pagamento dos valores respectivos, se parte das obras e serviços não foi executada, além de ser inferior à contratada a qualidade de certos serviços, com visível deterioração em pouco tempo, devendo a construtora e seu dirigente responder solidariamente pela reparação do prejuízo ao erário, além sofrer as demais sanções cominadas (multa para esta e proibição de contratar com o poder público para aquela). (Apelação Cível n. 2009.022156-0, da Capital, rel. Des. Jaime Ramos, j. em 18.08.2011)

(TJSC, Apelação Cível n. 2009.013535-5, da Capital, rel. Des. Júlio César Knoll, j. 18-04-2013). Grifamos

**EMENTA:** AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ORDENAÇÃO DE DESPESA POR DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DE AUTARQUIA ESTADUAL. PAGAMENTO POR SERVIÇOS SUPOSTAMENTE PRESTADOS. INOCORRÊNCIA. NOTA FISCAL EMITIDA DE FORMA FRAUDULENTA POR PESSOA JURÍDICA FORNECEDORA, COM BASE NA QUAL FOI LANÇADA



A RESPECTIVA NOTA DE EMPENHO, DINHEIRO PÚBLICO UTILIZADO PARA ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DE TERCEIROS. ATO DE IMPROBIDADE CARACTERIZADO. RESPONSABILIZAÇÃO DOS SERVIDORES INCUMBIDOS DA AUTORIZAÇÃO DO PAGAMENTO E DOS PARTICULARES ENVOLVIDOS (EMPRESA E SÓCIO-GERENTE). RECURSO PROVIDO PARA JULGAR PROCEDENTE O PEDIDO. SANÇÕES. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. REPRIMENDAS QUE DEVEM RESPEITAR OS SUBPRINCÍPIOS DA ADEQUAÇÃO, DA NECESSIDADE E DA PROPORCIONALIDADE EM SENTIDO ESTRITO. MULTA CIVIL. PENALIDADE SUFICIENTE À GRAVIDADE DA CONDUTA. APLICAÇÃO APENAS DE MULTA NO VALOR DO DANO (R\$ 660,00), NOTADAMENTE PORQUE DURANTE A SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA HOUVE DEVOLUÇÃO DA VERBA INDEVIDAMENTE PAGA.

(TJSC, Apelação Cível n. 2008.034886-3, da Capital, rel. Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, j. 26-02-2013). Grifamos

Visando oportunizar a adequação dos termos contratuais, o Município de Vidal Ramos vem notificar a contratada para a necessidade de adequação das cláusulas contratuais, cientificando formalmente que o quantitativo contratual se refere ao exercício (12 meses), de forma que o quantitativo mensal médio resulta da divisão do total contratado por 12 (doze) meses.

Com fulcro no art. 65, inciso I, da lei nº 8.666/93, o Município de Vidal Ramos vem informar e notificar a Empresa Reinkjet Tintas, Toners e Informática Ltda EPP (contratada) da necessidade de retificação dos termos contratuais, para deixar claro tratar-se de contratação para o período de 12 (doze) meses, cujo valor mensal médio corresponde ao quociente obtido na divisão de R\$ 36.523,20 por 12 meses, conforme segue:

Item	Qdte.	Descrição	Valor UN	Q. Mín. cóp./Ano	Total mês	Total
01	01	Locação de 01 Multifuncional Laser COLOR, com fornecimento de suprimentos, exceto papel para o departamento de Contabilidade 02 com as seguintes especificações: Função: Copiadora/impressora/scanner/fax Velocidade Colorida: 20ppm Velocidade Preto: 20ppm Memória fax: Até 250 páginas Scanner colorido Ciclo de trabalho mensal (A4): até 40.000 páginas Capacidade de entrada de papel: Mínimo de 250 folhas. Compatível S.O.: Windows e Linux	Colorida: R\$ 0,70 Preto: 0,10	12.000 cópias color 18.000 cópias preto		8.400,00 1.800,00

02	01	Locação de 01 Multifuncional Laser, com fornecimento de suprimentos, exceto papel para o departamento de Compras com as seguintes especificações: Função: Copiadora/impressora/scanner Velocidade: mínimo de 32 ppm Memória: acima de 80 MB Scanner colorido Capacidade de bandeja de papel: Mínimo de 250 folhas Ciclo de trabalho mês: Mínimo de 40.000 páginas mês Compatível S.O.: Windows e Linux	R\$ 0,048	84.000	12	4.032,00
03	11	Locação de 11 Multifuncional Laser, com fornecimento de suprimentos, exceto papel para o departamento de E. Pe Heriberto Hartmann, Escola Germano Schaeffer, Casa da Música, Educação, Depto Pessoal, Tributação, Creche Maria Ramos Will, Agricultura 01, Agricultura 02, Conselho Tutelar, Creche Cecília Peixe Frutuoso com as seguintes especificações: Função: Copiadora/impressora/scanner Velocidade de impressão de no mínimo 18 ppm Capacidade de bandeja de papel: Mínimo de 150 folhas Ciclo de trabalho mês: Mínimo de 8.000 páginas mês Compatível S.O.: Windows	R\$ 0,048	302.400	12	14.515,20



		Locação de 03 Multifuncional Laser, com fornecimento de suprimentos, exceto papel para o departamento de Contabilidade, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, com as seguintes especificações: Função: Copiadora/impressora/scanner/fax Velocidade de impressão: no mínimo 18 ppm Capacidade de bandeja de papel: Mínimo de 150 folhas Ciclo de trabalho mês: Mínimo de 8.000 páginas mês Compatível S.O.: Windows	R\$ 0,048	162.000	12	7.776,00
04	03					
TOTAL/ANO			R\$ 36.523,20			
Total médio/mês			R\$ 3.043,60			

Os valores serão pagos conforme a medição realizada, ou seja, em função do número de cópias, de forma que poderá apresentar variação para mais ou para menos em relação ao valor mensal. Essa variação não deverá ser significativa.

Considerando as peculiaridades do caso e a legislação em vigor, mormente a lei nº 8666/93, faculta-se à contratada manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias sobre o interesse em aceitar a adequação ora anunciada e prosseguir na execução do contrato, ficando ciente de que a negativa resultará em rescisão contratual.

Vidal Ramos, 19 de março de 2014.

Laercio da Cruz  
Prefeito Municipal

Ivanor Coelho  
Assessor Jurídico  
OAB 27316



## Videira

## PREFEITURA

## Anexo V Controle de Gastos - 02 2014

DECRETO Nº 8.766/07

ANEXO V

CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS COM ENSINO - MÊS FEVEREIRO/2014

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM ENSINO	
1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
1.1 - IPTU	96,84
1.2 - ITBI	344.007,88
1.3 - ISS	1.295.740,22
1.5 - IRRF	131.322,58
1.6 - Dívida Ativa de Impostos	104.600,54
1.7 - Multas e Juros de Impostos	57.174,26
1.8 - SOMA	1.932.942,32
Receitas Base de Cálculo do FUNDEB	Total
1.10 - Cota-Parte do FPM - 20%	4.100.080,87
1.11 - Cota-Parte do ICMS Deson. Export. (LC 87/96) -20%	24.971,26
1.12 - Cota-Parte do ICMS - 20%	5.776.544,83
1.13 - Cota-Parte do IPI Exp. - 20%	87.250,68
1.14 - Cota- Parte do ITR - 20%	134,84
1.15 - Cota- Parte do IPVA - 20%	771.347,01
1.16 - Cota- Parte do ITCMD - 20%	0,00
1.17 - SOMA	10.760.329,49
1.18 - TOTAL	12.693.271,81

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	Até o Mês
Especificação	Acumulado
2.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (25% de 1.18)	3.173.317,95
2.1.1 - Cota- parte Transferências do FUNDEB (retorno)	3.409.776,21
2.2 - Rendimento s/ Aplicação FUNDEB	34.985,33
2.3 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.2	660.027,52
2.4 - Cota-Parte do Salário Educação	291.638,90
2.5 - Rendimento Aplicação Salário Educação	43.486,46
2.6 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.4	1.983.875,18
2.7 - Convênios Vinculados ao Ensino	224.595,14
2.8 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.7	146.171,39

3. APLICAÇÃO	Até o mês		
Especificação	Exigência Legal	Liquidada	Diferença
3.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (100% de 2.1)	3.173.317,95	1.728.869,76	-1.444.448,19
3.1.1 - Valor gasto com Ensino Fundamental		967.055,55	
3.1.2 - Valor gasto com Educação Infantil		761.814,21	
3.2 - Contribuição do FUNDEB (Sub-vinculação contábil)	3.444.761,54	1.566.270,30	-1.878.491,24
3.3 - Remun.Prof Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2+2.3)	2.066.856,92	1.292.201,37	-774.655,55
3.4 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1 +2.2+2.3)	1.377.904,62	274.068,93	-1.103.835,69
3.5 - Cota Parte Salário Educação (100% de 2.4+2.5+2.6)	2.319.000,54	4,21	-2.318.996,33
3.6 - Convênios Vinculados ao Ensino (100% de 2.7+2.8)	370.766,53	44.873,27	-325.893,26

4.CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS (EM %)	MÍNIMO %	LIQUIDADO %	DIFERENÇA %
4.1 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% de 1.18)	25,00%	3,44%	-21,56%
4.1 - Remun.Profissionais Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2)	60,00%	37,51%	-22,49%
4.2 - Ensino Fundamental e Educação Infantil ( máximo 40% de 2.1.1)	40% (máximo)	7,96%	-32,44%

5. GANHO/PERDA COM FUNDEB	Valor recebido até o mês	Valor retido até o mês	Diferença
5.1 - Cota-parte - Transferências do FUNDEB	3.409.776,21	2.152.065,49	1.257.710,72

Fonte: Departamento de Contabilidade

Videira-SC, 11 de março de 2014.

Maria Angélica Vanz  
Contadora CRC-SC 022532/0-5

Roberta Aparecida Martinez  
Secretária Municipal de Educação

Wilmar Carelli  
Prefeito Municipal



# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### Portaria Nº 047/2014

PORTARIANº 047/2014

LUIZ LÚCIO FOSSA, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

#### CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 022/2006, de 18 de julho de 2006, e conforme a classificação no Processo Seletivo nº 001/2014,

Nome: MARIA GONÇALVES DE AMORIM

Cargo: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário – ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 19 de março de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 19 de março de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 19 DE MARÇO DE 2014.

LUIZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

### Portaria Nº 048/2014

PORTARIANº 048/2014

LUIZ LÚCIO FOSSA, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

#### CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: MAFALDA BARCELOS

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário – ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 19 de março de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 19 de março de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do

Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 19 DE MARÇO DE 2014.

LUIZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

### Portaria Nº 049/2014

PORTARIANº 049/2014

LUIZ LÚCIO FOSSA, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

#### CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 022/2006, de 18 de julho de 2006, e conforme a classificação no Processo Seletivo nº 001/2014,

Nome: REGIANE RAQUEL METZGER DALTOÉ

Cargo: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário – ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 19 de março de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 19 de março de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 19 DE MARÇO DE 2014.

LUIZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

### Homologação de Licitação 006/2014

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

01 - Convite p/ Compras e Serviços: 2/2014

Tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada através do decreto ou portaria No. 002/2014,

#### Homologo:

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor (es) da licitação, objeto da(o) 01 - Convite p/ Compras e Serviços numero 2/2014, com a finalidade de Aquisição



de Peças e Serviços para recuperação de veículos da frota rodoviária municipal. o(s) participante(s):

Vencedores(Valores expressos em R\$)	
Fornecedor	Valor
MECANICA LANGE LTDA	34.450,98
AUTO MECANICA WITMAR SUM LTDA ME	35.997,38

Vitor Meireles (SC), em 18 de março de 2014.  
LUIZ LUCIO FOSSA  
Prefeito Municipal em exercício

**Portaria Nº 050/2014**

PORTARIANº 050/2014

LUIZ LÚCIO FOSSA, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

**CONTRATAR:**

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 022/2006, de 18 de julho de 2006, e conforme a classificação no Processo Seletivo nº 001/2014,

Nome: ANGÉLICA DA SILVA

Cargo: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário – ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 19 de março de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 19 de março de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 19 DE MARÇO DE 2014.

LUIZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

**Portaria Nº 051/2014**

PORTARIANº 051/2014

LUIZ LÚCIO FOSSA, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

**CONTRATAR:**

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 022/2006, de 18 de julho de 2006, e conforme a classificação no Processo Seletivo nº 001/2014,

Nome: SILVANA FAUSTO

Cargo: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário – ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 19 de março de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 19 de março de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 19 DE MARÇO DE 2014.

LUIZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

**Decreto N.º 013/2014**

DECRETO 013/2014

Suplementa Dotações Orçamentárias por provável excesso de arrecadação e Estabelece Outras Providências.

LUIZ LÚCIO FOSSA, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0866, de 19/11/2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, pelo provável excesso de arrecadação:

1001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.009.2016 – Atenção às Famílias Carentes

44000000.00 – Investimentos

44900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.5200 – Outras Transf. Rec. Fundo de Assist. Social .....  
R\$ 8.000,00

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.1004 – Ampliação e Manutenção dos Serviços de Saúde

44000000.00 – Investimentos

44900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0200 – Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde  
..... R\$ 40.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.



Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 19 de Março de 2014.  
LUIZ LÚCIO FOSSA  
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/ \_\_\_\_ .

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

## Xavantina

### PREFEITURA

#### Contrato Nº 67/2014 Pmxv

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: DJL COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA - ME.

Número do Contrato ou Aditivo: 67/2014 - PMXV

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUÍNAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONSERTAR TRATOR DE ESTEIRA KOMATSU D41E-6, SERIE B21003, PERTENCENTE À FROTA DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES.

Data da Assinatura: 19/03/2014.

Vigência: 18/07/2014.

Valor: R\$ 62.969,42 (sessenta e dois mil, novecentos e sessenta e nove reais e quarenta e dois centavos).

#### Pe 04/2014 Pmxv

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 04/2014 PMXV

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de gêneros alimentícios, brinquedos, jogos infantis, material de expediente e equipamentos de escritório e cozinha, para o Centro de Referência de Assistência Social, conforme especificações constantes no ANEXO "A" deste Edital. Forma de Pregão: Eletrônico. Tipo: Menor Preço por Item. Recebimento das propostas: até às 08:00 horas do dia 01/04/2014. Início da Sessão: 01/04/2014, às 09:00 horas, no endereço eletrônico <http://cidadecompras.com.br>, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites <http://www.cidadecompras.com.br> e <http://www.xavantina.sc.gov.br>. Quaisquer informações sobre o edital poderão ser obtidas no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Xavantina, situado na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 20 de março de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO,  
Prefeito Municipal.



**Xaxim****PREFEITURA****Aviso de Convite**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE XAXIM  
AVISO DE LICITAÇÃO  
EDITAL DE CONVITE N. 008/2014  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 072/2014

O MUNICIPIO DE XAXIM - SC através do seu prefeito municipal COMUNICA que estará realizando licitação na modalidade de CONVITE. A presente licitação terá início às 13:45 horas do dia 27/03/2014 e a Comissão de licitações procederá a abertura da sessão às 14h00min do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de empresas para manutenção da frota dos veículos da Infra, Adm e Saúde de acordo com o edital e seus anexos, tipo menor preço por Lote, conforme dispõem as Leis n. 8.666/93 consolidada, e no que couber a legislação aplicável. Maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta-feira, ou ainda pelo telefone 49 – 3353-8213.

Xaxim - SC, 14 de março de 2014.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

**Associações****AMMVI****Ata da Sessão Pública Para Abertura de Licitação  
Carta Convite 003/2014**

ATA DA SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE LICITAÇÃO  
LICITAÇÃO: CARTA CONVITE Nº 03/2014

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática, conforme descrição dos itens relacionados no Anexo I do Instrumento Convocatório.

Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze (18/03/2014), quatorze (14:00) horas, na sala da Assessoria Jurídica na sede da AMMVI, 2º andar, realizou-se sessão pública para abertura da Licitação nº 03/2014, para atendimento ao objeto em epígrafe, registrando-se a presença dos membros da Comissão de Licitação.

Declarando aberta a sessão pública, o Presidente da Comissão de Licitações informou que quatro empresas atenderam a convocação e apresentaram envelopes para o certame, quais sejam:

- 1 – WINCOPY COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA, CNPJ nº 10.172.790/0001-46;
- 2 – COPYCERTO COM. MAQ. E SUPRIMENTOS LTDA, CNPJ nº 01.496.134/0001-08;
- 3 – DOIN GAMA COM. PROD. INFORMÁTICA LTDA – ME (DOMUS INFORMÁTICA), CNPJ nº 12.023.894/0001-14;
- 4 – ZOOM TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 06.105.781/0001-65.

Registrando-se a ausência de representantes das empresas, passou-se a fase de abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação das licitantes, os quais foram confrontados com as exigências do Instrumento Convocatório e submetidos à rubrica dos membros da Comissão de Licitações.

A seguir a Comissão de Licitações deliberou sobre os documentos, decidindo pela habilitação de todas as licitantes, destacando-se que três empresas habilitaram-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, atraindo a aplicação dos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/06, sendo que apenas a empresa ZOOM TECNOLOGIA LTDA não concorre nesta situação.

Inexistindo inabilitados, e mostrando-se inócuo a observância de prazo recursal, foi dado seguimento aos trabalhos, procedendo-se a abertura dos envelopes de nº 02, sendo as propostas comerciais submetidas à rubrica dos membros da Comissão de Licitação.

Após, a Comissão de Licitações passou a análise das propostas, verificando-se na classificação provisória que:

- a) a licitante ZOOM TECNOLOGIA LTDA apresentou o menor preço para os itens 01, 02, 04, 05, 06, 15 e 16, sendo que nos itens 04 e 05 seu menor preço ficou em empate fictício com a licitante COPYCERTO (concorrente qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, atraindo a aplicação dos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/06);
- b) a licitante DOIN GAMA COM. PROD. INFORMÁTICA LTDA apresentou o menor preço para o item 14, bem como apresentou preço em desacordo com o Instrumento Convocatório para o item 03



(preço acima do máximo estabelecido pela AMMVI);

c) a licitante COPYCERTO COM. MAQ. E SUPRIMENTOS LTDA apresentou menor preço para os itens 03, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 17, bem como teve preço dentro da margem de 10% do preço da empresa ZOOM para os itens 04 e 05 caracterizando empate, e possibilitando-lhe o direito de inovar em sua proposta para estes itens no prazo de dois dias úteis, contados da intimação. Em relação ao item 05, se a COPYCERTO não exercer seu direito de inovar no preço, tal direito passará para licitante DOIN GAMA (DOMUS) e depois para licitante WINCOPY.

Diante disso, a Comissão decide desclassificar a proposta da licitante DOIN GAMA COM. PROD. INFORMÁTICA LTDA para o item 03 por infração aos itens 3.3, "e", 5.3.1, "a", e Anexo I do Instrumento Convocatório da Licitação nº 03/2014 (preço acima do máximo estabelecido pela AMMVI), bem como decide pela aplicação do item 5.5.5, I, do Instrumento Convocatório, intimando-se a licitante COPYCERTO COM. MAQ. E SUPRIMENTOS LTDA para, querendo, apresentar proposta de preço inferior aquela da licitante ZOOM TECNOLOGIA LTDA para os itens 04 e 05, no prazo de dois dias úteis, sob pena de decadência (item 5.5.6 do Convite), e convocação das remanescentes (DOIN GAMA e WINCOPY, pela ordem) para o exercício do mesmo direito (em relação ao item 05).

Por outro lado, decidiu pela classificação final das propostas aos demais itens, declarando-se vencedores a licitante ZOOM TECNOLOGIA LTDA para os itens 01, 02, 06, 15 e 16, a licitante DOIN GAMA COM. PROD. INFORMÁTICA LTDA para o item 14, e a licitante COPYCERTO COM. MAQ. E SUPRIMENTOS LTDA para os itens 03, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 17.

Do mesmo modo, deliberou-se pela intimação dos licitantes a respeito das deliberações acima, via e-mail e por publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pública, da qual lavrou-se a presente ata, assinada pelos participantes.

Blumenau, 18 de março de 2014.  
Luiz Claudio Kades  
Presidente

Vanessa Cristina de Souza  
Secretária

Ricardo Sorroche  
Membro

## Consórcios

### AGIR

#### Resolução Nº 015/2014 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 015/2014

AUTORIZA ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS DE EMPREGO PÚBLICO NO SERVIÇO PÚBLICO DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR.

MATIAS KOHLER, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30 Inciso XI do Estatuto do Consórcio Público e pelos Artigos 86 a 89 do Regimento Interno da AGIR, assim como de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

Considerando as disposições do Artigo 37, Incisos I, II, III e IV da Constituição Federal;

RESOLVE:

Art. 1º - A AGIR fica autorizada a lançar Edital de Concurso Público destinado a prover vagas de emprego público constantes do Anexo I - QUADRO GERAL DE CARGOS PERMANENTES do Estatuto do Consórcio Público e demais legislações pertinentes.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 11 de março de 2014.

MATIAS KOHLER

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

#### ANEXO I

#### QUADRO GERAL DE CARGOS PERMANENTES

N.º de Cargos	Denominação do cargo	Ref. Venc. Inicial e Final	Carga horária Semanal	Vencimento inicial em R\$	Habilitações Mínimas
01	Ouvidor	53 a 62	40 horas	3.133,18	Bacharel e/ou tecnólogo em Direito, Administração, Administração Pública, Secretariado Executivo, Processos Gerenciais e Gestão Pública, com curso na área de ouvidoria; portador de CNH categoria B.
CR	Engenheiro Civil	68 a 77	40 horas	4.216,85	Bacharel em Engenharia Civil, registro no órgão competente e portador de CNH categoria B.
01	Economista	53 a 62	40 horas	3.133,18	Bacharel em Economia, registro no órgão competente e portador de CNH categoria B.
CR	Contador	53 a 62	40 horas	3.133,18	Bacharel em Contabilidade, registro no órgão competente e portador de CNH categoria B.



CR	Auxiliar Administrativo	01 a 10	40 horas	1.118,86	Nível médio completo e portador de CNH categoria B.
----	-------------------------	---------	----------	----------	---

### Cargo Nível Médio

Denominação do Cargo: Auxiliar Administrativo – Setor Administrativo - 40 h/a semanais

Requisitos Mínimos: Nível médio completo e portador de CNH categoria B.

Descrição Sintética das Funções/Atribuições:

- I - encarregar-se da entrada e saída de correspondência, recepcionar documentos organizar e manter o arquivo;
- II - atender chamadas telefônicas, manter a agenda telefônica atualizada;
- III - atender ao público encaminhando ao setor competente;
- IV - operar máquinas de escritório como calculadoras, copiadoras, computadores e os programas usados manutenção das atividades da AGIR;
- V - executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria da AGIR.
- VI - preencher os requisitos dispostos no Anexo I do Quadro de Cargos permanentes.

### Cargos Nível Superior

Denominação do Cargo: Ouvidor – 40 h/a semanais

Requisitos Mínimos: Bacharel e/ou tecnólogo em Direito, Administração, Administração Pública, Secretariado Executivo, Processos Gerenciais e Gestão Pública, com curso na área de ouvidoria; portador de CNH categoria B.

Descrição Sintética das Funções/Atribuições:

- I - atuar junto aos usuários, aos prestadores de serviços e aos órgãos públicos com o propósito de dirimir dúvidas e intermediar soluções nas divergências entre os mesmos;
- II - registrar reclamações e sugestões da população sobre os serviços públicos regulados pela AGIR após não atendimento pela prestadora dos serviços regulados, e após esgotados os procedimentos diretamente devidos pelos prestadores de serviços;
- III - encaminhar as reclamações dos usuários dos serviços regulados aos respectivos prestadores de serviços, acompanhando e cobrando a solução do problema;
- IV - executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas.

Denominação do Cargo: Engenheiro Civil – 40 h/a semanais

Requisitos Mínimos: Bacharel em Engenharia Civil, registro no órgão competente e portador de CNH categoria B.

Descrição Sintética das Funções/Atribuições:

- I - elaborar e fiscalizar projetos de construção, montagem, operação, manutenção e reparo ou adaptação de instalações destinadas aos processos de produção, distribuição, tratamento de água e disposição final de esgotos;
- II - acompanhar e orientar a operação, manutenção e controle da qualidade em sistemas de tratamento e purificação de água e esgoto;
- III - elaborar estudos, planejamentos, projetos, especificações e viabilidade técnica, econômica de obras e serviços técnicos relacionados com saneamento básico;
- IV - orientar o trabalho técnico de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção de unidades na perspectiva da engenharia civil; orientar desenhistas e técnicos em trabalhos referentes a edificações, sistemas de abastecimento de água e de saneamento, rios, canais, poços etc.;
- V - efetuar vistorias, perícias, avaliação, arbitramento, laudos e pareceres técnicos, execução e fiscalização de obras e serviços técnicos;
- VI - fiscalizar e controlar o andamento de obras, segundo as especificações;
- VII - orientar os serviços de topografia, desenho e elaboração de estudos, projetos e execução de obras;
- VIII - elaborar e/ou analisar especificações técnicas de materiais, equipamentos e serviços, bem como orçamentos analíticos relativos aos sistemas de água e esgoto, para fins de projetos e/ou licitações;
- IX - elaborar e controlar os elementos técnicos necessários para efeito de pedido de reajuste e/ou reequilíbrio econômico-financeiro dos entes consorciados;
- X - planejar, executar, acompanhar e controlar as atividades operacionais do consórcio;
- XI - prestar assistência técnica em sua especialidade para os diversos entes consorciados;
- XII - Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria da AGIR;
- XIII - preencher os requisitos dispostos no Anexo I do Quadro de Cargos permanentes.

Denominação do Cargo: Economista – 40 h/a

Requisitos Mínimos: Bacharel em Economia, registro no órgão competente e portador de CNH categoria B.

Descrição Sintética das Funções/Atribuições:

- I - analisar o ambiente econômico do Consórcio e seus consorciados;
- II - elaborar e executar projetos de pesquisa econômica, de mercado e de viabilidade econômica, apresentados ao Consórcio, referente ao acompanhamento de pedidos de reajuste e ou reequilíbrio econômico, dentre outros;
- III - participar do planejamento estratégico de curto prazo e avaliar políticas de impacto coletivo para a gestão do Consórcio e de seus consorciados;
- IV - gerir programação econômico-financeira;
- V - emitir parecer e analisar as propostas de reequilíbrio e reajustes encaminhados pelos municípios consorciados, prestadoras de serviços, concessionárias e ou autarquias;
- VI - executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do AGIR;
- VII - preencher os requisitos dispostos no Anexo I- do Quadro de Cargos Permanentes.



Denominação do Cargo: Contador – 40 h/a semanais  
Requisitos Mínimos: Bacharel em Contabilidade, registro no órgão competente e portador de CNH categoria B.  
Descrição Sintética das Funções/Atribuições:  
I - planejar e operar o sistema de registros e operações, atendendo às necessidades administrativas e às exigências legais, para possibilitar controle contábil e orçamentário;  
II - supervisionar e operar os trabalhos de contabilização dos documentos, analisando-os e orientando seu processamento, para assegurar a observância do plano de contas adotado;  
III - controlar, participar e operar os trabalhos de análise e conciliação de contas, conferindo os saldos apresentados, localizando e emendando os possíveis erros, para assegurar a correção das operações contábeis;  
IV - proceder e/ou orientar a classificação e avaliação de despesas, examinando sua natureza, para apropriar custos de bens e serviços;  
V - supervisionar e operacionalizar os cálculos de reavaliação do ativo e de depreciação de veículos, máquinas, móveis, utensílios e instalações, e/ou participar destes trabalhos, adotando os índices indicados em cada caso, para assegurar a aplicação correta das disposições legais pertinentes;  
VI - organizar e assinar balancetes, balanços e demonstrativos de contas, aplicando as normas contábeis, para apresentar resultados parciais e gerais da situação patrimonial, econômica e financeira da instituição;  
VII - preparar relatórios e outros documentos, segundo a legislação que rege a matéria;  
VIII - assessorar a administração em problemas financeiros, contábeis, administrativos e orçamentários, dando pareceres à luz da ciência e das práticas contábeis, a fim de contribuir para a correta elaboração de políticas e instrumentos de ação nos referidos setores;  
IX - Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

### **Resolução Nº 016/2014 - AGIR**

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO,  
CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS  
MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR  
RESOLUÇÃO Nº 016/2014  
INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 003/2013 e pelo Artigo 48, Inciso I do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Determinar a instauração de Procedimento Administrativo cujo objeto é o acompanhamento do cumprimento de Ata proferida pelo PROCON Municipal de Guabiruba em Audiência realizada em 21 de fevereiro de 2014, no município de Guabiruba, fixando prazos para execuções e manifestações da empresa Recicle Catarinense de Resíduos Ltda..

Art. 2º Proceda-se a numeração do referido procedimento e as demais providências legais pertinentes.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 17 de março de 2014.  
HEINRICH LUIZ PASOLD  
Diretor Geral da AGIR

### **Resolução Nº 017/2014 - AGIR**

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO,  
CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS  
MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR  
RESOLUÇÃO Nº 017/2014  
INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 003/2013 e pelo Artigo 48, Inciso I do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Determinar a instauração de Procedimento Administrativo cujo objeto é a averiguação do reajuste da tarifa de coleta, transporte, tratamento e destino final de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e os derivados do serviço de saúde no município de Guabiruba, sem prévio envio de pleito de apreciação pela Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR.

Art. 2º Proceda-se a numeração do referido procedimento e as demais providências legais pertinentes.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 17 de março de 2014.  
HEINRICH LUIZ PASOLD  
Diretor Geral da AGIR

### **Decreto Nº 007/2014 - AGIR**

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO,  
CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS  
MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR  
DECRETO Nº 007/2014  
NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO.

MATIAS KOHLER, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30 Inciso XI do Estatuto do Consórcio Público, pelos Artigos 86 a 89 de seu Regimento Interno e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

Considerando-se a Resolução nº 015/2014 de 11 de março de 2014, a qual autoriza abertura de Concurso Público destinado a prover vagas de emprego público no serviço público da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, e regulamenta os requisitos e as funções/atribuições dos cargos a serem preenchidos;

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Especial para realização de Concurso Público, composta pelos seguintes membros:

I – Presidente: Vanessa Fernanda Schmitt – Diretora Administrativa da AGIR;

II – Membro: Felipe Ruediger – Diretor Técnico da AGIR;

III – Membro: André Domingos Goetzinger – Agente Administrativo da AGIR.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Blumenau (SC), em 12 de março de 2014.  
MATIAS KOHLER  
Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

## CIGA

### Resolução Nº 62/2014, de 19 de Março de 2014

Resolução nº 62, de 19 de março de 2014

Altera o Orçamento do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) do exercício de 2014.

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), considerando o disposto no art. 4º da Resolução 59/2014.

#### RESOLVE:

Art. 1º Abrir crédito adicional suplementar no orçamento do CIGA no valor de R\$ 151.820,45 (cento e cinquenta e um mil e oitocentos e vinte reais e quarenta e cinco centavos), por conta do Superávit do Exercício Anterior oriundos das fontes de recurso 200 e 600, suplementando a dotação abaixo descrita:

Órgão Unidade	Funcional	Projeto Atividade	Despesa	Fonte	Valor
01.01	04.122.0001	2.001	3.3.90	0.6.00	R\$ 20.000,00
01.01	04.122.0001	2.001	4.4.90	0.6.00	R\$ 70.124,30
01.02	19.126.0002	2.002	3.1.90	0.6.00	R\$ 16.560,13
01.02	19.126.0002	2.002	3.3.90	0.6.00	R\$ 45.136,02
TOTAL					R\$151.820,45

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de publicação.

Florianópolis, 19 de março de 2014.  
Nelson Guindani  
Prefeito de Herval d'Oeste  
Presidente do CIGA

### Extrato Contrato 147 - Dom - Campos Novos

Extrato de Contrato nº 147/2014

Contrato de Rateio – Campos Novos

CONTRATANTE: Município de Campos Novos

CNPJ: 82.939.232/0001-74

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 23/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Campos Novos e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 57/2010.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05,

a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 605,00 (seiscentos e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 24 de janeiro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

### Extrato Contrato 148 - PGT - Treze Tílias

Extrato de Contrato nº 148/2014

Programa de Gestão Tributária – Treze Tílias

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias

CNPJ: 82.777.251/0001-41

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 27/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 14 de março de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

## CINCO

### Aviso de Pregão Eletrônico Nº 0007/2014 - Material Ambulatorial

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0007/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0008/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de materiais ambulatoriais para uso na área ambulatorial ou hospitalar, pelos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Caçador, Fraiburgo, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Matos Costa, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Videira e Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, durante o período de 04 de abril de 2014 a 30 de abril de 2014.



JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 21/03/2014 ate às 09:00 horas do dia 02/04/2014. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 10:00 horas do dia 02/04/2014. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:01 horas do dia 02/04/2014. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: [www.cinco.sc.gov.br](http://www.cinco.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 19 de março de 2014.  
Elói Rönna  
Diretor Executivo do CINCO

